BRACARA AUGUSTA



REVISTA CULTURAL DA CÂMARA MUNICIPAL DE BRAGA

VOL. XXXIV (I TOMO) ANO DE 1980 (JANEIRO-JUNHO) N.º 77 (90)

BRACARA AUGUSTA

REVISTA CULTURAL DA CÂMARA MUNICIPAL DE BRAGA

(CONTINUAÇÃO DE BRAGA — BOLETIM DO ARQUIVO MUNICIPAL)

VOLUME XXXIV — N.º 77 (89)

ANO DE 1980 (JANEIRO-JUNHO)

Directores { CARLOS PEREIRA ALVES, Vereador do Pelouro da Cultura da Câmara, afecto à Revista
FRANCISCO PEREIRA DE BACELAR FERREIRA, Bibliotecário Arquivista da Câmara de Braga
DR. EGIDIO AMORIM GUIMARAES, Director do Arquivo Distrital de Braga

Colaboradores permanentes: ANTONIO ALVARO DÓRIA e DR. FRANCISCO JOSÉ VELOZO

Serviços de Secretaria a cargo de
FRANCISCO PEREIRA DE BACELAR FERREIRA

Composição e impressão das Oficinas Gráficas da Livraria Cruz — Av. Imaculada Conceição — Braga
Tiragem de 500 exemplares

DEPOSITÁRIA: LIVRARIA CRUZ—TELEF. 22011—4701 BRAGA Codex

SUMARIO

Teófilo Braga biógrafo de Camões, Académico A. Álvaro Dória. — *Ainda sobre o nome e a ascendencia dos Camões*, Doutor Xosé Filgueira Valverde — *A edição «princeps» de «Os Lusiadas»*, P.e Dr. B. Xavier Coutinho. — *Uma leitura alegórica do Auto dos Anfitriões de Camões*, Prof. Doutor António Cirurgião. — *Miscelanea de advocaciones en torno a Camões y Cervantes*, Prof. Doutor Enrique Chao Espina. — *Camões e Antero*, Dr. Ruy Galvão de Carvalho.

BRACARA AUGUSTA

REVISTA CULTURAL DE REGIONALISMO E HISTÓRIA
DA CÂMARA MUNICIPAL DE BRAGA

DIRECTORES

CARLOS PEREIRA ALVES
Vereador do Pelouro da Cultura da Câmara

FRANCISCO PEREIRA DE BACELAR FERREIRA
Bibliotecário Arquivista da Câmara Municipal de Braga

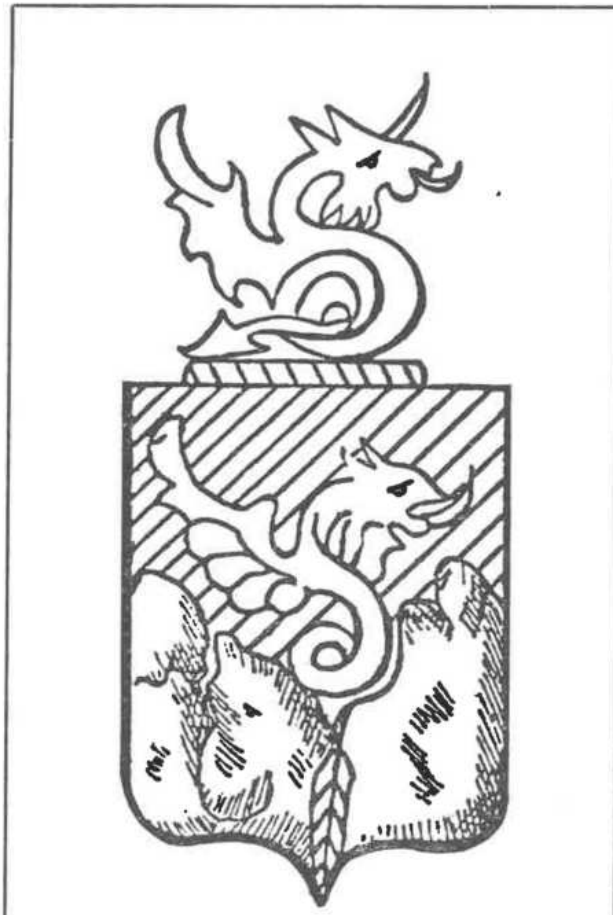
DR. EGÍDIO AMORIM GUIMARÃES
Director do Arquivo Distrital de Braga

VOLUME XXXIV

---

1 9 8 0

Número dedicado às Comemorações do IV Centenário da Morte de Camões



O escudo de Camões

Braga Junho 1980

É o presente tomo exclusivamente dedicado às «COMEMORAÇÕES DO IV CENTENÁRIO DA MORTE DE CAMÕES». O proveito cultural dos trabalhos, agora dados à estampa, resultará, certamente, como o contributo mais válido da participação da Câmara Municipal de Braga nestas celebrações nacionais.

Impunha-se da parte da nossa Revista uma colaboração espontânea, mas a sua efectivação apresentava evidentes dificuldades, uma vez que «Bracara Augusta», como é sabido, se encontra virada para assuntos de natureza diferente dos que agora se propunham. Acontece ainda que os nossos colaboradores habituais, de craveira intelectual indiscutível, não arriscariam compromissos com temas em que se não sentissem suficientemente seguros.

Daí a dificuldade tanto maior quanto é certo que, mesmo para camonistas consagrados, LUÍS DE CAMÕES, merecidamente considerado o expoente máximo da nossa literatura, tem sido objecto de minuciosos estudos, e a sua obra foi traduzida em quase todas as línguas cultas do mundo, ao longo dos quatro séculos da História Nacional decorridos desde a sua morte, mas particularmente nos séculos XIX e XX.

Com efeito, os mais sagazes e proeminentes investigadores históricos e críticos literários, nacionais e estrangeiros, enfrentaram exaustivamente o estudo dos mais variados

temas camonianos, produzindo trabalhos de tal envergadura e profundidade que pouco mais resta, no presente, que a análise de certos aspectos da vida e obra do POETA, com a definição das suas repercussões históricas e culturais.

São disso prova concludente, e do quanto é difícil produzir hoje trabalhos de inovação profunda, que acrescente algo de substancial a tão extraordinários estudos de José Maria de Sousa Botelho (Morgado de Mateus), de D. Carolina Michaëlis de Vasconcelos, de Hernâni Cidade, de Francisco Adolfo Coelho e José Maria Rodrigues, entre outros, a edição de «OS LUSÍADAS» comentada pelo grande mestre da língua portuguesa, Augusto Epifânio da Silva Dias, cuja 2.ª edição foi reproduzida fac-similada pelo Ministério da Educação e Cultura do Brasil, em 1972, para comemorar o IV centenário da publicação do Poema, as duas recentes traduções italianas, aparecidas quase simultaneamente, dos professores Lorenzo di Poppa Volture e Ricardo Averini, os monumentais trabalhos camoneanos do Prof. belga Roger Bismut, em que avulta a tradução para francês de «OS LUSÍADAS», etc., etc.

Dentro deste contexto julgamos ter encontrado porém uma solução satisfatória, ao apresentar os trabalhos que seguem, cuja leitura não deixará de despertar fortes motivos de reflexão.

Sente-se a direcção da Revista honrada em os acolher neste tomo, não escondendo a plena satisfação que lhe dá o alto nível que lhe atribui.

Para os seus respectivos autores as nossas felicitações, já que as homenagens terão de ir por inteiro para o IMORTAL ÉPICO, símbolo incomparável da comunidade portuguesa, na arte de bem escrever e cantar «... o peito ilustre lusitano» e que, com a sua maravilhosa epopeia, «OS LUSÍADAS», prefigura o Velho Portugal.

Braga, Junho de 1980.

A DIRECÇÃO

Teófilo Braga biógrafo de Camões

Por A. ALVARO DORIA

Aquilo a que vulgarmente se chama «culto camoniano» nasceu no séc. XIX, tendo sido Almeida Garrett quem para ele trouxe a primeira pedra com o poema *Camões* editado em 1825 estando então, o poeta exilado.

Foi, porém, a celebração do 3.º centenário da morte de Camões, 55 anos depois do poema, que, de facto, lhe deu corpo e forma, assim chegando aos nossos dias, em que 10 de Junho se consagrava, antes de Abril de 1974, «Dia da Raça».

Se na verdade antes do século passado o nome de Camões não caíra no esquecimento, aos *Lusíadas,* porém, se recorria para ali se retemperarem os Portugueses a fibra patriótica nas horas de crise, muito em especial durante os 60 anos de ocupação espanhola. A pessoa do Poeta só era recordada através do seu livro. Ao que se conhece, o seu túmulo na igreja de Sant'Ana, antes de o terramoto de 1755 lhe ter dispersado os ossos, jamais foi objecto de qualquer romagem patriótica; os seus restos mortais ali ficaram, anónimos, até o cataclismo os ter feito desaparecer juntamente com os de outros ali sepultados; não se podem por isso considerar autênticos, mas meramente simbólicos, os que depois foram levados para o sumptuoso mausoléu dos Jerónimos.

Tal a razão por que Garrett, no seu poema, faúlha de onde irrompeu a chama viva do Romantismo português, ao concluir a obra manifestou a sua indignação:

> Onde jaz, portugueses, o moimento
> Que do imortal cantor as cinzas guarda?
> Homenagem tardia lhe pagastes
> No sepulcro sequer... Raça d'ingratos!
> Nem isso! nem um túmulo, nem pedra,
> Uma letra singela!

.....
Ergo-me a delatar tamanho crime,
E eterna a voz me gelará nos lábios.
Lira da minha pátria, onde hei cantado
O lusitano — envilecido! — nome,
Antes que nesse escolho, em pátria estranha,
Quebrado te abandone, este só brado
Alevante final e derradeiro.
Nem o humilde lugar onde repoisam
As cinzas de Camões, conhece o Luso.

Fora lançada a semente, só porém meio século mais tarde alguém se afoitaria a colher os primeiros magros grãos que voltaria a semear para depois a seara crescer a olhos vistos e chegar a transformar o grande Poeta no ídolo oficial dum povo, esquecendo este que sob a imagem estereotipada das múltiplas representações de Camões pulsara um coração de homem, de homem igual a nós, sujeito às mesmas fraquezas que nós temos, mas possuidor dum cérebro que não era igual ao nosso por ser o dum génio.

No dealbar do ano de 1880, a 8 de Janeiro, apareceu no «Comércio de Portugal», periódico lisbonense, um artigo intitulado: *O centenário de Camões em 1880,* assinado por Teófilo Braga. E foi esse artigo que cinco meses mais tarde, provocou a brilhante girândola que foram as festas centenárias.

Teófilo, que poucos anos antes dedicara dois volumes à vida e à obra de Camões, aos quais adiante me referirei demoradamente, depois de uma introdução algo confusa, naquele estilo nervoso e tantas vezes incorrecto que era o seu, referiu-se às novas formas do poder — a Ciência e a Indústria — que haviam substituído as antigas — o poder espiritual dos dogmas e o poder temporal da autoridade empírica —, salientando que a Ciência ainda se encontrava «submetida ao pedantismo das academias» (1), enquanto por seu lado a Indústria se achava «distendida nas suas grandes forças na fabricação de couraçados, canhões e todos os degradantes instrumentos de devastação acumulados pelas monarquias nos seus arsenais de guerra».

---

(1) Anos mais tarde pertenceria à Academia Real das Ciências de Lisboa e ainda à efémera Academia das Ciências de Portugal, criada em sua honra, onde era timbre o «culto» de Teófilo traduzido no também efémero Instituto Teofiliano.

Para contrabater esses males que, em sua opinião, afligiam a Ciência e a Indústria, «as sociedades vigorosas acharam na sua evolução os meios, para irem estabelecendo o reconhecimento do poder espiritual da Ciência e do poder temporal da Indústria», e tais meios são os congressos e as exposições: por meio daqueles, «a ciência torna-se verdadeiramente cosmopolita», por meio destes «generalizam-se os processos mais avançados do trabalho, estimula-se o génio inventivo pela consagração dos povos, e as necessidades provocam a produção do que melhor ou mais facilmente pode conseguir a solução do problema do bem-estar do maior número». Daí que, estimulada a colaboração do povo, a pouco e pouco «caem as barreiras que separam as nações; o homem sente-se solidário perante a humanidade, e o velho preconceito do patriotismo *(sic)* disciplina-se na conservação e desenvolvimento da característica nacional», colaborando na vida histórica de um povo o tipo e o carácter nacional suas condições estáticas, e «à medida que a solidariedade humana se alarga, o agregado nacional mantém a sua fisionomia própria como factor histórico do progresso».

Por isso, se os congressos e as exposições

> «são, por assim dizer, os concílios e os jubileus da inteligência e da actividade humanas, os *centenários* dos grandes homens, são as festas das consagrações nacionais. Cada povo escolhe o génio que é a síntese do seu carácter nacional, aquele que melhor exprime essas tendências ou o que mais serviu essa individualidade étnica».

Depois de dizer que Dante, Petrarca e Miguel Ângelo representam a Itália, Shakespeare e Newton a Inglaterra, Lutero e Goethe a Alemanha, Espinosa a Holanda, continua:

> «O nome de Camões, quando Portugal se esquecia durante o século XVIII da sua imortalidade, foi lembrado pela Europa culta como o símbolo desta pequena nacionalidade quase eliminada da história».

Após ter acentuado que, se no estrangeiro muitas vezes nos confundiam com a Espanha, falar de Camões era imediatamente recordar Portugal reconhecendo-nos a nossa individualidade nalional, concluindo por afirmar que a causa de universalidade do nome de Camões resultava «de

factos históricos com que Portugal afirmando a sua nacionalidade contribuía para o progresso humano — a descoberta do caminho marítimo para a Índia».

E porque «Camões sentia, primeiro do que ninguém, a profundidade deste facto, e inspirou-se dessa glória para a sua concepção artística», a comemoração do seu centenário devia ser «a festa da nacionalidade portuguesa», salientando adiante que o «*Centenário de Camões* neste momento histórico, e nesta crise dos espíritos tem a significação de uma revivescência nacional», concluindo:

> «Teremos neste organismo ainda as energias para que um povo se afirme perante a história? A resposta depende da realização do Centenário, em 10 de Junho de 1880! Os governos, em geral analfabetos, não se pejam de subsidiar espectadores para as estultas paradas militares, mas recuam diante da responsabilidade de cooperarem para a grande festa da nacionalidade portuguesa».

Creio bem que no tom polémico das palavras de Teófilo, conhecido de sobejo pelo seu republicanismo intransigente, está a origem da futura atitude de desinteresse ou de suspicácia do Governo progressista então no Poder, e das demais autoridades para com as comemorações centenárias. Partindo de quem partiu a ideia dessas comemorações, não seria difícil prever que elas tinham encobertamente a ideia de vinculá-las ao ideário republicano como os factos vieram a demonstrar.

No dia imediato, saiu no mesmo jornal 2.º artigo, a abrir ainda no mesmo tom:

> «Num país apático como o nosso, tudo morre se não receber o impulso da vida oficial: sem esse impulso o *Centenário de Camões* não passará de pequenas comemorações locais, quando muito com o valor de um pretexto».

Seguidamente refere-se às várias conjunturas graves da nossa história a que o nome do Poeta se encontra ligado, e às vicissitudes de alguns homens ilustres que a pátria baniu e no nome de Camões encontraram o paládio que os susteve na crise — o pintor Sequeira, o poeta Garrett e o compositor Bontempo. E prossegue:

> «É tempo de sairmos deste marasmo de esterilidade, em que nos lançou um sistema político de expedientes, desta enfeudação de um povo a uma família (2), desta atonia mental que deixa a crítica das instituições à perversão jornalística, a ciência ao favor do Estado, que reduz a iniciativa à actividade oficial; se há força para cortar a direito, então a nacionalidade portuguesa revive, tem uma razão de ser, e um grande momento em que faz crise o seu estado adinâmico aproxima-se — é o dia do *Centenário de Camões*».

Falando depois das consequências da invasão do Império do Oriente pelos Turcos que, com a tomada de Constantinopla, ameaçaram a Europa e a sua civilização, de que a chegada dos Portugueses ao Oceano Índico veio deter o curso, afirma o A. que cantando Camões «esse feito nos *Lusíadas*», se torna «o poeta da Europa moderna, da Europa mercantil e cosmopolita, pacífica e científica, que começa no século XVI» (3), sendo

> «por isso que a Europa reconheceu Camões como o poeta da epopeia sem batalhas, como o símbolo de uma nova civilização; foi por isso que todas as literaturas modernas verteram para as suas línguas a epopeia, e naturalmente os escritores de todos os centros da Europa se interessam e perguntam pelo Centenário *de Camões*».

No terceiro e último artigo insiste no interesse da celebração do centenário camoniano e na necessidade que se impunha ao brio nacional de se convidarem oficialmente os camonianistas alemães, ingleses, franceses e italianos, e, após uma série de considerações, entre as quais se salienta a afirmação «a forma política das nações ocidentais há-de ser a república mantida pela federação», em que esta terá de reconhecer as diferenças étnicas e tradicionais, confederação em que Portugal há-de «entrar também com a sua autonomia nacional, unificando-se-lhe a Galisa como parte inte-

---

(2) É a família Bragança a que pertencia a casa reinante, pela qual Teófilo professou sempre a maior aversão e a quem sempre se referiu em termos deprimentes. Curioso é o facto ainda hoje ignorado de muita gente: Teófilo Braga descendia, por bastardia, do rei D. João V...

(3) A *paz* deste século traduziu-se, como se sabe nas cruentas guerras religiosas originadas na eclosão do Luteranismo e preencheram os dois terços finais da centúria.

grante do seu organismo étnico», pergunta se tudo aquilo que acabou de expor seriam «hipóteses fantasistas», respondendo logo que admitindo

> «que os povos peninsulares serão um dia regidos com inteligência política, e que este inconsciente empirismo tem de ser eliminado, a obra dos Estados unidos peninsulares há-de ser integralmente realizada (4). Então nesse grande dia da confraternidade, o nome de Camões será a divisa da individualidade nacional, e tanto o *Centenário de Camões* como o de Cervantes são as festas da aliança autonómica dos povos irmãos. É bem que não deixemos passar despercebido o dia 10 de Junho de 1880, para que a geração que nos suceda não se envergonhe da nossa apatia mental, que se reflecte de um modo tão lamentável sobre a desagregação nacional».

Os trechos transcritos podem constituir um espécime exacto da confusão mental, do estilo e do sectarismo político dum homem que durante meio século professou a cadeira de Literatura Portuguesa no antigo Curso Superior de Letras e nos primeiros anos da sua sucessora, a Faculdade de Letras de Lisboa. Teremos, porém, oportunidade de encontrarmos, no seguimento do presente estudo, provas ainda mais evidentes do que ficou transcrito.

Depois das considerações exaradas nos três artigos citados, propõe o A. um programa para as comemorações a levar a cabo nos dias 8, 9 e 10 de Junho desse ano. Assim, no primeiro dia far-se-iam conferências históricas acerca da vida de Camões e do seu tempo, acompanhadas de uma exposição bibliográfica e a publicação da bibliografia camoniana segundo o plano da bibliografia dantesca e petrarquista de Ferrazi.

No dia 9 inaugurar-se-ia a exposição do quadro de Domingos António Sequeira *A morte de Camões,* far-se-ia a leitura recitada do *Camões* de Garrett, seguida de um concerto durante o qual se executariam trechos da missa de Bontempo dedicada a Camões.

Finalmente no dia grande das comemorações publicar-se-ia uma edição monumental dos *Lusíadas* e pôr-se-ia à venda uma medalha comemorativa. Instituir-se-ia um Círculo Camoneano ou sociedade erudita

---

(4) Como ficou dito antes no texto, Teófilo pertencia então à falange dos republicanos federalistas combatida, aliás, pelos unitários, a que o mesmo Teófilo veio mais tarde a aderir, às vésperas da queda da Monarquia.

«destinada à revisão de um texto definitivo das obras do poeta, porque o corrente foi formado por Faria e Sousa, e para a sua interpretação filosófica e histórica», devendo ainda representar-se um drama ou ópera acerca do Poeta e a recitação teatral dos principais episódios do poema.

E a concluir:

> «Desde que se descobriu a data da morte de Camões, nasceu a obrigação moral da celebração do *Centenário*. É possível que a indiferença do governo e da Academia das Ciências se defendam com a falta de tempo. Desse programa que aí fica há-de fazer-se pelo menos o que couber nas forças de um indivíduo».

A reacção aos artigos de Teófilo não foi unânime, encontrando logo de início a oposição dos elementos ligados à situação política vigente, incluindo o próprio Governo, a quem aquele entusiasmo por Camões parecia suspeito provindo, como era notório, de pessoa que, a despeito da sua obra já vasta, fazia a defesa do ideal republicano, não perdia oportunidade de menoscabar a Monarquia e a pessoa do Rei, e preconizava a federação peninsular que durante a década de 70 fora motivo de rija polémica.

Aos olhos daqueles que sabiam ver e ouvir, o panorama nacional aparecia-lhes carregado de presságios, mormente quando observavam o que estava a passar-se em África e culminaria na crise crucial consecutiva ao *ultimatum* inglês (1890). O povo, em elevadíssima percentagem de analfabetos e a viver nas cidades vida miserável ou fugindo à miséria emigrando para o Brasil, não se encontrava apto, bem longe disso, para ler e ainda menos compreender o poema célebre, de difícil interpretação para quem não possuir razoável nível cultural, poema que pelas exigências dos programas já no nosso tempo constituiu o pesadelo dos estudantes liceais.

Os homens cultos sentiam-se desolados ao compararem a época áurea cantada por Camões e a de profunda decadência a que Portugal chegara na segunda metade do século passado, a despeito de então brilhar um escol intelectual que só tivera seu par no século XVI. E punham sérias dúvidas quanto à possibilidade não já de sair das comemorações camonianas uma Pátria nova, mas ao menos de provocar qualquer reacção positiva no corpo da Nação e da qual pudesse no futuro datar-se o início do nosso ressurgimento.

E os próprios

> «homens que tinham proclamado a bela comemoração camoneana, o início duma nova época nos anais da nossa terra, e

que sentiam pesar-lhe sobre os ombros a responsabilidade de declarações levianamente patrióticas, entraram a preocupar-se e a proceder» (5).

E dentro em breve, mesmo homens de envergadura mental e moral, como Antero de Quental, não só discordaram das comemorações, como também procuraram ridicularizá-las.

Apesar de tudo a ideia germinou, sobretudo entre os elementos republicanos, que ali encontraram forma de impor o seu ideal a um povo desprovido da noção dos seus direitos cívicos e que da República apenas possuía uma noção muito vaga e mesmo assim deformada, particularmente nas vilas e aldeias da Província onde o clero era, por via de regra, ignorante ou constituído por galopins eleitorais ao serviço do partido no Poder.

O primeiro sintoma de a ideia de Teófilo não ter caído em terreno sáfaro deu-o o jornal onde haviam sido publicados os três artigos, diário dirigido por Luciano Cordeiro. A convite deste conhecido jornalista, reuniram-se a 3 de Abril, na sede da Sociedade de Geografia de Lisboa, de que Cordeiro era secretário, 36 jornalistas para se lançarem as bases das comemorações centenárias, sendo muito notada a ausência de representantes da imprensa governamental, talvez em obediência a um *mot d'ordre* partido de cima, logo deixando isto prever que o centenário iria decorrer à margem das entidades oficiais.

Dessa reunião saiu uma Comissão de Honra, sob a presidência honorária de António Rodrigues Sampaio, o velho jornalista panfletário que n'«O Espectro» tinha o seu título de glória. Tal lugar, ao menos por simples questão de cortesia, completamente alheia a qualquer pensamento político, deveria ter sido encabeçado no Chefe do Estado, então D. Luís I ele mesmo dado à literatura e tradutor de Shakespeare. A escolha do antigo frade egresso, combatente da guerra civil e violento opositor de D. Maria II, mãe do Rei, durante a *Patuleia,* revelava, a luz meridiana, que os centenaristas nada queriam com o Monarca.

Da Comissão Executiva, que deveria levar a efeito as comemorações fariam parte: o Visconde de Juromenha, apesar de «miguelista», benemérito biógrafo e editor das obras de Camões, Eduardo Coelho, fundador e director do «Diário de Notícias», Teófilo Braga, outro biógrafo do Poeta a que me referirei mais adiante, o citado Luciano Cordeiro, Ramalho Ortigão, cujas *Farpas* haviam sacudido o marasmo lisboeta na década

(5) Basílio Teles, *Do ultimatum ao 31 de Janeiro*, Porto, 1905, pág. 13.

anterior, Sebastião de Magalhães Lima, futuro grão-mestre da Maçonaria Portuguesa e republicano destacado, Jaime Batalha Reis, que, com Antero de Quental e o suíço emigrado José Fontana, lançara anos antes as bases do Socialismo português, Rodrigues da Costa e Manuel Pinheiro Chagas, este muito chegado às instâncias oficiais. A esta comissão agregaram-se ainda *et pour cause* os notáveis pintores Silva Porto e Columbano Bordalo Pinheiro.

Teófilo Braga e Ramalho Ortigão (então ainda muito ligado aos republicanos sem, no entanto, se confessar republicano) (6) receberam o encargo de elaborar o programa das festas centenárias.

Entretanto no dia 10, a Câmara dos Deputados aprovava o Projecto de Lei da autoria de Simões Dias, pelo qual o dia 10 de Junho passaria a considerar-se feriado nacional, Projecto de Lei dias depois também aprovado pela Câmara dos Pares.

E assim se deu impulso a um movimento que deveria em princípio constituir o movimento em que todos os Portugueses baixassem as suas bandeiras partidárias e comungassem todos no ideal da Pátria, de que o Poeta fora o símbolo perfeito e cuja obra resgatava tantos erros do passado, mas, apesar do entusiasmo exuberante de que a imprensa da época dá o relato, a evidência é de tal centenário ter constituído o elemento agregador do Partido Republicano Português, então constituído como um todo mais ou menos homogénio que dentro em breve iniciaria a luta frontal pelo seu ideal norteador, e dez anos mais tarde encontraria no *ultimatum* inglês o pretexto para os mais violentos ataques ao Rei de Portugal e à Monarquia.

Não é meu intuito referir-me, nem mesmo perfunctoriamente às comemorações do 3.º centenário da morte de Camões, mas apenas a um aspecto da obra camoniana de Teófilo Braga, deflagrador da chispa da qual sairiam essas comemorações. Como escreveu um escritor dos nossos dias a «concretização plena das Comemorações Camonianas deve-se à sua agressiva combatividade (que teve por sustentáculo, não o esqueçamos nunca, o espírito de iniciativa das massas)» (7).

---

(6) 31 anos mais tarde após a proclamação da República, nas *Últimas Farpas* iria fazer o processo do incipiente regime,, atacando-o vigorosamente apesar dos seus 75 anos.

(7) Alexandre Cabral, *Notas Oitocentistas*. Lisboa, 1973, pág. 213. Não interessa neste lugar discutir o que considero exagero da expressão parentética. Esta parte deste estudo constitui resumo de um capítulo do I volume da obra inédita *Oliveira Martins e o século XIX*.

Teófilo foi toda a vida um entusiástico camonista, pelo que não surpreenderá ver partir dele o primeiro apelo para as comemorações. Considerando o facto de perto, talvez ele possa ter-se como insólito e no decurso deste estudo virão a lume as razões da minha asserção.

Quando Teófilo publicou a *História de Camões* em 1873 (8) não era desconhecido no meio intelectual português. Nascido em Ponta Delgada em 1843, no mesmo ano em que lá nasceu Antero de Quental, ali viveu até 1861, em cujos princípios se instalou no Porto, passando depois a Coimbra, onde fez a preparação para dar realidade à sua grande ambição — entrar na Universidade, onde se formou em Direito seis anos depois.

Mas a sua vocação literária já se manifestara prematuramente com a publicação dos primeiros versos, *Folhas Verdes* em 1859, ainda na sua terra natal. Encontrava-se então o romantismo português em plena floração e proliferavam os poetas. Teófilo não podia deixar de sentir a influência do «clima» poético que alcançara já as recolhidas ilhas atlânticas, particularmente a de S. Miguel, que a partir de então viria a ser alfobre de poetas, entre os quais sobressairia o maior de todos — Antero de Quental (8a).

Depois de instalado no continente, e ainda escolar universitário, lançou ele a *Visão dos Tempos* em 1864, neste mesmo ano publicando as *Tempestades sonoras,* complemento da obra anterior, das quais tanto chasquearia Castilho. As composições que compõem os dois volumes obedecem ao pensamento expresso na *Légende des Siècles* de Vitor Hugo, obra que causou profunda impressão nos jovens poetas portugueses da 2.ª metade do século passado. A *Visão* procurara ser exactamente a «visão» dos ciclos mais representativos da evolução da humanidade, tal como o exilado de Guernesey os concebera.

Mas ao jovem poeta micaelense faltavam precisamente as qualidades que possuía o grande poeta francês: o estro poético e a faculdade de síntese capaz de fixar num verso todo um pensamento. Por isso as suas poesias só por excepção podem considerar-se perfeitas, apesar de em muitos casos a ideia inspiradora ser muito superior à forma, frequentemente de mau gosto.

Talvez por cultivar então a poesia esta o levasse ao estudo da poesia

---

(8) Historia da Poesia Portugueza. (Eschola italiana — II). Seculo XVI. *Historia de Camões,* por... Parte I. *Vida de Luiz de Camões.* Porto, Imprensa Portugueza — Editora, 1873. VIII-441 págs.

(8a) Vd. *Antologia poética dos Açores,* de Ruy Galvão de Carvalho. (1.º volume). Ponta Delgada. [1979].

popular portuguesa, de que no ano da sua formatura publicou uma *História*, seguindo-se várias outras obras com ela relacionada, tudo representativo de uma fase durante a qual Teófilo se revelou atraído pelo que hoje se conhece pelo nome de folclore e se concretizou muitos anos mais tarde na obra *O Povo português nos seus Costumes, Crenças e Tradições* (9).

Natural era, portanto, que fosse levado ao estudo da poesia culta e, daí, à ideia de lhe escrever a história, primeiro passo para empreender a história da Literatura Portuguesa, até então por escrever.

Por isso surgiu em 1870 o 1.º volume denominado «Introdução», ao qual se seguiriam numerosos outros, entre os quais a citada *Historia de Camões* que vou tentar analisar no decurso deste estudo.

Teófilo Braga é, ainda hoje, um escritor controverso, não sendo fácil escrever acerca dele sem paixão, sendo por isso raros os depoimentos imparciais: ele próprio foi o responsável de tal atitude, porque, como historiador da literatura, não foi imparcial dela fazendo frequentemente tribuna de combate.

Não é este o lugar indicado para debater o problema da influência da sua ancestralidade real por bastardia na oposição sistemática do escritor-político à ideia monárquica, que sempre combateu e à qual jamais poupou doestos e ataques violentos. Tal ideia fixou-se-lhe no espírito como obsessão, determinante imediata dos seus erros de visão, que o levaram em casos numerosos a distorcer a verdade no objectivo de justificar os seus pontos de vista.

Com todos os seus defeitos, e muitos deles graves, foi Teófilo um trabalhador incansável, a quem, por esse facto, se impõe prestar justiça, a despeito da sua total falta de método, agravada esta pela carência da serenidade bastante para analisar documentos e depoimentos, o que lhe evitaria precipitações em formular juízos que outros investigadores eminentes lhe censuraram com justiça.

A Mestra notável que foi D. Carolina Michaëlis escreveu um dia este depoimento, que, vindo de quem veio, deveria ter obrigado Teófilo a arrepiar caminho, procurando corrigir-se dos defeitos apontados. Refere-se a ilustre Professora ao seu

> «...trabalho de verdadeiro repentista, combinando com facilidade extrema noções de história, filosofia, literatura, etnografia e linguística sem os joeirar — o modo como transforma

(9) Publicado em 1885.

> pálidos indícios em provas inconcussas — a ânsia impulsiva de afirmar, mesmo à falta completa de dados seguros — o costume de sintetizar e tirar corolários de proposições não demonstradas — a sua desordenada exposição, cheia de repetições e contradições, mal assinalada num simulacro de plano — a sua indiferença contra a arte de compor e limar...» (10).

Teófilo, porém, não curava de buscar nas críticas às suas obras os elementos construtivos que pudessem contribuir para as tornar mais sólidas e consistentes, detendo-se a ponderar as razões dos críticos, pelo que ou as desprezava, numa atitude de auto-suficiência imprópria de qualquer mestre, muitíssimo mais num Professor catedrático, ou, raras vezes, respondia agressivamente, ainda que o seu crítico o tratasse com benevolência, como se deu com Antero de Quental, seu amigo, quando o futuro grande poeta lhe chamou a atenção para os deslizes deparados na *Teoria da História da literatura portuguesa,* apresentada por Teófilo como tese no concurso à cadeira de Literatura Moderna do antigo Curso Superior de Letras.

Considerar-se-ia intangível o autor da *Histório de Camões?* A ser verdade, tal atitude revela, além da auto-suficiência referida, um orgulho que parece nos antípodas da vida simples, modesta mesmo, conhecida de todos que com ele conviveram ou com ele trataram. Talvez esse orgulho resultasse de velhos recalcamentos nascidos na infância e avultados na adolescência como consequência da malevolência da madrasta, o que, atingido o nível de saturação, o decidiu a abandonar a casa paterna, para fugir ao «suplício moral», como escreveu o seu amigo Francisco Supico [o próprio Teófilo Braga] (11).

Lutou incansavelmente antes de alcançar a independência; sofreu agravos, desprezos, críticas acerbas, tudo aquilo, enfim, que no homem forte robustece o carácter. Independentemente disto, em Teófilo fez criar fundas raízes ao rancor (12).

---

(10) *Cancioneiro da Ajuda.* Vol. II. Cit. in Ricardo Jorge, *Contra um plagio do Prof. Theophilo Braga.* Lisboa, 1918, pág. XXII.

(11) *Mocidade de Teófilo,* pág. 131.

(12) Raul Brandão, que o conheceu bem, escreveu um dia que Teófilo declarou: «E não hei-de morrer sem deixar o meu depoimento sobre os homens do regimen. O que lhes valeu no estrangeiro foi eu presidir ao Governo [Provisório] — senão tomavam-nos como apaches». *Memórias.* Paris-Lisboa, s. d. Vol. III, 4.ª edição, pág. 220.

Esboçada assim, ainda que ao de leve, a personalidade de Teófilo Braga ([13]), chegou o momento de entrar na análise da *História de Camões.*

Numerosas são as biografias de Camões, desde a mais antiga (1613), publicada 33 anos após a morte do Poeta ([14]), até à mais recente (1978) recebida com severidade pela crítica responsável ([15]). A existência de tantas obras biográficas levará o leitor menos culto e desprevenido a supor o conhecimento devidamente documentado de todos os factos e lances da vida de Luís de Camões. A verdade é, porém, muito diferente: o que se conhece, *de certeza,* da vida do Poeta é muitíssimo escasso, poderia dizer-se quase tão escasso como a vida do remoto Homero, cuja existência já tem sido posta em dúvida ou até negada ([16]).

Apesar de tudo, porém, escreveram-se numerosas biografias do Poeta no século passado e no actual, grande parte das quais atingem quase as

---

([13]) Em trabalho posterior — *Um místico jacobino* — procurarei estudar desenvolvidamente a personalidade teofiliana e o seu ideário.

([14]) Da autoria de Pedro de Mariz, *Ao Estudioso de Lição Poética,* como introdução à sua edição de *Os Lusíadas.*

([15]) *Vida ignorada de Camões,* por José Hermano Saraiva.

([16]) O general Francisco Evaristo Leoni escreveu: «Os primeiros biógrafos que dele se ocuparam e que, pela proximidade dos tempos, eram os que melhor nos podiam informar de todos os sucessos que então lhes fora fácil averiguar, tiveram mais cuidado em descrever-nos a extensa genealogia do poeta do que em ilustrar-nos acerca das particularidades essenciais da sua aventurosa carreira, da qual omitiram alguns factos preciípuos, tomando outros tão perfunctoriamente, que só nos deixaram incertezas e conjecturas.» (*Camões e os Lusíadas.* Lisboa, 1872, pág. 81).

Por seu lado, o falecido e ilustre camonólogo Prof Hernâni Cidade, referiu-se à «inópia de documentos arquivísticos respeitantes à sua biografia», acrescentando que «ante as parcas referências que lhe fazem os contemporâneos, se tenha de recorrer à obra do Poeta em busca de informações sobre a vida do homem, em medida igual àquela em que esta nos esclarece os segredos daquela». Mas noutro passo adverte ser preciso «evitar a reacção que leve ao exagero oposto — a renúncia total a informes biográficos e estudo de relações literárias» (*Luís de Camões.* A Obra e o Homem. Lisboa, 1961. págs. 29 e 11).

O lúcido crítico inglês Aubrey F. G. Bell entende que a «mesma incerteza que rodeia os textos de Camões existe na sua vida» (*Luís de Camões.* Trad. portuguesa. Porto, 1936, pág. XIII.

E Aquilino Ribeiro, na sua discutida obra biográfica, salientou que à volta da vida de Camões como da de Dante e Shakespeare «adensou-se originariamente uma penumbra que descoroçoa o historiador e o desespera» (*Luís de Camões.* Fabuloso, Verdadeiro Vol. I. Lisboa, 1950, pág. 7).

Sensatamente, o Dr. José Hermano Saraiva resume tudo com dizer que «o que se sabe ao certo é quase nada, o que se conjectura quase tudo». (*Ob. cit.,* pág. 5).

raias do romance, criando-se assim um Luís de Camões que teria, no século XVI, assumido o carácter dos fogosos «leões» que, na Lisboa romântica do séc. XIX dominavam nos escassos salões da época segredando às jovens palavras de amor ardente em forma de sonetos lapidares. E o responsável, creio que involuntário, dessa figura mítica, portanto irreal, teria sido precisamente o grande romântico Almeida Garrett com o seu belo poema *Camões,* o clarão brilhante que iluminou o caminho do nosso Romantismo.

Jorge de Sena, falecido há poucos anos e um dos grandes camonólogos do nosso século, disse com sensatez:

> «O mal da erudição do século XIX, por exemplo, foi não ter compreendido, nem querer compreender, por pseudoliberalismo burguês, as estruturas senhoriais de que se ocupava (tal como o nosso tempo, por plebeísmo promovido e pretensioso, corre o risco de não compreender a História do que defende), e ter aplicado as suas investigações, no caso de Camões, à construção hipotética de uma biografia que, para nós, não tem o mínimo interesse, já que a sua biografia são os seus versos, e em lugar de observar em que medida isso serviria não para explicá-lo biograficamente e aos poemas, mas *socialmente e psicologicamente*» ([10a])

Quando Teófilo Braga deu a lume a *História de Camões,* já se haviam publicado as *Obras de Camões* do Visconde de Juromenha (1860) e *Luiz de Camões e os Lusíadas,* do gen. Francisco Evaristo Leoni (1872). Foi, porém, Teófilo quem lançou a obra mais densamente documentada, depois reeditada duas vezes e resumida na *História da Literatura Portuguesa. II. Renascença* (1914).

Na *História de Camões* escreve o A.:

> «É de uma dificuldade incalculável o escrever a vida de Camões; a necessidade de dar aos factos uma exacção histórica, de explicar todos os pequenos sucessos que têm relação com esta grande individualidade, fez com que os biógrafos de Camões se esquecessem do indivíduo moral e quase revelassem

([10a]) *A estrutura de «Os Lusíadas» e outros estudos camonianos.* Lisboa. [1970]. Pág. 41.

> incapacidade para conhecê-lo. Além disto, o vulto de Camões anda envolvido em um nimbo de tradições sobre as quais inconscientemente se formou um ideal, que fascina e se impõe ao historiador, que em vez de descrever um profundo espírito da Renascença, recorta com sinceridade um tipo de convenção. A quem estudar a vida de Camões, importa ter sempre em vista, que ele não foi homem de posturas esculturais, como no-lo pintam todos os dias os poemas, as gravuras, as estátuas e as divagações literárias que lhe consagram. Quem o quiser ver com ares de artista em três quartos, falsifica este vulto, grande somente pela sua verdade; era simples de trato, brigão, temerário, desinteressado, como português bilioso-melancólico. Camões teve até nossos dias a felicidade de haver escapado às interpretações teóricas; esmagado sob os Comentários do século XVII, aformosentado pelas patrióticas fantasias do século XIX, é necessário sem grande esforço para tornarmos a achar a natureza».

E logo a seguir expõe o seu programa:

> «Estudamo-lo aqui como ele foi, consubstanciando em um livro tudo quanto há de positivo sobre Camões; não temos pretensões a descobertas, mas a tirar dos textos uma nova luz».

Prestando justiça a Manuel de Faria e Sousa (o que lançou a primeira pedra para sobre ela se levantar o Camões fabuloso) e ao Visconde de Juromenha, sem a dedicação dos quais «pouco se poderia afirmar como indubitável», prossegue:

> «Faltava ainda determinar a acção de Camões na História literária de Portugal; é o que agora se cumpre» (17).

Aparentemente palavras sensatas que não podem, portanto, encontrar oposição de qualquer leitor.

Mas toda a medalha tem o seu reverso. Já no século passado Camilo Castelo Branco acusou Teófilo de ter seguido «muito confiado aquele miúdo investigador [o Visconde de Juromenha] com uma condescendência

(17) Págs. VI e VII.

extraordinária para escritor que tanto averigua» (18). E no nosso século Aubrey Bell considerou as obras camonianas «próprias para distrair a simpatia de Camões» (19).

Qualquer destes juízos carece de aceitar-se com certas reservas; Teófilo foi um investigador obstinado, que não se poupava a esforços para obter o maior número possível de elementos relacionados com o estudo que planeava; o erro consistia na interpretação, por vezes fantasista, que lhes dava, não pesar convenientemente o valor e até a fidelidade das autoridades a que recorria, e, ainda, em muitos casos, a defeituosa transcrição dos textos, nessa «ânsia impulsiva de afirmar mesmo à falta de dados seguros», como escreveu D. Carolina Michaëlis.

De resto, ninguém, creio, contribuiu mais para criar uma figura de Camões tão longe da verdade como a fantasia do autor da *História de Camões,* como se demonstrará no decurso deste estudo.

No cap. I da obra faz Teófilo a reconstituição do Renascimento em Portugal, introdução à biografia e à obra camoniana, tendo sido o Poeta a figura cimeira desse movimento cultural entre nós. Ao meu escopo não interessando deter-me na sua análise, não deixarei de salientar que o A. se mostra aí, tal como em todas as suas obras, um sectário que antepôs as suas paixões à serena objectividade timbre de todo o verdadeiro homem de ciência, título de que muito se orgulhava Teófilo.

Tendo sempre revelado particular aversão ou desdém pela Nobreza — ele, o descendente dum Rei! —, ao referir-se à família de Camões fá-lo com simpatia e até benevolência, salientando que aos antepassados do Poeta «estão ligadas as tradições de poesia provençal portuguesa», representando «essa seiva poética da Galisa, que fecundou a Península toda», recordando a propósito o trovador galego João Nunes *Camanes* do qual existem cinco canções no *Cancioneiro da Vaticana* (20).

No volume *Renascença* escreveu:

> «Para a biografia de Camões tem valor histórico o ser oriundo de uma família fidalga da Galisa, sobretudo na orien-

---

(18) *Boémia do Espírito.* 5.ª edição. 1978, Porto, pág. 195.

(19) *Luís de Camões,* cit. pág. XIV.

(20) Pág. 44. Teria sido este *Camanes* de facto antepassado ou parente remoto dos *Camões* de Portugal? Teófilo parece tê-lo acreditado.

> tação do seu génio; foi seu terceiro avô Vasco Pires de Camões, poeta celebrado no Cancioneiro de Baena e ainda lembrado pelo Marquês de Santillana na sua carta ao Condestável de Portugal» (21).

Não parece, contudo, que o Poeta se orgulhasse da sua origem galega, quando no seu poema fala dos «sórdidos galegos» (20a). O facto é que daquele Vasco Pires, que emigrou para Portugal nos fins do século XIV, descende directamente Luís de Camões, cujo pai, Simão Vaz, era bisneto dele. O Prof. Le Gentil recorda que o Poeta *«n'a jamais fait la moindre allusion à cet ancêtre dont la gloire littéraire pu le séduire»* (22).

Disserta Teófilo acerca desta família que proliferou em Portugal, mas a que o Poeta — a grande figura cujo nome eternizou o apelido — nunca fez qualquer referência, nem mesmo indirecta. Entendia Teófilo que a

> «vida dos antepassados do grande épico português explica-nos muitas feições do seu carácter: por isso recolhemos aqui os subsídios históricos que se acham dispersos» (23).

Entre os vários Camões já numerosos no séc. XVI, sobressai o cónego regrante de Santo Agostinho D. Bento de Camões, tio do Poeta Prior de Santa Cruz de Coimbra e Cancelário da Universidade, a quem haverá ao diante ocasião de voltar a referir-me.

(20a) A este respeito escreveu Jorge de Sena, em referência a um passo do Prof. Le Gentil que sugere que o Poeta talvez ignorasse a sua origem galega: «Além de que seria muito pouco provável que, naquelle tempo, alguém com presunções de nobreza ignorasse as suas origens a menos que isso lhe conviesse. Camões não se refere no passo em questão (Canto IV, est. 10), a galegos radicados em Portugal, ao contrário do que Le Gentil extrapolou ou se pode depreender que tenha extrapolado, mas apenas aos galegos enquanto um dos povos subordinados ao ceptro castelhano. O seu antepassado incluir-se-ia, não nesse passo, mas na est. 33 do mesmo canto, quando é dito que *'dos Portugueses / Alguns traidores houve algũas vezes'* (...) O passo, no entanto, não pode levar-nos a concluir que Camões ignorasse as suas origens galegas, mas sim que se indigna contra a posição por eles, enquanto súbditos de Castela, assumida, nesse momento histórico». (*Ob. cit.*, pág. 44 nota 1).

(21) Pág. 394.

(22) *Camoëns*, Paris, 1954, pág. No seu livro citado, Jorge de Sena apresenta uma larga relação de famílias nobres, com o tempo directa ou indirectamente aparentadas com os Camões (*Ob. cit.*, págs. 3-43).

(23) Pág. 51.

Teófilo esforçou-se por demonstrar a nobreza de sangue do Poeta, facto tão insólito quanto o A., apesar da sua origem nobre a considerava com desprezo. Entre os autores que contestaram ou diminuíram a alta excelência do sangue de Luís de Camões salientam-se: Aquilino Ribeiro (24) e José Hermano Saraiva (25).

No testemunho de Pedro de Mariz «se o nosso Camões foy tão illustre em nobreza de entendimento, tambem foy acompanhado do melhor sangue que Portugal produzio» (26). É testemunho quase coevo, embora desprovido de aparato em apoio. De resto, apesar de o Visconde de Juromenha ter aceitado a nobreza do Poeta, tem o bom senso de declarar que fosse ele «filho de um plebeu ou de um nobre pouco importava para a sua fama» (27).

Foi Camões filho de Simão Vaz de Camões, cuja

> «frequência na corte de Lisboa, e a antiga posse da Quinta do Judeu em Santarém, que pertencia a Vasco Pires de Camões, explicam em parte o seu casamento em Santarém, com Ana de Sá e Macedo, filha de Jorge de Macedo e de sua mulher..... de Oliveira» (28).

---

(24) «E quanto a fidalguia, nos precalços que sofrem e de que são testemunho insofismável os documentos trazidos a lume pelo Visconde de Juromenha, jamais se vislumbra a mão enobrecida de algum parente interferindo por ele. Nem em Lisboa nem na Índia. Devia tratar-se de linhagem muito abaixo da meia tigela a sua ou do ramo plebeizado, para assim ser lançado à margem» (*Luís de Camões* cit. Vol. I, pág. 12).

«Se Luís de Camões era tão colaço com os grandes do Reino, segundo, pretendem Teófilo e Dr. José Maria Rodrigues, como é que o desampararam no Tronco, a prisão ignominiosa, por um caso de lana-caprina, que até à data, que se saiba, jamais levava filho de boa mãe a semelhante lugar?» (Vol. cit., pág. 15).

«Nasceu Luís de Camões, como por semblante lógico se presume, de gente simples, a fronde vulgar ou desfidalgada dos Camões, oriundos da Galiza». (Vol. cit., pág. 55).

(25) «...Camões era filho de um homem a quem um documento régio chama, em 1553, cavaleiro-fidalgo e foi, ele próprio, plebeu (...) fora Luís de Camões preso na cadeia do Tronco. Ora (...) o encarceramento no Tronco era reservado a plebeus» (*Vida ignorada* cit., pág. 44).

«Camões (...) era filho de cavaleiro-fidalgo Simão Vaz e era, ele próprio, homem sujeito a foro plebeu». (Pág. 47).

(26) Cit. in-Bell, *ob. cit.* Nota 13, pág 91.

(27) Cit. in-Aquilino, *ob. cit.*, Vol. I, pág. 61.

(28) *História de Camões.* Pág. 57.

No volume *Renascença* foi, porém, Teófilo mais prolixo quando escreveu:

> «Simão Vaz de Camões, casou em Santarém com Ana de Sá e Macedo, filha de Jorge de Macedo, e sobrinha neta de Filipa de Macedo, a que foi mãe do Conde de Vimioso. Aires Gonçalves de Macedo, pai de Jorge de Macedo, depois de viúvo fez-se clérigo e foi vigário geral do bispado de Coimbra, e um seu filho natural Marçal de Macedo, casou com Filipa de Sá, filha de Heitor de Sá, donde provêm os Sá de Macedo de Coimbra. (Este Heitor de Sá era primo de Sá de Miranda). Estes parentescos explicam as relações íntimas do poeta com D. Manuel de Portugal, e como a Casa de Vimioso lhe mandou a mortalha: e também como a mãe de Camões adoptara o apelido de Sá de Macedo em reconhecimento do carinho que achara nesse ramo de Coimbra, contrastando com o orgulho dos Vaz de Camões» (29).

Em que documento ou testemunho baseou o A. a sua afirmação de a mãe de Camões ter adoptado o nome «de Macedo» em reconhecimento pelo carinho do ramo de Coimbra?

Aceita Teófilo o ano de 1524 para data do nascimento de Camões, a qual, sobretudo a partir de 1924 quando se comemorou oficialmente o 4.º centenário do nascimento do Poeta, é geralmente aceita. Ignora-se, porém, o dia e o mês em que nasceu, embora Camões fale nesse dia em algumas das suas líricas sem todavia o indicar claramente. Tal ano resultou da descoberta de Manuel de Faria e Sousa no livro do «Registo das pessoas que de Lisboa passaram a servir na Índia desde 1550 até 1643».

Se é unânime a opinião quanto ao ano do nascimento do Poeta, já o mesmo se não pode dizer acerca do lugar do nascimento, embora oficialmente se considere ter sido Lisboa.

Como se sabe, debateu-se em tempos a questão relativa ao local onde o Poeta vira pela primeira vez a luz do dia, porque, à semelhança do que na antiga Hélade ocorrera quando sete cidades helénicas disputaram a honra de ter sido a pátria de Homero,

> «também disputaram o berço de Camões, Lisboa, Coimbra, Alenquer e Santarém, uma com tradições, outra com argumen-

(29) Pág. 399.

> tos de distraídos académicos. Manuel de Faria e Sousa na primeira vida do poeta decidia-se por Santarém, donde era natural sua mãe D. Ana de Sá e Macedo. Domingos Fernandes, na edição das *Rimas,* de 1607, na Dedicatória à Universidade, decidiu-se por Coimbra (...) Por Alenquer havia as presunções tiradas da *Crónica* de Fernão Lopes e da *Crónica do Condestável,* junto com alguns lugares do poeta» (30).

Lisboa, porém, «apresenta títulos mais verídicos»: o testemunho do licenciado P.e Manuel Correia de Montenegro, que Faria e Sousa capitula de «*persona de crédito, i de la edade del Poeta e su amigo*», que, a pedido do próprio Camões, escreveu o comentário aos *Lusíadas*. Embora alguns ainda se inclinem para Coimbra, que figura em sonetos e canções do Poeta, e onde ele parece ter estudado, segundo Aquilino Ribeiro, feita a rebusca de dados na obra camoniana, à procura de «menções mais ou menos pessoais, em regra subjectivas, postas na balança, fazem incidir para Lisboa o ponteiro das probabilidades» (31).

Que se sabe dos primeiros anos da vida de Camões? De positivo, absolutamente nada. A fantasia, porém, de alguns biógrafos intuiu pormenores, inaceitáveis por falta de apoio documental ou testemunho fidedigno. Apoiadas na conhecida canção «*Vinde cá*», Wilhelm Sforck creu que a mãe do Poeta morresse de parto; a imagem presta-se de facto a levar à aceitação de tal ideia. Todavia, por alvará de Filipe II, de 31 de Maio de 1582, se concedia a «ana de Sá mãi de Luiz de Camões» a tença de 6$000 réis, demonstra-se que ela ainda vivia «apesar de muyto velha» (32).

---

(30) Pág. 61.

(31) *Ob. cit.,* Vol. I, pág. 45.

(32) «A frase *materna sepultura,* cujo emprego metafórico concorda bem com o estilo de Camões, não pode valer um só momento contra documentos que provam que a mãe lhe sobreviveu» (A. Bell, *ob. cit.,* pág. 7).

Em desenvolvido artigo intitulado *Primeiros anos de Camões,* publicado na revista «Círculo Camoniano» (vol. I, fasc. 12, Porto, 1890, págs. 378-383) e reeditado em *Dispersos originais portugueses.* III. Estudos camonianos Ed. da revista «Ocidente». Lisboa, 1972, págs. 58-65), D. Carolina Michaëlis, comentando os versos da célebre canção (a que chama «Sublime poema») emite opinião semelhante à do seu compatriota Storck, dizendo: «A figura pouco vulgar usada nas linhas 41 e 42 — *quando vim da materna sepultura de novo ao mundo* — torna verosímil a interpretação seguinte, ou antes não admite senão esta única: que o nascimento de Camões custou a vida à sua mãe».

E mais adiante, prossegue: «Se Ana de Macedo não sobreviveu ao nascimento do

É precisamente nessa admirável e famosa canção que ele se refere, vagamente embora, à sua primeira infância:

> Quando vim da materna sepultura
> de novo ao mundo, logo me fizeram
> estrelas infelices obrigado
> com ter livre alvedrio, mo não deram,
> que eu conheci mil vezes, na ventura,
> o melhor, e o pior segui, forçado.

---

seu filho a aplicação mais natural das palavras «*foi minha ama uma fera*», que se oferece, é que o pai viúvo, Simão Vaz, escolheu para o órfão, sem mãe, uma ama, sendo infeliz na escolha porque a palavra *fera*, com que o Poeta designa aquela que o amamentou, significa em sentido real um *animal bravo e indómito, feroz e carniceiro*, e no sentido figurado, uma pessoa cruel. Seria um sacrilégio referir tal termo à verdadeira mãe. (...).

«Ponderando ainda que o Poeta, que tem tantas palavras doces e maviosas para seus amigos e protectores, não dedica um só verso a sua mãe, não a saúda uma única vez, nem mesmo a menciona em nenhuma poesia ou carta que conhecemos, falta esta de carinho que não se verifica nem pelo carácter da Renascença nem pela imitação dos clássicos antigos em um homem tão independente e original como Camões — somos levados pelos factos a afirmar, embora pareça ousadia, que Ana de Macedo mãe do Poeta, morreu ao dar à luz o seu único filho Luís Vaz e que Ana de Sá segunda mulher de Simão Vaz, era portanto a madrasta do Poeta. Esta conjectura remove de vez todas as dificuldades».

Salvo o devido respeito à memória da Mestra excelsa que foi D. Carolina Michaëlis, parece-me que a dedução final não se coaduna com os dizeres claros dos alvarás de Filipe II — «ana de Sá *mãi* [sublinhado meu] de Luís de Camões» (31.V. 1582), «Ana de Sá *mãy* [idem] de Luiz de Camões» (18.XI.1582). Em diplomas oficiais as duas palavras sublinhadas nunca poderiam ter sido empregadas senão em sentido próprio, aliás não se compreenderia nem se justificaria a mercê dos 6$000 reis «avendo respeito aos seruiços que elle [Camões] fez na India».

Concordemos que a expressão «materna sepultura» é insólita, mas creio ser conclusão um pouco prematura tomar o termo «sepultura» literalmente. Admitindo que Ana de Sá morreu ao dar o filho à luz, o simples facto de ele ter saído vivo do ventre materno invalida a ideia de esse ventre ter sido a sepultura do Poeta, que dali saiu vivo.

A expressão deve, pois tornar-se em sentido figurado: o Poeta aludiria ao ventre materno chamando-lhe *sepultura* por ter ali *jazido* durante o tempo da gestação.

Insólito também é que, como salientou a ilustre Mestra citada, o Poeta nunca se referiu à mãe em nenhuma das suas poesias, nem mesmo veladamente deixou transparecer o mais leve sentimento a seu respeito, o que só por rara excepção ocorre na vida de cada ser humano. Para não alongar por demais esta nota, voltarei a referir-me ao assunto na parte final deste estudo.

Até onde poderão aceitar-se estas palavras? Onde acaba o verídico e começa a fantasia do Poeta? Escrita tal canção em idade adulta, embora ainda jovem, traduzirá ela a expressão dos recalcamentos do espírito do autor? Tudo ou nada se pode concluir destes versos, segundo se me afigura.

Passa Teófilo em claro os primeiros quatro anos da vida de Camões por escassez de elementos que nem sequer lhe deram possibilidade de erguer mais uma conjectura sobre que firmar também uma certeza. Apenas refere a saída da família Camões de Lisboa para Coimbra, a terra natal do pai.

> «Tinha Luís de Camões três anos de idade, quando em 1527, rebentou em Lisboa uma grande peste, que se propagou também pelo Alentejo. D. João III fugira com a rainha D. Catarina para Coimbra, e a melhor parte dos fidalgos da corte. O que ficaria fazendo em Lisboa Simão Vaz de Camões, quando tinha casa e propriedades em Coimbra, aonde a memória de seu avô João Vaz de Camões era ainda tão respeitada? No livro de Amato Lusitano, *Curationum Medecinalium,* se vê que a peste continuou a devastar Lisboa e Santarém em 1527, 1528 e 1529; isto melhor fundamenta o ter Simão Vaz de Camões permanecido em Coimbra depois do regresso da corte para a capital».

E mais adiante, prossegue nas suas conjecturas:

> «O carácter de Simão Vaz de Camões, natural de Coimbra, como se acha nos documentos legais, e a *pobreza sua,* a que aludem documentos a contar de 1553, levam a crer que ele foi um desses *parvos honrados,* que gastou a sua fazenda sustentando os hóspedes durante a peste de 1527. As influências de que por vezes o vemos dispor, só se explicam pela reciprocidade dos favores semeados nessa época» ([33]).

Em Coimbra vivia então D. Bento de Camões, irmão de Simão Vaz, cónego regrante de Santo Agostinho, que professara anteriormente a 1527 no Mosteiro de Santa Cruz, tendo-se afeiçoado ao rei D. João III «porque o rei visitava a miúdo o Mosteiro de Santa Cruz».

> «A vida que Luís de Camões passou em Coimbra até entrar na frequência dos estudos foi descuidada. na doce soltura da infância; o facto de seu tio D. Bento de Camões ser nomeado

([33]) Págs. 63 e 64.

> Geral de Santa Cruz e Cancelário da Universidade em 1539, é que serve para determinar o período em que se viu forçado ao banco das escolas. Desde 1527 até 1537 brincou ele desligado de todas as preocupações».

E, como a partir de então fará até ao final do seu volume, vai buscar às poesias de Camões, desta vez à canção IV, elementos reconstitutivos desses anos de que não resta qualquer testemunho.

Escreveu o Prof. Hernâni Cidade que, dada a exiguidade de documentos referentes à vida de Camões,

> «se tenha de recorrer à obra do Poeta, em busca de informações sobre a vida do homem, em medida quase igual àquela em que esta nos esclarece os segredos daquela» (34).

Processo naturalmente indicado mas perigoso, sobretudo quando o poeta é Camões, em cuja obra parece haver ainda poesias espúrias, além de outras de circunstância feitas para satisfazer pedidos de quem possivelmente as apresentou como suas, não esquecendo ainda o célebre verso de Fernando Pessoa: «O poeta é um fingidor / finge tão completamente / / que chega a fingir que é dor / a dor que deveras sente». Com Camões, além de tudo o mais, acresce a impossibilidade de datar rigorosamente toda a sua obra lírica.

Em Coimbra, segundo Teófilo concluiu *(sic)* da leitura da citada canção IV, Camões «descreve o primeiro amor que sentiu na vida», a «Testa de neve e d'ouro» que já se fantasiou ter sido a filha do célebre Dr. Martin Azpilcueta, o que daria origem à saída do Poeta de Coimbra.

Teria ele seguido estudos em Coimbra? Teófilo assinala o ano de 1537 como aquele em que Camões iniciou os seus estudos, aos 12 anos de idade. Naturalmente tais estudos foram os chamados estudos menores, que se professavam no Mosteiro de Santa Cruz, pois era naquela idade que os jovens eram ali admitidos (35). O seu biógrafo e parente Severim de Faria declara que: «Sendo moço foy estudar a Coimbra que entam começava a florecer em todas as sciencias» (36).

---

(34) *Luís de Camões* cit., pág. 29.

(35) Teófilo abona-se na *Chronica dos Conegos Regrantes*, de D. Nicolau de Santa-Maria, pág. 413.

(36) Cit. por A. Bell in *ob. cit.*, pág. 92, nota 14.

O Prof. Hernâni Cidade não o afirma, limitando-se a escrever que Camões «parece ter estudado» em Coimbra, «pois, em vida tão trabalhada, não se afigura erudição de autodidacta a que se espraia pelos vários poemas, épico e líricos», acrescentando que a «situação que na Universidade ocupava o tio D. Bento torna admissível ter Camões ali passado a sua escolaridade» (37).

Há autores, porém, que discordam de ter sido em Coimbra que o Poeta estudou e adquiriu a vasta cultura revelada nas suas obras. Aquilino Ribeiro, por exemplo, apoiado no parecer do Visconde de Juromenha, crê que talvez os pais «tivessem em mira dar-lhe educação mais esmerada, achassem melhor segregá-lo de Lisboa, mandando-o às aulas que davam em seus respectivos claustros dominicanos e jesuítas» (38).

É de supor que fosse em Coimbra e não em Lisboa que o futuro grande Poeta adquiriu a sua vasta cultura. No Mosteiro de Santa Cruz? Na Universidade? Ignora-se, como tantos outros factos da sua vida. Judiciosamente o lusófilo A. Bell escreveu:

> «O profundo conhecimento da história, da literatura e dos clássicos revelado nas suas obras não poderia ter sido adquirido durante a agitada vida posterior mas com mais facilidade durante a juventude naquela, a que Nicolau Clenardo († 1542) chamou a segunda Atenas, a Universidade de Coimbra».

E a seguir: «Camões tinha um profundo conhecimento de latim, escreveu em castelhano com facilidade, lia italiano e talvez grego» (39).

O general Francisco Leoni salienta que nenhum biógrafo de Camões «nos informa de quais foram os estudos que ele cursou na Universidade».

---

(37) *Luís de Camões* cit., pág. 31.

(38) *Ob. cit.*, vol. cit., pág. 17. Aquilino admite a «humildade do nascimento de Luís de Camões (...) Mas já, àquela altura da História, origem modesta não implicava necessariamente incultura», citando, a propósito, Gil Vicente, Mendes Pinto, Damião de Góis, Diogo do Couto, Pedro Nunes, Garcia de Orta, «figuras coetâneas no zodíaco das letras nacionais e saídas do matagal plebeu». E acrescenta. «Decerto que Luís de Camões não estudou o muito que soube e traduziu para os *Lusíadas* com as profissionais do *Mal-Cozinhado*. É admissível que, ao tempo um espírito ávido de saber e aberto viesse a completar a sua ciência de humanidades autodidacticamente como o fizeram em nossos dias, ao que parece, Alexandre Herculano, Oliveira Martins, e Lúcio de Azevedo, por exemplo». (Pág. 17).

(39) *Ob. cit.*, pág. 9.

E referindo-se à opinião de Juromenha, que emitira o parecer de o Poeta ter seguido estudos teológicos, prossegue:

> «o que não tem probabilidade alguma; não só pelo desprendimento que nele observamos de todas as ideias teológicas a que naturalmente devera ser aferrado, se tais houvessem sido seus principais estudos, senão porque claramente vemos que foram as ciências naturais, a filosofia, a cosmografia e a história a que especialmente se aplicou, e em que adquiriu profundos conhecimentos, a que juntou outros muitos em todos os ramos da literatura» (40).

Por sua vez o Prof. Le Gentil aventa uma opinião cuja sensatez e plausibilidade não me parece deverem pôr-se em dúvida. Depois de dizer que «Camões *n'est pas inscrit sur les registres de l'Université*», prossegue:

> *«On revient aujourd'hui, après l'avoir écartée, à l'opinion suivant laquelle son oncle, le chanaine D. Bento, prieur de Santa Cruz, exerçait alors les fonctions de recteur. Le séjour du poète se placerait avant l'arrivée des professeurs français du collège de Guyenne, mais à une époque où les maîtres de Coïmbre s'étaient déjà formés aux disciplines de l'humanisme européen, entre 1537 et 1548. On ne s'expliquerait pas autrement la connaissance très complète que Camões avait alquise de l'antiquité, particulièrement des poètes latins. C'est vraissemblablement au cours de ses études universitaires qu'il a lu Platon dans las traductions de Marsile Ficin, qu'il s'est initié au système de Ptolomée par le* Traité de la Sphère *de Pedro Nunes et que le petrarquisme lui a été révélé sous l'influence prédominante de Sá de Miranda, introducteur des mètres italiens. Son épopée, ainsi que tous les poèmes où il s'exerçait aux genres nouveaux, témoigne d'un savoir encyclopédique et de méthodes qui n'ont rien de commun avec l'improvisation d'un autodidacte, même supérieurement doué»* (41).

(40) *Ob. cit.*, pág. 81.
(41) *Camoëns* cit., pág. 9.

Surgiu porém em anos recentes um opositor à tese de Camões ter estudado em Coimbra seguindo, de certo modo, na peugada de Aquilino: o Dr. José Hermano Saraiva, que entende que as referências ao Mondego «é que fizeram surgir a hipótese de que Camões teria passado em Coimbra os anos da adolescência, ideia que abriu logo porta à suposição de estudos em Santa Cruz», que «não tardou a ser completada por Teófilo Braga, por uma engenhosa fantasia: a de que a amada de Camões fora uma sua prima chamada Isabel Tavares» (42). Hipótese por hipótese, parece mais plausível a de Teófilo, aliás fundada nos testemunhos mais antigos.

Referindo que os autores que estudaram Camões lhe reconhecem «a sólida erudição com que os bons espíritos da Renascença se formavam», e que, através dos seus versos encontraram a prova dos conhecimentos que ele possuía dos grandes escritores da Antiguidade, opina Teófilo que nenhum deles «tratou ainda de reconstruir o quadro dos estudos clássicos em Portugal no tempo em que Camões frequentou, depois de 1537, as escolas de Coimbra». Reconhece, porém, que a despeito da sua formação clássica, ele possuía igualmente um espírito de formação nacional, aquele facilmente detectável na maior parte das suas líricas e nos *Lusíadas,* formação que

> «transpira a cada passo nas inúmeras alusões aos romances do povo, nos anexins vulgares, na forma de *Auto* usada nas suas tentativas dramáticas, e principalmente no conhecimento da poesia interna das lendas da história de Portugal, que ele soube tão bem aproveitar na estrutura dos *Lusíadas*. Esta educação, absolutamente desconhecida em Ferreira e em Caminha, fez-se de um modo natural e simples, no tempo da boa soltura das margens do Mondego, antes de trocar a língua portuguesa pelo uso quotidiano do latim nas escolas de Santa Cruz. Esta educação é que lhe deu o sentimento da nacionalidade, e o tornou o paládio do nome de Portugal, por ele ainda lembrado na história» (43).

Convém recordar neste ponto que Teófilo Braga, se então era já republicano de feição federalista, diluída esta com os anos, possuía um espírito profundamente nacionalista, um pouco difícil de compreender pelos

---

(42) *Vida ignorada* cit, pág. 107.

(43) Pág. 71-2.

espíritos da 2.ª metade deste século em que o termo *nacionalismo* assumiu aspecto de agressividade uma vez perfilhado pelos Estados totalitários cuja política de repressão e de agressão tornou odioso aquele termo. É talvez o nacionalismo de Teófilo o aspecto mais simpático da sua acção doutrinária, a despeito dos exageros e dos erros que lhe inçam a obra. E foi precisamente o lado nacionalista da obra camoniana que o levou ao seu estudo e à admiração pelo Poeta «paladino do nome de Portugal». Este tema precisaria de ser devidamente tratado com desenvolvimento, não se compadecendo com o escopo deste estudo (43a).

Seja dito de passagem que no capítulo em que Teófilo fala dos estudos de Camões, para demonstrar o elevado nível mental do tempo, transcreve uma suposta carta do célebre helenista Aires Barbosa dirigida a André de Rezende, que ele considera «um monumento histórico que assinala uma época literária», mas se demonstrou depois ser apócrifo, pelo que Teófilo, na reedição do seu livro a fez retirar, assim demonstrando ignorar que tal carta havia sido forjada por «um sofisticador de bom gosto que nem sequer se deteve a arcaizar o estilo» (44).

Ainda estudante, desabrochou no espírito do Poeta a admiração por Petrarca, do qual veio a adquirir conhecimento perfeito, a ponto de muitas vezes o imitar e introduzir nas suas poesias versos do poeta italiano. Foi então que traduziu os *Triunfos* de Petrarca, que comentou em prosa, comentário que Teófilo transcreve na sua obra, poesia e comentário publicados primeiro por Juromenha. A leitura do texto em prosa parece-me, porém, deixar lugar para sérias dúvidas quanto à autoria de Camões.

Chegou entretanto um momento em que ocorreu um facto que iria ter profunda influência na vida do Poeta: a sua partida para Lisboa. Porque e quando deixou ele Coimbra? Quanto ao ano, divergem naturalmente as opiniões. Assim, enquanto o bispo de Vizeu D. Francisco Alexandre Lobo coloca a saída entre 1544 e 1546, Juromenha, que Teófilo transcreve, baseado na carta I (aliás III) de Camões, escrita da Índia, em 1553, na qual ele diz «quando cuido que, sem pecado que me obrigasse a três dias de Purgatório, passei três mil de más línguas», concluiu que tal número de dias corresponde a oito anos e oito dias, visto a carta ter sido escrita em 1553, de onde se conclui que deduzindo desta data 8 anos se obtém 1545;

(43a) A ele me referirei, porém, no citado estudo *Um místico jacobino*.

(44) *Contra um plágio do Prof. Theophilo Braga*, pelo Dr. Ricardo Jorge. Lisboa, 1918, pág. 97, nota.

«mas — acrescenta Teófilo, antes da partida para a Índia, esteve Camões em Ceuta *dois anos* e pelo menos um ano no desterro do *Ribatejo*. Daqui se conclui que o poeta abandonara Coimbra em 1542» (45). Juromenha tomou a expressão «três mil [dias]» demasiado à letra, tudo indicando tratar-se de uma frase hiperbólica, um exagero a designar longo tempo, portanto indefinido.

O general Francisco Leoni adopta as datas propostas pelo Bispo de Viseu (46), enquanto Aubrey Bell entende que o «ano de 1542 é aquele em que geralmente se supõe Camões deixou Coimbra por Lisboa», data que assenta nos dados da Carta III acima indicada (47). E o Prof. Le Gentil mantém-se em prudente reserva quando diz que «*il se rend à Lisbonne à une date qu'on ne saurait préciser*» (48). Como quer que seja, teria o Poeta pelo menos 18 anos de idade. Teria «terminado o currículo dos estudos da Universidade», como escreveu o general F. Leoni? (49). Ignora-se. Apesar de tudo parece idade demasiado juvenil para ter já obtido o equivalente à licenciatura, apesar de então os estudos correspondentes ao actual curso liceal serem inexistentes.

Porque deixou ele Coimbra? Teófilo diz ser «de crer que viesse Camões para a corte, mais por cálculo paterno de acrescentamento de seu filho, do que por intuito próprio de representação» (50). No volume *Renascença* adianta algo ao escasso da *História*. Fora em Coimbra que se lhe revelara o talento poético, e «muitos e belos Sonetos lhe tinham sido inspirados por *Sibela* ou *Beliza* (sua prima Isabel Tavares)». Na «opulenta livraria do Mosteiro pôde ele ler e imitar Petrarca, conhecer o *Orlando* de Ariosto e as *Pastoraes* de Sannazaro, e Boscan e Garcilaso os iniciadores do estilo italiano em Espanha. Em Coimbra «era admirado o seu descomunal talento e galhardia». Por isso «sai contra vontade de Coimbra, em *desterro para Lisboa,* como o classifica o antiquário Diogo de Paiva de Andrade» (51).

Esta fase da vida do Poeta é também bastante obscura precisamente pela carência de testemunhos autênticos a confirmar as afirmações de Teófilo, enquanto é de crer ser mera suposição os amores com a prima Isabel, que alguns biógrafos, nomeadamente José Hermano Saraiva, contrariam

(45) Pág. 114.
(46) *Ob. cit.*, pág. 92.
(47) *Ob. cit.*, pág. 11.
(48) *Ob. cit.*, pág. 10.
(49) *Loc. cit.*
(50) Pág. 115.
(51) Pág. 407.

terminantemente. Tirar conclusões dos versos do Poeta, versos cuja época de composição se ignora, é processo arriscado quando deles se pretender obter elementos para o conhecimento da biografia de Camões. Autores modernos (v. g. Aquilino e José Hermano Saraiva) não crêem na estadia do Poeta em Coimbra, a despeito do testemunho de Domingos Fernandes na sua edição das *Rimas* de Camões em 1607, o que levou o lusófilo A. Bell a considerar este depoimento «de peso» e ter sido «verídico ao dizer que Camões viveu em Coimbra» (52).

Era costume os jovens fidalgos irem para a Corte para «acrescentamento», sistema semelhante ao estabelecido desde a instalação do Constitucionalismo, a partir da qual todo o jovem, e então já não apenas fidalgo, entrar no funcionalismo, sinecura a garantir teoricamente, o pão da velhice.

Numa Corte onde havia então

> «o Infante D. Luís, poeta e erudito, a Infanta D. Maria, protectora das boas letras, estadistas que também eram poetas, como o Conde de Sortelha ou o Conde de Vimioso, e condiscípulos das Escolas de Santa Cruz que andavam muito perto do trono e para quem choviam as graças régias, por certo que um mancebo como Camões, galante e atilado, tinha a esperar grandes vantagens, e podia-se afoutamente auspiciar-lhe um brilhante futuro. Mas (...) era um lugar perigoso onde pesca muita gente; e já nesse tempo Sá de Miranda acusava o erro económico de concorrer a Lisboa toda a fidalguia do reino» (53).

Mais adiante continua Teófilo:

> «Vinha Camões para a corte em um estado de espírito em que qualquer galanteio o seduzia; tudo seria para exaltar o seu estro; o talento poético que mostrava servia-lhe de principal dote para parecer bem no paço.
>
> «Ainda imbuído da erudição colegial, este mesmo defeito servia para o tornar mais estimável» (54).

---

(52) *Ob. cit.*, pág. 91, nota 12.
(53) Pág. 115.
(54) Pág. 118.

Dividem-se as opiniões de alguns biógrafos de Camões quanto à possibilidade de ele ter frequentado a Corte quando se instalou em Lisboa. Teófilo é peremptório, quando escreve: «Os sonetos de Camões também relatam a sua vida íntima no paço» ([54a]). Jorge de Sena é, por outro lado, categórico ao dizer:

> «Imaginar Camões um cortesão, frequentador habitual de serões de corte, com entrada mais ou menos livre nos paços reais ou outros, é visão de românticos ou ridículo desejo burguês de promoção aristocrática colectiva (como Camões é 'o nosso poeta nacional', *todos* entramos com ele nesses paços de que os antepassados da maioria de nós apenas varriam a porta de vassoura em punho ou lhes consertavam as alfaias)». ([54b]).

Para António José Saraiva, «as relações de Camões com o Paço estão atestadas por versos em que glosa motes dados por damas de boa estirpe» ([55]).

Aquilino Ribeiro, por sua vez, coloca-se no sector oposto ao escrever:

> «Os biógrafos de Camões, devotos da sua glória temporal que não da sua vera glória efectiva, aproveitam-se, como sempre, de pequenas referências respigadas na Lírica, para erguer as suas construções babilónicas. Se glozava os motes de D. Francisca de Aragão é porque frequentava o Paço. Se frequentava o Paço, tomava parte nos saraus e recitava»:

E adiante:

> «Supor que D. Francisca de Aragão deu alguma vez mote e glosa a Camões, é temerário. Ela devia dá-los a todos os poetas, a quem queria, não duma varanda como as freirinhas nos outeiros, mas trazidos para a publicidade por uma alcoveta, um pagem, um bobo. Era este, ao tempo, um dos entretenimentos das sécias. Entretenimento e gracinha. Não havia imprensa; a música era de fugir; com as classes em comparti-

---

([54a]) Pág. 155.

([54b]) *Ob. cit.*, pág. 37.

([55]) *Luís de Camões* cit., pág. 19.

mentos estanques, o Mundo era um aquário; a imperiosidade do social ia fazendo os seus distúrbios e balbúrdias. Isto da glosa e do mote era uma forma de mexerico, à margem do protocolo» (56).

De resto, como em devido tempo salientou Afrânio Peixoto, outro dos grandes camonólogos deste século, não teriam sido possíveis as relações da dama da Rainha com Camões nesta altura da vida do Poeta, tendo ela então 6 ou 7 anos de idade e entrado ao serviço da mulher de D. João III em 1550 com 14 ou 15 anos.

Hernâni Cidade, porém, depois de salientar que dos «tempos de Lisboa nada nos dizem os contemporâneos, ou melhor, o pouco que nos dizem explicará o muito que nos calam», aceita que nos serões em que fulgurantemente [Camões] brilhava nos Paços da Ribeira, volteando motes e dizendo versos próprios ou alheios, (...) não raro derivaria para as ruelas mal frequentadas, onde as *damas de aluguer,* as *ninfas de água doce* tinham suas *torres* e *acolheitas*» (57).

O Prof. Le Gentil dá como certo,

> «*sans qu'on soit autrement renseigné sur ses moyens d'existence,* (...) *qu'il a fréquenté le palais du roi. Il y était admis à double titre, en raison de sa noblesse reconnue et comme poète. Il ne comptait pas au nombre des privilégiés qui touchaient une pension de résidence ou* moradia, *mais il n'en appartenait pas moins à une élite sociale où le talent était apprécié*» (58).

Com a sua fantasia sempre pronta a vizionar pormenores da vida de Camões que nenhum documento abona, Teófilo, na *Renascença,* esforça-se por explicar como se teria dado a crise em que caiu o espírito do Poeta após a entrada em Lisboa:

> «Deu-se na passagem brusca de um meio plácido e contemplativo como Coimbra, sob a disciplina escolar, uma profunda modificação, agravada pela crise da adolescência vigorosa,

(56) *Ob. cit.* Vol. cit., págs. 153 e 154.
(57) *Ob. cit.*, pág. 35.
(58) *Ob. cit.*, pág. 10.

quando Camões se viu com independência franca em uma capital faustosa agitada por vastos interesses económicos como Lisboa. Sofreu uma violenta adaptação o poeta, que o impelia para a nevrose da sua parentela (59), arrebatado pela desenvoltura de uma outra mocidade insubmissa. Do seu talento e saber já o tinha precedido a fama, que chegara até às damas do paço que bem desejavam conhecer esse rapaz que sabia aliar a *cortesia* com o *gracejo,* a galantaria com o desenfado ou espontaneidade» (60).

A Teófilo parecia, ou melhor estava ele certo de que o Poeta «gastava a mocidade» em Lisboa fazendo versos de amor às damas da Corte ou glosando motes que delas recebia, motes que, a crer-se em afirmação da Carta II, transcrita pelo A., lhe eram pedidos por D. João III, hipótese nada provável.

Vêm agora à colação as chamadas cartas de Camões, que Aquilino Ribeiro publicou actualizando-lhes a ortografia e a pontuação (61) depois de terem sido publicados neste século pelos editores responsáveis de *A Lírica de Camões*. Existem quatro cartas atribuídas ao Poeta, uma das quais apócrifa. Das três tidas como autênticas, nenhuma das quais é datada, a I é «de Lisboa a um seu amigo»; a II é também dirigida «a um amigo, em que lhe dá novas de Lisboa; a III é «da Índia a um amigo». Ignora-se quem fosse o amigo (se todas foram endereçadas ao mesmo; o que é duvidoso) ou os amigos (61a).

A II carta constava de um códice que em 1925 o Dr. Jaime Cortesão,

---

(59) Tinha Teófilo a convicção de que nas «três famílias dos Camões de Évora, de Coimbra e de Lisboa existia a nevrose hereditária: a riqueza e a importância hierárquica deram-lhe o carácter de estouvamento e desenvoltura, que vemos em seus primos Simão Vaz de Camões, de Coimbra, no Luís de Camões de Évora que foi à batalha naval de Túnis, e Pero Alves de Camões, que vivia em Lagos. Com certeza este amor de *Belisa* é explicável na sua desventura pela simples causa de ser graça, o génio do poeta apurou-se resistindo em todos os meios pela *novenergia*» (*Renascença,* pág. 411).

(60) Pág. 411.

(61) *Camões, Camilo, Eça e alguns mais.* As cartas eróticas de Camões. Lisboa, s. d., págs. 53-87.

(61a) «...as cartas de Camões, que refletem uma vida chocarreiramente vivida em alguma dissolução que não é maior do que a da juventude de qualquer parte e em qualquer tempo...» (Jorge de Sena, *ob. cit.,* pág. 38).

então Director da Biblioteca Nacional, comprou com outra, esta aliás, já publicada (62).

Admitindo-se a sua autenticidade — o que se me afiguraria só possível pelo cotejo com outros escritos em prosa de Camões, aliás inexistentes — verifica-se uma profunda divergência mental entre o poeta das líricas e do poema e o redactor dessas três cartas, cujo estilo aliás condiz em todas.

Se é certo que em numerosos casos se encontraram profundas divergências entre a prosa e a poesia de escritores, alguns consagrados, também é verdade que apesar dessas divergências algo aparece a denunciar a mesma mão, melhor, a mesma mentalidade. Não é porém o caso das três cartas, cujo autor se parece mais com o volteiro que percorria as ruas de Lisboa com o seu bando de arruaceiros do que com o autor de tantos belíssimos sonetos e canções que brilham fulgurantemente entre as inumeráveis poesias de que s orgulha a nossa literatura. Adiante terei de voltar à questão das cartas.

Teófilo persiste em apresentar Camões como frequentador do Paço sem para isso aduzir provas irrefutáveis ou, ao menos aceitáveis. Assim admite que as redondilhas foram «escritas na maior parte enquanto frequentou o paço» (63), possivelmente como adventício já que não recebia «moradia». Em que se ocupava, pois, o Poeta, cujo pai não dispunha de meios para subsidiar a vida do filho na capital do Reino? A maior parte dos biógrafos de Camões parece terem desprezado esse pormenor, não despiciendo aliás, da vida do Poeta: crendo ou aceitando que viesse na Corte, ali encontraria os meios de subsistência, salvo se supunham que então, como hoje, um homem pudesse viver exclusivamente de fazer versos que oferecia às damas de quem se sentia cativo. É certo que antes e depois de Camões houve poetas que poetaram por conta de outrem, e os epigramas do próprio Camões ao Senhor de Cascais e ao Duque de Aveiro dão-no a perceber.

Mas as «encomendas» não deveriam ser tão numerosas que rendessem o suficiente para ele viver e cuidar do vestuário para não desmerecer perante as damas do Paço.

Aquilino, apoiado nos dizeres do biógrafo e contemporâneo do Poeta P.e Manuel Correia, assevera que «não exercia nenhum mester, nem jamais se lhe conheceu outra aptidão que não fosse a de versejar e prendas afins», parecendo-lhe que ele «não tinha ocupação qualificada, à parte a

(62) In «Boletim das bibliotecas e arquivos nacionais», 3.º ano, 1904, n.º I.
(63) Pág. 121.

de poeta, a qual é de crer, apesar de tudo, que alguns proventos lhe proporcionasse» (64).

Noutra passagem, talvez um pouco mais compreensiva, com seu quê de irónica, escreve:

> «Os proventos de autor e representante, embora exíguos, somados aos de versejador de encomenda, um soneto a este galã, um vilancete àquele peralta, uma ode ao fidalgo baboso, tais e tais redondilhas ao palaciano, versos religiosos ao frade e à benta, perfazem a fonte económica a que Luís de Camões iria buscar seus meios de vida. Nada haveria, no entanto, mais eventual e precário em despeito da boa fama que pudesse correr da sua arte. Se assim não fosse, se Luís de Camões não compusesse uma grande parte das poesias com este objectivo, a que intuito teria obedecido?» (65).

Se vivia Camões com os pais, o que de todo em todo se ignora, seria a bolsa paterna que faria face às suas necessidades? Teria sido assim um «parasita». Te-lo-ia ele aceitado? Problema tantalizante.

Em nossos dias, José Hermano Saraiva, para fundamentar a sua tese a partir da canção «Foi minha ama uma fera», põe-no ao serviço do Conde de Linhares, D. Francisco de Noronha, cuja esposa D. Violante de Andrade teria sido o único e grande amor de Camões, outro exclusivismo a emparceirar com a tese da Infanta D. Maria, que o seu arauto e mantenedor, o já citado Dr. José Maria Rodrigues, pela primeira vez a lançou na obra *Camões e a Infanta D. Maria* (66) e por ela se bateu indefectivelmente até morrer.

E já que chegamos ao ponto dos amores do Poeta, parece-me oportuno referir-me às três teses do grande amor de Camões:

1.ª *Catarina de Ataíde* — Pedro de Mariz foi quem pela primeira vez se referiu aos amores de Camões «no paço da Rainha», sem nomear a amada, que Diogo de Paiva de Andrade descobriu — D. Catarina de Ataíde, filha de D. António de Lima, mordomo-mor do Infante D. Duarte. Foi a tese mais divulgada durante muito tempo, até ao momento de surgir em campo a dama rival.

---

(64) *Ob. cit.*, Vol. I, págs. 197 e 198.
(65) *Vol. cit.*, pág. 223.
(66) Lisboa, 1904.

2.ª *Infanta D. Maria* — apontada, como já se disse, pelo Dr. José Maria Rodrigues, depois reforçada pelo poeta Afonso Lopes Vieira, quando ambos prefaciaram a *Lírica de Camões.*

3.ª *D. Violante, condessa de Linhares* — a mais recente, apresentada pelo Dr. José Hermano Saraiva em 1974.

O conhecimento de todos os estudiosos da vida de Luís de Camões e o que pode depreender-se da leitura da sua Lírica, e ainda a ideia que se faça dos actos praticados por ele, pelo menos até ao regresso do Oriente, tudo leva, creio bem, a uma conclusão que não se compadece com a tese do amor único do Poeta, o que não se coadunava com o seu temperamento, diga-se mesmo a sua idiossincrasia. Ele era um homem que amava a liberdade, incompatível com a sujeição a quem quer que fosse.

Atribuir-lhe um amor único, além de revelar desconhecimento completo das poesias de amor, é ver nele um romântico *avant la lettre,* a alimentar essas paixões profundas e exclusivas dos heróis da novelística camiliana. O ambiente do século XVI era completamente diferente do da 1.ª metade do século XIX, e a psicologia de Luís de Camões era o oposto à de Simão Botelho.

Volto a repetir ainda uma vez o já dito antes: é arriscado colocar no mesmo plano todas as poesias amorosas do Poeta, ignorando-se quais as compostas para outrem, quais as que traduzem na verdade o seu estado de alma no momento em que as escrevia, e, sobretudo, a quem foram dirigidas, ocultos os nomes por detrás dos criptónimos pastoris.

Teófilo mostra-se partidário da tese de D. Catarina de Ataíde, a única de facto generalizada no seu tempo.

> «Foi também em uma Igreja que Luís de Camões se sentiu enamorado por uma formosa dama da Rainha D. Caterina; impressionado com as tradições dos amores de Petrarca, que ele conhecia pela comunicação directa da poesia italiana, procura *imitar* os mesmos acidentes desse erotismo místico da Renascença» (67).

E porque nas *Obras* do poeta cortesão Pedro de Andrade Caminha se encontra um epitáfio à morte de Catarina, logo Teófilo foi levado «a

(67) Pág. 135.

crer que ela não lhe era indiferente», ou como cortesão «quis lisonjear o seu antigo Camareiro-mor» (68).

Não há provas bastante fundamentadas para justificar a inimizade do poeta Caminha pelo poeta Camões, curiosamente ambos eles descendentes de fidalgos galegos imigrados em Portugal no reinado de D. Fernando. Se bem que fossem vulgares as inimizades de homens de letras nessa época, (como hoje) o facto concreto é que nada demonstra elas existissem entre os dois. Teófilo, porém, com uma fantasia digna de um novelista, logo fabulou uma intriga. No volume *Renascença* se encontra mais desenvolvida a sua ideia:

> «Há aqui um facto importante, com uma intima razão de ser. Quando se descobriram na corte os versos amorosos a uma certa dama D. Caterina de Ataíde, cada uma deste nome deu naturalmente escusas da imputação: a filha de D. Álvaro de Sousa conhecia a *grande alma* do poeta, e por ela explicava as empresas a que o poeta se arrojara; a filha de D. Francisco da Gama, foi porventura crua repelindo o poeta, cuja pobreza e falta de valimento oficial contrastavam com a superioridade intelectual e moral. Desde que por exclusão de amores se localizaram na filha de D. António de Lima, *dama da rainha,* não deixaria a inveja odienta de Caminha de provar o escândalo para que o poeta fosse desterrado da corte, as duas Caterinas de Ataíde casaram, e a *Natércia,* a filha de D. António de Lima, devia ter sofrido contrariedades persistentes, porque segundo as frases dos linhagistas! *morreu moça no paço*» (69).

Efectivamente havia então na Corte três Catarinas de Ataíde, cuja filiação Teófilo indica. Todo o restante é mera fantasia, fruto da imaginação, «trabalho de verdadeiro repentista» nos dizeres de D. Carolina Michaëles.

Mas algo mais aventa Teófilo para completar o entrecho do drama que traçou. Adiante refere-se às desinteligências levantadas entre D. João III e D. Bento de Camões, tio e pressuposto protector do Poeta

---

(68) Pág. 148. Antes, e referindo-se ao mesmo epitáfio, pergunta se ela não significava «o indício de um antigo ciúme, que o insípido Caminha transformava em acerados Epigramas contra Camões?» (Pág. 141). Isto é significativo.

(69) Pág. 425.

em Coimbra, desinteligências resultantes de se ter achado um tesouro «nas escadas da torre do mosteiro de Santa Cruz de Coimbra vindo a decidir-se por sentença a favor do rei». Dois anos após este caso, «vagando as grossas rendas do Priorado-mor de Santa Cruz por morte do infante D. Duarte, D. Bento quis incorporá-las no mosteiro», tendo-as o Rei reclamado «para um seu bastardo, a quem fizera arcebispo de Braga apenas com vinte e um anos de idade», tendo o Papa dado sentença também favorável a D. João III, de tudo resultando a animosidade do monarca para com o Cónego regrante de Santa Cruz.

Teófilo urde então o 2.º acto do drama:

> «Desde que o odiento Caminha revelasse a D. João III que Luís de Camões era sobrinho do Prior geral D. Bento de Camões, porque, este Caminha como pertencendo ao pessoal da casa do infante D. Duarte conheceria esta questão, com certeza, o rei perderia toda a boa vontade e aproveitaria qualquer ensejo para repelir o poeta. A sua situação assim precária bem chamava o poeta *má fortuna*» (70).

O drama, porém, não termina aqui, porque novas personagens intervêm para tornar a cena mais trágica:

> «Fácil foi à família castelhana de Caterina de Ataíde atalhar a estes *amores sem dinheiro* mostrando ao bigotismo da Rainha o atrevimento de Camões, *Sereia do paço,* requestar uma sua dama e perigosamente pela menoridade que tinha de ser defendida. A rainha D. Caterina mandava tanto como D. João III, e *a instância de los parientes d'ella,* diz Faria e Sousa, o poeta foi por simples ordem verbal afastado da corte, para evitar a eventualidade de um *casamento a furto*» (71).

Neste passo apoia-se Teófilo no parecer de Faria e Sousa, que deu o seu apoio decidido ao «mito Catarina de Ataíde» divulgado, se não inventado, por Pedro de Mariz. A crer nos biógrafos mais antigos do Poeta, este teve na Corte atitudes irreverentes que, se cativavam as damas que viviam nesse ambiente onde a Rainha «exigia uma forte austeridade de costu-

(70) Pág. 428.
(71) Pág. 427.

mes» ([72]), por outro lado irritavam naturalmente os que se sentiam diminuídos diante do talento de Camões, e muito mais os Reis, cuja devoção impunha as normas de procedimento e compostura a dentro do Paço da Ribeira.

Entre as «travessuras» que certos biógrafos lhe atribuem, figura a maior e lhe teria acarretado a aversão do Rei: o *Auto d'El-Rei Selemo:*

> «O Auto de *El-Rei Selemo,* foi composto no curto espaço de três dias, como se deduz do prólogo em prosa, e representado em casa de Estácio da Fonseca, enteado de Duarte Rodrigues, reposteiro de El-Rei D. João III. O Auto é fundado sobre os amores de Estratónice e de Antioco, já conhecidos por Camões nos *Comentários aos Triunfos* de Petrarca; esta história, cantada por Petrarca, tinha uma grande analogia com o sucesso que se deu em Portugal com El-Rei D. Manuel, que se desposou em terceiras núpcias com a noiva de filho, D. Leonor de Áustria, pretendida por D. João III.

Depois de salientar a «influência que este Auto teria para apressar a ruína de Camões», escreve:

> «Tendo sido publicado o Auto *d'El-Rei Selemo* em 1616, sobre um manuscrito que possuía o Conde de Penaguião, vê-se que o Auto foi parar às mãos do Camareiro do príncipe-real; talvez por queixa contra o poeta, fundando-se em alusões que nem ele mesmo previra. Seria esta acusação o que determinou o desterro de Camões; não faltaram almas vis, mordidas de inveja, que viessem recordar a D. João III, de que o tio do poeta, D. Bento de Camões, em 1540 e 1541, tivera dois conflitos com o rei acerca do tesouro achado em Santa Cruz de Coimbra, e das rendas vagas pela morte do Infante D. Duarte. Aí concorreria também D. António de Lima, fazendo carga ao poeta, por desautorizar a gravidade e decoro do paço celebrando publicamente em verso os amores com sua filha; não faltaria o miserável Caminha a delatá-lo como mancebo incapaz de ter

([73]) Pág. 420.

> respeito aos homens de autoridade, e que desprezava as regras da poesia antiga» (74).

Surpreende deveras como foi possível erguer tão frágil edifício assente em meras hipóteses sem qualquer fundamento, por parte de quem sempre invocou a Ciência como base do seu labor.

Com a sua habitual sensatez, o lusófilo A. Bell, a propósito deste auto, acha que «a escolha do tema do auto — os amores do Príncipe Antíoco pela madrasta — era esquisita desde que El-Rei D. Manuel se casara com a noiva originariamente destinada ao filho, agora no trono». Como foi, porém,

> «representado em casa dum oficial da Corte e isto torna especialmente difícil acreditar em qualquer ofensa intencional para com o Rei e a Rainha. Representado em qualquer outra parte poderia ser considerado como reacção contra a crescente severidade e melancolia da Corte; representado na presença de um alto funcionário da Corte, deve antes considerar-se como o reverso da máxima — 'não falar em corda em casa de enforrado': o assunto poderia ter sido escolhido, tal como Gil Vicente pudera falar em veneno na presença da Rainha D. Leonor para mostrar que as suspeitas eram infundadas; pelo menos não há outra explicação» (75).

Aquilino não aceita que o auto fosse representado em casa de Estácio da Fonseca, o que se infere «da própria contextura do prólogo», e também

> «de que o magnate e enteado continuaram disfrutando todo o favor real, o que não sucederia se tivessem sido eles os fautores do desacato e escândalo» (76).

A crer nas considerações de Teófilo, na representação do auto estaria a causa do banimento do Poeta, do seu desterro. Todos os biógrafos e aqueles que têm comentado passos da vida de Camões não deixam de referir-se, com maior ou menor desenvolvimento ao «desterro» do Poeta sem adu-

---

(74) *História*, pág. 164.
(75) *Ob. cit.*, pág. 18.
(76) Vol. cit., pág. 232.

zirem qualquer argumento válido exceptuando as suas líricas, onde frequentemente se depare tal palavra. Tenho por certo que ainda os mais ilustres biógrafos, no desejo de fundamentarem o seu ponto de vista, parece terem ignorado (ou desprezado) o simbolismo poético camoniano. Com excepção de algumas canções escritas no Oriente e revelam o seu efectivo desterro, quando a sua vida sofrera a maior transformação que ele podia ter esperado, os sonetos e canções escritos em Portugal traduzem por «desterro» a separação da mulher amada; querer ver nesse termo o equivalente ao afastamento da Corte, digamos o banimento como um «desterro», afigura-se-me forçar por demais o sentido.

Pergunta Aubrey Bell: «Foi ele formalmente banido da Corte? Para onde? As respostas a estas perguntas têm sido várias» (77).

Aquilino, supondo, «embora com incerteza» o banimento resultante do auto, aventa que esse «ostracismo voluntário» dever-se-ia «aos erros meus, má fortuna», de «que derivou para o vero degredo em África com a duração taxativa de dois anos». E, logo a seguir:

> «Não sendo aquela a causa, teremos que filiá-la nos seus actos de estúrdia desmedida ou arruaça nocturna com birbantes e desordeiros» (78).

Segundo Teófilo, «o pretexto do desterro foi principalmente a falta de respeito ao paço», baseando o seu parecer na Écloga III,

> Mas teu sobejo e *livre atrevimento*
> E teu *pouco segredo* descuidado
> Foi causa deste longo apartamento (79).

Nada melhor se poderia obter para demonstrar a verdade do prolóquio *Facile credimus quod volumus*... Inferir a verdade dum facto em que Teófilo acreditava, duns versos colhidos adrede, só porque pareciam provar o seu asserto, constitui um dos processos de investigação do autor da *História de Camões*.

Tem-se dado o Ribatejo, mais especialmente a actual Vila Nova de Constância (nesse tempo ainda conhecida pelo esquisito nome de Punhete),

---

(77) *Ob. cit.*, pág. 19.
(78) Vol. cit., pág. 233.
(79) Pág. 166. Os sublinhados são do Teófilo.

como o local por onde Camões andou, tendo-se gorado a visita a Coimbra pelo falecimento de D. Bento de Camões ocorrida no dealbar de Janeiro de 1547. E Teófilo, continuando a dar largas à fantasia, entendeu ser

> «natural que se demorasse em Santarém, onde existiam parentes de sua mãe, como uma tia casada com Belchior Barreto; daqui passou para a aldeia de Pugnete, onde o Zêzere e o Tejo se misturam. Como lhe não falaria por estes sítios a memória do enamorado cantor do *Crisfal*. Daqui lhe era fácil uma excursão até Pedrógão, do qual descreve o Convento dos Dominicanos, e então iria desabafar saudades com o jovem poeta João Lopes Leitão *'preso em sua casa'* por ter entrado na sala onde estavam as damas do paço, contra a vontade do porteiro» ([80]).

Seria então que escreveria a Elegia *O sulmoneme Ovídio desterrado,* como quer Teófilo? Quem poderá afirmá-lo se se ignora a data da maior parte das poesias camonianas? Que há nessa elegia que possa considerar-se a expressão fiel da realidade que Camões então *viveu* ou *a que se lhe afigurou?* A boa prudência, se não reserva, parece-me dever ter-se em conta, quer na análise dos factos históricos, quer na crítica literária.

Prossegue Teófilo a narração das andanças do Poeta durante o seu «desterro»:

> «Uma vez acabado o pretexto que o fazia ter vontade de residir em Coimbra, e sem valer o tempo que duraria este degredo *(sic)* (...) Camões julgou mais digno da sua bravura o gastar o viço da mocidade combatendo com os Mouros da África»

Ocorrera em 1547 o cerco de Mazagão, a que numerosas vezes se referem Jorge Ferreira de Vasconcelos na comédia *Ulissipo* e o Chiado na *Prática de Oito figuras.*

> «Este sucesso levaria Camões a trocar o desterro infrutuso do Ribatejo pela vida de acção nos recontros de África» ([81]).

([80]) Pág. 167.

([81]) Pág. 171 e 172. O Dr. José Hermano Saraiva diz que se ignoram quais os «motivos [que] levaram Camões a Ceuta; discute-se, por exemplo se foi para lá de livre vontade, se se tratou de exílio forçado», e, baseando-se na elegia II, acerca da qual «existe completa unanimidade» quanto à sua autenticidade, declara: «Camões não foi para Ceuta de moto próprio» (*Vida ignorada* cit., págs. 206 e 207).

Mais uma hipótese a juntar às anteriormente levantadas. Os biógrafos de Camões sempre se referem, naturalmente, à estadia do Poeta em Ceuta, mas nenhum apresenta qualquer razão válida explicativa das causas desse novo «desterro». Supor, como Teófilo escreveu, que ele «julgou mais digno da sua bravura» ir combater em África é mera hipótese e só como tal se poderá aceitar. Até então, ao que se depreende de todas as biografias, ele não revelara ainda esse espírito combativo que faz os guerreiros. O Camões antes de Ceuta é totalmente diferente do Camões regressado a Lisboa.

Como se sabe, o Poeta bateu-se bem, tendo mesmo ficado marcado para toda a vida com a perda do olho direito em combate, querem alguns que no mar. Teria sido este acidente, independentemente do ambiente quase constante de luta, que alterou, além da fisionomia, a própria personalidade de Camões? É possível, mas não pode afirmar-se, embora os seus actos posteriores em Lisboa e na Índia possam oferecer matéria para reflexão.

> «Pelo tempo em que nos aparece Camões em Lisboa, em 1550, se vê que os seus protectores não puderam abreviar-lhe o desterro, e que só o trouxe à pátria aquele dia, que era o *fim de dois anos*, que lhe faltavam ainda quando foi para Ceuta (...)
>
> «Pela Carta primeira da África, sabe-se que o desterro do poeta acabava em 1549; nesse ano chegou da Índia a notícia da morte do Vice-Rei D. João de Castro; foi chamado para esse cargo D. Afonso de Noronha, que estava em Ceuta, deixando a capitania da praça a seu sobrinho D. António de Noronha, camarada de Camões ([82]), que lhe dedicou a Ode XIII, recolhida do *Manuscrito* de Luís Franco. (...)
>
> «Livre da pena que cumprira, Camões não tardou em regressar a Lisboa, aproveitando da vinda do novo Vice-Rei,

---

([82]) Wilhelm Storck, o professor alemão biógrafo e tradutor das obras de Camões, aventara a hipótese de o Poeta ter exercido as funções de preceptor do jovem D. António de Noronha, filho de D. Francisco de Noronha, conde de Linhares, hipótese aceite modernamente pelo autor da *Vida Ignorada*. Profunda amizade ligava Camões ao pupilo, anos mais tarde morto em combate em Ceuta.

Aquilino, porém, é de parecer não ter havido intimidade entre Camões e D. António, e baseando-se num soneto do Poeta ao seu pupilo, vê-se no verso «Ah, senhor D. António, a dura sorte...» «o solene desmentido à intimidade e fraternal convívio, que lhes atribuem, e latente a distância que os separava» (Vol. II, pág. 55).

> D. Afonso de Noronha; é natural que pelas qualidades de bravura que mostrou nos recontros de África, e sobretudo pela lucidez de espírito, o Vice-Rei o convidasse para o acompanhar na viagem da Índia; o seu alistamento em 1550 leva a induzir isto» (83).

Continuando a visionar factos da vida de Camões, que totalmente se ignoram, continua Teófilo:

> «Quando Camões chegou a Lisboa, veio encontrar ainda acesos os antigos ódios; trazia dos portos da África mais audácia e bravura, e sobretudo um sinal evidente da sua coragem: perdera o olho direito em um combate, e isto o expunha aos motejos das damas e dos galanteadores» (84).

E volta à sua *marotte:* a inimizade de Pedro de Andrade Caminha por Camões, a sua «perfídia»; o epigrama CX «refere-se *indubitavelmente* [sublinhado meu] a Camões quando voltou de Ceuta, depois de ter perdido um olho».

Devia Camões partir para a Índia na nau *S. Pedro dos Burgaleses,* mas, por efeito de uma arribada, teve de ser consertada.

> «Seria esta uma das causas porque não seguiu logo viagem, se é que chegou a embarcar; mas supomos que foi outro o motivo que o demorou em Lisboa até 1553. Durante estes três anos que esteve na corte, apesar de todos os ataques da inveja, Camões nutriu algumas esperanças de melhorar o seu futuro» (85).

Como poderia o Poeta ter voltado à Corte depois de haver sido banido dela pelas fortes razões atrás apontadas? Qualquer dessas razões, a serem admitidas como provadas — os amores com Catarina de Ataíde, a crítica ao Rei implícita no *Auto d'El-Rei Selenco,* o enxovalho à Rainha que se teria sentido ofendida por se supor visada na personagem do auto «Catarina Real» que entra «com huns poucos de parvos n'huma joeira» — teria bastado para o Poeta ver cerradas para todo o sempre as portas do Paço da Ribeira.

(83) *História,* págs. 179 e 180.
(84) Pág. 181.
(85) Pág. 183.

De resto o próprio Teófilo confirma os dizeres de outros biógrafos quanto à mudança de hábitos de vida de Camões após o regresso de Ceuta. O Poeta,

> «já sem esperança de valimento na corte, e sentindo-se desprezado pela sua amante (...) se entrega a uma vida tempestuosa de aventuras de valentão» (...)
>
> «Usava Camões no meio destas suas valentias um grande Chapéu de abas largas, talvez para encobrir a nobre cicatriz que trazia no rosto» ([86]).

Seguindo na peugada de Juromenha, o lusófilo A. Bell escreveu:

> «Juntou-se a outros rapazes foliões e sem dinheiro como ele, embora procedendo assim tivesse sentido que desempenhava apenas um papel contra a vontade, e parece ter ganho entre eles o nome de Trincafortes» ([87]).

Na Carta I «De Lisboa a um seu amigo», e deve ter sido escrita por esta época, o Poeta faz um relato pormenorizado do que era a estúrdia desse tempo e a si próprio se define no parágrafo a seguir transcrito:

> «Deste dilúvio [de falecimentos] houveram algumas destas damas medo e determinaram ficar na torre de Babilónia, onde se acolheram. E vos certifico que são já as línguas tantas, que cedo cairá, porque ali vereis moiros, judeus, castelhanos, lioneses, frades, clérigos, casados, solteiros, moços e velhos. A esta torre chamam alguns a Goleta pela fortaleza mas o filósofo João de Melo lhe chamou o Aléu, por ser de três paus, ss. de Francisca Gomes, a Surradeira, Isabel Tarifa, Antónia Brás. A bola é Maria Rosa. Eu a crismei daí a poucos dias [à torre] e lhe pus o nome o *Mal-cozinhado,* porque sempre se acha ali de comer; mal ou bem, tudo é vianda» ([88]).

([86]) Págs. 192 e 194.

([87]) *Ob. cit.*, pág. 22.

([88]) In-Aquilino, *Camões, Camilo e Eça* cit., pág. 67. A propósito do termo *Aleu* esclarece em nota: «Aleu é o jogo da choca. Jogam três em regra. Trata-se de meter a bola na cova. Eram três as meninas mais a bola a servilheta». O relato, com o seu aspecto irónico, não deixa de revelar sentimentos bastante livres, de moral muito frouxa...

Descreve Teófilo a Corte de D. João III frequentada por fidalgos dados às Letras, e o próprio príncipe D. João, filho único do Rei, falecido antes de reinar, «revelou um grande gosto pela poesia» e «empregou o prestígio da sua alta categoria para que os melhores poetas portugueses lhe enviassem as suas obras, que estavam quase na totalidade manuscritas». Na Corte vivia então o poeta e comediógrafo Jorge Ferreira de Vasconcelos, João Lopes Leitão, «talvez reabilitado do seu desacato às damas, pelos talentos poéticos que mostrava», ali aparecendo também o poeta Diogo Bernardes, o cantor do rio Lima. O Príncipe correspondia-se com Sá de Miranda, então havia muito a viver na sua propriedade no Minho; e também com o Dr. António Ferreira.

> «Com quanta razão não podia ter Camões esperanças de se mudar a sua sorte adversa, vendo que havia um príncipe que protegia os talentos notáveis e se aproximava deles? Foram com certeza estas as esperanças que nutria, e de que fala com mágoa na sua Carta I da Índia. Por isso que era Camões reconhecido, como um génio deslumbrante da poesia, não o deixaram aproximar do príncipe D. João; caluniaram-no com toda a qualidade de infâmias, não de frente, e disso ele se queixa, mas traiçoeiramente, de língua, de modo que se não pudesse defender» (89).

E citando um epigrama do «infame Caminha», que Teófilo crê dirigido a Camões por ser endereçado a um «grande Poeta», prossegue:

> «A frase *grande Poeta,* empregada aqui irrisoriamente, referir-se-ia à empresa que encetara Camões tentando a composição de uma epopeia? Cremos que antes de partir para a Índia, já havia escrito o primeiro canto dos *Lusíadas*; no Epigrama CXLV de Caminha, há uma alusão a uma estrofe dessa epopeia».

Como sabem os leitores do poema célebre, Camões, invocando Calíope pede-lhe que lhe dê «uma fúria grande e sonorosa». No citado epigrama, Caminha escreveu: «Dizes que o bom Poeta há-de ter fúria, / se não há-de ter mais, és bom poeta» (90).

---

(89) Pág. 187.

(90) *Loc. cit.*

Estaria já nessa altura em condições de se abalançar a obra de tal envergadura? Com a vida de ribaldo que levava estaria o seu espírito apto para delinear o poema que iria celebrar as glórias de Portugal? Pendo a crer que não, embora fosse possível a um homem profundamente imbuído de cultura clássica, admirador de Homero e de Virgílio.

No volume *Renascença* escreveu Teófilo:

> «Camões não podia deixar de conceber em 1550 uma última esperança de tornar a ser admitido no paço, desde que o príncipe D. João reconheceu a sua superioridade sobre os outros poetas. O pensamento dos *Lusíadas* surgiu-lhe no espírito como o meio de patentear a inspiração genial. Sendo o primeiro canto da epopeia escrito ainda em Lisboa, como se prova pelo manuscrito de Luís Franco, com certeza esta apóstrofe ao príncipe;
>
> Da lusitana antiga liberdade...
> E vós, oh bem nascida segurança
> Maravilha fatal da nossa idade...
>
> não pode historicamente referir-se a D. Sebastião, mas sim ao príncipe D. João, que era na realidade uma *certíssima esperança* já em 1554, como filho único de D. João III, e como organização artística» (91).

Se hoje pode surpreender o leitor do poema a estrofe citada como dirigida a D. Sebastião, por repugnar admitir que Camões chamasse «maravilha fatal da nossa idade» (salvo por lisonja) ao coveiro da Pátria, que com ela se sepultou nos areais de Alcácer Quibir, oferecem-se-lhe, por outro lado, sérias dúvidas quanto à dedicatória ser endereçada ao pai do *Desejado,* morto havia muitos anos antes da publicação da obra. De facto, poderá admitir-se que o Poeta dedicasse o seu poema a um príncipe falecido sem na dedicatória advertir que o dedicava à memória do Príncipe? De resto, e a propósito, pareceu-me que certos episódios — v. g. o de Inês de Castro — teriam sido escritos antes de Camões ter concebido o poema no qual depois os integrou. A própria dedicatória deixa a perceber ter sido escrita após a conclusão da obra, pelo que o Príncipe a quem os *Lusíadas* foram dirigidos não poderia ser outro senão D. Sebastião, então

(91) Pág. 435.

já Rei, cuja triste aventura e trágico fim o poeta não poderia sequer imaginar.

Porque tem interesse biográfico saber-se quando *Os Lusíadas* se começaram a escrever, pareceu-me pertinente transcrever o parecer judicioso do lusófilo Aubery Bell:

> Quando foram escritos os *Lusíadas?* Faria e Sousa afirma que João Pinto Ribeiro lhe disse ter Camões acordado um dia em Sofala ou Moçambique com a ideia do poema no espírito, um facto originado provavelmente em Couto haver encontrado Camões a rever os *Lusíadas* em Moçambique em 1569. Dum passo dos *Lusíadas* (X, 128) podemos inferir que o poema estava praticamente completo nos fins de 1558. Storck pensa que o desejo de celebrar a pátria em canto lhe ocorreu primeiro na jornada (que ele coloca em 1542) de Coimbra a Lisboa, durante a qual teria visto a Batalha, Alcobaça e outros monumentos da antiga glória de Portugal. É muitíssimo provável que trabalhasse nos *Lusíadas* durante 20 anos (1550-70), mas o período de trabalho concentrado no poema pode talvez ser reduzido a 1555-8. Os críticos que não acham muito próprio para uma obra-prima ser principiada em qualquer outro lugar que não seja uma prisão crêem que a primeira década de Barros, publicada 12 dias depois da prisão de Camões no Rossio, lhe inspirou o princípio do poema; mas em boa verdade naquela ocasião ele pensava provavelmente mais em Borges do que em Barros.
>
> «Os cantos III e IV, que descrevem a antiga história de Portugal, devem ter sido principiados ou acabados antes de partir em 1553, mas foi a viagem à Índia que lhe revelou a oportunidade de descrever a famosa viagem de Vasco da Gama à luz da sua própria experiência, e tornou-se isso então o tema central do poema à volta do qual urdiu a narrativa dos tempos antigos e dos posteriores» (92).

Tudo o que concerne ao poema famoso, melhor dizendo às suas origens assenta em hipóteses, como a maior parte da vida do autor. O que a tal respeito se designou resultou de hipóteses que os críticos conceberam, tantas vezes arbitrariamente.

---

(92) *Ob. cit.*, pág. 64.

Entretanto a vida de brigão e de baixa boémia que levava, da qual parece participavam jovens fidalgos, antepassados de outros que no século XVII e no XVIII lhes seguiram o exemplo, essa vida viria a ser a causa da sua próxima desgraça.

> «Educado com a antiga tradição da cavalaria, — escreve Teófilo — e com a necessidade de desenvolver a coragem nos postos militares de África e Índia, Camões mostrou-se muito cedo brigão, arrancador, rixozo e desordeiro; era uma daquelas naturezas irrequietas para quem o génio assombroso que possuía, servia principalmente para ser perdoado. Se o não desterrasse da corte, teria sido assassinado por causa da sua turbulência».

E noutro passo:

> «Foi esta segurança da sua força, junto com carácter altivo, franco e apaixonado, que lhe deram essa irreverência e falta de respeito aos modelos autoritários, essa liberdade de espírito, que o torna o maior vulto do século XVI. Tais qualidades extraordinárias num século de degeneração moral, originaram também as suas desgraças» ([93]).

Daí a pouco tempo ocorreria o conhecido episódio que o levou à prisão no Tronco, para onde eram enviados os plebeus delinquentes.

> «No ano de 1552 tocou Camões o maior auge do desespero, sabia que era desprezado pela amante por quem tanto sofrera; a *má fortuna* ([94]), conspirou para o acabar de perder: era em Maio desse ano, no dia mais festivo de Lisboa; saíam pelas ruas da cidade as diversas figuras alegóricas da procissão de *Corpus Christi;* enquanto o povo se embevecia na contemplação da *Dama e do Drago* (...) passeava garbosamente no Rossio para

([93]) Págs. 197 e 200.

([94]) O trecho transcrito encontra-se na página em que Teófilo comenta o conhecido soneto camoniano — *Erros meus, má Fortuna, Amor ardente.*

A. Bell, referindo-se a esta fase da mocidade de Camões, escreveu: «Podemos dizer que exagerar o seu papel e a crescente irritabilidade devia tentá-lo até à arrogância. O verdadeiro Camões permaneceu por detrás da máscara pronta para o sofrimento e a devoção até que uma longa série de infelicidades o trouxe de novo á Lei, indiferente, cansado e desiludido da morte para o mundo.» (*ob. cit.*, pág. 59).

> a rua de Santo Antão, um certo Gonçalo Borges, moço dos arreios de El-Rei D. João III. Acertou que dois mascarados chasquearam com o cavaleiro garboso, e sem ter conta na língua, acharam-se de repente de espadas desembainhadas; nesse momento passava o grande poeta, conhecido então pelo nome de *Luís Vaz de Camões,* e descobrindo que os dois mascarados eram seus amigos, atirou um sexto ao dito Gonçalo Borges, e o feriu no pescoço. Quem eram estes dois amigos podemos supô-lo pelo interesse com que logo na Carta I da Índia fala em Miguel Dias, o amigo íntimo de D. António de Noronha, e em Luís de Lemos» (95).

O relato é bastante confuso, embora deixe adivinhar tratar-se de um desforço de rixa de companheiros de ribalderia, coisa aliás frequente no tempo. O que não oferece qualquer justificação é o acto de Camões agredindo a matar — «de huma ferida no pescoço junto do cabello do toutiço» como reza a carta de perdão de D. João III — um indivíduo que estava a ser atacado por mais dois, os quais, sendo amigos reconhecidos pelo Poeta, se escaparam fugindo e deixando-o prender. Compreende-se, humanamente, embora se não desculpe, o acto destes dois cavaleiros mascarados. Não se compreende, nem é susceptível de escusa, o acto de Camões agredindo o Gonçalo Borges briga isto com a noção de nobreza comummente atribuída a Camões.

Todavia, o que deu excepcional gravidade ao acto foi ter sido praticado na praça mais central da Lisboa quinhentista em dia do Corpo de Deus, solene entre os actos litúrgicos da Igreja Católica. Preso, foi encerrado na prisão do Tronco, para onde eram mandados os plebeus, daqui tirando José Hermano Saraiva a conclusão «que não tinha foro de homem nobre» (96.

(95) Pág. 201.

(96) Camilo Castelo Branco, ao descrever este passo da vida de Camões, e para explicar o acto inconsiderado do Poeta atacando Gonçalo Borges dá este como irmão bastardo de Rui Borges de Miranda, filho de António Borges de Miranda e de D. Antónia de Berredo, amante de D. João III. Este Rui Borges afeiçoara-se a D. Catarina de Ataíde, filha de Álvaro de Sousa, dama que Camilo identifica com a apaixonada de Camões e que teria depois casado com Rui Borges quando o Poeta se encontrava em Ceuta e antes havia sido desterrado para o Ribatejo e depois para a África *talvez* por a amante do Rei ter «directa e clandestinamente ao rei solicitado o desterro do perigoso émulo de seu filho» (*Boémia do Espírito cit.*, pág. 197-199). A agressão de Camões ao bastardo teria sido assim um desforço, aliás sem consistência, por-

No Tronco, com grilheta ou sem grilheta, esteve Camões até 3 de Fevereiro de 1553, dia em que foi libertado após ter enviado ao Rei um requerimento (pitiçam), no qual relatava o ocorrido no dia do Corpo de Deus e confessava «que de preposito com huma esppada ferira ao dito gonçallo borges de huma ferida no pescoço», mas como este «he são e sem aleijão nem desformidade, e lhe tem perdoado como se mostra do perdão junto a sua pitiçam», alegando Camões ser «hum mancebo e pobre» e se propunha ir naquele ano servir o Rei à Índia, pedia «por mercê ouvesse por bem de lhe perdoar a culpa que no dito caso tem», pelo que D. João III, atendendo ao perdão dado pelo ofendido, lhe perdoa a pena, apenas tendo de pagar «os direitos de quatro mil reis pera piedade» que Camões já tinha pago ao Bispo de São Tomé, esmoler-mor do Paço (98).

Crê Teófilo que o bispo D. Gonçalo Pinheiro, «que Luís de Camões teria conhecido em África, porque para ali fora pela primeira vez nomeado Bispo, foi um dos principais agentes para o perdão do poeta», baseando a sua opinião no soneto *Depois que viu Cibele o corpo humano,* no qual viu «uma evidente alusão a um alto dignitário da igreja, de quem se recebia protecção» (99).

Aquilino chamou a atenção para que nesses meses de cárcere «nem um só dos amigos, evidentemente, de quem os lautos biógrafos e nobilitadores do seu brasão, fazem garbosa açudada», o visitou, salientando que «um mês depois de encarcerado, celebrava-se o Torneio em Xabregas em que justava com o príncipe herdeiro aquele António de Noronha tão

---

quanto a amante atribuída ao Poeta teria sido a filha de D. António de Lima e não a de Alvaro de Sousa.

(97) *Ob. cit.,* pág. 44. Baseado em alguns sonetos de Camões, vê José Hermano Saraiva que a Camões, enquanto preso, tivessem sido postas grilhetas, embora alguns comentadores pensassem tratar-se de ferros simbólicos. «De facto, a ideia de ferros chumbados ao tornozelo do poeta aristocrata, a quem o paço estava sempre aberto, tu cá tu lá com as primeiras figuras da nobreza, é uma suposição inverosímil. Apesar disso é verdadeira. Se de alguma coisa podemos ter a certeza, é de que Camões esteve acorrentado na prisão. Aconteceu-lhe isso, seguramente, quando esteve no Tronco de Lisboa e podemos afirmá-lo porque se conhece o regulamento da carceragem na corte, que se aplicava no Tronco (*Ordenações Manuelinas,* liv. I, tit. XXVIII)». E mais adiante: «É preciso assentar de uma vez por todas em que os privilégios que a glória literária hoje confere ao Príncipe dos Poetas não lhe eram reconhecidos pela sociedade em que viveu. Foi um homem como qualquer outro e, quando esteve preso, foi tratado como qualquer outro preso o seria». (*Ob. cit.,* págs. 245 e 247).

(98) Carta de perdão a Luís de Camões. In *História de Camões,* pág. 203.

(99) Págs. 204 e 205.

copiosamente apresentado como família de Luís de Camões, seja pupilo, segundo Storck, confidente e camarada, segundo Teófilo» (100).

A propósito da multa de 4$000 réis fixada na carta de perdão, na qual, como se viu, Camões diz ser pobre, pergunta o mesmo autor:

> «Onde iriam os pais de Luís de Camões desencantar os quatro mil reis com que se esportularam, sem o que não se abririam para o filho as grades do Tronco? Já havia penhoristas, e D. Ana de Sá teria acarretado para o préstamo suas joias quanto lhe desse moeda» (101).

Parece-me esta hipótese do grande escritor suposição pouco plausível, quiçá mesmo inaceitável. Família pobre como eram os Camões de Lisboa, poder-se-ia admitir que a mãe do Poeta possuísse jóias? Nada se sabe acerca da vida do casal. E neste passo vem a propósito o parecer sensato de Camilo Castelo Branco:

> «Das poesias de Camões nada se depreende quanto aos seus progenitores. Em toda a obra poética e variadíssima do grande cantor não transluz frouxo sentimento filial — nem um verso referente ao pai. Em todos os seus poemas escritos na África e Ásia, na juventude e na velhice, não há uma nota maviosa de saudade da mãe. Os poetas da renascença tinham esse aleijão como preceito de escola. Desnaturalizavam-se da família, da trivialidade caseira, para se enaltecerem às coisas olímpicas. Gastavam-se na sentimentalidade das epopeias, e das éclogas. O amor da família, se alguma hora reluz, não é o da sua — é o das famílias heróicas. Apaixonavam-se pelo mito, e timbravam em nos comoverem com as desgraças de Agamemnon e Níobe. Isto não desdoura a sensibilidade retórica do cantor de Inês e de Leonor de Sá, mas vem de molde para notar que do poeta para com seus pais não se encontra um endecassílabo que lhe abone a ternura» (102).

---

(100) Vd. cit., pág. 300.
(101) Vol. cit., pág. 303.
(102) *Boémia do Espírito* cit., pág. 206.

As relações de Camões com os pais são também um dos grandes hiatos na vida do Poeta: se este jamais os menciona nas suas poesias nem tão-pouco nas cartas que lhe são atribuídas, o nome do pai aparece na carta de perdão como Simão Vaz. «Cavalleiro fidalguo de minha casa» e no 1.º registo dos que deveriam sair para a Índia na nau *S. Pedro dos Burgaleses,* a dar caução pelo filho. O da mãe aparecerá, já morto o Poeta, na carta em que Filipe II para ela transfere a tença antes atribuída ao filho. E é tudo quanto se sabe. Por carência de documentos ou de testemunhas idóneas, as conjecturas não passam de fantasias.

Da carta de perdão depreende-se claramente que este ficou dependente de o Poeta ir «este anno servir a Índia». Pelo seu temperamento de brigão e pelas provas já dadas de ser um amoroso incorrigível e inconveniente, a solução mais aconselhável seria mandá-lo para o Oriente, para onde, aliás, todo o mundo cobiçava ir. Séculos antes de se descobrir a célebre «árvore das patacas» no Brasil, havia no Oriente a «veniaga», a esperança de fidalgos e plebeus na ambição de enriquecimento rápido, que dá o poder e o gozo material.

Mas qualquer fidalgo, porque o era, embarcava com as honras inerentes à sua nobreza. Camões embarcou como simples soldado. Castigo? Não se compreende depois do perdão. Pelo facto de na realidade ser plebeu, apesar de filho de um cavaleiro-fidalgo da casa d'El-Rei? Em tal caso poder-se-ia crer que Luís de Camões fosse filho bastardo, como dá a entender José Hermano Saraiva na *Vida ignorada* ([103]).

E parte para o seu novo desterro, na nau *São Bento* em domingo de Ramos de 1553. Como Teófilo aponta, a viagem do Gama nos *Lusíadas* é uma espécie de reconstituição da viagem de Camões, que o escritor ilustra com estrofes do poema e de algumas das líricas escritas na Índia. Em Setembro, seis meses após a partida, chegava o Poeta a Goa, que em breve alcançaria renome de cidade fabulosa cognominada de «Goa dourada».

Como elucidação acerca do estado de espírito de Camões após ter chegado ali, cabe aqui transcrever algumas passagens da Carta III «Da Índia a um amigo», partindo sempre da hipótese de ser autêntica:

> «Depois que dessa terra parti, como quem o faria para o outro mundo, mandei enforcar a quantas esperanças dera de comer até então, com pregão público por *falsificadoras de moeda.* E desenganei esses pensamentos que por casa trazia, por [para]

([103]) Pág. 43.

> que em mim não ficasse pedra sobre pedra. E assim posto em estado que me não via senão por entre lusco e fusco (104) as derradeiras palavras que na nau disse foram as de Cipião Africano: *Ingrata patria, non possidebis ossa mea.* Porque quando cuido que, sem pecado que me obrigasse a três dias de Purgatório, passei três mil de más línguas, piores tenções, danadas vontades, nascidas de pura inveja, de verem *su amada yedra de si arrancada, y en otro muro asida...* Da qual também amizades, mais brandas que cera, se acendiam em ódios que disparavam lume e me deitava mais pingas na fama que nos couros de um leitão. Então ajuntou-se a isto acharem-me sempre na pele a virtude de Aquiles, que não podia ser cortado senão pelas solas dos pés; as quais de mas não verem nunca, me fez ver as de muitos, e não enjeitar conversações da mesma impressão, a quem fracos punham mau nome, vingando com a língua o que não podiam com o braço. Enfim, senhor, eu não sei com que me pague saber tão bem fugir a quantos laços nessa terra me amavam os acontecimentos, como com me vir para esta, onde vivo mais venerado que os touros de Merceana, e mais quieto que a cela de um frade pregador» (105).

Tal testemunho apresenta-se primeiro como exame de consciência, a seguir como recordatório duma vida agitada de brigão turbulento, finalmente que, na aparência, encontrara em Goa ambiente ideal para dar largas ao seu temperamento.

Talvez inesperadamente foi Camões encontrar na Índia bastantes parentes seus, o que demonstra que tal família, que já se espalhara pelo reino, chegou até ao Oriente, todos levando consigo um nome de que, afinal, só um bastou para ficar na História. Escreve Teófilo:

> «... nas notícias genealógicas da família dos Severins, descendentes de Vasco Pires de Camões, encontra-se um *João de Camões,* que serviu na Índia, onde casou; era filho de Pedro Alves de Camões, senhor do Morgado de Camões em Alenquer, e de D. Luísa de Carvalho. É natural que o poeta o conhecesse

(104) Anota Aquilino Ribeiro que esta expressão «Traduz o desenraizamento psicológico a que se forçou. Ficara a vaga sombra do que era».

(105) In-Aquilino, *Camões, Camilo, Eça* cit., pág. 79.

> no tempo do seu desterro do Ribatejo. Também estava na Índia por esse tempo *Gonçalo Vaz de Camões,* filho de Simão de Camões da Câmara, que era Capitão de Damão. Gaspar Gil Severim, que morreu solteiro na Índia, e António Gil Severim, seu irmão que serviu muitos anos na Índia e se achou no segundo Cerco de Dio, e recebeu depois do Cardeal-Rei o cargo de Executor-Mor da Fazenda real, ali conheceriam Camões, por que eram contemporâneos. Também Manuel Pegado, casado com *D. Inês de Camões,* irmã dos antecedentes, estava na Índia; e Duarte Frade de Faria, igualmente casado na família dos Severins e que fora duas vezes à Índia o teriam por ventura agasalhado» ([106]).

Baseando-se na citada Carta III, infere Teófilo que o Poeta, «durante o tempo que descançou da viagem»

> «tratou de se informar acerca dos valentões da Índia; nenhum lhe mereceu estima, eram uns poltrões com roncas de soberba».

E segue transcrevendo em resumo essa carta, onde ele revela «a verdade do seu carácter». Parece que depressa se adaptou ao ambiente, que era propício à dissolução dos costumes, não sendo de surpreender que ele continuasse ali a vida sentimentalmente desregrada que levara em Lisboa. Devem datar dessa época as conhecidas e deliciosas *Endechas a Barbara escrava,* uma mulata, talvez de cruzamento de português e mulher hindu, que, no dizer de Faria e Sousa, citado por Teófilo, sabendo da miséria de Camões, dava-lhe às vezes um prato do que ia vendendo, e algumas vezes um pouco dinheiro do vendido; e ele aceitava-o» ([107]). Atribuía Teófilo tais amores à Luísa Barbara talvez a «uma primeira consequência da acção que a vida dissolvente de Goa produziu no poeta».

Finalmente nos últimos dias de Novembro, «acompanhou Camões o Vice-Rei D. Afonso de Noronha em uma expedição com que foi socorrer o rei de Cochim». Regressado a Goa, mantiveram-se as boas relações entre o Poeta e o Vice-Rei, que o indicou para fazer parte da expedição que, sob o comando de D. Fernando de Meneses, filho de D. Afonso, ia actuar no Mar Vermelho, com o objectivo de impedir a saída das naus de Suez que se dirigiam à Índia.

([106]) Pág. 219.

([107]) Pág. 223.

Foi durante esta expedição que Camões descreveu o monte Felix no cabo de Guardafui, na conhecida Canção: *Junto de um seco, dura, estéril monte,* expressivo poema de desalento, desesperança, dor ([107a]).

De regresso a Goa, recebeu a notícia, vinda de Lisboa, da morte de D. António de Noronha, seu antigo pupilo e amigo, por ocasião de um ataque traiçoeiro de mouros, e também do falecimento do príncipe D. João, filho único do Rei.

> «Todos os poetas portugueses choraram em suas Elegias este desastre, donde ficou a ver-se a sorte do reino ligada ao destino incerto de uma criança de poucos dias, o desventurado D. Sebastião. Mas o povo, com o exagerado fanatismo da corte, perdera esse génio poético, que o fez celebrar uma idêntica catástrofe, sucedida com o único filho de D. João II; em 1491 o povo inventou o romance em que perpetuou a morte de príncipe D. Afonso; em 1553 ficou calado e deixou o sentimento convencional aos eruditos. A impressão causada pela morte do príncipe D. João, repercutiu-se na Índia, e Camões lembrando-se que fora ele quem justara com D. António de Noronha, no torneio de Xabregas, escreveu a Écloga I, em que alia o sentimento destes dois desastres» ([108]).

Citando um trecho da carta referida enviada a um amigo de Lisboa, com a qual lhe mandava um soneto à morte de D. António, fala da écloga antes citada, e se desculpava de não ter tido oportunidade de escrever a Miguel Dias por ter «a ocupação de escrever muitas cartas para o reino», escreve Teófilo:

> «Por esta passagem, se vê o quanto é lamentável a perda das *muitas Cartas* de Camões; é provável que muitas delas fossem aos seus amigos mais valiosos, intercedendo por seu

---

([107a]) Referindo-se a esta expedição, acrescenta o Prof. Le Gentil: «*On ne peut affirmer avec certitude que Camões a pris part à d'autres expéditions militaires. Il ne fait dans son oeuvre, aucune allusion à da nouvelles campagnes*» — (*Ob. cit.*, pág. 17).

([108]) Pág. 231.

primo (109) que estava preso; outras se perderiam mesmo na viagem» (110).

Em nota a esta mesma passagem na sua edição Aquilino comenta-a interpretando-a como elucidando «iniludivelmente sobre o modo de vida do poeta na Índia. Escrevia cartas, era escriba público». E prossegue:

> «Fazia a correspondência dos soldados das chusmas as cartas dos fidalgos, dignamente analfabetos, os requerimentos a *tutilimundi,* a papelada oficial de quem precisava. Deste ofício auferia os magros réditos de que vivia. Assentara praça, é certo, mas ao cabo dum ano estava quite com o Estado e livre. Não se sabe que tomasse parte em mais que dois empreendimentos bélicos no mesmo ano de 1554 (...).
>
> «Que os afazeres de escrevente lhe eram exaustivos está em que eles o impediam de copiar a écloga que consagrara à morte de D. António. Se fossem simples cartas nascidas do seu arbítrio epistolar ou passatempo literário pesariam elas mais na balança dos seus cuidades que a obra poética, filha do seu sentimento?» (111).

Efectivamente talvez possa esta a interpretação a dar às palavras da carta. Informando o amigo de ter escrito a écloga referida e lhe parece a melhor de quantas fez, continua:

> «Também vo-la mandara para a mostrardes lá a Miguel Dias que, pela muita amizade de D. António, folgaria de a ver. Mas a ocupação de escrever muitas cartas para o Reino me não deu lugar».

Não me parece plausível que, dado o interesse do Poeta por que Miguel Dias lêsse a écloga à memória de D. António de Noronha, ele entendesse dar prioridade à sua correspondência pessoal sobreestando na cópia da poesia.

Entretanto morria o Vice-Rei D. Pedro Mascarenhas, sucedendo-lhe

---

(109) No texto está «pae» mas nas erratas finais manda corrigir para «primo». Este, um estoira-vergas, «libertino espiado pela justiça, desonrado por delitos graves e alianças matrimonialmente ignóbeis, em Coimbra» (Camilo, *ob. cit.*, pág. 203), era homónimo do pai do Poeta.

(110) Pág. 233.

(111) *Ob. cit.*, pá. 85, nota 13.

como Governador Francisco Barreto, que «todos os biógrafos do poeta são concordes em considerá-lo como um dos maiores perseguidores de Camões, talvez induzidos pela perseguição que mais tarde lhe fez Pedro Barreto, sobrinho do governador».

Opina Teófilo que o único biógrafo que regeita esta tradição, é o Visconde de Juromenha, não se justificando a crença na perseguição de Barreto ao Poeta em face dos elogios que ao Govevrnador fazem Diogo do Couto e D. Álvaro da Silveira, ambos amigos de Camões. Para as festas pela nomeação de Francisco Barreto,

> «o talento de Camões, ávido de se manifestar como nos tempos da sua glória na corte, não deixou escapar esta ocasião. Camões escreveu e fez representar nestas funções da investidura de Francisco Barreto o célebre *Auto de Filodemo;* este nome só por si justifica o retrato do Governador, feito por Diogo do Couto e D. Álvaro da Silveira; *Filodemo* é uma palavra grega composta de *Philos* e *demos,* o querido do povo. Sabe-se que este Auto foi escrito para essas festas de 1555, porque neste tempo vivia em Goa um tal Luís Franco Correia, que se diz de si próprio *'companheiro em o estado da India e muito amigo de Camões',* o qual recolheu uma cópia do *Auto de Filodemo* com esta rubrica inicial: *'Comédia feita por Luís de Camões. Representada na India, a francisco barreto. Em a qual entram as figuras seguintes...'*» (112).

Lendo Teófilo, colhe-se a impressão de que o Poeta vivia em Goa apenas poetando e fazendo vida de cidadão livre de cuidados, o que não se afigura plausível. Deveria ter chegado ao fim o tempo a que ele como soldado era obrigado, talvez levados em conta os meses que passara no Tronco de Lisboa. Se na verdade vivia de escrever cartas para os iletrados, não deveria auferir o suficiente para as suas necessidades corpóreas. O problema dos meios de vida de Camões na Índia como em Portugal antes e depois de regressar do Oriente permanecerá insolúvel talvez para sempre, se entretanto não se descobrir documento ou testemunho idóneo que o esclareça.

Não parece que, apesar de tudo, vivesse em Goa em situação miserável apesar do que Faria e Sousa registou acerca daquela Bárbara que o alimentava e lhe dava dinheiro, como já deixei dito. A ser verdadeiro

(112) *História,* pág. 237.

o testemunho, algo suspeito, do biógrafo, tal situação não está de acordo com o que Camões deixou escrito na Carta III e também ficou transcrito. Se o que se sabe acerca da vida do Poeta em Portugal até embarcar é muitíssimo escasso ou sujeito a controvérsia, como essa vida decorreu no Oriente ainda é mais vago e, como no caso da sua estadia em Macau, ainda mais controverso.

Ignoram-se as causas que o forçaram a sair de Goa em 1556 sob o governo de Francisco Barreto. Juromenha, que Teófilo segue, emitiu o parecer de Camões, por ocasião das festas de recepção a Francisco Barreto, ter escrito uma sátira denominada *Sátira do Torneio,* precedida da legenda. *Finge que em Goa, nas festas que se fizeram à sucessão de um Governador saíram a jogar canas certos homens a quem não sabia mal o vinho, e outros notados de alguns vícios, com divisas nas bandeiras e letras, conforme sua tenção*

> «Esta Sátira — escreve Teófilo, é um retrato animado da corrupção profunda desse empório»,

tendo-a o Poeta mandado para o reino, «pedindo inviolável segredo» (113).

> «É fácil de calcular — prossegue Teófilo — a celeuma que se levantaria dos fidalgos satirizados contra Camões; em 1556 viu-se obrigado a sair de Goa, e Francisco Barreto para o salvaguardar das traições que lhe armavam despachou-o para a China, com o cargo de *Procurador-Mor dos Defuntos e Ausentes de Macau,* em que chegou, segundo a tradição, a alcançar alguma fortuna» (114).

Aquilino acha que a «Sátira carece de clima local», sendo tão legítimo aplicá-la à Índia como a Lisboa», nada havendo nela

> «de virulento para quem quer que seja, e muito menos que desse motivo a que o governador se sentisse melindrado, tanto assim que Luís de Camões teria escrito o *Filodemo* para a sua festa. Agora é possível que algum fidalgo, daqueles de quem chasqueia, sentisse a beliscadura, e o nome do poeta lhe houvesse ficado no goto» (115).

---

(113) Págs. 239 e 241.
(114) Pág. 241.
(115) Vol. II, pág. 58.

O caso é bastante obscuro, não se depreendendo claramente o que levou o Poeta a sair de Goa — voluntariamente ou forçado — para seguir para o Extremo Oriente. Naturalmente, com aquela «natureza terrível» que lhe atribuiu o seu amigo Diogo do Couto, deveria ter-se encontrado incompatibilizado com alguns daqueles fidalgos, que se lhe consideravam superiores em nobreza de sangue, por qualquer questão de *lana caprina* exagerada até ao máximo e teria sido apresentada ao Governador como insulto grave. Isto é uma conjectura como tantas outras dos biógrafos do Poeta, sem qualquer valor probatório.

A admitir-se que Francisco Barreto o exilasse investindo-o ao mesmo tempo em funções rendosas, parece-me de aceitar que o banimento fosse ordenado, por um lado para dar satisfação aos queixosos, e pelo outro lado compensar Camões pelo transtorno que Barreto se vira obrigado a causar-lhe reconhecendo no íntimo a sem-razão da sua ordem.

Abre-se novo período na vida acidentada do autor dos *Lusíadas* e, simultaneamente, novo hiato que tantos têm querido preencher com hipóteses, talvez plausíveis, mas desprovidas de base documental.

Tem-se debatido a questão de saber-se se Camões esteve em Macau. Teófilo escreve a tal respeito:

> «Entre os grandes abusos da administração no governo da Índia, aquele que mais se sentia no reino, pois que afectava o interesse de muitas famílias, era o do extravio das heranças dos que morriam longe da pátria. Em uma Carta de Francisco de Sousa a D. João III, se delata este crime da má administração e descaminho dos bens jacentes, e se propõe os meios para se providenciar sobre o modo de se entregarem no reino as heranças aos parentes dos falecidos. O Governador Francisco Barreto, atacando de frente os abusos que arruinavam o domínio de Portugal na Índia, atendeu também a estes descaminhos; desde 1554 que o comércio português na China estava florecentíssimo, indo levar os seus produtos a Cantão. Em consequência das grandes riquezas dos negociantes ali falecidos, reclamava-se uma autoridade, que fiscalizasse a boa arrecadação das heranças, naquelas paragens onde, pela distância a que se achavam do governo central, era quase impossível a justiça. Francisco Barreto dotado de um carácter enérgico e tenaz, adaptado para executar as grandes reformas, precisava de um homem destemido e honrado, para ir restabelecer a administração naqueles

> perigosos sítios; conhecia Luis de Camões, então de seus trinta e dois anos, vigoroso e atrevido, e sem mancha na sua probidade; nomeou-o para o cargo de *Provedor-Mor dos Defuntos e Ausentes,* em Macau, o que corresponde ainda hoje entre nós a Curador geral, uma das atribuições do Ministério Público. A dificuldade do cargo, tendo de lutar com grandes interesses constituídos e quase que somente com a força moral da lei, poderia fazer parecer esta nomeação um castigo; a grande distância, pois que na viagem se gastava perto de quarenta dias, e a falta de recursos de uma cidade nascente, poderiam também fazer parecer que este despacho era um desastre, como se afigurava a Manuel Severim de Faria, Faria e Sousa, e a quase todos os biógrafos» (116).

Modernamente duvidou-se de Camões ter estado alguma vez em Macau. O general Francisco Leoni escreveu que a Sátira do Torneio «desafiou a prepotência do famoso governador que arbitrariamente desterrou o poeta para as Molucas» e daí teria passado a Macau que

> «era ainda uma ilha deserta; e que só um ano depois é que os portugueses adquiriram a posse daquele pequeno trato de terreno, onde subsequentemente se estabeleceram; sendo, portanto, inadmissível que pudesse dar-se a concessão do pretendido despacho».

Camões teria divagado «mais de um ano pelas Molucas», entendendo o A. que não poderia ter saído de Goa para Macau, por não crer que seguisse numa armada «que se não mostra ter sido empregada em serviço de estado» não falando dela Diogo do Couto na *Década VII*. Apoiando no testemunho de Fernão Mendes Pinto, o grande aventureiro da *Peregrinação,* crê que Camões embarcasse na nau *Santa Maria dos Anjos* «que o citado Diogo do Couto nos diz ter Francisco Barreto despachado para as Molucas no ano de 1556».

Contrariamente as que quase todos os biógrafos do Poeta relatam,

> «ter Camões naufragado à ida para Macau, e não no regresso para Goa, como escrevem quase todos os biógrafos, é manifesto à vista do que ele mesmo diz na est. 80 do Cant. VII dos Lusíadas».

---

(116) Págs. 243-245.

Apoiado no parecer do anotador dos *Lusíadas* na edição de 1584, «que por haver sido coevo de Camões, deve supor-se ter alcançado particular notícia de todos os sucessos da vida do poeta, pode ser citado em abono da nossa afirmativa», cita o trecho — «*começando a fortuna a favorecê-lo e tendo algum fato de seo, perdeu-se na viagem que fez para a China*». E acrescenta:

> «Isto tende a confirmar duas coisas: não só que foi à ida para Macau que naufragou, senão também que, enquanto divagou pelas Molucas, procurou remédio à subsistência empregando-se em mercadejar, com o que *chegou a ter algum fato de seu*».

A estância 80 do poema alude muito vagamente a o Poeta «*agora às costas escapando a vida / Que de um fio prendia tão delgado*». O anotador a que o general Leoni se refere era, segundo Teófilo,

> «um comentador anónimo que serviu na Índia, militando no cerco de Chaul, e tendo conhecido o jesuíta D. Gonçalo da Silveira, amigo de Camões, isto nos prova que além de ter relações com o poeta, porque foi o primeiro que aludia ao *naufrágio* que sofreu no regresso da China a Goa, também conheceria algum manuscrito do poema, diverso dos que então corriam, pois que as alterações da edição dos *Piscos* não se podem atribuir todas a atrocidade *(sic)* jesuítica» (118).

Referindo-se ao que o comentador anónimo escreveu e o general Leoni citara, assevera Teófilo que ele se enganara e «julgou ter sido o naufrágio antes da chegada à Índia» (119).

Mas no volume *Renascença,* cita as duas estâncias 80 e 128, e escreve:

> «Vemos bem determinados dois naufrágios, um por 1558, em que o Poeta perdeu os bens adquiridos pela *viagem de mercê,* seguindo depois para a China, onde ainda malbaratou magnificentemente o que lhe restava; e outro o naufrágio antes de passar a *Costa da China,* em 1559, nos baixos na foz de Mekong.

---

(117) *Camões e os Lusíadas* cit., págs. 133-137.
(118) *História,* pág. 251.
(119) Pág. 253.

Importa sempre determinar o fundo de verdade nas tradições dos contemporâneos de Camões» (120).

A questão parece-me de 2.ª ou 3.ª ordem e afigura-se-me que será dar demasiada importância a episódios deduzidos apenas de poesias de Camões, nas quais se ignora o que nelas há de fantasia ou de realidade.

Quanto à estadia do Poeta no Extremo Oriente, muito particularmente em Macau, continua por saber-se concretamente se ele foi para lá investido nas funções que os primeiros biógrafos, depois seguidos pelos modernos, lhe atribuíram. Causa estranheza saber-se que ele foi desterrado para as Molucas devido às acusações que alguns fidalgos lhe fizeram (o que me parece problemático) e investido em cargo normalmente rendoso e para o desempenho do qual não possuiria Camões habilitações especiais; nem habilitações, nem vocação, nem temperamento. Se é certo que no século XVI a Universidade (se ele de facto a frequentou) apenas habilitava para a prática do Direito Canónico, além da Teologia, e para o que hoje chamaríamos Direito Civil, nem de longe transmitia conhecimentos para o exercício de funções administrativas, em que se investiam as pessoas de confiança do Rei ou de quem o servia. Recordemos que a ciência económica só no nosso século nasceu e se autonomizou, recebida, ainda assim, com cepticismo ou com ironia, como fez por exemplo Garrett nas *Viagens na minha terra.*

Camões não havia dado até então outras provas além de poeta (que só o século XIX elevou à categoria de notabilíssimo) e de soldado (de que muito pouco se sabe). No campo delicado e tantas vezes perigoso da administração deveria ser perfeitamente ignorante; pois não disse dele Pedro de Mariz que «era grande gastador, muito liberal e magnífico, não lhe duravam os bens temporais mais que enquanto ele não via ocasião de os despender a seu belprazer», e Severim de Faria que «gastou liberalmente o que trouxe do sul e lhe deram os amigos, e foi nisto tão largo que em breve tornou à pobreza com que começara»?

Naturalmente o Governador devia conhecer directa ou indirectamente este defeito da psicologia de Camões, contraindicando-o para funções tão melindrosas como as de Provedor-mor dos Defuntos e Ausentes. Se era uma sinecura para o compensar do desterro, parece providência desacertada. Camilo entende que «o desterro para Macau é uma lenda. Não se desterra um inimigo desprotegido e desvalido com uma provedoria, cujo

(120) Pág. 455.

triénio afiançava uma riqueza relativa» (121). E o general Leoni, tendo consultado o seu amigo Francisco Maria Bordalo, oficial da Armada e escritor, teve como resposta

> «que não encontrou em Macau um só documento, uma só palavra escrita que justifique a tradição de haver sido na mencionada gruta que o poeta escreveu algum dos cantos do seu poema»,

embora lhe parecesse

> «fundada a tradição, porquanto, sendo naquele tempo Macau uma espécie de feitoria com poucas habitações e povoada pela maior parte de comerciantes e adventícios, ocupados somente em fazer granjearia, cujo trato por nenhum modo podia ser agradável ao poeta, é bem de crer que ele, para esquivar-se ao bulício e à conversação de gente de tão opostas inclinações, e para poder livremente poetar, fosse muitas vezes refugiar-se na gruta silente e solitária que hoje conserva o seu nome» (122).

Apesar da tradição, creio que no fundo da história da gruta há mais de romanesco do que de verdade, até porque se diz que as suas dimensões não são de molde a permitir que um homem ali pudesse ter espaço suficiente para trabalhar, mesmo apenas com a pena na mão. E não teria o Poeta, por muito boa memória que possuísse, de consultar com frequência as fontes que lhe serviram para escrever o poema e o Dr. José Maria Rodrigues reconstituiu com profundo saber?

Em longo artigo publicado recentemente numa revista de Lisboa, denominado *Camões em Macau,* o P.e Manuel Teixeira que viveu longos anos naquela remota cidade portuguesa, depois de analisar as opiniões de diferentes autores, entre elas a do lusófilo e antigo Professor da Cadeira «Camões» da Universidade de Londres (*King's College*), C. R. Boxer, depois de expor a opinião deste, conclui de forma que se me afigura digna de ponderação. Como Boxer emitira o parecer de que o cargo de Provedor dos Defuntos e Ausentes «fora tirado a Leonel de Sousa e dado a outro, sendo possível que fosse Camões o contemplado», o P.e Manuel Teixeira escreve:

> «Nós não admitimos esta hipótese.
> *De posse ad esse non valet illatio.*

(121) *Loc. cit.,* pág. 214.
(122) *Ob. cit.,* pág. 138.

> Acresce que o cargo de provedor era prerrogativa dos capitães-mores; ora se esse cargo foi recusado ao Capitão Leonel de Sousa, fidalgo da Casa Real e já ilustre pelos seus feitos, poderia Camões simples soldado odiado e perseguido por D. (*sic*) Francisco Barreto, obter tal cargo deste mesmo Vice-Rei?
>
> Mas, não é possível.
>
> Mais. Em 1556, Macau ainda não existia como estabelecimento, mas apenas como mercado comercial; só de 1557 em diante é que os nossos se fixaram em Macau.
>
> Em 1560, não existia ainda o cargo de provedor separadamente e ainda em 1577 este cargo era exercido pelo escrivão judicial.
>
> A nossa posição é a mesma de 1940: defendemos a tradição de que Camões esteve em Macau; mas nada mais nem quanto a ter sido provedor, nem quanto a ter tomado parte na batalha contra os piratas» (123).

Como e quando regressou Camões a Goa? Teófilo cita o P.e Manuel Correia que escreveu que os amigos do Poeta residentes em Goa o «mexericaram» com o Governador, opinião um tanto estranha por acusar «amigos» de intrigarem contra Camões. No volume *Renascença* diz que estava Camões a redigir o canto VI do poema quando «foi repentinamente mandado embarcar na *Nau da Prata* que em fins de 1558 vindo do Japão seguia para Goa» (124).

O lusófilo A. Bell, focando este caso um tanto obscuro, escreveu:

> «A causa e o modo (voluntário ou forçado) deste regresso são desconhecidos. Segundo algumas narrações voltou a ferros, e na verdade as prisões que ao desgraçado poeta atribuem agora os seus biógrafos são tão numerosas como os exílios do primeiro período da vida Pedro de Mariz declara ter ele sido mandado vir sob prisão pelo governador Francisco Barretto e assim regressou a Portugal. Barreto não era governador desde 1558, e Camões só voltou a Portugal em 1570: confundiria Mariz os dois Bar-

---

(123) «Resistência». Ano XI. N.os 195/196. Set./Out. de 1979. Pág. 35. A batalha a que o autor alude, e em que se diz ter tomado parte Luís de Camões, foi contra o pirata Xan-Si-Lan.

(124) Pág. 460.

retos, o governador e Pero Barreto ([125]), a quem Camões acompanhou a Moçambique em 1569? (...)

«É possível que estas conjecturas sejam agora confirmadas e se venha a saber mesmo o nome do autor do *injusto mando*. Se assim foi, Camões só se libertou naufragando nos perigosos baixios da costa do Tonquim» ([126]).

Continua Teófilo:

«Por efeito do naufrágio e nas margens do rio Mecom ([127]), aonde se salvou a nada com o seu poema, escreveu as célebres *Redondilhas* parafrásticas do Salmo 138» ([128]).

No volume *Renascença* desenvolve mais os seus pontos de vista e transcreve um passo do lusófilo francês Ferdinand Denis a propósito deste naufrágio, que conclui:

«Internando-se algumas léguas, Camões poderia ter visitado as maravilhas da cidade de Angkor e encontrar hospitalidade em um dos mais ricos impérios do Oriente. Ignoramos o acolhimento que encontrou nestas paragens, mas aí permaneceu muitos meses» ([129]).

É mais uma conjectura em que, quero crer, tenha entrado muita imaginação. A célebre estrofe 128 do canto X parece ter enfeitiçado quase todos os biógrafos de Camões, daí resultando ter-se criado e fixado uma imagem romântica do Poeta empunhando o manuscrito do seu poema a nadar para a costa. Julgo necessário e prudente encarar os depoimentos, ou conjecturas, levantados à volta do caso. Tem-se como provável que o naufrágio se desse na costa do Tonquim eriçada de baixios (os «procelosos baixos»), do que resultaria, *talvez*, o desmantelamento da nau. Natural é que Camões levasse a sua bagagem, pequena que fosse, na qual teria guardado o manuscrito. Num caso de tão grande emergência, como explicar tivesse tempo de ir à caixa ou baú ou saco onde guardava

([125]) Sobrinho do Governador.

([126]) *Ob. cit.*, pág. 38.

([127]) «Até há pouco fora caluniado o rio Mecom, desde que Camões na célebre estância do naufrágio (*Lus.* X, 128) não diz que naufragou ali (...) mas que as suas brandas e plácidas águas o receberam após o naufrágio, em que esteve exposto a grande perigo» (A. Bell, *ob. cit.*, pág. 38).

([128]) *História*, pág. 253.

([129]) Pág. 462.

o manuscrito para o retirar dali e lançar-se à água. Tendo perdido todos os bens no naufrágio, como explicar que ele se lançasse à água apenas com o manuscrito do poema, que não é de crer trouxesse sempre consigo? Admitindo que o fizesse, não lhe teria ocorrido que lhe seria impossível conservá-lo seco, mormente junto da costa com a ressaca das ondas («os cantos que molhados»), e que a água salitrosa do mar apagaria a tinta da escrita sem deixar rasto de palavra? Ter-se-á esquecido que um poeta, mesmo da envergadura de Camões, é sempre um poeta e que toda a poesia assenta fundamentalmente em sentimento e imaginação? Recordemos uma vez mais os versos de Fernando Pessoa: «O poeta é um fingidor...»

Admita-se, ainda, que Camões conseguiu efectivamente nadar com um só braço (?) e manter o outro erguido e empunhando o manuscrito... seco (não é o que diz o Poeta). Na famosa estância diz ele ter sido recebido pelo rio Mecom, «plácido e brando» o que desmente a afirmação de ter ali naufragado. Como conseguiu Camões lá chegar? Tendo lá chegado, como conseguiu viver durante o tempo que ali deve ter permanecido antes de chegar a Goa? No naufrágio tudo perdera e seria muito difícil obter lugar em qualquer nau sem pagar a passagem. Teria visitado a cidade de Angkor, cujas ruínas ainda hoje espantam historiadores e artistas, como queria Ferdinand Denis? É muito duvidoso, creio mesmo improvável. O seu psiquismo estaria tão lúcido, após a série de peripécias decorridas desde a saída de Macau, que lhe permitisse escrever as célebres redondilhas *Sobolos rios que vão?* (179a) Diogo do Couto chegou até a escrever que no naufrágio lhe morrera a concubina chinesa que o acompanhou, a Dinamene (Ti-Na-Men?), à memória da qual escreveu o sempre famoso e belíssimo soneto *Alma minha gentil,* por alguns biógrafos tido como inspirado pela morte de Catarina de Ataíde.

Como se vê, a fantasia, de braço dado com a imaginação, tem sido a responsável por toda a espécie de factos falsos, até inverosímeis, que enxameiam na biografia de Luís de Camões empolando-a de maneira a torná-la inacreditável.

A verdade é que regressado a Goa, «foi mandado recolher a uma prisão, tendo de defender-se de todas as intrigas com que o caluniaram, na ausên-

(179a) Jorge de Sena admite que estas redondilhas sejam a versão de um dos salmos penitenciais que Rui Dias da Câmara pedira a Camões para traduzir, o que, como o leitor verá adiante, apenas se deu após o regresso do Poeta ao reino. No testemunho do Couto foi nesta conjuntura que ele compôs as famosas redondilhas. (*Ob. cit.*, pág. 16).

cia», como escreveu Teófilo, que, com o seu vezo habitual de se fundar sempre nas poesias de Camões para lhe reconstituir a vida, considera que esta «neste período se encontra descrita nas estâncias 79, 80, 81 e 82 do canto VII dos *Lusíadas,* «como quem geme na penumbra de um cárcere arbitrário» (130).

Enquanto permaneceu encarcerado chegaram ao seu conhecimento novas do reino: a morte de Catarina de Ataíde, a do rei D. João III e a do desterro perpétuo para o Brasil do primo Simão Vaz «com pregão e cadeado». Finalmente ao governador Barreto sucedeu o Vice-Rei D. Constantino de Bragança.

> «Se nos lembrarmos das relações que teve o poeta, no tempo em que frequentava as Escolas de Santa Cruz de Coimbra, com o Duque D. Teodósio, de quem o Vice-Rei era irmão, facilmente se induz as esperanças que teria Camões de que seria posto em liberdade. A 3 de Setembro sucedeu no governo da Índia D. Constantino de Bragança: Camões dedicou ao novo Vice-Rei as *Oitavas segundas,* fortalecendo-o contra as intrigas dos aventureiros de Goa, que ele ridicularizara na Sátira insolente dos *Disparates da Índia.* Nesta peça contra os partidários de Francisco Barreto, caracteriza a miserável gente desse bando: (...)
>
> «Ridiculariza também os que lhe tinham inveja por causa dos seus versos:(...)
>
> «E dos pretendidos fidalgos, que inventavam genealogias» (131).

Após ter assumido as funções de Vice-Rei, D. Constantino mandou libertar Camões,

> «e por esta ocasião, ao congratular-se com os amigos e com os fidalgos que haviam chegado em 1558 com o Vice-rei, de Lisboa, é que deu esse celebrado banquete em que cada prato tinha por iguaria uma trova. Camões estava então em uma profunda pobreza, e não podia de outra forma festejar a chegada dos amigos e a sua soltura, motivada por esse facto» (132).

---

(130) *História,* pág. 255.
(131) Págs. 260 e 261.
(132) Pág. 261.
(133) Pág. 262.

Aquilino, comentando este passo de Teófilo, escreveu:

> «É evidente que o morigerado autor da *História da Literatura Portuguesa* desconhecia tudo o que respeita à pragmática de facécias e brincadeiras. Para que tenha graça uma partida destas, tem que compreender um desfecho normal, consoante a lógica das coisas, retrocedendo ao comum. Aqui era a boa comezaina, no que convêm Storck e Juromenha, e com certeza Luís de Camões e os seus companheiros não deixaram de servir aos hóspedes a ceia alegre e pantagruélica (?) com que contariam e de que, em última análise, seria mau gosto privá-los» (134).

Em 1561 chegou ao termo a vice-realeza de D. Constantino de Bragança, substituído por D. Francisco Coutinho, conde de Redondo.

> «A contar desta data a vida de Camões — escreve Teófilo — ficou quase completamente desconhecida. Seria para ocultar-se aos seus inimigos ou por não ter meios para sustentar-se em Goa?»

E mais adiante:

> «Durante este período obscuro da sua vida em Goa é que ele se distraía com esses amores misteriosos de Dinamene. Tem-se considerado este nome como um anagrama; é mais crível que fosse formado pela analogia da deusa *Dindimene*» (135).

O manuscrito de Diogo do Couto com as perdidas *Década VIII* e *IX*, descoberto em 1918 na Biblioteca Pública do Porto, refere que, por ocasião do naufrágio nas costas do Tonquim, «se lhe afogou hũa moça China que [Camões] trazia, muito fermosa, com q̃ vinha embarcado e muyto obri-

(134) Vol. cit., pág. 80.

(135) Págs. 292 e 293. Num ensaio de Afrânio Peixoto, o ilustre camonista brasileiro e devotado lusófilo, escreveu o autor: «A 'alma minha', a 'cordeira gentil', a 'perpétua saudade de minha alma', não há dúvida, foi Dinamene, uma chinesa...», «a precursora desses amores orientais que vieram a ser o encanto da aventura real e da aventura literária, três séculos depois» (*Ensaios camonianos*. Coimbra, 1932., págs. 101 e 102).

gado, e em terra fez sonetos à sua morte em que entrou aquele q. diz 'Alma minha gentil que te partiste...' (...) A esta chama elle em suas obras dignam.te, dinamente», tudo o que, a ter sido verídico, invalida a afirmação de Teófilo.

Sucedendo D. Antão de Noronha como Vice-Rei ao Conde de Redondo, conclui Teófilo que, relembradas as «antigas relações do poeta com o Capitão de Ceuta» se veria «que esperanças poderia então nutrir com esta nomeação», tendo-lhe dedicado a Ode XIII, pela qual «se conhece que o valoroso irmão do Marquês de Vila Real, estimava também a poesia e lhe pedira os seus versos». Por amizade e talvez condoído da triste situação de Camões, nomeou-o feitor de Chaul, «tendo porém de esperar pela vagatura desta sobrevivência que rendia cem mil reis anuais», facto conhecido através dum Alvará de Filipe II datado ([157a]).

Camilo contesta que Camões fosse provido na feitoria, alegando que ele

> «não regressaria pobre, empenhado, vivendo do bem-fazer dos passageiros, se o vice-rei o provesse na vaga de uma feitoria que avultava ao rendimento de 500 pardaus, com rendimentos e cargos anexos licitamente percebidos. Esse provimento lhe bastaria como hipoteca e adiantamentos e independência relativa. A mim me quer parecer que a feitoria de Chaul lhe foi dada por provisão real depois da publicação dos Lusíadas, ao mesmo tempo que se lhe deu a tença, sob condição de residir na corte. A condição de residência seria inexplicável de outro modo. Logo que a feitoria vagasse, cessaria a tença. A condição inibia-o de auferir a tença desde que exercesse o ofício» ([136]).

A tese de Camilo parece-me inconsistente, como já parecera a Aquilino quando a contestou. Entende ser fantasia a amizade, apontada por Teófilo, entre o novo Vice-Rei e o Poeta, e, apoiado no depoimento de Storck, os dois «nem sequer chegaram à presença um do outro, porquanto Luís de Camões a descer na terra marroquina e o governador Afonso de Noronha com o sobrinho, este Antão de Noronha, a embarcar para o Reino». E acrescenta:

([157a]) Comentário do Prof. Le Gentil a esta nomeação: «*On en viant à se demander si ce génie impatient accepterait la contrainte d'une activité réglée car l'hyppothèse d'une persécution systématique ne résiste pas à l'examen*» (*Ob. cit.*, pág. 21).

([136]) *Ob. cit.*, pág. 221.

> «Fundamentaram-se ainda na letra duma carta, arbitrariamente atribuída a Camões, e que a crítica competente manda expungir da *opera omnia* do poeta, como fizeram Lopes Vieira e José Maria Rodrigues».

Quanto à opinião de Camilo, opina que este «aventurou uma hipótese, a nosso ver inaceitável, tão pouco arguta como encaixada a martelo no mosaico das soluções que sugere este problema». E mais adiante:

> «Se a tença tivesse em mira galardoar Luís de Camões, autor dos *Lusíadas,* parecer-nos-ia pertinente o argumento de Camilo. A tença foi dada em consideração dos serviços prestados à Majestade pelo soldado da Índia. Depois, admitindo ser aquele o motivo de tal salvaguarda, restaria a demonstrar que a tença procedesse da iniciativa de D. Sebastião. Este pobre príncipe não lia, não raciocinava, não abria a consciência a outra coisa que não fossem os seus fantasmas bélicos e gloriosos» (137).

O problema é obscuro, pelo que não se resolveu até hoje, apenas se podendo concluir que jamais foi o Poeta provido na feitoria. Talvez cansado de esperar por que vagasse o lugar prometido, teria decidido Camões voltar à pátria. Aconteceu então que se dera a vaga da Capitania de Moçambique pelo falecimento do feitor, sendo nomeado em sua substituição Pedro Barreto, sobrinho do ex-governador Francisco Barreto, e este, sabendo do desejo do Poeta.

> «ofereceu-lhe o trazê-lo consigo para Moçambique; Camões aceitou a oferta, sem se lembrar dos velhos ressentimentos motivados pelas suas queixas contra a seriedade do Governador; neste transporte de generosidade emprestou Pedro Barreto ao poeta duzentos cruzados, favor que em breve se converteu em terrível embaraço».

Instalado já em Moçambique, chegou ao conhecimento de Camões a defesa brilhante que de Malaca fizera D. Leonis Pereira contra os ataques de Achem, despertando o facto tal entusiasmo no Poeta, que fez um soneto a exaltar o heróico defensor de Malaca comparando-o a «um herói da antiguidade».

---

(137) Vol. cit., págs. 95-97.

> «Ou por ciume de se não ver também cantado em verso, ou por que no momento em que Camões recolhia as suas rimas, encontrasse essas queixas contra o governador Francisco Barreto, tornou-se em breve um duro inimigo de Camões; Pedro Barreto era de um génio irascível, como se sabe pela sua morte, ocasionada por se ter julgado afrontado com um acto do governo» (138).

As ilações de Teófilo para explicar a inimizade de Barreto pelo Poeta parecem precipitadas e sem qualquer prova a fundamentá-las. Como admitir que Barreto, conhecedor da pobreza de Camões, se oferecesse para lhe pagar a viagem até Moçambique e, uma vez no destino, lhe exigisse logo o préstamo que sabia o Poeta não poderia pagar? Se Barreto lhe pagou a passagem, deve tê-lo feito por mera generosidade, não se justificando, portanto, que Teófilo escrevesse mais tarde que ele «portou-se infamemente» (139). Neste caso como em tantos outros da vida de Camões, nunca foi possível fazer luz clara, sendo, por isso, prematuro acusar outrem esquecendo que alguns dos problemas graves da biografia camoniana os poderia ter causado a «natureza terrível» do próprio Poeta.

Em Moçambique permaneceu Camões dois anos, ignora-se ocupado em quê. Diogo do Couto diz que ele se ocupou em «aperfeiçoar as suas *Lusíadas* para as imprimir» e também noutro livro, provavelmente um cancioneiro «que intitulava *Parnaso de Luís de Camões*», que depois lhe foi roubado.

Informa Teófilo que é no tempo em que o Poeta se encontrava ainda em Goa que

> «se deve colocar o trabalho de coleccionação do seu *Parnaso*, por ventura para comprazer com a predilecção que tinha pela poesia o Vice-Rei D. Antão de Noronha. O título de *Parnaso* foi sempre usado desde o século XVI como designando uma colecção de poesias líricas; tudo nos faz crer que Luís de Camões começou este trabalho pelo ano de 1565, e que em 1569 ainda continuava a trabalhar nele em Moçambique» (140).

---

(138) *História*, págs. 295 e 296.
(139) *Renascença*, pág. 467.
(140) *História*, pág. 295.

Em 1569 arribou a Moçambique na nau em que regressava a Portugal D. Antão de Noronha, entretanto falecido a bordo, e na qual seguiam alguns amigos de Camões, entre os quais o futuro cronista Diogo do Couto, que se comoveu com o modo como encontrou o seu «matalote e amigo Luís de Camões tão pobre que comia de amigos», pelo que, condoídos, «lhe ajustamos os amigos toda a roupa que houve mister». E esses amigos pagaram-lhe a passagem para Portugal na nau *Santa Clara* que chegou à Capital a 7 de Abril de 1570;

> «e Camões, depois de dezassete anos de ausência, veio ainda encontrar acesos os antigos ódios, e lutar mais duramente com a desgraça. Enquanto outros traziam ricas mercadorias da Índia, Camões possuía apenas um manuscrito, sentido nos desterros injustos. nos cárceres, nos arraiais, tempestades do mar e naufrágios: era a epopeia dos *Lusíadas*. Ali estava reconcentrada a vida gloriosa da nação portuguesa; trazia o poema para a publicidade, como um marinheiro que atira ao mar a notícia do galeão que se afunda, para que um dia se saiba aonde e quando sucumbiram à fatalidade» (141).

Confrange saber que Luís de Camões, dotado de notabilíssimo talento, de vastíssima cultura, Poeta da primeira água, depois de residir 17 anos nesse Oriente fabuloso, que viu e conheceu, por cujas mãos teriam passado riquezas que poderia ter acumulado, por força da sua «naturaleza terribel» (Pedro de Mariz) não obstante a qual conseguira criar amizades com a contrapartida das inimizades e dos ódios, voltasse à sua pátria num estado de pobreza digno de dó.

Têm os portugueses o hábito inveterado de acusar a «sorte», a «fatalidade», o «destino» quando as esperanças alimentadas naufragam e eles se vêem perante as maiores dificuldades que raras vezes tentam superar, esquecidos, se não ignorantes, de que o destino de cada um está na sua mão: se falham na vida, acusem-se a si próprios que não souberam agir como conviria, nunca a abstracção da «sorte».

Camões é talvez o exemplo mais perfeito do português que se atirou para a vida na esperança de um triunfo que não quisera preparar por si. Tendo vivido num meio onde abundavam as mediocridades e ainda sobrenadavam muitos dos ideais da Idade Média, ele, homem do Renas-

(141) Pág. 299.

cimento, cujo pensamento incarnava, deve ter-se sentido deslocado: daí toda a série de dissabores, desilusões, agravos, ofensas e ataques que sofreu e, pelo avanço do seu pensamento sobre o da sua época, se revelou incapaz de superar.

Conhecemos mal, se não ignoramos totalmente, a verdadeira extensão *das dores reais* do Poeta, parecendo arriscado deduzi-las das suas poesias. Recordemos que o autor dos maravilhosos sonetos, elegais, canções e odes que esmaltam a sua lírica, era o mesmo que escrevera a celebrada carta da Índia cujo espírito é totalmente oposto ao das poesias, como o é o das poesias jocosas das «voltas» cujos «motes» glosou. Que tal pode ocorrer com o mesmo escritor é de sobejo sabido como o demonstram muitos escritores ilustres da nossa literatura e das de outros países. Em Camões, exactamente pelo conceito que dele fazem os Portugueses desde o século XVI, em particular desde os festejos do 3.º centenário da sua morte, tal dicotomia assume aspecto de flagrante oposição.

Faria e Sousa, citado por Teófilo, narra que entre as cartas perdidas do Poeta, havia uma

> «que fora dirigida a um amigo do Porto, em que dizia que lhe custava ainda a crer o ter conseguido voltar à pátria»;

e que esse amigo

> «tinha encaixilhado a Carta, como uma preciosidade, mas tanta estima não obstou a que o acaso a destruísse» (142).

Tal prova de admiração pelo Poeta, que afinal só foi consagrado na sua pátria três séculos depois da sua morte, quando a Inglaterra, a França, a Espanha, a Itália já o admirávam no século imediato, tal prova, ia eu dizendo, pode revestir aspecto de verídica. Convém, todavia, receber com reserva os depoimentos de Faria e Sousa, talvez pelo seu excessivo amor a Camões, *mi Poeta* como escreveu ao referir-se-lhe.

Chegou o «retornado» da Índia a Lisboa em época de grande depressão moral.

> «O júbilo com que Camões regressava a Lisboa contrastava com a tristeza pública causada pela *Peste grande* de 1569, pela

(142) Pág. 302.

> quebra da moeda e pela incerteza da administração e da política absorvida pela classe eclesiástica. Lisboa já não era essa corte florescente onde Camões passara os seus mais alegres anos; era uma necrópole quase deserta aonde dominava o fanatismo, o escrúpulo religioso, a cavilação traidora dos políticos, e uma criança alucinada, novo Faetonte, que empunhara as rédeas do governo para apressar uma catástrofe. Camões regressava pobre, e veio achar em Lisboa a indigência motivada pelo abaixamento do valor da moeda» (143).

Nada se sabe quanto aos familiares residentes em Lisboa e com os quais, naturalmente, teria ido residir, falho de recursos como se encontrava. Sua mãe ainda vivia e sabe-se que lhe sobreviveu, como já se disse. Como deixei dito antes, Camilo declarou que em todo o manancial poético de Camões «não transluz frouxo sentimento filial». Um psicanalista explicaria este facto invocando o complexo de Édipo ou outro de semelhante força. Talvez não seja afoiteza demasiada concluir que, por razões totalmente ignoradas hoje, mãe e filho tivessem vivido afastados um do outro na mocidade e este afastamento persistiria após o seu regresso da Índia.

Teófilo, baseado no *Nobiliário* manuscrito de Pantoja, de Elvas, em comunicação do erudito António Tomás Pires, aceitou a versão ali patenteada de Simão Vaz de Camões, pai do Poeta, ter morrido no naufrágio da nau *Conceição* em 1555, e

> «Ana de Sá e Macedo, não sabendo novas do filho da Índia (período de 1556 a 1561) convolou a segundas núpcias com um veterinário, para depois dos cinquenta anos se salvar da miséria. Pela situação do segundo marido, que nada tinha que fazer durante a Peste grande em Lisboa, é presumível que se ausentassem para longe».

Referindo-se ao que Camilo escreveu e acima voltei a citar, entende Teófilo, um pouco forçadamente, que a ausência de referências à mãe nas poesias camonianas é explicável:

> «longe de Lisboa, e na sua obscuridade, ninguém soube dar-lhe notícia dela à chegada à pátria, e só depois de dois anos da

(143) *Loc. cit.*

> morte do poeta é que o ministro Pedro d'Alcáçova Carneiro soube da existência de *Ana de Sá, mãe de Luís de Camões muito velha e pobre,* pelo que lhe foi feita mercê de seis mil reis por ano dos quinze da tença vaga pela morte do filho, por alvará de 31 de Maio de 1582. E como o poeta não recebera os primeiros dois quartéis do ano de 1580, apurou-se a data do seu falecimento para entregar o que se devia da tença a sua mãe; em 5 de Fevereiro de 1585 foi-lhe completada com mais nove mil reis por ano a tença que seu filho não tivera. Se a existência de Ana de Sá fosse conhecida neste tremendo decénio de 1570 a 1580, o ministro que admirava Camões, não lhe acudiria só passados dois anos em 1582 e 1585. Revelam-nos estes dados a solidão moral em que viveu Camões, condizando com a lenda da única simpatia do seu jau que o servia na pobreza doméstica» (144).

José Hermano Saraiva deixa suspeitar que Ana de Sá de Macedo não fosse mulher legítima de Simão Vaz, achando significativo que Mariz, na biografia de Camões, «omita que essa mulher nobre (que não tem D.) tenha sido casada com o pai», atendendo a que a indicação da filiação «mais geralmente usada pelos genealogistas no caso de filiação legítima» era — *Filho de F. e de sua mulher F.* (145). Creio que não têm os biógrafos do Poeta prestado atenção especial a este caso, que pode realmente ser expressão da verdade.

Em todo o caso o alvará de 5 de Fevereiro de 1585 publicado pelo Visconde de Juromenha reza que «hei por bem e me praz fazer merce a Anna de Sá sua mulher do dito Simão Vaz e may do dito Luis de Sá *(sic)* de Camões».

Quanto ao pai reconhece Teófilo não restarem

> «os mínimos vestígios acerca da morte de Simão Vaz de Camões, pai do poeta; mas pela sua residência na Corte, que ele como cavaleiro-fidalgo acompanhava, se infere que morreu da *Peste grande,* que no mês de Junho de 1569 rebentou em Lisboa» (146).

---

(144) *Renascença,* pág. 473 e 474.
(145) *Vida ignorada,* pág. 43.
(146) *História,* pág. 305.

Camilo, com base no *Tombo do Estado da India,* de Simão Botelho ([147]), informa que

> «Simão Vaz estanciara muito pela India e possuíra em Baçaim, em 1543, a aldeia de Patarvaly que D. João de Castro, o vice-rei, lhe aforara por 60 pardaus. Estes aforamentos eram vitalícios e concedidos como remuneração de serviços a fidalgos pobres, porque, dizia o vice-rei, não dispunha de outra moeda. Falecido D. João de Castro, os governadores subsequentes Garcia de Sá e Jorge Cabral, insinuados por D. João III, que já vivia do expediente dos empréstimos, anularam as concessões do vice-rei como nocivas aos interesses da monarquia. A aldeia de Patarvaly foi reivindicada para a coroa, e a desfortuna de Simão Vaz conjectura-se da pobreza da sua viúva e do seu filho único
>
> «Pedro de Mariz e a série de biógrafos mais antigos testificam que Simão Vaz, tendo naufragado em terra firme de Goa, a custo se salvara e morrera depois nesta cidade. Ora, em 1550, a nau *Zambrico* varou no rio de Seitapor a trinta léguas de Goa, salvando-se a tripulação. Seria essa a nau em que Simão Vaz de Camões ia novamente no engodo da fortuna esquiva? Se era, em Março de 1553, quando Camões saiu do cárcere. a morte de seu pai não podia ainda saber-se em Lisboa» ([148]).

Afigura-se-me haver alguma confusão de datas em tudo isto, porque no registo das saídas para a India relativos a 1550, que Faria e Sousa descobriu, aparece o nome de Luís de Camões inscrito quando ele pela primeira vez, regressado de Ceuta, pensara embarcar. Como se viu, quando saiu efectivamente para a India, chegou a Goa em Setembro de 1553. Ora se o pai morreu nesse ano em Goa é porque entretanto embarcara. Desconheceria Camões a partida do pai quando ainda se encontrava em Lisboa? Como conciliar esta ausência de Simão Vaz com o seu nome por fiador do filho no registo dos embarques?

Uma vez em Goa não teria chegado ao seu conhecimento o naufrágio ocorrido no ano anterior e a morte do seu progenitor? Na sinuosa biografia do Poeta as datas parece andarem sempre algo embaralhadas.

([147]) Incluido na *Colecção dos inéditos para a História das conquistas dos portugueses,* pág. 198.

([148]) *Boémia do Espírito* cit., pág. 206-207. O texto de Mariz: «Simão Vaz de Camões, natural desta cidade, o qual indo para a India por Capitão de hũa nao à vista de Goa deu à costa & se saluou em hũa taboa & laa morreo».

Os últimos dez anos de vida de Luís de Camões oferecem ainda maior matéria para dúvidas e até para controvérsia, tão escassos são os elementos oferecidos. Teófilo, desta vez encostado ao poema, esforça-se por reconstituir o pensamento do Poeta, às vezes sem ocultar o seu sectarismo descabido em obra de história e de crítica.

> «Camões — escreve — vinha encontrar um rei afeiçoado à poesia, mas desvairado e dominado pelos jesuítas».
>
> «Dom Sebastião mostrara na sua infância certo interesse pelos Autos de Gil Vicente; mas os jesuítas seus pedagogos abafaram esta tendência» (149).

Tem dado largo lugar à fantasia a maneira como Camões passou os últimos dez anos da vida, mas tudo quanto os biógrafos têm escrito assenta sobre simples conjecturas, constituindo por isso opiniões meramente pessoais, aceites por muitos leitores em atenção aos nomes que as emitiram.

No depoimento de Diogo do Couto, aliás perfeitamente compreensível, em Moçambique o Poeta «acabou de aperfeiçoar as suas Lusíadas pera imprimir». Chegando a Lisboa e uma vez instalado (onde?) deveria ter começado a procurar impressor para o seu livro imortal. Nada se sabe a tal respeito senão que o poema viu a luz do dia em 1572, impresso, «com licença da Sancta Inquisição & do Ordinario em casa de António Gõçaluez Impressor».

Mas que fizera o Poeta no decurso desses dois anos, entre a sua chegada e a saída do poema? Regressado, como se viu, completamente desprovido de recursos, doente. ao que parece, e sem quaisquer meios a garantir-lhe a subsistência, teria por certo morrido de inanição se o não socorressem. Quem? Não consta que nenhum dos amigos ainda sobreviventes o euxiliasse. Da mãe já ficou dito o que a seu respeito é possível dizer-se. À Corte não poderia voltar um fidalgo (?) nas tristes condições

---

(149) *Historia*, pág. 312 e 313. Em oposição à opinião de Aquilino Ribeiro que se refere à incultura do Rei escreve o consciencioso e insuspeito historiador Queirós Veloso: «A sua instrução, apesar de terminada cedo, ao entrar na maioridade política era relativamente extensa. Descontando os costumados exageros dos cronistas (...) os documentos, que nos deixou escritos, revelam sem dúvida os variados conhecimentos que possuía; mas também, aqui e além, uma estranha confusão de ideias, uma obscuridade de pensamento, que fazem de certos períodos verdadeiros enigmas». (*D Sebastião*. 3.ª edição, Lisboa, 1945, pág. 89).

em que se encontrava, por variadas razões e, principalmente, por tudo se conjugar à volta do sonho delirante do Rei.

Camilo pensava que se Camões

> «chegasse ao extremo da penúria, acharia no refeitório dos seus bons amigos dominicanos com quem tratava frequentemente a farta mesa que ali encontravam somenos beneméritos. Não me sofre o conceito que formo desse egrégio espírito que ele quisesse a vida sustentada com tão desprimorosos expedientes (150). É a lenda da miséria em que se comprazem as imaginações sombrias. Porque ele pedia em verso uma camisa em Goa, decidiram que o poeta não tinha camisa. Parece ignorarem que a dádiva de uma camisa como elas por esse tempo se apresentavam era um objecto caro e luxuoso. A fábula tecida sobre a fome de Camões originou-se talvez de alguns poetas subalternos que entenderam desforçar-se da sua pobreza afrontando a nação que vira firmar-se no desconforto o príncipe dos poetas da Espanha» (151).

Faria e Sousa, um dos mais entusiásticos admiradores de Camões, refere que

> «*después de vuelto de la India, depuesta la espada, andava arrimado a una muleta; y assi iba los más de los dias, con toda su enfermidad, con todos sus años, a oir la leccion de Teologia Moral, que entonces se daba en el Convento de Santo Domingo, sentandose entre aquellos mozos que la cursaban, como cualquier dellos*» (152).

E o transcritor deste passo acrescenta:

> «A frequência de uma catequese nesta altura da vida é um facto de maior importância biográfica. Era ainda o desejo de aprender, sentimento que intensamente o dominou a vida inteira? Piedade ostensiva de quem sentia a necessidade de se

(150) Refere-se Camilo à lenda dos «peditórios nocturnos de esmola do António de Java para sustentar Camões».

(151) *Ob. cit.*, pág. 223.

(152) Cit. in-Saraiva, *Vida ignorada*, pág. 326.

> identificar ou de se mostrar identificado com a ortodoxia cristã-velha? (154). Conselho ou imposição para se corrigir de algum pendor herético ou purificar de resquícios do *rito pertinaz?* Talvez nunca o saibamos. A indicação de que se sentava na igreja entre os garotos, como se fosse um deles, pode reflectir a origem da notícia. Os garotos que iam à catequese na década de 70 eram os velhos que à volta de 1620 podiam referir o caso aos pesquisadores do passado de Camões» (155).

Explica Teófilo que a frequência de Camões no convento de São Domingos resultava da convivência de Fr. Bartolomeu Ferreira, frade erudito e também poeta, que foi o primeiro censor dos *Lusíadas* por ordem de Santo Ofício:

> «Seria na convivência de Frei Bartolomeu Ferreira, que passava Camões grande parte do seu tempo no convento de Sam Domingos; a sua amizade com André Falcão de Resende, que ele só conheceu depois do regresso da Índia, também se explica por intermédio do erudito frade, possuidor de uma afamada Livraria. As conversas não versavam, como se supõe, sobre assuntos de piedade; eram interessantes relações de viagens, de costumes, de perigos, naufrágios, e fenómenos astupendos da natureza».

E noutro passo:

> «Tinha muita razão Frei Bartolomeu Ferreira para considerar o autor dos *Lusíadas* com *'muita erudição nas sciencias humanas'* (156). A Ordem de S. Domingos, onde Camões passava grande parte do seu tempo, pertencia Frei Aires Correia, e segundo D. Francisco Manuel de Melo, no *Hospital das Letras,* foi este um dos primeiros comentadores de Camões» (157).

---

(154) Explica-se esta frase pelo facto de o A. ter dúvidas quanto às «origens sociais de Camões», entendendo que também são «obscuros os pontos do sangue — se cristão-novo ou velho — e da filiação se legítima ou ilegítima». *Ob. cit.,* pág. 47.

(155) *Ob. cit.,* pág. 327.

(156) Palavras da Censura de Fr. Bartolomeu Ferreira; «e o autor mostra nele muito engenho e muita erudição das ciências humanas».

(157) *História,* págs. 319 e 320.

Para Teófilo a censura do frade ao poema «é um modelo de bom senso, iludindo a desconfiança dos fanáticos boçais» (158). Todavia, o mesmo censor, na célebre edição dos *Piscos* (1584), cometeu «bárbaras mutilações» no parecer de Aquilino, que o acusa de versatilidade (159).

Aprovado o poema pelo Santo Ofício, seguiu-se a aprovação do Ordinário do Paço, depois do que D. Sebastião, «talvez por conselho do Conde da Idanha, Pedro de Alcáçova Carneiro, ou por alvitre do seu favorito Martim Gonçalves da Câmara, que ambos estimavam Camões, depois da publicação dos *Lusíadas* mandou passar um Alvará de tença de 15$000 reis ao poeta, já então *cavaleiro fidalgo,* por isso que seu pai era morto» (160). A tença foi-lhe concedida «avendo respeito ao seruiço que Luis de Camões caualleiro fidalgo de minha casa me tem feyto nas partes da India», tença que seria anual «por tempo de tres annos somente».

Camilo era de opinião que a tença, «o apregoado escândalo da sovinaria dos ministros não era, àquele tempo, a miséria que se nos cá figura», salientando alguns ordenados que oficiais superiores relativamente pouco elevados em relação aos 15$000 reis de Camões (161). E o lusófilo A. Bell, depois de acentuar ser «difícil ou impossível calcular em moeda actual a pensão que lhe deram, devido à rápida modificação dos valores nos séc. XVI e XVII», escreve:

> «É claro que se poderia viver com um certo desafogo com 15$000 reis e até arrecadar para uma eventualidade; por isso Camões não precisava de viver das esmolas que nas ruas de Lisboa davam ao seu escravo javanês que tão pitorescamente figura na descuidada relação que Mariz faz dos últimos anos do poeta» (162).

Há a considerar, porém, que houve irregularidade no pagamento da tença, que não foi renovada em 1575 por novo período de três anos, enquanto a relativa àquele ano de 1575 ainda estava por liquidar em 22 de

---

(158) Pág. 317.

(159) Para não alongar por demais este estudo, remeto o leitor interessado para os dois ensaios deste escritor — *Camões e o frade na Ilha dos Amores,* insertos no volume *Camões, Camilo, Eça,* cit., págs. 11 e 23; e também para o vol. II de *Luís de Camões,* págs. 185 e ss.

(160) Pág. 324.

(161) *Ob. cit.,* pág. 222.

(162) *Ob. cit.,* pág. 50.

Junho de 1576. Curiosamente e sempre com o velho ódio a Caminha, Teófilo afirma que o Duarte Dias, que fez redigir o alvará real, «era também poeta e amigo de Caminha», e talvez «esta circunstância nos explicará a dificuldade que Camões achava em receber isto que lhe era devido», acrescentando: «Como poeta, Duarte Dias entrou na cabala cntra Camões, e favoreceria Caminha, dificultando ao poeta o embolso da sua tença» (163). No campo das hipóteses era fértil a imaginação teofiliana.

Refere-se Teófilo à «comoção de despeito produzida na maioria dos poetas com o aparecimento dos *Lusíadas*», como o demonstra o «desespero com que Pedro da Costa Perestrelo rasgou o seu poema inédito sobre a descoberta do Oriente» (164). E, «no meio desta luta literária, Camões pediu a vários de seus amigos que o defendessem», entre os quais Diogo do Couto, que comentou os *Lusíadas* até ao canto V, no parecer de Severim de Faria (165).

> «Apesar de todas as maledicências, Camões encontrava na corte quem o sabia estimar; na edição dos Lusíadas de 1626 vem a tradição, de que perguntando Camões um dia a Pedro de Alcáçova Carneiro, qual era o maior defeito que encontrava nos *Lusíadas,* o Conde lhe respondera: que achava um defeito grandíssimo, e era, não serem os *Lusíadas* tão breves que se pudessem decorar, ou tamanhos, que nunca se acabassem de ler. Nos versos de Camões, que se referem a factos deste ano de 1572 encontra-se a prova de quanto ele estava em moda na corte» (166).

Faz também Teófilo desenvolvida referência ao *Parnaso de Luís de Camões,* «livro de muita erudição, doutrina e filosofia» que lhe foi roubado «e nunca pude saber no Reyno delle», no depoimento de Diogo do Couto. «Camões — escreve Teófilo — tinha em Lisboa um amigo íntimo, também poeta, chamado Estácio de Faria; é de crer que este amigo trabalhasse para descobrir o *Parnaso,* porque já depois da morte de Camões conseguiu havê-lo à mão, segundo o testemunho de seu neto Faria e Sousa» (164). Assevera ainda Teófilo «que o *Parnaso de Luís de Camões*

(163) *História,* págs. 325 e 326.
(164) Pág. 326.
(165) Pág. 327.
(163) Pág. 328.
(164) Pág. 330.

está hoje publicado pelos diversos editores que foram aumentando com vários achados parciais as suas líricas» (165).

Esta afirmação de Teófilo afigura-se-me afoita: não há a certeza de o manuscrito encontrado ter sido efectivamente o *Parnaso* desaparecido; ignora-se totalmente e de modo concreto de que se compunha essa obra, mas unicamente que era «livro de muita erudição, doutrina e filosofia», no parecer de Diogo do Couto, que não era poeta; finalmente que se atribuíram a Camões muitas poesias de outros poetas, enquanto, por outro lado, figuram em obras de outros poetas poesias que podem muito bem ser da autoria de Camões. Deve, por isso, considerar-se com toda a reserva o quadro em que Teófilo fez a «Reconstrução do PARNASO de Luís de Camões» que figura a págs. 339 da sua *História de Camões*.

Prosseguindo o seu discorrer acerca do *Parnaso* e referindo-se à frase de Diogo do Couto, escreve o que ela lhe sugeriu:

> «uma violenta suspeita de que sob esse título entrassem também a tradução dos *Triunfos* de Petrarca e o seu erudito Comentário achados em um manuscrito in-4.° do princípio do séc. XVII pelo snr. Visconde de Juromenha. Esse manuscrito não tem frontispício, portanto nenhuma prova materialmente autêntica nos diz pertencer a Camões; mas da leitura da obra se induzem irretorquíveis argumentos que fundamentam essa atribuição».

Apresenta seguidamente esses argumentos que passo a resumir: 1.° terem a tradução e comentário sido feitas entre 1515 e 1553 «no período dentro do qual floresceu Camões», porque no comentário figuram as biografias de vários trovadores «que só podiam chegar ao conhecimento do tradutor por meio do livro de João Nostradamus, publicado nesse ano de 1515; 2.° por se encontrar nos *Lusíadas* um erro histórico relativo a Aníbal, erro que se encontra no comentário e que Petrarca também cometera; 3.° no comentário chama-se a Homero «gram pintor das memorias antigas» tendo sido o primeiro escritor de «poesia, que é chamada pintura», imagem empregada por Camões nos *Lusíadas* em duas estâncias (VIII, 39 e 41); 4.° no Comentário há uma frase em que se fala do poeta que tem «a pena na mão dextra (...) e nua tem a espada na sinistra», imagem bem conhecida nos *Lusíadas:* «Numa mão sempre a espada, noutra a pena»; 5.° na carta da Índia emprega Camões a conhecida frase atribuída a Cipião Africano: *ingrata patria, non prossidebis*

(165) Pág. 334.

ossa mea, que se encontra também no Comentário; 6.º os sonetos de Camões revelam «um completo conhecimento dos Sonetos de Petrarca», conhecimento que no Comentário «por si revelava Camões»; 7.º há nos *Lusíadas* imagens poéticas ou mitológicas que se encontram no Comentário; e 8.º segundo Juromenha, antes de 1553 ninguém traduzira em Portugal a Petrarca, embora posteriormente dois portugueses o traduzissem para castelhano (1567, Veneza; 1591, Madrid), acrescentando Teófilo: «A versificação portuguesa dos *Triunfos* é fidelíssima mas incorrecta; a fidelidade prova-nos que esse trabalho foi a primeira tentativa, que não chegou a receber a perfeição final, em consequência do roubo que Camões sofreu em Lisboa» (166).

Seria longo e também deslocado deter-me aqui a analisar os argumentos, alguns precipitados, de Teófilo. Não deixarei, no entanto, de salientar que as provas por ele apresentadas carecem de consistência para poder crer-se que o Poeta traduzisse a obra de Petrarca e esta se encontrasse no desaparecido *Parnaso.* Quanto à identidade ou simples semelhança de termos, imagens ou ideias entre o florentino e Camões, era coisa natural em época em que a admiração dos poetas peninsulares pelos grandes nomes da poesia italiana, Dante e Petrarca principalmente, levava insensivelmente à imitação sem tal chegar a assumir a forma de plágio, aliás, ainda que o fosse, sem então ser tida no conceito pejorativo adquirido posteriormente.

A Teófilo o roubo de *Parnaso,* para se empregar o termo em que ele insiste — até porque poderia ter sido apenas extravio — «não era uma violação da sua glória tanto como um atentado contra a sua pobreza», citando então que o seu estado de miséria era tal que o escravo António lhe pedia «um vintém para carvão e não o tenho para lh'o dar», conforme a resposta do Poeta a Rui Dias da Câmara quando este o procurou para levar a tradução dos *Salmos penitenciais* em verso e Camões lha não fizera por não ter «espirito nem contentamento para nada» (167).

---

(166) Págs. 340-346.

(167) Pág. 347. Mariz escreveu: «pedindolhe Ruy Diaz da Camara, fidalgo bem conhecido, lhe traduzisse em verso os Psalmos Penitenciaes & não acabando de o fazer, por mais que para isso o estimulava, se foy a elle o fidalgo & perguntandolhe queyxoso porque lhe não acabaria de fazer o que lhe prometera havia tanto tempo, sendo tam grande Poeta & que tinha composto tão famoso Poema, elle lhe respondeo q̃ quando fezera aquelles Cantos era mancebo farto & namorado, querido & estimado & cheo de muytos fauores & merces de amigos & de damas, com que o calor Poetico se augmentaua. E que agora não tinha espiritu nem contentamento para nada, Porque

Pode parecer incongruência que homem tão desprovido de recursos materiais, às portas da indigência, possuísse um escravo. Devia tê-lo comprado quando estanciou pelo Extremo Oriente, pois de todo se ignora como e quando o adquiriu. Parece que um escravo era fácil de comprar por ser barato. A lenda fá-lo viver em Macau já na companhia do amo. José Hermano Saraiva chamou a atenção para

> «a contradição que existe entre a quase indigência a que a tença obrigaria e o facto de possuir um escravo. Muita gente tinha escravos, mas isso era sinal de desafogo económico e marcava o pertencimento às camadas superiores do ponto de vista dos haveres. Não tem a mínima credibilidade a justificação que Mariz quis dar: o Jau já acompanhava Camões na viagem de regresso. A informação muito mais segura de Diogo do Couto mostra que quando regressou ao Reino, vinha em tão completa penúria que os amigs se cotizaram para lhe pagar a roupa e a viagem. Ora o valor de um escravo excedia o de três anos de tença; portanto, Camões não o podia ter comprado em Lisboa. Alguém lho deu, o que significa que algum rico protector o ajudou nesses últimos anos de vida» (168).

Teria, porém, o Poeta então «algum rico protector» na dessorada Lisboa do último quartel do século XVI? Parece-me lícito duvidar.

Teófilo, porém, aceita a tradição de o António ser

> «um pobre escravo jau, que naufragara com Camões na foz do Mecom, e com quem contraíra a confraternidade da desgraça; era o seu irmão mendicante, que segundo a tradição, pedia de noite pelas ruas de Lisboa. Quando Camões se achava mais mergulhado na indigência e enfraquecido pela doença, morreu-lhe o escravo António. Miguel Ângelo não deixaria com tanta grandeza de alma as contemplações profundas da arte para velar nos derradeiros momentos do seu velho criado, como Camões acompanharia o suspiro último deste desterrado por amor» (169).

Por esta época (1575) por todo o reino ia grande arruído: D. Sebastião, cuja ideia-fixa de Capitão de Deus era a conquista total de Marrocos

aly estaua o seu Iao que lhe pedia duas moedas para caruão & elle as não tinha para as dar (...) de noyte pedia esmola para o ajudar a sustentar».

(168) *Ob. cit.*, pág. 329.

(169) *História*, pág. 347.

onde queria fundar um império, lançou-se na primeira empresa, talvez na intenção de sondar o terreno. O jovem Rei cercara-se de outros ardidos jovens que pareciam contaminados da loucura do monarca.

> «Era para Camões uma rumilhação o não acompanhar estes jovens cavaleiros na expedição de 1575; ele estava pobre, doente e era o único arrimo (?) de sua velha mãe D. Ana de Sá; consolava-se elogiando o valor dos amigos que com os seus feitos mais incitavam a inveja».

Pero de Magalhães Gândavo, que no seu *Diálogo em defesa da língua portuguesa* tinha tirado «do génio de Camões o principal argumento», publicou em 1576 o seu livro mais conhecido — *História da Província de Santa Cruz,* primeira história do Brasil — que, por conselho de Camões, dedicou ao antigo conhecido do Poeta o heróico D. Leonis Pereira, tendo Camões escrito a Elegia IV, «para servir de Dedicatória ao livro, e nela mostra o espírito cavalheiresco do século XVI» (170).

> «No meio da loucura da Corte, parece que todos os homens de senso se aproximavam de Camões; D. Leonis Pereira, D. Francisco de Almeida, D. Luís de Ataíde respeitavam-no, enquanto na corte o bobo do rei era mais festejado e recompensado. No ano de 1577 escreveu André Falcão de Rezende uma curiosa Sátira dos costumes da sociedade portuguesa, e dedicou-a a Camões; fixamos esta data, porque em 1577 foi ele nomeado Juiz de Fora de Torres Vedras, muito perto de Lisboa. Era então já amigo de Diogo Bernardes, e pelo facto de Magalhães Gândavo citar em 1574 o nome de Bernardes junto com o de Camões, somos levados a crer, que o poeta do *Lima* viveu pelo menos nestes três anos na boa intimidade com o autor dos *Lusíadas*» (171).

Aquilino põe dúvidas quanto à data de 1577 atribuída por Teófilo à Sátira de Resende, julga «menos aceitável a razão presumida por Teófilo, com a sua futilidade toda», que está, «de resto, de acordo com a sua forma de raciocínio», exemplificando com o trecho acima transcrito, onde Maga-

(170) Págs. 351 e 352.
(171) Pág. 352.

lhões Gândavo cita o nome de Bernardes junto do de Camões e Teófilo cria que os dois poetas fossem íntimos.

> «Grande parte dos juízos deste estrénuo trabalhador das letras estão eivados de igual precipitação e ligeireza, bem embora a conclusão brigue com ponderosos e averiguados factos. Nos silogismos de Teófilo a segunda premissa fica sempre no tinteiro» (172).

É motivo de dúvida saber que «todos os homens de senso se aproximavam [então] de Camões», Bernardes vivesse três anos «na boa intimidade com o autor dos *Lusíadas*» e André de Resende lhe dedicasse uma Sátira (em que aliás há um terceto onde se fala dum «pobre poeta um doudo feito, / Mendicando o comer, e as consoantes, / Compondo os seus Poemas sem proveito», que parece «desenhar a situação de Camões», (como escreve Teófilo), não houvesse uma voz que se erguesse a reclamar a protecção do Poeta que vivia miseravelmente.

> «Este ano de 1577 foi para Camões de grandes perdas para as poucas esperanças que lhe restavam; em Março, faleceu a Infanta D. Maria, cuja corte erudita frequentara (?) nos seus mais alegres anos; D. Manuel de Portugal e Pedro de Alcáçova Carneiro andavam como embaixadores em Castela, e este último levara consigo Diogo Bernardes, que soubera introduzir-se nas suas graças *(sic)*, talvez por influência de Camões (?!), que depois combateu.
>
> Também no fim do ano de 1577 partiu pela segunda vez para a Índia o seu venerando amigo D. Luís de Ataíde, a quem escreveu o Soneto CXCI, como despedida» (173).

Sempre fértil em conjecturas e conclusões assentes, Teófilo esforça-se, como se tem visto, em levantar cada vez mais alto, o nome do seu biografado.

Surge entretanto o momento da partida de D. Sebastião para a fatal segunda jornada de África. Na Sé de Lisboa foi benzido pelo Arcebispo o estandarte real «no qual hia Christo Crucificado», e Camões escreveu o Soneto CCXLIII em louvor do mesmo. D. Sebastião, além da coroa que

(172) Vol. II., pág. 225.
(173) *História*, pág. 359.

haveria de cingir como Imperador de Marrocos, «também queria levar o poeta que havia de cantar os seus feitos». Crê Teófilo que Camões concorresse, apesar do triste estado físico em que se encontrava, outra fantasia do seu espírito; «mas Bernardes estava nas graças de Pedro de Alcáçova Carneiro e foi o escolhido» (174).

O Poeta pensava, segundo Teófilo, baseado em depoimento de Faria e Sousa, desde 1575, «fazer uma nova epopeia para cantar a empresa de D. Sebastião». Refere ainda que um certo Bernardo Rodrigues deu notícia de que «Camões começou a escrever um Poema da Expedição de el-rei Dom Sebastião, que não continuou depois de chegar a notícia da derrota de Alcácer Quibir». E a seguir:

> «Entre as poesias inéditas do século XVI, publicadas por António Lourenço Caminha, cuja autenticidade sustentámos em outro lugar, vêm diversos fragmentos de uma Epopeia sobre a empresa do infeliz monarca. Apesar das oitavas estarem medíocremente metrificadas, não hesitámos em atribuir esses fragmentos a Camões, porque estão em um primeiro esboço, e além disso, porque a empresa de África não o entusiasmava; os fragmentos indicam por meio de rubricas o lugar que deviam ocupar na futura Epopeia» (175).

Repito o dito anteriormente — *facile credimus quod volumus*. Se não pode dizer-se Teófilo espírito crédulo, pode, por outro lado, afirmar-se que depois de ter concebido uma ideia, logo se esforçava por fundamentá-la independentemente de testemunhos contrários e convincentes.

Para ele, positivista (?), a dúvida metódica era atitude mental que lhe não quadrava.

O esquema apresentado seguidamente ao que transcrevi acima, à primeira vista impressionará o leitor, que, se não o ler com olhos de crítico, aceitará a conclusão teofiliana. Antes de tudo o mais não verificou o nosso A. se os fragmentos referidos se encontravam redigidos por letra do Poeta, o que seria difícil por praticamente não haver elementos para comparação. Em segundo lugar não se demonstrou insofismavelmente que as poesias publicadas por António Lourenço Caminha fossem autenticamente de Camões. A afirmação de Teófilo ter sustentado a sua autentici-

(174) Pág. 362.
(175) Pág. 367.

dade não creio ser prova suficiente, sabendo-se a facilidade com que ele se deixava convencer por simples aparências. Por último, o que me parece prova decisiva: estaria o Poeta física e intelectualmnte em estado de se abalançar à redacção de novo poema épico, a dois anos da sua morte e depauperado do ponto de vista psíquico-somático como se depreende de tantos testemunhos? Não o creio moralmente capaz de fazer aquilo que, três séculos e meio mais tarde, alguns críticos malignos acusaram Vítor Hugo de ter feito: publicar depois dos 80 anos, versos aparentemente fruto de sua mente de velho ainda robusto, mas na realidade (,) escritos muitos anos antes da idade provecta...

Mais adiante prossegue Teófilo, depois de citar uma estrofe desse pretendido poema:

> «Fora de toda a hipótese, é indubitável que estas quarenta estrofes pertencem a uma tentativa de Epopeia sobre a Jornada de África; sabe-se que Camões pretendeu cantar estas façanhas, e que Diogo Bernardes foi o preferido, o que não obstou que Camões começasse a escrever. O poema de Bernardes não chegou a ser começado, porque ele ficou imediatamente cativo. Os fragmentos de Camões foram abandonados, e só esses é que poderiam chegar até nós, no estado em que inconscientemente (?) os publicou Caminha».

Mas alguns parágrafos adiante escreve:

> «Segundo o testemunho do poeta Bernardo Rodrigues, Camões ao saber do desastre de África *'andava como assombrado'*» (176).

Porém, no volume *Renascença* refere-se à «tradição transmitida por Bernardo Rodrigues, poeta coevo» segundo a qual «Camões rasgou o começo de um poema em que celebrava a empresa de África» (177). A admitir o fundamento de tal depoimento, se o Poeta rasgou o manuscrito, como se explica possa afirmar-se a autenticidade das estrofes publicadas por Caminha? Como se vê a teia é algo emaranhada e o juízo a formular quanto à autenticidade e finalidade das referidas estrofes tem de assentar

(176) Págs. 369 e 370.
(177) Pág. 481.

em prudentíssima reserva, independentemente desse outro juízo severo que é lícito fazer a respeito dos processos de investigação e rigor crítico de Teófilo Braga.

Depois foi o desastre final: a perda da independência consecutiva ao triste reinado e morte do Cardeal D. Henrique. Logo a seguir a morte do Poeta, provavelmente de peste. O impressor Pedro Craesbeck, editor dos *Lusíadas* em 1626, revelou uma tradição transmitida por D. João de Almeida, segundo a qual Camões, quase moribundo, teria escrito ao pai de D. João, D. Francisco de Almeida, capitão general de Lamego, uma carta de despedida, «(que é a última que sabemos sua)» a qual conclui com a célebre frase, mais de dois séculos e meio depois aproveitada por Garrett para fecho do seu poema:

> «Enfim, acabarei a vida, e verão todos que fui tão afeiçoado à minha pátria, que não só me contentei de morrer nela, mas com ela» (178).

A frase é demasiado literária para poder aceitar-se saída da pena de um homem que, embora dotado de génio, se encontrava às portas da morte.

Apoiado no testemunho de Juromenha, que fixou o dia da morte de Camões em 10 de Junho desse fatídico ano de 1580 — completam-se agora quatro séculos —, conforme documento que o benemérito Visconde descobriu na Torre do Tombo, Teófilo escreve:

> «A data da morte de Camões dá uma luz sublime de verdade às suas palavras (179); morava o poeta em companhia de sua *velha e pobre* mãe, D. Ana de Sá, em *casa humilde,* (como lhe chama Frei Francisco de Santo Agostinho Macedo) na rua de Santa Ana, junto ao Arco do mesmo nome e Casa da Encarnação, e pegava com a Ermida do Senhor Jesus da Salvação e Paz».

Na página imediata declara que a «sua agonia foi obscura e desacompanhada» (180). Outro problema — mais um! — se levanta agora: se Camões vivia «em companhia de sua velha e pobre mãe», como teve uma

(178) *História,* pág. 375.
(179) As da carta citada.
(180) Págs. 376 e 377.

agonia «desacompanhada»? Como aparece nesta ocasião o Poeta a viver em companhia da mãe (que positivamente se sabe ter-lhe sobrevivido pelo menos 5 anos), como conciliar tal afirmação tudo se ignorando quanto às relações de Camões com a mãe após o regresso da Índia, e ainda a de ele viver apenas com a companhia do escravo António?

José Hermano Saraiva declarou: «Desconhecem-se as circunstâncias da morte de Camões». E a seguir: «Morreu em Lisboa mas não se sabe onde. Se num hospital, se quase abandonado na pobre casa da Calçada de Santana, são tudo suposições sem base documental» (181).

Na peugada do Morgado de Mateus, editor dos *Lusíadas* de 1817 em Paris, refere-se Teófilo ao célebre depoimento de Frei José Índio, encontrado pelo Morgado no exemplar que pertencera a Lord Holland, e transcreveu:

> «q̃ *cosa mas lastimosa q̃ ver un tã grã ingenio mal logrado? Yo lo vi morir en un hospital en Lisboa, sin tener una sauana cõ que cobrirse despues de auer trihũfado en la India Oriental y de auer nauegado 3500 leguas por mar* q̃ *auiso tã grãde p*ª *los q̃ de noche y de dia cãson estudiando sin prouecho como la araña en urdir tellas p*ª *cazar moscas!*» (182).

---

(181) *Ob. cit.*, pág. 354.

(182) *História*, pág. 377. Transcrevi o trecho tal como o transcreveu o lusófilo A. Bell, e que Teófilo alterou levemente (A. Bell, *ob. cit.*, pág. 52). O lusófilo inglês recolheu o texto do Dr. Henry Thomas, já falecido e então Director do *British Museum*, «que por gentileza de Lord Ilchester pôde examinar o volume em Dezembro de 1921. É um exemplar da ed. dos *Lusíadas* de 1572, com o pelicano voltado para a direita, e pertenceu outrora ao Convento de Guadalcazar (Carmelitas Descalços)». O proprietário anterior do volume, J. H. Frere, declarou por escrito numa das folhas, tê-lo adquirido em Novembro de 1812 e que o volume lhe chegou ao poder em Sevilha por acaso (*accidentally*) e que no verso se encontra a declaração de testemunha ocular das circunstâncias da morte de Camões, que ele, Frere, desconhecia até entrar na posse do volume, a seguir ao que figura a seguinte nota: «*Adviertase* q̃ *ba* (ou *va*?) *cõmentado y declarado los vocablos portugueses y las ciudades orientales pr. fr. Joseph indio* [por cima está escrito e apagado um nome ilegível] q̃ *aqui estuuo*. Estas notas sobre a morte de Camões, as palavras *fr. Joseph indio* e as que figuram na portada *Miseremini mej salt̃e vos amici mej*, são todas na mesma bela letra». (A. Bell, *ob. cit.*, pág. 113).

Não me parecem de aceitar os comentários que ao texto de Fr. José Índio fez José Hermano Saraiva como corolário da sua tese de ter sido a Condessa de Linhares, D. Violante de Andrade, o grande amor de Camões, *pendant* da de José Maria Rodrigues e Afonso Lopes Vieira, para a Infanta D. Maria:

«O frade apontava [nas últimas palavras do texto], pois, o destino trágico de

Desaparecido tão inglória e miseravelmente o maior Poeta português de todos os tempos, a sua morte passou totalmente despercebida: a situação económica e política era deplorável e dois partidos se batiam ferozmente: os que já estavam vendidos ao poderoso Filipe de Espanha, ou esperavam ser comprados, e os partidários do enigmático Prior do Crato, que não chegou a vender-se porque o Espanhol não subiu até ao preço que ele pedia. A época era de desordem, e quando estava em jogo a sobrevivência de Portugal como povo livre, admite-se a indiferença das gentes por aquele que, a partir do século imediato, se consideraria o próprio símbolo da Pátria, cujas glórias exaltou no seu poema. Daí resultou ficar no olvido o local onde foi sepultado o corpo frio daquele que, um dia, haviam cognominado de *Trincafortes*.

Teófilo diz que «os eruditos do século XVII e XVIII esqueceram-se totalmente do local onde estava a sepultura de Camões, e hoje apesar dos mais pacientes esforços das Comissões oficiais de 1835 e de 1854, chegou-se à conclusão de que é impossível determinar com verdade a sua sepultura» (183).

No volume *Renascença* adianta que «todas as pesquizas para encontrar a sepultura de Camões na Igreja de Sant'Ana, partiram do equívoco entre o Adro da Peste [na encosta de Sant'Ana] e a igreja pela designação vaga de ter *morrido no hospital* e sido enterrado o poeta em *Sant'Ana*» (184).

Por seu turno, o general Francisco Leoni afirma que o cadáver do Poeta foi

> «levado à igreja do convento de Sant'Ana, onde lhe deram sepultura rasa à entrada da porta, do lado esquerdo, sem epitáfio algum; e assim permaneceu até que Dom Gonçalo Coutinho, tempos depois, lhe mandou pôr na sepultura uma campa de mármore em que fez gravar o seguinte epitáfio:

Camões como um exemplo aos ambiciosos, que passam a vida como a aranha, à espera de que a mosca lhe vá cair na rede. Esquisito comentário, que os biógrafos não têm conseguido explicar. *Hoje* [sublinhado meu] compreendemos que era uma interpretação possível do passado do Poeta. Aquilo mesmo era o que os Noronhas deviam pensar: os seus poemas de amor eram a perigosa teia em que tinham caído Violante e a inocente Joana. Se o documento é autêntico, Camões teve um triste fim. Na hora da morte foi acompanhado por um homem que pensava como os seus implacáveis inimigos» (*Vida ignorada* cit., pág 356).

Não vem aqui a propósito a discussão desta nova e peregrina tese, que creio tão infundada como a dos editores da *Lírica* camoniana.

(183) *Históra*, pág. 396.

(184) Pág. 486.

AQUI JAZ LUIZ DE CAMÕES
PRINCIPE
DOS POETAS DO SEU TEMPO
MORREU NO ANNO DE 1579 (185).
ESTA CAMPA LHE MANDOU AQUI PÔR D. GONÇALO COUTINHO(185a)
NA QUAL SE NÃO ENTERRARÁ PESSOA ALGUMA» (186).

Parece que mais tarde, por uma razão ou por outra, talvez pelo que de vexatório caía sobre um país que deixara morrer «pobre e miseravelmente» o «Príncipe dos Poetas do seu tempo», a lápide foi substituída por outra em latim «miniamente prolixo e enfático» por Martim Gonçalves da Câmara, um dos validos e conselheiros de D. Sebastião, «com o que, seguramente, pretendeu abulir a mácula que lhe provinha de haver deixado perecer à míngua o homem que era já proclamado *Príncipe dos poetas de Espanha,* e por quem o mesmo Filipe, entrando em Portugal se não esqueceu de perguntar, querendo com isso lisonjear o amor próprio e captar a benevolência dos portugueses» (187).

---

(185) Data obviamente errada, que já então se desconhecia.

(185) Os Coutinhos, depois Condes de Marialvo, descendiam de Vasco Fernandes Coutinho, avô de uma Constança da Fonseca, que veio a casar com Gonçalo Vaz de Camões, filho primogénito de Vasco Pires de Camões, trisavô do Poeta. (Jorge de Sena, *ob. cit.*, Pág. 15).

(186) *Ob. cit.*, pág. 170. Parece faltar nesta lápide a legenda célebre sobre que alguns biógrafos se baseiam para justificar a pobreza de Camões; entre a 3.ª e a 4.ª linha deve ler-se mais. VIVEU POBRE E MISERAVELMENTE E ASSIM. É motivo para surpreender, se não causar espanto, como se aceitou, sem discussão ou ao menos com algumas reservas a lenda romântica da miséria de Camões, elevada a dogma pela quase totalidade dos mais eminentes camonólogos e consagrada no século passado no poema *A Fome de Camões* de Gomes Leal.

A este respeito escreveu Jorge de Sena: «A pobreza da mãe de Camões e a dele deve entender-se não em termos burgueses ou plebeus, por pobreza que fosse, e ao contrário do que românticos fizeram para sublinhar o mito do poeta infeliz e desprezado da sociedade, e os positivistas, para acentuarem como a monarquia não protegia os génios. Uns e outros leram mal, e interpretaram mal, o que os primeiros biógrafos e mais autores antigos especularam, intercalados em acentuar o direito à comenda e à tença, por *mérito literário,* que acharem ser o deles, e para o que Camões, grande poeta de muito génio e pouca e mal paga tença, servia às mil maravilhas. A pobreza evidentemente existia, mas a insistência aristocrática nela, em parentes de servidores ou servidores dos reis, era parte do processo de ordenhar a vaca régia. E não era nunca uma instituição absoluta de anónimos habitantes das cidades, vilas e campos, que pobres foram como eles» (*Ob. cit.*, pág. 53, nota 23).

(187) Francisco Leoni, *ob. cit., Loc. cit.*

O terrível terramoto de 1755 deve ter destruído uma parte do local onde Camões foi sepultado, desta forma se dispersando os ossos do Poeta. As escavações feitas no século passado para os descobrir foram de resultados duvidosos, pelo que a ossada transferida em 1880 para o sumptuoso mausoléu dos Jerónimos tem carácter meramente simbólico. Outro legado deixou o filho de Simão Vaz e esse imortal — *Os Lusíadas*.

*
* *

Na extensa Introdução à sua obra *Luís de Camões*, ao referir-se ao «Camões romântico, peralta, amante de princesas» criado por Garrett, escreveu Aquilino Ribeiro:

> «Ao Dr. Teófilo Braga agradava também esta figura de altitude, pelo realce que sempre procurou dar à especulação, quando se personalizava em nomes que lhe eram gratos» (188).

Como se viu dos numerosos trechos teofilianos transcritos ao longo deste estudo, o Camões do A. constituiu uma espécie de complemento do *criado* pelo Visconde de Juromenha: o Poeta saiu da *História* de Teófilo com estatura agigantada como homem e foi este homem de quem, desde então, a grande maioria dos historiadores e camonólogos se apropriaram na suposição, crença, dir-se-á com mais propriedade, de que não poderia ser senão um ser excepcional, o autor dos *Lusíadas*. Tanto quanto me é dado alcançar percorrendo as obras dos autores posteriores a Juromenha, creio ter sido Aquilino Ribeiro o primeiro que soube, com objectividade, separar o Camões homem do Camões poeta. Será que os autores de obras-primas que honram a humanidade teriam (ou terão) de ser forçosamente seres excepcionais do ponto de vista moral? Acaso, por exemplo, Edgar Poë, o grande poeta que escreveu o *Raven* e as *Tales of mystery*, é prejudicado como escritor pelo facto de, como homem, ter sido alcoólico inveterado? Byron, o autor do *Childe Harold* decai como poeta extraordinário que foi, sob a acusação de incestuoso com a irmã e ter levado vida tão desregrada que o forçou a deixar para sempre a Inglaterra? E que dizer desse ribaldo, desordeiro e beberrão, François Villon, que escreveu a célebre balada *Des dames du temps jadis*, além da restante obra poética? E Mus-

(188) Vol. I, pág. 31.

set? E Beaudelaire? E Espronceda? E George Sand com a sua tumultuosa vida sentimental? E os poemas, em especial os admiráveis sonetos do nosso Bocage, porventura perderam algum tanto da sua beleza pelo autor ter levado aquela vida dissoluta de todos conhecida?

Camilo, cuja vida como homem todos os estudiosos sabem qual foi e a que excessos chegou, sem isso em nada influir para a apreciação crítica da sua obra de conjunto — escreveu:

> «Se Luís de Camões, em pureza de costumes, se livelasse com a sobrexcelência do engenho, seria exemplar único de talento irmanado com o juízo. Não se conciliam as regras austeras da vida serena e pautada com as convulsões da fantasia. Amores de alto enlevo e de baixo estofo, o ideal de Catarina de Ataíde e as carnalidades das malabares e bailadeiras levantinas — o exalçar-se a regrões de luz divina e o cair nos tremedais do vulgo — essas vicissitudes que a si mesmo fazem o homem assombroso em sua majestade e miséria, tudo isso foi Camões e em tudo isso foi semelhante aos génios eminentíssimos; mas nenhum homem como ele pôde redimir-se da sua fragilidade divinizando os erros da imprudência, fazendo-se amar nos extravios, e imortalizando-se no livro que, ao fechar de três séculos, alvoroçou uma nação» (189).

E o falecido lusófilo Georges Le Gentil, profundo conhecedor da nossa Literatura, muito particularmente de Camões, escreveu sensatamente:

> «*De bonne heure Camões est entré dans la légende. C'est le privilège de ceux qui dépassent la commune mesure. On a exagéré l'importance d'anedotes mal controlées. On a refait sa vie en l'imaginant d'après son oeuvre. Sans doute l'érudition moderne, appuryée sur des fondements solides, a posé quelques jalons. Mais il faut convenir que l'essentiel nous échappe*» (190).

Juromenha e Teófilo Braga *criaram* um Camões fantasista atribuindo-lhe qualidades e atitudes sem qualquer base digna de fé. Como poderia deixar de ser assim, se os mais antigos biógrafos, como o P.e Manuel

---

(189) *Ob. cit.*, pág. 230.
(190) *Ob. cit.*, pág. 28.

Correia, que o conheceu pessoalmente, Pedro de Mariz e Manuel Severim de Faria, ainda seu vago parente, cada qual nos deixou um Camões diferente do de cada um dos outros? Será necessário repetir como merece confiança muito relativa Manuel de Faria e Sousa, apesar de ter consultado testemunhas contemporâneas do Poeta? Que confiança poderá conceder-se a depoimentos de homens nessa altura de idade provecta? Sem me referir ainda ao facto de os testemunhos de Faria e Sousa provirem na generalidade de pessoas de pouca cultura para quem o «homem Camões» não teria passado de um «homem qualquer». Como poderia o investigador esperar que pudessem ter compreendido o génio desse homem? E se o tivessem compreendido, ter-se-lhes-ia alterado o depoimento?

Mas, repito, foram Juromenha e Teófilo quem deu início à elevação do «ídolo» que tantos têm erguido nos escudos ou elevado aos altares. E até nos princípios deste século o romancista popular António de Campos Júnior, num romance medíocre género de capa-e-espada, levou até às massas populares os erros e os mitos que depois se radicaram.

José Hermano Saraiva, apesar de em anos recentes ter divulgado outra teoria dos amores de Camões de base muito discutível, não deixa de ter razão ao escrever, na conclusão do seu livro:

> «Camões serviu para tudo. Para refugo de miguelistas exilados, para símbolo da liberdade romântica, para bandeira do Partido Republicano, para padroeiro da aspiração de uma grande comunidade das nações lusíadas, para argumento de credos revolucionários. Um Camões que já não é ele mas somos nós. Isso dá a medida da sua grandeza, porque nos seus versos encontramos sempre a expressão lapidar dos nossos próprios sentimentos, quaisquer que sejam» ([191]).

Na realidade a figura do Poeta «serviu para tudo»: até em nossos dias para ser achincalhado com o beneplácito ou o silêncio cúmplice de quem devera ter mais presentes no espírito as suas responsabilidades e mais respeito por um passado a que, quer queiramos, quer não estamos indissoluvelmente ligados.

Se como homem Camões está muito abaixo do Poeta, não esqueçamos que, tão longe quanto nos é dado alcançar através dos escassíssimos ele-

---

([191]) *Ob. cit.*, pág. 361.

mentos documentais chegados até nós, ele foi um homem do seu tempo em cuja mentalidade influíram todas as qualidades e defeitos desse século, extraordinário sim, mas já a dar sinais da decadência em que, em poucos anos, Portugal soçobraria.

Mas não se esqueça que ele deixou à sua Pátria — que é a nossa — o seu livro genial, que durante os 60 anos de ocupação estrangeira foi o elemento catalisador que salvou a alma portuguesa de putrescer e dissolver-se.

Ainda sobre o nome e a ascendencia dos Camões

Por XOSÉ FILGUEIRA VALVERDE

Imos voltar nestas páxinas ao tema do apelido e da liñaxe galega do grande poeta.

Camões pode derivar do topónimo Camos que leva a parroquia de Santa Olaia, no concello de Nigrán, antre o Monte Parada e Baiona, en terras tan belidas como ricas en tradicións e cunha historia moi achegada á do Portugal fraterno [1].

Camos e Camões

Non ten dúbida a formación do adxetivo «camoés», co senso de «o que pertesce a Camos». Os nativos de Camos chámanse «camoeses», e pode dar que de alí viñeran os peros «camuesos» e as mazáns «camoesas». Polo tanto, tamén poderían vir os «Camões», e dise tamén que os «Caamaños», anque esto sexa menos doado.

Que sepamos, nin en Galicia nin en Portugal tense rexistrado outro lugar que leve o nome de Camos.

Dende os *Discursos varios políticos* en que Severim de Faria falóu, por primeira vez, no 1624, de Vasco Pires de Camões como ascendente do autor de *Os Lusiadas,* repítese, sen fundamento, que o Castelo de Camoens atopábase perto do Fisterre galego. Silveira anotóu con acerto a orixe do erro; trátase dunha confusión antre o Camos galego e o Caione (Chinón), no francés, perto de Tours, erro derivado da falsa interpretación dunha noticia referente a San Máximo. Non menos alonxada da realidade é a especie espallada por Argote de Molina de que os Camões viñeran do Palacio de Camanda en Navarra.

Pódese establecer unha longa serie de nomes de lugar que emparentan co de Camos: en Galicia sobre '-arium', Camoeiro en Chantada,

parello ás Camoeiras portuguesas, xustificado por seren da facenda dos Camões; sobre un locativo en '-oriu', Camoira e Camoiras, en Lugo; sobre '-ontiu', Camouzo na Cruña; sobre '-ale' a serie Camonal (Langreo) análoga a Gamonal castelán. E, sobre '-antiu' o nome do mosteiro de Camanzo e o de Camanceiros, na terra de Camba, que suxire tamén unha comunidade etimolóxica con Camos.

Pra percurar a comunidade de orixe antre Camões e Caamaño, é preciso deixar de lado o «quam magnus», con reducción do «qua» como en 'catorce', e a 'camaña' rética. Tense pensado en que do Camos baionés, do Camán de Albeos ou da propia Camba, tan fértil en suxerencias filolóxicas, poiden xurdir o Caamaño, mediante '-anici' como na serie de formas ximeas: 'castreno', 'Bicaño', 'Paraño', 'Graña'.

A etimoloxía de «Camos»

Tense dado pra 'Camos' unha fácil etimoloxía, a de 'calamus' (cana, varilla, pluma, rastollo, restebeira, cañina), que na formación con '-on', '-onis' daría con valor de colectivo ou de grandor a liña dita: 'camões', 'camues'. A dupricación do 'a' en vellas grafías viría a confirmalo. Tense tamén suposto unha primeira forma oxítona, parella á catalana 'camós', en relación con 'Lanzós', 'Leirós', 'Oirós'... O acento teríase desplazado, ben por refección erudita, ben por insertarse numha locución: «Camos de Miñor». Nembargantes, a orixe do topónimo non é tan crara. Todo se complica cando se pensa que eiquí poida estar a mesma raíz de 'cama', esa palabra peculiar no vasco, no noso «verbo dos arxinas», (xiria dos pedreiros), nos romances peninsulares e do S. O. francés. 'Cama', chan, palla, lama, pina do arado, estrato, perna. 'Cama' xermánico, ibérico, céltico; 'camb-' céltico, curvo, orixe de Camba, de Cambados, de cambois e mesmo de Combarro, de «camboa» e «gamboa» que está a estudar García Alén.

Pódese apelar ao pouco probado 'cammom' celta; ao occitano «cam(b)a», con Rholfs; ao galo 'cammusos', fuciñudo, con Gammillscheg; e ollar de qué xeito 'camus' dá base a unha riola de «embotamentos» nos dialectos da Euskalerria (Schuchard).Os filólogos Pensado, Millán e Rivas preparan estudos sobre a raíz «cam-» e as súas derivacións galegas e portuguesas.

E aínda se enguedella máis o tema se lembramos as camoesas ou o 'calamon', ave parlante que entre rocas figura no escudo de Camões e que logo foi transmutándose nun dragón alado [2].



1 — O escudo de Gamões
co dragón alado

A «camoesa»

A relación Camos-Camões-Camoesa ven estabrecéndose dende Severim de Faria deica Silveira e Antenor Nascentes, sen que falte a opinión de Fr. Martín Sarmiento. Débense ás súas intuicións, tantas veces louvadas, as mellores refrexións sobre a oriundez pontevedresa dos Camões e do froito.

Nos séculos XVI e XVII foi a «camoesa» a mazán máis estimada. Andrés Laguna, eruditísimo médico de Felipe II, anotador do Dioscórides, decía:

«Entre todas las especies de las mançanas es la más excellente aquella que llamamos «camuesa» en España. Porque, allende de ser aromática, es muy grata y sabrosa al gusto. No me acuerdo de haber en otras partes visto esta fruta sino solamente en España y en algunas partes de Flandes, aunque la «camuesa» de Flandes no tiene aquella suavidad de la castellana, por nacer en tierra más húmeda y fría».

Fala tamén dela Fernández de Oviedo, na *Historia General y natural de las Indias,* onde é chamada «camuesta». E brila nos versos de Lope, cando narra o rústico xantar que oferece Lucinda a Ismenia na *Jerusalem Conquistada:*

> La cena se apercibe en pobre mesa,
> con negro pan y cándida cuajada,
> tan fresca que por ella se ve impresa
> mimbrosa encella en torno dibujada;
> la roja y áurea hespérida *camuesa,*
> en su principio del dragón guardada,
> las dulces uvas en esparto seco
> y el agua sin malicia en corcho hueco...

Son unánimes os eloxios do sabor desas mazáns; veñen de antigo as diverxencias en canto á orixe da denominación, movidas, en xeral, polo descoñecimento da procedencia.

Acerca dela escribíu Fr. Martín Sarmiento: «El latín que se señala a la «camoesa» o «camuesa» es «Mallum Boticum Aromáticum». El «aromaticum» viene bien pero el «boticum» no sé por dónde. Y por lo dicho tiene más derecho a que se llamase «Mallum Gallaicum».

O P. Guadix asegurara, sen reparos e con maxinación dabondo, que debían o nome á súa forma de «tetilla» ou peito. Menos favorecida sal de



2 — As mazáns nunha edición do Dioscórides de 1596

hipótesis recentes. Américo Castro percurou o paralelo francés, «camús», chato, e a analoxía co italián «camuso», que además de nacho quer decir «bobo», como o castelán «camueso» xa usado en Fray Luis de León, e que, como «zoquete», pode ser comparativo da dureza de moleira. Se o parentesco se estabrece ca «mula camurcia» do Arcipreste de Hita, co vasco «kamutsu» e con «kamutxa», a salamandra, a froita tampouco sal moi mellorada.

«En principio — concluimos con Corominas — es más natural que una clase especial de manzanas venga de una localidad que de una vieja palabra prerromana».

O «camão» ave heráldica

Disquisicións somellantes xurden a carón da ave que foi inicialmente símbolo parlante no escudo dos «Camões». Según Afonso Dornelas foi o cantor da epopeia lusitana o primeiro que o usóu. Primeiramente, a cabeza da ave, pernaltada, das xunqueiras, saíndo antre dúas rocas. Pouco a pouco, a maxinación dos diversos diseñadores foi modificando o brasón e a testa da ave tomóu a forma de serpe alada, en ouro, co corpo enrolado sobre sí mesma, descendendo en pala, antre dous montes de prata, en campo verde, tal como o describen Filgueiras Gaio e Armando de Matos e Oliveira Matos.

O «calamón» é unha zancuda polícroma, de testa roxa, ventre dourado e lombo verde, que se cría antre «canas» e xuncos. Aves de ribeira, canavais e xunqueiras abondan na Ramallosa, onde Camos.

Os nomes científicos do «camão», recollidos por Silveira e por Santos Junior, son moi garridos i eufóricos: «Fullica Porphyrio veterum», «Porphyrio caesius» ou «hiacinthinus». Os museos zoolóxicos de Portugal e da Galicia contan con exemplares. Os ornitólogos levan a conta dos poucos que se teñen cazado dende fai medio século.

No recente traballo do insine arqueólogo portuense Dr. Santos Junior danse curiosas noticias da presencia de esta ave nos nosos litorais.

Polo que respeita á etimoloxía das denominacións actuais —«caamão» en portugués medieval; «camão», moderno; «calamón», castelán; «galmón», catalán —, somellan entroncar ca raíz de «calamus». Covarrubias fora percurar, arbitrariamentes, «thalamus». A relación establecida por Dozy co árabe «abu galamûn» leva, á longa, a mesma base grega de «cálamo». Que «calamón» valla pra denominar aves americanas, non pode aducirse a favor da orixe ultramarina da verba.

Emblemas de Alciato.

PVDICITIA.

Emblema. 47.



Porphyrio domini ſi inceſtent in adibus vxor,
Deſpondetq́ animum, praeq́ dolore perit.
Abdita in arcanis naturæ eſt cauſa, ſit index
Syncera hæc volucris certa pudicitia.

LA Caſtidad, virtud muy grande, aunque co nocida de pocos, nos propone aqui Alciato, pintãdo el Porphyriõ, al qual le pone por titulo. *Pudicitia*, la Caſtidad, y quadrale muy biẽ, por que dize Eliano lib. 14. cap. 35. que mira, y es la obſeruancia

Porphyriõ enla caſa dõde ſe cria, ſi ſe comete adulterio lo deſcubre arborcandoſe

3 — O Emblema de Alciato referente ao Camón na versión de Diego López (Valencia, 1655)

As cuestións etimolóxicas e semánticas destas palabras teñen máis longo regueiro. Non podemos esquencer os diversos sentidos de «calamón»: cravo ou blemaz de tapizar; pau da viga do lagar; pesa dunha balanza... Nin que «gamuza» ven de «camox». Está documentada ca forma «camós» no catalán a fins do XIII e sigue viva en «camussa» e «camuza», como «camoscio», «camos» e «camorza» en outros falares románicos. «Camós» podería expricar as formas oxítonas a que temos xa aludido.

Tamén cabería o suposto de que os nomes do «asfodelo» teñan a mesma orixe: portugués «gamão», catalán «gamó», castelán «gamón», berciano «gamota», recollido por Sarmiento. E os derivados «gamonita», «Gamonal», que é topónimo no lugar compostelán do Castiñeiriño. A presencia do catalán «camó» poidera refrendalo [3].

E, sin detérmonos eiquí, aínda habería que pasar ás formas burlescas: «camola» pra cabeza, de onde saen «calamonazo» e «calamocha»: nunha parlenga infantil cántase: — «Dale, dale, dale a la calamochita...»

En tempos, o «camão» foi ave rara e cobizada pra tela, en gaiola, nos pazos. A elo alude o refrán recollido por Bluteau: «camão todos queren, poucos o hão».

Tamén teño comentado, en outros traballos, que o «Porphyrio» e símbolo da máis casta fidelidade conyugal. O tema aparez recollido deste xeito no Emblema XLVII de Alciato:

«Porphyrion en la casa do se cría, si se comete adulterio lo descubre ahorcándose».

Porphyrio domini si incestent in aedibus uxor,
despondatque animum, praeque dolore perit.
Abdita in arcanis natura est causa, sit index
syncere haec volucres certa pudicitia.

«La castidad, virtud muy grande aunque conocida de pocos, nos propone aquí Alciato, pintando el Porphirion, al cual le pone por título «pudicitia», la castidad, y cuádrale muy bien, porque dice Eliano, lib. 14, cap. 35, que mira, y es la observancia de la castidad de la muger, y que descubre su adulterio: porque si acaso, en la casa donde habita, la muger comete adulterio, lo manifiesta ahorcándose, y así muere. Calepino dize, que es el Porphyrion, lo que llamamos por otro nombre Pelícano. La causa desto, dize Alciato, que es secreto de naturaleza. Mucha doctrina se podía sacar desta emblema, y aún imitarla algunas casadas, pues sin reverencia alguna ni respecto cometen adulterio...»

O tema foi versificado polo propio Luis de Camões nunha das súas trovas.

Verificou-se algũa hora
da ave que chaman «camão»
que, se da casa onde mora
vê adùltera á senhora,
morre de pura paixão.

Mencións medievais de Camos e os camoeses

Camos aparez documentado, tarde, no século XIII, cando Afonso IX de León, ao seu paso por Pontevedra, o dia, 15 de xuño do 1228, dou en troque, ao mosteiro de Oia, antre outras herdades (Panxón, Tebra, Samuelle) a de Santa Olaia de Camunes, (Tumbo de Oia, AHN) ou de Camones (Tumbo Bouzo). A grafía, discutibre nas dúas versións, ven dada, en forma correcta e reveladora — como fixo notar Fernández Rodríguez — na confirmación feita por Fernando III, o 13 de marzal do 1232, «quartam partem ecclesie Sante Eolalie de Caamones».

Por aqueles mesmos anos figura en documentos privados. En xuño do 1229, Joan Nunis deixa a Oia outra coarta parte de «Chamoes» agora escrito con *ch,* no valor de k, como «monachus». Na mesma forma rexístrase, cando Orraca, muller de Rodrigo Pérez de «Chamos», vende unha herdade ao mosteiro, en abril do 1233, e cando, antre as testemuñas de outra doación feita por un F. Rodríguez de Lemos, siña un F. Rodríguez de «Chamoes», que é o primeiro que temos anotado eiquí nun documento co apelido do poeta.

No 1258, nas «Legenda» que rexistran os miragres de Frai Pedro González Telmo, cítase unha «María Joannes de Camues, tudensi diocesis». Pouco despóis, no 1270, atopamos o primeiro pontevedrés que leva o apelido: «Ferdinandi Ruderci de Camoes» nun instrumento de San Xoan de Poio, citado polo P. Sarmiento. E, catro anos máis tarde, no 1274, María Yáñez, filla de Johán Raimúndez, «cabaleiro que fúi de Camões», vende a mitade dun lugar de Panxón aos monxes de Oia. Antre os testigos firma Fernán Alonso de Camões. Xa tiña firmeza esta forma [4].

Dous poetas anteriores ao cantor de «Os Lusíadas» haberían de levar o apelido, un análogo, e idéntico o outro: Johán Nunes Camanés no século XIII e Vasco Pérez de Camões no XIV.



4 — Portalada do Pazo de Camos, en Nigrán. Dibuxo de Agustín Portela

Johán Nunes Camanés

Poeta de curta e delicada obra. Sabemos moi pouco dél. Xa Th. Braga apuntara unha posible relación familiar con Camões, que Carolina Michaëlis non considerou probada, aceptando, en troques, a posible vinculación pontevedresa que suliñóu propoñendo a acentuación aguda, frente á chan que estabrece o erudito, e desbotando o Muniz que, excepcionalmentes e sen dúbida por erro, aparez no códice da Biblioteca Nacional.

A situación das cantigas deste segrel perto das do burgalés Pero García, de Corpancho e de Nuno Fernández Torneol fixeron coidar á editora do «Cancioneiro da Ajuda» que fose coetáneo deles e figurase na corte afonsí. Lingua e estilo achéganno, nas cantigas de refrán, aos poetas dos santuarios e das rías do tempo de San Fernando. Temos pensado na identificación co Johannes Nuniz que facía unha importantísima doación, en herdo, ao mosteiro de Oia, onde mandaba ser soterrado e que tiña en Camos aquela coarta parte que legaba, seguindo o exempro de El-Rei Afonso IX, refrendado por San Fernando. Era home de posición brilante, se xulgamos pola solemnidade que ten o documento e polo número e a calidade do que doa: unha mula ca sela e o freo, a súa «azemela», a súa boa coberta de cama cos seus panos e un «ciphum argenteum ad faciendum unum calicem». Se o «ciphum» fose un instrumento musical, a tese tería un argumento ao seu favor.

Poseemos oito cantigas súas, tres delas «de meestría» e cinco «de refrán». Nas primeiras latexan os «topoi» da «morte de amor» e do logro do favor da amada; ante ela sinte un fondo pavor. Atopamos unha nota adiantada: a mención do deus Amor, a carón do Deus verdadeiro:

Por mha morte roguei Deus e Amor
e non m'a deu por mi fazer peor...

As cantigas de feitío inxenuo forman un breve conxunto dialogado: madre-filla (CV 252-3); amiga-amigo (254); filla-madre (255); amigo--amigas (256), ésta fragmentaria.

C. Michaëlis non concordaba ca orde en que figuran nos apógrafos. Anotóu tamén o rigor da nai ca filla. Poidéramos engadir que é impresionante atopar neste posibre devanceiro de Camões o cultivo dos temas «de amor estorbado» que terían de ser motivos conductores na lírica e na vida azarosa de Luis de Camões [5].

Vasco Pérez de Camões

O máis famoso dos Camões do Val Miñor pontevedrés levóu a Portugal o apelido, terceiro abó do egrexio épico. Como él, poeta i emigrado, home de longos saberes e inquedanzas.

A presencia dos primeiros Camões galegos en terras lusitanas xustifícase por ter sido parceiros de El-Rei Fernando I defronte a Don Enrique, despóis da morte de Pedro, «el Cruel», no 1369. Casi tódolos nobres galegos, según o impresionante relatorio de Fernão Lopes, seguiron o partido que apoiaba ao monarca portugués, que chegóu a entrar no Reino de Galicia, e tivo que deixalo, precipitadamentes, diante o risco de perder a meirande parte do seu, invadido, en represalia, polo castelán. A acción fundamental da reconquista de Galicia tivo por esceario a Baiona.

Antre os nobres exiliados estaban os dous Camões que serviron a don Fernando, que foron favorecidos por él e por Leonor Telles, a Flor de Altura. Coñécense ben as mercedes outorgadas a don Vasco no decenio 1373-1383 e sabemos que, pola súa parte, Doña Leonor nomeóuno aio do Conde de Barcelos. Non pode, pois, estranar que se achegasen ao bando fernandino, nin que seguisen ao poderoso galego Fernández de Andeiro, frente ao Mestre de Avis. Esta parcialidade custóu a Don Vasco pésima fama nas crónicas portuguesas e duras calificacións que tiveron ecos literarios. Recórdese o epigrama de Sá de Miranda que aconsella seipa conterse nas súas expresións o que queira medrar máis que él, texto que somella profético, porque axunta dous nomes que terían de unirse logo na historia das letras:

Ha de enfrear a sua pena
quem quiser ser mais medrado
que Camões e João de Mena.

Vasco Pérez de Camões, prisioneiro na batalla de Aljubarrota — onde morréu un seu primo — anque axiña libertado, perdéu o máis da súa facenda, excepto as terras chamadas «Camoeiras» que seguiron vinculadas á familia, e repatrióuse a Galicia. Eiquí ostentóu, breve tempo, o señorío de Baiona de Miñor, que caíu de novo, e sen resistencia, en mans do Duque de Lancaster no 1386. Don Juan I incorporóu de novo a vila ao señorío real, culpando ao Camões da perda. Veleiquí o documento rexio do 1390:

Don Iohán, por la gracia de Dios Rey de Castilla, de León e de Portugal, de Toledo, de Galisia, de Seuilla, de Córdoua, de Murçia, de Iahén, del Algarbe, de Algesira, e senor de Biscaia, a todos quantos esta carta vieren, salud e graçia. Por quanto nos fue mostrado por parte del Conçejo de la villa de Baiona de Minor que el Rey Don Enrique, nuestro padre, que Dios perdone, fiso juramento por sí e por sus suçesores al dicho Conçejo e vesinos e moradores de la dicha villa de Bayona de Minor que la dicha villa fuese sienpre de la Corona Real e non fuese enagenada dela... E Nos non sabiendo esto, al tiempo que el Duque de Lancastre estaua en Galisia, estando la dicha villa de Bayona por el dicho Duque en nuestro deseruiço fesemos merçé de la dicha villa a Vasco Peres de Camos nuestro vasallo; e por parte de dicho conçejo nos es pedido por merçed e... de justiçia que pues Nos suçedimos al dicho Rey nuestro padre en los sus regnos y senorios, que guardásemos el dicho juramento quel Rey nuestro padre fisiera, según era de derecho e rasón que lo fesièsemos, e en guardándolo que quesiésemos declarar la dicha villa no poder seer dada por Nos e ansí como de fecho la diéramos que de fecho la quesiésemos tomar e retener para la nuestra persona real, e aun por mayor firmesa que nos ploguiese de faser juramento por Nos e por nuestros suçesores que la dicha villa de Bayona non fuese enagenada de la Corona, segúnd el dicho Rey nuestro padre lo fisiera, por quanto cumplía mucho a nuestro seruiçio e de los nuestros Reinos e de los suçesores después de Nos en los dichos Reinos que la dicha villa non fuese enagenada de nuestra Corona por quanto la dicha villa está asentada ribera de la mar e era muy buena e de buen puerto para las nuestras naos e galeas e para faser taraçana en ella.

E Nos, veyendo que segund derecho e rasón somos tenido de guardar dicho juramento quel dicho Rey nuestro padre fiso, pues que somos su suçesor en los dichos Reynos, por esto e otrosí por quanto el dicho Vasco Peres non puso tan buena guarda como deuía en el dicho lugar de Bayona después que gelo Nos dimos, por lo qual, por su culpa, los traidores que son rebeldes a Nos en los nuestros Regnos de Portogal tomaron el dicho lugar de Bayona e ansí el dicho Vasco Peres perdió qualquier senorío que pudiera tener del dicho logar, puesto que lo Nos pudiéramos dar a aun por que ouimos de dar otro nuestro lugar de Portogal que valía más por el dicho lugar de Bayona, por lo cual el dicho lugar de Bayona aunque podiera ser dado al dicho Vasco Peres se tornara o volviera a Nos e a la dicha nuestra Corona, declaramos la dicha villa de Bayona perteesçer e seer de la dicha nuestra Corona e non poder seer en manera alguna por Nos dada nin apartada della por enbargo del dicho juramento quel dicho Rey nuestro padre fiso por sí e sus suçesores a los de la dicha villa de Bayona, como dicho es, el qual dicho juramento a Nos, como a su suçesor de derecho pertenesçe de quitar, e aun puesto que pudiera seer dada por Nos la dicha Villa sería tornada a Nos e a nuestra Corona por el dicho Vasco Peres auer perdido el senorío della de la manera que dicha es, e Nos auer dado otro lugar mejor por ella. E... (borrado) la opinión del dicho Rey... (roto) de aquí adelante... dicha villa de Bayona asimesmo... (roto) como la dicha villa contra los dichos traidores nuestros «vasallos» (?) rebeldes de Portogal, antes fueron... (roto) culpas, porquel dicho lugar se perdió en raçón de su yerro y culpa, porque para siempre sea a otros exemplo, los condenamos e mandamos que se despueble el lugar donde aora está poblado e lo pueblen en Monte Buey... (borrado) por los lugares e de la manera e al término que se le senalare e diere... (borrado) mandamos dar esta nuestra Carta a los del dicho

lugar de Bayona, que es firmada de nuestro nombre y sellada de nuestro sello de plomo... (borrado) honçe dias del mes de Julio, ano del naçimiento de Nuestro señor Jesu Christo de mill e treçientos e nouenta anos.

(Transcrito e publicado por Enrique Fernández Villamil, Do Arquivo Municipal de Bayona).

Vasco Pérez vivía aínda no 1391, en que figura nos «Cuadernos» de Cortes.

Ven citado como poeta polo Marqués de Santillana no soado «Prohemio» dirixido ao Condestable de Portugal. Figura á seguida de Joan Soares de Paiva, denantes de Fernán Gonzales de Sanabria, a carón de Ferrant Casquicio.

No *Cancionero* de Baena aparecen catro *Preguntas, respuestas e desires* de Fray Diego de Valencia, feitos e ordenados «contra Vasco Lopes (sic) de Camoes, cavallero de Galiçia». As tensóns revélannos que o noso poeta tiña boa sona de erudito. Fray Diego interrógao «como a sabio» sobre sotilezas teolóxicas e custións naturais tan comprexas como as propiedades do fogo e da iauga. A que se refire a esta cuestión natural escomenza:

Querriendo saber la cosa dubdossa,
paresçe que sea yaquanto escura,
por ende querría por vuesstra mesura,
de vos, Vasco Lopez, saber una cosa:
en commo se mata en nuve aguosa
el fuego calliente, e fase tornar
piedras é toriscos, relanpagos dar,
e muchas fortunas da fria, dañosa.

(Canc. Baena, 493)

A contestación leva no códice o título «Respuesta que dio el dicho maestro Fray Diego contra el dicho Vasco López». Somella ter outro erro no rótulo, pois o texto ao que debe de corresponder é ás verbas do interpelado. Sendo así teremos unha composición do poeta galego. Di de este xeito:

Question me fué puesta asaz provechosa,
e bien me paresçe que es de natura,
e su fundamento es de tal figura
en commo la agua matar fuego osa:
pues esta tal obra non es espantosa,
dos cosas contrarias poder se ligar,
la una contra otra, e de sí alcançar
relampagos, toriscos a fria pedrosa.

E puesto qu'el fuego non puede espesar,
pero si sobeja convién que lo faga
e por su calidat lo sotil desfaga,
dexando lo duro por podrificar
de sí con la nuve fria encontrar,
juntando las otras que son medianeras,
formarse las frias de muchas maneras
por estos contrarios asi se juntar.

Fynida.

Assí qu'el fuego con agena friura
congela los cuerpos con su grant ardedura,
maguer los disuelve e por propia calura;
ca si fues, sobejo, puede resfriar.

(Canc. Baena, 474)

A intrincada pregunta de outra das cantigas sería formulada por Vasco Pérez, e prantexaba un fondo tema teolóxico, nada menos que o papel da natureza e da historia, do ben e do mal, do fecho de Deus, da culpa, do dano, da predestinación e do infruxo do Criador en nós. Revela xa unha posición netamente renacentista. Non temos a demanda de Vasco de Camões; no Cancioneiro ven somentess a resposta, bretemosa, do teólogo, onde, por certo, poden agacharse algunhas alusións políticas:

De vuestra pregunta, segunt mi creençia,
amigo, sepades que nuestro Señor
crió este mundo sin ayudador,
de nada formado por alta sabençia,
de sy apostolo, segunt resplandeçe,
de Sol é de Luna e lus do recreçe
a todos los cuerpos muy clara luçençia.

Crió la natura e todo açidente,
e puso los çielos en muy grant altura,
estrellas, cometas, la espandidura
e otras que fasen curso brevemente:
despues que las cosas ya son acabadas
tornan a materia de que son criadas
e prenden grant dubda de las ver la gente.

Pero por natura es esto que vedes,
su sinificança disen que es esta:
sobre çinco cossas pone su requesta,
segunt yo deprise, é vos non dudedes,
mudamiento de reyno, fanbre e grandes daños,
muertes muy esquivas, tienpos muy estraños,
calores e frios, segunt que vos vedes.

Si es sobre moros, christianos, judios,
fablar claramente yo non lo sabría;
pero que vos digo por astronomia,
non me entremetiendo en fecho de Dios,
que fase grant daño do lança sus rayos,
e yo vos seguro, si passados mayos,
que su influençia sintades en vos.

Fiinida

Por ende, vos ruego en esta rason
que Dios vos aguarde de mala prision.
Que me respondades por reconvençion,
a esta demanda dando fin e clos.

(Canc. Baena, 475)

A coarta das cantigas recollidas por Baena é unha «requesta» de Frai Diego, gravemente enfermo, e vendo de perto á morte, á que esconxura en outro decir. Antre as súas doores, que lle fan perder o sentido, repara nas veces que sospiramos sen que nada nos doa. Pídelle remedio ao poeta galego, que presenta como sabio, e rógalle que recomende aos que se queixan en van que coman menos.

Vasco Lopes amigo, Dios vos consuele,
e más vos ensalçe en onrra e bien,
que vos me digades de qual parte vien
desir siempre ay! e nada non duele;
ca comunalmente el que gemir suele
mostrar sus dolores si quiera en la cara,
e si esto non falla por su atijara,
sofrir e callar que fama non buele.

E vos non creades que fago pregunta
si non por dolençia muy grave que siento,
que me fas perder el entendimiento
a las vegadas que mi cor apunta;
por ende, vos digo de sus daños cunta
que ayades cura por dar me remedio,
e me declaredes en este comedio
commo se conoçe por causa conjunta.

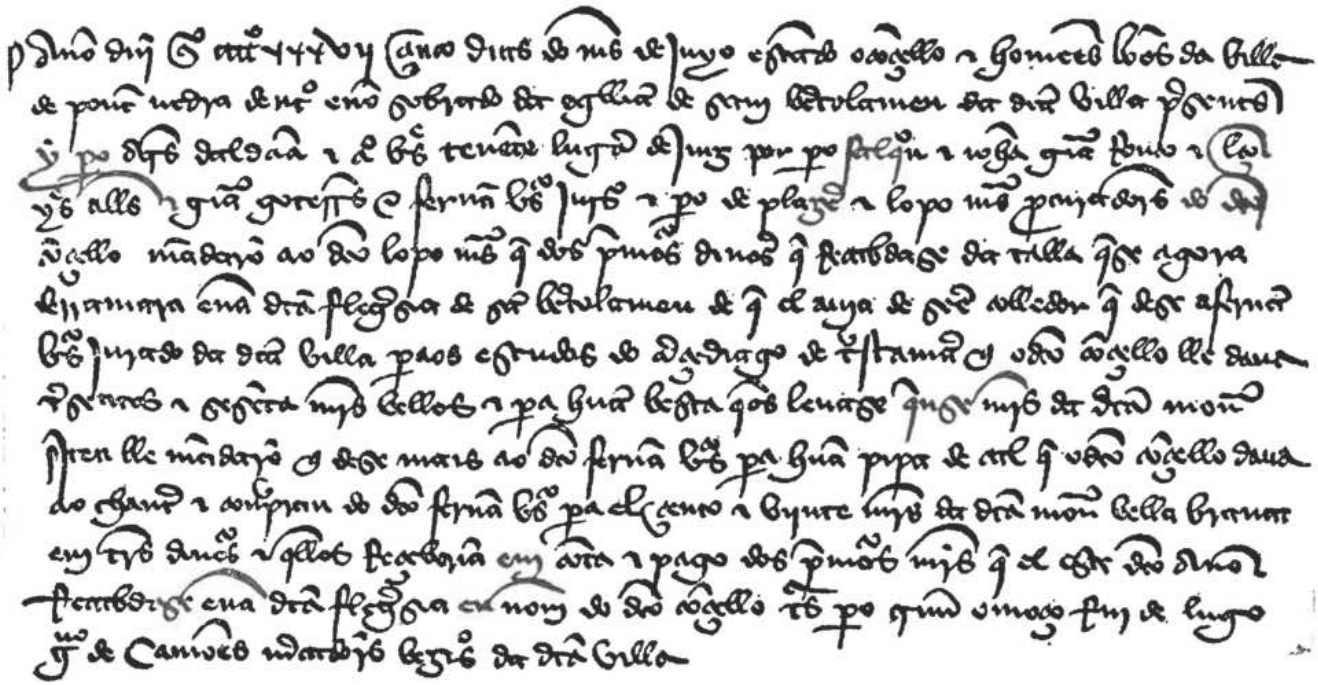
E vos como sabio dad me letuario,
de los cordiales o d'estomacón,
ca mucho me daña aquesta pasión
e vos levaredes de mi buen salario;
ca non se me escusa faser inventario
si vos non ponedes aqui vuestras manos:
por Dios, Vasco Lopes, los viejos e canos
mandat los regir por buen ordinario.

Finida

Pues es su natura muy floxa e blanda,
desidles que usen de poca vianda,
ca d'esta figura Ypocrás lo manda,
de si Galieno en el Pasionario.

(Canc. Baena, 508)

Polos versos premiosos, embarullados, que recolle o «Cancioneiro» sabemos pouco do poeta que sería don Vasco, mais sí temos a seguranza de que era home curioso dos feitos da «física» no senso de entón e no de agora, que propoñía outras custións teolóxicas.



5 — Un dos documentos do 1437 en que figura Gonzalo de Camões (Museu de Pontevedra)

Luis de Camões herdaría deste galego non somentes o amor á poesía, senón o interés polas cencias humáns [6].

Gonçalvo de Camões, Alcalde de Pontevedra

Namentras que a descendencia de Vasco Pérez de Camões se afincaba en Portugal, os Camões pontevedreses interviñan activamente na vida da «boa vila», representados por un persoaxe que tamén aparez avencellado a asuntos lusitanos: Gonçalvo de Camões. Era mercader e alcabaleiro e chegóu a ocupar o posto de Alcalde. Foi nomeado pra este cargo, por primeira vez, polo Arcebispo Don Lope de Mendoza, co xurado Fernant Vasques, a proposta do Concello e homes boos da vila, o primeiro de febreiro do 1438. Voltóu a ser nomeado Alcalde en 1450.

Atopámolo moitas veces, antre os testigos, nos documentos do «Livro do Concello» dende o 26 de abril do 1437. O 2 de maio do ano seguinte os «omes boos» da vila obrigábanse con él e fixeron o afianzamento do arrendo das alcabalas, por dez anos, das que faría traspasos ao Concello. Figura o 10 de maio na xuntanza pra a preparación das festas do «Corpus Christi». Presenta a xuntanza unha carta do Arcebispo don Lope de Mendoza no 1440. Levaba daquela o arrendo dos tributos do peixe, do sal e os «diezmos da mar». No mes de febreiro do mesmo ano era «tenente lugar de juiz». Figura en contas e reclamacións de cretos. Firma un seguro de embarcacións contra mercadorías ameazadas de prenda. Non aparez o seu nome antre os «fieles» do 1441. Tres anos despóis leva non soio aquelas alcabalas senón a renta da parte de El-Rei na mar. Rubrica cos outros persoeiros pontevedreses o importantísimo pacto da «vila» con Sueiro Gomez de Soutomaior, o 13 de novembro do 1444.

Nomeado Alcalde no 1450 non asiste, por ausencia, ao acto en que o Concello os recibía como tais a él e a García Goterres. Tampouco está presente ao nomeamento que fai o Concello en favor de Diego Sánchez de Sevilla, pouco despois, o 22 de febreiro do mesmo ano.

O dato referente á relación con Portugal foi recollido por Fernández Villamil: cando se encarregóu do recaudo e «fieldad» das rentas da Mitra no 1437, aparez reclamando a Juan Viéitez as cantidades en que saía alcanzado por ter levado «a presencia dos dagnificados de Portugal á Corte do noso señor El-Rei». Máis que levar diñeiros o que somella entenderse da frase é que foi persoeiro de certos perxudicados que os acompaña. Villamil coida que serían víctimas ou fuxitivos da peste que asolóu Portugal nos derradeiros tempos do reinado de Don Duarte, ou

ben que se tratase de axudas por danos nas loitas civís. Tamén poidera tratarse do resarcimento por presas de barcos ou mercadorías no porto de Pontevedra ou nos veciños das rías galegas.

O importante é que este Gonçalo de Camões veciño de Pontevedra intervén en negocios de xente portuguesa na corte de Castela [7].

Os Camões de Portugal

O noso Vasco Perez ou Pires de Camoens sería o pai de Joao Vaz, que casóu sucesivamente con Inés Gómez da Silva e con Catalina Pires. Un dos seus tres fillos tivo, — do matrimonio cunha prima chamada Guiomar —, a Simão Vaz e a un Don Bento, que pode ser o Prior de Santa Cruz e Chanceler da Universidade de Coimbra, onde a família houbo de asentarse.

Coido que sigue sen acrararse a custión dos matrimonios de Simão Vaz, sumamente escura. Non se sabe ben se casóu somentes cunha Ana de Sá e de Macedo, ou primeiro cunha Ana de Sá e logo con Ana de Macedo. Fillo seu foi o noso poeta, Luis Vaz de Camões.

Insístese moito no infruxo que na súa formación puido tere aquele seu tío, o «crucio» Fr. Bento, figura tamén envolta na penumbra como a dos seus pais. Mais, non debe ser esquecido un precedente familiar indubitado e valioso, o de Vasco Pérez de Camões e o que poida haber en Luis de Camões da herdanza de aquel outro, inquedo, galicián que serviu a tres reises, loitóu en dous reinos, foi aio dun magnate e dialogóu en verso sobre a natureza e o esprito cun dos meirandes teólogos do seu tempo. «De manera que — como di o P. Sarmiento — el insigne poeta Luis de Camões heredó de aquel caballero gallego Vasco Pérez de Camoens, no sólo la sangre sino el númen poético [8].

1 — **Sobre a liñaxe dos Camões, véxanse:**

Avila y la Cueva, J. — *Historia Civil y Eclesiástica de la ciudad de Tuy y su Obispado.* Materiales inéditos no Museo de Pontevedra.

Espinosa Rodríguez, José. — *Casas y cosas del Valle Miñor,* Vigo, 1951.

Inventario. Pazos y Torres I. Vigo Valle Miñor. Sociedad Amigos de los Pazos. Vigo, 1973.

Para os Caamaño e o seu entronque cos Camões:

Noticia de la familia Caamaño, 1644, cap. 27, pág. 297.
Gándara, Fr. Felipe — *Armas y Triumphos del Reyno de Galicia.* Madrid, 1662, págs. 307 y 584.
Areal, Justo. — *Casas solariegas de Galicia. Apuntes para la genealogia de los Caamaño y Camoens.* «La Correspondencia Gallega», 1899, núm. 2.752.
Valle, Ramón del. — *Villagarcía.* «Ilustración Gallega y Asturiana», 1880.
Crespo, Fr. Santiago. — *Blasones y Linajes de Galicia,* II, 241 ss.
Bouza Brey Trillo, Fermín. — *El señorio de Villagarcia desde su fundación hasta el Marquesado.* I. P. Sarmiento. Anejos CEG. 1965.

2 — Sobre a etimoloxía de Camões:

Silveira, Joaquim da. — *Sobre o nome «Camoes».* «Biblos». Vol. III. 1927. Págs. 425 a 446.
Leite de Vasconcellos, J. — *Philologia Portugueza.* «O Jornal do Comercio», Lisboa, 23 marzo 1907. Contiene nota enviada por Martínez Salazar.
Castro, Américo. — *Adiciones Hispánicas al Diccionario Etimológico de W. Meyer-Lübke.* RFE, V, 33 ss. y VI, 338 ss. O noso admirado mestre o Dr. Piel ten disposto un estudo sobre o tema.

3 — Sobre 'camuesa', 'calamón' e os derivados de 'camb-' e 'cal-':

Véanse o *Tesoro* de Cavarrubias, os glosarios de Bluteau, Díez, Meier Lubke, Dozy Cortesão, Nascentes, Schneider, Steiger y Corominas, onde poderá encontrarse amplia bibliografia.
Os traballos de Eligio Rivas e A. García Alén serán publicados na revista «El Museo de Pontevedra».
Sobre o «camão»: Santos Junior, J. J. dos. — *Uma ave, o Camão, no brasão dos ascendentes galegos de Luís de Camões,* «Cyanopica», fasc. 1, vol. 2. Porto, 1979.

4 — Sobre a máis antiga documentación dos Camões:

Nogueira. — *Bayona antigua y moderna,* pág. 62. y
Fernández Rodríguez, Manuel. — *El origen del apellido Camoens,* BUC. 1956.

5 — Sobre Johan Nunes Camanés:

Michaëlis de Vasconcellos, Carolina. — *Cancionero da Ajuda,* III, 231.
Lang. — Zr. Ph. XXXII, 159.
Nunes, José Joaquim. — *Cantigas d'amigo,* I, págs. 328 ss. y *Florilegio,* pág. 26. *Crestomatia,* 328 ss.
Rodrigues Lapa, M. — *A lingua portuguesa,* I, pág. 60.
Paxeco-Machado. — *Cancioneiro da Biblioteca Nacional,* I, pág. 366 ss. y III, 316 ss.

6 — Sobre Vasco Pérez de Camões:

Crónicas: *Crónica de D. Fernando,* de Fernao Lopes, cap. 65 y 124; *Crónica de D. João,* I cap., 125-186. Froissart, *Chroniques,* III, 136 ss. López de Ayala, *Crónica de D. Enrique,* II, pág. 9. Gutierre Díaz de Games, *Victorial.* Ed. Mata Carriazo, pág. 59. *Sarmiento,* Fr. M. ms. citado.
Vesteiro Torres — *Galeria de Gallegos Ilustres. Poetas de la Edad Media.* Págs. 27 ss.
Amador de los Rios. — *Ensayo sobre los apellidos castellanos,* pág. 216.

Incipit e rubro de cada unha das cantigas do *Cancioneiro* de Baena:

493. — «Esta pregunta fiso e ordenó el dicho Maestro...»

«Querriendo saber la cossa dubdossa
paresçe que sea yacuanto escura...»

494. — «Respuesta que dio el dicho Maestro...»

«Questión me fue puesta asaz provechosa
e bien me paresce que es de natura...»

495. — «Esta respuesta fiso e ordenó el dicho Maestro...»

«De vuestra pregunta, segunt mi creençia,
amigo, sepades que Nuestro Señor...»

509. — «Este desir como a manera de pregunta, fiso e ordenó el dicho Fray Diego contra Vasco Lopes de Camoes, gallego».

«Vasco Lopes amigo, Dios vos consuele
e mas vos ensalçe, en honra e bien...»

7 — Sobre os Camões de Pontevedra:

Col. de Docs. H. de Pontevedra publicados por la Sociedad Arqueológica, I, págs. 348 ss.
Henriques, G. J. Carlos. — *Alemquer e seu Concello.*
Fonseca. — *Evora gloriosa,* pág. 233.
López Ferreiro. — *Historia de la S. I. Catedral de Santiago,* VI, 176, 187 ss.
Santiago y Gómez, José de. — *Historia de Vigo y su comarca.* Madrid, 1896.
Santiago y Noguedra, U. — *Bayona Antigua y Moderna,* páginas 33 ss.
Fernández Villamil, Enrique. — *Los Camoens en Pontevedra,* «Faro de Vigo», Julio, 1953.
Barreiro, Martín. — 2000 *años de Historia del Castillo de Bayona,* págs. 87 ss.

8 — En xeral, sobre a ascendencia de Luis de Camões:

Argote de Molina, Gonzalo. — *Nobleza de Andalucia.* 1588.
Severim de Faria, Manuel. — *Discursos varios politicos.* 1624.
Faría y Sousa, Manuel. — *Lusiadas de Luis de Camõens.* Madrid, 1639.
Sarmiento, Fr. Martin. — *Sobre el Monasterio de Samos y varios sitios del Reino de Galicia.* Arch. Cat. Lugo Piñeiro, I, fols. 131-133.
Ribeiro de Vasconcellos, Miguel — *Documentos relativos a familia de Vaz de Camõens,* «Instituto», Coimbra. 1855.
López de la Vega, José. — *Descendência del ilustre poeta Luis de Camoes.* «Galicia. Revista Universal de este Reino», III, número 11, 1927.
Carré Aldao, E. — *Nota sobre el apellido Camoens.* «Diáro de Notícias» y «O Século», 6, VI, 1925.
Filgueira Valverde, José. — *La oriundez pontevedresa de Camoens,* «Diario de Pontevedra», 31 XII-1924 y 3-I-1925. *No solar galego dos Camoes,* «O Primeiro de Janeiro», 10-VI-1953. *Camoens, Ed. Labor,* Cap. II, LOS CAMOENS, pág. 31 y Bibl. pág. 469 y ss. y 2.ª ed. Editora Nacional. Madrid, 1975.
Magalhães Basto. — *Simão Vaz de Camões no Porto,* «A Aguia», 59, 1927.
Castro, Eugenio de. — *Testamento de Simão Vaz de Camões.* «Biblos», VIII, 1932.
Fernández Villamil, Enrique. — *Los Camoens en Pontevedra.* «Faro de Vigo». Número extraordinario del Centenario, 1959.
Fernández Rodríguez, Manuel. — *El origen del apellido Camoens.* «Boletim de la Universidad Compostelana», núm. 64, 1956.
Véxanse tamén as biografías de Camões, en especial a da Hermani Cidade.
En prensa este traballo chégame a noticia de que labouran nestes mesmos temas J. Hermano Saraiva, Fiama Hasse Pais Brandão e outros investigadores portugueses, dos que agardamos positivos logros no seu escrarecimento.

A edição «princeps» de «Os Lusíadas»

Subsídios para a sua crítica textual

Por B. XAVIER COUTINHO

I

A GUISA DE INTRODUÇÃO: UM SONHO IRREALISTA DO PRIMEIRO QUARTEL DO SÉCULO XIX

Foi-o, de facto, um sonho irrealista (ou progressista se quisermos), o da efectivação de uma edição condigna do Poema nacional de todos os Portugueses. Com efeito, com Madame de Stäel, o Romantismo descobrira o passado, e *Os Lusíadas* assomaram, esplendorosamente, à janela do interesse cultural, internacional, do tempo, dentro e fora de fronteiras. Passou, vertiginosamente, pela mente apressada (talvez vaidosa e ambiciosa) de António de Azevedo de Araújo, futuro Conde da Barca, logo após a sua libertação ou saída da prisão do Templo em Paris, quando, a seguir, passou pela cidade da Haia, na Holanda, onde se encontrou com o Morgado de Mateus. Uma tal vivência tornou viável (ou pensável) a ideia de se efectivar uma edição responsável de *Os Lusíadas* que, na altura, o próprio D. Rodrigo de Sousa Coutinho, mal foi nomeado Inspector da Imprensa Real e Professor no Curso de Desenho do Porto (1801), decidiu, entusiástica e patrioticamente, incentivar. Para todos, a edição seria ilustrada pelos melhores artistas portugueses do tempo, nomeadamente F. Vieira Portuense e Domingos António de Sequeira. E logo, numa visão objectiva e realista, pensou-se em confiar a parte crítica e literária ao Professor da Universidade de Coimbra, J. Inácio de Freitas. Graficamente, a ilustração artística, implicando a colaboração responsável de alguém que, no domínio da gravura, fosse julgado capaz de colaborar, de maneira relevante, foi convidado, por F. Vieira Portuense, o célebre gravador

italiano Francesco Bartolozzi (1), o qual foi contratado para vir trabalhar em Portugal (1802), com o belo ordenado de 600$000 rs., o que não era nada mau, com casa de moradia gratuita.

Acrescente-se que Joaquim Inácio de Freitas, bacharel em Cânones pela Universidade de Coimbra, onde se matriculou em 1788, exercera o magistério no Real Colégio das Artes onde ensinou Retórica, Filosofia e Latim, sendo a seguir nomeado revisor da tipografia, lugar que ocupou até à sua morte em 1831 (2).

O Visconde de Juromenha dá notícias da existência de um caderno com *notícias* sobre as diversas edições de *Os Lusíadas,* assim como de um maço com apontamentos relativos a este Poema, tudo pertencente a um acervo deste Professor. É dele também uma *Concordância* de todos os vocábulos de *Os Lusíadas,* trabalho manuscrito em que ele apresenta, por ordem alfabética, os termos que, segundo Faria e Sousa, foram introduzidos no Poema, aos quais se dava a designação de «peregrinos». Estes manuscritos foram legados à Universidade de Coimbra, onde deverão estar e devem ser estudados (3).

Na altura foi tal a certeza da efectivação deste ideal ou sonho camoniano, que F. Vieira Portuense executou os indispensáveis esquíssos para a ilustração de *Os Lusíadas,* os quais, hoje desconhecidos (ou ainda não estudados), devem fazer parte do espólio da casa Palmela.

Infelizmente, este sonho parou; em princípios do século, a situação político-internacional portuguesa era altamente melindrosa e instável; por outro lado, António de Araújo de Azevedo, que incarnou este ideal a planificar, na opinião do Morgado de Mateus, não era pessoa capaz de o realizar, pois tinha muita vaidade e pouca capacidade, muito palavriado e pouca eficiência.

Mas, quem era, realmente, António de Araújo de Azevedo? Relembremo-lo, pois ele foi a figura base do tal sonho irrealista camoniano.

---

(1) Como escreveu Anne Gallut, «Francesco Bartolozzi naquit à Florence en 1727 et mourut à Lsbonne en 1815. Ce graveur passa en Angleterre la plus grande partie de sa vie. A l'âge de 80 ans, il accepta de diriger l'Académie Royale de Peinture de Lisbonne, en 1802» (cf. Bénézit, *Dict. des Peintres, sculpteurs, graveurs, dessinateurs,* Paris, 1911, T. I, pp. 395-399).

(2) Cf. Inocêncio Francisco da Silva, *Dicionário Bibliografico,* t. III.

(3) Cf. Olympio Nicolao Ruy Fernandes, *Appenso à analyse dos Lusíadas de Camões:* Visconde de Juromenha, *Obras de Luiz de Camões,* Lisboa, 1860, vol. I, pp. 385-386.

A) *O sonho camoniano de António de Araújo de Adevedo, futuro Conde da Barca (1754-1817)*

António de Araújo de Azevedo (1754-1817), futuro Conde da Barca, nasceu em Ponte do Lima, em 1754, e fez os seus estudos de direito em Coimbra. Depois entrou na carreira diplomática, chegando a ser Ministro de Portugal na Haia, de 1789-90 a 1803, período de intensa actividade durante o qual efectuou várias viagens no norte da Europa; esteve em Hamburgo (1799), Saxe (fins deste mesmo ano) e Berlim (1800), regressando, de seguida, ao seu posto na cidade da Haia.

Entre 1795 e 1805, a política portuguesa, no domínio internacional, foi muito flutuante, como no-lo explicita, e bem, Anne Gallut:

«Deux tendances se partageaient le ministère et la Cour de Lisbonne: le *parti français* cherchait à se concilier les bonnes grâces des gouvernements issus de la Révolution et le *parti anglais* suivait la ligne politique d'alliance traditionnelle, qui fut le prix imposé au Portugal pour honorer ses engagements envers Londres.

António de Araújo de Azevedo appartenait à la tendance francophile. Les Sousa — les Sousa Coutinho en particulier — demeuraient les tenants de l'Angleterre. Lorsque Araújo devint ministre des Affaires Étrangères, en 1804, puis Ministre d'État en 1806, le parti anglais dut s'incliner et beaucoup de ses fidèles s'éffacèrent devant les hommes nouveaux dont l'ancien prisonnier du Temple s'entoura (4).

Assim mesmo. Mas quem foi, afinal, efectivamente, este *francófilo?* Era, nem mais nem menos, que o autor da «Memória em defeza de Camoens contra Monsieur de La Harpe», publicada nas *Memórias de Litteratura da Academia Real das Sciencias* (1806, T. VII, pp. 5 e segs.), a qual foi recitada na Academia em 7 de Maio de 1805.

Como se disse, nasceu em Ponte do Lima em 14 de Maio de 1754 e morreu em 21 de Junho de 1817 no Rio de Janeiro, para onde foi acompanhar a família real, por ocasião da invasão francesa de 1807. Foi enviado extraordinário às Cortes da Haia e S. Petersburgo, Ministro Plenipotenciário junto da República Francesa (1795, 1797 e 1801), Conselheiro de Estado, Ministro e Secretário de Estado dos Negócios da Marinha (Rio de Janeiro), em 1814. Nesta cidade chegou a ser Ministro no próprio ano da sua morte.

---

(4) Cf. Anne Gallut, *Le Morgado de Mateus, éditeur des Lusiades*, Paris, 1970, pp. 27-28.

Foi sócio da Academia das Ciências e de outras Agremiações científicas, Grão Cruz das Ordens de Cristo e Torre-Espada, assim como das ordens estrangeiras de Isabel a Católica (Espanha) e da Legião de Honra (França).

Depois da sua morte, como sócio da Academia das Ciências, o seu elogio histórico foi feito por Sebastião Francisco de Mendo Trigoso, o mesmo que, anos depois, lá faria também a crítica severa da obra, bem meritória, do Morgado de Mateus (5). Mas, para melhor se compreender a personalidade complexa e difícil deste vulto político, abeiremo-nos, mais uma vez, de Anne Gallut:

«À cette époque, le Prince Régent lui avait ordonné de se mettre en rapport avec le Gouvernement du Directoire. Or depuis 1793, la France et le Portugal se trouvaient en état de bélligérance, le Portugal ayant adhéré à la coalition européenne unie contre la République Française. Fidèle à son alliance avec l'Angleterre, il avait laissé un libre accès à ses ports aux vaisseaux britanniques. Sur terre, il avait envoyé en Espagne un corps auxiliaire qui avait pris part à la campagne du Roussillon en 1793 et 1794, aux côtés des armées espagnoles. Lorsque, le 19 août 1796, l'Espagne eut signé le traité de Saint Ildephonse avec la République, elle dvint à son tour l'énnemie du Portugal et fit pression sur le cabinet de Lisbonne pour qu'il renonçât à l'alliance anglaise. À la fin de l'année 1796, des négociations directes franco-portugaises étaient ouvertes. António de Araújo avait donc été chargé par le Prince Régent de les conduire du côté portugais. Le 10 août 1797, un traité de paix entre les deux puissances avait été signé par Araújo et par Delacroix, ministre des Affaires Étrangères du Directoire. Mais le coup d'état de Fructidor annula le résultat de la négociation: le nouveau Directoire ne ratifia pas le traité et l'état de guerre avec le Portugal continua. Araújo paya de sa liberté l'échec de sa politique. Il fut incarcéré dans la prison du Temple le 28 décembre 1797» (6). Nesta terrível emergência, foi verdadeiramente em vão que em Copenhaga, o Morgado de Mateus movimentou todas as chancelarias contra um tal procedimento, verdadeiramente anti-diplomático, por parte da França. Mas nada conseguiu.

Na realidade, os inimigos, que eram Delacroix e Talleyrand, urdiram esta prisão de António de Araújo de Azevedo, para comprometerem estes dois políticos que eles acusavam de receber... não poucas massas.

---

(5) Cf. *Memórias da Academia Real das Ciências,* T. VIII, parte II.

(6) Cf. Anne Gallut, *op. cit.*, pp. 25-26.

Regressando a Portugal, conotado como francófilo declarado, apesar da sua prisão, foi nomeado Secretário dos Negócios Estrangeiros, ao que parece, por insinuação (ou imposição?) do General de Lannes, Embaixador de Napoleão Bonaparte em Lissboa, lugar que viria a abandonar a fim de poder actuar, diplomaticamente, como Ministro de Portugal, em S. Petersburgo (Rússia), de 1802 a 1804.

A seguir, dois anos depois, regressado a Portugal, é nomeado Ministro de Estado (1806), passando a disfrutar da mais larga influência na Côrte.

Ora foi, por esta altura, que ele acarinhou, entusiasticamente, a ideia da efectivação de uma edição condigna do Poema de Camões e, dada a sua larga zona de intervenção e influência, ele planeou-a, contando com a intervenção do Estado, pensando, responsavelmente, encarregar o Professor da Universidade de Coimbra, Joaquim Inácio de Freitas, da parte crítica e filológica da edição, o qual, imediatamente, iniciou os seus trabalhos, comparando textos e detectando variantes.

Politicamente, era a altura em que António de Araújo de Azevedo julgou poder (e por isso dever) evitar as invasões francesas, previsíveis e longamente preparadas por Napoleão, a fim de conseguir o completo domínio europeu, por meio da ocupação de Portugal, que já então era posto-chave de valor estratégico incomensurável. Para tanto, António de Araújo fez todo o seu possível junto de Bonaparte, mas nada conseguiu, pelo que, em 1807, acompanhou D. João VI na viagem para o Brasil onde morreu em 1817.

Anote-se ainda que, como editor possível de *Os Lusíadas,* ele demonstrara certa preparação crítico-literária, pois se ocupara de assuntos camonianos ao escrever o seu estudo «*Em defesa de Camões contra Monsieur de La Harpe*» que ele publicou nas «Memórias de Litteratura Portugueza da Academia Real das Sciencias» (7).

Entretanto, para uma mais ampla informação, citemos a própria opinião de Morgado de Mateus que fôra seu subordinado na carreira diplomática e algum tanto vítima do seu temperamento:

«Mandado com uma commissão extraordinária à Hollanda, em 1798, avistei-me alli com o famoso Araújo que, com a mancha própria do seu carácter, me demorou fazendo-me trabalhar em huma resposta que projectava contra os Viajantes estrangeiros de Portugal como Bourgoing, etc.: obra que não apareceo à luz porque, fanzendo-a unicamente para servir de degrau à sua ambição, temeo por cobardia própria o imprimi-la. Nas

(7) Vol. VII, pp. 5-16, 1806.

nossas conversações, falei-lhe na ideia que me occupava então de huma edição dos Lusíadas, elle com zelos quiz fazer a notícia biográfica de Camões (a qual hé a que leo à Academia e que hé fria quanto era o seu coração incapaz de todo lance generoso), e protestou de participar à minha empresa. Mas logo que se fallou de dinheiro, esfriou e começou a adiantar que era necessário empregar nelle só artistas portugueses, e que elle se encarregava de empenhar Vieyra e Sequeira a fazerem os desenhos, etc.; isto era adiar ao infinito a operação. Porém, como a minha idea lhe ficou em memória, por isso em 1806, sendo Ministro de Estado, procurou executá-la à custa da Barba-Longa, isto hé, adquirir honra para si fazendo as despesas por conta d'Elrey e o trabalho litterario por mãos de hum Lente da Universidade a quem o encarregou. Mas como succede em semelhantes cousas emprendidas só por vaidade, e quando a sua traição e ignorância punham no precipício a Monarchia, ficou em projecto a obra, que duvido mesmo sem estas circunstâncias, jamais se realisasse, e por certo nunca com perfeição, pois o dinheiro e ordens não bastam para este effeito. Refiro isto porque conheço a maldade dos meus compatriotas e sobretudo da facção Araújo, que hão hoje de querer sustentar que elle teve a primeira idea» (8).

Em a propósito relembre-se, aliás sem grande ressonância, um outro nome que parece ter-se associado, com entusiasmo, a esta ideia que estava a ser programada: Francisco José Maria de Brito (1759-1825).

Era funcionário da Secretaria de Estado quando entrou na carreira diplomática devido à qual esteve em várias capitais da Europa, acabando em Paris onde foi Ministro Plenipotenciário. Escreveu na revista, ou jornal, *Padre Amaro,* na qual assinava com o pseudónimo de Cândido Lusitano ou Amador Patrício. Escreveu, também, na «Biographie Universelle de Michaud», sendo dele a introdução à literatura portuguesa publicada na obra «Choix des poésies de Francisco Manuel do Nascimento» que Sané editou em Paris no ano de 1808 (9).

B) *O sonho artístico-literário de Francisco Vieira Portuense (1766--1805), Domingos António Sequeira (1822?-1824) e Francesco Bartolozzi (1802)*

---

(8) Anne Gallut, *Le Morgado de Mateus, Editeur des Lusiades,* Paris, 1970, p. 343.

(9) Cf. Innocêncio Francisco da Silva, *Dic. Bibl.,* T. II, pp. 411-412; Anne Gallut, *op. cit.,* p. 62, nota n.º 62.

Contactados para colaborarem no projecto camoniano de António de Araújo de Azevedo, F. Vieira Portuense e Domingos A. Sequeira, decidiram empenhar-se a fundo nesta empresa.

1.º — *Francisco Vieira Portuense* (1765-1805).

Nasceu no Porto em 1765 e morreu tuberculoso na Madeira, em 1805. Foi discípulo de J. B. Pillement e estudou desenho no Curso Público de Desenho de Lisboa, fundado por D. Maria I. Dado o seu bom aproveitamento, foi enviado para Roma em 1789 e lá recebeu, em 1791, o prémio da Academia Romana. A seguir, depois de percorrer vários países, foi trabalhar para Londres onde conheceu o gravador italiano F. Bartolozzi. Regressado a Portugal, foi nomeado Professor de desenho no Curso de Desenho do Porto e pintou dois quadros alusivos a «Os Lusíadas»: *Desembarque de Vasco da Gama na Índia* e *D. Inês de Castro ajoelhada com os filhos diante do Rei*. No primeiro vê-se Vénus a proteger os portugueses e Baco a animar os índios.

A respeito da actividade pictórica de Vieira Portuense, o Visconde Juromenha informa o seguinte:

«Cyrillo e Taborda fazem menção d'este painel, e o ultimo o descreve e lhe faz os maiores elogios. Pertencem estes dois quadros a Sua Magestade o sr. D. Pedro II, e estão no Palacio de S. Christovão em uma das salas do torreão de Prata. O sr. Manoel de Araujo Portalegre, que os conhece e é mui competente avaliador pelos seus conhecimentos scientificos e artisticos, me segurou que eram de um acabado maravilhoso.»

Mais informa o Visconde de Juromenha:

«Francisco Vieira nasceu no Porto pelos anos de 1766, e tendo mostrado disposição para a arte, foi pensionado da Companhia das vinhas do Douro para estudar em Roma, onde foi discipulo de Domingos Corvi e ganhou um premio; e tendo percorrido a Italia, Alemanha e Inglaterra, voltou à patria onde pintou alguns quadros, e d'estes alguns gravou o seu amigo Francisco Bartolozzi.

Este famoso gravador florentino nasceu no anno de 1727, e foi discipulo de Wagner. Depois de haver exercido a sua arte em Veneza e em outros logares da Italia, em França e em Inglaterra, se fixou entre nós e falleceu em Lisboa no anno de 1815».

Os esquissos, feitos por Vieira Portuense, são propriedade da família Palmela. Quanto à sua actividade artística, acrescentemos que, em 1802, foi nomeado Pintor da Real Câmara, tendo feito vários quadros para o

Palácio da Ajuda que estão, actualmente, no Brasil. Em Roma foi discípulo de Domingos Corvi, tendo viajado pela Itália e Alemanha» (10).

2.° — *Domingos António de Sequeira* (1822-24).

Foi na continuação deste sonho camoniano que o camonianismo nascente viu surgir a grandiosa realização do Morgado de Mateus (1817) e que Domingos António Sequeira realizou a composição do seu quadro intitulado *A Morte de Camões* (1824). Igualmente, a ideia de um monumento a levantar em honra deste épico deu os primeiros passos aí por 1820, como no-lo relata o camonista inglês John Adamson cujo depoimento adiante publicaremos.

Quanto a Domingos António de Sequeira, o Visconde de Juromenha forneceu larga informação que extractamos:

«Compoz um quadro de que é assumpto a morte de Camões, o qual começou no anno de 1822, e expoz no Louvre no de 1824. Offerceu este quadro ao Imperador do Brazil o Sr. D. Pedro I, o qual por esta occasião o condecorou com a insignia de Cavalleiro da Ordem do Cruzeiro. Por fallecimento de Sua Magestade, ficou este painel a sua filha a Sr.ª Infanta D. Framcisca, hoje Princeza de Joinville, que o levou para França. No jornal intitulado a *Carta,* n.° 13 (1826), vem uma descrição traduzida por Courier francez de 20 de Setembro de 1824, acompanhada de um communicado do traductor que se assigna com as iniciaes J. C. S. A descripção é feita por Mr. Serrus, com este título: — «*Bellas Artes. — O Cavaleiro Siqueira, Mr. Serrus. — A morte de Camões. — O Camões*». Não a copio por ser um pouco longa, porém extractarei o que diz respeito ao quadro: Diz que estava collocado à esquerda do Salão com a numeração 1564, e que tinha por terriveis visinhos, à direita, o retrato do Conde de Chaptal, por Mr. Gros, e que à esquerda absorviam a attenção muitos paineis de Mr. Gérard.

O espectaculo geral do quadro (diz fallando do nosso pintor). perfeitamente de accordo com o espírito do objecto, é pouco proprio para attrahir as attenções. Observa-se uma camara fracamente allumiada pela luz de uma candeia, a cuja claridade um habitante de Lisboa lê a Camões a fatal notícia da perda da batalha de Alcacer-quibir, na qual falleceu o Rei de Portugal, D. Sebastião, com a flor de sua cavalaria. O illustre velho sustem-se a custo, junta suas escarnadas mãos, e fita suas vistas moribundas para o céu. O tom do quadro é horroroso e obscuro; os acessorios são o que devem ser, isto é, proprios para darem a ideia de um completo desenvolvimento... A figura do velho Poeta n'este quadro é com effeito mui bella, considerando-se poeticamente. Em seus membros devorados pela velhice, através das suas barbas emaranhadas, descobrem-se ainda vestigios d'essa organização superior que o constituiram ao mesmo tempo um poeta consummado e um soldado aguerrido.

(10) Cf. Visconde de Juromenha, *Obras de Luiz de Camões,* Lisboa, 1860, vol. I, pp. 422-423; Rackzinski, *Dict. Atistique.*

Este quadro, despojado de todas as seduções da arte e dos prestigios da palheta, me arrebatou todavia a um grau pouco ordinário; o motivo d'isto é ser o objecto escripto com uma energica simplicidade; e finalmente porque esta tela encerra o que todos os pintores deveriam observar, assim em grande como em pequena, e vem a ser o pathetico verosimil». Até aqui Mr. Serrus.

O sr. Manuel de Araujo Portalegre me disse ser pintado em madeira, e que rivalisava com as melhores obras de Gérard Dow. O mesmo sr. Portalegre viu em Paris em 1834, em casa de um pintor napolitano chamado Gianai, os cartões e estudos parciaes d'este painel, dados por Sequeira ao dito pintor. Julgo que os possue o sr. Marquez de Vianna. Tenho idéa de ver este quadro reproduzido pela gravura em um jornal litterario inglez.

Domingos Antonio de Sequeira nasceu em Lisboa no bairro de Belem, a 10 de Março de 1768. Foi um dos primeiros discipulos que teve a Aula Regia do Desenho aberta em 1781, e no decurso de cinco annos ganhou alguns premios. Foi protegido dos srs. Marialvas, por intervenção dos quaes obteve uma pensão de 300$000 réis, para estudar em Roma, para onde se dirigiu e chegou no anno de 1788, escolhendo para seu Mestre Cavalluci e Picola. Em 1794 foi recebido academico de merito, e em Abril de 1796 regressou á sua patria. Chegando a Lisboa tratou com os seus collegas, Pedro Alexandrino e Cyrillo, darem mais estimação e valor ás suas obras, e tendo pedido ao Conde de Valle de Reis mil moedas por dez batalhas, para uma das suas ante-Camaras, e tendo-lhe este recusado o preço, caiu em melancholia e quiz ir fazer vida eremitica na Serra do Bussaco, e por fim foi ser monge da Cartuxa. D'este estado o arrancou D. Rodrigo de Sousa Coutinho que fallou n'elle ao Principe Regente; e Sua Alteza por Decreto de 28 de Junho de 1802, o nomeou seu primeiro pintor da Câmara e da Côrte, com 2:000$000 réis sobre os ordenados que já tinha, com obrigação de dirigir e executar com o seu collega Francisco Vieira, a melhor parte das pinturas do novo palacio de Nossa Senhora da Ajuda. Em 1803 foi aceito para Mestre da Serenissima Sr.ª D. Maria Thereza, e deram-lhe sege e habito de Christo. Dirigiu tambem os trabalhos da baixella de que se fez presente ao Duque de Wellington, e recebeu novas pensões para si e sua filha. Em 1820, diz o Duque de Palmela, enthusiasmou-se um pouco pela revolução, no sentido patriotico e liberal, e receiando, com rasão ou sem ella, ser perseguido ou mal visto do governo, depois da reacção de 1823, pediu os seus passaportes, e foi o proprio Duque que lh'os fez passar. Dirigiu-se a Paris, onde pintou o bello quadro da morte de Camões de que fizemos menção e hai se demorou até ao anno de 1826. No 1.º de Novembro d'este anno chegou novamente a Roma, onde residiu o resto da sua vida que teve fim no dia 7 de Março de 1837.

Durante sua ultima residencia em Roma pintou quatorze quadros, e entre estes, infelizmente, só conhecemos os quatro soberbos quadros (não completos) que possue a casa de Palmela. É para sentir que um pintor como Sequeira, de uma esphera tão elevada fizesse tão tarde a judiciosa correcção do seu estylo de pintar; teria multiplicado mais padrões para a sua gloria; mas o que nos ficou é sufficiente para justificar a bem merecida celebridade do seu nome, como artista, e de quem podemos dizer afoutamente que honra a terra que lhe deu o nascimento. Sobre a sua vida e obras, veja-se Cyrillo Wolkmar Machado, *Collecção de memorias relativas ás vidas dos Pintores*, etc., pág. 148; O Conde de Rackzynky, *Les Arts en Portugal*, págs. 264,

267, 269, 270, 278, 279, 283, 284, 286, 287, 394, 405 e 445, e *Dictionnaire Historico-Artistique du Portugal*, pág. 261.

De resto, esta actividade de Domingos António de Sequeira, de novo estudada por Luiz Xavier da Costa, foi sintetizada, desta maneira, por Anne Gallut:

«Domingos Sequeira né à Belém en 1768, mourut à Rome en 1837. Comme Francisco Vieira, il fréquenta le Cours de Dessin de Lisbonne, et fut envoyé à Rome comme boursier. En 1782, il fut choisi comme *Primeiro* Pintor da Câmara da Côrte. En 1803, lorsque le vénitien Domenico Pellegrini vint à Lisbonne, Sequeira reçut son influence. Aprés avoir été le peintre du Prince Régent, Sequeira devint celui de Junot, et pour cela fut emprisonné au Limoeiro en 1808. Cela ne l'empêcha pas d'exécuter les portraits de D. João VI, de Wellington, de Beresford et de libéraux portugais. À la suite de la contre-révolution de 1823, il s'éxila en France et participa au salon de 1824, à Paris. Lá, il connut Gérard et fit ses essais de litographie au moment où Goya faisait les siens à Bordeaux. On n'est pas sans remarquer une parenté entre ces peintres, tous deux victimes des troubles politiques qui agitèrent leurs pays» (12).

C) *Outro sonho camoniano de princípios do século XIX: um monumento em honra de Camões (1820).*

A negligência dos compatriotas de Luiz de Camões foi superabundantemente apontada, em 1820, pelo célebre camonianista inglês John Adamson, em termos altamente explícitos e bem ilucidativos. Vale a pena transcrevê-los para lição de todos. Efectivamente, sobre o projecto de um monumento a erigir, em Lisboa, em honra de Camões, ele deixou-

(11) Visconde de Jorumenha, *OBRAS DE LUIZ DE CAMÕES, precedidas de um ensaio bibliographico*, Lisboa, 1860, vol. I, pp. 424-427.

(12) Cf. Anne Gallut, *Le Morgado de Mateus, Editeur des Lusiadas*, Paris, Lisboa, 1970, p. 110, nota n.º 16; Luiz Xavier da Costa, *Camões na obra de Sequeira. Comunicação à Associação dos Arqueólogos Portugueses*, em sessão da Assembleia Geral de 14 de Junho de 1924, in *Arqueologia e História*, vol. III, 1924, pp. 107-124; Idem, *A morte de Camões. Quadro do Pintor Domingos António de Sequeira*, Lisboa, imp. Libânio da Silva, 1922, 250 pp.

-nos nas «Memoirs of the life and writings of Luiz de Camoens» (13), algumas notícias curiosas. Ei-las:

«The neglet of his countrymen in not having raised some spendid and national monument to the memory of their bard, appears to have so much excited regret and surprise, as to have induced several applications to be made to the Portuguese to allow his remains to be removed, in order that they might be enshrined in a mausoleum worthy of his genius; and we are informed by some of his biographers, that even large sums were offered as a price to the nation for their purchase. This degradaton was, however, happily resisted, and it is now hosped that Camoens will obtain that tribute from his own country, which it had been the wish of foreigners to have bestowed. *A project for erecting a monument* to his memory was lately formed at Lisbon, where subscriptions, which have since been aided *by contributions in London and Paris,* were entered into for carryng it into effect. The amount of the donations for this purpose is represented to exceed eight hundred pounds, and, although some temporary suspension may, at the present moment exist; so desirable and praiseworthy a sheme is entitled to our best wishes for its fulfilment. The *place* which has been fixed upon for the erection of the monument is the Convent situated at Belem, within three miles of Lisbon, and which was built by the King Dom Manoel to record to posterity the discovery, by the Portuguese, of the route to India.

The early biographers of Camoens have dealt largely in criticisms and comparisons. Many of their pages are occupied in contrasting the genius of the Lusitanian Poet with that of the Ancient Bards of Greece and Rome; as also with that of Ariosto, Tasso, and other modern writers; and in weighing the merits of the Lusiad with their compositions. Nor are the many events, which marked the changeful life of Camoens, and which bore resemblance to the vicissitudes experienced by other celebrated characters, unnoticed. By them he is represented to have been, like Homer, blind and poor, with a cloud of uncertainty hanging over his birth; like Petrarch, to have had early to deplore the loss of his parents; like Ovid, to have been banished on the score of love, and to have detailed to us the tedious hours of his exile; like Scipio Africanus, urged by its ingratitude».

Finalmente, após esta citação, expliquemos a razão do interesse de John Adamson por Camões.

Esteve em Portugal e sendo muito novo veio viver com um seu irmão Mr. Blyth Man Adamson que era comerciante em Portugal. Mas, por ocasião das invasões francesas, teve de regressar à Inglaterra onde concluiu os seus estudos. Porém, dada a sua estadia em Portugal (1803),

(13) Londres, Longman Hurst, 1820, T. I, pp. 231-233.

(14) Cf. Jonh Adamson, *Memoirs of the life and writings of Luiz de Camoens,* London, Longman, Hurst, Rees, Orme and Brown, 1820, pp. 272-233.

conservou tal e tão agradável impressão deste país, que lhe dedicou sempre o maior interesse, mesmo para além das citadas «Memoirs of the life and writings of Luiz de Camoens».

A Academia Real das Ciências reconheceu-lhe o seu incontestável mérito e fê-lo sócio correspondente; mais tarde, foi agraciado com as comendas da Ordem de Cristo e Torre Espada por proposta do Duque de Palmela e do Visconde de Almeida Garrett. Casou em 3 de Dezembro de 1812 e faleceu em 27 de Setembro de 1855.

Para além das informações fornecidas por este erudito inglês, mais pormenores nos apontou, nos anos após meados do séc. XIX (o século que soube celebrar, com o maior entusiasmo, o Tricentenário da morte de Camões) o *Visconde de Juromenha*. Como o seu depoimento não é nada despiciendo, no testemunho que nos deixou, aqui o transcrevemos:

«D'este honroso embaraço nos tira Camões; Camões não é o individuo, é o symbolo que representa o patriotismo encarnado no Poeta nacional, e a gloria do povo heroico, que não foi imitada nem o poderá ser pelos outros povos, porque não há já mais mundos novos para descobrir, conquistar e civilisar. Tratando-se da falta de uma sepultura honrosa para o Poeta, disse um ecriptor que a escusava, porque a sua sepultura era o mundo, só este o poderia conter; concordo, mas isto não tira que essa sua fama, ou antes da nação, tão largamente espalhada, se não prisme e concentre em um ponto fixo, onde possamos admirar reunidos os raios de tanta gloria. Ergue-te pois monumento nacional e sympathico, querido de todos, de todos desejado, que representas a fraternidade na gloria, no brio nacional e independencia da patria.

Tyrios e Troyanos te applaudem; o mancebo poderá ao teu lado vir inspirar-se de patriotismo e o forasteiro, parando, saudar-te-ha, e invejando o teu passado, nação outr'ora famosa, drá consigo: — foste um povo de heroes.

Ergue-te pois monumento nacional, e realise-se por uma vez este desejo ha tempo latente no coração de todos, e para que se veja que se a Nação tem peccado por *obra*, não tem peccado por *pensamento*, lançarei aqui os differentes alvitres e programmas que têem lembrado, para se levar a effeito a realisação d'este projecto.

Os primeiros que se lembraram de pôr uma *pequena memoria na sepultura* do Poeta, foram, como deixámos já dito, o seu amigo D. Gonçalo Coutinho e Miguel Leitão de Andrade, ambos contemporaneos; após estes, Manuel Faria e Sousa havia encommendado um busto em Roma, para collocar na sua sepultura, porem à sua volta se não achava concluido. Desde esta ultima epocha passaram uns duzentos annos até que acordasse novamente o pensamento de lhe levantar um monumento. Duzentos annos. Não vos admireis, não vos envergonheis que esta é a sorte e será sempre, dos grandes homens. O Ariosto deveu as honras funebres a um amigo; muito tempo depois da morte, Milton, no côro da Igreja de Saint-Gilles se lia uma inscripção gasta pelos pés dos transeuntes que a pisavam, que indicava que ali repousava o Cantor do *Paraizo Perdido;* e sua filha, para ter que comer, casou com um tecelão; e a sua geração, tendo passado pelas differentes phases da indigencia, se extinguiu, sem que

se lhe conheça a pista, na India Ingleza. Ainda hoje, na sepultura de Shakespeare, se lê esta inscripção:

Guillelmo Shakspeare
Anno post mortem CXXIV
Amor publicus posuit.

Já vêdes que o *amor publico* foi tardio!

Ao Tasso é agora que se levanta um mausoleu por disposição de Sua Santidade o Papa Gregorio XVI; e ainda ha pouco vimos appelar para a caridade publica uma neta do grande Racine.

A primeira vez que entre nós se tratou, com mais seriedade, de levantar uma memoria monumental ao nosso grande Epico, foi pelos annos de 1817 ou 1818. Por esta epocha *Joaquim de Lemos Seixas Castello-Branco,* sendo Provedor da Junta do Montepio Litterario, e o Procurador Geral Antonio Maria do Couto, Professor de lingua grega, propozera em mesa que se promovesse uma subscripção, com o pensamento de levantar um mausoleu a Camões. Approvado o projecto, escreveram para Paris, onde então se achava D. José Maria de Sousa Botelho, Morgado de Matheus, para serem coadjuvados na sua empreza. O Marquez de Marialva, que tão dignamente representava Portugal naquella côrte, reuniu logo na casa da Embaixada os portuguezes: Conde de Palmella, Francisco José Maria de Brito, Conde do Funchal e D. José Maria de Sousa Botelho, para lhes ser apresentado o projecto, os quaes accordaram em votar á Mesa os justos e devidos elogios, e em propor-lhe uns artigos, que em substancia são os seguintes: Que se rogasse a El-Rei lhe concedesse o seu beneplacito, e tomasse a obra debaixo da sua protecção; que as duas Commissões escolhessem mutuamente dois membros para se corresponderem, nomeando por sua parte o marquez de Marialva e D. José Maria de Sousa Botelho; que se convocassem a concurso nacionaes e estrangeiros; que não se descobrindo os ossos na Igreja de Sant'Anna, se collocasse na parede junto á sua sepultura o epitaphio que lhe pozera D. Gonçalo Coutinho, e se declarasse que esta lapide e inscripção fôra restituida pelo voto nacional; que o mausoleu ou monumento fosse erigido na Igreja do Real Mosteiro de Belem, obtida a licença regia por ser aquelle monumento fundado por D. Manuel para perpetuar a memoria da navegação de Vasco da Gama que o Poeta cantou no seu *Poema;* não podendo ter logar a transladação dos ossos de Camões, convinha celebrar religiosamente o dia em que se descobrisse o monumento, com o apparato que propõe a Mesa, parecendo conveniente que fosse o anniversario da saída da expedição de Vasco da Gama, e que se fixasse um dia para se lhe fazerem as exequias annuaes; que se convidassem, não só os portuguezes residentes em todas as partes da Europa, mas os estrangeiros que quizessem voluntariamente subscrever, e se abrisse em casa dos banqueiros Bagenault & Comp.ª, uma subscripção filial da de Lisboa.

Esta resposta, assignada na casa da Embaxada pelos cinco signatários, é datada de 16 de Novembro de 1818, e acompanhada de uma subscripção de 10:270 francos dos seguintes subscriptores.

	Francos
Marquez de Marialva	3:000
Conde do Funchal	2:000
Conde de Palmella	2:000
Ex.ma Condessa de Palmella	2:000
D. José Maria de Sousa	1:000
Manuel Rodrigues Gameiro Pessoa	1:150
Antonio José de Carvalho e Mello	:100
José Ignacio da Cunha Candido	:220
Somma francos	10:270

Por esta ocasião se affixava no jornal dos annuncios *L'Étoile du Matin* um edital declarando que, na casa de Bagenault & Comp.ª, em Paris, e na de Pedro F. e Comp.ª, em Londres, se aceitavam as subscripções.

A este parecer da Commissão de Paris respondeu a de Lisboa (12 de Março de 1819) conformando-se, apresentando comtudo duas objecções em que a Mesa reparava, pedindo-lhe a sua ultima decisão: a primeira sobre a concorrencia dos artistas estrangeiros, sendo da opinião que o programa sobre esta matéria devia limitar-se aos nacionaes, sem que todavia se tolhesse a concorrencia aos estrangeiros, mas não os convidando nunca, nem fazendo d'eles expressa menção, por isso que este monumento devia ser antes nacional que europeu; e emquanto ao local reformava a Commissão o seu primeiro juizo, julgando que a Igreja de S. Domingos, pelas relações de amizade e protecção que devêra o Poeta áquelles religiosos, devia ser preferida ao Mosteiro de S. Vicente, indicado no primeiro plano da Commissão, e ao de Belem, lembrado pela de Paris. Por esta occasião nomeou a Commissão dois membros para a correspondencia, que foram: o Provedor auctor da moção e o Visconde da Lapa.

As duas objecções da Commissão de Lisboa respondeu a de Paris (30 de Junho de 1819) observando que, sendo sem duvida o desejo de todos que o monumento fosse um primor da arte, não via a duvida de serem convocados a concurso tambem os estrangeiros, exemplo praticado por outros povos antigos e modernos que nos eram superiores nas artes e por nós mesmos sem desdouro, porquanto ninguem diria que a Batalha, por ter sido mestre d'ella um irlandez, David Huguet, e da igreja de Belem outro estrangeiro, que deixam de ser monumentos nacionais. Que todos os esforços deviam dirigir-se a obter um desenho inspirado pelo engenho, apurado pelo gosto e executado pelo mais hábil esculptor. Que na esculptura existia um artista italiano, cuja superioridade não era disputada, Canova, e assim seria muito desejavel que elle se encarregasse, assim como se encarregou havia poucos annos, de outra similhante para Vienna d'Austria, do famoso mausoleu da Archiduqueza Christina, que se acha ergido na Capella Real, e que assás restava aos nacionaes no bom desempenho do desenho e architectura.

Que parecia á Commissão que o local de Belem era o mais bem adequado, mas no caso de algum embaraço ou duvida, pensava que o Mosteiro de S. Vicente, ou a Sé, deviam ser preferidos ao Convento de S. Domingos pela inferioridade da sua architectura, e porque o titulo allegado era inadmissivel, poisque os contemporaneos de Camões que o deixaram morrer ao desamparo, não mereciam indulgencia e sómente o esquecimento da posteridade.

Parece que por esta occasião se havia encommendado uma Missa de Requiem ao compositor *Domingos Bomtempo,* que não sei se chegou a ser composta.

Que emquanto ao requerimento que se devia dirigir a Sua Magestade, para que se dignasse conceder a esta empreza a sua alta protecção, o sr. Embaixador de Paris estava prompto a dirigi-lo à sua real presença. Terminava recommendando a maior actividade para o prosseguimento da obra, porque seria grande desdouro se acaso se mallograsse e desvanecesse.

No entanto havia a Comissão em Lisboa (5 de Maio de 1819) originado um programa para a subscripção em seis artigos onde se expunham as condições d'ella e fim, a saber: recolherem-se os ossos de Camões a um dos principaes Templos da cidade, no caso de se encontrarem, com a maior pompa e apparato, destinando-se o dia 8 de Julho para este funebre prestito e exequias, por ser o aniversario da saida de Vasco da Gama do Porto de Lisboa para o descobrimento da India, applicando-se desde logo quantia certa para a renovção annual das exequias.

Este programma de subscrição foi entregue aos Governadores com todos os documentos, pedindo-lhes a sua sanção e subscrição.

Em carta dos Commissarios de Lisboa (18 de Setembro de 1819) se narra o resultado dos passos e diligencias da Commisão, perante os Governadores; extractarei aqui a parte d'ella que diz respeito a estas diligências:

«Fizemos presente em Meza o parecer dos Senhores subscriptores de Paris, que por Vossa Excelencia nos foi communicado em data de 30 de Junho, e com o qual ella conformando-se inteiramente nos incumbiu de pôr em prática as medidas que n'elle se apontavam, e pareciam as mais adequadas para dar a este negócio aquelle grau de publicidade e aquela auctoridade que pretendiamos.

Formalizou-se o requerimento que remettemos incluso, e que pareceu à Meza que devia ser em seu nome e não dos Directores abaixo assignados, por isso que ainda se não tinha principiado a abrir publicamente a subscripção n'esta capital, e que para pôr em effeito a sobredita, se dirigiu o infra escripto, actual Provedor da Meza, e com seu representante, a cada um dos Governadores do Reino em particular, para pedir-lhes em primeiro logar a sua assignatura, asseguramdo-os de que a Meza, juntamente com os srs. Subscriptores de Paris, se dirigiriam a Sua Magestade El-Rei Nosso Senhor, pelo seu Embaixador em Paris, a solicitar a sua Régia Protecção. Fizeram-se-lhes patentes n'esta ocasião todos os Documentos relativos a esta gloriosa empreza, e que constavam: do Projecto da subscripção; Conçulta dos srs. Subscriptores de Paris; Resposta a ella, e ultima decisão em que convivemos; os meios que se tinham imaginado para consegui-la, e a honra emfim que d'ella devia provir à Nação e Patria; temos porém o triste desprazer de annunciarmos que, depois de tantas diligencias, demora e esperas, a final foi a resposta de cada um, que nos dirigissemos a Elles no Governo para ahi decidirem em conferencia sobre isso, no e o que cumprimos da maneira que insinuárão e se vê do Documento que remetto por copia para V. Ex.ª verem, sendo o resultado: que os Governadores do Reino estavam promptos a subscreverem, logo que a Meza ou os Directores de Lisboa lhes apresentarem o diploma da approvação de Sua Magestade; mas que antes d'isso julgavam este acto contradictorio à sua auctoridade e representação».

Tal foi o resultado d'esta tentativa, que extractámos dos proprios documentos autographos das duas Commissões, com que com toda a amabilidade fomos espontaneamente brindados pelo sr. Francisco Xavier Rodrigues, da Villa de Torres Novas, sabendo que nos occupavamos de indagações sobre o nosso Epico.

No ano de 1836 fez o sr. Antonio Feliciano de Castilho a proposta que atraz deixámos dita na *Vida do Poeta,* como no artigo que diz respeito a este escriptor, proposta que mais de uma vez renovou. A estreiteza a que somos obrigados a cingir-nos, por ir longo este nosso trabalho, não nos permite trasladar a noticia minuciosa destas suas propostas; porém o publico as poderá ler na nota do seu *Camões, Estudo Historico Poetico,* e que corre desde pag. 224 com o titulo de *Honras Posthumas.*

Em 1854 propoz o sr. Ayres de Sá Nogueira, na Camara Municipal, sendo Vereador, que na praça de Belem, outrora Rastello, se erigisse uma estatua a Camões. Appareceram logo depois alguns alvitres sobre o mesmo assumpto pela imprensa. No jornal intitulado *Imprensa e Lei,* n.º 85, de 23 de Novembro, appareceu esta lembrança: «Que na parte do Passeio publico que está por arranjar (cujo passeio passaria a chamar-se passeio de Camões) se fizesse um grande lago onde se collocasse a estatua de Camões no acto de salvar a nado o seu *Poema dos Lusíadas.* Outro alvitre apresentou o jornal intitulado *Bibliotheca lusitana.—Archivo Administrativo e Industrial,* n.º 3, de 5 de Fevereiro de 1855, e consistia este em collocar o monumento no local da sua sepultura, e sendo este à imitação da gruta de Macau devendo no Convento estabelecer-se, com o titulo de *Parnazo Lusitano,* uma biblioteca de Poetas nacionaes e estrangeiros, com um gabinete reservado onde se recolhessem «todas as edições» dos *Lusíadas.*

Tornou-se tambem a nomear uma Commissão por Portaria de 30 de Dezembro de 1854 ,de que tive a honra de fazer parte, presidida pelo sr. Visconde de Monção, para renovar a exploração dos restos mortaes do Poeta; dos resultados que pôde obter a Commissão, será o público informado pelo Relatório que se deve imprimir.

Em vereação da Camara Municipal de 20 de Setembro de 1858 o sr. Julio Maximo de Oliveira Pimentel reiterou a proposta para que no Cemiterio dos Prazeres se reservasse um espaço conveniente, para n'elle se collocarem exclusivamente os jazigos dos homens clebres em letras e sciencias, e que tivessem feito serviços assignalados à humanidade. Esta proposta se póde ler no *Jornal do Municipio de Lsboa.*

Em 2 de Agosto de 1857 se propoz no *Gremio Litterario Portuguez* do Rio de Janeiro que se levantasse uma estátua a Camões em Lisboa; nomeou-se logo uma Commissão para apresentar o seu projecto para se levar à execução, a qual apresentou o seu programa em 8 do mesmo mez, e foi communicado ao *Jornal do Commercio* pelo Presidente e Secretario do mesmo Gremio, os Srs. Francisco Gonçalves Braga e António Xavier Rodrigues Pinto; este programa e conta foram inseridos no mesmo jornal n.º 1:221 (14 de Outubro de 1857,.

Ultimamente está nomeada uma Comissão para levar a effeito este tantas vezes meditado pensamento nacional, e que parece vae ser auxiliada pela vontade *omnipotente* do bello sexo: é de esperar que ajudada a Commissão de tão poderoso e benefico auxílio, e animada da mais efficaz vontade e solicitude, encontre na simpathya nacional de todos os seus concidadãos tão constantemente manifestada, para o Cantor das nossas glorias, os elementos necessarios para ver coroado o resultado do nobre empenho que pesa sobre a sua responsabilidade.» (15).

---

(15) Visconde de Juromenha, *Obras de Luiz de Camões,* Lisboa, 1860, vol. I, pp. 437-444.

A terminar, acrescentemos que a ideia do monumento em honra de Camões, já no séc. XVII fora encarada por Manuel de Faria e Sousa que, além do retrato, bem conhecido e por ele desenhado *(es hecho de mano de Faria e Sousa)* preparou, em Roma, uma estátua para ser depositada junto à sepultura de Camões. Não pôde, porém, trazê-la. Acrescentemos, também, que, nos princípios do séc. XX, Paris levantou um pequeno monumento junto à Torre Eiffel da autoria de Teixeira Lopes que, ultimamente, foi deslocado.

II

A realização do sonho camoniano de princípios do séc. XIX pelo Morgado de Mateus (1817)

A) D. José Maria do Carmo de Sousa Botelho Mourão e Vasconcelos (Morgado de Mateus), diplomata e camonista. — A sua vida (1758-1825) e actividade diplomática;

B) A edição do Morgado de Mateus e a sua espantosa realização (1817). — O árduo problema das *variantes* nas duas edições «princeps» (1572);

C) Os críticos do Morgado de Mateus na Academia das Ciências (1818-19).

A) *D. José Maria do Carmo de Sousa Botelho Mourão e Vascancelos (Morgado de Mateus), diplomata e camonista. — A sua vida e actividade diplomática (1758-1825).*

D. José Maria de Sousa Botelho (Morgado de Mateus) foi baptizado, primeiro, particularmente, no Porto, e, a seguir, solenemente, em 14 de Janeiro de 1759, na capela de Nossa Senhora dos Prazeres da freguesia de S. Martinho de Mateus (Vila Real). O seu nome completo foi José Maria do Carmo de Sousa Botelho Mourão e Vasconcelos.

(16) Visconde de Juromenha, *op. cit.*, vol. I, p. 151.

Como sua mãe, D. Leonor de Portuggal, não gostava de viver na província, quando o marido regressou da sua missão no Brasil, continuou a viver em Lisboa; ele, no Solar de Mateus, e ela a continuar a sua vida de sociedade na côrte. Aliás, o comportamento de seu marido não fôra modelar e talvez incentivasse esta atitude de separação. É que ele teve um filho ilegítimo, no Brasil, ao qual pôs um nome semelhante ao do Morgado: *José Maria do Carmo de Sousa de S. Paulo e Minas*. Este seu filho nascera, aproximadamente, nove ou dez anos depois do seu irmão. Ambos seguiram a carreira militar e foram capitães. Seu pai, D. Luiz António de Sousa Botelho Mourão, foi Governador e Capitão Geral do Estado de S. Paulo, no Brasil, de 1765 a 1775 (17). Seria natural que o futuro Morgado de Mateus, neste período, tivesse estado no Brasil, mas nada o prova; tudo leva a crer que, durante a ausência de seu pai, ele passou a sua meninice, quer no Solar de Mateus, quer no Palácio das Laranjeiras, em Lisboa, lá para os lados do Jardim Zoológico. É que, como foi dito, sua mãe não gostava da vida na aldeia e, por isso, não será ousado presumir que ele viveu com ela em Lisboa. Aos seis anos de idade, em 23 de Outubro de 1765, El-Rei D. José concedeu-lhe *Carta de Moço Fidalgo,* a qual lhe permitiria frequentar o Colégio Real dos Nobres onde foi admitido em 8 de Março de 1766; tinha apenas oito anos de idade e fez parte da primeira matrícula neste Colégio, pelo que assistiu à sua inauguração. É que, antecipando-se, em 12 de Dezembro de 1765, sua avó pedira o seu ingresso neste Colégio antes da sua abertura, a qual teve lugar a 19 de Março de 1766.

O Morgado de Mateus casou com D. Maria Teresa de Noronha, em 23 de Novembro de 1783 e dela teve um filho, a 9 de Fevereiro de 1785, ao qual deu o nome de D. José Luiz, o qual viria a ser o 1.º Conde de Vila Real. Sua mãe morreu em 14 de Junho deste mesmo ano, ficando ele a viver com sua avó. A seguir, decidiu fazer a carreira militar logo que terminasse os seus estudos no Colégio dos Nobres, sendo nomeado Alcaide-Mor de Bragança, título honorífico-militar de que viria a servir-se, mais tarde, em Paris, ao anunciar o seu casamento com Madame Flahault, uma grande escritora que passou a ser conhecida como *Madame de Sousa*.

(17) «Afonso de Escragnolle Taunay, nosso sábio polígrafo, adverte-me que o Marquês de Pombal incumbiu a D. Luís António de Sousa Botelho Mourão de restabelecer a Capitania autónoma de S. Paulo: capitão general de 1765 a 1775, acompanhavam-no os filhos» (o que talvez não seja verdade).

Cf. Afrânio Peixoto, *Ensaios camonianos,* Coimbra, Imp. da Universidade, 1932, pp. 345-355.

Mas não ficou por aqui o Morgado; em 11 de Julho de 1791, foi nomeado Conselheiro de El-Rei (título civil). E como a vida militar não lhe tivesse agradado, em 8 de Outubro de 1791, um Decreto Real confirmou a sua nomeação como Ministro de Portugal em Estocolmo, posto em que iniciou a sua dolorosa carreira diplomática. Na mesma data foi feito membro da Ordem de Cristo com a tença de 12.000 rs.

A fim de ocupar o seu posto, deve ter saído de Portugal, em direcção ao norte da Europa, na primavera de 1792, passando, sucessivamente, por Inglaterra (Outubro de 1792) e pela Holanda, onde conviveu com emigrados franceses, prosseguindo a viagem em direcção ao norte. É conhecido o seu primeiro relatório diplomático com data de 1793; sabemos, assim, que chegara a Estocolmo em 1792. Em 1795 foi a Copenhage e Hamburgo (1795-97), partindo, a seguir, para Berlim onde se entreteve a observar (ou espionar) a organização do exército prussiano. Acrescentemos, em puro a propósito, que foi, nesta altura, que o Morgado conheceu a sua futura esposa, Madame de Sousa, de cujo casamento nos ocuparemos mais tarde.

Esteve na Dinamarca, em 1797-98, onde ocupava, também, o lugar de representante de Portugal, desde 1790, o célebre António de Araújo de Azevedo, do qual, por isso mesmo, foi subordinado. Entre 1795 e 1797, o Morgado passou por Hamburgo, mas, em Julho de 1797, já se encontra de novo em Copenhage, depois de ter passado por Berlim que visitou de 15 de Maio a 6 de Junho deste ano. Por fim sucedeu a António de Araújo de Azevedo quando este deixou Copenhage para ocupar o lugar de Ministro de Portugal em Paris, onde, infelizmente, acabou por ser metido na Prisão do Templo. Diplomaticamente, o momento era altamente difícil para Portugal (aliado da Inglaterra) e, por isso mesmo, teoricamente, inimigo da França.

Por tudo, a prisão de António de Araújo de Azevedo pôs os diplomatas, portugueses e estrangeiros, em sobressalto. Que estaria a passar-se? As negociações, em curso, tinham tido lugar na primavera de 1798. Mas, na conjuntura, a posição dos Ministros Delacroix e Talleyrand não era nada segura e, na oscilação em que se vivia, António de Araújo de Azevedo, homem considerado perigoso, sob a acusação de pretender corromper os governantes, foi preso; quer dizer, atacando um português francófilo, pretendia-se, no fundo, acusar de corrupção, várias pessoas.

Ora, em Lisboa, era Ministro dos Estrangeiros D. Luiz Pinto de Sousa, e, ao que parece, António de Araújo de Azevedo teria conduzido as suas negociações sem o devido conhecimento por parte do Ministro de

que ele dependia, o qual, pelo menos, teria sido insuficientemente informado pelo representante de Portugal, conotado de excessiva francofilia.

Dado o descontentamento de D. Luiz Pinto de Sousa, foi decidido tentar remediar a situação criada, mandando para Paris o Morgado de de Mateus, o qual, de imediato, tentaria tirar da prisão António de Araújo de Azevedo; dava-se, assim, saída ao impasse da posição diplomática de Portugal, na situação perigosa de aliado da Inglaterra. A seguir o Morgado, em 3 de Março de 1798, preparava-se já para sair da Holanda para Paris, quando António de Araújo de Azevedo foi libertado em 29 de Março, pelo que, ao que parece, não chegou a sair da Holanda.

Curioso é verificar-se que por, influência de António de Araújo de Azevedo, Talleyrand não permitiu a vinda do Morgado para Paris; a intriga começava a actuar. Aliás, não pode esquecer-se que, por dinheiro, Talleyrand até colaborava, gostosamente, mudando de camisa como mudava de casaca.

A chegada do Morgado a Haia coincidiu, mais ou menos, com o falecimento de seu pai, D. Luiz António de Sousa, que vivia no Solar de Mateus. Perante este doloroso acontecimento (3 de Outubro de 1798), repleto de consequências imprevisíveis, ele pensou regressar a Portugal, a fim de se ocupar com os problemas da sua vida particular, para o que pediu a necessária autorização em Lisboa.

Em 1799, só o seu zelo e grande interesse pelos negócios a resolver, lhe impediu o regresso. Mas, por fim, regressou mesmo. Aliás, demorou-se muito pouco, em Portugal, pois o Príncipe Regente, futuro D. João VI, encarregou-o logo de uma nova missão extraordinária fora de Portugal; tratava-se de negociar, com a República da França (consequentemente também com a Espanha sua aliada contra Portugal). Expliquemos. Na altura estávamos (1800), indiscutivelmente, em situação semelhante à de 1797. Agora, apenas com uma diferença; preparava-se a *invasão* de Portugal pelos franceses, missão de que o General Berthier se encarregou em Madrid; nesse momento, nesta cidade não se falava senão da preparação do «exército de Portugal» (contra Portugal, é claro) e do agrupamento da artilharia em Badajoz. Ora foi precisamente neste contexto, que o Morgado foi de novo chamado inesperadamente, pelo que deixou o Solar de Mateus, apresentando-se em Lisboa em fins de Setembro, a fim de ir negociar em Madrid (julgava ele). Porém, as semanas passaram e um novo Embaixador francês chegava ao Escorial, como o nome brilhante de Lucien Bonaparte (3 de Dezembro de 1800), a fim de negociar com Godoy, em nome do Directório, a invasão de Portugal, como é óbvio.

Infelizmente, em Lisboa, só se detectava inconsciência, politiquice e insuficiência.

Em Londres, porém, soube-se que se preparava a nova missão do Morgado de Mateus, em Madrid, a fim de negociar com a França. Perante este facto foi lavrado enérgico protesto, sendo Embaixador em Lisboa, John Hookham Frese. Por tudo, o Morgado não chegou a partir, sendo, inesperadamente, nomeado Embaixador em Viena (para enganar os Ingleses (?!), possivelmente), a fim de poder prosseguir a missão de que estava encarregado. Porém, em 1 de Janeiro, mudou o Ministério em Lisboa, ficando, como Presidente, o Duque de Lafões que era, claramente, francófilo e, por certo, procuraria effectivar as negociações projectadas. Mas era tarde demais; as possibilidades diplomáticas de Portugal, diminuídas a olhos vistos, tinham quase desaparecido. O peor aproximava-se, inevitavelmente. Pouco tempo depois, em 29 de Janeiro de 1801, Lucien Bonaparte e Godoy, assinavam a Convenção Franco-espanhola de Madrid, a qual, na realidade era um verdadeiro *ultimatum* em que se exigia, nada mais nada menos, que o rompimento de Portugal com a Inglaterra e a entrega de uma ou duas províncias de Portugal à Espanha, como garantia da entrega (por parte da Inglaterra) da Trinidad, de Mahon e de Malta. Quer dizer, estávamos envolvidos no ataque contra a hegemonia inglesa e, internacionalmente, Portugal ia pagar todas as culpas dos outros. Foi, precisamente, neste momento psicológico, que o Morgado de Mateus, com a nossa causa praticamente perdida, recebeu ordem de partir para Madrid, a fim de negociar estes graves problemas. Porém a verdade é que era tarde demais; em Madrid, ele só encontrou dificuldades, pois, sistematicamente, negava-se-lhe tudo. Tanto Godoy como Lucien Bonaparte, para ele, só conheciam a palavra *não*. O que importava era a Convenção de Madrid e invadir Portugal a fim de vencerem a Inglaterra. Perante esta situação, de verdadeiro impasse, o Morgado recusou aceitar este tratado pelo que o Embaixador de Portugal, em Madrid, Diogo de Carvalho e Sampaio, foi convidado, oficialmente, a sair de Espanha, o mesmo acontecendo ao Morgado de Mateus. Era a guerra a curto prazo, a qual foi declarada em 2 de Março de 1801. Desta forma, lá se foi D. José Maria de Sousa com um insucesso na sua mala diplomática (sem qualquer culpa, aliás); só pouca sorte e nada mais.

Começava, assim, a *guerra das laranjas* (nome tirado dos ramos com laranjas que os invasores cortaram em Elvas), de 19 de Maio a 6 de Junho de 1801. Uma estratégia extremamente simples foi posta em prática: para os espanhóis a do passeio em Portugal; para os portugueses,

o *acordar* para uma triste realidade de que se não tinham dado conta. Desta forma, Portugal foi obrigado a assinar o *tratado* de Badajoz e, a seguir, o *tratado* de Madrid (29 de Setembro de 1801), o qual completava o anterior com a perda de Olivença. Terminara assim a actividade diplomática do Morgado de Mateus. A seguir, como militar que fôra, foi viver para o Quartel General de Abrantes durante 3 anos. Mas uma nova missão o esperava; foi encarregado de tomar parte na reunião dos Ministros dos Estrangeiros em Amiens, reunidos a fim de negociarem a paz para a Europa. Para tanto embarcou para a Inglaterra onde verificou que o auxílio inglês a Portuggal era feito, unicamente, de palavriado pois foram tais as dificuldades por ele encontradas, que não pôde sequer tomar parte no Congresso de Amiens, pelo que a perda de Olivença se tornou, praticamente, definitiva (até aos nossos dias).

Com o tratado, assinado em Amiens, a França continuou a exigir o pesado «subsídio» imposto a Portugal pelo tratado de Madrid. Entretanto o Morgado de Mateus, impossibilitado de tomar parte nos trabalhos de *Amiens,* lá continuou a aguardar; só partiu de Londres em fins de Março, Mas, mal chegou a Paris, pediu audiência ao «citoyen» Talleyrand, uma figura grada que conseguia, com a maior facilidade, mudar de regime como de camisa. O Morgado ia cheio de preocupações. E que fazer? O «subsídio» a pagar era exigível sem recurso; a obrigatoriedade do seu pagamento era irreversível, devendo ser feita, segundo o tratado de Madrid, em 3 prestações, de 3 em 3 meses (10 milhões); os restantes milhões, seriam pagos em 2 prestações, o que era um pesadíssimo encargo. Mas, diplomaticamente, ele pouco ou nada podia fazer; teve que regressar à Inglaterra numa situação triste e aflitiva para o seu país: «Avec un passif aussi lourd à liquider, la mission à Paris s'annonçait difficile. Le Morgado quittait avec regret un pays pour gagner ce qu'il croyait être une nation brutâle et ambitieuse» (18).

Foi mais um insucesso diplomático para o Morgado de Mateus este Congresso de Amiens, apesar do qual ele recebeu nomeação para Embaixador em Paris. Naturalmente, ficou muito contente mas, cheio de medo, dadas as dificuldades tremendas com que ia deparar. Por isso, antes de partir de Londres, procurou conseguir que os nossos aliados (os Ingleses em Amiens) obtivessem a devolução de Olivença a Portugal, pois, no seu entender, o tratado de Badajoz deveria desaparecer...

---

(18) Cf. Anne Galut, *Le Morgado de Mateus, éditeur des Lusiades,* Paris, 1970, p. 37.

Infelizmente, para Portugal, as negociações em Paris, seriam dificílimas visto que, para além do insucesso de Amiens, a França continuava a exigir o pagamento (do subsídio?) de 20 milhões de libras, de acordo com o Tratado de Madrid.

Para mais, foi, nesta altura, que chegou a Lisboa o novo Ministro da França, General Lannes, amigo pessoal de Napoleão Bonaparte e homem pouco desinteressado, além de intriguista ditatorial. Quer dizer. A missão do Morgado, no seu novo posto, em Paris, iria ser altamente difícil, tanto mais que, diplomaticamente, a sua actuação, seria desfeita, sistematicamente, pelo seu homólogo francês, recentemente chegado a Lisboa; tudo o que ele pretendesse, para prestígio de Portugal, seria desfeito pelo General Lannes a quem interessava, unicamente, a nossa desgraça e a derrota final. Uma situação de impasse para Portugal; um insucesso a mais para o Morgado de Mateus, como diplomata.

Neste contexto, a sua actuação diplomática, por mais perfeita que pudesse ser, era, sistematicamente, complicada em Lisboa, por maior que fosse a simpatia pelo nosso Embaixador na capital da França. É que o seu homólogo, General Lannes, era apenas insuportápel e malcriado, apesar do seu prestígio militar. Para mais, além de impávido, era impulsivo, ávido de dinheiro, chegando a ser deseducado (ou malcriado) com o próprio Príncipe Regente. Em Lisboa, ele sentia-se grande senhor para poder exigir o que lhe desse na sua real gana; chegou mesmo a sugerir a substituição de Pina Manique. E que fazer nestas circunstâncias? Na opinião sensata e informada do Morgado de Mateus, a corte em Lisboa tinha que ser enérgica, mas não o era. Por isso, no verão de 1802, ele chegou à conclusão de que o General Lannes estava tão seguro que seria impossível obter a sua substituição, visto que, em Paris, foram também inúteis as suas queixas apresentadas a Bonaparte.

Um outro aspecto não deve ser esquecido. Diplomaticamente, o Morgado era partidário da *neutralidade* de Portugal, face à França e à Inglaterra. Porém, o Ministro de Portugal, na Rússia, António de Araújo de Azevedo, não era da mesma opinião; propunha, até, um Tratado de *neutralidade armada* com a Rússia, o que o Morgado não aceitava, pois isso serviria apenas para enfraquecer, por um lado, a aliança com a Inglaterra, e a aumentar, por outro, os perigos face à França e à Espanha. Infelizmente, a lucidez do Morgado de Mateus, em Lisboa, não foi reconhecida; tinha razão mas não lha reconheciam.

Por tudo, de Outubro a Novembro de 1803, a sua posição foi cada dia mais difícil e complicada.

O próprio Talleyrand, Ministro dos Estrangeiros, tudo fez para o liquidar, o que não era difícil pois, em Lisboa, absolutamente nada se fazia para o ajudar. Por tudo, não lhe foi possível aproveitar o momento de viragem em que ele chegou a Paris como Embaixador; a sociedade francesa começava a dar os primeiros passos da sua vida tradicional; a paz religiosa iria ser restabelecida, brevemente, por uma Concordata (1805); em Amiens negociou-se um Tratado de paz com os países europeus.

Napoleão começava a aparecer sob a capa de Bonaparte. Ao chegar, o Morgado foi recebido em Paris (na corte) precisamente quando Ministros e Diplomatas se punham a caminho da cerimónia do *Te Deum* de acção de graças, em Notre Dame, pela paz obtida; à tarde, pôde conversar com Madame Bonaparte, sendo recebido com palavras do maior interesse. Tudo parecia correr maravilhosamente, pois em 21 de Abril de 1802, concluiam-se os *pourparlers* de um novo tratado a respeito do já referido subsídio a pagar por Portugal, decidindo-se, em Maio de 1802, que pagaríamos apenas 5 milhões de francos. Mas o Morgado procurou ainda conseguir de Talleyrand um *délai* para a restante quantia a pagar. Aliás este problema do *subsídio* afigurava-se insolúvel, pois, em 1804, a França ainda pôde exigir, a Portugal, o pagamento de 1 milhão de francos, mensalmente, para que lhe respeitassem a neutralidade. Além disso, Bonaparte (primeiro Cônsul), foi proclamado Imperador constituindo isso uma viragem de relevo durante a qual, infelizmente, a desgraça diplomática do Morgado de Mateus, iria consumar-se pois, em Lisboa, incompreensivelmente, pretendiam substituí-lo. Era o fim da macacada (aparentemente, a desgraça completa do nosso representante em Paris).

Num único ponto, ele foi, inesperadamente feliz; contra todos os seus receios, foi encontrar, em Paris, o seu futuro; melhor, a solução dos seus problemas pessoais, quanto ao seu futuro. É o que nos aponta, claramente, Anne Gallut, com estas palavras:

«On l'aurait étonné si on lui avait dit qu'il y trouverait finalement tout ce qu'un homme de son caractère pouvait souhaiter: la suite honorable de sa carrière, une femme intélligente pour faire son bonheur, puis, un peu plus tard, une noble activité de l'esprit pour établir durablement sa renommée» (19).

Foi realmente assim; reencontrou a mulher que o tornaria feliz e perfez a sua carreira diplomática. E não só. Quando, mais tarde, a sua vida se lhe complicou, ele descobriu a sua vocação de camonianista que

(19) Anne Gallut, *op., cit.*, p. 37.

o tornaria imortal. Assim preencheu mesmo todos os seus tempos livres. Entretanto, face aos insucessos verifficados, em 20 de Dezembro de 1804, o Morgado de Mateus foi avisado de que ia ser nomeado Embaixador em S. Petersburgo; aí por 25 de Abril de 1805, já está em Franckfurt- am-Main, a caminho da Rússia, fazendo, a seguir, a viagem para Berlim onde chegou em 2 de Maio de 1805 e, pacientemente, aguardou ordens de António de Araújo de Azevedo, as quais nunca mais chegaram. Em vez disso, veio-lhe de Lisboa a notícia de que terminara a sua carreira diplomática, sendo nomeado Conselheiro da Fazenda. Recebia, desta forma, uma desconsideração pública; António de Araújo de Azevedo acabara por vencer na sua rivalidade (e talvez ódio). Colocado perante a realidade, o Morgado aceitou o seu novo cargo, mas pediu que lhe fosse permitido exercê-lo em Lisboa por procuração, até poder regressar; no fundo, talvez tivesse a intenção de continuar, indefinidamente, longe da sua terra. Foi, no período seguinte, que ele foi eleito sócio da Academia das Ciências (7 de Julho de 1806), na altura em que estava em Berlim. No ano seguinte (outono de 1807), os franceses invadiram Portugal sob o comando de Junot. Pois, afastado, quase compulsivamente, da sua carreira, decidiu vingar-se, servindo a sua pátria com o *estudo* de Camões. Mas antes, abordemos o assunto do seu casamento com a célebre escritora «Madame de Souza».

Como referimos, o Morgado chegara, altamente apreensivo, a Paris, ao tomar conta do seu novo cargo. Mas a vida tornou-se-lhe, inesperadamente, agradável e feliz; reencontrou-se com a Condessa de Flahault que ele conhecera, como emigrante, nas suas andanças pelo norte da Europa. Posteriormente, ela foi autorizada a regressar a Paris (1798), onde, dispondo de poucos meios, se esforçou por sobreviver, a fim de criar o seu filho que seria um futuro colaborador de Napoleão, o qual, segundo as más línguas, seria filho do ex-Bispo Talleyrand. Como escritora publicou mais dois romances. Em suma, era uma mulher notável, de nome *Adelaïde Filleul,* a qual tivera as suas fraquezas, mas que o Morgado de Mateus, viúvo e sozinho, com enormes dificuldades a vencer, redescobriu, como sua futura esposa. Ela teria sido uma mulher talvez dissoluta, mas essa morrera; para já (para ele), a Madame de Flahault, que passara longos anos e duros, a ganhar a vida para educar o seu filho, passou a ser e a merecer o seu maior interesse. O Morgado entendeu que, apesar de tudo, ela era a mulher que lhe convinha. Como é óbvio, admirava-a como a célebre autora de *Adèle de Sénange;* não a apreciava menos como mãe devotada que fôra. Não se enganou. Aliás a mútua admiração que reinou entre os

dois foi a base perene da vida futura que construíram. Como escreveu Anne Gallut:

«Leur Amour naquit de cette pitié qu'ils éprouvèrent devant leur solitude respective, et d'une foi commune en un avenir qu'ils se sentirent capables de vivre ensemble» (20). Casaram, efectivamente, em 17 de Outubro de 1802. Ela, esposa infiel que fôra, era uma escritora com categoria; como tal, excelente observadora, magnífica analista da vida francesa, de fins do séc. XVIII, sofreu as amarguras da Revolução Francesa. Andou errante pela Inglaterra e Alemanha, sem nunca desanimar. Era alguém. E o Morgado de Mateus, com esclarecida coragem, soube descobri-la. Mais uma vez, Anne Gallut soube descrever-no-la, psicologicamente: «Madame de Flahault était à la fois charmante, courageuse et réaliste. Elle était aussi mûrie par l'expérience et les malheurs, lasse d'errer d'Angleterre en Allemagne, en attendant un hypothétique retour en France pour y retrouver, dans le meilleur des cas, une position médiocre. Enfin, elle pensait à l'avenir de son fils» (21).

Foi em Hamburgo que o Morgado conhecera a sua futura esposa, uma emigrada que era viúva do Conde de Flahault, o qual morreu no cadafalso, vítima da época do terror. Esta chegara a Hamburgo quase ao mesmo tempo que o Morgado de Mateus (verão de 1795); vinha acompanhada de seu filho Charles, o qual tinha o nome do pai, o célebre político e ex-Bispo «Monsieur de Talleyrand-Périgord». Foi apresentada ao Morgado pelo Marechal Dampmartin, igualmente emigrado e logo de seguida criou-se um romance à volta das suas relações com o Morgado; falava-se de casamento, mas este não pôde ter lugar, pois o Morgado teve de partir para a Dinamarca, investido nas suas novas funções (Julho de 1797).

Quanto ao filho de Madame Flahault, verifica-se que fez carreira brilhante; foi general e futuro colaborador de Napoleão. Com o casamento, a «Dame Adélaïde Marie Émilie Filleul, veuve de Charles François, Comte de Flahault», passou a ser «Madame de Souza», esposa do «Morgado de Mateus, Grand *Prévôt* de Bragance, Commandeur de l'Ordre du Christ, Ministre de Sa Magesté Très Fidèle le Roi de Portugal».

Quer dizer, finalmente, o título de *Alcaide-Mor* de Bragança serviu para alguma coisa na vida do Morgado de Mateus que prosseguiu, incansavelmente, a sua luta diplomática, em Paris. Mas continuemos.

---

(20) Anne Gallut, *op. cit.*, p. 42.

(21) Anne Gallut, *op., cit.*, pp. 23-24.

A sua vida conjugal, pode dizer-se que foi perfeita. Apenas um desgosto. O Príncipe de Talleyrand, em 16 de Julho de 1815, escreveu-lhe, oficialmente, a convidá-lo a fazer uma viagem para fora de França; era a expulsão de um diplomata que fôra, mas que agora não passava de marido da mulher de quem ele tivera um filho. Motivos invocados por Talleyrand:

a) fidelidade a Napoleão, por parte do General Charles de Flahault (filho da esposa do Morgado e de Talleyrand, segundo as más línguas);
b) bonapartismo de sua mãe, antiga Condessa de Flahault e agora Madame de Souza (vingança sexual, no fundo?);
c) Charles de Flahault era acusado de ter organizado o regresso de Napoleão da Ilha de Elba.

O passaporte para a sua expulsão foi-lhe enviado por Talleyrand. Eis os documentos:

Paris, le 16 juillet 1815

Monsieur,

J'ai l'extrême regret de devoir vous annoncer que le gouvernement du roi s'est regardé comme étant dans l'obligation de se souvenir que vous étiez Etranger, ce qu'il se serait fait un plaisir d'oublier, si vous l'eussiez moins oublié vous-même, ou si nous avions le bonheur de vivre dans des temps plus calmes.

Je suis en conséquence chargé de vous remettre pour vous et pour les personnes qui vous appartiennent le passeport qui est ci-joint e de vous inviter à vouloir bien me faire connaître dans quel délai vous vous proposez d'en faire usage.

Je vous prie d'être persuadé de tout ce que cette commission a de pénible pour moi, ainsi que des sentiments de haute considération avec lesquels j'ai l'honneur d'être,

Monsieur,
Votre très-humble et très-obéissant serviteur,
Le Prince de Talleyrand.

Monsieur de Souza.

PASSEPORT DÉLIVRÉ
PAR TALLEYRAND
AU MORGADO.

(22) Cf. Anne Gallut, p. 336.

AU NOM DU ROI

Nous, Ministre et Secrétaire d'Etat des Affaires Etrangères, prions les Officiers Civils et Militaires, chargés de maintenir l'ordre public dans l'Intérieur du Royaume et dans tous les Pays amis ou alliés de la France, de laisser librement passer Monsieur et Madame de Souza, sortant de France et se rendant à.....
.....avec les personnes de leur suite
et de leur donner aide et protection en cas de besoin.

Le présent passeport délivré à Paris, le seize juillet 1815.

Le Ministre des Affaires Etrangères,
Le Prince de Talleyrand

Pour le Ministre, le Directeur des chancelleries, Reinhard.

Nesta emergência, o Morgado de Mateus encontrou-se, mais uma vez, em terríveis dificuldades, porém soube defender-se e demonstrar a sua inocência; escreveu ao Rei Luiz XVIII, garantindo que nunca pusera os cotos na côrte de Napoleão; ocupava-se, exclusivamente, com *Os Lusíadas* e Camões; que lho digam von Humboldt, Gérard, de Visconti, F. Didot, etc. Por isso mesmo (e por tudo), ele pedia a Talleyrand um pouco mais de compreensão (apesar de tudo).

E, a terminar, aqui deixamos algumas notas resumidas sobre a sua vida.

Chamava-se D. José Maria do Carmo de Sousa Botelho Mourão e Vasconcelos; foi Moço Fidalgo, segundo Senhor de Ovelha do Marão, Morgado de Mateus, Alcaide-Mor de Bragança, Comendador da Ordem de Cristo, Conselheiro da Fazenda, Enviado e Ministro Plenipotenciário em Estocolmo, Copenhage e Paris.

Nasceu em 7 de Maio de 1759 e morreu, em Paris, em 1 de Julho de 1825. Casou duas vezes.

Já no fim da sua vida, aí por 1823, o Morgado de Mateus ainda se ocupou com as *Lettres portugaises,* escritas por Monsieur de Chamilly, à religiosa portuguesa, Soror Mariana Alcoforado (Beja), actividade com que ele ocupou os seus lazeres nos dois últimos anos da sua vida (1824-25). Quanto a esta actividade, desenvolvida pelo Morgado de Mateus, deixemos aqui este breve apontamento de Afrânio Peixoto:

«Retirado da vida pública, Sousa Botelho começou a pensar nos seus trabalhos literários. Este homem fino, de velha raça, educado em solares e côrtes, teve uma

intuição literária perfeita, como se não fôra mundano e fidalgo, diplomata e político, e apenas poeta ou crítico, homem de gôsto e de arte.

Compreendeu que Portugal dera ao mundo duas universais obras primas, que transcendiam os limtes nacionais, no tempo e no espaço. Uma, seriam essas cartas da freira portuguesa, Mariana Alcoforado, escritas ao amante, êsse vão Noel de Chamilly, que Saint-Simon descreve já marechal, sempre tacanho, e a causar admiração tivesse provocado os mais belos gritos de paixão que já conservaram letras humanas. Felizmente, as mulheres não são exigentes.

Vertidas para o francês, — se não fôram compostas nessa língua, como presumiu, com boas razões, o conde de Sabugosa, e, antes dêle, pressentiram Herculano e Camilo, — Portugal não possuía uma edição nacional dessa obra prima, que dera volta ao mundo sentimental, fazendo a tanta gente comover-se e se esgotarem numerosas edições. Estas cartas de uma pobre mulher amorosa criaram um género literário. Dizia-se no século XVII *écrivez-moi une portugaise*... M.me de Sévigné diz que, se respondesse devidamente a certa carta que recebera, faria *une portugaise*, isto é, uma bela carta de amor, como as da freira infeliz. Êsse património literário da Pátria cumpria lhe tornasse. Flinto Elísio traduzira cartas falsas e autênticas e as intercalara num tômo, o XI, de suas obras completas.

Sousa Botelho separou as cinco verdadeiras, em uma edição, com juízo crítico, em que, das onze que se vieram reunindo, prova que apenas essas são as autênticas, e as traduz para o vernáculo, em frente do texto francês.

As razões da emprêsa são tão literárias como patrióticas. *Les cinq lettres de la religieuse portugaise sont un véritable chef d'œuvre* (pág. 32). Admirado que nenhum Português as houvesse trasladado em linguagem, fê-lo para *revendiquer ainsi une propriété nationale* (pág. 34. Além do senso literário de secolher essa obra-prima universal para doá-lo devidamente à Mãi-Pátria, ali mesmo reconhece que *si on les retraduit mot à mot en portugais elles se retrouveront toutes dans le génie et le caractère de cette langue* (pág. 16). Ora, êste facto, essencial, permite ou supor uma composição originária portuguesa ou uma composição em língua estranha por coração e razão portugueses... Mariana Alcoforado traduzida, ou Mariana Alcoforado, compondo no seu francês, talvez incorrecto, mas nêle traduzindo os restos mais apaixonados de um divino amor de mulher. Estes dois caminhos da crítica moderna estão já na observação do morgado de Mateus.»

O título completo é este: «*Lettres Portugaises Nouvelle édition conforme à la 1.re* (Paris, Cf. Barbin, 1669) *avec une notice bibliographique sur ces lettres*». Esta introdução em francês está assinada (pág. 67) pelas iniciais «D. J. M. S.», isto é, D. José Maria de Sousa. Seguem-se os textos francês e português defronte nas cinco cartas autênticas. É hoje obra rara. Inocêncio da Silva, no *Dicionário Bibliográfico Português*, diz que nunca viu um exemplar: tômo V, 1860, artigo «José Maria de Sousa Botelho»: «não me foi até agora possível examinar pessoalmente esta edição» (pág. 51); tômo VI, 1862; «edição que ainda não pude achar» (pág. 145), artigo «Mariana Alcoforado» Luciano Cordeiro (*Soror Mariana*, Lisboa, 2.ª ed., 1890, pág. 339), não menciona a assinatura, pelas iniciais, da introdução, que faz a identificação. O exemplar da Biblioteca Naconal, nem no catálogo, nem nos livros, menciona a ilustre autoria. Recentemente reimprimiu-se na Livraria Chardron, sem data, o texto da tradução do Morgado de Mateus, com um belo prefácio de Júlio Brandão (Soror Mariana — *Cartas*

de amor ao Cavaleiro de Chamilly, Lelo & Irmão, Pôrto); a preferência, entre as existentes, ou escusa a uma outra, dá bom indício literário da tradução de Sousa Botelho (23).

Pressentindo a morte, fez o seu último testamento em 25 de Maio de 1825 e, em 1 de Junho do mesmo ano, falecia com uma bronco-pneumonia, tendo sido enterrado no cemitério do *Père La Chaise,* em Paris.

Repousa, actualmente, desde 15 de Agosto de 1965, na capela de Nossa Senhora dos Prazeres, no Solar de Mateus (Vila Real) onde foi baptizado.

B) *A edição do Morgado de Mateus e a sua espantosa realização. — o árduo problema das «variantes» das duas edições «princeps» de* Os Lusíadas *(1572).*

Estamos, nesta altura, perante um problema que, realmente, suscitou o maior interesse, quer no país, quer no estrangeiro, nomeadamente na Academia das Ciências, logo a seguir à recepção de um exemplar da célebre edição de «Os Lusíadas», publicada e oferecida à cultura europeia, por D. José Maria de Sousa Botelho. Efectivamente, sem perda de tempo, Sebastião Francisco de Mendo Trigoso, decidiu debater os problemas suscitados por esta edição, discordando das posições tomadas pelo Morgado, que ele criticou (1818), asperamente, nos pontos seguintes:

a) as variantes das duas edições «princeps» (1572);
b) a ortografia opcionada;
c) o próprio texto do Poema.

Mas, antes de mais, debrucemo-nos sobre o historial desta edição que foi e é problema.

A ideia de fazer uma edição capaz de «Os Lusíadas», deve ter surgido aí por 1797, em consequência de uma troca de impressões com José Boni-

---

(23) O Morgado de Mateus fez a sua edição das «Lettres Portugaises», conforme a edição de 1669 (cf. *Dicc. Bibl.,* Tomo V, 1860, p. 51 e Tomo VI, 1862, p. 145). Sobre as *Cartas Portuguesas de Soror Mariana,* escreveram Júlio Brandão (Porto, Lello & Irmão) e Luciano Cordeiro (Lisboa, 2.ª ed., 1890, 339 pp.).

(24) Cf. Afrânio Peixoto, *Ensaios camonianos,* Coimbra, Imp. da Universidade, 1932, pp. 354 e segs.

fácio de Andrada e Silva, mineralogista que procurou o Morgado de Mateus em Copenhage, a fim de tentar saber qual dos dois poetas seria maior: Camões ou Tasso (autor da *Jerusalém Libertada*).

Na altura, em princípios do séc. XIX, Camões, o Poeta nacional, nunca fora honrado com qualquer monumento nem sequer com uma edição condigna do seu Poema. E D. José Maria de Sousa Botelho pensou, muito a sério, em levar a efeito esta edição. Porém, durante o tempo das invasões, os meios financeiros de que dispunha habitualmente o Morgado, ficaram extremamente reduzidos; só isso o impediu de realizar, imediatamente, uma obra que ele idealizou, com o maior carinho e entusiasmo, num momento crítico nacional em que urgia criar energias novas em Portugal; para isso muito deveria concorrer, entendia ele, o facto inconcusso de se poder provar que o nosso país, talado e invadido, era uma terra-mãe de homens ilustres.

Entretanto, os anos foram passando e, em 1811, o Marechal Massena foi expulso de Portugal. Vencidas algumas dificuldades económico-sociais, em 1813, já o Morgado de Mateus começava a informar-se sobre preços, tipografias e não só. Pensou mesmo em convidar, como colaborador ilustrador, o pintor Girodet, acabando por pedir e aceitar a opinião de Alexandre von Humboldt que lhe aconselhou o pintor F. Gérard. Porém este, por falta de vista, não aceitou o encargo de fazer as ilustrações, mas encarregou-se, gratuitamente, de fazer o retrato do Poeta e de dirigir (ou orientar), superiormente, o trabalho dos artistas que ele viria a escolher: nada mais nada menos que os nomes, bem cotados, de *Fragonard* e *Desenne*. Paralelamente, foram logo escolhidos, como gravadores *Massard* e *Paolo Toschi,* ficando assim constituída a equipa dos colaboradores artísticos para a edição projectada; restava apenas terminar a parte literária ou melhor, histórico-artística.

Acrescentemos, finalmente, sobre Paolo Toschi, que este insigne gravador e pintor (Parma, 1788-1854) aprendeu, em Paris, a técnica do buril e da água-forte, nos estúdios de Bervic e de Oortmann (c. de 1809--1819). De regresso a Parma, em 1819, a reinante Maria-Luísa, viúva de Napoleão, nomeou-o Director da Academia de Belas-Artes, o que lhe deu a possibilidade de levar, aos limites extremos da perfeição, um escol de gravadores capazes de criar obras-primas ainda hoje dignas de incondicionada admiração. Foi notabilíssima a intervenção de Paolo Toschi na parte figurativa da opulenta edição d'*Os Lusíadas,* publicada por D. José Maria de Sousa Botelho, Morgado de Mateus (Paris, 1817).

Quanto à colaboração artística, para abreviar, aproveitemos as informações fornecidas por Inocêncio Francisco da Silva:

«Sotto la direzione di Bervic fece Paolo Toschi la bellissima stampa posta al principio del canto VII, della suberba edizione del poema di Camõens, delineata da Fragonard sotto la direzione di Gérard.

«Questo illustre pittore incaricato della direzione delle stampe per la suddetta edizione, concepì tanta stima per Toschi che gli affidò la difficile impresa di ripassare ed armonizare le stampe degli altri artisti che le avevano consegnata come se già fossero portate al loro perfeto termine. Se ne tirarono poche prove nello stato primero per le prime copie della detta edizione, e poscia è rami passarono alle mani di Toschi che le ripassò segnandole con un T. et anche col P. T. e P. T. R.; *Paolo Toschi ritoccó,* ma in un angolo della stampa che appena si può distinguere da chi ha buoni osservando con somma attenzione. Non ritoccó la stampa di Oortman perchè abbastansa terminata. Chi preferisse le stampe rare alle belle sceglièrebbe le prime prove invece di quelle ripassate da Toschi.»

Toschi foi um dos mais notáveis gravadores do seu tempo.

«Examinando as estampas mais vagarosamente, e com o desejo de encontrar as siglas ou monogramas, do afamado artista que retocou as chapas, vi com effeito, «*T.* (no braço direito do busto de Camões, primeira estampa); *Toschi fini* (na segunda estampa, Camões na gruta de Macau); *P. T.* (na do canto III); *T.* (na do canto VI); *P. T. R.* (na do canto VIII). Que trabalho extraordnário o d'esta edição!

As estampas são, portanto, uma obra de arte considerada por profisionaes e amadores, alguns dos quaes possuem collecções, pela maior parte compradas em Paris, onde por vezes tem apparecido no mercado, ahi levadas de certo depois do obito dos artistas, que trabalharam na obra, e que conservaram as provas ou exemplares perfeitos, que poderam adquirir ao tempo da estampagem.

Esta edição tem dois retratos, o primeiro em busto em frente do rosto, que póde considerar-se como outro rosto ornamental; e o segundo, em corpo inteiro, figurando Camões na gruta de Macau, posto antes da vida do poeta ou entre as pag. XLVIII e XLIX; e mais dez estampas, uma em frente de cada canto, sendo a composição allusiva a passagens dos mesmos cantos. A direcção artistica foi dada ao pintor F. Gérard, então mui afamado em Paris; e a execução da gravura das chapas confiada, escrupulosamente, aos que formavam n'aquella epocha o grupo mais distincto dos gravadores em cobre, taes como F. Lignon, Forsell, Massard, Oortman, Henri Laurent. Bovinet, Pigeot, Toschi, Forster, Richomme. Os gravadores Lignon e Oortman tiveram, à sua conta, duas chapas; os demais artistas, uma cada um; Toschi, como artista de primeira ordem, teve por fim, segundo constou, o encargo de examinar e retocar as chapas dos seus collegas, e dar consequentemente a auctorisação para correr a tiragem.

O pintor Gérard, alem da direcção, desenhou o busto de Camões para a primeira estampa cuja ornamentação é do desenhador L. Visconti Os auctores das outras composições, todas de feliz concepção, mui adequadas à magnitude dos assumptos, e de grandes bellezas no conjuncto, foram Desenne, para o segundo retrato e para os cantos I, III, e IX; e Fragonard para os cantos II, IV, V, VI, VII, VIII e X. O estam-

pador de todas as chapas foi Durand, conforme vem expresso na parte inferior da primeira estampa (o primeiro retrato) (25).

Verificou o Morgado, logo de início, com espanto, que não havia apenas *uma* única edição «princeps» (1572), mas duas. Leu isto mesmo no Padre Tomás José de Aquino, na sua edição de «Os Lusíadas» publicada por F. Diddot, em Paris, com um Discurso preliminar, em 1815, edição que reproduz a de 1779. Antes, porém, já o aludido facto fôra detectado por Manuel de Faria e Sousa que, em 1639, publicou a sua edição de *As Lusíadas comentadas,* trabalho colossal que ele executou ao longo de 25 anos de esforços perseverantes, ao contrário de tantos outros que, como ele próprio confessa, publicavam livros, pensados numa noite, escritos durante o mês, e divulgados no dia seguinte. Mas eis as suas próprias palavras: «...pues vemos agora tantos libros meditados en una noche, escritos en un mes, i divulgados al otro dia, con la felicidad que no hemos podido conseguir en este, por discurso de 25 años».

Apesar deste longo período de preparação e trabalho, Manuel de Faria e Sousa, não descobriu tudo a respeito de Camões, pois só muito tarde verificou que tinha havido as tais duas edições de *Os Lusíadas* em 1572. É o que ele confessa, expressamente, na segunda vida do Poeta, publicada, postumamente (1685), na edição das *Rimas.* Para que não haja dúvidas, transcrevemos as suas próprias palavras:

«Aviendo pues llegado el P. a Lisboa el año de 1569, el de 1572, publicó, por medio de la Estampa sua Lusiada, aviendosele conseguido Privilegio Real en 4 de Setiembre de 1571.

Dió con el un gran estallido en todos los oidos y un resplandor grande a todos los ojos, más capazes en Europa.

El *gasto desta impresión* fue de manera que el mismo año se hizo otra. Cosa que aconteció rara vez en el mundo; y en Portugal ninguna más de esta, e por que esto ha de parecer nuevo e no facil de creer, yo aseguro que lo he examinado bien en las mismas dos ediciones que yo tengo, por differencias de caracteres; de orthografia, de erratas que ay en

(25) In Fr. da Silva-Brito Aranha, *Dicc. Bibl.,* T. XIX, (7.° Sup.), Lsboa, 1887, p. 113;

cf. p. 344 de Giulio Ferrario, *Le classiche stampe dal cominciamento della calcografia fino al presente,* Milano, 1836; Giacinto Manupella, *Camoniana italica. Subsídios bibliográficos* Coimbra, Imprensa da Universidade, 1972, pp. 182-183.

la primera, y se ven emendadas en la segunda y de algunas palabras con que mejoró lo dicho» (n.º 26).

Assim, fez-se uma *segunda* edição em 1572, devido ao enorme apreço com que «Os Lusíadas» foram *recebidos* pelo grande público. Eis os termos exactos com que Faria e Sousa se exprimiu:

«sahio impresso em Lisboa por Antonio Gonsalves 1572. Foy esta obra recebida com tal aplauso do orbe litterario que no mesmo ano se imprimio mais correcta».

Por outras palavras, fez-se uma nova edição simplesmente porque a *primeira* se esgotara, o que não passa de uma explicação sem mais, na sequência da informação dada por Manuel de Faria e Sousa.

Esta opinião foi expressa nas «Rimas várias de Luis de Camoens» (Lisboa, Theotonio Damaso de Mello, 1685).

Esta mesma opinião exprime-a Diogo Barbosa Machado, filho do Capitão Inácio Barbosa Machado e Catarina Barbosa, que nasceu em Lisboa (31 de Março de 1682) e faleceu na mesma cidade (9 de Agosto de 1772), após ter sido Abade de Santo Adrião de Sever e um dos primeiros académicos da Academia Real de História Portuguesa.

Este grande e erudito bibliógrafo, na sua *Bibliotheca Lusitana* (vol. III, p. 74), exprime idêntica opinião quanto à existência da segunda edição.

Na sua opinião fez-se uma nova edição, simplesmente porque a primeira se esgotara, o que é ou não passa de uma explicação, repetimos.

Aliás o Morgado de Mateus (1817) aceitou esta posição e talvez, só por isso, resolveu basear o texto da sua edição na que chamou primeira (E/72-D).

Assumiu esta posição por lhe parecer que lhe facultava uma explicação intuitiva da *segunda* (Ee/72-S), a qual teria sido motivada pelo facto de mostrar discordância quanto aos cortes censoriais que os Jesuítas teriam feito a *Os Lusíadas* na célebre edição dos *Piscos* (1584); seria, pois, uma edição clandestina ou subreptícia, uma espécie de fraude em que se corrigiram falhas evidentes da *primeira edição* (E/ 72-D). Com a mesma *data,* a mesma *censura* e o mesmo *privilégio* real de 1571, não passaria de uma reimpressão?

Que o Morgado conhecia a existência destas *duas* edições «princeps», provam-no-lo, exuberantemente, estas palavras de D. José Maria de Sousa Botelho em que fala, precisamente, da *primeira* e da *segunda* edições, descrevendo-as com pormenor:

«Na *primeira,* a Tarja he hum tanto mais larga e menos alta que a segunda e o pelicano que tem em cima vê-se na primeira com o collo voltado à nossa direita, enquanto que na *segunda* he voltado à esquerda: os filetes das columnas descem na primeira da direita para a esquerda, e vice-versa na *segunda:* os typos deste frontispicio são naquella maiores que nesta» (Paris, 1817, p. 415).

Em vista disto, o Morgado conclui que só um cotejo rigoroso das duas edições «princeps» (1572) poderia fornecer solução cabal. Uma única e quase insolúvel dificuldade: conseguir um exemplar de cada uma delas. Por outro lado a sua vida particular voltou a complicar-se, em 1814, quando os Aliados e Luiz XVIII entraram em Paris e a vida na capital ficou de tal forma perturbada que os próprios artistas, encarregados das ilustrações, tiveram que parar o seu trabalho, pois foram incorporados na Guarda Nacional. O Morgado porém, pacientemente, continuou o seu trabalho, estudando, o melhor que pôde, a problemática das variantes e da ortografia do Poema.

Por fim, logo em 1815, com a segunda restauração dos Bourbons, tudo se complicou ainda mais após a fuga de Napoleão da Ilha de Elba, o qual, ao chegar à capital, verificou que lhe continuara fiel o General Charles de Flahault, filho da mulher do Morgado (e de Tailleyrand). É intuitivo e claro que o Morgado de Mateus tinha de ser acusado de bonapartismo após a segunda restauração borbónica, o que lhe trouxe novas dificuldades.

Assim, os *Lusíadas* correram perigo! Mais exactamente, a edição por ele projectada poderia não ter tido lugar. Felizmente, por fim, o Morgado foi autorizado a ficar em Paris e apenas o antigo General de Flahault, «aide de camp» de Napoleão, a fim de fazer esquecer todo este contexto, foi para Inglaterra e, depois, para a Suíça e Alemanha, enquanto, pacientemente, D. José Maria continuava o seu trabalho, corajosamente e sem esmorecer.

Por fim o Visconde da Lapa conseguiu descobrir um exemplar da edição de 1572 pertencente ao bibliotecário José Joaquim da Costa Macedo que o emprestou a fim de ser facultado ao Morgado de Mateus (23 de Maio de 1816) e o estudar.

Entretanto, paralelamente, Anastácio Joaquim Rodrigues começou a fazer, em Lisboa, o confronto das duas edições e, em julho de 1816, apresentou ao Morgado a prova de que, realmente, havia duas edições com a mesma data de 1572. Foi então que, à cautela, decidiu consultar o seu futuro crítico, Sebastião Francisco de Mendo Trigoso, o qual se mostrou

pouco conhecedor do assunto. Mas, indiscutivelmente, não há dúvida de que, no verão de 1816, o Morgado sabia que, realmente, havia duas edições de 1572; mais se conclui que o exemplar de Lord Holland era diferente daquele que Anastácio Joaquim Rodrigues consultara na Bibliotece Nacional de Lisboa.

De resto, homem objectivo e eficiente, entendeu que devia alargar a lista dos seus colaboradores e resolveu recorrer a João António Monteiro com o qual iniciou a colação das variantes na tentativa de averiguar qual das duas seria a melhor. Os resultados não demoraram mas as dúvidas amontoavam-se, como Anne Gallut informa: «ils s'aperçurent vite que le texte du poème et son orthographe étaient différents d'une édition à l'autre; chaque instant les doutes des deux amis allaient croissant. La perplexité de Sousa fut bientôt telle qu'il ne parvenait pas à distinguer le texte original. Parmi tant de diversités et d'anomalies, il ne pouvait fixer une orthographe sûre. Monteiro et lui-même étaient stupéfaits et, «ce qui était pire, placés dans un labyrinthe d'incertitudes dont ils n'arrivaient pas à voir l'issue. Le quel de ces différents éditeurs, méritait qu'on le suivît avec confiance?» (26)

Uma única resposta se lhe tornou intuitiva: uma vez que todas as edições eram suspeitas (Manuel Correa, João Franco Barreto e Inácio Garcez), decidiu aceitar a opinião do P.e Tomaz José de Aquino e considerar Manuel de Faria e Sousa como o único editor sério e seguro, para, afinal, vir a verificar que não era bem assim.

A grande realidade é que o problema das variantes continuou a preocupar o Morgado de Mateus como acentuou, e bem, Anne Gallut (27): «ce fut une aventure intellectuelle dans laquelle José Maria de Sousa s'engagea tout entier et sans réserve», uma aventura em que o sobrinho, Visconde da Lapa, assim como o filho de Madame de Sousa, sua mulher (o general, «aide de camp», Charles de Flahault), foram dedicados colaboradores à procura, incansavelmente, de exemplares das duas edições de 1572. Aliás foi este último que teve a sorte de encontrar uma na Inglaterra, em casa do diplomata Lord Holland. A busca fez-se também em Itália (D. Domingos de Sousa Coutinho), em Espanha (Coronel Anastácio Joaquim Rodrigues) e, em Lisboa, onde se conseguiram informações junto de António Ribeiro dos Santos, o qual, expressamente, declarou que examinara quatro exemplares da edição de 1572, mas não detectara

(26) Cf. Anne Gallut, *op. cit.*, p. 87.

(27) *Op. cit.*, p. 94).

variantes, pelo que lhe parecia que o P.e Tomaz José de Aquino teria afirmado a existência das duas edições, baseado unicamente na afirmação de Manuel de Faria e Sousa.

Resumindo, mais uma vez, com Anne Gallut, todo o problema era este: «Toute la différence qui existait entre elles pouvait se réduire à des changements orthographiques en quelques feuillets dans les épreuves d'impression. Les épreuves avaient dû être ensuite insérées par erreur dans la composition de plusieurs exemplaires, et ces variantes orthographiques avaient fait croire à Faria e Sousa qu'il avait eu deux éditions la même année» (28).

Perante este problema, que não era realmente fácil, o Morgado recorreu à consulta das maiores competências do seu tempo.
Assim pediu o parecer de Ennius Quirinus *Visconti* que nasceu em Roma em 1751 e morreu em Paris em 1818; quando a Áustria reconquistou a Itália (1799), Visconti refugiou-se em França, chegando a ser conservador do Museu do Louvre e professor de Arqueologia. Em 1803 foi eleito membro do Instituto. Este erudito baseava as suas opiniões no conhecimento da língua grega, do latim e do italiano.

Não se contentou e resolveu consultar, igualmente, o célebre François *Raynouard* (1761-1831), que era membro da Academia Francesa, da qual chegou a ser Secretário perpétuo (1817-1826) e era conhecedor da língua portuguesa como de várias línguas da época antiga. E não se ficou por aqui: consultou ainda o Barão de Sacy, além de Dureau de La Malle; o primeiro era orientalista, o segundo, um notável filólogo. Segundo a opinião de Anne Gallut: «François Raynouard (1761-1836), era Avocat, député à l'Assemblée Législative, il est resté connu dans la littérature comme dramaturge, sous la Révolution et le Premier Empire, en faisant représenter *Caton d'Utique* (1794) et les *Templiers* (1805). Mais ses travaux d'érudition valent mieux que ses tragédies. Membre de l'Académie Française en 1807, il en devient secrétaire perpétuel de 1817 à 1826» (29).

Para o Morgado todas as pistas podiam ser caminho a percorrer e, em princípio, nenhuma lhe repugnava.

Verifica-se, assim, que o problema das variantes foi preocupação não pequena, parecendo-lhe, no entanto, que as mais válidas eram poucas.

---

(28) Cf. Anne Gallut. *op. cit.*, p. 98.

(29) Anne Gallut, idem, p. 160, nota n.º 12.

Muitas não passavam de pequenos erros que não podiam atribuir-se a Camões, como nos expõe Anne Gallut:

«Ces corrections médiocres ou inutiles ne pouvaient suffire à établir la supériorité de la «seconde» édition sur la «première». Pour sa part, il affirmait que ce que l'on désignait sous le nom de seconde édition n'était qu'une reprise de la première, corrigée par un imprimeur sans culture et négligée par les typographes qui y ajoutèrent d'autres fautes» (30).

Como quer que seja, desde que a Academia, em Lisboa, se deu conta deste problema (1818), as variantes nunca mais passaram despercebidas. Com elas, qual das duas edições preferir? A ed. *E e*/72-S ou a ed. *E*/72-D? É um facto que muitas variantes de *E e*/72-S (segunda) devem ser preferidas; não foi, por outro motivo, que o Relatório da Academia apresentou uma lista destas variantes que o Morgado deveria ter aproveitado ou preferido. Aliás Francisco Solano Constâncio (1819), criticando o Morgado, foi muito mais longe, por ele não ter feito caso destas variantes que, segundo ele, eram um problema capital que não se pode olvidar, reconhecendo mesmo que elas:

1) nunca afectam um verso inteiro; 2) quando muito dizem respeito a um substantivo ou a um verbo; 3) todas as restantes são simples gralhas (erros tipográficos).

Para terminar, acrescentemos que as variantes não podem ser esquecidas; têm que ser consideradas e nunca minimizadas, visto que, não tendo chegado até nós nenhum manuscrito autógrafo de Camões, o texto que o Poeta escreveu terá que ser a resultante da análise reconstitutiva através de todas as variantes. Pequenas em si, são, na realidade, a única fonte de que dispomos para reconstituir o arquétipo de «Os Lusíadas».

Não terminemos sem acrescentar que o sobrinho do Morgado de Mateus, que muito o auxiliou, em Lisboa, na solução dos problemas camonianos, o visconde da Lapa, D. Manuel de Almeida e Vasconcelos (1784--1832), era filho do 1.º Visconde da Lapa e de D. Maria de Portugal, irmã de D. José Maria de Sousa Botelho (Morgado de Mateus).

É o que nos demonstram, claramente, as cartas seguintes que são uma fonte informativa da maior importância:

---

(30) Anne Gallut, *op. cit.*, p. 139.

1.º

Lisboa, 19 de março de 1817.

Meo Tio, Padrinho e Amigo do coração.

Tive a satisfação de participar a V. Ex. antes de ontem que para Inglaterra ao Cde. de Palmella, mandei a edição de Camoens que V. Ex. queria de António Ribeiro dos Santos, o qual se prestou com a boa vontade que V. Ex. havia de ler. Infelizmente o estado da sua saúde hé miserável, e acha-se quazi cego.

Posto que não esteja em hum paíz onde ha liberdade de imprensa, com tudo muitas vezes assim o parece, pois tem deixado aqui imprimir libellos que em qualquer outra parte não deixarião de ser perseguidos pelas leis, e que aqui correm apoiados em proteçoens, empenhos, e a maior parte das vezes à sombra de vinganças ridículas.

Pode, pois, V. Ex. estar persuadido que tudo quanto chegar á minha noticia à cerca da edição de Camoens lhe será logo por mim comunicado sem o menor rebuço.

Vejo o que V. Ex. me diz com tanta razão a sujeito do descuido da Academia. Ella o conhece e o sente, porque a falta de hum Diccionário da língua, de huma boa Gramática, e de hum tratado de orthographia e dos synónimos se faz todos os dias, e hé a cada passo sensível a quem escrever a sua língoa com alguma pureza, mas, que quer V. Ex., este descuido hé devido à falta de protecção, ou por melhor dizer, à perseguição que aqui se faz às lettras. Perseguição que não sendo muitas vezes direita, os seus effeitos assim o denotão. Em Portugal ainda os homens de lettras não formão huma classe que seja designada com esse titulo. A maior parte dos Sócios vão às sessoens quando querem, e quando podem por hum amor ou apego às lettras, e ao estabelecimento, mas na certeza de que os seus trabalhos alli não lhe grangearão nem o comer, nem o necessário para o poder ter. Grande parte tem outros empregos e ocupaçoens, e por isso, a não ser objecto do Governo, pensionando hum certo número de homens capazes, e facultando-lhe o poder levar aquelles livros que quizessem das livrarias públicas para suas cazas, afim de nellas extractarem o que convem, parece-me que não poderemos ter nunca Diccionários, ficando o da Academia perfeito na lettra. A. Esquecia-me tambem observar que falta à Academia hum Prezidente que não seja só de figura para honrar as sessoens públicas. Os livros Portugueses, principalmente do tempo brilhante da nossa língoa, estão muito caros, e não vejo emprehender novas edições ou reimpressoens, pelo meio de que a venda não pague o custo.

Em quanto à entrada da edição de Camoens ha de ser de certo preciso hum Avizo do Governo, porem o qual espero V. Ex. me haja de permitir o sollicite, pois que me lizonjearei por extremo de ser o distribuidor de hum trabalho de V. Ex. e o qual (não estando aqui o Primeiro Secretário) ninguém pode repartir com mais satisfação cumprindo estritamente as determinaçoens de V. Ex.

O exemplar que minha May pedio a V. Ex. hé para o nosso médico, que hé hum homem de lettras muito capaz e conhecido por memórias suas impressas em Jornaes Franceses e Inglezes e ahi correspondente do d'*Alibert*. Chama-se Bernardino António Gomes.

Beijo as mãos a V. Ex. pelo offerecimento que me faz, porem tendo muito quem o tenha pedido, e sabendo as circunstâncias com que V. Ex. quer que seja distribuido,

peço a V. Ex. sendo possível, que em lugar de hum com que V. Ex. me destinava, sejão dous. (...)

Cuido bastante na minha caza já que não presto para outra couza, e logo que os arranjos desta o permitão, vou de certo estar tres mezes com V. Ex. que sei de certo o ha de permitir.

Sobrinho obrigadissimo e afilhado do coração.

Manoel

2.º

Lisboa, 20 de dezembro de 1817.

(...)

Chegou ontem à noite a esta caza o caixote do Camoens que me foi mandado p.r D. Miguel, e logo o abri (...).

Persuade-se V. Ex. que esta edição tem feito aqui hum furor, e hum entusiasmo muito alem do que nunca julguei; fervem os engenhos para ver hum exemplar. O Padre Agostinho dentro em 24 horas e depois de huma só inspecção fez o papel incluzo, e depois me mandou a carta que tambem remetto para tributar públicos elógios.

A Academia projecta nomear uma Comissão para examinar a edição. Se achar algum decidido inconveniente, ia entregar algum dos exemplares a alguma ordem religiosa p.r esta não ter já livraria; suspenderei a entrega até V. Ex. de novo o ordenar pozitivamente.

Beijo a mão a V. Ex. pelo meu exemplar, que sem dúvida vai a ser muito examinado, porque aqui tem vindo muita pessoa ve-lo.

Manoel

3.º

Lisboa, 27 de dezembro de 1817.

(...)

Tendo distribuido já quazi todos os exemplares (...) e poso segurar a V. Ex. que a edição tem sido recebida aqui com hum applauso muito além do que eu mesmo esperara, e a esta caza tem vindo muita gente só com o fim de a ver...

A Academia acha-se em férias, e por isso só depois de Réis hé que poderei fazer a entrega. Em quanto aos Senhores do Governo, hé impossível dizer mais do que disserão e depois de prodigalizarem à obra mil elogios passarão a fazelo ao Editor (...). Observei um certo carinho não usual de que participei por esta occasião, e todos ficayão de me trazer a resposta; e a do Borba, já aqui a tenho, bem como hum soneto do nosso Anastácio que à vista do acolhimento da Pátria se tem enthusiasmado. (...) D. Miguel pareceo-me confundir-se com o obséquio; e o Ricardo e Salter receberão o prezente com alvoroço, disserão que excedia o que esperavão, e com ansia entrarão a examinar, repetindo mil couzas obrigantes. (...) Penalva, hoje Prior de Guimaraens, que foi lente na Universidade (...) tem feito publicamente os maiores elógios ao trabalho de V. Ex. e à edição.

Achei António Ribeiro dos Santos miserável de saude e quazi cego, porem de cabeça perfeitamente desembaraçada, estimando ter mais este monumento que junta à sua livraria de que não podia fazer uso algum. V. Ex. conhece bastante José Bonifácio para poder imaginar a gritaria que elle faria entusiasmado e banhando-se em água de roza, com huma carta de V. Ex. que tem mostrado. Tratamos sobre os membros da Comissão que eu hei de pedir a nomeie à appresentação da edição, desejando ambos que sejão capazes de avaliar o merecimento do trabalho a todo o respeito.

Estou envejoso de ver as respostas dos Frades, porque os Abades, em geral, não são os melhores contrastes, e havião de recorrer á pena estranha para resposta.

Manoel

4.º

Lisboa, 16 de fevereiro de 1818.

(...)

Para dar huma idea da estimação do trabalho de V. Ex, basta dizer-lhe que em algumas partes se tem feito na estante hum lugar com grades de arame fechadas à chave para nelle se depozitar o exemplar, e os Bentos (...) mandárão copiar na folha em branco a carta de V. Ex. cujo original foi guardado no cartório pela estimação que della fizerão.

Perece-me que V. Ex.ª não esqueceu estabelecimento público algum na distribuição dos exemplares. Noto porem a que, segunda Cidade do Reino, Porto, está sem nenhum, e se V. Ex. quizer, poderei perguntar aos Senhores por onde elle será mais próprio, isto é, que livraria pública se acha alli em melhor ordem.

Hum livreiro o pedia emprestado para o ter público alguns dias, e ali tem sido muito visto e admirado. O meu tem sido pedido por pessoas de huma classe que me tem feito espanto, e de que algumas dellas me tem surprehendido, como senhores de grandes lojas, pequenos negociantes, que bem de longe vem aqui procurar-me para que lhe mostre a edição.

Aqui está para apparecer hum jornal com o título de *Publicador*, e José Bonifácio disse-me lhe tinhão pedido o favor de fazer a anállyse da obra para se publicar. Veremos o que se faz, pois se falla e grita mais do que trabalha!

O conde d'Alba aqui chegou ontem muito bom, encantado de Paris (...). Entregou-me a carta de V. Ex. com a notícia de *Lemercier* que agora mais se agasalharão, tendo sido lido o folheto com gosto por algumas pessoas a quem o mostrei.

(...)

Manoel

5.º

Lisboa, 28 de fevereiro de 1818.

Meu Tio, Padrinho, e Amigo do Coração.

Escrevi ha dias, ou por melhor dizer, antes de ontem com muita extensão a V. Ex. sobre objectos particulares, e hoje o faço de novo, não só desejando as suas

notícias, que de coração prezo, porem também para lhe dar parte do acontecido na Academia.

Apresentei o exemplar já admirado por quazi todos os sócios, e leo-se a carta de V. Ex. de que se fez agrado, concordando todos em propor o programa que V. Ex. indicava. Passou a nomear-se huma commissão para examinar e dar conta do trabalho, e propoz-se para distincção, a que foi aceita, que della serião membros os Directores das Classes, isto hé de Literatura, António Caetano do Amaral, Sciencias Exactas, Vilhena, e de Sciencias Naturais Sebastião Trigoso. Eu levei tambem a noticia de Lemercier, que tambem se leo durante a sessão, e V. Ex. será informado do resultado da Commissão, tendo eu sido encarregado pela Academia de avizar V. Ex. do que tinha feito. Porem deve V. Ex. contar com as demoras anexas ao nosso país.

Não gostando de encobrir couza alguma de que sou encarregado, tenho a dizer a V. Ex., pelo muito que se ha de affligir, que o amigo de Anastácio, não obstante as suas diligencias, desde logo se desfez do Camoens por huam bagatella, e assim todo tem tirado e mexido neste negócio de que, em consequencia, me tenho afastado, sendo contrario ao meo genio tudo que não hé caminho direito. Fiz diligencias para saber quem tinha ficado com o Camoens, e prezam, posto que o não saiba com certeza, que foi Hermano Braancamp.

Em Coimbra, fui informado que tudo tem ido a Santa Cruz ver o exemplar, e que o Bispo Conde se tem queixado de que a remessa para a Universidade lhe não fosse dirigida.

Eu sou (...)
Manoel

6.º

Lisboa, 15 de abril de 1818

(...)

Já mandei a V. Ex, em 9 do corrente, a [resposta] de São Domingos, e hoje vou à Academia por que fui avizado de que se lia o *raport* da comissão. Conto ahi falar a José Bonifácio que V. Ex. perfeitamente conhece quando me diz da sua preguiça. e de fazer alguma couza mais do que gritar!

Não me descuidarei em publicar o que offerecião ao abridor, e espero que V. Ex. me envie o *Raport do Journal des Sçavans,* bem como o que tiver sahido em Inglaterra, porque o final anónymo feito por mim queria dar uma collecção dos diferentes pareceres sobre o trabalho de V Ex., à nova edição de Camoens... isto era huma simples dedicatória à Nação, traduzindo os pareceres. (...)

Fui informado de que não foi o Braancamp que comprou o exemplar do Camoens, não obstante as suas diligencias, mas sim o Balsamão, que se gabou de o ter tido por 5 moedas! Pelo segredo do homem e por elle me ter dito que tinha sido obrigado a fechar os olhos, logo desconfiei algũa couza. Emfim este procedimento vai a par dos outros!

(...) *Manoel*

7.º

Lsboa, 22 de abril de 1818.

Meo Tío, Padrinho, Amigo e Senhor do Coração.

Demorei a escrever a V. Ex. o correo passado, porque desejava dar-lhe conta detalhada do que se fez na Academia; mas como vejo não me chega o Relatório ainda hoje, por isso passo a dar-lhe parte de que se leo o Relatório da Comissão, do qual V. Ex. julgarà, não o podendo eu fazer hoje porque o ouvi ler com rapidez.

Discutio-se sobre o modo mais delicado de se enviar a V. Ex, se em manuscrito, se impresso; e determinou-se que a primeira remessa deveria ser em manuscrito, com a participação de que o Relatório será inserido no volume das Memóras que dentro em poucos mezes deve apparecer.

(...) *Manoel*

8.º

Lisboa, 3 de junho de 1818.

Meo Tío, Padrinho e Senhor do Coração.

Recebo neste instante a carta de V. Ex. de 16 do passado hé bem natural que agora já V. Ex. tenha sido entregue do Relatório da Academia, que d'aqui partio pelo Secretário d'Estado para o Primeiro Secretário, em 2 de Maio. A parte do volume, velocidade com que foi lido, o pouco sangue frio que guardei ouvindo ler hum papel em que tomàra tão grande parte, fez com que não desse a V. Ex. a minha opinião sobre as differentes partes de que era composto o Relatório; pois faltaria a V. Ex. e a mim, se desse huma succinta informação em hum trabalho em que sei se desvelavão. Acresce o poder hoje dizer a V. Ex. que se cuida quanto antes em imprimir o Relatório. A resposta de José Bonifácio està bem no seu génio, cheia de altos e baxos, e estou persuadido que V. Ex. a havia não só ler, mas reler vendo-se no meio de objectos serios. (...)

Manoel

9.º

Lisboa, 6 de julho de 1818.

Meo Tío, Padrinho, Amigo e Senhor do Coração. Como o correio de hoje dà pouco tempo para responder, aproveito os momentos que tenho para agradecer e responder á obrigada carta de V. Ex. de 17 do passado, referindo-lhe em quaze tudo ao que escrevi antes de ontem. Trigozo hé meo conhecido, e nada mais; e V. Ex. destroi as ideas que tinha do seu carácter; por tanto creo faço o menor sacrifício de amizade em o privar de hum dos exemplares do Camoens, e quando o apontei a V. Ex, foi meramente por ver os sumos desejos que elle tinha de enriquecer a sua livraria com aquelle ornamento. Logo que o Sofia chegue, mudarei o destino deste exemplar para quem V. Ex. o destinar, e jà preveni minha May para falar á Tia Maria a respeito de Joaquim José de Souza.

Jà pedi com o maior empenho que me dessem a lista dos erros typográficos, e qualquer demora que possa haver, não hé por resto produzida por omissão minha;

e o que posso hoje dizer a V. Ex. hé que a lista já me foi promettida, mas como tenho experiencia destas gentes, não assevo couza alguma atè o fim.

O estado da Academia hé desgraçado por muitos princípios, e assim o continuarà a ser, não variando essencialmente as cauzas do seu abattimento, e a classe a que pertencia o juizo da obra hé a de todas a que se acha em pior estado, e mesmo falta de gentes.

Pela distancia e auzencia de V. Ex. permitta-me que lhe diga (não hé atrevimento, mas sim verdadeira amizade, e decidido interesse por V. Ex.) que sei por experiência em casos análogos a Academia por certo não tomarà parte na decizão, ou resposta ao Relatório; o que muito sentiria por V. Ex. e porque o público e a posteridade ficaria privada de poder avaliar, e ajuizar do merecimento deste cioco trabalho. Assim permitta-me V. Ex. que em primeiro lugar lhe rogue suspenda o pôr a última de mão atè lhe remetter a lista dos erros typográficos, e que V. Ex. mais me apontar; e em segundo lugar, animo-me a propor-lhe como mais efficaz para obrigar a huma convicção o fazer ahi imprimir anónymo, ou mesmo assignado, huma anàlyse do Relatório, a qual farei chegar às mãos destes Snrs. e os obrigue a sahir. Como o Relatório se imprime, hé justo que a resposta, ou a anályse, o seja igualmente.

A Commisão foi composta do Director de Classe de Literatura, António Caetano do Amaral; juntou-se esta não sei quando, nem como, e a Academia ouvio ler em huma Sessão o Relatório com huma velocidade difficil de seguir, e impossivel para nelle se discutir. Assm succede sempre, e assim obtem a sancção e cunho académico o que muitas vezes os Sócios prezentes dezejariam examinar.

Desculpe V. Ex. se acaso me adianto, porem como me importa tanto mais do que a Academia, por isso sentiria que V. Ex. tivesse hum tão grande trabalho, e que este sendo manuscrito, o guardassem respondendo *que a Academia tinha dado o seu parecer, e que não dava satisfacçoens.*

Se V. Ex. aqui viesse, conheceria que a vaidade e velhacaria tem requintado, e refinado com hum egoísmo sem freio, de sorte que julgo não haver paíz, aonde se observasse menos os princípios de boa moral pertencentes a toda a Religião. Aqui o móvel todo hé o interesse, próximo ou imediato (de ordinário, só o pecuniário), pois que o Estado Monárquico em que vivemos, unido à separação de Corte tem afrouxado, e posto em confusão todos os outros sentimentos.

Se V. Ex. não approvar o que digo relativo à resposta ao Relatório, desculpe a minha amizade, e verdeiro affecto por V. Ex., que não me permitte, que encubra a hum tão preciozo Amigo tudo quanto sinto e penso. Prometti a V. Ex. mandar-lhe dizer tudo quanto soubesse a respeito da edição, e assim o fiz no que me constou: sendo certo, que não tenho ouvido senão louvores, e que não me consta o P^e^ do Oriente tenha publicado couza alguma mais. Entre tanto a folha do *Expectador* custa uma bagatella, e sahe uma vez por semana. Se V. Ex. quizer, eu mandarei por occazão do correio para V. Ex. o poder examinar.

Mil cumprimentos á minha Tia, e acceite V. Ex. os de minha May, mulher e filho, persuadindo-se que do Coração o ama quem hé de V. Ex. Sobrinho e afilhado que o adora,

Manoel

10.º

Lisboa, 12 de agosto de 1818.

Meo Tio, Padrinho e Senhor do Coração.

(...)

Em quanto ao Camoens, amanhã devo ter uma conferência com José Bonifácio para o que lhe mandei pedir hora, querendo então entregar-lhe a carta de V. Ex. e consultar com elle. (...) Apressei-me em pedir-lhe hora, porque sabia que estava a partir para o Porto a fazer a correição que lhe pertence, etc. Entre tanto, ontem, me succedeo huma couza notável: encontrei no theatro S. Trigozo (que tambem está a partir para as suas fazendas), e disse-me: «escrevi-lhe o que sabia da matéria», e era tanto *bagatelle* que não aponto por me parecer excusado. Disse-lhe então: «Já tenho a resposta ao Relatório», e elle, cheio de curiozidade disse-me se o podia ver. Respondi-lhe então que em sessão académica seria lido por mim, e que não podia antes confiar a sua leitura, pois que executava fielmente as ordens de V. Ex. contra as quais estava certo elle não havia de instar. Hé difficil descrever o vento e perturbação de Trigozo, sabendo que havia huma resposta ao Relatório!

Fui a caza de José Bonifácio e (...) aprezentando-lhe a carta que V. Ex. lhe escrevia, lhe fiz ler a resposta ao Relatório. Com effeito, os argumentos de V. Ex. são taes que não sei como a elles podem responder, pois V. Ex. analiza, e refuta o Relatório com huma clareza que não deixa a dezejar. Eu não só não tenho dúvida em ler em Sessão a resposta de V. Ex. porem tenho nisso muita satisfação, mas o pior hé a extensão das férias, e não poder alterar esta formalidade agora que grande parte dos sócios estão ao campo. Antes de novembro couza alguma se pode fazer, que estou certo que muito mortificará a V. Ex. Confeço a verdade, que me pareceo José Bonifácio não contar em huma tão enérgica resposta, a elle (como já tinha dito a V. Ex.) desculpou a Academia de cujo entusiasmo pela edição podia eu mesmo responder como testemunha; e em quanto à sancção académica, fez-me ler o que acompanha a notícia dos programas, e que vai marcado. O que V. Ex. pede hé estremamente moderado, que não hé possível que o recuzem, e tanto mais que sabe haver exemplos. Devo rogar a V. Ex. a remessa por occasião de eu precizar de algumas folhas do suplemento, não só para mim porem para distribuir por aquelles que mais tem apreciado a edição e o editor.

Cumpre-me em abono da verdade e da Academia, dizer que para mais distinguir a V. Ex. foi (...) a escolha dos Directores de Classe para Commissários, e tão bem sei que por o tempo das eleições, pretendem nomear a V. Ex. Sócio effectivo.

Cá não tenho relação alguã particular com Monsenhor Gordo que vive muito retirado, muito longe de minha caza (na Ajuda), e que mesmo está bastante occupado; porém em qualquer couza que V. Ex. dezeja lhe falle, o farei com sumo gosto, atè pelas distincções que me faz quando por acaso o encontro. Hoje, vou saber se a Sofia com effeito entrou, pois tem tardado infinito.

Por o correio direi mais, e terminarei esta dizendo que do Coração, sou Sobrinho e afilhado que o adora.

Manoel

11.º

Lisboa, 24 de agosto de 1818

(...)

Esperó que V. Ex. logo que tenha a ocasião me envie dos suplementos à primeira nota hum número igual ao dos exemplares da edição que V. Ex. destinou para Portugal pois a miuda e excrupulosa attenção com que V. Ex. comparou as duas ediçoens de 1572 forma o complemento a esta obra, e mostra pelo dato quão inúteis forão as informações do Relatório a respeito das variantes. (...)

Manoel

12.º

14 novembre 1818

Meo Tio, Padrinho, e muito afeiçoado do Coração.

Hoje, hei de ler, na Academia, a resposta ao Relatório, e já posso informar V. Ex. de que estão distribuidos os exemplares do Suplemento, conforme os destinos que V. Ex. indicava; e em quanto aos dous que vinhão sem elle, hum o dei ao Salter que o sabe apreciar, e o outro ao Dr. Bernardino.

Cumpre-me o prevenir a V. Ex. de que alterei o destino do que V. Ex. mandara para os Cónegos Seculares de S. João Evangelista, parecendo-me melhor deposita-lo na Graça aonde ha huma boa livraria em cujo augmento se cuida. De V. Ex. Sobrinho e afilhado que o adora

Manoel

13.º

Lisboa, 14 de novembro de 1818.

Meo Tio, Padrinho, Amigo e Senhor do Coração.

O correio passado remetti a V. Ex a resposta de Monsenhor Ferreira que julguei V. Ex desejava ler antes de minha leitura na Academia, e igualmente o informei de que se achavão entregues os Supplementos às pessoas a quem erão designados, tendo eu dado o destino de Salter, e do Dr. Bernardino aos dois exemplares que V. Ex. deixara ao meu arbítrio escolher.

Fui nessa noite à Academia sendo dia de sessão ordinária. Fiz a leitura e lavrou-se o assento, findo o qual disse eu que me era essencial para o poder participar que a Academia me declarasse a resolução em que estava de anuir, ou não, à supplica e desejos do nosso Consócio. Poz-se a questão a votos, e estes forão muito differentes; huns de que era objecto de sessão do conselho (isto hé só de Effectivos e livres, que hé de huma vez por mez), e outros que se deveria proceder à censura, a que erão obrigados todos os papéis Académicos. Chegou ao meu lugar a nota, e então, disse que observando as differenças de pareceres, quanto havia, só me restava

esclarecer a matéria, fazendo ver que a Academia tinha obrado em cazos idênticos como se pedia; que a questão era meramente litterária, pois que o nosso Consócio não conhecia os Comissários, e só pretendia que o público fosse o juiz da questão; que a Academia para ser fiel ao seu programa, devia manifestar a sua imparcialidade, e emfim, disse que naquelle lugar já não era sócio, mas sim o intérprete fiel dos desejos de V. Ex., e que por tanto reclamava o papel que tinha acabado de ler.

Poz-se em consequencia novamente a votos a questão e decidio-se com todos os votos, que se imprimisse. A vacilação procedeu em parte de que se achavão prezentes na sessão os Relatores; porem, devo em abono da verdade, dizer que estes forão constantemente da opinião que se imprimisse tal e qual a resposta. Depois tratarão sobre a matéria, perguntando-me se poderia alterar ou modificar alguma expressão, que não sendo de questão litterária pudesse fazer desaparecer alguma espécie de acrimonia e azedume que parecia existir no papel pois que não dezejavão que perante o público parecesse ofendido com a Academia hum sócio que ella tanto estimava.

Respondi então que não podia exceder nem huma linha nos meos poderes, porem que podia affiançar à Academia que o nosso consócio não levava em vista outra couza mais do que a questão litterária; que sabia de certo que elle não pertendia attacar a Academia por que a resposta era sempre dirigida ao Relatório e que contra a pessoa dos Senhores Relatores como attaque pesoal se não podia considerar porque nem os conhecia nem tinha tido jamais com elles relaçoens próximas ou affastadas; que alem disso eu me obrigava a fazer conhecer a V. Ex. os sentimentos da Academia bem persuadido de que V. Ex. conciliaria tudo o que não fosse alheio da sua cauza. Pedi os livros académicos que faltavão de 1814 em diante e logo se passou ordem para se me entregarem e cuidarei em os remetter.

Eis aqui huma fiel narração em que não ommitto circunstancia, porque sei que estes são os dezejos de V. Ex., e assim preencho a minha promessa.

Aceite V. Ex. mil expressoens de minha May, Mulher e filho, e queira da minha parte faze-las á minha Tia. De V. Ex. Sobrinho e afilhado que o adora (31).

Manoel

A esta série de testemunhos juntarei os que se me depararam no tomo II da *História dos estabelecimentos scientificos litterários e artisticos de Portugal,* pelo sr. conselheiro José Silvestre Ribeiro, o qual tratando, de págs. 324 a 334, da obra monumental do Morgado de Mateus, copiou, traduzidas, as tres cartas em que Mad. de Sousa, esposa d'aquelle nobre portugues, comunicava á sua intima amiga, a condessa d'Albany, viuva de Carlos Stuart, algumas observações acerca do gigantesco e dispendioso empreendimento, e da distribuição da nova edição dos *Lusíadas.* Com a devida venia transcrevo em seguida, da obra citada, as tres cartas:

(31) Anne Gallut, idem, pp. 381-389.

1.ª

PRIMEIRA CARTA DE MAD. DE SOUSA A CONDESSA DE ALBANY

«Paris. Outubro de 1817. — Minha querida amiga. Peço-vos que deis cabida na vossa bibliotheca ao livro que o sr. de Souza imprimiu ha pouco, e não ha de ser posto á venda. É puramente uma homenagem que elle rende ao seu paiz, ao qual faltava ainda uma formosa edição de poeta que tão brilhantemente cantou o descobrimento da India e os tempos das glorias portuguesas. Se podesseis ler o ultimo § da *Advertencia*, facilmente formarieis conceito dos sentimentos que inspiraram meu marido. É d'elle a offerta.

O *nosso* Camões só terá duzentos exemplares, que hão de ser enviados a todas as bibliothecas da Europa, e offerecidos a um pequeno numero de amigos, capazes de apreciar esta nobre e patriotica empreza. Emfim, havia cento e cincoenta annos que ninguem a tomava sob si; e não creio que haja exemplo de um particular, não muito rico, que tenha feito tão bella edição, prohibindo aliás a venda de um exemplar sequer. Encho-me de orgulho; julgo-me feliz; e todos os elogios que meu marido aqui recebe, a tal ponto me exaltam, que não tardarei a ter uma cabeça altiva e um talhe de menina de quinze annos. Toda vossa querida amiga.»

2.ª

SEGUNDA CARTA

«Paris. 23 de Novembro de 1817. — Estou furiosa, minha querida amiga. Ha mais de seis semanas que vos escrevi, remettendo-vos um exemplar da nossa edição de Camões. O sr. de Souza metteu a minha carta e um exemplar dos *Lusiadas* n'uma caixa, com direcção ao conde do Funchal, e a entregou ao encarregado dos negócios de Portugal, que prometteu fazel-a expedir. Julgava eu que tudo tinha chegado já ao seu destino; mas soube hontem que aquelle senhor encarregado tinha ainda a caixa em sua casa, aguardando, *com uma paciencia toda portugueza*, a occasião de mandar algum correio á Italia.

Acreditae, querida amiga, que terieis sido uma das primeiras pessoas, em quem eu e o meu marido pensassemos para vos enviar uma obra, que em verdade teve o melhor exito, e por certo a mais bella que jamais saíu das imprensas de França. Nem um só exemplar ha de vender-se. É uma especie de monumento que meu marido quiz erguer á sua patria, e ao poeta que tão altamente celebrou a época da gloria portugueza. Sómente fez tirar 200 exemplares, e seja dito entre nós, custou-lhe isto mais de sessenta mil francos. Tenciona dal-os a todas as bibliothecas e academias de ambos os mundos, e offerecel-os aos seus mais intimos amigos ou a particulares que tiverem bellas livrarias. Por todos estes titulos devieis ter o primeiro exemplar; graças, porém, áquelle senhor, está ainda em Paris a caixa, e quem sabe quando será remetida...

O sr. de Souza mandou um exemplar a el-rei (Luiz XVIII), e ás principaes bibliothecas de Paris. S. M. aceitou o que foi offerecido, e muito o admirou, mostrando-o por espaço de tres dias a todas as pessoas da côrte, e confessando que ainda não tinha saído das imprensas francezas cousa tão formosa. Eis aqui um verdadeiro triumpho, e tanto mais lisongeiro, quanto os senhores cortezãos não o esperavam!»

3.ª

TERCEIRA E ULTIMA CARTA

«Paris, 21 de Dezembro de 1817. — Agora mesmo recebemos, minha querida amiga, a vossa carta de 5 do corrente. Grande satisfação tenho em que estejaes contente com o *nosso* Camões. No meu conceito, e sob o ponto de vista artistico, a mais bella gravura é a de Toschi, de Parma.

«Se pudesseis imaginar quantas lidas e despezas custou a meu marido, vae em cinco annos, esta empresa, haverieis por certo de lhe dar ainda maior estimação. Quantas vezes não se demorou elle na officina do sr. Didot cinco, seis e sete horas! Nem o compositor, nem o revisor sabiam a lingua portugueza; de sorte que a obra era impressa como se fosse um quadro de mosaico. Emfim, cheguei muitas vezes a receiar que a saude de meu marido corresse perigo. Não queremos gabar-nos do que se despendeu; seria este capitulo uma *loucura seria*, aos olhos dos homens frios, incapazes de sentir o extremo goso de uma alma nobre e generosa, ao alevantar um monumento ao cantor sublime das glorias da sua patria... No que me diz respeito, nenhum merecimento me cabe, senão o de haver promettido a meu marido diminuir, quanto possivel fosse, todas as despezas da casa, afim de que seu filho não ache de menos — na sua fortuna — aquella somma, e fosse resgatada pelas nossas economias, se vivessemos ainda alguns annos!» (32).

C) *Os críticos do Morgado de Mateus na Academia das Ciências de Lisboa (1818-1819).*

Uma vez que era sócio da Academia das Ciências, convencido de que esta prestigiosa instituição era a entidade mais representativa da cultura nacional, o Morgado ofereceu-lhe, sem demora, um dos primeiros exemplares da sua maravilhosa edição; nenhuma outra instituição poderia apreciar, e avaliar melhor, o seu esforço gigantesco, pensava ele, efectivamente e com razão.

Por certo que ela não lhe regatearia louvor e compreensão, imaginava ele (ou sonhava?).

Mas, enganou-se redondamente. Ninguém e nenhuma instituição o criticou tanto, o que deve ter sido, e foi, altamente desolador para os seus brios de trabalhador incansável, desinteressado e benemérito.

É o que se depreende, claramente, da sua enérgica reacção, face às críticas da Comissão encarregada pela Academia de julgar o seu trabalho,

(32) In. Fr. da Silva-Brito Aaranha, *Dicc. Bibl.*, 1887, T. XIV, (7.º do Sup.), pp. 130-136.

a qual foi dura e quase pareceu ignorar o gigantesco esforço dispendido, assim como as dificuldades intrínsecas do problema textual básico a resolver, sem esquecer as enormes limitações que o tempo, dadas as dificuldades de comunicação, impôs ao seu colossal trabalho. Mas porque não desanimou e soube teimar, ele, que foi um grande diplomata, vencido pela derrota de todos nós (rivalidade anglo-francesa), pôde ser um grande camonista, *vencedor*, que o tempo consagrou, mas os contemporâneos não souberam apreciar devidamente, com justiça e isenção.

Os críticos começaram, dentro dos muros da Academia das Ciências, e continuaram, académicos também, mesmo longe de Portugal. Citemos:

1) — Sebastião Francisco de Mendo Trigoso (1818);
2) — Francisco Solano Constâncio (1819);
3) — Bento Luiz Viana (1819);
4) — D. Francisco Alexandre Lobo, Bispo de Viseu (1821);
5) — Timóteo Lécussan Verdier (1823).

Vejamo-los:

1) — *Sebastião Francisco de Mendo Trigoso* (1818).

A edição do Morgado de Mateus ficou concluída no verão de 1817, visto que as primeiras dedicatórias foram assinadas por essa altura e os primeiros exemplares, para oferta, chegaram a Lisboa, em Dezembro deste mesmo ano. Pode afirmar-se que a edição teve acolhimento entusiástico em toda a parte, excepto na Academia das Ciências que foi a excepção mais desgostosa, por imprevista, para Sousa Botelho. É que foi a Academia a primeira istituição a receber o primeiro exemplar chegado a Lisboa pois como sócio da mesma, o Morgado quis distingui-la, mas foi ela, praticamente, quase a única a criticá-lo severamente. Efectivamente, para apreciar a edição, a Academia nomeou uma Comissão encarregada de a estudar (Fevereiro de 1818), integrada por António Caetano do Amral, Mateus Valente do Couto e Sebastião Francisco de Mendo Trigoso. Foi este último o relator escolhido, o qual não demorou a apresentar o seu relatório (12 de Abril de 1818), o qual foi lido na sessão académica de 15 de Abril do mesmo ano. Esta Comissão acusou o Morgado do seguinte:

1 — não ter aceitado a ortografia antiga, cometendo, portanto, um anacronismo;
2 — não ter consultado um exemplar da segunda edição de 1572 (Ee/72-S), o que o impediu de anotar as variantes existentes nas duas edições.

Como é sabido, *Os Lusíadas* foram licenciados por alvará de D. Sebastião, datado de 24 de Setembro de 1571; o privilégio de impressão, concedido a Camões, duraria 10 anos a partir da data da publicação. Quem o infringisse, publicando o Poema, pagaria ao seu autor, 50 cruzados, devendo ser apreendidos todos os exemplares. E Mendo Trigoso a este propósito, esclarece:

«Quando esta graça se expediu, ainda o Poema não estava licenciado; e parece que o seu auctor tinha alguma ideia de o não deixar no estado em que hoje o vemos, pois ali se diz, expressamente, que também estes se imprimirão debaixo do mesmo privilégio, havendo-se primeiro licença do Santo Officio; e não é provável que se pozesse esta clausula graciosa sem expressamente ter sido pedida, antes ella talvez indica uma intenção antecipada de entresachar alguns episódios, que, sem alterarem o plano geral, augmentassem e aformoseassem mais a epopeia. Provavelmente assim o teria feito o poeta, a não serem as injustiças e desgostos que depois atormentaram a sua existência».

Como quer que seja, a edição saiu das oficinas de António Gonçalves. Porém, Sebastião de Mendo Trigoso acrescenta:

«Com a mesma data de 1572 appareceu uma reimpressão dos *Lusíadas,* muito semelhante à precedente, pois tem o mesmo formato, o mesmo numero de paginas, a mesma letra, o mesmo papel; enfim, à primeira vista, parece em tudo idêntica e só depois de confrontadas uma com a outra, é que se podem perceber algumas differenças. Acontecendo, porém, que a maior parte dos nossos litteratos não fizessem esta combinação, seguiu-se d'aqui que quasi todos elles se persuadiram que ambas as duas faziam uma só edição».

Tal é a posição de Sebastião Francisco de Mendo Trigoso; fez elogios e críticas que muito desagradaram ao Morgado de Mateus, o qual, após uma certa hesitação emocional, face às críticas que lhe foram feitas em nome da Academia, decidiu, finalmente, responder, com um documento que foi publicado com o intitulado seguinte:

«Carta do Senhor D. José Maria de Sousa à Academia Real das Ciências de Lisboa» (33).

(33) Cf. *História e Memórias da Academia Real das Sciências de Lisboa,* vol. VI, parte I, 1818, pp. CVIII-CXX.

Eis a referida resposta do Morgado de Mateus:

«Quando empreendi levantar esta especie de monumento a Camões e á patria, não ignorava as difficuldades da sua execução, e a de poder contentar a todos; porém, seguro de empregar todas as forças que cabiam em mim, não poupando nem as diligencias e estudo, nem os meios para concluir o meu trabalho, tinha tomado a resolução de não responder ás criticas que pudessem fazer, e de deixar esta edição *responder por si e por mim* á posteridade.

Não permitte o respeito que tributo á academia de sustentar esta resolução, quando este sabio corpo authorisa de certo modo com a sua sancção o relatorio dos seus commissarios: espero pois que ella igualmente me conceda offerecer-lhe algumas explicações; que servirão de justificação, ou desculpa das partes censuradas do meu trabalho; no qual puz certamente toda a seria attenção e exame que elle pedia, e para o qual não deixei de consultar os livros e sabios da nossa e desta nação.

Um dos essenciaes merecimentos de semelhantes edições é a correcção typopographica, a qual presumia ter atingido tanto quanto se póde esperar; para o que, além de ter corrigido eu mesmo as provas, lendo-as quatro e mais vezes, e tirando até nove folhas d'ellas, e doze das que chamam aqui *mises en train*, fiz imprimir de novo, com despeza consideravel, nove folhas, depois de concluida toda a impressão, unicamente em razão de levissimos e inevitaveis descuidos. Não satisfeito ainda, li com vagar e attenção por duas vezes toda a obra, e conservei-a largo tempo sobre a mesa para examina-la ao acaso, e salteando-a; e só então comecei a sentir algum contentamento, por não haver notado outros erros. Informado porém que em alguns exemplares tinha escapado ao impressor a transposição de uma letra, bem insignificante, imprimi uma nova folha, que distribui aos que m'a pediram. Portanto, depois de tal desvelo, foi extrema a minha surpreza, quando li no relatorio as vagas expressões, de que esta edição era *bastantemente correcta*, ainda que se encontraram n'ella *descuidos insignificantes*, que eu teria evitado se tivesse feito a impressão em Portugal, è que devem ser desculpaveis attendidas as circumstancias: phrases estas que dão uma injusta e triste idéa da sua correcção.

Eu não allegarei quanto é difficil evitar erros typographicos, difficuldade esta tão grande, que não ha uma edição dos Aldos, dos Elzevir, dos Etiennes, dos Baskervilles, dos Bonodis, dos Ibarras, dos mesmos Didots, isenta de erros de typographia: não direi que comparem esta a quaesquer outras do poema, ou a todas as obras impressas em Lisboa; mas desejarei e pedirei aos senhores relatores, que me apontem os erros, que encontraram, sobre tudo no texto do poema; porque declaro que os ignoro, assim como sei que alguns se acharão nas citações de authores que alleguei nos meus escriptos, os quaes fiz imprimir, por exactidão escrupulosa, com os erros existentes nos logares originaes.

Não se limitou a censura a este ponto; mas accusou-me de ter indevidamente preferido a primeira edição á segunda de 1572, não julgando importantes algumas variantes desta, contra a opinião dos senhores commissarios. De mais, e sobretudo estes senhores desapprovam a orthographia que adoptei, *por ter quasi sempre deixado a antiga, por ter empregado a escusada multiplicação das letras, em particular aquella que influe sensivelmente na pronunciação dos vocabulos, por ter em fim commetido um anacronismo, não escrevendo masto, avorrecido, apousento, polo, pera, doens, segundo o costume da edade de Camões*. Igualmente sou censurado *de ter escripto Calicut, preeminencia, subjugado; em logar de Calicu, preminencia, sujugado,*

sem reflectir que o poeta evidentemente attendera á euphonia de uma semelhante pro*nuncia*. (Leia-se o § do Relatorio, que começa: Não concordamos, etc., até o fim d'elle.)

Estas accusações são de tal gravidade que, no caso de serem justificadas e fundadas, mostrariam a minha temeridade em ter commetido uma tal empreza, e provariam quão pouco era digno de ser sócio da academia.

Seja-me pois licito entrar na explicação apologética do meu trabalho, e de pedir alguma attenção.

Se as duas edições de 1572 (pela primeira vez caracterisadas) tivessem sido impressas com uma só e uniforme orthographia, se em todos os escriptos classicos daquelle seculo, a vissemos adoptada geralmente, e com uniformidade, poderia um actual editor de Camões, não obstante que ella fosse hoje antiquada, achar talvez motivos que o induzissem a seguir aquella velha orthographia, que nenhum dos subsequentes editores, depois das primeiras, tinham seguido, e restitui-la assim como o texto ao seu primitivo estado. Comtudo deve-se advertir que, fazendo-se assim, obraria o contrario do que os italianos, os francezes e os inglezes praticam a respeito dos seu classicos, que elles imprimem com a orthographia moderna, ainda que bem differente daquella com que foram dadas á luz as suas primeiras edições. Assim todos o autores italianos do XVI seculo, todos os francezes do seculo de Luiz XIV, todos os inglezes da idade de Carlos II e da rainha Anna, são impressos hoje com a moderna orthographia. Tenho diante dos meus olhos os exemplos nas diversas edições d'estes paizes; e todo o curioso de bibliographias póde verificar o facto. A razão deste arbitrio e uso parece-me concludente A orthographia antiga, dizem os francezes, conserva-se nos authores estimaveis como Montaigne, Charron, Amyot, Marot, cuja linguagem é antiquada, dos quaes não se podem tirar exemplos como de textos de lingua, e que portanto não são reputados classicos; mas os classicos que os estudantes, os escriptores modernos, os sabios nacionaes e estrangeiros devem trazer sempre nas mãos, e consultar a cada instante, seria muito improprio dá-los em uma orthographia desusada e desconhecida. O mesmo me dizia o celebre Visconti.

Por estas razões e com taes exemplos seria do parecer que embora Fernão Lopes, Gomes Eannes d'Azurara, Franuisco de Moraes, Bernardim Ribeiro, etc., continuassem a imprimir-se nas sua disconforme e antiquada orthographia: ainda diria João de Barros e Sá de Miranda, ambos criadores da lingua, ambos escriptores nunca assaz louvados, mas dos quaes algumas palavras e phrases não podem ser empregadas sem discrição, querendo evitar o defeito de affectação. Mas Luiz de Camões (superior a todas, do qual não ha quasi vocabulo e locução, que tenha envelhecido), mas o correcto e apurado Antonio Ferreira, Diogo Bernardes, Francisco Rodrigues Lobo, etc., estes classicos devem, segundo julgo e segundo a opinião dos sabios estrangeiros, serem impressos com a orthographia moderna, quando as suas regras forem fixadas.

Se a academia tivesse completado o seu dicionario ou publicado uma orthographia, se houvesse pelo menos seguido um systema orthographico uniforme nas suas memorias, se em fim a nação seguisse uniformemente um methodo nesta parte, creio que um editor poderia, com superabundantes razões, imprimir os Luziadas com a moderna orthographia, á excepção da que exigisse a concordancia das rimas, porque assim mostraria um dos titulos gloriosos de Camões, que sendo como disse um

dos fundadores da nossa lingua, não tem quasi vocabulo, ou locução fóra de uso. Esta era a opinião que dois eruditos consocios da nossa academia me manifestaram, queixando-se de que eu não seguisse a moderna orthographia: opinião diametralmente oposta á dos senhores commissarios, o que mostra a impossibilidade de concilial-as, e de contentar ambas as partes.

Aqui, e antes de entrar mais na discussão, seja-me permitido notar uma contradicção entre os senhores relatores, e a mesma academia. Aquelles senhores chamam *escusada* a multiplicação de letras, emquanto no diccionario da academia letra A, esta multiplicação é empregada constantemente, segundo o exige a etymologia, o que me parece muito util, e sem duvida opinião de todo o pezo.

Para obrar nesta parte da maneira que se vê na minha edição tinha esta authoridade, e tinha uma que tem peso na republica litteraria, a do cavalheiro E. Q. Visconti, archeologo e philologo bem conhecido, que deixou nella vago o seu lugar.

Na idade do nosso poeta, não havia uma orthographia determinada, como todos sabem, e como será evidente aos que examinarem e collecionarem as duas edições de 1572, pois nem concordam entre si, nem uma com outra nesta parte. A mesma discordancia existe nos authores daquella epocha; e existe em todas as edições dos Lusiadas, desde as primeiras até ás ultimas dos nossos dias.

Ter-me-hia sido impossivel assim comprehender os senhores commissarios, e o que pretendiam, se elles me não dessem o exemplo do modo por que mais *gostariam* eu tivesse escripto alguns termos, para me accusar de uma espécie de anachronismo e de falta de attenção á euphonia.

D. José Maria de Sousa entra na comparação de alguns vocábulos que empregou de modo diverso do que se encontra na edição primitiva dos *Lusíadas,* e acrescenta:

Confesso que me não ocorreu jamais ao pensamento que podia hesitar-se entre uma orthographia barbara, com todas as suas anomalias, para conservar a physionomia do seculo, e aquella que já adoptada e usada na mesma idade convinha á nobreza e elevação de um poema epico, cujo author classico é o unico nosso, que tem uma reputação europea. Surpreendeu-me tanto mais a censura que me foi feita, pois tinha conservado em muitos termos a orthographia que indica sufficientemente aquella época, sem desfigurar o poema, o que não me evitou esta critica, e deu motivo ao mesmo tempo a outros consocios illustres de me culparem de affectação *quinhentista:* donde concluo que em vão poderia tentar a empreza de conciliar tão diversas opiniões, ainda quando como o padre Thomas de Aquino confundisse todas as orthographias de todos os tempos.

Quanto às variantes da segunda edição, eu tinha obtido, pelos meus amigos de Lisboa, todas as que os senhores relatores ajuntaram ao seu relatório. Se as não adoptei na minha edição foi por julga-las inferiores ou insignificantes, e attribui-las ao impressor e não a Camões. Não as publiquei então, por estar em duvida se as tinha colligido todas, e por não querer dar em meu nome o que não tinha eu mesmo verificado.

Perdoem-me os senhores commissarios, mas enganam-se quando adiantam que, contra a minha expectação, estas lições varias são *bastantes* (o que entendo por

numerosas e importantes se não me engano), e mais do que eu suppunha; pois conservo a mesma opinião que são mui poucas aquellas de algum valor, e as outras insignificantes, ou emendas de erros typographicos, ou correcções absurdas, feitas por outrem que o nosso poeta. Não me desdigo pois do que adiantei na nota 1.ª da advertencia, antes presentemente o afirmo com mais fundamento, por ter em fim obtido e colleccionado com severa attenção as duas edições. Ajunto aqui o resultado deste trabalho, que fiz imprimir como supplemento á 1.ª nota da minha edição. Nesta dou as razões por que perfiro a primeira á segunda, sendo provavel que a primeira fosse impressa sobre o manuscripto dado por Camões, e sendo evidente que todas as mudanças e alterações, que se vêem na segunda, não podiam ser obra delle. Não existindo o seu manuscrito, nem fazendo o author alguma menção de o ter visto, como se ignora aliás se elle o fez imprimir por sua conta, ou se o vendeu, tudo que se póde discorrer sobre esta materia reduz-se a meras e vagas conjecturas, tanto mais que só muito mais tarde, depois da sua morte, Manuel de Faria soube e fallou das duas edições, sómente agora caracterisadas.»

Segue-se a indicação das variantes (pág. CXVII a CXX), em número de dezanove, exceptuando a do canto IV, estância 71, pois ambas as edições dão o verso de igual modo, e termina assim:

Dei á Academia as minhas razões para rejeitar estas lições várias da segunda edição, parecendo-me todas ellas prova evidente de que Luiz de Camões não fez estas mudanças, indignas d'elle, pela sua trivialidade, quando se não achem outras razões ainda mais ponderosas.

Por ultima escusa, o que posso segurar á academia, é que estudei com o maior desvelo e assiduidade os Lusiadas durante quatro annos, examinando todas as edições que pude ajuntar, procurando nas difficuldades a assistência e conselhos de litteratos de maior distinção, e sobre tudo do cavalheiro E. Q. Visconti, que me honrava com a sua amisade, e que approvou o meu trabalho, e o systema orthographico que tinha adoptado Conservo religiosamente estas suas cartas. (As duas academias quando perderam tão illustre sócio exprimiram a magua e sentimento desta perda nos termos seguintes: *L'Europe savante toute entière partagera nos regrets et répétant nos plaintes redira avec nous... quando ullum invenient parem.*)

Desejarei por honra do poeta e da nação, que outros façam mais e melhor, e empenharei mesmo os senhores relatores a darem essa collecção escolhida das poesias de Camões, onde podem estabelecer a orthographia com que de futuro devem ser impressas as obras d'este *insigne* poeta.

Rogo respeitosamente á academia de dignar-se conceder-me o favor de reunir esta apologia ao relatorio que intenta imprimir. Julgo não possa recusal-o ao que tem a honra de ser reverente seu consocio. *D. José Maria de Sousa*» (84).

O Morgado, homem de saber, persistente e sério, não se deu por vencido e continuou a reunir elementos, tendo conseguido, por exemplo,

(84) In Fr. da Silva-Brito Aranha, *Dic. Bibl.*, T. XIV, (7.º do Sup.), pp. 124-127.

mais exemplares da edição *princeps* (1572). E até pôde verificar que havia alguns com folhas misturadas, facto que só pela colação de numerosos exemplares poderá ser suficientemente comprovado.

Vejamos, porém, o que o Morgado de Mateus, no «Supplemento», que fez à edição de 1817, e apenas pôde adicionar em alguns dos exemplares não distribuídos, nos diz a este respeito:

«Depois de ter publicado a minha edição, a Bibliotheca Real de Paris fez (em Alemanha) a acquisição de hum exemplar de 1572, e com generosidade me foi facultado immediatamente. O meu prazer foi extremo, vendo que esta edição era diversa das que possuo, e em tudo conforme á da Bibliotheca de Lisboa.

(Notei porem que nella se achavam as fl. 75, 76, 77 e 78 entresachadas, e pertencentes á precedente edição.)

Passando com escrupulo a attenção a confrontal-as, posso hoje publicar pela primeira vez o resultado de hum trabalho, que fará distinguir exactamente as duas edições, conhecer as suas diversidades, e decidir a sua prioridade.

Declaro que a confrontação foi feita entre o meu exemplar e o da Bibliotheca de Paris. O meu, o da livraria do Sr. Antonio Ribeiro e o de Lord Holland (á excepção de quatro folhas entresachadas, são conformes, e de huma edição: os das Bibliotecas de Lisboa, a Real, e a dos PP. Benedictinos (segundo noticia) e a de Paris são, em conformidade, da outra edição. Para melhor clareza designarei aquelles com o nome de *primeira*, e estes com o de *segunda* edição.

Na primeira, a *Tarja* he hum tanto mais larga, e quasi nada menos alta que a da *segunda:* o Pelicano que tem em cima vê-se na *primeira* com o collo voltado á nossa direita, em quanto na *segunda* he voltado á esquerda: os filetes das columnas descem na primeira da direita para a esquerda, e *vice-versa* na segunda: os typos deste frontispicio são naquela maiores do que nesta.

Na *primeira* o Alvará conta 34 regras, com a data impressa em letra redonda, a vinte e quatro dias do mez de setembro. Na *segunda* tem 33 regras, e na 22 principia a mudar a partição, e acaba com a data assim a XXIIj de setempro. Naquella os caracteres italicos da censura são menores que nesta, e pelo contrario os da assignatura do Censor.

A paginação só no *recto;* o numero das oitavas, que em ambos não são numeradas, concorda assim como a justificação, em cada pagina

A maior diferença entre ellas consiste, 1.° na orthographia, 2.° nos erros typographicos, e 3.° finalmente em hum muito pequeno numero de palavras mudadas no texto: de tudo o que prosseguirei a dar exemplos e annotações.»

Inocêncio Francisco da Silva acrescenta:

«Não tem data a carta apologetica, de que deixei transcriptos os principaes trechos. Supponho, porém, que seria escripta no segundo semestre de 1818, visto a referencia que o morgado faz em supplemento á primeira nota da edição monumental, e ali está a data de Paris, junho de 1818.»

Segue-se a relação das diferenças tipográficas e das variantes, que encontrou nos dez cantos, e com o que ocupou seis páginas e meia (de 4,6 a 422), e conclue deste modo:

«Tendo mostrado pois todas as diversidades, que se encontram nas duas edições, importa agora recordar que nenhum author, até á obra posthuma de Manuel Faria. fez menção de terem sido feitas duas impressões do Poema em 1572; que este editor foi o primeiro que deo noticia dellas no § 27 da segunda vida, sem os caracterisar com exacção bibliographica; que depois delle ninguem mostrou te-las collacionado, nem houve quem publicasse as suas diversidades (pois as affirmações do Padre Thomás e do seu apologista são faltas de fundamento e de verdade); que ignoramos ainda hoje se Luis de Camões fez imprimir, ou vendeo o seu Ms., se corrigio elle mesmo as provas, ou se outrem foi encarregado deste trabalho. Naquella epoca os impressores não notavam as impressões e reimpressões feitas no mesmo anno, como primeiras e segundas edições. O titulo da primeira que se acha manuscripto em todas, por isso mesmo nada significa.

São passados dois seculos e meio, e depois de tão grande lapso de tempo, e de huma tal incuria, não me foi possivel fazer mais do que dar estas noticias positivas sobre as duas edições, depois de as ter confrontado cuidadosamente. Julgo porém, se não me engano, que estes conhecimentos, publicados agora pela primeira vez, servirão a distinguir perfeitamente as duas edições, e a assentar com a maior probabilidade, qual dellas deve chamar-se a primeira.

Manuel de Faria ainda que o não decidio explicitamente, com tudo na sua nota, Est. 21 do C. IX, onde marca alguns erros typographicos da edição que tinha (que chama alli, e em diversos logares *el original*) indica assaz que julgava aquella a *primeira*, e faz entender mais claramente no citado § 27 da segunda vida que considerava a outra edição, que despois vira, como a *segunda*. Esta opinião de um author, que vivia entre os annos de 1590 a 1649, fortifica as outras probabilidades, que o leitor intelligente poderá descobrir nas precedentes notas e indices, para concordar com ella e com a minha, como as designei de principio.

Se destas mesmas noticias não se pode concluir indubitavelmente que Luis de Camões vendeo o seu Ms. e privilegio a algum livreiro, como he natural suppôr, conhecida a sua indigencia, ao menos quem reparar na mudança de orthographia, e nas insignificantes, ou indiscretas correcções, que se encontram na segunda, e nos erros typographicos que deixou nella, poderá facilmente conjecturar que o mesmo Poeta, entregando para a primeira o seu manuscripto, não corrigio as suas provas, e sobretudo não teve parte nas mudanças orthographicas da segunda (pois não he provavel que elle quizesse patentear sua incerteza e ignorancia em orthographia), nem foi o que dictou as palavras mudadas na segunda edição.

Por todas estas razões confesso dar maior credito, e preferir o texto da primeira (que julgo impressa sobre o M. S. de Camões), ao da segunda feita talvez por conveniencia do livreiro; porém conhecidas hoje as suas levissimas, ou muito pequenas differenças, concluo que ambas ellas são as únicas, que se podem estimular e seguir como

orginaes, e sobretudo antepor a todas as outras, publicadas depois com os vicios atrevdos dos seus editores.

Paris, Junho de 1818» (35).

Trata-se de um depoimento comedido e calmo que, evitando toda e qualquer violência polémica, foi recebido, em Lisboa, em 15 de Junho de 1818. D. José Maria de Sousa Botelho, sem ignorar as referências elogiosas que lhe são feitas, frontalmente, não aceita as acusações que lhe fizeram no referido *Relatório da Commissão nomeada pela Academia Real das Sciências de Lisboa, para lhe dar conta da nova edição dos Lusíadas impressa em Paris no anno de 1817, por António Caetano do Amaral, Matheus Valente do Couto e Sebastião Francisco de Mendo Trigoso* (36).

Muito curioso é verificar-se que a defesa, calma e consciente, do Morgado não foi inútil, pois Sebastião Francisco de Mendo Trigoso sentiu a necessidade de continuar a investigar e reunir novos elementos para a solução cabal do problema como se depreende do seu *Exame Crítico das primeiras cinco edições d'Os Lusíadas,* publicado posteriormente, na *História e Memórias da Academia Real das Sciências de Lisboa* (vol. VIII, parte I, 1823, pp. 167-212), no fim do qual ele sentiu necessidade de apresentar uma «Tábua dos Principaes erros da primeira edição de 1572 que foram emendados em a segunda do mesmo anno». Quer dizer, Trigoso aceitou que o Morgado pudesse ter tido alguma razão para a sua escolha e, por isso, contactou as primeiras edições, após 1572, à procura de pistas comprovativas que pudessem dar-lhe razão. Efectivamente, falar de *primeira* edição (E/72-D) e de *segunda* (Ee/72-S), sem mais, não resolve coisa nenhuma; as dúvidas continuam a pairar teimosas, então como hoje, e no decorrer do longo período que vai do primeiro quartel do século XIX até, praticamente, aos nossos dias.

Por outras palavras, o problema das *variantes,* que tanto trabalho, despesas e preocupações deu a D. José Maria de Sousa Botelho, continuou, na prática, insolúvel ou por solucionar. Isto é, Sebastião Francisco de Mendo Trigoso (1773-1821) não conseguiu resolver o problema. Continuaram possíveis perguntas, aparentemente simplistas: Qual é a primeira? Qual é a segunda? Qual é a melhor? Qual foi revista por Camões?

---

(35) Inocêncio Francisco da Silva-Brito Aranha, *Dicc. Bibl.,* Lisboa, 1887, Tomo XIV, pp. 116-117.

(36) Cf. *Hist. e Mem. da Acad. R. das Sc. de* Lisboa, vol. V, parte II, 1818, pp. XC-gCIX.

No fundo, a grande verdade é que a crítica textual de «Os Lusíadas» ainda não encontrou solução, pois continuam, no ar, dúvidas muito pertinentes: gralhas, erratas, correcções e problemas ortográficos, que são assuntos a encarar.

A terminar, anotemos que Trigoso, como o Morgado de Mateus, foi aluno do Colégio dos Nobres; formou-se em Filosofia na Universidade de Coimbra (1792) e, durante a guerra Peninsular, foi Tenente Coronel do Regimento dos Voluntários Reais de Milícias a Cavalo.

Terminada a guerra, foi nomeado Censor Real da Mesa do Desembargo do Paço, tendo sido eleito sócio da Academia das Ciências, da qual viria a ser Secretário.

Em 1821, foi nomeado representante de Portugal em Inglaterra, onde substituiu o filho do Morgado de Mateus, o qual decidiu abandonar a carreira diplomática para ir viver no Solar de Mateus (1822).

Acrescentemos que, como actividade cultural, fez uma tradução do *Hipólito* de Séneca e outra da *Fedro* de Racine.

Nasceu em Lisboa a 18 de Maio de 1773 e faleceu a 18 de Maio de 1821. Era filho de Francisco Mendo Trigoso e de Antónia Joaquina Teresa de Sousa Morato (37).

Entretanto, a opinião de Sebastião Francisco de Mendo Trigoso, teve enorme ressonância em Paris no ambiente familiar do Morgado de Mateus como se depreende, claramente, dos documentos publicados, ou reunidos, por Brito Aranha. Vejamos ao menos o seguinte:

RELATÓRIO DE SEB. FR. DE MENDO TRIGOSO

A noticia de que o Morgado de Matteus, residente em Paris, estava fazendo uma edição luxuosa dos *Lusíadas,* causára em Lisboa a mais agradável sensação, porque se julgava antecipadamente um sucesso litterario da maior importancia. Assim quando a academia real das sciencias recebeu o exemplar que lhe destinou o nobre editor, tratou logo de eleger uma commissão de tres conspicuos membros effectivos, Antonio Caetano do Amaral, da classe de litteratura, Matteus Valente do Couto, da classe de sciencias exactas, e Sebastião Francisco de Mendo Trigoso, da classa de sciencias naturaes,, todos então directores das respectivas classes e o ultimo vice-secretario da academia, para dar parecer acerca d'esta edição.

(37) Cf. M. M. da Costa e Sá, *Elogio Histórico na Academia das Ciências* em 24 de Julho de 1822 — in *Memórias da Acad.,* vol. IX, p. LXII e segs.

A commissão não quiz demorar o seu trabalho, e em breve tempo foi apresentado á academia, lido e mandado imprimir.

Como deve haver superior interesse em ajuntar uma parte valiosa d'este parecer, ou relatório, sempre que se escreva da edição do Morgado de Matteus, deixarei aqui os seguintes paragraphos:

«Não é necessario um profundo exame d'esta obra para se conhecer que toda a perfeição e luxo modernamente introduzido na typographia; tudo quanto as artes do desenho e da gravura podem produzir com mais graça e elegancia; tudo em fim quanto se deve esperar da exactidão e perspicacia de um editor sabio e zeloso pela gloria nacional: tudo se poz em uso para levantar um monumento digno de Camões, digno da patria que este illustre poeta tanto engrandeceu, e digno d'aquelle que tomou a seu cargo esta nobre empreza.

Estas qualidades, que saltam aos olhos, tornam-se ainda mais sensiveis á proporção que o trabalho do sr. D. José Maria se examina com mais miudeza; vê-se então que se os melhores artistas se esmeraram em preencher os seus desejos, a tarefa que elle reservou para si é a mais importante, e a que mais merece o nosso reconhecimento, por nos dar em fim os *Lusiadas* taes como seu auctor os escreveu, limpos dos erros, e alterações com que a ignorancia e a malicia os tinham até aqui manchado, quasi todas as vezes que de novo se davam ao prélo.

Tendo pois de dar conta á academia dos dotes (se nos é licito explicar assim) externos e internos d'esta edição, nós faremos isto mui levemente em quanto aos primeiros; não só porque já elles estão examinados, e devidamente elogiados por pennas mais habeis do que a nossa, mas porque a academia teve logo occasião de lhe dar o merecido louvor na mesma sessão em que a obra lhe foi apresentada: seremos porém mais extensos no que respeita aos segundos, por isso mesmo que requerem um exame mais prolixo e circunstanciado.

O poema dos *Lusiadas* impresso em Paris no anno proximo passado na officina de Firmin Didot, é em 4.° atlantico, e occupa com as notas 413 pag. além da dedicatória a sua magestade, que não é numerada, e de uma advertência, que juntamente com a vida do poeta enchem 130. O papel é o velino mais bello e mais igual, os typos fundidos de proposito são os mais nitidos e perfeitos que se podem ver, e mostram que n'este ponto, e genero de impressão tem a arte chegado ao maior auge a que podia aspirar: a tinta é de uma optima côr: a tiragem tanto das folhas, como das estampas é a mais limpa possivel: n'uma palavra esta edição iguala nestes differentes artigos ás que se tem feito de maior luxo, e ainda mesmo excede a maior parte d'ellas.

As estampas que a acompanham, posto que não tenham todas o mesmo grau de perfeição, são executadas em geral sobre um desenho, e por um buril que faz honra aos mestres que as desempenharam, e ao grande pintor mr. Gérard, que as dirigiu. O busto de Camões, que se póde olhar como uma obra prima d'este celebre e illustre artista, é cheio de expressão e de vida, e dá bem a conhecer a grande alma do poeta; não é só no semblante que elle está vivo, é também no resto do corpo, e o seu braço direito sobre tudo chega a illudir os sentidos, e parece animado. Os ornatos d'esta estampa, de uma extraordinaria riqueza, e que contrastam com a nobre simplicidade das outras, são como um tributo pago ao gosto do seculo; e ainda que variados, e

optimamente desempenhados, não distrahem a attenção do objecto principal. A este retrato segue-se outro de vulto inteiro, em que o mesmo Camões apparece na gruta de Macau em um momento de extasi e de contemplação, animado pelo estro, e trasbordando-lhe no semblante o divino fogo da poesia. As outras estampas em numero de dez correspondem aos dez cantos da epopeia, e apresentam os passos mais notaveis de cada um d'elles.

.....

Muitos escriptores nacionaes e estrangeiros têem escripto a vida de Luiz de Camões: Manuel de Faria e Sousa fê-lo duas vezes, emendando na segunda os erros em que tinha caído na primeira; mas assim mesmo deixou passar assercões pouco exactas, e algumas d'ellas até offendivas da dignidade do poeta, ou isto fosse procedido da pouca critica, ou do seu caracter adulador: o sr. D. José Maria tem cuidado de rectificar e destruir estas accusações arbitrarias, e de pintar os inimigos de Camões com as cores que elles merecem: na falta de outros documentos elle comprova a maior parte dos factos que refere com passos das obras do poeta: mas o que sobre tudo torna esta peça recomendável é a sensibilidade com que é escripta: assim os malogrados amores de Camões com D. Catharina de Athaide; o seu desterro e partida para a India, deixando na patria tudo quanto lhe era caro; a grandeza d'alma com que soffreu as vexações do governador Francisco Barreto; a baldada protecção que encontrou no seu sucessor D. Constantino de Bragança; o sordido interesse de outro Barreto, de que foi victima por alguns tempos; em fim a sua chegada a Lisboa e o resto de uma vida combatida pelo desamparo e miseria; todos estes acontecimentos são referidos com um estylo tão natural e energico, que é impossivel a quem os lê não se comover, sobre tudo comparando as circunstâncias lamentáveis do poeta em quanto vivo, com o seu illustre merecimento, e a magnificencia com que agora é honrado pela primeira vez depois da sua morte.

Não se podendo conhecer bem a vida de um homem de lettras, sem tambem se conhecerem as obras que elle escreveu, julgou o sr. D. José Maria de Sousa dever ajuntar á biographia de Camões uma noticia de todas as que nos restam da sua penna. Principiando pois pelos *Lusiadas* analysa este poema segundo as regras geraes da arte, que são sempre as mesmas, e as particulares, que variam com o tempo e modo de pensar dos homens. Não é este o lugar para discutir o merecimento de Camões, nem para tecer o seu elogio; e por isso não seguiremos o nosso consocio no judicioso exame que faz daquella epopéa, já expondo o plano com que foi delineada, já dando a razão do maravilhoso allegorico que lhe serve de ornato, já mostrando a injustiça com que tem sido ás vezes censurada, já fazendo uma enumeração rapida, mas exacta, das suas bellezas, que só uma depravação total de gosto poderá desconhecer.

O exame das outras poesias não é tão circunstanciado: sendo impressas posthumas, não soffreram ellas menos do que os *Lusiadas* pela ignorancia dos editores; e necessitam talvez mais de uma mão habil, que as expurgue dos erros, e separe as que são de Camões de outras que o não são, e que em differentes epocas gratuitamente se lhe tem attribuido. Quanto seria para desejar que quem tão dignamente executou este trabalho, lhe quizesse dar o ultimo complemento, pondo assim o remate na coroa litteraria, com que ha de ser distinguido na posteridade!

Na advertencia preliminar e nas notas que lhe dizem respeito, e vem no fim dos *Lusiadas*, mostra e caracterisa o sr. D. José Maria de Sousa o texto que seguiu

na sua edição, e dá os motivos que teve para assim o fazer: estes motivos ainda que da maior ponderação, não forão até agora attendidos de nenhum outro editor, e por isso mesmo devem ser patenteados á academia, para ella poder avaliar devidamente o seu merecimento.

É fóra de duvida que obtendo Camões em setembro de 1571 o privilegio para elle só imprimir o seu poema, saiu á luz em o anno seguinte, no qual foi impresso duas vezes; como porém no frontispicio, nem em parte alguma se declarasse nada a este respeito, não sómente se ficou ignorando qual era a edição mais antiga, mais até grande parte dos nossos bibliographos persistiram na intelligencia de que realmente não tinha havido senão uma naquelle anno. Desde então até 1579 em que o poeta falleceu, não tornou, que se saiba, a imprimir-se este poema, nem nunca constou onde tinha ido parar o seu autographo.

Em circunstâncias taes é evidente serem estas as unicas edições auctorisadas: por uma parte foram ellas feitas em vida do auctor, assistindo elle em Lisboa, e com o seu consentimento, visto o privilegio que se lhe tinha dado, e isto basta para nos provar a sua authenticidade; por outra parte os editores que depois vieram, não tendo outros originaes em que se fundassem para as suas emendas, fizeram-as arbitrariamente; e por conseguinte devem ser desprezadas por quem se propuzer a dar uma edição genuina.

Por mais natural que seja este raciocinio, foi elle desprezado por todos os que precederam (como ja dissemos) ao sr. Morgado de Matteus na mesma empreza. Logo em 1584 se principiou a corromper e alterar por um modo de que ha poucos exemplos, o texto de Camões. Os editores que depois vieram, pela maior parte ou ignorantes ou supersticiosos, seguiram esta mesma estrada; o cantor dos *Lusiadas* cessou de fallar a sua divina linguagem e tomou outra menos energica, servil e totalmente impropria.

Manuel de Faria e Sousa atalhou em parte esta desordem, procurou, e não lhe foi difficil encontrar, uma das edições originaes (a mesma de que agora se serviu o sr. D. José Maria de Sousa); e não sabendo ainda naquelle tempo que houvesse outra do mesmo anno, contentou-se com seguir a primeira: mas como a seguiu elle? Alterando-a e emendando-a em todos os lugares, que o seu pouco discernimento lhe fez parecer viciados: assim tirou grande parte dos erros que havia, para substituir-lhes em menor numero outros novos, e privativamente seus: os grandes creditos de que este escriptor gosou por muito tempo, foram causa de que os que vieram depois jurassem todos nas suas palavras.

Partindo o nosso consocio de principios totalmente differentes, sabendo que existiam duas edições ambas datadas de 1572, apezar de assistir em Paris, aonde estes soccorros são muito mais difficultosos de alcançar do que o teriam sido em Lisboa, procurou elle obte-las ambas para as comparar, e ver se entre uma e outra havia alguma diversidade; não lhe foi porém possivel conseguir o seu intento, pois que dois exemplares que obteve foram achados identicos.

Destes mesmos tirou todo o partido possivel. Caracterisou a edição que lhe devia servir de original; emendou-a de muitos erros typographicos com que estava manchada; fez tirar um *fac simile* do frontispicio, e copias de alguns passos, que remetteu aos seus amigos em Lisboa, a fim de serem comparados com a edição da real bibliotheca publica, para se notarem as diferenças, se acaso algumas se encontrassem.

Satisfeitos em parte os seus desejos, conheceu que as duas edições, ainda que parecidas, se podiam facilmente distinguir, pois só nas primeiras vinte e quatro oitavas do primeiro canto se notaram uma quantidade grande de variantes. mas excepto uma insignificante, todas as outras versavam sobre a orthographia; e como havia probabilidade que no resto da obra succedesse o mesmo, elle não podesse alcançar uma confrontação mais extensa, apezar das suas repetidas instancias deliberou-se, a não demorar mais a impressão, certo de que o texto, que elle publicara era o mesmo que o grande Camões tinha escripto, limpo das alterações e emendas, que depois se lhe introduziram.

Ainda que aquelle argumento pareça convincente, devemos confessar, que contra a expectação do sr. Morgado de Matteus, e até mesmo contra a nossa achámos bastantes mudanças n'esta outra edição de 1572; é certo que a maior parte dellas podem desprezar-se pelo pouco que influem no sentido, ou na cadencia dos versos; e que outras sendo emendas a erros manifestos de impressão ,foram já adoptadas, e com toda a razão pelo novo editor; mas ainda assim restam a nosso ver alguns lugares, em que esta edição (que se póde reputar segunda) deveria ser preferida á primeira, e tanto mais que não havendo motivo solido para pensar que Camões não assistio áquella com o mesmo esmero, com que assistiu a esta, alguns versos se acham visivelmente melhorados, mais cadentes e com melhor sentido.

Por este motivo e por pensarmos que estas variantes são da mesma penna do poeta, sendo muto vulgar n'uma reimpressão, que se faz em vida do auctor, retocar este alguns lugares que mais lhe desagradam, julgámos conveniente ajuntar no fim deste relatorio as variantes que pareceram mais essenciaes: assim completámos o trabalho que tanto desejou concluir o sr. D. José Maria de Sousa, e que não poderá deixar de ser agradavel tanto a elle, como a esta academia.

Em quanto ao mais, a edição que temos analysado, e que como vimos é impressa sobre o que se reputa primeiro original de 1572, é bastantemente correcta, e expurgada dos multiplicados erros que nelle a desfiguravam: só quem tem publicado obras pelo prélo conhece quanto isto é difícil de conseguir, e muito principalmente quando a lingua em que se escreve é estrangeira para os compositores e impressores; assim os insignificantes descuidos que se encontram n'esta não serão taxados por aquelles leitores, que conhecerem que é moralmente impossivel fazer melhor em circunstancias similhantes.»

O relatorio da academia real das sciencias, cuja parte principal transcrevi acima, foi publicado nas *Memorias* da mesma corporação scientifica, tomo V, parte II, de pag. XC a XCIX, e depois teve uma tiragem em separado, sendo limitadissimo o numero de exemplares, sob o titulo:

Relatorio da commissão nomeada pela academia real das sciencias de Lisboa para dar conta da nova edição dos Lusiadas impressa em Paris no anno de 1817. 4º de 14 pag.

Este relatório, datado de 12 de abril de 1818, saiu á luz, como se vê,

antes do supplemento, que o Morgado teve occasião de escrever depois, e mandou acrescentar a alguns exemplares da sua monumental edição (38).

2) — *Francisco Solano Constâncio* (1819)

Um outro crítico da edição do Morgado de Mateus foi Francisco Solano Constância (1772-1846) que publicou, em Paris, nos *Annaes das Sciencias das Artes e das Lettras,* dois artigos, criticando a edição de D. José Maria de Sousa Botelho Mourão (39). Foi uma longa prosa que não emocionou o Morgado de Mateus, pois ele não ligava, aos *senhores* dos «Annaes», qualquer importância. Por isso, não respondeu, como nos expõe, com clareza, Anne Gallut.

«J'ai répondu au Corps Académique parce que je lui devais cette marque de respect, et aussi parce que, bien qu'ils m'aient critiqué à la légère et d'une façon gratuite, ses Rapporteurs l'on fait avec la politesse que l'on se doit entre gens de qualité. Je ne réponds pas à ces Messieurs des *Annaes* parce que je ne reconnais pas un semblable Tribunal, et parce que je dois mépriser une opinion dénuée de savoir, absurde, énoncée avec une arrogance extrême» (40).

Foi, precisamente, neste contexto, dado o silêncio, feito de desprezo do Morgado de Mateus, que uma roda de amigos seus (Domigos de Sousa Coutinho, Duque de Palmela e outros) aconselharam a que se procurasse alguém, capaz de responder aos *Annaes*. Para tal, foi escolhido Bento Luiz Viana (1819).

Francisco Solano Constâncio (1772-1846), que fôra obrigado a sair de Portugal em 1808 devido às suas ideias francófilas, tendo viajado por toda a Europa estudou medicina em Edimburgo.

Em 1821, foi nomeado Encarregado de Negócios de Portugal em Londres e, no ano seguinte, exerceu igual lugar em Washington.

Em 1837, foi eleito Deputado às Côrtes Constituintes.

Durante o tempo em que esteve exilado em França, ganhou a sua vida a escrever sobre medicina e gramática; escreveu, também, vários

(38) In Fr. da Silva-Brito Aranha, *Dicc. Bibl.,* Lisboa, 1887, T. XIV, pp. 121-123.
(39) Paris, 1819, tomo IV, pp. 3-37 e tomo V, pp. 47-102.
(40) *Op. cit.,* pp. 141-154.

artigos nos *Annaes das Sciências, das Artes e das Letras*. Passou o seu tempo a fazer um dicionário de português-francês, outro para os franceses e brasileiros e ainda um dicionário crítico e etimológico (1836), com o qual pretendeu ombrear com o de Moraes.

Em 1819, fez uma edição de *Os Lusíadas* conforme à do Morgado de Mateus, apesar de o ter criticado. Era filho de Manuel Constâncio, Professor de Anatomia, e casou, em França, com Maria Júlia Bautre. Morreu em 21-12-1846 (42).

Foram colaboradores dos *Annaes das Sciências, das Artes e das Lettras,* o coronel Cândido José Xavier, Timóteo Lécussan Verdier e José Agostinho de Macedo.

Expôs a posição de D. José Maria Botelho, Morgado de Mateus, Brito Aranha, continuador do *Diccionário Bibliographico* de Innocêncio Francisco da Silva. Pois, a fim de facilitar o acesso aos textos por ele reunidos, aqui os deixamos para utilidade de todos:

A OPINIÃO DE FRANCISCO SOLANO CONSTANCIO

No anno seguinte, abril de 1819, appareceu na parte primeira *Resenha analytica* do tomo IV dos mesmos *Annaes das sciencias, das artes e das letras,* um extenso artigo critico a proposito da nova edição dos *Lusiadas,* em 8.º, segundo constou dirigida e ampliada nas notas pelo Morgado de Matteus, posto que alguns attribuissem essa direcção a Verdier. Corre de pag. 3 a 37, e tem as iniciaes F. S. C., que são de Francisco Solano Constancio.

O fim principal do auctor foi analysar a nova edição que vira a luz em Paris e que o Morgado «offerecia ao publico revista, correcta e até acrescentada, nitida mas de preço accessivel», porém, antes de entrar na critica, que prometteu ser desenvolvida (e é com effeito) Constancio louva D. José Maria de Sousa pelo seu nobre emprehendimento, reconhecendo e apontando os erros da sua edição grande; confessa, todavia, que ella é *mui superior em merecimento litterario, assim como sem contradicção o é em luxo e correcção typographica, a quantas téem apparecido.* E escreve mais:

«Muito bem merece da patria o cidadão que, zeloso da gloria nacional, e indignado da injustiça dos antepassados, procura de algum modo apagar a macula indelevel da ingratidão com o que os maiores tantas vezes acolheram o genio o mais sublime, o talento o mais prestante. Poucas nações foram mais ingratas que a nossa, para com os varões illustres que a serviram, honraram, e até ingrata a amaram; e entre todos elles nenhum foi tão maltratado dos seus compatriotas como Luiz de Camões. Triste condição humana!...

(42) Cf. Anne Gallut, *Le Morgado de Mateus Éditeur des Lusiades,* Paris, 1970, p. 173, nota 85; *Dicc. Bibl. de Inocêncio,* tomo III, pp. 65-67; Visc. de Juromenha, *Obras de Luís de Camões,* Lisboa, 1860, Tomo I, pp. 390-391.

...Taes monumentos, posto que de nada sirvam aos mortos, podem talvez aproveitar aos vivos, e envergonhando as nações da ingratidão dos maiores, as ensinam a não commetter para com os contemporaneos o que tão asperamente censuram nos antepassados. Se d'elles não trasluz esta lição, então nada mais são que vãos padrões de vaidade com que debalde procuram os seus auctores palliar o menoscabo que fazem do merito desvalido dos vivos, affectando tanto maior veneração para o engenho dos mortos.

Não faltam por certo exemplos de insignes varões portuguezes ainda existentes ou ha poucos annos fallecidos, que viveram vida pobre e angustiada: talvez que a alguns d'estes nas idades futuras se erijam ainda mausoleus, quando em vida se lhes recusou até o que por direito lhes pertencia!

Desculpe-me o editor de Camões estas dolorosas e patrioticas reflexões, que nem eu lhe applico, nem lhe são de maneira alguma alicáveis. O sr. D. J. M. de Souza é tão conhecido pela nobreza de sentimentos, como pelo seu profundo saber; é do pequeno numero d'aquelles homens, de quem se póde afoutamente affirmar que, se fôra coevo de Camões, nunca a nossa nação carecêra de quem seculos depois expiasse a culpa dos portuguezes contemporaneos d'aquelle egregio vate. Além da rica e explendida edição dos Lusiadas, ornada de primorosas estampas, debuxadas e abertas por insignes pintores e gravadores de Paris, creio que ao sr. D. J. M. de Souza se deve tambem a primeira idéa do monumento sepulchral que se projecta erigir em Lisboa em memória de Camões no mosteiro de Belem.

Só um prazer me fica, e é que, em tão sumptuosa e magnifica obra destinada pelo seu editor a ser dada de mimos ás universidades e principaes bibliothecas, não só de Portugal mas de toda a Europa, e a ser offerecida ás pessoas da mais alta consideração, com o intuito de perpetuar e ampliar a gloria da nossa patria, não haja, alem do texto do poeta e do trabalho litterario do editor, uma só cousa que portugueza seja. Ora sem menosprezar os artistas que contribuiram a aformosear a obra, creio que tanto nacionaes como estrangeiros teriam visto com satisfação, que na patria de Camões ainda hoje não estavam inteiramente extinctas as artes Creio, pelo menos, que um ou dois debuxos do sr. Sequeira, e de alguns dos artistas seus collegas, bem poderiam ter figurado a par dos desenhos que adornam aquella bella edição.»

D'ahi em diante, Constancio expõe o plano do Morgado de Matteus na direcção da sua obra em honra de Camões, e, como se diria em phrase moderna, analysa os seus processos, e nota as contradições e os erros em que, segundo o seu modo de ver, incorreu o illustre editor, comparando algumas afirmativas e passagens da edição monumental com a seguinte edição em 8.°.

No tomo V dos *Annaes* citados, de págs. 47 a 102, Constancio publica o segundo artigo d'elle acerca dos *Lusiadas*. Não é menos interessante que o primeiro, e também o julgo digno de menção especial. N'elle declara que, tendo examinado a nova edição dos *Lusiadas* pelo que respeitava á pureza do texto e escolha das lições, agora passava a considerar o systema de orthographia que o editor adoptára emquanto ao poema de Camões; posto

não fosse intenção sua discutir a fundo a questão da orthographia portugueza.

Eis alguns dos argumentos de Constâncio (pág. 49):

«A (orthographia) de Camões, apesar das suas anomalias, pouco differe da actual; não havendo talvez um unico som usado n'aquella epoca que não se encontre no dia de hoje na capital ou nas provincias, nas classes instruidas ou na plebe.

Parece pois, á primeira vista, natural a mui simples reimprimir Camões com a sua orthographia, como tem feito todas as nações a respeito dos seus classicos antigos. Em geral todos os editores se tem esmerado em conservar a orthographia dos auctores tanto em razão da pronuncia antiga como por não desfigurarem estes monumentos das modificações que cada lingua tem soffrido sucessivamente. E com efeito mudar a orthographia de um poeta antigo e por conseguinte alterar a maneira com que elle recitava os seus versos, e transformar-lhe a harmonia, o rhytmo, e tanto monta a meu ver, como se um habitante da Galliza imprimisse Lopes de Vega com orthographia gallega.

Porém isto que eu proponho, e de que poderia citar exemplos patrios e estranhos, não concorda com a opinião do sr. D. J. M. de Souza nem tambem com a do maior numero dos editores modernos de Camões...»

Pag. 58:

«A meu ver, importa pois muito conservar em uma edição clasica de Camões a orthographia que lhe é propria, como se tem praticado com as nossas antigas ordenações, como se acaba de fazer com as cartas de Jeronymo Osorio, e como fazemos com o manuscrito de Fernão de Oliveira. As obras dos antigos classicos não só se recomendam pelo merecimento intrinseco mas são tambem monumentos da lingua que servem a marcar as suas epocas de infancia, de auge e de decadencia, e a origem d'onde procede a maior ou menor bastardia, que de outros idiomas lhe foi enxertada. Se o systema do sr. D. J. M. de Souza tivesse prevalecido ha meio seculo, não teria a mocidade de nossos dias lido nos classicos antigos, *pera, pero, alimal,* nem teria sabido que os antigos escreveram, *jaa, daa, mercee, feo, reinha, ho, bõo, escuitar;* e d'aqui resultaria, que não reconheceria a lingua que fallariam os antepassados na epoca aurea das letras em Portugal, que tão pouco durou e que foi seguida por uma tão prolongada e deploravel decadencia.»

Pag. 60 para 61:

«...Não obstante tudo o que acabo de expor, affouto-me a affirmar que a lingua portugueza, qual hoje vulgarmente se escreve e falla, sendo mui inferior em valentia á dos nossos antepassados, apenas lhe leva vantagem em orthographia ou em pronuncia. Os vicios d'esta são innumeraveis na capital, até entre as pessoas as mais cultas; não faltam nas provincias, e no Brazil não tem conto. Em orthographia não é menor a confusão, e cada dia vae crescendo por tal maneira que creio poder sustentar que não era maior em vida de Camões, nem nos tempos immediatos. Quem deitar os olhos sobre as edições de P. Crasbeeck, que foi o melhor impressor d'aquelles tempos, em Portugal, verá que ha menos discrepancia na sua orthographia do que se crê, e que o modo de escrever, então mais geralmente em uso tanto pelo que toca a letras como a accentos, não era mais incoherente que o de muitos escriptores hoje em dia.

Por todas estas razões concluo que devem os classicos antigos, especialmente

os poetas, e d'elles mais que todos Camões, reimprimir-se com a sua propria orthographia, emendando n'ella só o que manifesta e incontestavelmente for erro typographico.»

Na pag. 90 para 91:

«A vida que o sr. D. J. M. de Souza nos dá do nosso maior poeta, é muito interessante, se bem que mui poucos factos novos ajunte aos já conhecidos, pela falta quasi total de documentos relativos a Camões. O sabio editor se valeu do pouco que nos transmitiram os contemporaneos do poeta, Diogo de Couto e Manuel Correia, e do mais que Pedro de Mariz, Manuel Severim de Faria e Manuel de Faria e Souza trinta ou quarenta annos depois nos deram por averiguado, como mui bem diz o editor. Pela critica, porém, com que aproveitou estes mesmos materiaes, aclarou alguns pontos importantes da vida do poeta.

«O que faz esta vida verdadeiramente digna de elogio, é a patriotica, honrada e energica indignação com que o illustre e sabio editor invectiva alguns contemporaneos de Camões, indignos do nome portuguez e das honras e titulos que a vós benemeritos lhes haviam grangeado, e que não só desdenharam as sublimes producções do vate egregio, mas que até insensiveis ao seu exaltado patriotismo, singular esforço, e ao sangue em tantos combates derramado pela patria, o maltrataram e perseguiram enquanto vivo...»

Na pag. 98:

«Pelo que toca a correcção typographica, já disse que esta edição é a mais bem impressa e a mais correcta que até ao dia de hoje se tem feito dos Lusiadas; tem comtudo, alem das contradicções em orthographia já apontadas, e outras imperfeições systematicas, erros typographicos indisputaveis, dos quaes, tenho já marcado perto de 70, que communicarei a M. F. Didot para que, na edição estereotypada que projecta imprimir, os faça desapparecer.

Em summa, merece grande louvor o sr. D. J. M. de Souza pelo seu patriotico trabalho, o qual será grande utilidade aos futuros editores dos Lusiadas, ainda que não haja delle resultado uma edição tão classica emquanto ao texto e á orthographia, como era de esperar de editor tão douto, tão laborioso e que se não forrou nem a despreza, nem a trabalho para erigir um digno monumento do vate nacional que ele tanto admira e que tanto merece ser admirado» (43).

3) — *Bento Luiz Viana* (1819).

A pedido de vários amigos do Morgado, respondeu ao médico Francisco Solano Constâncio com um estudo intitulado «Breve resposta à crítica da nova edição dos Lusíadas, publicada em 8.° neste anno por Firmino Didot e conforme em tudo há que em 4.° deo à luz em 1817 o Ill.mo e Ex.mo Snr. D. J. M. de Sousa Botelho, a qual crítica appareceo no IV volume dos *Annaes das Artes, das Sciências e das Letras* publicado em Paris» (Paris, Officina de P. M. Rougeron, 1819), Bento Luís Viana, natural da

(43) In Fr. da Silva-Brito Aranha, 1887, T. XIV, pp. 130-132.

Ilha de S. Miguel, nos Açores, que se formou em medicina e foi amigo íntimo de Filinto Elísio. Morreu em 1822 ou 1823 (44).

A edição em causa, que o Morgado de Mateus contestou, é a seguinte, segundo a discrição de Brito Aranha (45).

Os Lusiadas, poema epico de Luis de Camões. Nova edição correcta, e dada á luz, conforme á de 1817, in-4.°, Por Dom José Maria de Souza Botelho, Morgado de Matteus, Socio da Academia Real das Sciencias de Lisboa. Paris, na officina typographica de Firmino Didot, impressor do rei, e do instituto. MDCCCXIX. 8.° gr. de VII-CX-420 pag. Com o retrato de Camões, gravado em aço. É copia do que foi originalmente feito pelo pintor Gérard para a edição grande, conhecendo-se apenas, com attenta confrontação, algumas pequenas differenças nos traços, porque este é obra só do gravador Roger, e o outro é desenhado e gravado pelo proprio Gérard com retoques de Toschi, como já indiquei.

Tem aviso ao leitor (pag. V e VI,; dedicatoria a el-rei (pag. VII e VIII innumeradas), advertencia (pag. I a XLV); e vida de Luiz de Camões (pag. XLVII a XC). Seguem-se os Lusíadas (pag. 1 a 375); notas de advertencia (pag. 377 a 404); e notas da vida de Camões (pag. 405 a 420).

No aviso preliminar ao leitor, Didot declara que pediu e alcançou licença do Morgado de Mateus para fazer em 8.° uma reimpressão fiel da edição grande, e acrescenta:

«... julguei fazer um serviço agradavel á nação portugueza, e á sua litteratura, se, alcançando licença do dito Senhor, reimprimisse em 8.°, e copiasse fielmente o texto do poema, com a advertência, a vida do poeta, as notas e os mais trabalhos litterarios que o Senhor Sousa tem feito a esta epopéa. O nobre e sabio editor não sómente me concedeo a faculdade por mim pedida; mas quiz tambem que ao seu precedente trabalho juntasse eu, n'esta edição, o que novamente fez este anno, depois de conferidas por elle as duas primeiras e originaes edições de 1572, cujas variantes ficam sendo mais distinctamnte conhecidas; bem como a certeza da primazia, entre uma e outra, pôde ser agora mais exactamente determinada; reduzindo outro sim com a maior evidencia, a superioridade de ambas sobre todas as que depois d'ellas se tem, em diversas epocas, publicado até os nossos dias. Para dar maior realce á minha empreza, permittiu-me finalmente o mesmo Senhor de brindar o publico com a copia do retrato de Camões: assim os que amam Camões, e que se deleitam de litteratura potugueza, encontrarão n'esta minha edição o mais correcto texto, e a mais ampla prova do desvelo e coriosidade com que o incansavel editor se esmerou em dar ao poema dos Lusiadas todo o esplendor que lhe é devido; honrando por este modo, e quanto lhe foi possivel, o glorioso nome de seu auctor, pois até quiz ajudar-me a rever e corrigir as provas typographicas d'este livro, em que puzemos ambos o maior cuidado com o fim de obtermos que a sua publicação in-8.°... possa (na falta da edição grande, supprir pela correcção e nitidez do seu texto as outras duas, hoje tão raras, de 1572...»

(44) Cf. José Torres, *Estudo biographico-critico sobre Bento Luís Viana*, in — *Archivo Pittoresco*, 1860?

(45) *Dic. Bibl.*, XIV, p. 137.

Em resposta ao que Francisco Solano Constancio escrevêra nos *Annaes*, o amigo do Morgado de Matteus, *Bento Luiz Vianna*, lançou á publicidade a sua *Breve resposta á critica da nova edição dos LUSIADAS publicada em 8.° n'este anno, por Firmino Didot*, etc. Paris, na officina de P. N. Rougeron, 1819, 8.° de 36 pag. — Tem no fim a data de 26 de junho de 1819 e no P. S. a de 12 de julho do mesmo anno.

Em primeiro logar, defende o editor da monumental obra do proposito, que lhe atribuira, de que a edição em 8.°, então posta á venda, serviria de certo modo para compensar as despesas da primeira, e assim se esbulharia o Morgado de Matteus «da gloria, que lhe proviera de levantar á nação portugueza tão perduravel monumento». E prosegue (de pag 2 a 5):

Desde a sua mocidade, o senhor D. J. M. amante e enthusiasta de Camões, lastima tão grande homem, que raro em virtude e merecimento, só dos seus contemporaneos obteve despresos, ingratidões, injustiças, crueldades, exilios, todas as desgraças emfim, todos os tormentos, com os quaes luttando paciente o varão virtuoso, offerece aos Deozes o digno espectaculo que os contenta. Mas no meio d'essas pezarosas reflexões, o apaixonado do Luso Homero, projectou pagar-lhe o tributo da sua admiração e reconhecimento, offertando aos seus compatriotas, e mesmo aos diversos monarchas, e livrarias estrangeiras, o texto do seu magnifico poema, magnificamente impresso. Por varias occupações a que longo tempo se entregou no serviço do Soberano, só na sua vida retirada poude o Senhor D. J. M. realisar os seus bons desejos: e como reside em Pariz, escolheo esta capital, onde tanto florescem as artes, afim de que se dessem as mãos a sublimidade do poema, a belleza typographica, a perfeição do desenho, a delicadeza do buril. Mas o deparar-lhe a ventura um Firmino Didot, um Gérard, artistas tão habeis, tão distinctamente conhecidos, dá azo ao critico de blazonar de patriotico, desejando que *pelo menos um ou dous desenhos do Senhor Sequeira adornassem aquella bella edição*. Longe de nós desconhecer o merito do Senhor Sequeira; mas estando o nobre editor em Pariz n'um tempo, em que a guerra tantos paizes assolava, havia grandes meios de obter de Lisboa esses desenhos? E dado que os houvesse, onde iria parar a unidade de concepção, a identidade de estilo, absolutamente necessarias nas artes de bom gosto? A Academia Real das Sciencias de Lisboa não foi tão patriotica no seu relatório: não se lembrou de que não poderia reinar uma grande harmonia, a unidade, entre desenhos executados, uns em Pariz, outros em Lisboa, e outros talvez no Pará, ou na China. Quanto mais que o affago, o excessivo desvello com que o Senhor D. J. M. trabalhava n'esta edição, carecia ter presentes os artistas, para de toda a sorte os animar, ser-lhes guia nos seus planos inventivos, e por si mesmo observar os progressos, que cada um fazia na parte que lhe tocava.

Uma das grandes objecções do critico (chamamos-lhe grande, porque a repete muitas vezes) é que o Senhor D. J. M. *não vio a segunda edição de 1572, nem as duas de Lyra de 1584 e 1595*. Sobre esta objecção diremos, que o maior defeito da critica do Senhor F. S. C., é ser inteiramente feita sem o cabal conhecimento da materia, e só pelo que apprendeu da advertencia e notas do Senhor D. J. M. A não confessar este ingenuamente desconhecer as sobreditas edições, nunca o critico o adivinhara, pois nem conhece as primeiras de 1572, nem alguma das de Manoel de Lyra, o que se conclue evidentemnte, quanto ás de Lyra, desta passagem: *He verdade que o Senhor D. J. M. tem em seu poder um exemplar da 3.ª edição de Manoel de Lyra com os commentos de Manoel Correa, amigo de Camões, a cujo rogo as compóz, publicado á*

custa de Estevão Lopes em 1597. O critico engana-se: a edição de 1597 não contém os commentos de Manoel Correa, só impressos em 1613. As duas de 1584 e 1591 não declárão no frontespicio terem sido feitas pelo original antigo; nenhuma tem privilegio, o qual se acha só na de 1597, etc., etc. A desordem que reina em toda a critica, e a qual não quizéramos imitar, nos força a responder de uma vez ao que nos resta ainda das primeiras 18 paginas do 4.º volume dos *Annaes*...

Estava o Senhor D. J. M.ª persuadido que, ao menos, a primeira edição devia ser feita pelo M.S. de Camões, e visto não constar que o poeta desse a preferencia á 2.ª, que em muitos lugares emenda a primeira, resolveu-se a seguir o texto da edição *princeps, conservando*, escrupuloso, tudo o que lhe não parecia ser erros manifestos de impressão, os quaes prudente corrigio com os mais editores. Ora se o Diccionario da Academia (e não de um critico) dá a preferencia ás primeiras ed. de 1572, podia o Senhor D. J. M. escolher um melhor modelo do que a ed. *princeps*, a qual deve infalivelmente ser a mais conforme ao M.S. do nosso poeta? *Era absolutamente necessario coteja-las*, a 1.ª e 2.ª (diz o critico); sim, conferio-as; uma viva correspondencia com o Visconde da Lapa e com o Coronel Anastacio Joaquim Rodriguez e Antonio Ribeiro dos Santos, o instruio das lições diversas da 2.ª, que existe na Bibliotheca Real de Lisboa. Donde vem que os votos do critico, n'esta parte, forão satisfeitos...»

D'ahi em diante, Bento Luiz Vianna analysa, mais vigorosamente, e não sem alguma phrase mais aspera para Constancio, o artigo dos *Annaes*, a que responde, defendendo o modo como, sob o aspecto litterario, o Morgado de Matteus fizera a sua edição». Tal é a sensata e séria opinião de Bento Luiz Viana.

4) — *D. Francisco Alexandre Lobo, Bispo de Viseu* (1821).

D. Francisco Alexandre Lobo (1763-1844), na *Memória histórica e crítica acerca de Luiz de Camões e das suas obras* (Lisboa, typ. de José Bapt. Morando, vol. I, 1849, das «Obras de D. Francisco Alexandre Lobo», pp, 21-22), escreveu o seguinte:

«Convida o Sñr. Morgado de Matteus a Nação Portugueza a concorrer para que se levante a Luiz de Camões hum monumento digno do Poeta e do ânimo brioso dos seus Compatriotas.

Estou bem longe de reprovar tão generoso arbítrio; mas ponho muita dúvida em que se possa levantar monumento mais honroso para o Poeta e para nós, do que he a sua Edição».

Como é sabido, D. Francisco Alexandre Lobo não aceitou como bom tudo quanto escreveu o Morgado na sua edição, mas elogiou-a nestes termos:

«Não obstante o respeito que tenho às opiniões do Sñr. Morgado de Matteus, não pude deixar de advertir, desde logo, que a sua grande paixão a favor de Luiz de Camões (paixão tão bem fundada, e tão louvável!) o

hallucinou n'hum ou n'outro caso, e o levou a passar as raias que separarão admiração de idolatria» (p. 22).

Pessoalmente, o Bispo de Viseu classifica de incomensurável o serviço prestado pelo Morgado. É que ele lera o Poema; admirou-o muito e contentara-se com a vida do Poeta escrita por Barbosa Machado na Biblioteca Lusitana mas, finalmente, tendo-lhe chegado às mãos «a bella e rica edição do Poema Epico, que o Sñr. Morgado de Matteus, com tanta generosidade como subido e honrado patriotismo fez imprimir em Paris», desde então a obra do Morgado passou à categoria do maior monumento que podia levantar-se em honra do Poeta.

Que a obra do Morgado era monumental, disse-o ele nestes termos:

«Este Cavalheiro, por meio daquella sua grandioza empreza, não só deu glória em certo modo ao Poeta, e acodio pela honra do nosso Reino, mostrando à Europa, contra o que ela talvez cuidava, que sabemos admirar Camões, e tomar a peito erguer-lhe hum monumento tão honroso, como he a dita edição; mas até levantou em muitos ânimos Portuguezes hum desejo mais ardente ainda de tratar as poesias, e conhecer a vida do homem insigne. Eu fui hum dos que participarão, daquelle grande ardor; e ao ler o que o Sñr. Morgado de Matteus nos communicou àcerca da vida de Camões e do conceito em que tem as suas Obras, moveo-se muito a minha curiosidade a inquirir a história do Poeta mais a fundo do que até aqui o fizera, e a examinar as suas composições com a grande attenção e advertido reparo, que era necessário para fazer hum juizo mais assentado e mais seguro» (46).

Quanto ao problema fundamental das duas edições, exprimiu assim a sua opinião:

«O Poema foi em fim impresso em 1572 pela primeira vez; e segunda vez o foi no mesmo anno, porque arrebatadamente consumio a curiosidade os exemplares da primeira edição. Esta circunstância muito notável de que já não podemos ter dúvida, bem raras vezes terá tido lugar em composições de géneros similhantes e he valentissimo augumento do applauso e paixão ardente com que foi recebido entre nós, lido e admirado de todos os portugueses, em hum tempo em que entrava a declinar de algum modo o bom gosto que suppõe a estimaçãão de taes Poesias, e em que os ânimos andavão faltos do desafogo que hão de mister para se entregarem e saboriarem avidamente as delicias das boas Obras» (47).

(46) Cf. D. Francisco Alexandre Lobo, *Memória hist. e crit. acerca de Luiz de Camões e das suas obras*, in — *Obras*, vol. I, Lisboa, 1848, pp. 21-22.

(47) Id., pp. 84-85.

A seguir, D. Francisco Alexandre Lobo acrescenta que Camões foi mais feliz do que Milton; este grande poeta só depois de Addison ter chamado a atenção do público para a sua obra, é que penetrou por entre as trevas da opinião pública. E acrescenta de maneira explicitante:

«Nem se pode dizer depois disto que os seus naturaes fizerão pequena honra ao engenho do nosso Poeta, pois esta he sem contradição a maior e menos equívoca que pode fazer hum Povo e que hum grande Poeta pode ambicionar. E he forçoso que confessemos que a fortuna de Camões foi nesta parte muito avantajada à de outro insigne Epico, cujo Poema, certamente de alto preço, occupou longos annos desprezado e quase-ignorado, os armazens do seu livreiro; em quanto o illustre Addisson, como alguém diz com forte energia, não provou aos seus compatriotas que possuia também uma nobilissima Epopeia».

Em suma, foi altamente elogiosa para o Morgado de Mateus a opinião de D. Francisco Alexandre Lobo, ao reconhecer que Camões merece um monumento, o qual, porém, está quase ultrapassado pela obra monumental por ele levada a efeito.

A terminar não se esqueça que este Bispo de Viseu era alguém e uma competência; publicara, similarmente, uma *Memória histórica e crítica acerca de Frei Luís de Sousa.*

Ora, efectivamente, os Ingleses não fizeram tanto por Milton como o Morgado por Camões (48).

Pois é toda esta acontecimentologia que, insuspeitamente, Anne Gallut expõe e muito nos apraz transcrever salientando a crítica do Bispo de Viseu:

«Au curs de ces années, il n'y eut pas que des évènements d'aussi médiocre importance que ceux que l'on vient d'évoquer immédiatement. Em 1821, Sousa eut de nouveau un motif à critiquer violemment ses confrères de l'Académie. Cette dernière fit paraître cette année-là un long *Mémoire historique et critique à propos de de Luis de Camões* et de ses oeuvres. L'auteur, Francisco Alexandre Lobo ne faisait que se conformer à un voeu de D. José Maria invitant l'Académie à encourager les travaux sur Camões. Mais bien loin de plaire au Morgado en lui prouvant que, grâce à son édition, le culte de Camões commençait à s'étendre au Portugal, ce mémoire provoqua la colère de D. José Maria. Francisco Alexandre Lobo faisait siennes les conclusions de la commission académique chargée d'examiner l'édition

(48) Cf. Anne Gallut, *Le Morgado de Mateus, Editeur des Lusiades.* Paris, 1870, p. 298; D. Francisco Alexandre Lobo, *Memória hist. e crit. acerca de Luís de Camões e das suas obras,* in-*Obras,* Lisboa, 1848, Tomo II, p. 85; esta *Memória* foi impressa no Tomo VII, parte I, da *História e Memória da Acad. R. das Sciências de* Lisboa, 1821, pp. 158-279.

de 1817 et réprouvait les variantes de 1572 [b]. Il contestait surtout des passages de la biographie de Camões. Ayant confronté les données de la vie du poète avec l'histoire du Portugal, comme avait fait Sousa, il avait tenté de tirer au clair ce que Camões avait pu laisser transparaître de son existence dans ses vers. Recherches difficiles dont Faria e Sousa lui-même n'avait pas déduit grand chose. Lobo avouait qu'il fallait beaucoup de circonspection pour ne pas faire de l'histoire d'une vie un roman. Par ailleurs, il savait que ceux qui se sont attachés à étudier l'oeuvre et les gestes de Camões l'avaient fait généralement avec passion, parce qu'ils portaient le poète aux nues ou qu'ils le mettaient plus bas que terre, ou bien encore parce qu'ils ne possédaient pas les lumières indispensables. C'était le cas de Voltaire qui ne connaissait pas le portugais. La conséquence de cette partialité ou de cette ignorance est que Camões n'avait jamais été à sa juste valeur. Lobo se voulait impartial, il abordait l'examen de la vie et de l'oeuvre du poète avec l'esprit froid et libre. Il admirait Camões comme écrivain et comme Portugais, mais son admiration ne le rendait pas aveugle devant les défauts de l'homme, et elle ne lui faisait pas excuser ce qui ne pouvait admettre d'excuses.

Des tels propos étaient raisonnables, leur mesure contrastait avec l'emportement de certaines phrases de la biographie du Morgado. Aussi la lecture des paragraphes qui expriment ces idées prononcées sur son réfléchi eut le don de mettre D. José Maria en fureur; il se sentait visé. Pour toute réponse, il fit le geste qui lui était devenu familier: saisir son exemplaire personnel de l'édition monumentale, cet exemplaire devenu pour lui véritable confident muet ,et y exhaler dans de nouvelles notes ce que lui dictait la colère. Il lui avait fallu écrire une nouvelle vie de Camões pour son édition, ainsi qu'un jugement critique de l'oeuvre du poète Ce travail, tel qu'il l'avait été exécuté, lui avait donné assez de mal Et voilà qu'en dépit de tous les soins qu'il y avait apportés, on le censurait, on blâmait ses méthodes. Et qui était le censeur? «Um cónego de Lamego», répondait Sousa, en traitant son contradicteur de chanoine par dérision. Qu'on aille lire l'exposé insipide que cet ecclésiastique, véritable écho de Garcés, avait osé publier dans les Mémoires de l'Académie, poursuivait l'éditeur. Lobo y maltraite Camões, et par ricochet, il critique d'une manière absurde les études de l'édition de 1817. «Et il prétend qu'il l'a écrit parce que j'ai invité les Portugais à faire pour Camões ce qu'Addison a fait pour Milton», s'écriait le Morgado. «Et voilà le chanoine qui entre en lice! Qu'il s'en aille lire son bréviaire!» concluait-il violemment. En réalité, il reprochait à Francisco Alexandre Lobo de s'inscrire dans la ligne des commentateurs précédents, de ceux-là même qu'il avait combattus. Mais ce qui blessait plus encore son amour-propre était que Lobo le faisait passer pour un passionné de Camões, pour l'un de ces biographes fanatiques qui trouvent tout admirable dans le poète, jusqu'à ses défauts Non content de s'en prendre à l'idole, Lobo avait attaqué les adorateurs, et le dernier en date, Sousa, se rebellait: «Avec la vanité et l'effronterie nationales, Lobo me ridiculise, se plaignait-il dans une note marginale, il discute ce que j'ai écrit (P); il lance des conjectures sans fondement, rien que pour me contredire. (...) Il critique le sujet du poème, sa mythologie, que sais-je encore, tout ce qu'un homme sans culture, sans goût et sans amour pour sa patrie peut charroyer contre le génie sublime qui a célébré la Nation et qui, dans l'esprit des Européens constitue à lui tout seul notre littérature. (...) En lançant mon appel, je m'adressais aux hommes capables de sentir les beautés innombrables de notre poète, les beautés de sa langue, de son style, de sa versification (...);

j'avais demandé un commentaire comme celui de Voltaire sur Corneille, enfin comme ce que possèdente les Français sur leurs meilleurs classiques, ou les Anglais et les Italiens sur les leurs. Mais je n'incitais pas un ignorant présomptueux à répéter les fadaises et les critiques que d'autres Zoïles ont vociférées contre Camões il y a longtemps. Ce sont ces critiques et d'autres encore qui feront excuser l'acrimonie de mes notes». Mesurées ou furieuses, ces notes traduisent toutes un même état d'esprit chez Sousa: il n'admettait d'ouvrages ou d'études sur Camões que louangeux et célébrant le culte du poète. Seul l'encens était permis. Trois ans après la parution du *Relatório* et de ses réticences, la susceptibilité de l'éditeur était toujours à vif. Le mémoire de Lobo n'avait fait que ranimer sa colère au point de lui faire écrire l'une des notes les plus acerbes que compte l'exemplaire personnel. En l'absence de réponse publique du moins prouve-t-elle la vitalité de l'esprit du Morgado» (49).

5) — *Timóteo Lécussan Verdier* (1823)

Em 1823, a meio do verão, uma grande contrariedade esperava o Morgado de Mateus; o livreiro Aillaud de Paris resolveu fazer uma nova edição de «Os Lusíadas» em pequeno formato, mas com bom papel.

Foi intitulada *Nova edição* «correcta», conforme à edição de D. José Maria de Sousa Botelho, Morgado de Mateus e membro da Academia das Ciências. Aparentemente, a avaliar pelo intitulado, deveria ser uma simples reprodução, em miniatura, da edição monumental de 1817. Mas não era; não passava de uma «supercherie», uma intrugice como se pode verificar através da correspondência trocada com Timóteo Lécussan Verdier, juntamente com a do Visconde da Lapa e o Secretário da Academia das Ciências.

Realmente, em 1819, o Morgado autorizara a casa Firmin Didot a fazer uma edição vulgar, a partir da edição de 1817, mas D. José Maria de Sousa Botelho deveria rever as provas. Ora tudo se passou de maneira diferente; só por acaso ele teve conhecimento de tudo o que se estava a passar realmente.

Mais averiguou o Morgado que tinha sido escolhido, para rever as provas, o seu amigo, Timóteo Lécussan Verdier, com quem mantinha relações de amizade há mais de quarenta anos. O Morgado ficou assim dispensado de toda e qualquer intervenção responsável.

Foi uma desilusão não pequena, tanto mais que assim, o próprio título não correspondia à verdade; declarava-se a nova edição conforme à do Morgado, mas era mentira:

---

(49) Cf. Anne Gallut, *op. cit.* pp. 298-299.

1) — aceitavam-se as variantes da edição «princeps» (Ee/72-S), a chamada *segunda;*

2) — adoptava-se uma ortografia diferente, isto é, semelhante à preconizada pelo *Relatório* da Academia e por F. Solano Constâncio nos *Annaes* publicados em Paris.

Ora tudo isto era a negação de todo o trabalho do Morgado ou a aceitação tácita das opiniões dos seus contraditores. Por outras palavras: «c'était me faire affront en faisant passer pour miennes leurs opinions. Non seulement je ne las admets pas, mais je les rejette en tout et partout» (50).

Por isso, desesperado, resolveu escrever uma carta à Academia das Ciências para mostrar que a edição de 1823 não lhe dizia respeito, apesar do título dizer o contrário. Fôra impressa sem o seu consentimento. Porquê esta atitude? Para quê? Para procurar fazer negócio? Talvez não. Mas a grande verdade é que esta edição seguia (ou aceitava) as opiniões expressas pela Academia que o Morgado não aceitava.

Mas o que se passava então com a edição de 1823? É indiscutível que o caso deu que falar e o próprio T. Lécussan Verdier entendeu dever escrever ao Morgado de Mateus uma carta a explicar-lhe, como amigo de longa data, a sua atitude.

Nesta carta começa por se admirar de, como amigos de há muito, nem o Morgado nem Madame de Sousa lhe terem comunicado o que estava em causa. E explica a seguir:

1) — encontrou-se, por acaso, na casa Firmin Didot, num dia em que lá estava também o editor Aillaud; este mostrou-lhe uma folha da nova edição de *Os Lusíadas* e ele, Verdier, elogiou esta iniciativa;

2) — Aillaud mostrou vontade de corrigir algumas negligências da edição de 1817 e ele, Verdier, chamou a atenção para o grande valor da edição do Morgado;

3) — como lhe apontasse um verso que Aillaud ia corrigir na dita folha, ele decidiu estudar o caso e enviar um apontamento ao revisor encarregado da nova edição, um tal Fournier;

4) — em vista disto, após este encontro, Aillaud concordou com a opinião expressa e decidiu encarregá-lo da revisão quanto às folhas que iriam entrar na máquina e a seguir, partiu para Inglaterra, pelo que ele, Verdier, apenas reviu algumas folhas, poucas;

---

(50) Cf. Anne Gallut, *op. cit.*, p. 311.

5) — Quanto ao título, ele nem sequer o vira; fôra gravado por Fry em Inglaterra.

Assim, concluia Verdier, nenhuma actuação tivera que pudesse ferir os amigos de há tantos anos. E muito menos ele tinha tido intenção de o fazer. Mas, para melhor informação do caso, transcrevemos a carta que estamos a resumir (51):

Excelentíssimo Senhor e Amigo meo.

Constando-me que V. Ex.ª se julga com direito de me accusar de menos sincero em meo procedimento acerca da nova ediçâo em 32º de Mr. Aillaud, vou dar a V. Ex.ª toda a satisfaicçom que me prescreve a amizade que sempre lhe professei, professo e professarei, estranhando com tudo que, tanto V. Ex.ª como a Ex.ma Madame de Souza, achando motivos de sospeita contra mim, nom m'os hajam communicado directamente e sem intervençom de alfaqueques.

Eis com toda a verdade quanto se ha passado. Encontrando-me per accaso em casa de Mr. Didot com Mr. Aillaud, este convidou-me a ir ver a primeira folha do seo Camões que se estava imprimindo e já em grande numero impressa. Louvei a empreza, e, à despedida, disse-me Mr. Aillaud que fazia tençom de corrigir alguns pequenos descuidos que achava na ediçom de V. Ex.ª, e citou-me um verso. Respondi-lhe que tomasse bem sentido no que intentava, por quanto a ediçom de V Ex.ª era a melhor e a mais arrazoadamente trabalhada de quantas eu conheci. Chegado a casa, busquei o tal verso e apressei-me em fazer uma nota que dei a Mr. Fournier, e que este entregou a Mr. Aillaud. Assi nom teve logar a premeditada correcçom. Isto deu motivo a que Mr. Aillaud mandasse que me fosse enviada uma *mise en train* de quantas folhas se houvesse de imprimir; o que nom teve execuçom, porque n'esse somenos partiu Mr. Aillaud para Inglaterra. Recebi entom de Mr. Fournier um escrito em que me convidava a tratar da correcçom das provas do Camões por se nom perder o papel que estava molhado e em termos de ser impresso. A segunda folha achava-se no prelo e em grande número já impressa. N'ella corrigi, p. 61, *lînces em lynces,* que assi se acha em alguns exemplares d'esta nova ediçom, mas nom em todos. Continuei, pois, na correcçom das folhas seguintes, e queira V. Ex.ª lembrar-se que, estando impressa a 6.ª folha, eu lhe a levei com as precedentes e que lhe disse que n'esta ediçom em 32.º só tinha alterado da sua uma única palavra, *mostrais em amostrais,* que em orthographia e pontuaçom variava alguma cousa, e que, até por nom contrastar com a primeira folha já impressa, tinha conservado e havia de conservar, bem contra a minha vontade, o adjectivo contracto *grão* em vez de *gran'* ou *gram* que deve ser como o escreviam os clássicos e o prescreve Duarte Nunes de Liam em sua orthographia (artigo *Dos Diphtongos da Lingua Portuguesa*), pois sou muito contra similhantes *grãos,* e acho summa impropriedade em escrever-se *grão Thebano, grão Pacheco,* etc..., e muito maior em se dar taes *grãos* a pessoas ou cousas do género feminino, v. g. *grão Rainha, grão genealogia, grão valia,* etc... etc...

Quanto às preposições *per* e *por* e à sua uniom euphónica com os artículos *o* e *a*

(51) Anne Gallut, *op. cit.*, pp. 396-397.

em *pelo* e *pela, polo* e *pola* em vez de *per-o* e *per-a, por-o* e *por-a,* conformei-me algumas vezes com a regra X.ª de Duarte Nunes de Liam e com o uso analógico dos clássicos portuguesses anteriores, coevos e até posteriores a Camões. Mas pela mesma razom que já apontei acerca da palavra *grão,* nom foi, como desejava, geral esta reforma e só a empreguei em alguns logares, onde o sentido ficava em extremo destituido de lógica grammatical.

Não devemos, Ex.mo Senhor, imputar aos classicos os erros grammaticaes de que só culpados sam os impressores, e ainda menos devemos emmascaral-os com os novos idiotismos que elles nom conhecerom e que têm viciado a lingua portugueza em locuções, phraseologia, orthographia e prosodia, a ponto que vai a perder-se de todo, como o mais, e que em breve conseguirá as honras de lingua morta, com as suas divisões de edades de ouro, de prata e de ferro. N'esta última, bem poucas sam as obras do século passado e do corrente que nam devam ser contadas.

Rogo a V. Ex.ª me faça a justiça de acreditar que nom tive a menor tençom de menoscabar a sua magnífica e louvável ediçom. A minha nota a Mr. Aillaud e uma carta que escrevi a Mr. Fournier antes da publicaçom d'este Camões em 32º depõem de meos sentimentos n'este ponto. Direi mais que sem o esmerado trabalho de V. Ex.ª nom houvera eu empreendido o meo, e que nom sou tam inconsequente em meo procedimento nem tam desmemoriado que me arrojasse a criticar e a contrastar um trabalho de que fui relator no Instituto e, em todo tempo, serei, como sempre fui, sincero pregoeiro».

Quanto o título, digo a V. Ex.ª que nem o compuz, nem o dei, nem o corrigi, e que até nem o vi antes da publicaçom. Consta-me que foi gravado em Inglaterra. Mr. Aillaud poderá dizer quem o compoz. Entendo somente que Mr. Aillaud, havendo-se servido para a ediçom do seo Camões das folhas do Camões em 8º pertencente a mr. Didot, deu tambem o inédito título de 8º ao seo 32º. Mas tanto n'aquella ediçom nom acreditou o público como n'esta nunca acreditará o intento sordido que a V. Ex.ª assacarom certos hypercriticos sem fundamento algum, e até fechando os olhos à formal declaraçom de Mr. Didot impressa em testa do seo Camões em 8º.

Peço a V. Ex.ª de me recommendar com todo o respeito á lembrança da Ex.ma Madame de Souza e de persuadi-la que, longe de dever ser contado na categoria em que V. Ex.ª me quer inscrever, eu prezo em muito a honra de ser com affecto e respeito. Ill.mo e Ex.mo Sr. D. José Maria de Sousa, de Vossa Excellencia Venerador, amigo e criado obrigado,

Tim. L. Verdier

Pariz, 26 de septembro 1823» (52).

No exemplar pessoal do Morgado (pp. 12-15) encontra-se este comentário a propósito desta carta de T. Lécussan Vérdier:

«Depois de ter escrito esta nota, recebi huma carta de Mr. Verdier em que procurava desculpar-se, dizendo que não tivera conhecimento do título que lhe punha o Aillaud. Mas esta asserção hé mentirosa, porque da mesma carta se collige que elle sabia que copiavam o texto da minha e refere ter impedido que Aillaud alterasse hum

(52) Anne Gallut, *op. cit.*, pp. 396-397.

termo. Ora se a edição não devia ser conforme à minha, que importava houvesse nella differenças, pois cada hum tem a sua opinião? Na dita confessa mais que, por curiosidade própria e a petição do proprio, se offereceu a corrigir as folhas. Assim ninguem lhe tinha encomendado o sermão, como nós dizemos, e só maldade própria ou summa philáucia podia inspirar-lhe a pertenção de corrigir-me em público. Passa depois na sua carta a dizer-me que não gosta do Grão Thebano e Grão Macedónio e do plural em *grãos*. Chocarrice baixa! Mas nós dizemos Grãos-Cruzes sem pôr o *s* e jamais nos servimos do plural *grãos* senão para os legumes deste nome. Affirma demais com intrepidez que usou o *per, polo* e *pola* por seguir Duarte Nunes de Leão e o uso analógico dos clássicos anteriores, coevos e posteriores de Camões, o que não hé exacto porque nelles se acha *por* e *pelo* e *pela,* e ousa mais dizer-me que não fez geral reforma como desejava, mas só nos lugares onde o sentido ficava em extremo destituido de lógica grammatical? Mas tal hé o seu amor próprio que pertendeu dar-me lições della, no que continua em hum estilo e orthographia que fazem rir. Acrescenta que a língua vai perder-se como tudo o mais, i. e. a Constituição das suas Cortes! e hé Verdier que se propoem para ensinar-me a língua, a orthographia, a lógica e a política. Até onde chega a vaidade, companhia inseparável da tolice?

Ora vejamos aonde emendou as ditas proposições para que o sentido não ficasse destituido de lógica grammatical.

C. VIII est. 35 v. 4: *Que em derredor pelos tomar se estendem.* Assim está na primeira edição. E como e em que se falta à lógica grammatical? *Por os* tornou-se em *pelos* por causa da euphonia. Todos assim fallam excepto os discípulos de hum Francez. *Risum teneatis!* Que melhor lógica ha em *polos* que *pelos?*

C. X est. 16 v. 12: *Por terra e mar o grão Pacheco.* Assim está na primeira edição e ninguem jamais disse *per mar e terra.* Só Verdier com o seu *nom* por *não, razom* por *razão* e mil outros disparates.

Na verdade hé nojosa tão fedorenta vaidade. Hum Voltaire tentou mudar a orthographia franceza. Quiz substituir o termo *impasse à cul-de-sac,* e não o poude. Hum Verdier, não portuguez, e de quem não se conhece senão a edição do *Hyssope,* cuja orthographia faz rir e cujas notas são ridículas, quer ensinar aos Portugueses a sua língua, e mudar à sua guisa a orthographia, e que sei eu? Tudo quanto elle ignora! Ó miséria das misérias! Para dar huma idea do seu pouco discernimento em tais matérias, basta que elle foi o que persuadio à Academia de publicar a sua Chrónica inédita com aquella monstruosa orthographia que alli se ve; e a Academia cahio naquelle despropósito! Ó miséria das misérias!

Como quer que seja, o Morgado de Mateus sentiu-se muito por não ter sido informado a tempo daquilo que estava a passar-se com o seu amigo T. Lécussan Verdier. É que qualquer um pode publicar *Os Lusíadas,* como muito bem quiser e entender; pode discordar das suas opiniões; o que não pode é, para vender mais facilmente a sua edição, dizer ou proclamar que ela é conforme à edição de 1817, quando, na realidade, a contradiz, seguindo opiniões para ele discutíveis, de Trigoso e F. Solano Constâncio. Portanto, intuitivamente, para o Morgado de Mateus, T. Lécussan Verdier, mentia...

Por isso, ele decidiu escrever à *Academia das Ciências* de Lisboa, comunicando-lhe a fraude da edição Aillaud-Verdier (1823), carta de que ela tomou conhecimento na primeira sessão, depois das férias de verão, em 10 de Outubro, data em que o Conselho da Academia e os Académicos tomaram conhecimento do assunto. É o que nos confirma o documento seguinte:

«*Artigo extrahido das Actas da Academia das Sciências, da sessão de 10 de Outubro de 1823.*

Sendo presente ao Conselho da Academia huma carta do seu sócio o Senhor D. Jozé Maria de Sousa Botelho, escrita em Paris com data de dez de Agosto próximo, conveio-se em que no assento desta sessão se mencione que o dito Senhor desaprova todas as mudanças no texto e na orthographia de sua edição de Camões, impressa em mil oitocentos e desassete, as quaes se encontrão em outra edição, pequena, executada pelo livreiro Aillaud, aseverando ao público que em tudo era conforme com a que devemos ao dito Senhor, o que não se verifica, sendo conseguintemente enganado o público por hum título contrário à verdade e impresso sem o consentimento do nosso Sócio.

Secretaria da Academia, 10 de Outubro de 1823».

a) *Jozé Maria Dantas Pereira, Secretário*» (53).

Assim, ficou tudo arrumado quanto à *supercherie* de Timóteo Lécussan Verdier. Porém, para melhor se avaliar o profundo desgosto do Morgado, vale a pena transcrever o depoimento pessoal que ele deixou apenso ao exemplar de que se servia habitualmente (nota marginal, pp. 1-7):

«Devo aqui declarar novamente:

que não foi com leveza nem com precipitação que preferi seguir nesta minha edição o texto da que chamo a «primeira» de 1572 como sendo feita sobre o manuscrito de Camões, e considerando as variantes da «segunda» de 1572 injudiciosas e não próprias do poeta; e portanto affirmo que não diferi daquelle original senão nos lugares notados na Advertencia, como qualquer poderá verificar em despeito da calumniosa asserção contrária do Dr. Constancio;

que, tendo collacionado onze edições e tendo achado em todas grandíssima differença na orthographia e pontuação, mesmo nas duas originais de 1572, adoptei a orthographia e pontuação que segui como a mais própria e conveniente ao poema para sua intelligencia e para conservação da sua versificação, poesia e linguagem,

(53) *Arquivo da Casa de Mateus,* documento X, 6.

tendo meditado longo tempo e consultado os livros da época e diversos litteratos antes de me determinar;

que, sem a pertenção de julgar-me infalível, continuo em pensar que adoptei a que me parece ainda hoje a melhor opinião; e portanto, se houvesse de empreendr huma nova edição, seguiria em tudo pontualmente esta de 1817, não obstante os atrevidos clamores dos Constancios e C.ª e das ideas que por vezes ouvi a outros que não se occuparam seriamente da matéria, mas somente de satisfazer a sua vaidade e espírito de contradição.

Firme nesta opinião, quando authorizei e permetti a Firmin Didot de imprimir em 8.º os Lusíadas conforme a minha edição de 1817, o que elle fez em 1818 por sua conta, eu mesmo corrigi as provas das folhas e lhe forneci os additamentos, conservando-lhe o mesmo texto e a mesma orthographia e pontuação. Esta edição de 1818 a confesso por minha e conforme á outra de 1817.

Declaro mais que soube somente por acaso que o livreiro Aillaud fazia imprimir na oficina de Firmin Didot huma edição dos Lusíadas em pequena forma, e que se propunha seguir o texto da minha, e que Mr. Thimoteo Lécussan Verdier era designado a corrector e revisor da dita edição, a qual sahio agora à luz em 1823. Pasmei vendo que, sem prévia licença minha e authorisação, ousassem imprimir nella o mesmo título que eu tinha permittido e se acha na edição in 8.º de Didot de 1818; e ainda mais pasmei, quando, tendo-a comprado, a examinei, que levassem a ousadia de a dizerem no título conforme à minha não obstante muitas alterações, o que era enganar o público, fazendo-o talvez crer que eu consentiria nellas, tendo mudado de opinião, e affrontar-me, dando por minhas as que eram suas opiniões, as quais em tudo e por tudo, não só não admitto, mas desapprovo.

Affirmo, pois, que semelhante edição não foi authorisada por mim, que não consenti em lhe porem aquelle título e em fazerem aquellas alterações, e que a razão por que o não declarei assim nos papéis públicos foi por evitar contendas desagradáveis na minha idade com pessoas que desconheceram em tal procedimento as regras da simples civilidade e geral moralidade. O sr. Verdier era mais obrigado que pessoa alguma em não affrontar-me desta maneira depois de hum trato amigável de mais de 40 annos. *Nihil admirari!* hé o rifão que mais se deve orar no fim da vida.

Nada me importaria as opiniões dos outros sobre o texto de Camões, sobre a sua intelligencia, sobre a orthographia que cada hum possa preferir, mesmo inventar de novo, porque as opiniões são livres. Nesse caso, o que tiver a phantasia de fazer innovações pode dá-las ao público em huma edição da qual declare ser o editor. Mas publicar huma edição annunciando que hé conforme à minha de 1817 e altera-la, sem meu consentimento e sem prevenir o público de que outrem fez estas innovações, hé o que não tem nome que eu me attreva a dar-lhe, tanto este procedimento me offendeu.

O que torno a affirmar hé que, se houvesse de reimprimir a minha edição in 4.º, daria ao público tal qual a de 1817, pois conservo as mesmas opiniões sem fazer caso algum da crítica da Academia, das injúrias dos tres annalistas e dos outros homens que a desapprovam. Quanto às ideas de Mr. Verdier, não as adopto e não as approvo de modo algum. Permitta-me de dizer em minha consciencia que estudei mais tempo a matéria do que elle o fez, mesmo depois da minha edição. Segui em tudo o texto da «primeira» fielmente. Adoptei a orthographia que me pareceu mais conveniente a este admirável poema, que embora os Garcez, os Verneys, os Franciscos Alexandres Lobos, os Frey Macedos, etc..., copiando o P.e Rapin e outros estrangeiros procuram

em vão denegrir. O vitupério recaia sobre elles, ingratos e ignorantes e incapazes de nobres sentimentos! A nódoa que imprimem à Nação, espero que ella saiba senti-la para a vingar sobre estes máos Portuguezes. Entrego-os às Furias infernais e digo-lhes o *exoriari aliquis etc. ultor!*»

Pariz, 7 de agosto 1823.

Souza»

Entretanto, para melhor documentar o incidente da edição Aillaud-Verdier, não será inútil deixarmos, aqui, o rascunho da carta que o Morgado de Mateus escreveu a Verdier:

Snr. Thimoteo L. Verdier.

Disse que muito permittido era a Mr. Verdier assim como a monsieur Aillaud, como a todo o mundo publicar huma edição de Camões, mesmo criticar ou censurar a minha; mas que era cousa sem exemplo fazer imprimir huma cujo titulo annuncia ser conforme à de 1817 por D. J. M. de Souza, e introduzir nella numerosas mudanças de termos de orthographia e de pontuação. Este procedimento feriu-me profundamente porque o Público vendo-o debaixo do meu nome sem saber que o assumiram, sem ter mesmo pedido o meu consentimento para tais mudanças, deve julgar e crer que as consenti e approvo, em quanto são diametralmente contrárias às minhas, como muito bem sabia o Snr. Verdier, e o que hé ainda peor, contrárias às opiniões que tinha manifestado na minha advertencia e notas.

Eis aqui o que eu disse, o que penso, e o que deve fazer indubitavelmente impressão no seu ánimo, quando nisto quiser reflectir. Tenho a hon[ra] (...)

(Não assinado)

Paris, 28 de Setembro 1823 (54).

A terminar, acrescentemos que T. Lécussan Verdier foi um homem de larga cultura, tendo começado por traduzir *Os Lusíadas* em grego, trabalho de que, infelizmente, nada chegou até nós. Perdeu-se, igualmente, um exemplar da edição *princeps* do Poema de Camões, que lhe tinha emprestado o Conde de Vimioso. Este exemplar, se fosse encontrado, seria uma preciosidade, pois, ao que parece, continha anotações do próprio Camões. Quando é que este exemplar desapareceu? Não se sabe. A resposta, dada pelo Visconde de Juromenha, não fornece grandes elementos (55).

Um serviço que T. Lécussan Verdier prestou foi o da tradução da

(54) Cf. Anne Gallut, *Le Morgado de Mateus. Editeur des Lusiades*, Paris, 1970, pp. 397-398.

(55) Cf. *Obras de Luís de Camões*, Lisboa, 1860, vol. I, p. 203.

ode que Raynouard escreveu em honra do nosso épico, publicada com este título:

«Version portugaise de l'ode à Camoens par monsieur Raynouard membre de l'Institut Royal de France (Académie Française et Académie des Inscriptions et Belles-Lettres), Secrétaire perpétuel de l'Académie Française, Officier de la Légion d'Honneur, Chevalier de l'Ordre Royal de Saint-Michel, etc. Avec des notes, etc. du Traducteur» (Paris, MDCCCXXV).

Esta ode, à memória de Camões, foi publicada nos *Annaes das Sciências, das Artes e das Lettras* (Tomo V) que se publicavam em Paris tendo sido traduzida também por Francisco Manuel do Nascimento (Filinto Elysio) e Vicente Pedro Nolasco.

Parecendo francês, na realidade, Timóteo Lécussan Verdier era português; nasceu em Lisboa a 6 de Outubro de 1762, sendo baptizado na freguesia de S. Nicolau. Era filho de Miguel Lécussan Verdier, francês natural de Auvillac (Cominges). Sua mãe foi D. Antónia Teresa Vieira, natural de Porto de Mós, filha de Domingos de Matos Cardoso e D. Felícia Caetana Vieira.

Timóteo Lécussan Verdier, membro da Feitoria francesa, era sócio da Academia Real das Sciências de Lisboa, além de membro correspondente do Instituto de Paris.

Muito ajudou o Duque de Lafões na fundação da Academia das Ciências de Lisboa (1779), tendo defendido D. João VI num processo que lhe puseram os parentes da Imperatriz Josefina, mulher de Napoleão. Foi casado com D. Helena Frizoni Verdier.

A finalizar este apontamento, transcrevemos esta nota de Anne Gallut:

«Temóteo Lésussan Verdier (1754-1831), était d'origine française. Ami intime de Filinto Elísio, il le cacha chez lui en 1778. En 1808, accusé de jacobinisme, il fut expulsé de Portugal sans procès ni sentence, et vint s'établir à Paris. Il avait été l'un des premiers membres de l'Académie des Sciences de Lisbonne. On lui doit une traduction partielle des *Lusiades* en grec classique, la première édition de *O Hissope*, à Paris, et la préface à l'édition du *Cancioneiro do Colégio dos Nobres*. Timóteo Lécussan Verdier ne laisse pas d'être un personnage énigmatique, en particulier par sa conduite envers le Morgado de Mateus avec qui il se brouilla en 1823».

Ainda a propósito deste incidente, no exemplar de uso pessoal do Morgado de Mateus, que se encontra na casa de Mateus (Vila Real), nas pp. 9-14 encontra-se mais este depoimento esclarecedor:

«Mr. Verdier, que tinha comigo hum trato amigável de 40 annos, mil vezes me lançou ao rosto não o ter consultado e pedido os seus socorros para dar a minha edição, reprovando a minha orthographia e diversas passagens. Discuti-as com elle até ver que o seu amor próprio não admitia a menor objecção, ainda quando não sabia responder-lhe e quando allegàva fundamentos falsos, e então cessei de fallar-lhe na matéria ou de responder-lhe. Já na sua edição do *Hyssope* me criticou à surrateira, mas não fiz caso disso e nada lhe disse. Agora prega-me aleivosamente esta peça sem eu ter outra culpa que a de o ter sempre bem tratado, ainda que não julguei necessitar os seus socorros. A philáucia ou a maldade o impeliram. Ambas são maos conselheiros, pois todo o homem de honra reprovará este golpe de punhal dado atraiçoadamente, isto hé fazendo passar como se fossem minhas as correcções que eram delle e que elle sabia muito bem que eu desapprovava. Que o Sr. Verdier fizesse a crítica do meu trabalho, que, aproveitando a occasião em que Aillaud o encarregara de corrigir a edição que intentava publicar, o fizesse mudando o texto e servindo-se da sua orthographia, deixava ao público a decizão entre as duas edições, e ninguém podia accusá-lo de falta de sinceridade nem de velhacaria. A sua opinião era livre e o seu nome respondia pela sua opinião. Não quero aqui discuti-la, mesmo sabendo o mal que elle disse da minha edição. Queixo-me somente dos termos ilícitos que usou, servindo-se do título da edição in 8° de 1819 e alterando-a sem se declarar o revisor e o corrector! Eis aqui o procedimento dos Portugueses. Agora saibam estes que Mr. Verdier não conhecia as duas edições de 1572, que somente as viu em minha casa, às carreiras, quando lhe mostrei alguns lugares dellas, que mesmo não entendia diversas passagens, e que o julgo pouco instruído em litteratura e de máo gosto para bem avaliar Camões. Se algum leitor vir depois da minha morte as notas e observações que deixo adiante, julgará qual de nós tem razão. A Nação verá se quer adoptar em orthographia os seus *si, non, van, per,* e outros despropósitos O procedimento de Mr. Verdier excede tudo quanto pode imaginar-se mais atraiçoado e cavilloso depois do título impresso que attesta ser a edição de Aillaud conforme à minha, particularmente permitindo-se fazer as alterações seguintes contrárias ao que tinha dito na Advertencia e Notas. Aqui cito os lugares principais. (...)

Demasiado já tenho sido em mostrar o que hé por si mesmo evidente a todos que fizerem examinar a questão. Esta opinião, quanto à intelligencia de Mr. Verdier nas variantes e à sua orthographia, supposto a desapprovo inteiramente, hé livre a cada hum adoptá-la ou não: pouco me importa (56)

A fim de assegurar a sua defesa condigna e uma justificação perante o futuro, psicologicamente indignado com o comportamento dos seus compatriotas, que nada tinham feito até ali, decidiu escrever, para seu sobrinho, o documento seguinte que será útil, historicamente, não desconhecer, pois refuta os seus críticos. A sua indignação contra a injustiça de Francisco Solano Constâncio foi enorme. Apesar de longo, veja-se o documento:

---

(66) *Anne Gallut,* idem, pp. 399-400.

CARTA A MEU SOBRINHO, O VISCONDE DA LAPA, SOBRE A CRITICA FEITA À MINHA EDIÇÃO DOS LUSIADAS, PELOS AUTORES DOS ANNAES

Insurrexerunt in me testes iniqui et mentita est iniquitas sibi. Ps. 26

Paris, Maio 1819

Meu Sobrinho e Amigo do coração: Estranhas o meu silencio sobre a crítica que os authores dos Annaes, impressos nesta cidade, fizeram à minha edição, e receas que o público o interprete como hum assento do juizo delles. Espero porem que depois de maior reflexão me approves.

O homem que imprime as suas opiniões expoem-se devidamente à censura de todos, e não pode offender-se da crítica quando esta hé inspirada pelo amor da verdade e da sciencia, fundada em conhecimentos positivos, e expressada com aquella decencia própria da boa educação Nesse caso deve, ou reconhecer a justiça da crítica, ou procurar elucidar a questão controversa. Mas pelo contrário, se a ignorância e a malevolencia, com hum tom dogmático e indecente, vocifera improperios contra hum autor, este não deve abaixar-se a responder a malévolos e injuriosos ditos, nem entrar n'huma discussão ociosa pelo menos, quando não indecorosa.

O público douto facilmente julga a questão: o vulgo só pode comprazer-se na maledicencia e na injuria, sem nada averiguar, nada conhecer — mas quem ha-de fazer caso do juizo deste?

Respondi ao Corpo Académico, porque lhe devia esta demonstração de respeito, e porque os seus relatores, se bem me criticaram gratuita e levemente, o fizeram com a urbanidade que se devem reciprocamente as pessoas de bem. Não respondo aos Senhores Annalistas porque não reconheço semelhante tribunal, e porque devo desprezar opiniões destituídas de saber, absurdas, enunciadas com extrema arrogancia. Desgraçados os Portugueses que approvarem e applaudirem taes críticas!

Para mostrar com tudo que não obro assim por falta de meios de destruir as accusações destes pretendidos críticos, entrarei por teu respeito na discussão.

Quando empreendi (disse à Academia) esta especie de monumento a Camões e à Pátria, não ignorava as difficuldades da sua execução e a de poder contentar a todos; porem, seguro de empregar todas as forças que cabiam em mim, não poupando nem as diligencias e estudo, nem os meios para concluir o meu trabalho, tinha tomado a resolução de não responder às críticas que pudessem fazer-me, e de deixar esta edição *responder por si, e por mim, à Posteridade.*

Os Portugueses não possuiam huma edição de luxo; não tinham jamais imprimido os Lusíadas nitidamente; não conservavam senão hum mui pequeno número de exemplares das primeiras edições; não os tinham confrontado, nem mesmo as sabiam distinguir. A Nação não tinha elevado ao seu Poeta hum só monumento, e tal havia sido o esquecimento que nem soubera conservar a campa com que Dom Gonçalo Coutinho cobrira a sua sepultura. A Academia jamais tinha proposto a concurso o seu elogio, nem feito sobre o nosso primeiro autor algum trabalho litterário.

Neste estado de cousas, julguei não poder, no meu retiro, fazer cousa mais agradável à minha Pátria que remedear estas faltas, e dar-lhe gratuitamente huma edi-

ção dos Lusíadas capaz de ser admirada por todas as nações, e que servisse de monumento ao Cantor dos nossos feitos.

Se, bem advertido pelos exemplos do mesmo Camões, de Francisco Rodrigues Lobo (1.ª Egloga) e outros depositados nos seus escriptos, sentia antecipadamente que não devia esperar melhor fortuna dos meus compatriotas, com tudo lisongeava-me de não receber insultos por fazer-lhes hum bem, e porque a minha vida retirada não podia acordar a inveja, e ainda menos incitar a malevolencia.

Receava sim que os semi-litteratos costumados a ler os Lusíadas nas vulgares edições corrompidas, sem ter estudado nem visto as originaes, se rebelassem contra o editor que lhes provasse terem admirado indevidamente as de M. de Faria e as do P. Thomaz d'Aquino, etc; mas lembrava-me o que Pope tinha dito na nota 1.ª da Iliada, e o que a nossa Academia pronunciava no artigo Camões (introdução ao Diccionário), estabelecendo a preferencia que se devia às primeiras edições, para esperar que a mordaz crítica não me culpasse de dar o texto puro da edição princeps e de fazer-lho conhecer, restaurando-o.

E com que fundamento seria eu culpado de preferir e adoptar este texto, quando em paz tinham deixado os editores precedentes seguirem, huns o texto de Faria, outros o de J. F. Barreto, sem haver consultado conhecidamente as primeiras edições, — sem o primitivo texto! O pouco, o nenhum conhecimento que mesmo a maior parte dos homens de lettras tinham das edições de 1572 (cujos exemplares eram raríssimos, 4 ou 5, em Portugal) faria que ninguem os consultava, e que os editores disfrutavam plena e impune licença. Estes factos são incontestáveis. Liam-se os Lusíadas, repetiam-se algumas suas oitavas, mas não se fazia estudo particular desta immortal composição. Daqui procediam opiniões vergonhosas para Portugueses, quaes as do seu plano ser defeituoso, de serem os seus versos escuros, ininteligíveis, e até errados, procurando menoscabar por estes e semelhantes ditos, perante estrangeiros, o único Poeta nosso que elles conhecem, aquelle que tinha celebrado e engrandecido a Nação: enfim até formaram huma seita de Ferreiristas que ousaram elevar António Ferreira sobre o grande Camões! *

Admirador apaixonado de Camões desde os primeiros annos, e amante da Pátria, tinha resolvido de o vingar das injúrias que lhe faziam e de remir a Nação de semelhante descuido e ingratidão. Por diversas circunstâncias da minha vida, pude somente em 1813 pôr em execução os meus desejos, e empreguei quatro annos em realisá-los, com incançável zelo, nem outra alguma distracção.

Direi pouco do que pertence às Artes que concorreram para fazer esta edição *monumental*, porque a Europa já a julgou como huma das mais perfeitas que até o presente appareceo. Todos admiram a execução typographica, a unidade da concepção dos desenhos, a igualdade das estampas, que são verdadeiros painéis. Mas só quem se occupou de ordenar e seguir estas obras, pode ajuizar e avaliar o trabalho exigido para attingir e obter esta perfeição, mesmo de distinctos artistas.

Que devo pois responder àquelles fátuos Portugueses que, desconhecendo as Artes e seu atrazamento no nosso país, se queixam e me accusam de não ter empregado artistas nacionaes? Que dizer ao S^nr^ Doutor Constancio, o qual esquecendo que a guerra continuava em 1813, e que ninguem tinha faculdade durante ella de atra-

---

* *Neminem certe qui sane mentis fuerit, inventum iri crediderim qui non unum* Camoensium *universis simul Lyricis anteponat,* applicado de Longino — sat. 33.

vessar o canal, lamenta não ter eu pedido pelo menos ao Doutor Sequeira dous desenhos para ornar a minha obra. — Como se este pudesse ser comparado a Gérard; como se não destruisse dessa maneira a unidade da concepção; como se devesse esperar que a communicação se renovasse?

Passando ao meu trabalho litterário, demorar-me-hei em explicar qual elle foi, de que se acharão provas evidentes na edição, e de que podem attestar existentes testemunhas oculares, como Firmin Didot, e de que dá fé a minha correspondencia. Reuni em primeiro lugar as edições seguintes: dous exemplares de 1572; dous de Manoel de Lyra, hum sem titulo, outro de 1597; a edição de 1613 com os commentos de Manoel Correa; a de 1631 de J. F. Barreto; a de Manoel de Faria de 1639; a de Garcez de 1731; a do Padre Thomaz de 1779; a da Universidade de 1800; a de Pariz de 1759; a de Pariz de 1815; conferi-as todas verso por verso, notando as suas differenças de Lições, de orthographia etc. e confrontei-as com a edição princeps de 1572. Tendo-me sido impossivel obter a segunda do mesmo anno, e sabendo que esta existia na Bibliotheca Real de Lisboa, mandei hum fac-simile da minha para lá se fazer a confrontação, e pedi ao Visconde da Lapa, e a Anastásio Joaquim Rodriguez, *copias exactas do dito exemplar, dos lugares todos em que achava differença nas outras edições com a Princeps, e por este meio obtive todas as variantes das duas de 1572, a ponto que não ignorava huma só quando depois pude eu mesmo conferi-las.* O Sr. Macedo enviou-me a confrontação das primeiras 24 estancias, e não cumpriu a promessa de continuar, ou por incúria, ou pela razão de a não ter completado. Li por mais de duas vezes os commentarios de Faria, de Garcez, de Correa, as traduções hespanholas, italianas, francesas, inglesas e todos os autores que a meu conhecimento tinham fallado dos Lusiadas. Consultei muitas vezes E. Q. Visconti e outros sábios nacionaes e estrangeiros. Tudo isto fiz, e mais que ommito, antes de decidir-me sobre o texto genuino, sobre a orthographia, a pontuação que devia adoptar e seguir. Quando em fim obtive hum exemplar da segunda edição de 1572, não tardei em fazer a confrontação e em dar immediatamente à luz o supplemento à 1.ª nota, para completar hum trabalho que ninguem antes tinha feito. Se não pude obter as edições de Lyra de 1584, e a de Crasbeeck de 1609, não fui remisso em procurar noções dellas (e destas se acham muito particulares no Discurso crítico e apologético sobre a edição do P.e Thomas) e obter as próprias notícias bibliográphicas que me pareceo pouco útil publicar. Ambas affirmo differirem da primeira edição; e eu propunha-me somente restabelecer o texto desta, corrigindo os evidentes erros typographicos.

Que attenção merece pois o crítico quando, sem ter feito algum exame, me accusa, pag. 16 do T. IV dos Annaes, de ter procedido com huma culpável precipitação ao dar à luz a minha edição: o contrário comtudo lhe era conhecido! — Aqui residia e frequentava a officina de F. Didot. Resolvendo dar o texto puro da edição Princeps (que por certo devia ter sido feita sobre o m.s. de Camões) e declarando na edição in 4°, p. 381, l. 13, preferí-la à segunda, era bem consequente que me contentasse de patentear os únicos lugares (em número mui pequeno), que tinha mudado, de sorte que pudessem os que me não approvassem conservá-los como estavam na primeira. Na adversidade dei disto razão, assim como dos motivos que me obrigaram a adoptar a orthographia que segui, fazendo conhecer que todas as edições variam nesta parte. Quem examinar bem o meu trabalho, verá que cumpri o promettido, e que não ha differença entre o meu texto e o da primeira edição, à excepção dos erros typographicos corrigidos e dos lugares notados na advertencia.

A diligente perquisição que fiz em todas as bibliotecas de Pariz, me permitte observar que, exceptuando alguns exemplares da edição de Faria, não se acha nellas, e fora da minha mão, algum exemplar das edições do 16° e 17° século, de forma que os Senhores Annalistas por certo não puderam consultá-las; o que se mostra evidentemente pelos erros que commettem fallando dellas, na sua crítica, como logo demonstrarei.

Persuado-me em consequencia que os homens doutos não verão sem grande indignação estes críticos procederam a criticar o meu trabalho, sem terem feito estudo algum, nem terem examinado algumas daquellas edições, nem haverem adquirido previamente outros conhecimentos senão os que mal colheram da minha edição Não hé portanto o amor da verdade e da litteratura que o impellio a escrever, mas algum outro malévolo sentimento que apenas posso comprehender.

Eu tinha sim accusado os precedentes editores de terem alterado o texto de Camões sem dar-me disso razão nem provas: tinha inculpado o P.e Thomaz, e o seu defensor, de illudirem o público com falsas affirmações, mas citei as passagens que justificavam a minha querela: assim não podia imaginar offensiva uma justa indignação contra tal atrevimento, pois me parecia ter feito nisto bom serviço à Litteratura.

Conhecendo apenas de vista dous dos redactores, com que jamais tivera trato, ignoro donde lhes veio tão desatinado furor contra hum editor que em todo o seu trabalho dava provas da consciencia e modestia com que a tinha feito. Porque attribuir-lhe a propriedade da edição in 8° não obstante o aviso de Firmin Didot, senão para desculpar-se de atacar hum editor que não poz a sua em venda? quando o crítico tinha pedido a Didot um gratuito exemplar!

Sigamos agora, quanto hé possivel, passo a passo, a crítica do Snr Dr Constancio, tomo IV dos Annaes, desde pag. 3 até pag. 37, que promette continuar no seguinte, como procede esta a do Sr Candido, tomo II...

Principia por dizer, pag. 4: «Depois de ler e reler com summa attenção (todo o trabalho do editor) vou dar a minha opinião acerca do merecimento litterário desta obra. E sendo este o primeiro ensaio de crítica espero que (...) se faça ao menos digno da approvação dos litteratos pela decencia e comedimento com que exponho as minhas dúvidas evitando o tom de censor mordaz e dogmatico».

O leitor desta crítica verá como o Snr Constancio cumpriu esta promessa ou por ignorar o que hé *decencia*, ou por não querer usar della. Ajuntarei alguns exemplos do seu *comedimento:*

p. 9 Era absolutamente indispensável cotejá-las.
p. 10 Muito menos podia dispensar-se.
ibid. Importava pois saber.
p 14 Não sei como huma pessoa de solido juizo (...) poude sem mais fundamento suppor.
p. 11 Em taes circunstancias quasi se vio o editor na necessidade de fazer menos caso da 2.ª edição.
ibid Desta nota se vê que já o editor não pensa como pensava.
p. 18 Parece-me excusado insistir mais sobre contradições tão manifestas.
p. 26 Se poético hé synónimo de ininteligível, mui poético hé este *fosse*.
p. 29 Hé isso motivo para lhe attribuir mudanças de huma parte da oração por outra que torna a phrase ininteligível.
ibid Tampouco approvo.

Basta para que se conheça a índole e tom do crítico. Observemos agora, meu sobrinho, qual hé a dialéctica delle. Diz e confessa:

Pag. 8 — «E certo hé que não se conhecendo hoje m.s. autógrapho de Camões, hé forçoso recorrer às edições que foram publicadas em vida do Poeta, pois quaesquer que sejam as suas imperfeições possuem o maior carácter de authenticidade, ainda quando se não saiba se o autor reveu as provas... *sendo em todo o caso innegável que pelo seu manuscrito devia ser impressa pelo menos a primeira edição.*»

O arbitrio de escolher o texto que adoptei se acha aqui justificado pelo crítico, porem como lhe convinha tudo desapprovar da minha edição, passa a contradizer aquella racional opinião claramente enunciada no fim do § citado, e ajunta:

Pag. 9: «Se porem fosse constante haver outra edição dada à luz em vida do autor, e sobretudo nella se acharem emendas e variantes, então era absolutamente indispensável cotejá-las antes de proceder a escolher entre ellas... e não devia emprehender uma nova edição sem possuir exemplares de huma e de outra.»

Nem constava senão pelo paragraphozinho de Faria nem era constante geralmente, nem averiguada antes de mim a existencia das duas edições, para o que veja-se a opinião do S^r^ A. R. dos Santos citada na nota 1.ª da minha edição. E não hé singular a decisão de forçar os proprietários de 4 ou 5 exemplares a empresta-los ou vende-los, para possuir as duas edições, como se não fosse bastante obter cópias dos lugares controversos, o que excusei e hé evidente das minhas notas?

Abaixo já isto só, e as duas edições de 1572 não satisfazem o difficulto o crítico, pois continua: «E como em casos taes o juizo mais atilado, e o saber mais profundo não são infalliveis, *cumpria* apresentar ao tribunal do público esclarecido, os diversos textos e lições (ignora-se se falta de todas ou só das de 1572) e só depois de debatida a matéria entre os críticos e philólogos, poderia huma edição expurgada supprir as originaes.»

Esta última phrase parece-me bem pouco intelligível! Assim, antes da decisão do dito tribunal, pode affirmar-se que passariam pelo menos outros 245 annos primeiro que apparecesse essa edição capaz de contentar o S^or^ Contancio e de supprir as originaes, que o mesmo crítico não conhece; e que (se entendo bem o que elle diz) existindo ellas, ou huma de texto conforme, não necessitavam de serem suppridas.

Alucinado pela paixão de mostrar ainda mais defeitos na minha obra, occulta e não faz caso de tudo quanto nella prova que tinha feito collacionar as edições de 1572, despreza os muitos exemplos allegados na 3ª nota das alterações que M. de Faria e outros tinham arbitrariamente commetido na sua cegueira tudo quanto dissera a pag. 8 e 9 do «seu superior carácter de authenticidade; e de que era innegável a primeira ter sido impressa pelo m.s. de Camões», agora despreza-as, e as accusa de mil defeitos, e a mim das faltas que exi tem mais ainda nos seus desejos do que na sua imaginação. Repara no § seguinte pag. 10, e na embrulhada que faz pag. 11 por não attender ao que o S^r^. A. R. dos Santos diz (Nota 1.ª) e expliquei na Advertencia.

Pag. 10: «E muito menos podia dispensar-se (o editor) de collacionar a duas (de 1572), visto que, alem de muitos erros typográphicos grosseiros, havia na primeira versos inintelligíveis e palavras evidentemente impróprias que alteravão o contexto, ou aleijavão os versos: e tambem era fácil de ver que os precedentes editores (o senhor Souza devia dizer) tinham melhorado muitas destas passagens, posto que tivessem mudado outras sem razão. *Importava pois saber* se estas differentes

lições, boas ou más, erão obra dos editores que o Sr. Souza tão asperamente censura, ou se tinhão algum fundamento em huma das duas edições...» E pag. 11 conclue dizendo: «Prova bem clara da desordem com que foi impressa *a tal* edição Princeps», (a respeito de 4 folhas entresachadas da segunda edição; assim como o exemplar desta Bibliotheca tem outras 4 da primeira, e que hé cousa do livreiro ou do encadernador).

Disto pode concluir-se que o crítico não cotejara nem vira as duas edições, e tampouco as subsequentes, como parece deveria forçosamente fazer antes de criticar: demais se tivesse bem lido a minha terceira nota, escusava dizer «Importa pois saber», caso esta phrase seja dirigida a mim, porque seguro alli que as mudanças citadas pertencem aos editores e não a alguma das edições de 1572. Se a elle *importava saber* e não a mim, então a culpa não hé minha. Que o crítico julgue as mudanças que citei, boas ou más, hé matéria de opinião, e perdoar-me-há de não fazer a isso attenção.

Porem era-lhe conveniente fazer todo este ruido para increpar-me (pag. 12), ora se seguir as edições que professava desprezar, ora de fazer mudanças a meu arbitrio, ora de não me servir das duas primeiras edições de Lyra, a que se affeiçoou, por eu ter declarado não as ter visto. Quem consultar e conferir a minha edição com a Princeps conhecerá a veracidade das duas primeiras accusações. Assim, com tom dogmático, reprehende-me de terceira culpa. Pag. 12: «Não sei como (o editor) não procurou para auxílio subsidiário obter as primeiras edições, que depois das de 1572, publicou M. de Lyra em 1591, *feitas polo original antigo,* as quaes o editor confessa não ter visto. *Importava por certo vê-las,* pois que publicadas tão pouco tempo depois das primeiras, que então devião estar nas mãos de todos, era quasi impossível que Lyra, que obtivera hum privilégio (provavelmente *por cessão feita por Camões*) ousasse viciar o texto; e hé igualmente provável, *para não dizer certo,* que M. de Lyra possuia algum m.s. do autor, ou algum exemplar *impresso e correcto* por elle, pois tendo Camões morrido em 1579, parece impossível que lendo *o seu Poema desfigurado* pelos muitos erros grosseiros que em ambas essas edições (de 1572) se encontrão, os não tivesse apontado. Era tanto mais importante ter presentes estas duas impressões de Lyra que por ellas *evidentemente* forão feitas as subsequentes.»

Pag. 13: «Hé verdade que o Sr Souza tem em seu poder hum exemplar da 3ª edição de Lyra com os commentos de Manoel Correa publicada em 1597... mas não hé possivel de julgar de huma edição pela outra, ainda que dadas por hum mesmo editor».

O crítico julgando que se eu não vira, com os meus olhos as edições de 1584 e 1591, não procurara colher noticias dellas, espraiou-se e deixou-se dizer quanto lhe veio à phantasia em sonhos. Posso pois informar os que não conhecem estas edições que possuo noticias bibliográphicas exactas dellas. Nenhuma das duas tem no frontispício a declaração de *feitas polo original antigo,* nenhuma tem privilégio, o que somente se acha na de 1597. Camões não obteve privilégio, por mais de *dez annos,* e este findava em 1581: não era provável cede-lo depois de morto. Não hé provavel, e menos ainda certo, que Lyra possuisse hum m.s. de Camões, ou exemplar correcto e impresso por este, porque o Poeta não imprimio, e porque se Lyra tivesse esse m.s. ou esse exemplar, o teria declarado, assim como não se descuidou de publicar que a edição de 1597 era impressa *polo original antigo.* O dito Lyra ou Estevão Lopes, fizeram as ridículas mudanças que apontei pag. XIV da Advertencia, que pelo modo o

critico ignora: e posso informá-lo que na Censura junta à edição de 1584, allude o Censor às ditas mudanças arbitrárias. Admiro como se atreve a assegurar que *evidentemente* as subsequentes edições foram feitas sobre as de 1584 e 1591, pois não as tinha jamais visto. O privilégio de Camões extincto, era livre a qualquer livreiro imprimir por sua conveniencia o Poema, obtendo as licenças ordinárias. Só em 1595 hé que Estevão Lopes pedio e obteve privilégio. A edição de 1597 não contem os commentos de Manoel Correa, *só impressos em 1613*, o que prova não ter o crítico conhecimentos destas edições, nem ter lido mesmo o que referi na Advertencia, pag. VIII e IX.

Se os críticos Annalistas conhecessem melhor as edições de Camões, não lamentariam que me não servisse destas interssantes edições, cujas variantes eu conheço se bem as não tive em meu poder. Permitam-me a opinião de achar que a Princeps contem o melhor texto, muito intelligível para mim, e que não reconheço esses erros grosseiros que lhe acha (sem a conhecer) o S^r^ Constancio. Erros typográphicos, fáceis de distinguir, não são motivos de clamar senão contra o impressor.

Não se limitam os preceitos do crítico a ordenar 1.° a confrontação das edições de 1572, 2° de apresentar a hum tribunal de críticos e philólogos os diversos textos e lições para obter a decisão delle, 3° de procurar o auxilio subsidiário das edições de 1584 e 1591 afim de poder huma edição expurgada suprir as originaes; porque exige muito mais e mesmo o que deve parecer incrível, tendo pronunciado que o Poema estava desfigurado nas primeiras de 1572, como vamos ver.

Pag. 36: «Hé muito para desejar que a Academia ou alguma pessoa douta publique hum fac-simile das duas edições de 1572 e das differenças que se acharem nos diversos exemplares de cada huma dellas (cujos caracteres transcrevo (p. 37) da minha nota), as quaes conferidas com as primeiras de Manoel de Lyra, devem dar-nos o texto o mais correcto».

Duvido que se encontre alguma corporação ou pessoa disposta a cumprir os desejos do S^r^ Constancio, que parece zombar quando pede hum fac-simile das edições de 1572, depois de ter dito que o Poema está nellas desfigurado por muitos erros grosseiros, e quando avalia muito as primeiras de M. de Lyra, que nem por sombras as conhece. Tres impressões tão custozas não hé facil que as obtenha; mas bem vejo que se contentara como até qui das vulgares, que só lhe são conhecidas.

Não satisfeito o crítico de desaprovar a minha escolha do texto da edição Princeps, pretende provar que não executei o que prometi. Verdade hé que a sua vehemencia o faz cahir em algumas incoherencias, por não conhecer as antigas edições, como se poderá ver:

Pag. 15, l. 24: «Da edição do S^r^ Souza, que elle diz ser conforme à primeira de 1572, pode mui bem affirmar-se que *muito* differe della, pois que na delle se nota grande número de correcções de todo o género, e *lições que se não achão na primitiva edição.*»

Pag. 27, l. 17: «*As mudanças* (não fallo por ora das orthográphicas, feitas pelo editor (Souza) são *poucas e quasi todas meras correcções de lettra*, que o sentido e harmonia do verso parecem exigir e que são provavelmente (prova do editor nada conhecer) erros typográphicos das antigas edições.»

Pag. 12, o crítico tinha dito:« Não tendo o Editor podido cotejar as duas edições de 1572... não lhe restava outro recurso senão o de consultar as edições que elle professa desprezar e usar do seu próprio discernimento, fazendo como muitos dos

precedentes editores, cuja liberdade o Sr Souza censura. Quem observar esta edição verá que a maior parte das *emendas* são *absolutamente conformes àquellas que nas mais vulgares edições se encontram*».

Ibidem continua: «Na primeira edição ha *erros manifestos*, cuja *emenda não hé fácil adivinhar*.»

Pag. 15, no fim. Depois da asserção que a minha edição differe da primeira, sahe-se com estoutra: «Neste sentido hé que a segunda de 1572 não hé conforme à primeira, e que os exemplares desta não são conformes entre si; e que a edição de M. de Faria hé e não *hé conforme às de 1572*.»

Não sei se outros entenderão tal algaraviada, eu confesso não comprehendê-la, e só vejo que o crítico não conhece cousa alguma da matéria em que falla. Vai por diante:

Pag. 16, último §: «Do grande e mui patriótico desejo de teve o Sr. Souza de dar ao mundo huma sumptuosa edição, *resultou a precipitação com que procedeo*. Estando já impressa a edição de 4° quando teve a fortuna de deparar com o exemplar da segunda de 1572, não lhe era possível aproveitar o que nella houvesse de encontrar de bom, nem tornar a fazer outra e mui dispendiosa edição. Restava-lhe o expediente de melhorar a edição que hoje publica, mas nesse caso seria esta superior em merecimento literário àquella... Em taes circunstancias, *quasi que se vio o editor na necessidade de fazer menos caso da segunda de 1572*, contentando-se com ajuntar em nota algumas das differenças e todas as variantes que observou.»

E pode, e ousa fallar o critico de *precipitação*, elle que não fez perquisição e estudo algum antes de improvisar esta crítica que por falta dela dá as provas evidentes da sua *precipitação*? A menos de publicar o fac-simile das edições de 1572, que mais podia hum editor fazer que dar huma taboada de differenças orthográphicas, outra de erros typográphicos e terceira de todas as variantes destas edições, que elle foi o primeiro a fazer conhecer? Qual editor de clássicos fez mais? Entre nós, nenhum! a gratuita e leve supposição que alli inventa contra mim, prova ou que não leo o meu trabalho, ou que de propósito e maliciosamente occulta duas passagens minhas da edição in 4° que contradizem a sua injusta supposição. Aqui as transcrevo daquella edição:

Pag. 377: «Pelas cópias que pedi exactas das estancias e versos (da edição 2ª de 1572) em que podia haver dúvida ou controversia, obtive igualmente *a certeza* do modo porque as duas edições (de 1572) davam as lições mais notáveis.»

E que eu as conhecia, prova-se pelo que digo pag. 28, 29 e 30 da Advertencia, e outros lugares, e pelas citações das mais variantes.

Pag. 381: «Se no meio desta falta de notícias e huma tal escuridão, me hé lícito dizer o meu parecer, julgo que a primeira hé a que Faria chamou *el original*. Se por modestia posso ter alguma hesitação (*não para mim*, mas para o público) em preferir a primeira (de 1572) à segunda, ou sem nenhuma dúvida pronunciar altamente que *ambas são muito preferíveis a todas as outras* publicadas depois com os vícios atrevidos dos seus editores.» (Ed in 8°, pag. 386, repito o mesmo.)

Portanto, já na edição in 4.° deixava evidente preferencia da primeira edição, sem fazer pouco caso da segunda.

Pag. 16: Accusa-me o Sr. Constancio de não ter dado provas irrefragáveis das culpas dos editores que me precederam, e censura-me dos termos e pouco fundamento com que os maltratei, pag. 389, 390 e 391 da ed. in 8.°.

Espero que se abra aquella edição nas páginas citadas, e o leitor julgará em vista dos lugares que copio fielmente do Padre Thomas e do Discurso crítico apologético, daquelle editor, se tinha razão de dizer que as proposições delles eram incoherentes e leves, e que ambos (os sobreditos e não o P.e Thomaz e Faria, como o crítico diz) enganaram o público. Por ventura, o Sr Constancio sustentará que a asserção do Padre Thomas (pag. 308 da ed. de 1782) de que se lia o verso: «Da may primeira co terreno seio»: assim na segunda edição, sendo falsa como hé, elle Padre não enganava o público? Mas enfim, que mais fiz eu do que dizer o mesmo que antes de mim Manoel Correa, João Franco Barreto, Manoel de Faria e o mesmo P.e Thomas de Aquino e o seu Apologista tinham dito, queixando-se dos seus predecessores por terem dado edições *mendosas e corruptas;* com esta differença porem que elles contentaram-se de o affirmar, e que eú dei todas as provas do meu dito.

O crítico ou não sabia ou esqueceo que J. F. Barreto diz, em 1631, no Aviso ao Leitor: «Torney por empresa (vendo os vícios com que tão corrupto andava (o Poema) contra o que ao crédito e nome de Camões se devia, assistir à emenda desta edição com maior cuidado, etc...» Ora hé opportuno observar que, antes de 1631, não ha noticias de outras edições que das seguintes:

Edição de Manuel de Lyra	de 1584
Ditto	de 1591
Ditto	de 1597
Ditto de P. Crasbeeck	de 1607 (incerta)
Ditto	de 1609
Ditto	de 1613.

em todo 6, e não mais!

Desejaria que este crítico, tão bem informado de tudo, quizesse dizer-nos quaes destas edições João F. Barreto julgava corrompidas, e quaes são os fundados motivos que tem o Sr Constancio de preferir as duas primeiras de Lyra para servirem de auxilio subsidiário? Manuel de Faria, em 1639, queixa-se em diversos lugares dos precedentes editores: o P.e Thomas e o seu Apologista tratam de *suspeitas, indignas* e *mendosas* todas, excepto a de Faria e a de Crasbeeck de 1609: então porque sou eu censurado quando provo a minha affirmação por exemplos tirados de todos elles (desde pag. 392 até 402) de que todos viciaram o Poema. Se o crítico as approva, não disputarei a sua opinião.

Julgo próprio deste lugar fazer menção da injusta querela que o Sr Constancio me intenta pag. 14, mofando de mim por me ter permittido huma bem natural supposição *expressa condicionalmente* sobre as edições de 1609 e 1613, ambas ellas imprecisas pelo mesmo Crasbeeck, publicadas por Domingos Fernandes, dedicadas a D Rodrigo, na distancia de quatro annos. Creio não ser atrevida a supposição de que não variassem no texto do Poema. Ajunto: «*Se assim hè,* a de 1609 e a de Faria não concordam, como diz o P.e Thomas, cujas affirmações tinha descoberto não serem exactas, e se contradiriam alli nos lugares citados, em que ora declara que *a de 1609 concorda com a de Faria,* ora que hé *a mais certa e a mais completa,* à excepção da do mesmo Faria. Se estas duas proposições não são contrárias, ignoro o que sejam contradições. Ouso repetir que a edição de 1609 não concorda com a de Faria, e estou certo que o Sr Constancio não provará o contrário.

Tenho a mesma certeza de que não produzirá hum lugar da Advertencia e Notas e de toda a minha obra que possa justificar a sua falsa asserção, pag. 15, l. 9 «de eu interpretar injustamente que as duas edições de 1609 e 1639 em tudo differem das de 1572»; porque nem interpretei nem proferi tão absurdo erro. Quem assim se permitte torcer a verdade: *cavil he may, but never criticise* (Pope).

Devo necessariamente ser prolixo para mostrar todos os meios que a malicia excogitou, alterando a significação de palavras, baralhando e confundindo tudo, afim de nada achar bom no meu trabalho literário: tem paciencia e attende, porque o artificio do crítico pode illudir os que não conhecem a matéria e os que não a estudaram.

Quiz pois o crítico achar-me tambem em contradicção, e para isso transforma o sentido do termo *debaixo dos olhos*. Lembra-te que L. de Camões, por privilégio a elle concedido, e estando presente em Lisboa, fez alli imprimir o seu Poema em 1572, do qual se publicaram no mesmo anno duas edições. Não podia sem seu consentimento fazer-se a impressão, pois o Poeta assistia em Lisboa e della não podia ausentar-se. Concede-me observar que o termo *debaixo dos olhos*, muito usado pelos modernos, hé derivado do francês *sous les yeux*, e ambos do latim *sub oculis*. Os nossos diccionários não o explicam, mas o da Academia Francesa explica: *sous les yeux de quelqu'un pour dire en sa présence. Sub oculis domini suam probare operam*, Caesar, Lib. 1, *De B. civ.* Julgo portanto que, desejando explicar a assistencia e presença de Camões no lugar e tempo em que foram impressas as duas edições de 1572, me servi (segundo creio e entendi) do próprio e conveniente termo *debaixo dos olhos*. Eis aqui a passagem da minha obra aonde se encontra este termo. Advertencia, pag 11: «Me parece claro que elle (Camões) *assistio à impressão* da primeira edição». (O que não hé dizer que foi o impressor ou o poeta). *Ibid.*, pag. XI. «As primeiras edições impressas *debaixo dos olhos de Camões etc...* (vide a pag. XIII; pag. XXV, ibid.). «O meu primeiro cuidado foi o de dar puro o texto original do Poema... restituido conforme à edição Princeps dada por Camões, *impressa debaixo dos seus olhos*». Notas, pag. 387, l. 3: «Julgo ter assaz fundamentado a minha opinião de que a edição primeira foi feita sobre o manuscripto de Camões, o que deve faze-la preferível à segunda, *cujas variantes não se sabe quem as ordenou.*» (E quem sabe se foi elle ou outrem?) Ibid., pag. 386: «Se não se pode concluir *indubitavelmente* que L. de Camões vendeu o seu privilégio a algum livreiro, como hé natural suppor, conhecida a sua indigencia, ao menos quem reparar na mudança da orthographia e nas insignificantes ou indiscretas correcções que se encontram na segunda, *poderá facilmente conjecturar* que o mesmo Poeta, entregando para a primeira o seu m.s., *não corrigio as suas provas*, e sobretudo não teve parte nas mudanças orthográphicas da segunda (pois hé provável que elle quisesse patentear a sua incerteza e ignorancia em orthographia), nem foi o que dictou as palavras mudadas na segunda.»

Perguntarei a qualquer pessoa de boa fé se há nestes lugares citados huma sombra de contradição, e se a malevolencia só podia sobre elles escrever a seguinte insultante crítica.

Pag. 17: «Desta Nota, própria da edição que examino, se vê que já o seu autor não pensa como pensava à pag. XXV da Advertencia, que a edição Princeps de 1572 fora *impressa* debaixo dos olhos de Camões, nem como à pag. XI (vide acima)». *Parece escusado insistir mais sobre contradicção tão manifesta.*

Hé! Doucement, de grâce, un peu de charité,
Docteur, ou, tout au moins, un peu d'honnêteté.

(Molière)

Não me demorarei em fazer-te observar como o Sr Constancio, sem ter outros conhecimentos das edições de 1572 que os apprendidos na minha, decide a sua preferencia pela segunda edição, fundando-a em que nesta *não ha hum só erro que seja grave* (p. 20), e occultando com a sua boa fé costumada os erros typográphicos comuns às duas edições — e fazendo grande bulha de que na primeira, achando-se, C. IX, est. *30 ondas* por *obras*, e C. X, est. 126 *ventos* por *montes*, exclama, pag. 19: «Como hé possivel crer que Camões deixasse passar (os ditos erros)?» E quem ignora a difficuldade de ver todos os erros? Diversas pessoas, entre ellas o Conde de Palmella e Mr Verdier, não os julgam *erros;* opinião que se pode mui bem sustentar.

Pag. 20: «Passo agora ao que o editor chama variante... e dellas affirmo sem hesitação que apenas 3 ou 4 devem ser rejeitadas». Não disputo os seus gostos, mas não reconheço a sua autoridade. Ibid. continua: «Antes de dar exemplos da minha asserção, *devo notar alguns defeitos mui graves que encontrei* nesta nota do editor. 1° Poz no fim de todos os versos citados como variantes hum ponto final, de forma que hé impossivel saber como se acham impressos nos originaes, e se acabam com virgula, *ponto e virgula*, com ponto, ou sem nenhum destes signaes. 2° Entre os *erros* (typográphicos) que notou, só nos dá pequeno numero delles, posto que muitos alterem o sentido e se lhe possa dar o nome de *variantes*. Alem do que entre as diferenças de orthographia, *pode* haver algumas que transtornem o sentido ou mudem a harmonia do verso. Porque não imprimir mais páginas de erros e variantes das edições preciosas? 3° Na indicação dos erros, p. 381 e 382, tres vezes se acha *pag.* em vez de *est.*, de modo que hé impossivel saber a que Canto e a que estancia pertencem.»

Risum teneatis! Quanto ao 1° *mui grave defeito*, ninguem ignora que hé regra è uso da Arte de imprimir de dar os versos solitarios de lição varia finalisando-os com hum ponto, e em qualquer livro aonde se acham, o poderia o crítico apprender. Se conhecesse as edições de 1572, saberia que nellas não se acha *ponto e virgula*, e se lesse com attenção pag. XIII, l. 18, da Advertencia, não lhe teria escapado esta inadvertencia. Quanto ao 2° *mui grave defeito*, hé singular que passados 245 annos sem que o crítico nem ninguem se occupasse de fazer a menor averiguação sobre as duas *preciozas* edições, agora se acorde o Sr Constancio de não satisfazer-se das tres longas táboas que se acham na minha edição, e de pretender hum fac-simile ou cousa semelhante dellas. Jamais se exigio semelhante tarefa de nenhum editor de clássicos antigos ou modernos. O 3° *mui grave defeito* hé curioso e mostra a intelligencia e attenção do crítico.

	Erro	Emenda
No Canto VI,	pag. 97 Quinto,	por C. Sexto
	pag. 100 Quinto,	por C. Sexto
No Canto VIII,	pag. 128 Octavo,	por C. Octavo.

Ponha-se em vez de Pag. Estancia, como, e em que verso, se achará C. Quinto por C. Sexto, etc. Não vio que eram erros da Paginação? *Diligenter legendum est,*

ac paene ad scribendi solicitudinem: nec per partes modo scrutanda sunt omnia, sed liber utique ex integro recumendus. Quintil.

Principia o Sr Constancio as suas reflexões sobre as variantes das Edições de 1572. Publicadas por mim, cada hum podia escolher a lição que preferisse, mas não culpar-me de differir da sua opinião, sobretudo quando me tinha proposto a seguir a Edição Princeps. Ninguem tem direito de julgar-se infalível, e menos de violentar as opiniões dos outros: assim a boa razão como a civilidade exigem que em materias controversas se use sempre das modificações: *parece-me*, a meu ver, tal opinião melhor, tal variante preferível. Se o crítico, por falta de estudo, não entendia hum verso de Camões, devia lembrar-se do preceito de Quintiliano. «*Modeste, et circumspecto judicio de tantis viris pronunciandum est, ne (quod plerique accidit) damnent quod non intellegunt. Ac si necesse est in alteram errare partem, omnia errum legentibus placere, quam multa displicere maluerim*». A arrogancia dogmática cabe ainda menos quando a matéria e os livros vão desconhecidos ao crítico.

Pag. 21 Canto I. Est. 24.
1ª Edição: Se do grande valor da forte gente
Do Luso, não perdeis o pensamento.
2ª Edição: Se do grande valor da forte gente
De Luso, não perdeis o pensamento.

Creio escusado gastar tempo em provar que se deve ler *Da forte gente de Luso*, e não do *Luso*. «Escusado lhe não era saber que nas duas edições se acha» *Do Luso*, e *De Luso*, entre vírgulas, e nesse caso era próprio entender *do paiz* Luso, tanto mais que a *forte gente* aqui eram não *os companheiros de Baccho*, e *incolas primeiros da Lusitania*, mas seus descendentes. Podia cortar huma questão de lana caprina, sendo sufficiente resposta achar-se na edição primeira a minha lição: mas quiz demonstrar quanto convem mal o tom orgulhoso ao Sr Constancio e que a variante da Segunda Edição hé prova de ser feita por algum proto semelhante ao crítico.

Pag. 21. Canto I. Est. 29.
1ª Edição: Começàrão a seguir sua longa rota.
2ª Edição: Tornàrão a seguir sua longa rota.

«Nem o actual editor *nem os anteriores* adoptaram esta emenda que hé *evidentemente* acertada visto que tendo a frota navegado de Lisboa até perto de Melinde, aportando alli, tornava e não começara a seguir a sua rota.»

Confesso ser necessária paciencia para responder com socego a huma sufficiencia e philáucia tal, sem fundamentos. *Muitos dos anteriores editores* (prova de não conhecer as edições) adoptaram a variante da segunda, por deixarem de reparar que Jupiter ordena que a frota entre e se demore em Melinde (e não perto de Melinde) e que depois de restaurados *começàrão* a seguir sua rota. O termo hé mais próprio da autoridade, e vista a demora da frota, conveniente. Que questões!! A seguinte oitava allude ao Gama preso em Calecut:

Pag. 23. C. VIII. Est. 90.
1ª Edição: Que antes quer sobre si tomar o peso
De quanto mal a vil malícia ousada lhe andar *armada*...
2ª Edição: lhe andar armando...

«A segunda emendou o 7º verso assim. Nas mais vulgares edições se acha assim emendado, *e bem emendado, digo eu* (Magister dixit). O Sr Souza deixou-o como estava no seu exemplar (na edição Princeps), isto hé *inintelligivel*».

Demonstrarei que se hé ininteligível para o Mestre, o não será para os discípulos, traduzindo em prosa os citados versos. «*Gama quer antes tomar sobre si o pezo de quantos males a vil malicia andar armada contra elle*» (i.e. lhe tiver preparado). *Armada* alli significa predisposição, preparos feitos de enganos, ciladas, etc. *Andar armando,* hé dispondo, perparando o que hé huma acção só presente. Parece-me que a intelligencia do lugar da Pr. Ed. será clara para todos.

Pag. 24. «A Pr. Ed. tem C. X, est. 97: que parte Africa tem. A segunda corrige o verso... que *a parte África tem,* tornando o verso claro e fazendo Africa adjectivo.» Se o crítico conhecesse os nossos Clássicos, saberia que diziam *parte Africa* sem o artigo. Vide Barros, Dec 3ª, L. 9º. Cap. 6º.

A mais severa crítica não ousaria disciplinar hum editor que, conformando-se ao texto adoptado pelos precedentes e approvado pelo mesmo crítico, tivesse enunciado modestamente a sua própria opinião de preferencia pelo texto, abandonado, da Edição primeira. Que utilidade ou que necessidade, por causa de Literatura, podia haver para esta discussão? Qual hé a autoridade do Sr Constancio para pretender subjugar a opinião particular de alguem? Quaes são os sentimentos que deve excitar em todo o homem a arrogancia e a grossaria com que elle trata as minhas opiniões? Julguem.

Citarei as passagens da minha Advertencia. «Pag. XXVIII, C. IV, Est 32. A Edição primeira tem *A vida de senhora feita escrava.* Deixei, ainda que com muita repugnancia, a alteração feita por todos os editores: *A vida de senhora feita escrava*». Eis aqui o meu Pedagogo julgou apropositado dizer-me sobre isto.

Pag 28: «A primeira edição hé ininteligível, a segunda não hé boa, mas entende-se. E por ventura, traduzindo a primeira lição (subentendendo as palavras precisas, como hé permettido em poesia) não se entendera: a vida de hum senhor a huma vida (tornada), feita escrava, ou de escravo?» Todos não são faltos de commua intelligencia.

Na Advertencia, pag. XXIX, C. VI, Est. 41, o 4º verso hé dado assim pela primeira edição: *Não fosse* amores, nem delicadeza.

Segunda Edição: *Não soffre* amores, nem delicadeza.

Acha-se assim mudado. Deixei-o assim com os mais editores, mas não obstante as regras de Grammática, a outra lição *parece-me* mais poética, *na dúvida não ousei* conserva-la.»

Sobre esta singela opinião, o meu Pedagogo trata-me assim:

Pag. 26: «Grande deve ser a veneração que o Sr Souza tem a esta edição primeira, que *tanto lhe pesou corrigir o erro o mais evidente* que seja possível imaginar. Onde está a nergia poética d'este *fosse* que com tanta repugnancia riscou o editor? Se poético hé synónimo de ininteligível, nesse caso, mui poético hé este *fosse.*»

Vejamos se este erro hé tão ininteligível como pretende o Mestre chocarreiro.

Os marinheiros soldados queriam entreter o sono durante o quarto de vígia; hum delles propoem que com algum conto de alegria, e melhor, de amores, ao que:

> Não hé disse Velloso, cousa justa
> tratar branduras em tanta espereza;
> que o trabalho do mar, que tanto custa,
> não fosse amores, nem delicadeza. etc,

Todos sabem, na nossa lingua, empregar-se o *que* em vez de *porque* e *para que:* as im *parece-me* que se pode traduzir em prosa esta passagem: «Velloso rompe, que não era justo tratar branduras em tanta espereza, porque trabalho no mar tão penoso não parecesse (e por mais energia) *não fosse* (passando a apparencia à realidade) amores nem delicadeza, isto hé occupação de amores e delicadeza». Não tenho a presumpção de julgar que a minha opinião seja a melhor; mas communicando no tempo este lugar a dous homens de lettras distintos, não só o julgaram intelligível, porem preferiram o texto da primeira Edição.

Escuso por certo responder à calumniosa accusação de que eu faço pouco caso da *segunda* edição, porque hé contradicta à pag *386,* l. 21 das minhas Notas, se bem lhe prefiro a *Princeps:* nem mesmo direi cousa alguma sobre os seus paradoxos de que as *edições primeira, cheias de erros grosseiros, passagens ininteligiveis e versos aleijados, não bastam para fazer huma nova* porque não as conhece nem de vista, nem os seus oráculos são leis (57). Veja se p. 26 e 27 da sua crítica: vamos adiante.

Pag. 28 e 29: «Huma lição conservou da Ed. Pr. de 1572, contra o parecer dos mais editores, que, não obstante o que diz em abono della, me parece inadmissivel pela melhor de todas as razões, que hé o não offerecer sentido: Esta lição (...) consiste em conservar *no mais* em vez de *não mais:*

> Canto III, Est 67: *No mais* que so sessenta de cavallo
> C. X, Est. 145: No mais, Musa, no mais, que a lyra tenho.

Diz o Editor (Souza):

«Conservei *no mais* em preferencia a *não mais* nas estancias (sobreditas) por ser evidente que Camões assim o queria, visto que na mesma estancia e em muitos lugares escrevo *não* e *nam:* demais ha huma certa singeleza neste *antiquado* termo que me parece conveniente, sobre tudo no último lugar citado.» Não sei se o público achara esta razão cabal, eu confesso que não entendo onde está aqui a singeleza, nem como seja possivel entender o texto lendo a proposição *em* junta com o artigo masculino *o* em vez da particula negativa *não.* Hé isso motivo para attribuir (a Camões) mudanças de huma parte da oração por outra que torna a phraise ininteligível? Se ao menos o editor suppusesse que Camões poderia ter escripto *nom* ou *nõ,* então poderia achar-se razão em conservar *nõ,* mas em caso nenhum *No,* contracção de *Em o.*»

1° A sentença do verso nos dous lugares hé tão clara que só o mais imbécil ignorante poderia entender *no mais* por *em o mais.*

2° A expressão de que me servi para conservar *no mais, antiquado* termo, em preferencia *de Não mais,* parecem-me tão claros que só a extrema falta de candura

(57) Tanto mais que, por singular contradição, as chama depois *preciosas.*

poderia interpretar que eu cahia no despropósito de que sou accusado, e o attribuia a Camões.

3° Hé patente pela expressão do crítico, contra o parecer dos mais editores, que ignora as antigas edições, pois

As duas originaes de 1572 tem *Nomais.*
As tres de Lyra de 1584, 1591 e 1597 tem *No mais.*
As duas de P. Crasbeeck de 1609 e 1613 tem *No mais.*
A de João Franco Barreto de 1631 tem *No mais.*

Todos estes editores escusaram as lições grammaticaes do crítico, nenhum tomou o termo por *em o mais;* nenhum lhe poz o *til* que exige o S^r^ Doutor Constancio. Seria reconhecer mal a superioridade do seu saber, se ousasse explicar-lhe em que consiste a singeleza do termo nos dous lugares.

Pag. 29 e 30. «Tampouco approvo deixar (o editor Souza) substistir a palavra *estregando, por esfregando* (Canto VI, Est. 39). Ouçamos a razão que dá. Diz que a conservou por julgar que o Poeta a derivara do latino *extergo, tendo o vocábulo esfregar perdido talvez a nobreza do seu tempo!* Custa a crer que no tempo em que dizia *estirar os membros,* não fosse licito *esfregar os olhos!* O certo hé que hoje ninguém o estranharia. Em quanto à supposição de *extergo,* não só hé inteiramente *gratuita,* mas *extergo* ou *extergeo* nunca significou em latim *esfregar* no sentido de *esfregar os olhos,* e só quer dizer *limpar esfregando.* Alem do que hum *f* trocado por hum *t* hé erro typgraphico dos usuaes.»

Principiarei por estabelecer o que o crítico, pela última phrase, mostra ignorar, que ambas as edições de 1572 tem *estregar,* que foi conservado nas de Lyra de *1584* e 1597, na de Crasbeeck de *1609,* na de M. de Faria de 1639, nas vulgares do P.^e^ Thomas: assim não foi erro dos impressores.

Diversos autores, entre os quaes o autor do Discurso crítico já citado, julgaram que o Poeta o tinha tomado do hespanhol, e disto há muitos exemplos nos nossos clássicos, como se pode ver na Ulyssea, Malaca, Conquistada, Affonso Africano e em Vieira: mas pareceo-me em lugar desta opinião dar *talvez* outra que *talvez* poderia ser acceita dos Portugueses. As duas linguas são irmãs, e como as do meio dia tiram a sua principal origem da lingua latina: e creio que os vocabulos hespanhol *estregando* e portuguez *esfregando* tem a physionomia de irmãos. Creio tambem que não se procurara a sua etymologia na lingua céltica ou na arábiga, mas na latina, e que facilmente se achará que derivam de *extergo.* A minha supposição não parecerá assim a todos inteiramente gratuita: embora o S^r^ Crítico nos ensine que *extergeo, abstergeo, detergeo,* signifique *só limpar esfregando* (ou se quizer, *esfregar limpando*) e não no sentido de *esfregar olhos.* Os Latinos diziam *abstergere lachrymas:* nós empregamos o verbo *esfregar* para *esfregar sobrados, copos e olhos,* e vulgarmente as *costas.*

Não hé a ti, meu Sobrinho, a quem lembrarei os conhecimentos geraes da linguagem e do estylo que me parecem pouco familiares ao crítico. Não necessito, quanto às palavras, recordar-te os versos de Horácio: *Multa renascentur quo jam accidere, etc...*: nem offerecer-te exemplos em todas as línguas, das vicissitudes que os vocábulos experimentam na sua significação, nobreza e uso; nem apontar outros italianos, franceses, castelhanos e portugueses que, não obstante a mesma origem, tem diversa significação nas respectivas linguas; tampouco te indicarei as differenças de estylo e de phrases naturaes própria aos diversos géneros de composição; porque

se as formas empregadas pelos controversistas não são estranháveis talvez, se os dictérios baixos e mordazes dos Jornalistas são próprios delles, por certo esses estylos e phrases não convem à crítica sãa de huma obra feita com amor da verdade e zelo pela litteratura.

Thó learn'd, well-bread; and tho well--bred, sincer;
Modestly bold, and humanly severe; etc...

Para não cahir no defeito contrário, não citarei aqui os duros termos com que o autor do Discurso apologético da edição do P.e Thomaz trata, pag. 69, 70 e 71, hum crítico da índole do Sr Constancio, sobre a objecção que elle faria a este mesmo *estregando*.

Pag. 34 e 35. «Entre as correcções feitas pelos editores, ainda os mais dignos de crédito (ai de mim! sem os conhecer!) e desprezadas pelo Sr Souza, só citarei agora a seguinte.

C. VI, Est. 73, Ed. Pr.:

Tres marinheiros duros e forçosos / a manear o leme não bastaram;
Talhas lhe punham d'huma e d'outra parte, / Se aproveitar dos homens força, e arte.

Manoel Correa emenda o ultimo verso assim:

Sem aproveitar dos homens força e arte.

A esta emenda diz o actual editor: «M. Carrea (que não sabia o que eram talhas) não entendeo o verso e alongou-o a doze syllabas» Ora quem ignora o que são talhas de leme? e que importa saber se são cordas ou qualquer outro aparelho... para a intelligencia do sobredito verso, o *qual com o* se *fica absolutamente inintelligivel a náuticos e aos que o não são*. Em quanto à bondade do verso, hé certo que melhor ficara lendo-se: sem aproveitar d'homens, etc.»

Aqui diz huma injúria a Camões, e declara que *o verso da variante era certo*, e continua comigo: «Hé de notar que o Sr Souza, que em outro lugar se estribou para defender a lição do verso: da primeira co tereno seio — na autoridade de M. Correia, agora a despreza.»

Devo refutar logo esta accusação de inconsistencia que me intenta o Crítico, porque parece-me que a não há em admitir a veracidade de hum homem (cujos contemporáneos attestam a sua probidade), certificando hum facto e dito ouvido a Camões, e corroborado pela lição das edições de 1572, e não approvarem huma matéria de gsto, a mudança que o mesmo homem, ou o editor, fez de hum verso de Camões; nem em haver tomado as *talhas* por *barris*.

Pode conhecer-se a candura do Sr Constancio neste reparo. Mas vamos à questão do verso, e confesso que mal entendo como o crítico acha certo o da variante de Manoel Correa, e certo o da sua variante, pois me parece que os mesmos ouvidos não podem admitir a certeza de ambos. Deixarei este ponto à sua decisão. O verso: se aproveitar dos homens força e arte, acha-se assim nas duas edições de 1572, e isto bastava para minha defeza. O mestre Luís Gomes de Tapia, que traduzio os Lusíadas em 1580, muito bem o entendeo e traduzio: si aprovechar pudiesse esfuerço y arte. O traductor moderno Gil tambem assim o entendeo, e o allemão Winkler, como o italiano Paggi assim o entenderam: de forma que outro menos ardido crítico não ousaria,

por não entender o verso, pronunciar que era *ininteligível a náuticos e aos que o não são*. Perdoa, meu Sobrinho, huma explicação ociosa para ti. Os que se atreveram, por falta de intelligencia, em mudar o *se aproveitar* no *sem aproveitar* não reflectiram em que faziam a phrase amphibológica, pois tem dous sentidos: 1° — *sem que pudesse aproveitar a força dos homens;* 2° — *deixando de aproveitar*. Bem vejo que a sentença dos versos precedentes exige tomar-se o primeiro sentido; mas hé forçoso sub-entender *que pudesse*, ou *que possa*. Ora conservando a lição das edições originaes, o verso hé muito intelligível, subentendendo *pode* ou *podesse* assim se { pode / podesse } aproveitar, etc. Na Eneida, L. 2°, v. 320 e 321, le-se: *Sacra manu, victosque Deos, parvumque nepotem ipse trahit, cursuque amens ad limina tendit.* Os quatro *professores*, na sua tradução, puseram esta nota a *Trahit:* «Ce verbe fait une image bien naturelle, mais il ne convient qu'au dernier mot *nepotem*. Les autres sont régis par un vrbe *sous-entendu*, tel que *tenet*, portat. Cette figure est ordinaire dans le latin».

C. I. Est. 2ª: Se a tanto me ajudar o engenho e arte .Hé a mesma construcção, Sr Pe Mestre. Mas eis aqui hum verso de Ferreira (*Castro*, 1° acto) que o crítico não entenderá por ignorar o verbo que se lhe deve substituir: Elle à mulher andado, em odio e ira.

Pag. 35. (Depois deste lugar, e a propósito do sobredito verso). «Mas não hé este o único mao verso dos Lusíadas: e se algum mo negar, citar-lhe-ei os seguintes, *com que desparo neste instante*, e antes de todos, o verso já acima apontado.»

Experimenta-se huma satisfação que este *Campeador* contra o nosso Poeta enuncia o seu desafio em phrase que não hé portuguesa. Consola-me tambem ver que Pag. 32 e 33 em que accusa Camões de confundir huma pessoa com outra e de equivocar-se em mythologia (conhecimentos que ninguem ainda lhe negara) o crítico dê as provas, elle mesmo, que lhe faltam a que acharia no primeiro Diccionário da Fábula ou de Antiguidades que abrisse.

Acaba promettendo o exame da orthographia que adoptei; e a Mr Firmin Didot huma lista dos erros da presente edição.

Pag. 36, continua: «*Tem erros mui notáveis*, e hum que, abrindo a primeira edição de 4°, achei tambem nella. Só apontarei por ora os seguintes:

	Erros	Emendas
C. III. Est. 35. V. 22(58):	O fiel Egas amo	O Fiel Egas, amo
C. VIII. Est. 65. V. 6 .	co'a falsidade.	co'a falsidade
C. IX. Est. 16. V. 8 .	temidos	timidos
C. X. Est. 13. V. 8 .	Que	Que

A excepção do último erro, que não se acha na minha edição, os outros não o são e as *Emendas* seriam verdadeiros *Erros*. Para julgar do primeiro, copio aqui os 6 primeiros versos da oitava, que não tem 2!:

(58) Este erro feito neste lugar não pode dar grande ideia da perspectiva do Sr Doutor.

Não passa muito tempo, quando o forte
Principe em Guimaraens esta cercado
de infinito poder, *que desta corte*
foi refazer-se o imigo magoado:
mas, com se offerecer à dura morte
o fiel Egas amo, foi livrado, etc.

As phrases sublinhadas são incidentes. *Amo* hé o mesmo que *Aio,* e não significa, como hoje, *amo e criado.* Assim a intelligencia hé clara. El-Rey está cercado em Guimarães de infinito poder de inimigos: mas foi livrado pelo seu fiel amo Egas, que se offereceo à morte por elle. Transponha-se a vírgula como quer o crítico, aonde vai o sentido, e como entende elle Camões e a pontuação?

Passando ao outro pretendido erro. Leia toda a Est. 65 do C. VIII:

Se os antiguos delictos, que a malicia
humana commetteo na prisca idade,
não causaram que o vaso da iniquicia
açoute tão cruel da Cristandade,
viera por perpetua inimicicia
na geração de Adão co'a falsidade:
O poderoso Rei da torpe seita
não conceberas tu tão má suspeita.

Acaso ignora o Crítico que depois de huma longa phrase condicional (e aquella comprehende seis versos!) hé regra constante e racionavel, fazer huma pausa maior, sobretudo seguindo-se huma apóstrophe, que exige mudar o tom da voz? Sem isto, ler-se-iam os versos como os rapazes lem nas escolas. Tire-se o ponto e vírgula, como ordena o Crítico, e faltará a respiração ao que ler, e o sentido ao que ouvir.

O terceiro erro que nota de achar *temidos,* prova que não vio as primeiras edições, nem sabe que era termo usado naquelle tempo, e que não consultou mesmo o Diccionario de Moraes!

Parece-me (se não me engano) ter dado provas sufficientes de que o Sr Doutor não se applicou muito a conhecer a litteratura e particularmente pelo que diz respeito ao nosso Poeta, e a procurar notícias litterárias e bibliográphicas das diversas edições do Poema, como creio lhe era necessário, antes de criticar a minha edição, de modo que a sua crítica fosse proveitosa à litteratura. Mas quem critica sem prévios conhecimentos, procurando impor e agradar aos ignorantes, merece dar-se à sua obra o título de satyra e de libello. Certo hé que todos os que lerem este *ensayo de crítica* dos Annalistas, sem conhecerem a minha edição, poderão pensar, vendo tanta animosidade e vehemencia, que commetti hum crime de Lesa-Litteratura e Lesa-Nação, em erigir esta espécie de monumento, grato ainda que ténue tributo ao infeliz e grande homem que celebrou os nossos feitos.

Ah! meu Sobrinho, as injúrias que me disseram não podem afligir-me, mas lamento as provas evidentes de grosseiro estado da educação moral dos Portugueses; lamento que a Nação se não levante contra os que procuram menoscabar Camões,

como aqui, sem tanto motivo, foi levantado hum coro de vozes contra o jornalista Geoffroi por injuriar Voltaire. Hé tempo de acabar.

Vale et me ama.
S.

P. S. Ajuntarei aqui algumas explicações sobre as duas primeiras edições de 1572 e sobre as de M. de Lyra de 1584, 1591 e 1597, afim que o homem douto e imparcial decida entre mim e os criticos.

Hé indubitável que Luís de Camões, assistente em Lisboa, obteve privilegio e deo o seu m.s. para a impressão, que foi feita por António Gonçalves e appareceo em 1572; contra a qual não consta ter o Poeta opposto reclamação ou queixa. Por muitos annos ignorou-se que em 1572 o mesmo impressor fizera segunda edição, até que M. de Faria o disse na vida junta às Rimas impressas em 1685: com tudo ninguem até 1817, antes de mim, as tinha collacionado e caracterisado, pelo que varios eruditos julgavam que não tinha havido senão algumas folhas reimpressas por correcção, que se entresacharam depois em alguns jogos. Eu fui o primeiro que demonstrei terem sahido à luz em 1572 duas differentes edições, e que dei as razões da primazia entre elas. Estes são os únicos factos positivos e incontestáveis, e dahi por diante só podem formar-se conjecturas mais ou menos prováveis, no vasto império da imaginação. — Quem sabe se Camões vendeo ou não o seu m.s.? Se corrigio elle ou outrem as suas provas? Se vendida a primeira edição, foi feita a segunda por sua conta ou indemnisado desta permissão, ou se o livreiro ou impressor fraudando-o, procuraram por este meio maior lucro e conveniencia? Quem se atreverà a dizer que as variantes de huma dellas e a orthographia differente são de huma superioridade tão evidente que incontestavelmente devem attribuir-se a Camões, ou por serem primitivas no seu m.s. ou por serem correcções della na segunda edição? Claro que nestas questões só podem fazer-se conjecturas. Vejamos porém se podemos chegar a huma probabilidade a mais próxima da verdade para distinguir a primeira edição. M. de Faria designa como a primeira *el original* a que eu segui, e a que elle disse ter seguido em 1639. Como diz ter-se occupado da sua edição durante 25 annos, e como vivia poucos annos depois da morte de Camões, estava em circunstancias de poder melhor averiguar este facto, que indicado na nota à est. 21 do C. 9°, confirmou no § 27 da 2ª. As variantes desta que, na minha opinião, são triviais ou absurdas, mostram-me que foram ordenadas pelo livreiro ou proto do impressor, e que ella foi a 2ª edição. A orthographia desta, mudando a maior parte das terminações *am* em *ão*, e outras palavras orthographiadas por quem não sabia orthographia, fazem-me deduzir a mesma precedente conclusão. Confrontando os exemplares mais bem conservados, como o de Lord Holland e o da Biblioteca Real de Paris, parece-me pelos caracteres achar probabilidade que o de Lord Holland foi a *primeira* e a de Pariz a segunda. A mudança no frontispicio indica tambem que a primeira edição tinha sido toda vendida e destruida a gravura em pao do frontispicio pois se fez para a segunda hum novo copiado da outra como se apresenta aos olhos, e por isso sahiram as provas ao avesso, probabilidade de ser feita a segunda edição por conveniencia do livreiro, que hé corroborada pelo conhecimento da indigencia de Camões e pelas terceiras folhas impressas para completar os jogos. Da nota de Fray Josepe Indio no exemplar de Lord Holland, julgo se pode concluir que este frade, testemunha ocular da morte

de Camões, ou recebeo delle ou devia comprar aquella edição mais bem reputada. Quanto mais examino esta primeira edição mais reconheço ser a que se imprimio sobre o m.s. de Camões, com erros typográphicos que facilmente se reconhecem e não se podem estranhar visto o tempo e impressor.

Algumas das variantes que adoptei da segunda foi mais por tapar a boca aos críticos malévolos (do que me arrependo) que por gosto próprio. Alguns dos chamados erros, certo não o são para mim O que me consola hé que o texto da Primeira, como da 2ª, ficou completamente conhecido pelo que disse na Advertencia na 1ª nota e seu suplemento. Se houvesse hoje de fazer nova edição, seguiria ainda na minha consciencia o texto da que chamei e caracterisei *Primeira*.

Em quanto às edições de Manuel de Lyra que a summa ignorancia do Cirurgião Constancio requer para auxilio subsidiário, eis aqui o que diz Manoel de Faria da de 1584, e o repetio o Garcez: *otra (impression) dicen se hizo por orden de los Padres Jesuitas muy viciada, porque le trocaron estancias por otras y alteraron en algunas; aunque le pensaron ilustrar con unas brevissimas notas, harto superficiales.* Cl. 546, 4° tomo. Não se pode duvidar que estas alterações foram feitas por algum malévolo escrupuloso ou ignorante pois na Censura se fez menção da correcção pelo que respeita a Religião e bons costumes. Os Relatores da Academia dizem pag. XCV, tomo V° Memorias: «Logo em 1584 se principiou a corromper e alterar por hum modo de «que há poucos exemplos, o texto de Camões. Os editores que depois vieram, «pela maior parte ou ignorantes ou supersticiosos, seguiram esta mesma estrada; o cantar dos Lusíadas cessou de fallar a sua divina linguagem e tomou outra menos enérgica, servil e imprópria». O Secretário da Academia, no seu Discurso impresso na Parte 1ª, tomo VI das Memórias, pág. 19, fallando da edição de 1584, a intitulada *miserabilissima* edição de Nicolao de Lyra, parte de certo, a meu ver, dos sollipsos de J. Roque e Santo Antão, os quaes ousavam desfigurar o texto primitivo, multilando-o e interpolando-o a bel prazer com emendas e mudanças tão visíveis que certo não poderiam vir a quaisquer outras cabeças »

Veremos a Memória do Sr Sebastião Francisco de Mendo Trigoso, sobre as cinco primeiras edições. A sua falta de crítica e de gosto não promette obra boa, o que pode conjecturar-se dos seus escritos e do Relatório.

Pag. 9 do Relatório leia-se o § 9. Começa «Em circunstancias taes hé «evidente serem estas (de 1572) as únicas edições authorisadas: por huma parte foram ellas feitas em vida do Author, assistindo elle em Lisboa, e com o seu consentimento, visto o privilégio que se lhe tinha dado; por outra parte os editores que depois vieram, não tendo outros originaes com que se fundassem para suas emendas, fizeram-as arbitrariamente, e por conseguinte devem ser desprezadas por quem se propuser a dar huma edição genuina.»

N. B. Esqueceo-me de notar outra crítica, que a sua ignorancia faz de eu não pôr o til em hũa ou algũa para rimarem, pois não reparou que alli *hua* deve ter duas syllabas e *algua* trez. Mostrarei exemplos da confusão do uso do til pelo modo de crítico. «Vencida d'hũa molher e d'hum minino» (Ferreira): aqui d'*hũa* deve fazer só huma syllaba (59).

---

(59) Anne Gallut, idem, pp. 351-371.

6) — *José Bonifácio de Andrada e Silva e Mons. Joaquim José Ferreira Gordo*

Terminemos com mais dois nomes ligados à ressonância da edição do Morgado de Mateus na Academia das Ciências de Lisboa, citando *José Bonifácio de Andrada e Silva* e *Mons. Joaquim José Ferreira Gordo*. Este último (1758-1838) era doutor em Direito Canónico pela Universidade de Coimbra; foi cónego da Sé Patriarcal, Conservador Chefe da Biblioteca Nacional de Lisboa e membro da Academia das Ciências. Elogiou, largamente, a edição do Morgado de Mateus e escreveu muitos trabalhos que foram publicados nas *Memórias de Litteratura da Academia das Ciências*.

José Bonifácio de Andrada e Silva, em 24 de Junho de 1818, fez um discurso na Academia, ocupando-se do voto formulado por D. José Maria de Sousa Botelho no sentido de se promoverem os «Estudos camonianos» (60).

(60) Cf. *História e Memórias de Litteratura da Academia Real das Sciencias*, 1818, Tomo VI, parte I, pp. I-XXV; In Fr. da Silva, *Dicc. Bibl.*, Tomo IV, p. 103.

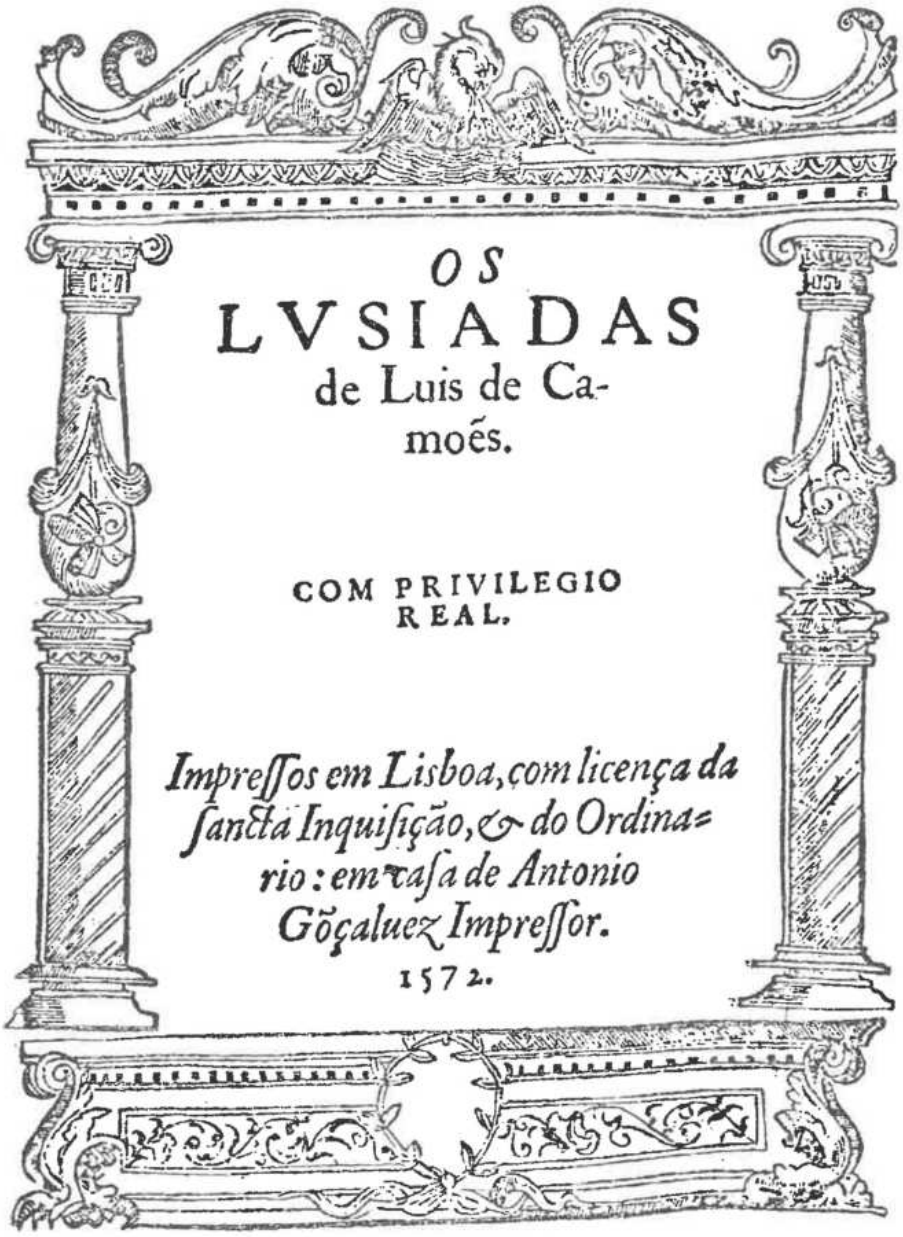


OS
LVSIADAS
de Luis de Camoẽs.

COM PRIVILEGIO
REAL.

Impreſſos em Lisboa, com licença da Sancta Inquiſição, & do Ordinario. em caſa de Antonio Gõçaluez Impreſſor.
1572.

El. E-2/72-S



OS
LVSIADAS
de Luis de Ca-
moẽs.

COM PRIVILEGIO
REAL.

Impreſſos em Lisboa, com licença da ſancta Inquiſição, & do Ordinario: em caſa de Antonio Gõçaluez Impreſſor.
1572.

Ed. E/72-D

III

Como foi visto o problema das duas edições «princeps» (1572). — O evoluir (ou o devir) deste problema, desde o Morgado de Mateus (1817) até aos nossos dias

1.º

A repercussão do grave problema de crítica textual de «Os Lusíadas», fora da Academia das Ciências (1820-1880);

INTRODUÇÃO:

A discussão provocada pela edição de «Os Lusíadas» (1817), da autoria do Morgado de Mateus, teve repercussão larga, tanto entre nós como no estrangeiro. Em Portugal, ela foi objecto da maior admiração e espanto; em França e na Inglaterra, não passou despercebida. Não admira; merecia-o. Na Alemanha, dois Portugueses, admirando justificadamente, a obra do Morgado, tentaram melhorá-la, corrigindo aquilo que lhes pareceu menos bem. E estava certo; não é por outra forma que se progride no campo de uma investigação honesta e séria.

É neste contexto que se repercutiu a ressonância da obra de D. José Maria do Carmo de Sousa Botelho Mourão e Vasconcelos, Morgado de Mateus, a qual mereceu todo e o maior interesse (os maiores elogios e alguma discordância) por parte de John Adamson (1820), J. B. Mablin (1826), Francisco Freire de Carvalho (1843), José Feliciano de Castilho Barreto e Noronha, irmão do grande poeta António Feliciano de Castilho (1845), Visconde de Juromenha (1860), António da Silva Túlio (1869) e Inocêncio Francisco da Silva (1850).

É o que passamos agora a mostrar, ou expor, com algum desenvolvimento para que se possa fazer uma ideia aproximada da dificuldade do problema, assim como dos parâmetros em que se processaram todos os esforços feitos, cheios de boa vontade, no campo da crítica textual de «Os Lusíadas», o qual, sáfaro e muito difícil, nunca foi abandonado.

A) O problema-base: a existência de duas edições «princeps» (E/72-D e Ee/72-S), de 1820 a 1880;

Indiscutivelmente, D. José Maria de Sousa Botelho Mourão (Morgado de Mateus), fez tudo o que pôde para dar cabal solução ao problema ou, ao menos, julgá-lo com competência. Porém, dadas as limitações que o rodeavam e quase o submergiam, na época, longe da pátria e sem auxílio eficaz, foi-lhe dificílimo fazer melhor. Mesmo assim, prestou um serviço inegualável que ninguém pôde ultrapassar. Muitas vezes, na solução a dar aos problemas, teve que optar. Por exemplo, quanto às duas edições, na impossibilidade física de as comparar devidamente, decidiu-se, sentimentalmente, pela edição E/72-D, a do pelicano virado à dextra (ou direita), a qual seria, talvez, a mais antiga por se convencer que seria a edição emendada ou, possivelmente, corrigida por Camões.

Preferiu-a só por isto e pouco mais. Mas vejamos outras opiniões:

A, 1) — *John Adamson* (1820).

Aliás, este problema, que continuou dificílimo, posteriormente à edição e ao esforço do Morgado, foi altamente discutido como vimos, na Academia das Ciências (1818-19), como não passou despercebido, logo de imediato, na Inglaterra, onde o célebre camonianista inglês, John Adamson, o apresentou, ou discutiu, nas suas *Memoirs of the life and writings of Luís de Camoens* (1820).

Efectivamente, nesta obra, J. Adamson anotou, com exactidão, todo o problema subjacente; segundo ele, existiram duas edições, no mesmo ano, como já o comprovara, ou melhor, descobrira Manuel de Faria e Sousa, no século XVII.

É o que ele expõe, claramente, nestes termos precisos que transcrevemos:

«This title is within a border cut in wood, and formed by two pillars resting upon a base, and having at the top a pelican in the centre feeding its young, with a dolphin on each side of it. The licence of the king, Dom Sebastian, bearing date Lisbon, 24th September, 1571, occupies a page; and states that he was pleased to give his licence to Luis de Camões to print, in the city of Lisbon, a work in octava rima, named *Os Lusiadas*, containing ten entire cantos, and in which are related the principal deeds of the Portuguese in India since the voyage fore its discovery, undertaken

by order of his grand-father, King Dom Manoel. The grant of copyright for ten years is then given, restraining any persons, except such as to whom licence might be conceded from Camoens, from printing or selling in his European or foreign dominions, or in India, any copy of the work, under a penalty of fifty cruzados, and forfeiture of the copy. This grant of copyright is extended, by a clause in the ordinance, to any further cantos of the Lusiad, wich Camoens might print.

The next page contains the approbation of the holy office, signed «Frey Bertholameu Ferreira», wherein, after explaining that the heathen deities were employed by the poet merely to render his style poetical, and to shew, with greater effect, the difficulties experienced in the discovery of India; it is added, that the author displays much genius and erudition.

The poem follows on 186 numbered leaves, three stanzas on each page, except on the first and last pages, on each of which ther are only two. The first line of stanza I. is in Roman character; the rest of the poem is in Italic; and along the top is the title in Roman letter. The stanzas are not numbered. The volume, which is neatly printed, has catch-words, and is in what is denominated inlaid quarto.

It is a curious, but authentic fact, that another edition was called for in the same year. This circumstance, so important in the history of Camoens, was, as appears from their silence on the subject, unknown to his earliest biographers, and to the editors of his poem: nor does any mention of it occur until the scond life, written by Faria e Sousa, appeared on the publication of the Commentary on the Rimas. His account of it is thus related. — «The poet, having arrived at Lisbon in 1569, published his Lusiad, having had the royal privilege granted to him, dated 4th (24th) September, 1571». He continues, «The demand for this impression was so extensive that another appeared in the same year, a circumstance accounted rare in the world, and which had never before happened in Portugal. And because this may appear strange and incredible, I assert, that I ascertained the fact in two editions, which I have, by the variations in the characters and orthography; from errors contained in the first, and corrected in the second; and from words with which the text was amended».

No information is handed down to us as to the number of copies which were printed of each edition; or as to whether Camens, having obtained the licence in his favour, sold the MS. to the bookseller or not; or whether either or both editions were or were not printed at his expence. It is most probable, from the known poverty of this finances at the time, that he had contracted for the sale of his poem; and in either case it will be fair to infer, that he gave his assistance to bring out the work. They were the only editions which appeared during the life of Camoens.

The principal difference in the two editions occurs in the mode of contracting the terminations of some of the words in the one, whilst they appear at length in the other.

Thus, in the curious copy which has been mentionned, in the collection of Lord Holland, and which Dom Joze Maria de Sousa considers the first edition, the two last lines of Canto I. Stanza I. are thus:

E entre gente remota edificaram
Nouo Reino que tanto sublimaram.

And in the second edition, a copy of which is in the British Museum, the same lines appear:

E entre gente remota edificarão
Nouo Reino, que tanto sublimarão.

Other variations also occur. In Lord Holland's copy, the head of the pelican looks to the right, in the other copy to the left.

Afther the discovery that there were two editions printed in 1572, it was doubted by many whether the difference in the orthography might not have arisen from the types having been replaced with a different set, when were broken or worn out; an inspection of the two volumes however completely negatives such a conclusion; as a frequency of the variations, and a totally different system of spelling are pursued.

Dom Joze Maria de Souza has been sometime engaged collating copies of these two editions, and intends to print all the variations. In the opinion of this gentleman, the text of these editions is much to be preferred to that of all those, by which they have been followed.

Copies of either of these editions are of very great rarity.

Basides those mentioned to be in the British Museum, and in Lord Holland's library; a copy of the first edition is in the collection of Dom Joze Maria de Souza, and a copy of the second edition was lately in the Royal Library at Lisbon» (61).

Acrescentemos apenas que nada passou despercebido a John Adamson quanto ao incomensurável trabalho do Morgado de Mateus.

Este camonianista inglês desce a pormenores e cita factos que refere com a maior exactidão e séria honestidade.

No fundo, ele sentiu a profundidade, como a dificuldade, do problema, e procurou pressentir-lhe a solução mais razoável.

E já não era pouco, para a época.

A, 2) — *J. B. Mablin* (1826).

J. B. Bablin (de seu nome verdadeiro J. Beato Mablini) era sub-bibliotecário da Universidade de Paris e foi um erudito que gozou do melhor renome; em 1826, decidiu endereçar à Academia Real das Sciências de Lisboa, uma carta em que ele se esforçou por comprovar, de maneira definitiva, que o Morgado de Mateus, na sua edição, deveria ter seguido um caminho diferente quanto à opção do texto-base da edição «princeps» (1572); optou, porém, pela *primeira* edição (E/72-D), a qual é corrigida pela edição (Ee/72-S), conhecida como segunda e portanto deveria ser preferida.

(61) Jonh Adamson, F. S. A., *Memoirs of the Life and Writhings of Luis de Camoens*, London, 1820, Tomo III, pp. 260-265.

É o que J. B. Mablin expôs na sua:

Lettre à l'Académie des Sciences de Lisbonne sur le texte des Lusiadas. A Paris, chez Treuttel et Wurtz, libraires, que de Bourbon, nc 17; à Strasbourg et à Londres, même maison de commerce. 1826. 8.° de 4 in-77 pag. O título do ante-rosto é: *Lettre sur le texte des Lusiades.* No verso deste: *Imprimé chez Paul Renouard, Rue Garancière,* n.° 5. No fim do opúsculo vem a assinatura: *Mablin, sous-bibliothécaire de l'Université de France,* e a data: «Paris, le 15 mars 1826».

No estudo Mablin não só analisa a nova edição em 8.° publicada em 1819, sob a direcção do Morgado, mas tambem o autor se demora em responder a B. L. Vianna na sua controversia com os redactores dos *Annaes.*

Eis os termos em que o fez:

«Como pode supor-se que Camões, livre de cuidados cheio de saúde, lisongeado pelo acolhimento que o público fizera ao seu poema, não vigiasse a reimpressão que se fazia, quase debaixo das suas vistas, e consentiu que mão estranha tocasse na obra que devia levar-lhe o nome à posteridade?»

Tal é a posição de Mablin, em síntese.

A, 3) — *J. V. Barreto Feio e J. Gomes Monteiro* (1834).

No prólogo da edição das *Obras Completas* de Luís de Camões, correctas e emendadas pelo cuidado e diligência de J. V. Barreto Feio e J. G. Monteiro (Hamburgo, Officina Typ. de Langhof, 1834, Tomo I, p. XII), face ao problema das duas edições «princeps», pretendem os seus autores que a segunda edição (Ee/72-S) foi executada com o fim de emendar os erros da primeira (E/72-D). Infelizmente, cometeram-se outros erros, «conservando-se os de maior importância», e emendando «alguns erros de pouca monta». No fundo, talvez tivesse havido apenas falta de cuidado na revisão das provas; culpa de Camões, portanto. Só por isso «sahio a sua obra tão estragada e corrupta nas primeiras edições».

Mas não é tudo para Barreto Feio e Gomes Monteiro:

«Divergem ainda as duas primeiras edições pelas preciosas variantes que a *segunda* conseguiu transmittir à posteridade e que, sem a *fraude* feliz de António Gonçalves, se teriam talvez perdido para sempre. Ainda

nos fins do século XVI, e depois seguidamente até nós, em dezenas e dezenas de edições, se adoptou, com raras excepções, o texto infinitamente mais correcto da segunda edição».

Pelos vistos os editores de Hamburgo procuraram convencer-se de que a segunda edição (Ee/72-S) seria originada pela necessidade de corrigir os erros da primeira (E/72-D), os quais já tinham sido suficientemente detectados por Sebastião Francisco de Mendo Trigoso (1818). Além disso, Barreto Feio conjecturara, igualmente, que a impressão de *Os Lusíadas* teria sido feita a partir de um original mal copiado; possivelmente, também Camões não teria revisto as provas, não se pondo de parte mesmo a hipótese de o Poeta ter má ou difícil caligrafia.

Mas, para utilidade de todos, aqui fica, por exxtenso, a opinião por que optaram os editores de Hamburgo: a edição Ee/72-S não passa de uma fraude (ou edição fraudulenta) em que estaria comercialmente interessado o impressor António Gonçalves. Mas, leia-se a sua opinião por extenso:

«Se taes houvessem sido os editores dos nossos classicos, não tiveramos o desgôsto e mágoa de ver hoje seus escriptos assim desfigurados e corruptos. E, por cúmulo de desgraça, os que mais tem experimentado os estragos da ignorancia, são os do mais insigne de todos, o grande e immortal Camões; mormente o seu poema dos Lusiadas; monumento que nenhuma outra nação, antiga ou moderna, se póde jactar de possuir; não porque em muitas dellas não tenha havido grandes e abalisados poetas epicos, mas pela grandeza da acção, e porque nenhum desses poetas, qualquer que fosse o seu genio e merecimento, reunio em si em tão minente grao, como o nosso, todos os dotes e requisitos de um summo e verdadeiro escriptor: grandeza de engenho, viveza de imaginação, veia inesgotável, profunda erudição em todo genero de lettras, impulso natural e proprio, e sobretudo amor da verdade, estima de si mesmo, e independencia e constancia d'alma, superior a toda a fortuna. Pois a tanto chegou a ignorancia e audacia dos editores, que sobre haverem conservado muitos e mui grosseiros erros das primeiras edições, que deverão emendar, não só corrompêrão ainda em muitos lugares o texto, mas até (cousa inaudita!) viciárão o mesmo titulo da obra.

Em 1572 sahio pela primeira vez á luz, impresso em Lisboa, na officina de António Gonçalves, este divino poema; mas tão desfigurado, que nesse mesmo anno se julgou necessario fazer segunda edição: na qual se emendárão alguns erros de pouca monta, conservando-se os de maior importancia, e se commettêrão outros de novo: e n'uma e n'outra os pontos e virgulas se achão semeados ao acaso, de sorte que mais servem de embaraço, que de esclarecimento ao sentido.

Cousa he certamente estranha e dura de crer, que fazendo-se duas edições, vivendo ainda o poeta residindo no mesmo lugar onde se imprimia a sua obra, não puzesse elle toda a sua diligencia e cuidado em que hesta sahisse com toda a perfeição possível; e que depois de a ver tão viciada na primeira, se contentasse na segunda ape-

nas com substituir uma ou outra palavra, e corrigir leves faltas, deixando outras de tão grave consequencia, como em seu lugar veremos. Mas, ou fosse que o poeta vendesse ou désse o seu manuscripto ou que o desgôsto em que vivia lhe fizesse até desprezar a fama posthuma, o certo he que, por falta de cuidado na revisão das provas, sahio a sua obra tão estragada e corrupta nas primeiras edições. E tantas forão as que sôbre estas se fizerão dentro e fóra do reino, que affirma Faria e Sousa, escriptor digno de toda a fe, e diligente investigador das cousas do poeta, que, sommando as de que pôde alcançar notícia até ao anno de 1639 em que escrevia, achára que a cada tres annos vinha a corresponder uma edição. Quasi com igual intervallo tem ellas continuado até hoje. Porém desgraçadamente, se exceptuarmos a que em Lisboa se fez na officina de Pedro Crasbeeck em 1609 por Domingos Fernandes, dedicada a D. Rodrigo da Cunha, e a que em Madrid nos deo o mesmo Faria em 1639, acompanhada dos seus mui estimaveis commentos; nas quaes alguns erros se emendárão; todas as mais não tem servido senão de perpetuar vícios antigos e introduzir outros novos, com grave detrimento da reputação e fama de tão agregio escriptor. Poisque tendo o seu poema sido vertido em todas as lingoas cultas da Europa com todas essas imperfeições, se lançárão á conta do poeta as faltas dos editores. Mas tal he o merecimento desta produção divina, que com todas essas máculas, e não obstante as flores da poesia murcharem entre as mãos do traductor, se aprecia justamente a obra, e se rendem a seu autor os cultos de admiração e respeito devidos aos grandes genios.

Mas de todos os editores nenhum, em nossa opinião, fez maior injúria ao nosso poeta, que Dom Jose Maria de Sousa. Na magnifica edição que este Snr. mandou fazer em Paris na typographia de Firmino Didot, para ornar as principais bibliotecas da Europa e brindar os seus amigos, não sabemos nós dizer, se mais para admirar sejão os prodigios do buril e a delicadeza e perfeição do typo, se para lastimar os despiedados estragos que o ilustre editor fez no texto. Admirado, mas não entendendo, a Camões, e deixando-se levar da sua cega preoccupação a favor da primeira edição, não só produzio os mais dos erros, que na segunda se havião emendado, mas até para accommodar o texto á sua absurda intelligencia, o desfigurou em alguns lugares com monstruosos e deslocados parenthesis, rejeitando a verdadeira lição que n'outros, evidentemente corruptos, se havia restituido: e isto sem dar outra razão, que a de que assim se lia nessa primeira edição, que elle contra o voto dos que o tem nesta materia, reputava pela mais correcta, por isso que indubitavelmente havia sido feita sôbre o manuscripto do poeta: como se os compositores não podessem alterar o que estava escripto, ou como se taes descuidos, e tão manifestos vícios de penna no proprio manuscripto se encontrassem ahi mesmo se não devessem corrigir.

Nós damos os devidos louvores ao Sr. Sousa, que sem dúvida se fez credor da gratidão e estima de todos os Portuguezes em haver consagrado á memória do immortal cantor da nossa glória tão pomposo monumento. Mas fallando das edições que deste poema se tem feito, nem podiamos deixar de fazer menção da sua, visto ser a mais notável, nem depois de a mencionarmos dissimular seus defeitos, quando delles tão grave damno resulta á gloria do poeta que pretendemos revindicar: mormente quando, além dessa esplendida edição, consentio o dito Snr. se fizesse outra mais ordinaria para se vender ao público, propagando assim mais largamente os seus erros.

Quando, por morte dos grandes escriptores, passão as suas obras a ser propriedade pública, aos litteratos, como guardas natures e sentinellas que ficão sendo desses thesouros nacionaes, pertence o vigiar que mão profana os não contamine e

deslustre, e restitui-los á sua primitiva pureza, quando se achem corrompidos. Por isso, ainda que na republica das Letras nenhum vulto fazemos, comtudo, vendo assim desfigurado o maior brazão da nossa litteratura e gloria nacional, e que os a quem mais tocava acudir pela honra do poeta e da nação, se descuidavão; ja em 1826, estando então em Paris, na mesma typographia de Didot, haviamos dado principio a uma edição das obras completas de Camões; mas como por impedimentos que occorrêrão, sendo o principal havermos outra vez sido chamados ao serviço da Nação, fosemos obrigados a abrir mão da empresa; agora que a fortuna nos consente algum repouso, e a amizade nos proporciona os meios necessarios, vamos pôr em prática o que ha tanto desejavamos.

Como porém nenhum capricho ou vaidade nos move a emprehender esta edição, não será ella rica, mas decente, que possa ter lugar em qualquer bibliotheca, commoda, que possa chegar ás mãos de todos, e sobre tudo expurgada e limpa de erros; que nisto, e não em gravuras e outros adornos vãos, consiste o merecimento de uma edição. Para o que, rejeitando a primeira de 1572, preferida pelo Snr. Sousa, adoptaremos a segunda do mesmo anno, como menos viciosa. Mas, seguindo o exemplo de Lipsio, Gronovio, Drakemborch e outros homens doutos, que expurgando os antigos classicos dos vicios dos amanuenses e editores, nos derão a verdadeira lição de Livio, Tacito e outros autores, faremos nos lugares corruptos aquellas necessárias emendas, que um longo e aturado estudo sobre uma obra, que desde nossos primeiros annos tem feito as nossas delicias, nos autoriza a fazer: as quaes serão por nós justificadas com solidas e evidentes razões tiradas do mesmo texto. E confiamos na fôrça da verdade, que por todo o leitor intelligente sejão recebidas e tidas como verdadeira e genuina lição.

Agora, expostas as causas que nos movêrão a emprehender este trabalho, e o fim que nos propuzemos, razão parece dizermos tambem alguma cousa do merecimento da obra. E pois, concordando todos sôbre as suas grandes e inimitaveis bellezas, parece que principalmente em fazer ver que nesbe poema se achão rigorosamente guardadas todas as regras e preceitos, bebidas por Homero no profundo estudo da natureza, e por Aristóteles estabelecidas depois em theoria» (62).

A, 4) — *Francisco Freire de Carvalho* (1843).

Em 1843 dirigiu a chamada edição Rollandiana de «Os Lusíadas» que chegou a ter a reputação de muito valiosa, com amplo renome, se bem que algum tanto injusto.

Quanto ao problema das duas edições, Francisco Freire de Carvalho procura explicar as diferenças patentes entre as duas edições de 1572 por pura *insuficiência* tipográfica. Ou, como ele escreveu:

---

(62) Cf. J. V. Barreto Feio e J. Gomes Monteiro, *Obras Completas de Luís de Camões, correctas e emendadas pelo cuidado e diligência de J. V. Barreto Feio e J. Gomes Monteiro*, Hamburgo, na officina typ. de Langhoff, 1834, vol. I, pp. XVIII--XIX.

«Ora é bem de presumir que sendo *Os Lusíadas* impressos em uma typographia ruim, os bons não seriam os seus compositores e revendedores; e que de tudo isto apareceriam os tristes effeitos na infeliz edição ou edições. Demais, que o exemplar manuscripto que serviu para sobre elle serem feitas as duas primeiras edições dos *Lusíadas,* não fôra o original do poeta, parece ser ponto fora de toda a controvérsia».

Além disso, os desgostos e a miseria de Camões, nos últimos anos, podem também explicar algo. Não teria até vendido o seu manuscrito?»

Tal é a opinião de Francisco Freire de Carvalho, publicada em «Os Lusiadas», nova edição feita segundo o editor debaixo das vistas da mais acurada crítica em presença das duas edições primordiaes e das posteriores de maior crédito e reputação» (Lisboa, 1843).

A, 5) — *José Feliciano de Castilho* (1845)

José Feliciano de Castilho, irmão do poeta António Feliciano de Castilho, escreveu uma «Memoria sobre o exemplar da edição de 1572 que pertenceu ao Convento de S. Bento da Saúde de Lisboa e hoje está em poder de Sua Majestade o Imperador do Brasil».

Em 1860, ainda esta Memória se encontrava manuscrita na Biblioteca Nacional.

José Feliciano de Castilho, deputado às Côrtes em várias legislaturas, foi Bibliotecário-Mor da Biblioteca Pública de Lisboa.

Antes escrevera já um «Relatório àcerca da Bibliotheca Nacional de Lisboa» (1845), no qual se ocupou do problema das duas edições que voltou a abordar em carta escrita ao bibliógrafo Inocêncio Francisco da Silva, em que admite a possibilidade de haver nada menos de *quatro* edições o que é muito curioso. Diz ele:

«Nem um nem outro tinha razão. Na verdade, houve correcções durante a impressão, pelo que nem todos os exemplares contêm os mesmos erros, mas há diferenças só explicáveis admitindo as duas edições independentes: a da portada — numa o pelicano com a cabeça virada à direita, na outra, virada à esquerda; a das letras capitais, a da disposição tipográfica da página que insere o alvará do privilégio, além de outros pormenores de factura e tipo, que não escapam ao olhar minucioso dos técnicos» ([63]).

([63]) Cit. Hernâni Cidade, *Luís de Camões II. O Épico,* in-*Revista da Faculdade de Letras,* 1950, Tomo XVI, 2.ª série, n.º 1-2, p. 212.

Ainda a respeito do assunto das duas edições, José Feliciano de Castilho escreveu mais o seguinte:

«Sendo bibliothecario-mor, desejei confrontar as chamadas duas edições de 1572, e reuni ante mim por favor de várias pessoas de Lisboa, septe exemplares de 1572. Passando a verificar as confrontações, segundo os preceitos vagos pelos que designaram em que consistiam essas differenças, tive occasião de reconhecer, positivammente, que com a data de 72 houve talvez *quatro* e pelo menos *três edições*. Creio ter provado, na minha Memória, serem contrafacções umas das outras, e publicadas no intervallo que mediou até 1584, e que é a segunda data conhecida de edição diversa. Era o meio de evitar os gastos, os estorvos e perigos das várias censuras, etc.» (64).

Enfim... no fundo, José Feliciano de Castilho entende que houve várias edições, mas designa-as, de facto, por edição 1 (ou *primeira*) e edição 2 (a *segunda*).

A, 6) — *Visconde de Juromenha* (1860)

O célebre camonianista, Visconde de Juromenha, perante o mesmo problema, como solução, optou pela explicação de ter havido uma «contrafacção» decidida pelo autor (ou editor?), o qual teria procurado, na medida do possível, reproduzir ou retratar, com exactidão, a edição *princeps*. Mas para quê? Possivelmente, para evitar delongas, nas «licenças» e «Censuras» ou «cabalas» que pudessem levantar-se contra a reimpressão de «Os Lusíadas», as quais levassem a uma nova amputação no género da que sofreu este Poema na edição dos *Piscos* (1584).

Eis os termos exactos em que esta explicação foi dada pelo Visconde de Juromenha (vol. I, 1860, p. 442):

«Sobre estas duas edições tem-se suscitado uma questão, isto é, se a segunda foi realmente uma nova edição que saiu no mesmo anno ou contrafacção da primeira. *Eu estou persuadido que foi uma contrafacção* d'esta, porém ordenada pelo mesmo auctor ou editor, retratada quanto possível da edição *princeps,* com os mesmos typos para se não distinguirem daquela que saiu no mesmo anno de 1572; podia também sair em epocha differente à data marcada no frontispício.

O que deu lugar a esta subtileza, foi porventura a necessidade de

(64) Cit. Tito de Noronha, *A primeira edição dos Lusíadas,* Porto, Chardron, 1880, p. 14.

evitar as delongas das licenças e censuras, ou alguma cabala que se levantasse contra a íntegra reimpressão do Poema, sem as amputações que soffreu na edição seguinte de 1584».

Eleutério Cerdeira resume a posição do Visconde de Juromenha desta forma:

«No entanto, no meio da baralhada da discussão que o caso ia despertando, o Visconde de Juromenha dizia-se já persuadido de que uma das edições seria contrafacção da outra, «ordenada pelo mesmo autor ou editor, retratada quanto possível da edição princeps que saiu no ano de 1572».

Admite mesmo a possibilidade da sua impressão não ter sido feita na data indicada, formulando a hipótese de que «o que deu lugar a esta subtileza foi porventura a necessidade de evitar as delongas das licenças e censuras ou alguma cabala que se levantasse contra a integral reimpressão do Poema, sem as amputações que sofreu na edição seguinte (1584) (65).

Assim, a segunda edição de *Os Lusadas* (Ee/72-S) não passaria de uma *contrafacção* da edição E/72-D; teria sido levada a efeito para evitar mais amputações. Por outras palavras, não teria sido feita na vida do autor, sem se pôr de parte a hipótese que fosse executada, possivelmente, para evitar delongas ou perda de tempo, despesas inúteis e «censuras» presumíveis. Além disso, obviamente, aproveitava-se o prazo dos dez anos concedido no Privilégio Real de impressão.

Finalmente, já agora, aproveitemos a oportunidade para deixar aqui o depoimento, valioso e válido de Teófilo Braga, sobre a personalidade deste grande camonianista que foi o Visconde de Juromenha:

«N'este culto de Camões, que é uma das expressões do sentimento nacional, o nome do Visconde de Juromenha destaca-se como um dos mais fervorosos investigadores, e pela importancia dos documentos que trouxe a lume, foi elle quem mais contribuiu para a restituição historica da vida do incomparável Poeta. Compete-lhe uma centêlha da auréola immortal do cantor dos *Lusíadas*.

Nasceu o Visconde de Juromenha (João Antonio de Lemos Pereira de Lacerda) em Lisboa, em 25 de maio de 1807, e morreu depois de completar oitenta annos, em 28 de maio de 1887. Na *Resenha das Familias titulares de Portugal*, do fallecido Albano da Silveira Pinto, acham-se todos os dados da sua filiação; deixamo-los de parte, para tratarmos aqui sómente da sua obra litteraria. Como fidalgo, o Visconde de Juromenha recebeu a sua primeira educação no Collegio dos Inglezinhos; frequen-

(65) *Duas grandes fraudes camonianas documentadas com ilustrações*, Barcelos, Comp. Ed. do Minho, 1946, pp. 14-15.

tou depois o Collegio dos Nobres, e seguiu para a Universidade de Coimbra, onde não completou a formatura por causa das extraordinarias perturbações politicas de 1823 a 1824. Debatia-se a velha fórmula do direito divino: *Quero, Posso e Mando,* contra essa outra fórmula do vão ideologismo politico parlamentar: *O Rei reina, mas não governa,* implicita na Carta outorgada de 1826. Por estas fórmulas vagas o sangue corria nos cadafalsos e nas masmorras, e os que se reuniam nos desterros resistiram em cêrcos apertados, como o da Terceira e do Porto, para substituirem ao absolutismo franco a hypocrisia do liberalismo.

O pae do Visconde de Juromenha era absolutista, o tenente general Antonio de Lemos Pereira de Lacerda; e sob a influência paterna seguiu o visconde o chamado partido da *legitimidade,* tomando assento na reunião dos Tres Estados, em julho de 1828. Vencido o partido de D. Miguel em 1834, o Visconde de Juromenha immergiu-se na vida privada, casando em 1837 com D. Carlota Emilia Ferreira Sarmento, misturando com a administração da sua casa o estudo das antiguidades portuguezas. Conservou o seu ideal politico como fórma de protesto de patriotismo contra a dissolução do regimen parlamentarista; e não obstante as doutrinas que professava com simplicidade, escrevendo nos jornaes a *Nação* e o *Catholico,* possuia a amisade de Garrett e a intimidade de Alexandre Herculano, os maiores vultos do constitucionalismo. O Visconde de Juromenha frequentava com assiduidade o riquissimo archivo da Torre do Tombo, colligindo notas casuaes sobre cousas da arte em Portugal; em 1839 achou o documento da pensão dada a Luiz de Camões, communicou-o a Garrett, que o inseriu nas notas do seu poema. Este achado levou-o a novas pesquizas, e teve a fortuna de encontrar a ementa da tença a D. Anna de Sá, mãe do poeta, desde 10 de junho de 1580 em que morrera Camões. Esta descoberta levou-o a emprehender uma nova reconstrucção da vida do poeta; o exame do *Cancioneiro de Luiz Franco,* comprado para a Bibliotheca publica pelo Visconde de Balsemão, onde encontrou bastantes composições ineditas de Camões suggeriu-lhe a ideia de procurar mais ineditos, achando muitos no Manuscripto de D Cecilia de Portugal e nos Commentarios manuscriptos de Faria e Sousa, da Bibliotheca das Necessidades, d'onde extraiu muitas redondilhas camonianas, não aproveitadas. Garrett, como homem de vista genial, alentou o Visconde de Juromenha a sair das suas investigações fragmentarias e a emprehender uma edição capital das Obras de Camões. Garrett não teve o prazer de vêr realisado o seu pensamento, porque essa edição, começada em 1860 e suspensa em 1870 ,soffreu sempre, apesar do auxilio official, da morosidade do erudito nunca satisfeito à espera de novos achados. O Conde de Rackzynsky, ministro da Prussia em Portugal, dotado de um grande saber sobre a Historia da Arte, desejou conhecer alguma cousa sobre o passado artistico de oPrtugal; o Visconde de Balsemão indicou-lhe Juromenha como tendo feito algumas investigações depois dos exiguos trabalhos de Taborda, Wolkmar Machado e Cardeal Saraiva, e facilitou a apresentação de ambos Em uma carta a Innocencio Francisco da Silva diz Juromenha: «entre nós trocámos estreita amisade, que ficou nunca interrompida até à sua morte». Juromenha entregou a Rackzynski todos os seus estudos archeologicos da Arte portugueza, e o erudito allemão a cada pagina das cartas *Les Arts en Portugal* cita o seu generoso informador. Sobre este ponto, escreveu Juromenha na já alludida carta: «Para as duas obras que publicou procurei preparar-lhe os elementos que pude obter, começando por desembrulhar o mytho sobre Grão Vasco, que hade constantemente prevalecer... N'esta parte tive a boa estrella de ser auxiliado por um

homem erudito, o fallecido conego Berardo, que descobriu a certidão do baptismo do verdadeiro Vasco, que tendo nascido em 1552, não podia pintar quadros do seculo XV e principio do XVI, da escóla flamenga... Tive a fortuna de poder resuscitar para cima de cem nomes de artistas portuguezes... «Infelizmente Rachkzynski por um ressentimento pessoal causado por uma critica boçal, não chegou a redigir o trabalho synthetico da *Historia da Arte portugueza,* que promettera.

Depois do fallecimento de sua esposa em 1857, o Visconde de Juromenha concentrou-se mais no estudo de Camões, saindo dos prélos da Imprensa nacional o primeiro volume da sua valiosa edição em 1860. Trata n'elle unicamente da *Vida do Poeta* e bibliographia da sua Obra; ressente-se da falta de uma clara comprehensão da marcha geral da historia moderna, mas não o accusmos de uma deficiencia que é comum à maioria dos escriptores. Há apenas ahi um grave erro ácerca do pae de Camões, que Juromenha confunde com um primo do poeta, de Coimbra, tambem chamado Simão Vaz de Camões. Na sua edição das Obras de Camões acham-se a mais do que em todas as outras edições anteriores: 51 Sonetos; 4 Canções; 1 Sextina; 1 Outava; 2 Odes; 1 Ecloga; 5 Elegias; 29 Redondilhas; 1 Carta, e o esboço de uma traducção dos *Triumphos* de Petrarcha e seu commentario. N'esta edição, em que segue o texto apurado por Faria e Sousa, notaram-se pela primeira vez as importantissimas variantes das diversas edições das obras de Camões, que é indispensavel collacionar para uma edição critica. Pequenas sombras tocam esta edição, taes como a reproducção do poemeto de André de Falcão de Resende *Da creação do Homem* em nome de Camões, depois do achado do manuscripto de Coimbra, e egual attribuição de uma Elegia do dr. Antonio Ferreira, que vem nos *Poemas Lusitanos* publicados em 1598 A edição chegou ao tomo VI em 1870; o Visconde de Juromenha tentava publicar o VII e ultimo volume com retoques a toda a edição, notas historicas e relações curiosas, entre as quaes entrava uma chronica dos Doze de Inglaterra. Infelizmente o Visconde de Juromenha, no seu isolamento da Quinta do Bom Nome, em Carnide, foi desviado do seu estudo capital por um capricho de erudição vagabunda; emprehendeu rehabilitar a figura historica de Lucrezia Borgia como honesta e respeitável. Accumulou leituras, confrontou chronicas, colligiu subsidios, e de repente tudo isto parece que derruiu quando appareceu a obra importante de Gregorovius, o notavel historador de *Roma na Edade média,* sobre o mesmo assumpto e com as mesmas conclusões.

Assim ficou incompleta a edição das Obras de Camões, e prejudicado o estudo de Lucrezia Borgia. O Visconde de Juromenha achou-se em presença do grande acontecimento — o Centenario de Camões em 1880, mas não o comprehendeu, porque o espirito democratico exprimia n'aquelle jubileu a revivescencia nacional; queria uma festa sem barulho, com missa de defuntos e benção do patriarcha (66). Offe-

(66) Juromenha foi o Presidente oficial dos festejos promovidos por ocasião do Tricentenário (1880). E realmente imitiu a opinião de que, nestes, os sufrágios por alma de Camões não podiam ser esquecidos: «Em todos estes anniversarios se prescrevem os suffragios e officios funebres, e celebrando-se a memoria de um poeta catholico, parece-nos que o primeiro acto deve ser destinado a umas exequias que se podem celebrar no magestoso templo de Belem — «Pedir-se-ia aos exc.mos cardeaes, prelados, bispos, commuidades, confrarias e mais pessoas que quizessem, que a uma hora aproximada fizessem celebrar o santo sacrificio da missa e officios, segundo as suas posses e vontades, com dobres de sinos, pois assim as suas vibrações adver-

receram-lhe a presidencia da Comissão executiva da Imprensa, mas não quiz acceitar, tendo por isso de ir parar ao jornalista Sampaio, já então marcado com a confiança do paço. O Visconde de Juromenha achava-se desmemoriado; vinha de longe em longe a Lisboa, descansava nos alfarrabistas, e justificava-se da interrupção dos seus trabalhos litterarios por falta de vista. Conversava familiarmente sobre a decadencia politica do regimen que vira triumphante, e deixava em volta de si um dôce apaziguamento, como de arvore de boa sombra (67).

A, 7) — *António da Silva Túlio* (1861)

António da Silva Túlio, que foi funcionário da Biblioteca Nacional de Lisboa, quanto ao problema da ou das edições *princeps,* foi de opinião que houve apenas *uma única edição* de *Os Lusíadas* em 1572; o que aconteceu foi o facto de se terem feito, possivelmente, *várias tiragens* nas quais se corrigiram erros, o que não impede que algumas correcções pudessem ter sido feitas no decorrer da impressão de qualquer delas, como ainda hoje acontece. Sobre este ponto de vista, deu-se mesmo ao trabalho de contar os erros detectados; segundo ele «a primeira edição tem 160 erros; a segunda, tem 133» (68).

Citando, expressamente, A. da Silva Túlio, verifica-se o seguinte:

«A primeira edição dos *Lusíadas* de Camões foi publicada em 1572, isto é, ainda em vida do auctor; e porque d'ella se fez mais de uma tiragem, como provam os muitos erros que apparecem n'alguns exemplares e n'outros não, suppoz-se que tinha havido duas edições no mesmo anno de 1572». Para A. da Silva Túlio as coisas passaram-se diferentemente: «O que até aqui temos adduzido e ponderado, parece-nos bastante para fundamentar a opinião de que Luiz de Camões não revira as provas da impressão do seu Poema, feita em 1572, e de que *não houve mais que uma edição n'esse anno*».

É esta a posição de Silva Túlio quanto ao problema das variantes que, de facto permite todas as congeminações. Por exemplo ele atribui muita responsabilidade ao *copista* do manuscrito do Poeta; não seria original mas a cópia que foi entregue na tipografia, o que é, indiscutivelmente, natural e viável.

---

tiriam de aldeia em aldeia, que a nação, como uma só alma, estava na communhão do mesmo pensamento religioso e patriotico. — Os theatros deviam fechar-se n'essa noite».

(Carta ao *Diario de Noticias*).

(67) Cf. Theophilo Braga, *Camões e o Sentimento Nacional,* Porto, 1891, pp. 317-322.

(68) Cf. in-*Archivo Pittoresco,* Tomo IV, 1861, pp. 169 e segs.

«Que o exemplar manuscrito que serviu para sobre ele serem feitas as duas primeiras edições dos *Lusíadas,* não fôra, o original do Poeta, parece ser ponto fora de toda a controvérsia, pretende Silva Túlio. Pois, como convir que Camões, tão conhecedor de tudo quanto no seu tempo se sabia, do que é boa prova a vastíssima erudição derramada pelos escritos, fosse o copista do manuscrito de um poema cuja primeira edição é torpíssima pelos muitos erros de ortografia, até de sintaxe, de metro e de rima, que nela aparecem?» (69)

Em suma, e resumindo, segundo A. da Silva Túlio, não houve duas edições diferentes e distintas, mas apenas uma única, aliás cheia de erros (torpíssima lhe chama ele) e gralhas, algumas detectadas no decorrer da imppressão. Por outras palavras, A. da Silva Túlio reage contra a opinião de J. Feliciano de Castilho, o qual procurou provar que houve apenas duas edições, sem negar no entanto que possam aparecer exemplares nos quais certas gralhas pudessem ter sido emendadas no decorrer da impressão, hipótese que não é despicienda, mas que Hernâni Cidade não considerou viável. Eis como, a este propósito, ele se exprimiu: «Na verdade, houve correcções durante a impressão pelo que nem todos os exemplares contêm os mesmos erros, mas há diferenças só explicáveis admitindo as duas edições independentes» (70).

Portanto, *Os Lusíadas* foram impressos por meio do original do autor ou de uma cópia deste? A resposta é difícil. Por isso, convém não esquecer a oportuna informação que nos é fornecida pelo Prof. e grande camonianista José Maria Rodrigues; lembra ele a regra décima que precede o catálogo dos livros proibidos, organizado na sequência da orientação do Concílio Tridentino, segundo a qual o *manuscrito* do livro a publicar, após a impressão, devia ficar em poder do examinador (71).

A ser assim, era uma cópia autenticada que ficava em poder da censura, o que nem sempre acontecia, pois a aprovação da obra «sucesso do segundo Cerco de Diu» (1574), fornece-nos este dado curioso:

«Vista a informaçam... imprima-se;... Y o *proprio original tornará a este côselho* com hum livro dos impressos, para ver se concordam».

Passar-se-ia o mesmo com *Os Lusíadas?* O original de Camões terá voltado às mãos do censor ou foi a cópia que voltou? É difícil ou impossível

---

(69) In-*Archivo Pittoresco,* Tomo IV, pp. 174-175.

(70) Cf. Hernâni Cidade, *Luiz de Camões II. O Épico,* in-*Rev. da Fac. de Letras de Lisboa,* Tomo XVI, 2.ª série, n.º 1-2.

(71) Cf. *Rol dos livros que neste Reino se prohibem,* Lisboa, 1564.

uma resposta cabal. Silva Túlio intitulou o seu estudo: *Fac-simile do rosto da primeira edição dos Lusíadas — 1572* (72).

Em resumo, Silva Túlio admite a existência de *uma única edição* e portanto E/72-D e Ee/72-S são uma única e a mesma coisa, *apenas com as diferenças de emendas de gralhas* que foram detectadas, opinião que não é de aceitar, pois, graficamente, os próprios rostos destas duas edições são diferentes; não são, de forma alguma, os mesmos. Houve duas edições, não duas tiragens com a mesma composição gráfica.

A, 8) — *Inocêncio Francisco da Silva — Brito Aranha* (1860)

No tomo V do *Diccionário Bibliographico* (p. 251), Inocêncio Francisco da Silva exprime a opinião de que, em vez de duas edições de *Os Lusíadas,* existem *várias edições* com a data de 1572; teria havido talvez *quatro* (ou pelo menos três edições diferentes) que seriam numerosas *contrafacções,* uma das outras, publicadas no espaço de tempo que vai de 1572 a 1584. Explicação: teria sido um meio de evitar gastos, estorvos e perigos de possíveis censuras inquisitoriais. Mas eis o que escreveu Inocêncio Francisco da Silva taxativamente: «Tem sido opinião vulgar entre os bibliographos, que não existem mais que duas edições diversas com a indicação da data de 1572, e que os exemplares que apparecem são necessariamente de uma d'ellas.

Porém, há toda a razão para crer que isto não passa de uma suposição errónea; e para elucidação do ponto transcreverei aqui parte de uma nota que há pouco tempo me foi enviada do Rio de Janeiro, da penna do Snr. Conselheiro Castilho na qual o mesmo Snr. allude à *Memória* que escrevera em 1848 (citada pelo Snr. Visconde de Juromenha a pág. 406 do seu livro). Inocêncio Francisco da Silva, para além de citar a opinião de José Feliciano de Castilho Barreto e Noronha, que foi bibliotecário-mor da Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro, acentua que o Conselheiro Castilho, no fundo, reconhece que houve *duas edições apenas,* designadas com os números 1 e 2: «Quanto a mim, parece-me que, para fazer a devida distinção entre elles (exemplares) bastará indicar a confrontação dos dous versos da oitava primeira do canto I, que na edição *princeps* estão escriptos como se segue:

Entre gente remota edificaram
e
entre gente remota edificarão.

(72) In-*Archivo Pittoresco,* Tomo IV, pp. 172 e segs.

Acrescentemos que não se trata, propriamente, dos dois últimos versos da primeira estrofe, mas sim do verso 7.º da mesma.

Por fim, anotemos que a explicação mercantilista, acentuada por Brito Aranha (*Dic. Bibliog.*, Tomo XIV, p. 46), a propósito da edição de *Os Lusíadas* por Pedro Crasbeeck no ano de 1609, feita à custa de Domingos Fernandez «liureyro» de Lisboa, não está inteiramente certa; desta edição existem vários exemplares (nada menos de 5) na Biblioteca Nacional de Lisboa:

«Examinei-os, e por esse exame inferi que foram realmente feitas *duas edições* mui diversas com a mesma data, e com iguaes licenças. Deu-se talvez para esta contrafeição, se o foi, a mesma razão que imperou para a reproducção das duas primeiras edições. Mais uma razão mercantil, que litteraria» (p. 46).

Brito Aranha conclui assim que houve duas edições de *Os Lusíadas* em 1572 e esclarece, no plano da técnica tipográfica, o seguinte:

«Parece ao primeiro relancear, que se fez um livro com fragmentos de outro. Também o pensei. Mas, observando que existem páginas de typo redondo impressas no anverso ou no verso de páginas compostas de caracteres aldinos, acredita-se, sem dificuldade, que esta edição foi, effertivamente, nova e obriga à escassez de material typographico» (73).

A terminar, anotemos que, no seu *Manual Bibliographico Portuguez* (Porto, 1878), Ricardo Pinto de Matos, também notável bibliógrafo, se ocupou do problema persistente e quase insolúvel da existência de duas edições de *Os Lusíadas* em 1572 e concluiu:

«Há segunda edição com a mesma data, e feita no mesmo anno, revista pelo auctor» (p. 89), opinião que António da Silva Túlio não aceitou (74).

---

(73) *Dic. Bibliog. Port.*, Tomo XIV, pp. 46-47.

(74) *Archivo Pittoresco*, Tomo IV, p. 192.

B) Um problema específico a considerar: as «portadas» da edição princeps de «Os Lusíadas», usadas noutras obras, antes e depois de 1572

SUMÁRIO:

1.º — Portadas com o pelicano voltado à sinistra;

2.º — Portadas com o pelicano voltado à dextra;

3.º — Outras ilustrações;

4.º — Um caso específico: A edição dos «Piscos» (1584).

INTRODUÇÃO

Anotemos um facto claramente específico: a portada de *Os Lusíadas* (1572), indiscutivelmente, não era original; foi usual antes dos meados do século XVI. Serviu-se dela o impressor Germão Galharde e, por morte dele, sua mulher, viúva, em várias obras, de 1548 a 1570. Eis os seus títulos:

Regra de Santiago (1548);
Tratado de Frei Diogo de Estela (1554);
Princípios de cristandade (1554);
Sentencias para edificación de buenos costumbres (1554);
Sumário de Lisboa (1554);
Reportório dos tempos (1563);
Reportório dos tempos (1570).

Como se vê, a portada referida foi usada antes de 1572. Por outro lado, é, realmente muito curioso, que, nestas várias obras, o pelicano esteja sempre voltado à esquerda, o que poderia depôr, até certo ponto, a favor da tese de que seria a mais antiga a edição que tivesse o pelicano nesta posição.

Porém, logo em 1571, a *Compilaçam de todalas obras deg Gil Vicente,* impressa por Andrés Lobato, apresenta o pelicano voltado à direita, como,

posteriormente, em 1586, na *Regra do glorioso Patriarca S. Bento* (edição de António Ribeiro), o pelicano volta a olhar para a esquerda.

Assim, à base unicamente da fachada (ou frontispício) de *Os Lusíadas*, nada se pode concluir quanto à sua respectiva prioridade cronológica.

Além disso, convém não esquecer que as xilogravuras, devido à sua própria natureza, tinham pouca duração, como é óbvio; sendo em madeira, ofereciam pouca resistência ou duração. Por isso mesmo, é que se compreende que, facilmente, podiam ser diferentes por terem de ser substituídas; gastavam-se rapidamente. Ora, neste caso, um simples fenómeno ou caso de *inversão* explicaria muita coisa... como é óbvio.

Por tudo isto, um estudo consciente do problema técnico das duas edições de 1572, não pode ignorar a existência das duas portadas (pelicano voltado à *direita* e pelicano voltado à *esquerda*), problema sobre o qual, em 1889, já Francisco Gomes de Amorim se debruçou.

1.° — PORTADAS COM O PELICANO VOLTADO À SINISTRA



1527 - s



1524 - s



1548 - s



1554 e 1556 - s


Este liuro he vo
começo da hiſtoria de noſſa redẽ
çam que ſe fez pera conſolação dos
que nam ſabẽ latim: pede ho au
tor della aos leitores q̃ ſe nella ha
acharem lhe oiçam por amor de
deos hũ pater noſter polla alma.
Foy apercebida pella ſancta Inquiſ
ſiçam deſte reino de portugal.

1552 - s


Tratado de la
vida loores y excelencias del glorioſo a
poſtol y bienauenturado euangeliſta ſan
Iuan. el mas amado y querido diſcipulo
de Chriſto nueſtro ſaluador: cõpueſto
por el. P. F. Diego de Eſtella, de la or
den de los frailes menores: dirigido
a la muy alta y muy poderoſa rey
na de Portugal, y por mãda
do de ſu alteza agora nue
uamẽte impreſſo.
Con Real priuilegio y viſto
por la ſancta inquiſſicion.
Nota q̃ el autor mas da en eſte libro
de lo que promete: porque a buelras de
los loores de San Iuan, van entretexidas
algunas materias morales: de manera q̃
no ſolo a los deuotos de ſan Iuan es apla
zible, pero auna todos los fieles Chriſ
tianos vtil y prouechoſo.

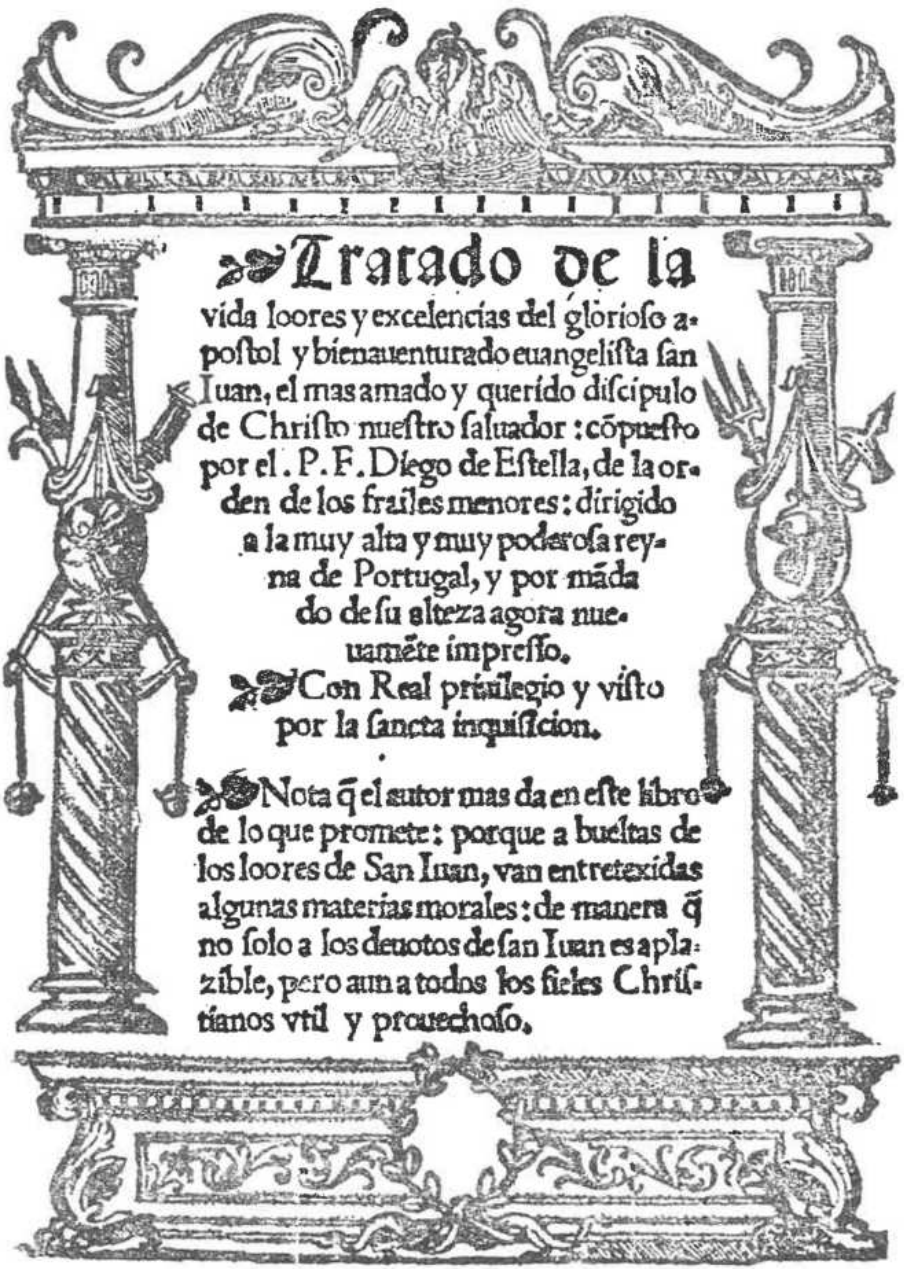
1554 - s


SVmmario ẽ
QVE BREVEMENTE SE
CONTEM ALGVAS
COVSAS (CASSIEC
CLESIASTICAS
COMO SÈCV.
LARES) QVE
HANA CI.
DADE DE
LISBOA.
Com Preuilegio Real.

1555 - s


Reportorio dos tẽpos
em lingoagẽ Portugues cõ as eſtre
las dos ſignos, & cõ as cõdições do
q̃ for naſcido neſte ſigno E o crecer
& mingoar do dia & noite. E das
quatro compreições, & ſuas condi-
ções. E a declinaçam do ſol cõ ſeu
regimento. E o regimento da eſtre
la do Norte: cõ outras muitas cou-
ſas acrecẽtadas de nouo: & aſsi mes
mo cinco tauoas de nouo agora a-
crecẽtadas. ſ. A primeira pera ſaber
do circulo ſolar. A.ij. pera ſaber ho
aureo numero. A.iij. pera ſaber a
Epacta, ou concorriente. A. iiij. da
chaue da mão. A.v. pera ſaber em q̃
dia ſe celebra a Paſcoa ẽ cada anno.
E aſsi meſmo acrecentado ate ho
anno de ſeis centos & oyto.
Foi impreſſo em Lisboa em caſa de Antonio
gonſaluez. Anno de. 1570

1570 - s



Tratado de la vida loores y excelencias del glorioso apostol y bienauenturado euangelista san Iuan, el mas amado y querido discipulo de Christo nuestro saluador: cõpuesto por el. P. F. Diego de Estella, de la orden de los frailes menores: dirigido a la muy alta y muy poderosa reyna de Portugal, y por mãdado de su alteza agora nueuamẽte impresso.

Con Real priuilegio y visto por la sancta inquisicion.

Nota q̃ el autor mas da en este libro de lo que promete: porque a bueltas de los loores de San Iuan, van entretexidas algunas materias morales: de manera q̃ no solo a los deuotos de san Iuan es aplazible, pero aun a todos los fieles Christianos vtil y prouechoso.

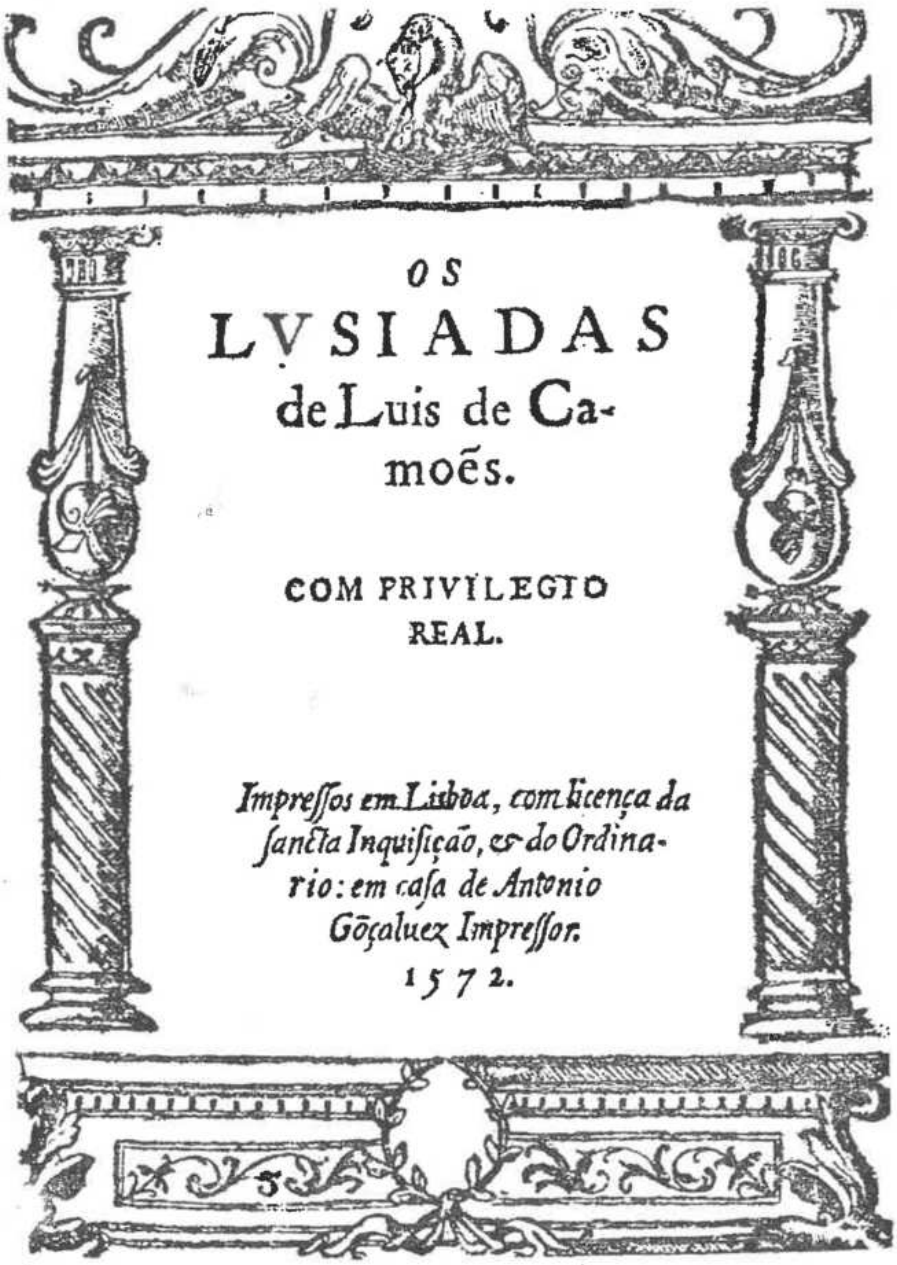
1554 - s



Página final da *Regra do Patriarcha San Bento*
(Lisboa, António Ribeiro, 1586)

2.° — PORTADAS COM O PELICANO VOLTADO À DEXTRA


COMEÇAM
AS OBRAS DO QVAR-
to liuro, em que ſe contem
as farſas.
¶ESTE NOME DA FARSA
ſegumte, quẽ tem farelos, pos lho o vul-
go. He oſeu argumento, que hum eſcu-
dero mancebo, per nome ayres roſado,
tangia viola, & a eſta cauſa ainda que ſu
moradia era muyto fraca, cõtinuadamẽ-
te era namorado. Trataſe aqui de hũs
amores ſeus per cinco figuras ſ. Ordo-
nho, aparicio, ayres roſado, Iſabel, &
hũa velha ſua mãy. Foy repreſentada ao
muyto excelente Rey dõ Manuel nos pa
ços da ribera. Era do Senhor de 1550.

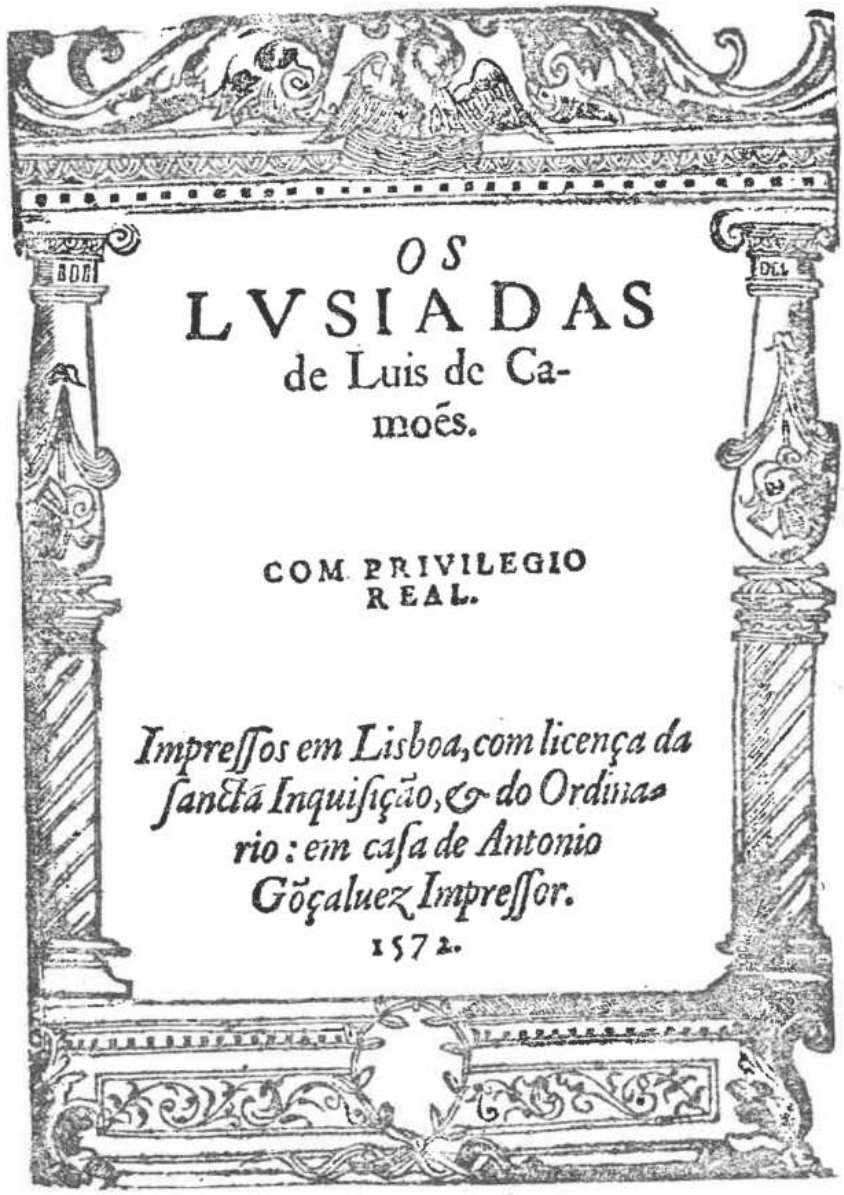


OS
LVSIADAS
de Luis de Ca-
moẽs.

COM PRIVILEGIO
REAL.

Impreſſos em Lisboa, com licença da ſancta Inquiſiçaõ, & do Ordinario: em caſa de Antonio Gõçaluez Impreſſor.
1572.

Ed. E e | 72-s



OS
LVSIADAS
de Luis de Ca-
moẽs.

COM PRIVILEGIO
REAL.

Impreſſos em Lisboa, com licença da
ſanctã Inquiſição, & do Ordina-
rio: em caſa de Antonio
Gõçaluez Impreſſor.
1572.

Ed. E/72-D

2.° — PORTADAS COM O PELICANO VOLTADO À DEXTRA


COME
CAM AS OBRAS
de deuaçam.
LIVRO PRI-
MEYRO.
¶
¶ ✠ ¶
¶
M, D. LXXXV.
(:)

158V - D


COMEÇAM
AS OBRAS DO QVAR-
to liuro, em que se contem
as farſas.
¶ESTE NOME DA FARSA
ſegumte, quê tem farelos, poslho o vul-
go. He o ſeu argumento, que hum eſcu-
dero mancebo, per nome ayres roſado,
tangia viola, & a eſta cauſa ainda que ſu
morada, era muyto fraca, cõtinuadamẽ-
te era namorado. Trataſe aqui de hũs
amores ſeus per cinco figuras. O Ordo-
nho, aparicio, ayres roſado, Iſabel, &
hũa velha ſua mãy. Foy repreſentada ao
muyto excelente Rey dõ Manuel nos pa
ços da ribera. Era do Senhor de 1550.

1550 - D

3.° — OUTRAS EDIÇÕES COMPROVATIVAS DA EXISTÊNCIA DAS DUAS EDIÇÕES (1572)

VI por mandado da ſanta & geral inquiſição eſtes dez Cantos dos Luſiadas de Luis de Camões, dos valeroſos feitos em armas que os Portugueſes fizerão em Aſia & Europa, & não achey nelles couſa algũa eſcandaloſa, nem contraria â fe & bõs cuſtumes, ſomente me pareceo que era neceſſario aduertir os Lectores que o Autor pera encarecer a difficuldade da nauegação & entrada dos Portugueſes na India, vſa de hũa ficção dos Deoſes dos Gentios. E ainda que ſancto Auguſtinho nas ſuas Retractações ſe retracte de ter chamado nos liuros que compos de Ordine, aas Muſas Deoſas Toda via como iſto he Poeſia & fingimento, & o Autor como poeta, não pretenda mais que ornar o eſtilo Poetico não tiuemos por inconueniente y reſta fabula dos Deoſes na obra, conhecendoa por tal. & ficando ſempre ſalua a verdade de noſſa ſancta fe, que todos os Deoſes dos Gẽtios ſam Demonios. E por iſſo me pareceo o liuro digno de ſe imprimir, & o Autor moſtra nelle muito engenho & muita erudição nas ſciencias humanas. Em fe do qual aſſiney aqui.

Frey Bertholameu
Ferreira.

Censura de Frey Berth. Ferreira
Ed. E e / 72 - S

VI por mandado da ſancta & geral inquiſição eſtes dez Cantos dos Luſiadas de Luis de Camões, dos valeroſos feitos em armas que os Portugueſes fizeram em Aſia, & Europa, & não achey nelles couſa algũa eſcandaloſa, nem contraria â fee & bõs coſtumes, ſomente me pareceo que era neceſſario aduertir os Lectores que o Autbor pera encarecer a difficuldade da nauegaçam & entrada dos Portugueſes na India, vſa de hũa fição dos Deoſes dos Gentios. E ainda que ſancto Auguſtinho nas ſuas Retractações ſe retracte de ter chamado nos liuros que compos de Ordine, aas Muſas Deoſas. Toda via como iſto he Poeſia & fingimento, & o Autor como poeta, não pretenda mais que ornar o eſtillo Poetico, não tiuemos por inconueniente yr eſta fabula dos Deoſes na obra, conhecendoa por tal, & ficando ſempre ſalua a verdade de noſſa ſancta fee, que todos os Deoſes dos Gentios ſam Demonios. E por iſſo me pareceo o Liuro digno de ſe imprimir, & o Autor moſtra nelle muito engenho, & muita erudição nas ſciencias humanas. Em fe do qual aſſiney aqui.

Frey Bertholameu Ferreira.

Censura de Frey Berth. Ferreira
Ed. E / 72 - D



V el Rey faço ſaber aos que eſte Aluara virem que eu ey por bem & me praz dar licença a Luis de Camoẽs pera que poſſa fazer imprimir neſta cidade de Lisboa, hũa obra em Oitaua rima chamada Os Luſiadas, que contem dez cantos perfeitos, na qual por ordem poetica em verſos ſe declarão os principaes feitos dos Portugueſes nas partes da India depois que ſe deſcobrio a nauegação pera ellas por mãdado del Rey dom Manoel meu viſauo que ſancta gloria aja, & iſto com priuilegio pera que em tempo de dez anos que ſe começarão do dia que ſe a dita obra acabar de empremir em diãte, ſe não poſſa imprimir ne vender em meus reinos & ſenhorios nem trazer a elles de fora, nem leuar aas ditas partes da India pera ſe vender ſem licẽça do dito Luis de Camoẽs ou da peſſoa que pera iſſo ſeu poder tiuer, ſob pena de quẽ o contrario fizer pagar cinquoenta cruzados & perder os volmes que imprimir, ou vender, a metade pera o dito Luis de Camões, & a outra metade pera quem os acuſar. E antes de ſe a dita obra vender lhe ſera poſto o preço na meſa do deſpacho dos meus Deſembargadores do paço, o qual ſe declarará & porá impreſſo na primeira folha da dita obra pera ſer a todos notorio, & antes de ſe imprimir ſera viſta & examinada na meſa do conſelho geral do ſancto officio da Inquiſição pera cõ ſua licença ſe auer de imprimir, & ſe o dito Luis de Camões tiuer acrecentados mais algũs Cantos, tambem ſe imprimirão auendo pera iſſo licença do ſancto officio, como acima he dito. E eſte meu Aluara ſe imprimirà outroſi no principio da dita obra, o qual ey por bem que valha & tenha força & vigor, como ſe foſſe carta feita em meu nome por mim aſſinada & paſſada por minha Chancellaria ſem embargo da Ordenação do ſegundo liuro, tit. xx. que diz que as couſas cujo effeito ouuer de durar mais que hum ano paſſem per cartas, & paſſando por aluaras não valhão. Gaſpar de Seixas o fiz em Lisboa, a. xxiiij: de Setembro, de M.D.LXXI. Iorge da Coſta o fiz eſcreuer.

Privilégio de impressão (24-IX-1571)

Ed. E e / 72 - S



VelRey faço ſaber aos que eſte Aluara virẽ que eu ey por bem & me praz dar ſiçença a Luis de Camões pera que poſſa fazer imprimir neſta cidade de Lisboa, hũa obra em Oytaua rima chamada Os Luſiadas, que cõ tem dez cãtos perfeitos, na qual por ordem poetica em verſos ſe declarão os principaes feitos dos Portugueſes nas partes da India depois q̃ ſe deſcobrio a nauegação pera ellas por mãdado delRey dom Manoel meu viſauo q̃ ſancta gloria aja, & iſto com priuilegio pera que em tẽpo de dez annos que ſe começarão do dia q̃ ſe a dita obra acabar de imprimir em diãte, ſe não poſſa imprimir nẽ vender em meus reinos & ſenhorios nem trazer a elles de fora, nẽ leuar aas ditas partes da India perà ſe vẽder ſem licẽça do dito Luis de Camões ou da peſſoa que pera iſſo ſeu poder tiuer, ſobpena de quẽ o contrario fizer pagar cinquoẽta cruzados & perder os volumes que imprimir, ou vender, a metade pera o dito Luis de Camões, & a outra metade pera quem os acuſar. E antes de ſe a dita obra vender lhe ſera poſto o preço na meſa do deſpacho dos meus Deſembargadores do paço, o qual ſe declarará & porá impreſſo na primeira folha da dita obra pera ſer a todos notorio, & antes de ſe imprimir ſera viſta & examinada na meſa do conſelho geeral do ſancto officio da Inquiſiçam, pera com ſua licença ſe auer de imprimir, & ſe o dito Luis de Camões tiuer acrecentados mais algũs Cantos, tambem ſe imprimirão auendo pera iſſo licença do ſancto officio, como acima he dito. E eſte meu Aluara ſe imprimirá outroſi no principio da dita obra, o qual ey por bem que valha & tenha força & vigor, como ſe foſſe carta feyta em meu nome, per mim aſsinada, & paſſada por minha Chancellaria, ſem embargo da Ordenaçam do ſegundo liuro, titulo xx. que diz que as couſas cujo effeito ouuer de durar mais que hum anno paſſem per cartas, & paſſando per aluaras não valham. Gaſpar de Seixas o fiz em Lisboa, a vinte & quarro dias do mes de Setembro, de M.D.LXXI. Iorge da Coſta o fiz eſcreuer.

Privilégio de impressão (21-IX-1571)
Ed. E / 72 - D

OS LVSIADAS
DE LVIS DE
CAMÕES.

Canto primeiro.

AS armas, & os barões assinalados,
Que da Occidental praya Lusitana,
Por mares nunca de antes navegados,
Passaram, ainda alem da Taprobana,
Em perigos, & guerras esforçados,
Mais do que prometia a força humana.
E entre gente remota edificarão
Nouo Reino, que tanto sublimarão.

E tambem as memorias glorioſas
Daquelles Reis, que forão dilatando
A Fee, o Imperio, & as terras viciosas
De Affrica, & de Asia, andarão deuastando,
E aquelles que por obras valeroſas
Se vão da leyda Morte libertando.
Cantando espalbarey por toda parte,
Se a tanto me ajudar o engenho & arte.

A (eſſem

OS LVSIADAS
DE LVIS DE CAMÕES.

Canto Primeiro.



AS armas, & os baroões assinalados,
Que da Occidental praya Lusitana,
Por mares, nunca de antes navegados,
Passaram, ainda alem da Taprobana,
Em perigos, & guerras esforçados,
Mais do que prometia a força humana:
Entre gente remota edificaram
Nouo Reino, que tanto sublimáram.

E tambem as memorias gloriosas
Daquelles Reis, que foram ailatando
A Fee, o Imperio, & as terras viciosas
De Africa, & de Asia, andaram deuastãdo
E aquelles que por obras valerosas
Se vão da ley da Morte libertando.
Cantando espalharey por toda parte,
Se a tanto me ajudar o engenho & arte.

A Cessem

4.° — UM CASO ESPECÍFICO: A EDIÇÃO DOS PISCOS (1584)

OS LVSIADAS

DE LVIS DE CAMÕES.

¶ *Agora de nouo impreſſo, com algũas Annotações, de diuerſos Autores.*



¶ *Com licença do Supremo Conſelho da Santa & Geeral Inquiſição, por Manoel de Lyra.*

Em Lisboa, Anno de 1584.

Frontispício da Edição dos «Piscos» (1584)



Ilustração da Edição dos «Piscos» (1584)
por M(anoel de) L(yra)

Canto terceiro. 76

rebelde o Camões, porque conjurou cõtra a patria, & leuantandoſe com a Cidade de Euora, & ſuas comarcas, matou em batalha o capitão daquella prouincia, & fez ſeu aſſento na cidade.

* *Conta os arcos por onde vẽ a agoa à cidade. Chamalhe argento, porq̃ ſe chama agoa da prata.*

† *Foy tomada aos Mouros por Giraldo ſem pauor.*

Ia na cidade Beja vay tomar, 46
Vingança de Trancoſo deſtruida,
Affonſo que não ſabe ſoſſegar.
Por eſtender cõ a fama a curta vida:
Não ſelhe pode muito ſoſtentar
A Cidade: mas ſendo ja rendida,
Em toda a couſa viua, a gente yrada,
Prouando os fios vay da dura eſpada.

Com eſtas ſojugada foy Palmella; 47
E a † piſcoſa Cizimbra, & juntamente
Sendo ajudado mais de ſua eſtrella
Desbarata hum exercito potente:
Sentio o a Villa, & vio o a ſerra della,
Que a ſocorrella vinha diligente.
Pella fralda da ſerra deſcuidado,
Do temeroſo encontro inopinado.

† *Chama piſcoſa, porq̃ em certo tẽpo ſe ajunta ali grãde cãtidade de piſcos, pera ſe paſſarẽ a Affrica.*

Estrofes da Edição dos «Piscos» (1584) com a anotação sobre a *piscosa Sezimbra*

2.º

Tentativas de solução do problema das duas edições «princeps» (1572) desde o Tricentenário de Camões (1880) até aos nossos dias

1) — *Tito de Noronha* (1880).

O Tricentenário de Camões, em 1880, deu incremento aos estudos camonianos de que Tito de Noronha é um exemplo patente. Encarou o problema das edições «princeps» de 1572 e, a este respeito, emitiu a seguinte opinião:

«As edições dos *Lusiadas,* com data de 1572, comquanto sejam de formato igual, com rostos ambos mettidos em portadas de madeira, apparentemente identicas, ambas tenham o mesmo numero de folhas, ambas sejam impressas em *grifo,* e ambas mal impressas, não deixam de ser differentes.

E dizemos *ambas* porque com data de 1572 não conhecemos mais do que duas edições bem caracterizadas».

Repetimos. Tito de Noronha aceita que só conseguiu descobrir *duas* edições e não mais; tenta, por isso, explicar a existência de exemplares *quase iguais,* mas com diferenças gráficas, claras e evidentes. Eis a maneira como se exprimiu:

«As differenças que porventura se possam encontrar em exemplares similhantes provém de se terem baralhado quadernos, ou mesmo folhas dos dois exemplares, ou mesmo de se haver entresachado em exemplares incompletos quaesquer folhas de edições posteriores e parecidas. Por esta forma, *duas edições* podem parecer *três* ou *quatro,* e mais até, por não conferirem exactissimamente em todas as suas folhas, comquanto apparentem um todo commum».

Tal é a opinião inteiramente clara de Tito de Noronha em *A primeira edição dos Lusíadas* (Porto, Chardron, 1880, pp. 17-18).

E não se fica por aqui; dentro desta óptica ele avança e, procurando ser ainda mais explícito, acrescenta esta outra explicação:

«Com o correr dos tempos foram rareando os exemplares; alguns encontraram-nos falhos, e foram-nos completando com restos de exemplares parecidos; umas vezes, por ignorância, outras de má fé mesmo, para apresentar no mercado um exemplar completo, que de obra rara tem sempre mais valor do que outro com folha ou folhas de menos» (id. p. 18).

Uma tal explicação explica tudo e por isso não explica nada. Até que ponto o critério bibliofílico existia ao tempo? A raridade da espécie seria, realmente, um facto? Mas não é tudo para Tito de Noronha. Acrescentemos que ele aceita a designação numérica de *primeira* (pelicano voltado à «direita») e *segunda* (pelicano voltado à «esquerda»); como é óbvio, segue no encalce do Morgado de Mateus, segundo o qual houve duas edições distintas, bem caracterizadas, facto absolutamente confirmado pela simples análise tipográfica de vários exemplares. Porém, para Tito de Noronha, não são apenas duas edições distintas; são «distinctissimas» (p. 19) e enumera, como motivação, o seguinte:

a) o privilégio ou alvará de privilégio que na primeira (E/72-D) tem 34 linhas e a data está escrita por extenso; na outra (Ee/72-S), tem apenas 33 linhas e a data com caracteres romanos;
b) a paginação é igual nas duas edições, mas o olho do tipo é desigual, ostentando diferenças nas letras s e f, etc.;
c) há diferenças caractrísticas em versos: «Filho de Maria» numa e «Filho de Maya» noutra (IX, 56), etc.;
d) a ortografia não é a mesma nas duas edições e quanto a certas diferenças gráficas, não é inútil citar mais uma vez, por extenso, Tito de Noronha:

«A paginação é igual mas não é igual o olho do typo; n'uma, nos *st* ligados, o *s* não excede o olho da letra; na outra, o *s* tem a forma do *f* sem travessão; n'uma os *cc* versaes descem abaixo do olho da letra, contornando interiormente a letra que se lhe segue; na outra, os *cc* terminam na linha inferior do olho da letra; além d'isso, os reclames não estão justamente em pontos eguaes nas duas edições, bem como são differentemente espacejadas em mais de um ponto» (id., p. 20).

Mas, não é tudo. Tito de Noronha procura ir mais longe e acentua (id., pp. 21-22):

1) *Os Lusíadas* não foram muito apreciados, pretende ele, aliás sem prova;
2) nem a Côrte, nem o público recebeu o Poema com especial favor;
3) não era muito azada a ocasião em que apareceu o Poema; houve pestes, etc.;
4) os contemporâneos teriam guerrelhado o Poema como obra pouco aceitável em alguns pontos de vista, pretende ainda, também sem prova, Tito de Noronha.

> Para ele acrescenta ainda «as differenças que porventura se possam encontrar em exemplares similhantes, proveem de se terem baralhado cadernos ou mesmo folhas dos dois exemplares ou mesmo de se haver entresachado em exemplares incompletos quaesquer folhas de edições posteriores e parecidas. Por esta forma, duas edições podem parecer três ou quatro, e mais até, por não conferirem exactissimamente em todas as suas folhas, comquanto apparentem um todo comum».

Repetimos a citação porque tudo isto é, realmente perturbador. Por exemplo, em dois exemplares da camoniana de Fernando Palha, actualmente em Boston, na Harward Library, onde existem cinco ou seis exemplares da edição *princeps,* os alvarás e a licença são iguais, ao contrário do que atrás se afirmou, mas a página onde começa o Poema, é de edições diferentes. Quer dizer, em determinado momento, alguém completou realmente exemplares defeituosos ou incompletos com folhas das duas edições.

Esta hipótese não é despicienda; até pode ter um certo grau de probabilidade, pelo que importa, prioritariamente, proceder ao exame do maior número possível de exemplares da edição «princeps». Só depois será possível emitir uma opinião baseada e séria. Mas o que é certo é que houve duas edições. Como escreveu Tito de Noronha:

> «O que é certo, é que da mesma fôrma não podiam ter sahido as duas edições que são dissimilhantes, não só sob o ponto de vista literario, mas typographico.
>
> Temos pois que ha duas edições, datadas ambas de 1572, e que uma é a reproducção da outra, mais ou menos fiel, mas reproducção que se pretende *confundir* com a original. Que ambas sejam impressas no mesmo anno e pelo mesmo impressor, ha razões de sobejo para não ter como certo» (id., pp. 20-21).

Um tal ponto de vista não é de pôr de parte. O mais natural é que se tenha feito uma única edição em 1572 (ed. Ee/72-S), aliás como sugere Tito de Noronha:

> «Temos por certo que em 1572 não se fez mais que uma edição dos *Lusiadas,* e também nos parece que o auctor não viu provas. O auctor obteve privilegio para a edição, privilegio que tinha vigor por dez annos: é mais que provável que privilegio e original vendesse ao livreiro, sem mais curar da edição» (id., p. 75).

E continua (p. 76):

> «Não é pois certo que dos *Lusiadas* se fizessem, em 1572, duas edições. Uma dellas é uma *falsificação* (ed. E/72-D), e a *primeira* (E e/72-S), e só essa, é que se

deve presumir fosse feita pelo manucrito do autor, seu próprio, visto que as circunstâncias monetárias de Camões não presumem a possibilidade da intervenção de um amanuense».

Pois, logo a seguir, acentuando o seu ponto de vista, quanto à diversificação das duas edições, Tito de Noronha escreveu:

«Esta questão é importante, visto encontrar-se entre as duas edições, ditas de 1572, *variantes* que não pertençam ao auctor em uma das edições. Dá-se um caso digno de reparo. Na edição de 1584, aliás mutilada, como se sabe, segue-se em geral as lições da que se tem dito *segunda* edição. *Correia*, contemporaneo do Poeta, segue também esta; a de 1597, na summa, a mesma, a de 1609 igualmente.

Entrepõe-se a estas a dita *primeira*, com variantes, que só mais tarde foram em geral seguidas, tendo-se por certo que ao auctor pertencem as alterações que se lêm na *segunda*» (id, 77).

Como é intuitivo, na opinião de Tito de Noronha, são estas variantes, não atribuídas ao autor, que demonstram ter havido duas edições com a data de 1572, sem que nada prove que realmente sejam do mesmo ano, como sugere, igualmente, Tito de Noronha:

«Mas as variantes entre as duas edições ditas de 1572, não são tão notáveis que se possam atribuir ao auctor. Camões, se introduzisse modificações no seu Poema, não se limitaria a singelas substituições de palavras, e por certo corrigiria erros, que a sua vasta erudição não permitte suppor que mantivesse numa edição nova. Aquelle grande génio, ou se limitaria a sustentar na íntegra o seu trabalho, ou, caso o julgasse menos perfeito, não se limitaria a tão pouco; tinha pulso assaz robusto para manejar a lima, intelligência para ampliar e substituir, e não se restringiria a leves emendas sem grave alcance e de somenos importância.

A presumida *segunda* edição é tida como a mais correcta e também feita sob a vista do auctor. Não só a temos por isso, mas, o que é mais, como a *primeira* e a única pelo auctor vista (ed. E e/72-S).

As razões em que nos fundámos, contra a opinião seguida, são óbvias: além de outras mais especiosas, a história como se ella pode constituir, das primeiras edições, leva-nos a este convencimento.

Publicou-se a 1.ª edição, com privilégio por 10 annos: a edição esgotou-se, ou por ser pequena a tiragem, ou por terem ido exemplares para a India, visto o livro tractar de cousas d'ella, ou por outros motivos quaesquer; o período do privilégio findára, o auctor era fallecido, o impressor também; o livro escaceára no mercado. Nestas circunstâncias, um impressor mais audacioso do que os seus collegas, (não eram muitos, só trez!) emprehendeu a reproducção do Poema das glórias pátrias: mas se o paiz, sob o jugo do estrangeiro, tendia a desnacionalizar-se, a crença augmentava de intensidade; a censura em nome da fé e dos bons costumes, empatifou o livro.

O Poema, assim alterado, não podia satisfazer a curiosidade dos amadores, e na

impossibilidade de se obter licença para dar o livro tal qual primitivamente fôra impresso, houve alguém que, escapando-se à censura e pondo de parte escrúpulos, reproduziu o Poema consoante pela primeira vez se conhecêra.

Para evitar reparos, a edição nova retracta a primitiva no rosto e no texto. O impressor não tinha a portada que servira à primeira edição e fez outra que ficou invertida por imperícia do gravador. Se o impressor fosse o mesmo, servir-se-hia da mesma portada, dos mesmos typos e a *contrafacção* seria completa. Mas não foi. As variantes de palavras, o maior número de erros de impressão, provam que o livro foi trabalhado à pressa, como era natural que fosse, visto ser feito a occultas.

A falsificação fez-se, e não houve quem se desse à canseira do confronto por se não suspeitar da fraude. Os interessados, sob o ponto de vista commercial, o auctor e o impressor não existiam já; à censura não chegou notícia da restauração do texto condemnado e as duas edições, parecidas entre si foram aceites como uma única.

Só mais tarde, e depois da publicação dos seus *Commentários* ao Poema, é que Faria e Souza attentou na existência das duas edições similhantes, e se julgou *primeira* uma d'ellas (E/72-D) unicamente por ser mais incorrecta. Pareceu bem o alvitre, e acceitaram-se as datas irmãs como authenticas e prova inconcussa do grande acolhimento que tivera o livro, sem se curar da impossibilidade da publicação simultânea. Mas a *falsificação* fez-se e não tinha razão de ser se fosse feita no período abrangido pelo privilégio, e justifica-se não só litterária, mas commercial, de restaurar o texto, corrompido na edição de 1584. Quando? Pelas razões adeante ponderadas, julgamos poder fixar o restabelecimento do texto primitivo em 1585. Deve portanto ser esta a data da terceira edição de *Os Lusiadas*» (.(75).

Nesta ordem de ideias, Tito de Noronha procura basear a sua convicção sobretudo na observação e estudo da actividade tipográfica do tempo, tentando calcular a actividade dos industriais de tipografia de fins do século XVI (id., pp. 80-82) e refere os nomes de Germão Galharde, André Lobato e António Gonçalves, o impressor de *Os Lusíadas,* concluindo:

«Seja como fôr, do que não pode restar dúvida, é que a edição dos *Lusiadas*, authentica, impressa em 1572 por António Gonçalves, é a que tem na portada do rosto o pelicano com o colo *voltado à esquerda* do leitor» (id. p. 83) isto é a ed. E e/72-S.

Razão: António Gonçalves, que se servia de tipo usado, não ia gastar dinheiro a fazer ou abrir portadas novas e comprar novos tipos. E a seguir acrescenta, à guisa de conclusão:

«A outra edição mais incorrecta (ed. E/72-D) é uma *falsificação,* feita por outro impressor: se fosse obra de António Gonçalves servir-se-hia dos mesmos typos, que não tinha elle tanta variedade d'elles, e da mesma portada» (p. 83).

(75) Tito de Noronha, *A primeira edição dos Lusiadas,* Porto, Chardron, 1880, pp. 77-80.

Para Tito de Noronha há uma certeza: fizeram-se duas edições.

«Determinada pois qual fosse a primeira edição dos *Lusíadas*, e regeitada a hipótese da existência de uma segunda edição feita ainda em vida do Poeta, fica assente que *Camões* foi estranho às variantes que se encontram na que tem sido chamada *primeira* edição (ed. E/72-D), considerada como mais incorrecta, devendo-se acrescentar, como genuino, o texto da edição chamada *segunda* (a que tem o pelicano voltado à esquerda) e deve ser conforme ao manuscrito do auctor (E e/72-D) salvo os lapsos de imprensa, vulgares nas edições daquelle tempo» (id., p. 86).

Desta forma interpretou, entendeu ou expressou esta opinião de Tito de Noronha, o técnico tipográfico nortenho, Eleutério Cerdeira, nestes termos:

«Aparte pequpenos senões que nada desmerecem o seu valioso estudo, Tito de Noronha colocou-se, como bom investigador, possuindo admiráveis conhecimentos da técnica tipográfica, dentro da boa lógica.

Aprecia as especulações anteriores, analisa com proficiência o trabalho gráfico, refere-se às diferentes substituições vocabulares que se encontram nas então supostas *primeira* e *segunda* edições, algumas das quais já apontadas por Faria e Sousa (...), com o fim de demonstrar a incultura do escrevedor das primeiras, em comparação com a propriedade expressiva do redactor das segundas» (76).

Em suma, resumindo a posição de Tito de Noronha, houve as seguintes edições de *Os Lusíadas:*

1.ª edição (1572): pelicano voltado à esquerda (Ee/72-S);
2.ª edição (1584): a célebre edição dos *Piscos;*
3.ª edição (1572): pelicano voltado à direita (E/72-D).

2) — *José Gomes Monteiro* (1880).

José Gomes Monteiro, como José Vitorino Barreto Feio, seu mestre, de quem foi colaborador, emigrou para a Alemanha «na epocha do grande exodo portuguez» onde, em Altona, perto de Hamburgo, colaborou na publicação das «Obras completas de Luiz de Camões» (1834), se bem que em pequena escala, mas numa actividade que lhe permitiu ficar com um renome que lhe facultou o honroso convite para colaborar na edição monumental e ilustrada de Emílio Biel, em 1880. De facto muito deve ter aprendido com J. V. Barreto Feio, dada a segurança com que ele se

(76) Cf. Eleutério Cerdeira, *Duas grandes fraudes camonianas*, Barcelos, 1946, p. 15.

exprime na *Introdução* de «Os Lusíadas, edição crítica-commemorativa do 3.º centenário da morte do grande Poeta», publicada por Emílio Biel no Porto (1880), pois corajosamente, ele declarou:

«Longos annos decorreram desde então; o estudo das obras do nosso grande Epico, sem enfraquecer a minha admiração pelo saber e rara sagacidade de que o Snr. Barreto Feio deu provas nesse importante trabalho, fez-me comtudo conhecer que alguma cousa havia a corrigir na sua recensão. Obedecendo pois à máxima sagrada do discípulo de Platão, *Amicus Plato, sed magis amica veritas,* não duvidei rectificar, depois do mais attento exame e de formada uma profunda convicção, tudo o que se me antolhou menos exacto no trabalho crítico do meu venerável mestre. As suas notas à edição de Hamburgo, são dignas de conservar-se, por isso irão no fim do Poema, promiscuamente com as que me pertencem, e quasi todas na sua íntegra, ainda aquellas que eu julgo rectificar, ajuntando-lhes um additamento para esse fim» (77).

Nesta edição, por ocasião do 3.º Centenário da morte de Camões, 46 anos depois, foi preciosíssima a sua colaboração, excelentemente aproveitada pelo grande fotógrafo alemão no Porto, o célebre Emílio Biel. Como se exara no próprio título, esta edição foi feita segundo a 2.ª edição de 1572 (Ee/72-S) bem como na de 1834 (Hamburgo). Além disso, foi antecedida de um *Poemeto Commemorativo* da autoria de José da Silva Mendes Leal, o qual escreveu também a biografia do Poeta, intitulada «Camões e Os Lusíadas. Estudo sobre a vida e obras do Poeta».

José Gomes Monteiro, na Introdução (p. XXIV), aceitou com A. Silva Túlio, a ideia bizarra de que Camões teria tido a intenção de acrescentar a *Os Lusíadas,* mais alguns cantos, a fim de celebrar a expedição de D. Sebastião a Marrocos. Trata-se, evidentemente, de uma ideia sem grande consistência, pois a licença concedida para a publicação foi datada de 23 de Setembro de 1571 e o Poema foi publicado em 1572. Ora, a introdução no Poema dos futuros feitos deste Rei, destruiria uma certa unidade do Poema. A acção começa com a partida do Tejo e termina com o regresso ao mesmo; a narrativa da história de Portugal, feita aos soberanos de Melinde e Calicut, assim como as profecias da Ilha de Vénus (canto IX) inserem-se. Mas, onde meter os feitos de D. Sebastião? E o livro ficava à espera?

Por outro lado José Gomes Monteiro aproxima-se também de F. Freire

(77) Cf. José Gomes Monteiro, *Os Lusíadas de Luiz de Camões. Edição-crítica commemorativa do Terceiro Centenário da morte do grande Poeta, Porto,* Emílio Biel, Leipzig, Typog. Gieseck, 1880, p. XLIX.

de Carvalho, ao explicar os erros tipográficos; aceita, mesmo, que o original camoniano, entregue ao impressor, fosse não o autógrafo, mas um traslado ou cópia adulterada, feita por algum copista ignorante» (p. XXV).

Aliás, a hipótese explicativa de uma má caligrafia, de difícil leitura e pouco cuidada, é sempre possível e provável em homens de letras.

Mas a verdade é que houve duas edições de «Os Lusíadas» em 1572. Qual das duas é, textualmente, a mais válida? José Gomes Monteiro opta pela *segunda,* chamando a atenção para os erros que se encontram nas duas edições. Mas, eis os termos em que ele se exprime:

«É já hoje ocioso entrar em longas discussões para demonstrar que a segunda edição de 1572 é o modelo obrigado para a reimpressão do poema dos *Lusiadas*. A sua superioridade sobre a primeira não admitte a menor contestação. Isto não quer dizer que a segunda edição original seja isenta de erros. Há-os infelizmente, e podem dividir-se em duas cathegorias: uns são communs a ambas as edições; foram outros cometidos de novo na segunda impressão. Estes são, pela maior parte, erratas grosseiras, não formando palavra conhecida, faceis de corrigir e que não podem ser considerados como *variantes*. Os erros communs ás duas edições tem muito maior gravidade. A sua repetição parece mostrar que a composição typographica d'esta segunda edição fôra feita sobre um exemplar da primeira, muito imperfeitamente corrigido, como já fica indicado nesta introdução. Assim o compositor teria reproduzido estas incorrecções por não se acharem devidamente emmendadas. Exerceram estes erros uma perniciosa influencia na deturpação do texto. Não podendo verificar-se a sua existencia pelo simples confronto de uma com outra edição, visto serem identicos em ambas, foram quasi todos successivamente reproduzidos nas subsequentes edições até aos nossos dias. Entretanto já desde os fins do século XVI começou a crítica a fazer justas correcções, como se vê na edição de 1597; e ainda até aos tempos modernos tem continuado este trabalho de depuração do texto dos *Lusiadas*» (78).

Um outro problema, altamente complicado, diz respeito à ortografia a adoptar. Como resolvê-lo? Não é fácil, como o não é também o da pontuação. São problemas que José Gomes Monteiro, desde 1834, aprendeu a pressentir e agora (1880) expõe desta forma quanto à pontuação:

«O problema da pontuação não deveria ser tão difícil de resolver como o da orthographia. Esta, a não soffrer uma reforma radical, depende da conciliação de diversos systemas mais ou menos oppostos; e, pela mesma natureza evolutiva da linguagem, resiste aos esforços dos philologos de todas as linguas, que tentam fixa-la. O problema, porem, da pontuação, fundada em regras derivadas da logica syntaxica, ainda que mais fáceis de sentir que de fixar, deverá ser uniformemente resolvido em todos os tempos e em todas as linguas. Entretanto, para me cingir só ao nosso poema, a diversidade, a confusão e mesmo a anarchia que se observa no modo de pon-

(78) Idem, p. L.

tuar os *Lusiadas* nas primeiras edições, é surprehendente. Dir-se-hia que os nossos antigos escriptores e compositores typographicos nunca comprehenderam o valor dos signaes orthographicos empregados na pontuação. O morgado de Matheus, não podendo entender-se no meio de similhante desordem, concebeu a ideia de que Luiz de Camões considerava os pontos e virgulas como signaes musicaes, que empregava, não para facilitar a intelligencia de seus versos, mas para serem solfejados, indicando as pausas maiores ou menores que o poeta queria se fizessem na leitura de suas estrophes. É impossivel aventar que fundamentos moveram o nobre editor para attribuir a Camões tão extravagante pensamento.

A verdade é que ainda nas modernas edições se observa consideravel irregularidade no systema de pontuação: uns editores são prodigos da virgula, do ponto e virgula, dos dois pontos e do parenthesis; outros são avaros d'estes signaes, que muito facilitam a intelligencia do texto. Na presente edição procurou-se fazer um uso racional da pontuação, sem faltar ao indispensavel. Os estrangeiros, sobretudo, apreciam uma boa pontuação que lhes facilite a intelligencia do sentido do auctor. D'este apreço deixou testimunho Mr. Quillinan, traductor inglez dos *Lusiadas*, quando recomendou a Mr. Adamson, seu futuro editor, que o seu livro fosse dedicado ao auctor d'estas paginas e a elle Mr. Adamson: a este admirador de Camões, por ter escripto uma excellente biographia do poeta; e áquelle, por lhe haver explicado diversas passagens do poema e por ter sido, juntamnte com o snr. Barreto Feio, o editor da melhor edição das *Obras de Camões ou, pelo menos, da mais bem pontuada*.

A incerteza ou ausencia de pontuação tem dado origem a duvidas acerca da interpretação de alguns logares dos *Lusiadas* (79).

Quanto ao problema das duas edições, José Gomes Monteiro, com a maior convicção e entusiasmo, deixou-nos a seguinte opinião:

«Descoberto este phenomeno de duas edições feitas no mesmo anno e pelo mesmo impressor, foi geralmente acreditado, atribuindo-se, conforme a opinião de Faria, à immensa procura da primeira edição, que exigiria promptamente uma segunda.

Hoje, porém, estudada a questão mais attentamente, é opinião geralmente seguida que a reimpressão fôra, sim, feita alguns annos antes de expirar o praso concedido pelo alvará de privilégio; mas só depois de exhausta a primeira edição, e ainda em vida de Camões. E, na verdade, se attendermos a que entre esta e a que ostensivamente se publicou como segunda, em 1584, mediaram doze annos e que d'ahi até o fim do século XVI as edições se succederam com o intervalo de seis annos, facilmente acreditaremos que essa larga lacuna de doze annos fosse interrompida com uma edição, que deve ter sido a chamada segunda de 1572, publicada com a mesma data, mas somente cinco ou seis annos depois.

A origem d'este phenomeno podia attribuir-se a diversas causas: ou a uma contrafacção fraudulenta, feita dentro ou fóra do paiz, caso previsto, como vimos pelo alvará de privilégio; ou à consciência do impressor que, vendo sair da sua officina, deturpado de erros tão grosseiros e tão bastos, um livro que desde a sua apparição o público saudara, ainda assim, como uma obra maravilhosa, quizera valer à sua

(79) Idem, p. LV.

reputação e dar satisfação ao desgostoso auctor, apressando-se a publicar uma nova edição com sacrifício de uma boa dose de exemplares da primeira; podia, finalmente, attribuir-se a fraude editorial do próprio impressor.

A primeira d'estas hypotheses é excluida pelas importantes correcções da segunda edição, feitas à vista do autographo ou de um exemplar emendado da primeira edição.

A segunda hypothese é igualmente inadmissível. Se a nova edição fosse feita com o fim, tão honroso para o impressor, de corrigir a primeira, não se veria n'ella reproduzida uma multidão de erros gravissimos, que ficaram sendo communs a ambas as edições. Só a fraude do editor explica cabalmente o facto. Era da conveniência de António Gonçalves forrar-se por esse dolo às despezas e delongas de novas licenças; e sobretudo lhe convinha furtar-se ao perigo de submetter novamente à censura um livro scripto com desusada liberdade e já licenciado com tanta fortuna; perigo real, se attendermos às mutiladas edições de 1584, de 1591 e ainda de 1597, as quaes vieram patentear que António Gonçalves andara avisadamente valendo-se d'aquelle estratagema editorial. Com este intuito empregaram-se várias cautelas para não revelar a reimpressão da obra. O formato, os typos, os ornatos typographicos e, afinal, a mesma data da impressão são eguaes em ambas as edições; e, se alguma differença material veio de futuro a notar-se, ficou ella tão imperceptível, que foi necessário decorrer mais de meio século, para que Faria e Sousa, que por espaço de vinte e cinco annos tinha trazido entre mãos o Poema de Camões, só depois de ter publicado o seu grande commentário aos *Lusíadas*, viesse a descobrir a existência da dupla edição» (80).

Anotemos, a terminar, que J. Gomes Monteiro nasceu no Porto em 1810; frequentou a Universidade de Coimbra até 1828, ano em que emigrou para a Alemanha onde, em colaboração com José Vitorino Barreto Feio, assinou a edição das *Obras de Camões* (1834). Em Portugal, de regresso à pátria, foi proprietário de uma boa colecção camoniana, sendo neste aspecto também precursor de Fernando Palha, Monteiro Milhões, José Carlos Lopes, Tomás Norton, Moreira Cabral, etc.

3) — *Francisco Gomes de Amorim* (1889).

O título completo da sua edição é o seguinte:

Os Lusíadas de Luiz de Camões. Edição crítica e annotada em todos os logares duvidosos, restituindo, quanto possível, o texto primitivo pela correcção de erros que nunca se tinham expungido (Lisboa, Imprensa Nacional, 1889, 2 vols.).

---

(80) *Introdução* de «Os Lusiadas», pp. XVIII-XXXI.

Este camonianista concorda, em grande parte, com Tito de Noronha, como ele próprio confessa:

«Concordo com elle em que a edição tida até aos nossos dias por *segunda*, deve ser a primeira, que no anno de 1572 não se fez mais que uma; que a que nós ambos consideramos *segunda*, é uma contrafeição; que se esta fosse feita pelo auctor não se limitaria às insignificantes emendas que ali apparecem; que a *nossa* primeira é a mais correcta e a que mais probabilidades teria de ter sido feita sob as vistas do Poeta, se acaso este revisse alguma, o que não creio» (81).

Tal é a posição, em síntese, de Francisco Gomes de Amorim. Porém, para nos darmos conta, circunstanciadamente, das razões que o nortearam, citemos mais alguns passos que julgamos característicos. Assim, escreveu ele:

«Ao contrário do que pensaram o morgado de Matheus, Mendo Trigoso, Mablin, Gomes Monteiro e outros, eu creio que a edição que elles julgaram primeira, não é senão a segunda; emquanto que esta, considerada a mais correcta, foi a primeira impressa; mas, provavelmente, também não seria feita sob as vistas de seu auctor» (82).

É ele portanto partidário de que a edição E/72-D, cujo texto reproduz, é a que é a *segunda* e explica os seus erros com o facto de Camões ter adoecido e, gravissimamente enfermo, ter confiado a revisão aos tipógrafos (p. 118). Por outras palavras, ele próprio assim o afirma, explicitamente:

«A segunda edição do Poema não é, pois, senão uma *contrafeição* da primeira. Saiu tanto mais incorrecta, quanto maior foi a ignorância dos que atentaram *subrepticiamente*, com a intenção criminosa de roubar a mãe do Poeta, provavelmente, no mesmo anno de 1580, em que falleceu seu filho, ou ainda no de 1579, adquirida a certeza prévia de que elle se não levantaria do seu leito de tormentos» (idem, p. 114).

Quer dizer, Francisco Gomes de Amorim explicava, imaginativamente, tudo o que lhe parecesse, sem qualquer prova, poder ser possível. E, teimosamente, na mesma ordem de ideias acentua mais ainda: «Quer seja uma, quer outra que se deva considerar primeira, d'estas duas edições, é indubitável que uma d'ellas se fez com fim criminoso, e que Camões foi inteiramente estranho à sua feitura» (p. 117).

Imaginativo, quase entusiasmado, ele compraz-se em ver Camões,

(81) *Introdução* de «Os Lusíadas», Lisboa, 1889, p. 108).

(82) *Introdução*, vol. I, p. 111.

miserável e doente, a assistir ao drama da possível nova edição do seu Poema. Vejam-se os termos em que ele o faz:

«Camões, estorcendo-se n'uma dolorosa agonia de dois annos, presenciaria do seu humilde catre, todo esse infausto e crudelíssimo vilipendio. Seria então, vendo-o assim na miséria extrema, vivendo de outras misérias maiores, que o seu fiel Jau obtinha das raras almas bemfazejas, que um pérfido editor, quem quer que fosse, seguro da impunidade, com a certeza da morte próxima do auctor, reimprimiria, *subrepticiamente*, «Os Lusíadas». E, por suprema irrisão da sorte, ao passo que a fronte augusta do Poeta caía no fundo de uma cova, onde se perderiam para sempre os seus restos mortaes, retenia o seu nome na posteridade; e saía dos prelos de um ladrão a sua immortal epopeia, roubada à pobre mãe, que lhe sobreviveu ainda alguns annos, e que nem sequer teria então com que lhe mandasse fazer o mais modesto enterro! Esgotada a primeira edição, prosseguiria a venda da segunda, como se fosse a continuação d'aquella. Quem daria pelo crime? A quem ocorreria levar um exemplar da antiga para os confrontar entre si, no acto de comprar a moderna?» (Idem, p. 124).

Indiscutivelmente, Francisco Gomes de Amorim tinha uma forte imaginação; aliás podia ter razão. Mas, que provas adianta? Nenhumas.

No que diz respeito ao problema das variantes, F. Gomes de Amorim, tenta apontar pistas e fá-lo de uma maneira que não podemos deixar de citar por extenso:

«Vemos sensível differença entre as duas edições, sobretudo nas terminações dos verbos no pretérito imperfeito. Uma escreve, por exemplo, *edificaram* e outra *edificarão;* além de outras variantes não menos extraordinárias.

Se isto não indica, claramente, que o Poeta foi estranho à segunda edição, prova até à evidência, que não assistiu à impressão de uma d'ellas: aliás, igualaria a orthografia. E devemos suppor que, se alguma se fez debaixo das suas vistas, não deve ter sido a menos correcta. Oppondo-se do mesmo modo a minha razão a conceder que tão egregio espírito se associasse a um logro, feito a quem quer que fosse, rejeito absolutamente a idêa de que elle tivesse parte na segunda legítima, *seja ella qual fôr*. Repito, portanto: essa edição só pode ter sido feita depois ou *próximo ao tempo da sua morte* e com o intuito de roubar a sua herdeira» (Idem, pp. 117-118).

Verificamos, assim, que F. Gomes de Amorim devia ser algum tanto obsessivo. A pena que teve da pobre mãe do Poeta, deve tê-lo altamente impressionado, apesar de lhe faltarem provas para tanto.

No que diz respeito ao exame técnico das diferenças entre as duas edições, ele não foi omisso. Debruçou-se sobre o frontispício ou a portada e analisou, com certo cuidado, outras diferenças, nomeadamente as ortográficas. É o que ele expõe deste modo:

«Reconheço que não se póde sustentar discussão séria sobre orthographia portugueza, que n'aquelle tempo não tinha (como ainda não tem hoje!) regras fixas. Todavia, parece-me improvável que o Poeta, mestre como era em tudo, não tivesse adoptado desde logo, segundo usou o seu émulo Garrett, no começo da sua carreira litteraria, um systema único, melhor ou peior que o dos seus contemporâneos. Mais que qualquer outro, elle devia saber e sentir quaes eram as tendências e índole da língua, cujos domínios alargou immensamente, para regularisar-se. Vemos, contudo, sensível differença, como já atraz notei, entre as duas edições, sobretudo nas terminações dos verbos, no pretérito imperfeito: uma escreve, por exemplo, *edificaram* e outra *edificarão;* além de outras variantes não menos extraordinárias» (Idem, p. 117).

Finalmente, a terminar a exposição das opiniões de Francisco Gomes de Amorim, acrescentemos mais uma transcrição que resume a sua opinião final. Transcrevemo-la, acrescentando-lhe apenas a numeração:

«Recapitulando, pois:

1) — de nenhum dos auctores que tenho lido, até hoje, côlho prova alguma que contrarie a minha convicção inabalável: a edição considerada segunda por todos os críticos (excepto pelo Snr. Tito de Noronha) é a que foi primeiro impressa (Ee/72-S);
2) — Que a por mim considerada realmente segunda se faria dentro do último anno da vida do Poeta, quando este não podesse já erguer-se do leito; e só appareceria à venda após a sua morte, ou pouco antes d'ella (E/72-D);
3) — Que esta me parece feita na mesma typographia, com typo absolutamente irmão, differindo apenas nas partes que já atraz ficam indicadas;
4) — Que não se póde admittir a existência de uma só edição com a data de 1572, pelo facto indubitável de *serem duas composições distinctas*, as que conhecemos e não simples reimpressões de folhas; porque se prova, segundo já fartamente demonstrei, que em todas as folhas de ambas se acham mudanças, desde o principio até ao fim, e que consistem:

   a) nas letras maiúsculas do começo dos versos;
   b) nas letras pegadas ou separadas;
   c) no argumento ou falta de vírgulas;
   d) nas variantes orthographicas;
   e) no número de erros, e em muitas outras pequeninas cousas, que resultam de uma confrontação minuciosa como a que eu fiz, e da qual vão transcriptos adiante os dois primeiros cantos.

5) — Parece-me incontestada a natureza clandestina da *segunda* (E/72-D), visto ser esta a mais incorrepta: quem commette um erro, nunca pode proceder com a segurança de quem obra bem, com justiça e direito; o erro attrahiria os erros: *abyssus abyssum invocat;*
6) — Que Camões não teve parte n'esta última, feita com intenção fraudulenta;
7) — Que não podemos associá-lo, sem flagrantte injustiça, a uma acção dolosa,

em vista da incontestável nobreza e elevação dos seus sentimentos e da austera severidade com que em toda a sua obra fulmina sem piedade o vício e o crime;

8) — Que não apparecendo em nenhuma das edições que conhecemos, de 1572, emenda que auctorise a julgar-se que o Poeta levaria até ao fim a reimpressão de uma d'ellas, sem lhe alterar uma estancia, um único verso — facto absolutamente impossível de acreditar (appello para todos os poetas presentes e futuros) sobretudo, conhecendo-se tantas estancias omittidas, que se dizem suas — só poderemos, *razoavelmente*, acceitar, como feita debaixo *das suas vistas, se alguma o foi*, a mais *incorrecta, a que eu considero primeiro impressa*» (E e/72-S). (83).

Vejamos os termos em que ele fez um esforço claro de procurar contrariar a posição assumida por Sebastião Francisco de Mendo Trigoso, a propósito da edição do Morgado de Mateus:

«Estas observações de Trigoso não me parecem inteiramente exactas. Vou dar em seguida o resultado do meu proprio exame, feito sobre maior número de edições do que as que elle viu.

Ambas ellas teem no frontispicio a portada com os titulos dentro, um pelicano ao centro e dois golphinhos dos lados. *Ambos os pelicanos estão voltados do mesmo modo*, e não como diz Trigoso; *mas o do n.º 1 vira a cabeça para a nossa direita, e tem o bico contra o dorso, do seu lado esquerdo; ao passo qu o n.º 2 enterra-o no meio do peito*. Esta só circumstancia bastaria para provar que os desenhos são differentes embora o desenhador os imitasse em quasi tudo o mais, e que não é copia do mesmo, *vista pelas costas*.

Tive a paciência de medir a compasso os dois desenhos. Depois de detido exame, cheguei à conclusão de que essas medições não tinham importancia para que por ellas se distinguissem as duas edições. — A aza esquerda do pelicano, em n.º 2, tem 17,5 millimetros, e a mesma aza no n.º 1 tem apenas 15 Os golphinhos, tambem no n.º 2, são maiores do que no n.º 1. O frontão differe igualmente nos traços perpendiculars do friso, bem como na altura dos capiteis das columnas, na grossura e nas bases d'estas; e em todo o desenho. As distancias de altura e largura, no interior das portadas, são diversas. Advirta-se, porém, que *taes differenças se encontram, até em exemplares do mesmo numero*. A bibliotheca nacional de Lisboa possue tres de um e um de outro. Fui alli, levando commigo as duas primeiras edições do sr. Fernando Palha, cada uma de seu numero e em todas as seis reunidas notei divergencias, ainda que mais pequenas n'umas que n'outras. O facto é que, por esse lado, nada poderia colher-se; e a opinião do nosso chorado Tullio, como adiante veremos, sairia triumphante d'esta prova, se não houvesse outras que a destruissem.

O sr. Tito de Noronha, no seu livro *A primeira edição dos Lusiadas*, cita varias obras em que se vêem portadas similhantes à do poema de Camões, nas quaes, com-

(83) *Introdução*, in-*Os Lusiadas*, Lisboa, 1889, pp. 126-127.

Cf. J. L. de Vasconcelos, *O texto dos Lusiadas segundo as ideias do Snr. F. Gomes de Amorim*, Porto, 1890.

tudo, como eu pessoalmente observei, se notam as mesmas diversidades que n'estas. Veja-se, por exemplo, o livro IV da *«Copilaçam de todalas obras de Gil Vicente, etc., Lisboa, 1586»*. Em seguida ao titulo, licenças e privilegio, vem uma portada que se approxima muito das dos tres exemplares da bibliotheca, que eu julgo primeira, de 1572; mas a da que tenho por segunda, existente na mesma bibliotheca, parece estar nova, e nitidamente impressa, tendo sido sem dúvida feita na occasião de se publicar o livro; ao passo que a das citadas obras de Gil Vicente, de 1586, está gasta e cançada, como todas as das primeiras de Camões.

Ainda outro exemplo: no livro II das ditas obras de Gil Vicentte, a portada é similhante à da que eu chamo segunda edição; e o pelicano olha do mesmo lado; mas, apesar da grande similhança, *não é a mesma*. Veja-se tambem o *Tratado de la vida loores y excelencias del glorioso apostol y bienaventurado evangelista San Juan, el más amado y querido discipulo, etc. Lisboa, 1554.*

«Come
çam as obras
de deuaçam
Livro Pri-
meyro.
M.D.LXXV.
(:)»

A portada é a mesma da supposta primeira edição, com a differença de ter as columnas invertidas, com a parte de baixo para cima. Ainda um pormenor curioso: todos os capacetes estão voltados do mesmo modo, um para o outro, nas quatro edições dos *Lusiadas* da bibliotheca; nas do sr. Fernando Palha ha differença no rosto da supposta primeira. Como, porém, julgo que este foi reproduzido pela photo-lithographia, talvez saísse voltado em sentido contrario ao d'aquellas.

Este meu trabalho estava concluido, quando appareceu o tomo VII do *Supplemento* do sr. Brito Aranha, ao *Diccionario* de Innocencio.

Ali vem as duas portadas das edições de 1572; e sinto que não se diga de que edições foram copiadas. Noto n'ellas a mesma differença que achei nas do sr. Fernando Palha. Os capacetes da primeira portada, reproduzida no livro do sr. Brito Aranha, olham ambos para fora; os da segunda ambos para dentro. Esta circumstancia, e o que mais adiante asseverou José Castilho, obrigou-me a ir ver de novo os exemplares da bibliotheca; e confirmo que os capacetes de todos quatro, até mesmo o *que traz as notas ms. de Castilho*, olham para dentro. Eu supporia, em vista da affirmativa de José Feliciano, que se tivesse commetido alguma fraude, trocando-se as portadas, se não me certificasse immediatamente que apesar do modo uniforme dos capacetes, tres dos pelicanos teem o bico espetado no peito, um no lado! — Repito, porém, que todas estas alterações podem não passsar de simples curiosidades. Fica demonstrado que similhantes desenhos se empregavam indifferentemente n'aquelle seculo em obras diversas; e que só pelo exame comparativo dos caracteres typogra-

phicos do rosto, pelos do privilegio e das licenças, e pelas differenças orthographicas é que as edições do anno de 1572 se podem distinguir entre si (84).

III, 2.º, 4) — *Augusto Epifânio da Silva Dias* (1910-1917).

Sendo, como é, um dos maiores camonianistas do primeiro quartel do século XX, em 1910, na sua *Introdução* a *Os Lusíadas,* ocupou-se, filologicamente, deste Poema, procurando demonstrar qual das duas edições é a primeira, sem se mostrar interessado pelo exame de quaisquer processos técnicos e tipográficos, que, a seu ver, já tinham sido suficientemente estudados por Tito de Noronha.

Para Augusto Epifânio da Silva Dias é apenas este o critério seguido:

«Está ainda por explicar satisfatoriamente, porque a segunda edição não se declara por tal. A hipótese de ser «reprodução que se pretende confundir com o original», parece-me excluida pelo facto de ser difícil encontrar página em que as duas edições não divirjam na grafia do ditongo *ão*».

Detém-se depois, na análise e confronto de palavras e erros tipográficos, concluindo que foi a edição em que lemos *Cipião* que serviu de original à que em seu lugar tem *Capitão.* Opta, portanto, pela edição Ee/72-S.

Augusto Epifânio da Silva Dias, camonista sério, honesto e muito comedido, é incontroverso e nada imaginativo na sua argumentação. Para ele, razão não é imaginação. Motivação, sim.

5) — *Teófilo Braga* (1911).

Trabalhador incansável (por isso e só) muito meritório, no seu estudo «*Camões. A obra lyrica e épica*» (Porto, 1911, pp. 693-709), fez uma longa e larga exposição sobre os mais variados aspectos do problema das duas edições *princeps* de 1572, optando por considerar a chamada *primeira* edição (E/72-D) como «subreptícia»; teria sido executada pouco tempo depois da edição dos *Piscos* (1584).

Infelizmente, este grande estudioso, como quase sempre, em todos os seus trabalhos, exagera e não raro simplifica (por falta de motivação

(84) Francisco Gomes de Amorim, *Os Lusíadas de Luiz de Camões,* Tomo I, Lisboa, 1889, Imp. Nac., pp, 71-74,

suficiente) as suas opiniões, tantas vezes infundadas. Afirma com facilidade, mas pouco prova. Como justificar, por exemplo, logo de início que *Os Lusíadas* sofreram, na edição de 1572, «grandes deturpações da Censura ecclesiastica em quanto à metrica e às referências históricas e mythologicas»?

Que a edição de 1584 disso fosse vítima (afirmá-lo não estaria mal), mas... quanto à primeira, não se entende lá muito bem, o que não significa, de forma alguma, que consideremos inútil a sua opinião. Muito ao contrário.

Por isso mesmo, a deixamos aqui transcrita, apesar de longa, para utilidade e comodidade de consulta:

«O texto dos *Lusiadas* soffreu na edição primeira, em 1572, *grandes deturpações* da Censura ecclesiastica em quanto á metrica e às referencias historicas e mythologicas, a que o poeta teve de submetter-se para conseguir a publicidade. A impericia dos impressores d'esse ultimo quartel do século XVI, veio aggravar o poema com algumas estrophes mal construidas, versos sem sentido ou manifestamente errados, quando Camões era o mais perfeito poeta lyrico da sua epoca, e de uma cultura philologica comprovada. As edições dos *Lusiadas*, execrandamente truncadas pela Censura ecclesiastica, como a de 1584, e as numerosas *edições subrepticias* que simularam, materialmente, a edição authentica de 1572, estabeleceram uma deploravel instabilidade do texto do poema, tornada mais precaria pelas emendas de revisores alheios ao criterio da historia litteraria. Bouterweck o reconheceu: «para entender o poema de Camões é indispensável o conhecimento da poesia e da historia litteraria».

Para estabelecer a lição definitiva ou o Canon dos *Lusiadas*, importa antes de tudo verificar se houve *duas edições* do anno de 1572, em vida de Camões. Quando appareceu esta hypothese, e quem lhe deu curso? Escreve o Morgado de Matheus: «nenhum auctor, até á obra posthuma de Manoel de Faria (1639), fez menção de terem sido feitas duas impressões do Poema em 1572; que este editor foi o primeiro que deu noticia d'ellas no § 27 da segunda vida, sem as caracteristicas com exacção bibliographica; que depois d'elle ninguem mostrou te-las collacionado... estes conhecimentos, publicados agora pela primeira vez (1817), servirão a distinguir perfeitamente as *duas edições*, e assentar com a maior probabilidade qual d'ellas deve chamar-se *primeira*» (Suppl.).

Admittida pelo Morgado de Matheus a hypothese das *duas edições* do mesmo anno, sem conhecimento necessario da historia da Imprensa em Portugal, avançou logo para uma mais complicada hypothese, fixando uma como *primeira* e mais authentica, e outra como *segunda* menos preferivel: «quem reparar na mudança de orthographia e nas insignificantes ou indiscretas correcções que se encontram na *segunda*, e nos erros typographicos que deixou n'ella, poderá facilmente conjecturar, que o mesmo poeta, entregando para a *primeira* o seu manuscripto, não corrigiu as provas e sobretudo não teve parte nas mudanças orthograficas da *segunda*...». Conclue, «que ambas são unicas, que se pódem estimar e seguir como originaes e sobretudo antepôr

a todas as outras». Effectivamente, no quadro schematico de todas as edições dos *Lusiadas*, d'estas duas fontes provieram os textos seguidos pelos Crasbeeck, Francisco Barreto, Barreto Feio e Juromenha, e o texto que predominou, desde Faria e Sousa, P.e Thomaz J. de Aquino e Morgado de Mattheus. Por conclusões subjectivas, partindo da hypothese das duas edições do mesmo anno, fixou-se como primeira a *menos correcta* (E/72-D), considerando a segunda, emendada pelo proprio Camões, como authentica e preferivel (E e/72-S). Daqui o conflito entre os bibliophilos. Mas o facto que tornou por muito tempo insoluvel o problema da edição authentica dos *Lusiadas* foi a aceitação quasi geral das *duas edições* no mesmo anno de 1572; escrevia Trigoso, no Relatorio aprsentado á Academia em 12 de Abril de 1818: «É fóra de duvida, que obtendo Camões em Setembro de 1571 o privilegio para elle só imprimir o seu Poema, saiu á luz no anno seguinte, *no qual foi impresso duas vezes;* como porém no frontispicio, nem em parte alguma se declarava nada a este respeito, não sómente se ficou ignorando qual era a *edição mais antiga,* mas até grande parte dos nossos bibliographos persistiram na intelligencia de que realmente não tinha havido *se não uma n'aquelle anno.* Desde então, até que o Poeta faleceu, não tornou, que se saiba, a imprimir-se este poema...». E apontado o juizo dos que reconheciam uma edição unica, volta á hypothese: «Em circumstancias taes, é evidente serem estas *as unicas edições auctorisadas;* por uma parte ellas foram feitas em vida do auctor, assistindo elle em Lisboa e com seu consentimento, visto o privilegio que se lhe tinha dado, e isto basta para nos provar a sua authenticidade; ...».

Como logica é um processo falso! E conclue Trigoso, seguindo o criterio litterario: «esta edição (que se póde chamar *segunda*) deveria ser preferida á *primeira* e tanto mais, que não havendo sólido motivo para pensar que Camões não assistiu àquella com o mesmo esmero com que assistiu a esta, alguns versos se acham visivelmente melhorados, mais cadentes e com melhor sentido». Todos os editores criticos dos *Lusiadas* laboraram, mão grado as suas preferencias, na credulidade das duas edições do mesmo anno; assim, notava o P.e Thomaz José de Aquino, secretario de Faria e Sousa: «exemplares da *primeira edição,* os quaes por terem sahido consideravelmente errados em muitos logares, fôram logo emendados pelo Poeta em outra que se fez em Lisboa no mesmo anno de 1572, em que havia sahido essa primeira...». Francisco Freire de Carvalho jura na hypothese «das duas edições feitas em vida do poeta, ambas conforme a opinião geral, do anno de 1572». Pelo seu lado, Juromenha pretende justificar a hypothese por uma contrafacção: «Sobre estas *duas edições,* tem-se suscitado uma questão, isto é, se a *segunda* foi realmente uma nova edição ou uma contrafacção da *primeira.* Estou persuadido que foi uma *contrafacção* d'esta, porém ordenada pelo auctor ou editor...». E accumulando mais hypotheses justificativas, escreve Saldanha da Gama: «a similhança que existe entre as duas, faz-nos vêr, que sahiram ambas das Officinas de Antonio Gonçalves no anno de 1572». O confronto entre as duas edições estabeleceu as differenças capitaes entre ellas, mas pelo desconhcimento da historia da Imprensa e da sua technica, continuou confusa a fixação da sua authenticidade. Apenas José Feliciano de Castilho, na sua *Memoria,* em 1850, apontou uma conclusão segura e fundamental: «O exame d'este novo exemplar da chamada segunda edição de 1572 (que pertencia ao Imperador do Brasil) confirma a desconfiança que a contrafacção de varios livros d'essa data em mim suscitaram, a saber: — que não fôram *só duas,* mas *tres ou quatro* as edições datadas de 1572.

Segundo, que *apenas uma foi realmente publicada n'esse anno,* e todas as outras o fôram subrepticiamente no intervallo que decorre até 1584».

Depois de 1639 é que Faria e Sousa reconheceu estas differenças de texto nos exemplares dos *Lusiadas* de 1572, consignando esse facto na Segunda Vida, que appareceu posthuma na edição das *Rimas* de Camões de 1685: «El gasto d'esta impression fué de manera que *el mismo año* se hizo otra. — Y por que esto he examinado en las mismas dos ediciónes que yo tengo; por differencias de caracteres; de orthographia, de erratas que ay en la *primera* y se ven emendadas en la *segunda* y de algunas palabras con que mellora lo dicho».

O Morgado de Matheus procedeu ao exame dos dois textos dos *Lusiadas* e conclue: «Na *primeira* (i. é, a menos correcta»), a tarja é um tanto mais larga e menos alta que na *segunda;* o Pelicano que tem em cima vê-se na primeira com o collo voltado para a nossa direita, emquanto na *segunda* é elle voltado para a *esquerda;* os filetes das columnas descem, na *primeira,* da direita para a esquerda, e vice-versa na *segunda;* os typos d'este frontispicio são n'aquella maiores que n'esta.» O Morgado de Matheus levou o seu confronto ao rigor de contar os erros typographicos da dita 1.ª que foram 160, sendo repetidos 80 na dita 2.ª com mais 53 de novo.

Na *primeira* (designação de Faria e Sousa e Morgado de Matheus), o Alvará de privilegio contem 34 linhas e a data por extenso — *vinte e quatro dias do mez de septembro;* na *segunda* o privilegio tem 33 linhas e a data em numeração romana XXIIII *de setembro,* variando o numero de palavras nas linhas. As palavras do titulo *Os Lusiadas impressos em Lisboa* tem os caracteres typographicos mais pequenos do que na 1.ª; o Privilegio em typo de menor corpo, e o da informação do Qualificador é egual ao do texto, sendo a assignatura em letra mais pequena. As emendas de palavras, como aponta José do Canto, são 9:

Tornaram	por	começaram
batalha	»	trabalhos
todos	»	tudo
fero	»	forte
soffre	»	fosse
Cipião	»	Capitam
armando	»	armado
quando	»	guiando
muros	»	mouros

A medida que se foram notando as differenças que appareciam nos varios exemplares de 1572, complicava-se o problema, porque se destrinçaram «*tres*» *edições* dos *Lusiadas* do mesmo anno, e para alguns até «*cinco*». José Feliciano de Castilho, tendo examinado sete exemplares de 1572, confessa: «tive ocasião de reconhecer positivamente, que, com a data de 1572, houve talvez «*quatro*» e pelo menos «*tres*» *edições*» (em carta a Innocencio).

O auctor do *Diccionario bibliographico* acceita, como meio de differençar a chamada *primeira,* pelos versos da 1ª estrophe:

Entre gente remota edificaram
Novo Reino, que tanto sublimaram

Assim melhorados na *segunda* edição (E e/72-S):

E entre gente remota edificar*ão*
Novo Reino, que tanto sublimar*ão*.

Na *primeira* lê-se, no canto IX, estancia 56 (E/72-D):

Filha de «Maria» á terra, por que tenho

Apparece melhorado na *segunda* edição:

Filho de «Maya» á terra, por que tenho.

Fixadas todas as differenças que evidenciam a existência das duas edições datadas de 1572, apparecem novos problemas: Qual d'ellas foi effectivamente a *primeira* e com que fundamento reconhecer-lhe esse caracter? E a attribuição de uma ao anno de 1572 não será uma *contrafacção*, uma edição *subrepticia*. E ainda mais, a chamada *primeira* manifesta todos os indícios para considera-la uma simulação sendo a chamada, até ha poucos annos, *segunda* (Pelicano com o collo voltado para a esquerda) a verdadeiramnte authentica. No seu estudo *A primeira Edição dos Lusiadas*, sustenta Tito de Noronha a veracidade d'estes problemas com os seus especialissimos conhecimntos da historia da Imprensa em Portugal. Escreve: «Temos pois que ha *duas edições*, ambas datadas de 1572, e que uma é reprodução da outra, mais ou menos fiel, mas *reproducção que se pretende confundir com o original*. Que ambas sejam impressas *no mesmo anno e pelo mesmo impressor, ha rasões de sobejo para não ter como certo*» (p. 21). E estabelecendo a authenticidade exclusiva da chamada segunda edição dos *Lusiadas*, aprecia as suas variantes: «Mas as variantes, entre as duas edições de 1572, não são tão notaveis que se possam attribuir ao auctor Camões; se introduzisse modificações no seu poema, não se limitaria a singelas substituições de palavras, e de certo corrigiria erros, que a sua vasta erudição não permite suppôr que mantivesse n'uma edição nova. — A presumida *segunda* edição (E e 72/S) é tida como a *mais correcta* e tambem *feita sob as vistas* do auctor; não só a temos por isso, mas, o que é mais, como a *primeira e a unica* pelo auctor vista» (p. 77).

O Morgado de Matheus, tendo cabalmente notado as bases que distinguem as duas edições de 1572, entreviu a consequência a tirar do seu processo: «Julgo porém, se me não engano, que estes conhecimentos, publicados agora pela primeira vez, servirão a distinguir perfeitamente as duas edições e a *assentar com a maior probabilidade qual d'ellas deva chamar-se a primeira*».

Trigoso e os academicos que fizeram o *Relatorio* á Academia Real das Sciencias sobre a monumental edição do Morgado de Matheus, reconhecendo *bastante mudança* n'esta outra dição de 1572, entenderam «que esta edição (que se póde reputar *segunda*) deveria ser preferida à primeira (E/72-D) e tanto mais que... alguns versos se acham visivelmente melhorados e com melhor sentido» (Relat. de 12 de Abril de 1818).

É por isso que os versos melhorados eram os primitivos e com melhor sentido do que na deturpada edição tida por *primeira*, é que vamos achar o seu texto exclusi-

vamente reproduzido nas edições do seculo XVI dos *Lusiadas* de 1584, 1591, 1597 e 1613 (E e/72-S).

A parte as deturpações systematicas da edição dos *Lusiadas* de 1584, no seu texto foi reproduzida a *segunda* de 1572, conforme se verifica pelo confronto das variantes, como observou Tito de Noronha (Op. cit., p. 67): «D'esta harmonia entre a *segunda de 1572 e a de 1584*, póde-se inferir que *o editor não conheceu a chamada primeira edição* (E/72-D), suppondo que o seja» (p. 69).

No texto dos *Lusiadas* commentados pelo licenciado Manoel Corrêa, é tambem seguido o authentico ou da edição original (E e/72-S) dita *segunda* de 1572. Tito de Noronha, que observou este facto (p. 50), explica porque é que Manoel Corrêa, só depois da morte de Camões, tentou imprimir o seu Commentario. Quiz reagir contra a deturpação do texto originario, como esse amigo de Camões o confessa: «Hoje faço só por sayr pela honra de Luis de Camões, que por esta sua obra não ser entendida de todos, é calumniada de muitos; e declarada de alguns, etc.». Pergunta Tito de Noronha: «Referir-se-ha Corrêa à edição de 1584, com as suas notas às vezes bem pouco sensatas? Referia-se de certo, e, se assim não fosse, Corrêa careceria de motivos para *sayr pela honra* do amigo. A sua edição commentada é um protesto contra as interpretações injustas ou impertinentes, e, como base d'este protesto, appresenta o *texto genuino, o que elle conheceu em vida do auctor*. — Não falla de duas edições, appresenta a lição da *segunda* (E e/72-S), sem se referir à outra, o que seria natural fizesse, dado o caso de ter conhecimento d'ella». E considera: «o motivo (do trabalho dos Commentarios) parece ter sido a edição dos *Piscos*» (p. 51)

Outra circumstancia valiosa: o exemplar da edição dos *Lusiadas* de 1572, que pertenceu ao Imperador do Brasil, e tinha a declaração manuscripta na folha do privilegio em letra quasi apagada: *Luis de Camões, seu dono 576*, é também da chamada *segunda* edição (E e/72-S). O bibliothecario, Dr. Ramiz Galvão, verificou pela lente a verdadeira orthographia que tanto valorisa este exemplar, lendo *Camões* e não *Camoens*, como parecera a José Feliciano de Castilho. Escreve Ramiz Galvão: «Adiante da phrase *Luis de Camõs seu dono*, com o auxilio da mesma lente se distingue, posto que apagadissima, a data 576. Este facto corrobora a hypothese de haver pertencido ao poeta este precioso volume, e traz para a discussão do assumpto mais um argumnto de pezo, que é pena tivesse escapado ao sagacissimo auctor da *Memoria*». Este exemplar, como da *segunda* edição chamada, vem provar que era essa a edição unica que, em 1576, existia dos *Lusiadas*, em circulação havia já quatro annos, e que, para Camões, *seu dono*, era verdadeiramente o originario.

A edição dos *Lusiadas* de 1591, seguindo a de 1584 e a de 1597, em que se declara — Pelo *original antigo* agora novamente impresso... — reproduzem o texto da chamada *segunda* edição de 1572, e até a imita materialmente no formato in-4.°, nos caracteres italicos com o mesmo numero de folhas 186 numeradas. Este mesmo texto, pelo *original antigo*, é também na edição dos *Lusiadas* de 1609, o mesmo da chamada *segunda* de 1572. Que mais clara prova, dada pelos eruditos e editores do seculo XVI?

Pelo exame do material typographico, tanto no emprego das vinhetas do frontispicio dos *Lusiadas*, caracteres italicos, divisões das linhas, chega-se à conclusão de que a chamada *segunda* edição de 1572 (E e/72-S) é que propriamente se deve considerar authentica e originalmente. Só um conhecedor da technica typographica e, ao mesmo tempo, tendo a erudição especial da Historia da Imprensa em Portugal,

é que podia fallar com segurança n'este exame; possuiu esses predicados Tito de Noronha, antigo official da Imprensa nacional, que, durante a vida, colligiu sempre materiaes para a Historia da Imprensa em Portugal. Escreve elle no seu estudo sobre *A Primeira edição dos Lusiadas:*

«Examinando os productos da Imprensa portuguesa durante o seculo XVI, póde-se tambem determinar qual seja a primeira edição.

Em 1551 saiu das officinas de Germã Galharde, um dos mais activos e laboriosos impressores do seu tempo, o *Summario de Lisboa* de Christovão de Oliveira, livro in 4°. O rosto é mettido em uma portada de madeira, que se tornou celebre. Compõe-se a portada de um plintho com seus adornos; de duas columnas com canelluras na metade inferior, cahindo da esquerda para a direita do leitor, e a meio d'ellas dois capacetes sobrepujados com uns festões que não chegam a pousar na gola dos capiteis; pela parte de traz dos capacetes, em guisa de tropheus, umas alabardas cruzadas; no entablamentto vê-se um *pelicano com o collo voltado para a esquerda* do leitor entre dois golphinhos de fantasia». — «Em 1554 o mesmo impressor imprimiu o *Tratado de la vida, loores y excelencias del glorioso apostol... sam Juan,* de Diogo de Estella; serve a enquadrar o rosto a mesma portada. A gravura, com o trabalho da impressão, soffreu alguma cousa, principalmente as partes destacadas do cheio da peça, onde a impressão era mais violenta; as hastes e cotos das alabardas, por muito isoladas dos troncos das columnas, foram mais ou menos esmagados, e o impressor, para aproveitar a cercadura, cortou as alabardas que, com os capacetes, formavam tropheus, conhecendo-se-lhes ainda um pedacinho das hastes. Foi assim que a portada tornou a servir, em 1554, no livro impresso tambem por Germã Galharde, *Primeira parte de las Sentencias que... estan por divrsos Autores escritas.*

A mesma portada, já sem as lanças, serviu ainda na edição da *Doctrina d'principios e fundamentos d'christãdade,* do bispo do Algarve D. João de Mello. A *Doctrina* não tem data; mas foi impressa depois de 1554, antes de 1564, por quanto n'este anno era já D. João de Mello arcebispo de Evora... Germã Galharde morreu em 1560 e a viuva continuou a imprensa até 1563; d'ahi em diante não conhecemos edição alguma da casa Galharde (p. 80-82).

Seguindo os seguros recursos dos seus materiaes para a *Historia da Imprensa em Portugal,* falla Tito de Noronha da actividade do impressor dos *Lusiadas:*

Antonio Gonçalves estabeleceu prélos em Lisboa em 1568, tendo adquirido typos e utensilios que anteriormente haviam sido de Galharde, e imprimiu, em 1572, a primeira edição dos *Lusiadas,* servindo-se, no rosto do livro, da mesma portada, que servira ao *Summario,* á *Vida de San Juan* e á *Doctrina de principios.* — Os typos italicos que nos *Lusiadas* empregou Antonio Gonçalves são os mesmos de que em 1568 se servira na impressão de uns poemas de Cadaval Gravio, a *Pythographia* e a *Brachyologia* e são identicos a outros de que usara Galharde, porém mais cansados.

Seja como fôr, do que não póde restar duvida é que a edição dos *Lusiadas,* authentica, impressa em 1572, por Antonio Gonçalves, é a que tem na portada do rosto o pelicano com o collo voltado á esquerda do leitor» (p. 83).

A actividade da officina de *Antonio Gonçalves* vae de 1568 até 1576, periodo de oito annos, determinado por Tito de Noronha pelo exame bibliographico de todas as suas edições, que fôram 14 livros e 3 folhetos. De mais, não era possivel a Antonio Gonçalves fazer em 1572 duas edições dos *Lusiadas,* pela lentidão do seu trabalho, tanto mais que n'esse mesmo anno imprimiu a obra de Frei Simão Coelho, *Primeira*

parte do Compendio da Chronica da Ordem, folio de 242 paginas; e ainda a obra de D. Jeronymo Osorio, *De rebus Emmanuelis,* in-folio de 480 paginas, primorosamente impressas. Demais, pelas grandes calamidades e miseria publica d'este anno de 1572, a producção da imprensa foi diminuta; «apenas sete edições sahiram dos prélos dos quatro impressores existentes, e obra litteraria só o Poema» (p. 22). Antonio Gonçalves era o melhor dos quatro impressores, e o preferido para as publicações luxuosas, como observou o bibliophilo José do Canto.

Quem faria a simulação dos *Lusiadas* com a data de 1572, a chamada *primeira* (E/72-D), com a portada do pelicano voltado o collo para o direita? E em que tempo?

Tito de Noronha responde, fundamentalmente, como perito: um mesmo auctor ou uma mesma typographia não pódem ter, simultaneamente, *duas ortographias:* «A falsificação fez-se em momento opportuno. A edição de 1584 tornara o poema desconhecido quasi, taes e tantos tinham sido os córtes e as modificações; então sim, é que o livro, que podia ter já uma acceitação relativa, reclamava nova edição, como que um protesto ás injurias que a censura lhe fizera.

A edição appareceu, feita a occultas, imitativa, semelhante no typo e no rosto, mas em epoca proxima da edição adulterada, para poder concorrer com ella... A data d'esta edição póde suppôr-se em 1585, por quanto em 1586 appareceu a *Compilaçam de todalas Obras de Gil Vicente,* 2.ª edição. O rosto d'esta *Compilaçam* e do livro 2.º e 4.º, que tambem são especiaes, estão mettidos dentro da portada de madeira, copia da que servira ás *Sentencias* e aos *Lusiadas* impressos por Antonio Gonçalves, mas o pelicano tem o collo voltado á *direita* do leitor. — Feita a gravura e utilisada na edição dos *Lusiadas,* empregou-a depois nas *Obras* de Gil Vicente. Este impressor foi André Lobato, que teve prélos em Lisboa de 1583 a 1587. — No livro quarto (da *Compilaçam*) é que a portada está exactamente como na edição dos *Lusiadas,* sem discrepancia alguma.

A *Compilaçam* é muito incorrecta, até em a numeração das folhas. Esta imperfeição do impressor está parallela com a do que fez a edição dos *Lusiadas* (E/72-D), conhecida por mais irregular» (p. 83).

Quem seria o explorador d'esta edição subrepticia? Observa Tito de Noronha que André Lobato, tendo impresso em 1586 a *Compilaçam* das obras de Gil Vicente, no seguinte anno de 1587, imprimiu, por conta de Affonso Lopes, os *Autos feitos por Antonio Prestes e por LUIZ DE CAMÕES.* Seria este Affonso Lopes, môço da Capella d'el-rei, o editor do Poema? É ainda o P.e Bartholomeu Ferreira o que assigna a censura d'este livro de *Autos* em 2 de Septembro de 1586; e elle mesmo faria vista grossa para a edição *subreptici* que reproduzia, simultaneamente, a que elle approvara em 1572, tanto mais que a edição dos *piscos* de 1584 foi quasi abandonada na reedição dos *Lusiadas* de 1591.

Temos ainda um argumento que nos dá por certo, que a edição dos *Lusiadas,* a que tem o pelicano com o collo voltado á *direita,* é posterior á edição de 1584, e anterior á da *Compilaçam* de Gil Vicente de 1586». O exemplar dos *Lusiadas,* que pertenceu a lord Holland, do qual se serviu o Morgado de Matheus, para a sua edição monumental, era denominada *primeira* de 1572. (E/72-D), isto é, com o collo do pelicano voltado á *direita.* É n'este exemplar que escreveu Frei Joseph Indio: «*Yo lo vi morir en un hospital en Lisboa, sin tener una savana con que cobrirse*». Foi portanto depois de 1580, quando já Fr José Indio divagava por Hespanha, que elle adquiriu esse exemplar dos *Lusiadas* da recente edição, com que se explorava a curiosidade

dos estrangeiros. O privilegio concedido a Camões expirara em 24 de Septembro de 1582; em vista d'esta circumstancia fez-se a edição de 1584 para *reformação dos costumes,* e d'ahi a reacção habil a favor do restabelecimento do texto *original,* talvez mesmo consentida pelo P.e Fr. Bartholomeu Ferreira.

A edição *subrepticia* (E/72-D) foi fixada como authentica por Manoel de Faria e Sousa, que a tomou, com arbitrarias modificações, como texto da sua edição dos *Lusiadas* de 1639; e, como diz Trigoso: «os grandes creditos de que este auctor gosou por muito tempo fôram causa dos que vieram depois jurassem nas suas palavras». Tornou-se o texto canonico, seguido tambem pelo Morgado de Matheus em 1517 e 1519; até que, em 1834, a opinião de Trigoso e de Mablin, de 1826, foi adoptada por Barreto Feio, que, em Paris, esteve a ponto de reproduzir a edição subrepticia, que ahi existia, em 1834. Hoje o concenso critico reconhece a edição de 1572 (pelicano com o collo voltado para a *esquerda)* a unica d'esse anno, original e authentica (Ee/72-S).

O texto *authentico* dos *Lusiadas* (dito *segunda* edição de 1572), começado a restabelecer em 1591, foi, em 1597, reproduzido «*Pelo original antigo agora novamente impresso*». A licença para a Censura é de 15 de Novembro de 1594 e o privilegio de 30 de Dezembro de 1595 «*para se tornar a imprimir o livro dos Lusiadas* que já foi impresso *por agora haver poucos...*» O intuito determinado da restituição do texto authentico apparece nas edições crasbeeckeanas e nas de João Franco Barreto, cujo sentimento patriotico manifestara nas guerras de Pernambuco em que andou No seu estudo, escreve Tito de Noronha: «João Franco Barreto seguiu pouco mais ou menos a chamada *segunda* (Ee/72-S), com alterações pouco sensiveis...» (ib., p. 31 e 32). Foram numerosas as reproducções d'este texto, substituido depois pelo que Faria e Sousa, hypotheticamente, classificou de *primeira* edição de 1572, seguida pelo Morgado de Matheus na monumental edição de 1817 (E/72-D). As criticas suggeridas por esta edição é que vieram determinar a preferencia pelo texto authentico (dito *segunda* edição). Escreve Trigoso no Relatorio á academia: «...contra a espectação do sr. Morgado de Matheus e até mesmo contra a nossa, achamos portanto mudanças *n'esta outra edição* de 1572; é certo que a maior parte d'ellas podem despresar-se pelo pouco que influem no sentido ou na cadencia dos versos... mas ainda assim restam, a nosso ver, alguns logares em que *esta* edição (que se póde reputar *segunda*), deveria ser preferida á primeira...»

Em 1819, Mr. Mablin, annotando uma edição dos *Lusiadas,* sustenta a primazia do texto d'aquella dita segunda (Ee/72-S) insistindo na mesma ideia, em 1826, na sua *Lettre à l'Académie des Sciences de Lisbonne sur le texte des Lusiades.* Esta preferencia veiu a prevalecer nas edições de Barreto Feio, de 1834, de Freire de Carvalho, de 1843, e de Juromenha de 1870, fundamentado hoje esse prevalecimento pela historia da Imprensa e a critica dos textos do seculo XVI.

Trigoso, no Relatorio á Academia, caracterisa a influencia dos textos de Faria e Sousa, que, pela reproducção do P.e Thomaz de Aquino e Morgado de Matheus, determinaram uma outra corrente bibliograhpica: «Manoel de Faria e Sousa atalhou em parte a esta desordem; procurou, e não lhe foi impossivel, encontrar uma das edições originaes *(a mesma de que agora se serviu o sr. D. José Maria de Sousa Botelho);* e não sabendo ainda n'aquelle tempo que houvesse outra do mesmo anno, contentou-se com seguir a primeira (E/72-D); mas como a seguiu elle? alterando-a e emendando-a em todos os logares, que o seu pouco discernimento lhe fez parecer

viciados; assim tirou grande parte dos erros que havia, para substituir-lhe, em menor numero, outros novos e primitivamente seus: os grandes creditos de que este escriptor gosou por muito tempo, foram causa de que os que vieram depois jurassem todos nas suas palavras».

O Morgado de Matheus, na Carta á Academia, escreveu: «... eu dou as rasões porque preferi a *primeira* á *segunda*, sendo provavel que a primeira fôsse impressa sobre o manuscripto dado por Camões, e sendo evidente que todas as mudanças e alterações que se vêem na segunda não podiam ser obra d'elle». O texto, preferido pelo Morgado de Matheus, foi vulgarisado pelas edições rollandanas de 1821 a 1875: «as dadas á luz em Lisboa pela typographia Rollandiana em um volume in-16, são copias quasi fieis da do Morgado de Matheus, impressa em Paris no anno de 1817, e por consequencia da havida por *primeira* do anno de 1572» (Freire de Carvalho, Adv) (85).

A terminar, e a título de curiosidade, anotemos um engano muito esclarecedor.

Em 1886, o litógrafo da Imprensa Nacional, J. Eusébio dos Santos, convencido de que dava à estampa uma reprodução da ed. *princeps*, reproduziu a ed. *apócrifa*, isto é, a do pelicano voltado à direita. Pois, na introdução, T. Braga escreveu: «Prova-se que a segunda de 1572, que tem a cabeça do pelicano voltada para a esquerda, é que é a autêntica». Mas, em que ficamos? Mais um caso de confusão na obra de T. Braga que aliás, com ela, prestou um excelente serviço. Foi este possível engano que tornou acessível a edição E/72-D.

6) — *José Maria Rodrigues* (1911).

José Maria Rodrigues foi, indiscutivelmente, o camonianista-base (número um, portanto), do primeiro quartel do século XX. Vamos tentar expor a sua posição a respeito do problema das duas edições.

Porém, para se compreender e seguir, facilmente, a exposição das suas ideias, há que considerar, prioritariamente, a terminologia de que se serve:

a) Edição *Ee*, a que tem o pelicano voltado à esquerda (Ee/72-S);
b) Edição *E*, a que tem o pelicano voltado à direita (E/72-D);
c) Edição *P*, a que foi publicada em 1584 (a chamada edição dos *Piscos*).

Destas edições qual foi a publicada em primeiro lugar? Na opinião de José Maria Rodrigues «o confronto do texto, da ortografia e do mate-

(85) Theophilo Braga, *Camões, A Obra Lyrica e Epica*, Porto, 1911, pp. 693-709.

rial tipográfico das duas edições, não deixa dúvidas a respeito da prioridade de *Ee*», isto é, da Ee/72-S (86).

Estamos perante uma opinião meridiana e claramente exposta, sem qualquer ambiguidade. Este grande camonianista não aceita a opinião de António da Silva Túlio, segundo o qual as edições *Ee* e *E* (Ee/72-S e E/72-D) seriam, não duas edições distintas, mas uma só, nas quais se foram fazendo correcções durante a tiragem (87).

Segundo ele «para *Ee* houve uma nova composição tipográfica, desde a primeira até à última estância. Não há página nenhuma do Poema que disto nos não ofereça provas cabais, pois, só de longe em longe, é que aparece alguma oitava em que se não encontram divergências na ortografia, no tipo, etc.» (88).

Assim, desenvolvendo a sua temática, José Maria Rodrigues esclarece:

A — *Quanto ao texto:*

a) encontram-se em *E* (E/71-D) discordâncias que não podem provir do manuscrito autógrafo do Poeta;

b) as discordâncias entre *E* (E/72-D) e *Ee* (Ee/72-S) só podem explicar-se pelo desejo de introduzir variantes em *E*, a fim de a diferenciar de *Ee*;

c) o Poeta pretendeu exemplificar n'*Os Lusíadas*, várias particularidades fonéticas que se encontravam nas obras dos nossos escritores; estas são, em geral, mantidas na edição *E*, se bem que nem sempre;

d) entre as duas edições (Ee e E) há discordâncias que só se explicam como emendas feitas em *E* em relação à edição *Ee* (89)

B — *Quanto à ortografia* são inúmeras as correcções introduzidas por *E* em relação a *Ee* (cf. idem, pp. V-VI).

---

(86) *Introdução*, in-*Os Lusíadas*, Lisboa, Imprensa Nacional, 1921, p. 1.

(87) Cf. *Archivo Pittoresco*, Tomo IV, pp. 173 e segs.

(88) *Introdução*, in-idem, p. I, nota 1.

(89) *Introdução*, in-idem, pp. I-IV.

C — E edição *E* (E/72-D) foi publicada depois de *Ee* (Ee/72-S):

1.° — o tipo empregado em *E,* no seu conjunto, é o mesmo que serviu para a edição *Ee*;
2.° — mas em *E,* o tipo está muito mais gasto; não há página nenhuma de E/72-D, confrontada com as de Ee/72-S, que não forneça claros indícios de que foi o tipo desta que serviu para imprimir aquela e não vice-versa.

Impressionou muito José Maria Rodrigues o facto de, na edição Ee/72-S, no canto II, 39, 6 aparecer este verso:

Sem quanto merecesse, nem te errasse

em vez de:

Sem que to merecesse, nem te errasse.

Este *quanto,* em vez de *que to,* explica-se, intuitivamente, por uma má leitura paleográfica da abreviatura «q.to» no manuscrito autógrafo (do Poeta?).

A hipótese de que Ee/72-S foi publicada depois da edição E/72-D, com o fim de corrigir os defeitos desta, não é admissível (p. IX), dados os erros comuns que ambas cometem. Como escreveu José Maria Rodrigues:

«É manifesto que a maior parte, pelo menos, destes erros, não poderiam ter escapado em uma edição feita com o propósito de corrigir aquelas em que eles se encontram. *Ee* não foi feita com o intuito de emendar os erros de *E*. Nesta é que se fazem ou pretendem fazer correcções àquela, embora não fosse esse o fim da sua publicação» (p. IX).

Não se esqueça que as duas edições espanholas, publicadas em 1580, foram feitas sobre o texto de Ee/72-S.

Ainda outro aspecto deste complexo problema mereceu a atenção esclarecida do mesmo camonianista.

As duas edições (Ee/72-S e E/72-D) serão, efectivamente, de 1572? A priori, evidentemente, poderiam sê-lo, mas, infelizmente, há divergências entre os dois textos destas edições que não se explicariam, facilmente, se

o mesmo tipógrafo tivesse feito as duas edições. Mas, então, como explicar o caso? Eis a resposta de José Maria Rodrigues:

«Compreende-se bem que, mais tarde, depois da morte do P. e da de A. Gonçalves, alguém adquirisse o título que serviu para a edição dos L., a fim de os publicar de novo, querendo fazer supôr que era a segunda edição de 1572, introduzindo-lhe, por isso, certos caracteres diferenciais, e fazendo, no texto, na ortografia, na pontuação, um certo número de modificações, como que para sugerir a ideia de que essa edição fôra revista pelo P. e era, portanto, superior à primeira; mas não se compreende outra dição, feita em 1572, nas condições de *E*. Não tendo havido revisão do P, pois esta não se pode admitir para *E*, a nova edição, se realmente datasse de 1572, devia ser apenas uma reimpressão de *Ee*, com mais ou menos emendas ou melhoramentos de ordem tipográfica, mas conservando intacto o texto primitivo.

Acresce ainda que, se *E* tivesse saído dos prelos de A. Gonçalves em 1572, o papel em que está impressa esta ed. devia, naturalmente, apresentar as marcas de água do que foi empregado em *Ee* e em outras publicações do mesmo impressor, o que não se verifica» (90).

Realmente, na opinião de Ataíde de Melo, as filigranas dos papéis usados em E/72-D e pelo impressor Andrés Lobato, aproximam-se. Por isso, não seria impossível que, entre 1580 e 1584, Andrés Lobato imprimisse a edição E/72-D.

Não é impossível. Mas tê-lo-ia realmente feito?

Fiquemos com esta interrogação e passemos ao problema das variantes, a respeito das quais José Maria Rodrigues sugere uma explicação. Seria natural que Frei Bartolomeu Ferreira fosse emendando, aqui e além, uma ou outra palavra que lhe merecia reparo e em que julgava ter havido lapso por parte de Camões. O que tenho como certo é que na edição *Ee* há vários lugares em que deve ter intervindo mão estranha e essa intervenção só assim a posso explicar.

Supõe isto que o P. não reviu as provas, aliás não deixaria passar as obsequiosas *emendas*. Mas esta mesma falta de revisão, por parte dele, é confirmada pela existência de certas erratas em *Ee*, que não teriam escapado à atenção de Camões, por menos cuidadoso ou menos experiente que ele fosse no assunto. O ms. aprovado passou por certo directamente da mesa do Santo Afício para a tipografia e o P. não foi por esta ouvido nem achado para nada.

E para quê, se a obra impressa tinha de reproduzir, fielmente, o ms.

(90) J. M. Rodrigues, *Introdução*, in-*Os Lusíadas*, Lisboa, Imprensa Nacional, 1921, p. XI.

aprovado, com o qual depois havia de ser conferida, e se a revisão entregue ao autor constituiria um verdadeiro perigo para o editor, por causa da tentação que aquela teria de fazer uma ou outra emenda no original, podendo inutilizar a edição? Para o trabalho mecânico de pôr o que se fosse compondo em conformidade com o ms. aprovado, entendia-se que bastava e era até preferível a revisão técnica da tipografia ou do editor» (91).

E o ilustre camonianista acrescenta:

«Em todo o caso, houve um certo cuidado com a revisão de *Ee*. Os erros não são tantos como os de *E* e ainda durante a tiragem se foram fazendo emendas, como se vê pelo confronto dos exemplares existentes.

É claro que daqui não pode, de modo nenhum, inferir-se que houvesse mais de uma edição de *Ee*» (idem, p. XVIII).

Terminemos com a opinião de outro grande camonianista do nosso tempo, Hernâni Cidade, segundo o qual José Maria Rodrigues merece todo o louvor. Eis os termos em que ele se exprime:

«Exemplo de respeito pelo texto, deu-o o Prof. José Maria Rodrigues. Convencido, embora, de que lhe poderiam restituir a pureza do original as várias correcções que, no decurso dos seus estudos, foi sugerindo e justificando, não ousou inserir nenhuma delas na sua edição da Imprensa Nacional» (92).

As razões que levaram José Maria Rodrigues a considerar a edição E/72-D como *terceira* edição, foram as seguintes:

1.º — entre as edições E/72-D e *P* (isto é, a ed. dos *Piscos*) há muitos pontos de contacto;
2.º — sendo uma edição completa, a edição E/72-D não podia ser feita segundo a edição dos *Piscos* que é mutilada, com 23 estâncias a menos; o mais natural é que a ed. *P* adopte lições de E/72-D, aliás sem ser obrigatório segui-la ou reproduzi-la permanentemente;
3.º — durante dez anos (até 1582), continuou em vigor o privilégio de impressão concedido pelo alvará de 24 de Setembro de 1571:

---

(91) J. M. Rodrigues, idem, in-*Os Lusíadas*, 1921, pp. XVI-XVII.

(92) Hernâni Cidade, *Luiz de Camões II*, in-*Revista da Faculdade de Lisboa*, 1950, tomo XVI, 2.ª série, p. 220.

por isso «não é natural que neste prazo se fizesse uma edição clandestina»;

4.º — entre 1582-1584, estabeleceram-se, em Lisboa, vários impressores (Andrés Lobato, Afonso Lopes, etc.) os quais podem ter sido os impressores da edição E/72-D;

5.º — acresce que Afonso Lopes imprimiu, nesta altura (1586), a 2.ª edição das obras de Gil Vicente e dois autos de Camões (1587); ora, na dita edição de Gil Vicente, aparece (ou foi aproveitada) a portada da edição E/72-D, a qual foi repetida por várias vezes, como ornato, umas vezes *completa* no frontispício, e outras vezes, várias, *fragmentada.*

Uma conclusão a tirar: a edição E/72-D teria sido uma *fraude comercial,* «com o tipo que serviu para *Ee* (isto é, Ee/72-S), comprado aos herdeiros de A. Gonçalves, simular-se-ia uma segunda edição de 1572, fazendo, pela antiga, uma nova portada, que, *propositadamente,* ficasse às avessas, para não haver dúvidas de que se tratava de outra edição, mudando muitas vezes e com o mesmo fim, a desinência *ão* em *am* e o *ce* em *ce,* melhorando, mas sem plano seguido, os acentos, a ortografia, emendando alguns erros de imprensa (mas deixando escapar outros e introduzindo muitos de novo) e — o que é mais e peor — tocando no texto para fazer supor que se tratava de uma edição revista e melhorada pelo próprio autor» ([93]).

7) — *Alexandre de Albuquerque* (1921).

No Brasil, a expensas do «Gabinete Português de Leitura» do Rio de Janeiro, A. de Albuquerque publicou uma pequena monografia intitulada *As duas edições dos Lusíadas de 1572* (1921), trabalho com que se esforçou por contraditar as teses de Tito de Noronha († 1 de Julho de 1896). Este estudo mereceu vários comentários, nomeadamente da parte de Ataíde e Melo, nos *Anais das Bibliotecas e Arquivos* (n.º 16), em Portugal; pôs-lhe algumas reservas contestatárias às quais o autor brasileiro procurou responder no jornal «O Paiz» (9 de Agosto de 1924), resposta que, com dignidade e interesse, os *Anais das Bibliotecas e Arquivos* reproduziram (vol. V, n.º 19-20, pp. 156-158).

([93]) J. Maria Rodrigues, *Introdução,* in-*Os Lusíadas,* Lisboa, Imprensa Nacional, 1921, pp. XIII-XIV.

Aliás, ao procurar contestar Tito de Noronha, Alexandre de Albuquerque exprime-se menos respeitosamente, mas também cometeu uma falta; confundiu a data da publicação da «Compilaçam de todalas obras de Gil Vicente» que foi publicada em 1586 e não em 1550, data da repre-presentação da farsa deste grande scritor intitulada *Quem tem farelos.*

8) — *A. J. Gonçalves Guimarães* (1910-1923)

Este camonianista fez uma edição de *Os Lusíadas* em Coimbra, na Imprensa da Universidade (1923). Era Doutor em Filosofia Natural e Letras. Foi Professor de Filologia Clássica e Latim na Faculdade de Letras de Coimbra, além de ser Professor de Mineralogia e Petrologia na Faculdade de Ciências da mesma Universidade onde se doutorou.

Quanto ao problema das duas edições, ele aceitou as conclusões de Tito de Noronha (1880).

Mas citemos, por extenso, a sua opinião:

«1) Que a primeira edição d'*Os Lusíadas,* impressa em vida do Poeta, e, como é de crer, segundo o original do autor, é a que tem na portada o rosto do pelicano voltado à esquerda do leitor (Ee/72-S);

2) Que a edição de 1584, mutilada no texto, é a segunda.

3) Que, posteriormente a esta última edição e antes de 1586, se fez outra *subrepticiamente,* semelhante no todo à primeira, com a mesma data, o mesmo nome de impressor, mas com algumas variantes e diversa ortografia» (94) isto é, a edição E/72-D.

A segunda edição foi, portanto, «clandestina» (p. IX) e tão clandestina que o primeiro a dar-se conta do facto foi Manuel de Faria e Sousa (Tomo IV, p. 31 dos *Comentários* impressos, em Madrid, em 1685). Este autor repete a sua descoberta na *segunda* vida de Camões com que antecede os dois volumes das *Rimas várias* publicadas em Lisboa, em 1685 e 1689, na Imprensa de Theotonio Damaso de Mello, dedicadas «al muy ilustre señor D. Juan da Sylva Marquez de Gouveia».

Manuel de Faria e Sousa, assim como o Morgado de Mateus, consideram as duas edições de 1572 como autênticas, mas a primeira é clandestina.

(94) A. J. Gonçalves Guimarães, *Prefácio* de «Os Lusíadas», Coimbra, Imp. da Univ., 1923, p. VI.

Como escreve A. J. Gonçalves Guimarães: «Sendo as duas edições impressas na mesma tipografia e no mesmo ano, porque o não teriam sido com o mesmo tipo e a mesma gravura do frontispício? Seria uma das edições contrafeita da outra? Qual destas teria sido composta pelo original do autor?»

Tal é o problema e a maneira como o põe. Pois, ele responde a si próprio, proclamando que o assunto já foi suficientemente estudado e exposto por Tito de Noronha (1880).

Por isso repetimos, que, para Gonçalves Guimarães, na sequência do Professor Doutor José Maria Rodrigues, a primeira edição de *Os Lusíadas* é a ed. Ee/72-S, a qual deve ter sido feita segundo o original fornecido pelo Poeta; a edição dos Piscos (1584) é que é a *segunda*. Como é óbvio, portanto, a terceira é a ed. E/72-D, a qual teria sido executada aí por 1586. Uma publicação *subreptícia,* como é intuitivo e, portanto, *clandestina,* tendo sido detectada, tardiamente, no século XVII, como se disse (1685 e 1686).

Em suma, a edição clandestina teria sido ocasionada pelas deturpações da edição dos *Piscos,* a fim de facultar, de novo, um texto completo, uma vez que a Inquisição não o deixara publicar completo (1584).

Ora, apresentando uma edição que imitasse a primeira (Ee/72-S), conseguia-se uma tal finalidade. Não seria com outro fim que foi feita a edição E/72-D, na qual a portada ou frontispício teria ficado às avessas «por esquecimento».

Anotemos, para terminar, que o Doutor José Maria Rodrigues, como vimos, não aceitou esta explicação, excessivamente explicativa, por imaginativa.

9) — *Ataíde e Melo* (1923).

Mais recentemente (1923), Ataíde e Melo retomou o estudo destas portadas. Este estudioso, que era bibliotecário da Biblioteca Nacional de Lisboa, escreveu um estudo intitulado *As portadas d'Os Lusíadas* que publicou nos *Anais das Bibliotecas e Arquivos.* Revista trimestral de *Bibliografia, Bibliologia e Biblioteconomia* (2.ª série, vol. IV, n.º 16, 1923, pp. 249-250), que vale a pena relembrar. Escreveu ele:

«Na primeira edição ou edição *Ee,* o pelicano está voltado para o lado esquerdo do leitor, os filetes são verticais, as colunas são ambas sombriadas do lado direito.

Na segunda edição ou edição *E,* o pelicano está voltado para o lado

direito do leitor, os filetes são horizontais, uma das colunas é sombriada toda ela do lado esquerdo do leitor e a outra na parte superior do lado direito e na inferior do lado esquerdo.

Esta portada, nas duas variantes, foi usada, que eu saiba, nas obras que passo a mencionar, indicando, também, qual das variantes foi a empregada:

1548. Regra & Statutos da Ordem de Santiago. Lisboa, *Germão Galhardo*. Pelicano para a esquerda.

1550? Melo (D. João de) — Doctrina e principios fundamentais da christandade. S. d. l. e tip. Pelicano para a esquerda.

1552. Noronha (Leonor de) — Historia da nossa redençam. Lisboa, *Germão Galhardo*. Pelicano para a esquerda.

1554. André Eborense. Primeira parte de sentencias... Lisboa, *Germão Galhardo*. Pelicano para a esquerda.

1554. Estella (Diego de) — Tratado de la vida del apostolo S. Juan. Lisboa, *Germão Galhardo*. Pelicano voltado para a esquerda.

1560. Rodrigues de Oliveira (Cristóvão). Sumário... Lisboa, *Germão Galhardo*. Pelicano voltado para a esquerda.

(Anterior a) 1562. Vicente (Gil) — Breve sumario da Historia de Deos. S. l. n. d. Pelicano voltado para a esquerda.

1563. Reportorio dos tempos. Lisboa, *Germão Galhardo*. Pelicano voltado para a esquerda.

1570. Idem. Lisboa, *António Gonçalves*. Pelicano voltado para a esquerda.

1572. Camões (Luís de) — Lusíadas ed. Ee. Lisboa, *António Gonçalves*. Pelicano voltado para a esquerda.

1586. Regras de S. Bento. Lisboa, *António Ribeiro*. Pelicano voltado para a esquerda.

1586. Vicente (Gil) — Obras. Lisboa, *André Lobato*. Pelicano voltado para a direita.

1598. Vicente (Gil). Breve sumario da Historia de Deos. S. l. *António Álvares*. Pelicano voltado para a esquerda, mas faltando-lhe o pedestal das colunas.

Por último temos, para esta detalhada análise, Camões (Luís de) — Lusíadas. Edição *E*. Pelicano voltado para a direita.

Assim, resumindo, Ataíde e Melo esclarece:

«Em face destes factos, fica assente o seguinte: que a portada da primeira edição se começou a usar em 1548 e era ainda empregada em 1598, estando em posse, sucessivamente, de Germão Galhardo, António Gonçalves, António Ribeiro e António Alvares; e que a portada da segunda edição das Obras de Gil Vicente, em 1586, foi impressa por André Lobato».

O estudo de Ataíde e Melo foi comentado por Cláudio Frolo no *Diário de Notícias* de 11 de Janeiro de 1923. Mais um nome a adicionar aos de Teófilo Braga, José Maria Rodrigues, Alexandre de Albuquerque, Eleutério Cerdeira e Aquilino Ribeiro.

Ataíde e Melo considera *primeira* a edição Ee/72-S e *segunda* a edição E/72-D, descrevendo-as nestes termos precisos:

«Na primeira edição ou edição Ee, o pelicano está voltado para o lado esquerdo do leitor, os filetes são verticais, as colunas são ambas sombreadas do lado direito.

Na segunda edição ou Edição E, o pelicano está voltado para o lado direito do leitor, os filetes são Horizontais, uma das colunas é sombreada toda do lado esquerdo do leitor, e a outra, na parte superior do lado direito e na inferior do lado esquerdo» (95).

10) — *Aquilino Ribeiro* (1946 e 1954).

Comecemos por acentuar que este grande escritor não foi, propriamente, um historiador; por isso mesmo, sem qualquer intuito depreciativo, se transcreve aqui a opinião do Professor Doutor A. A. Gonçalves Rodrigues, a respeito do seu valor como camonista, algo historiador:

«No seu *Luís de Camões fabuloso verdadeiro*, Aquilino Ribeiro, com a sua desenvoltura habitual em assuntos históricos, alarga-se em considerações destituídas de qualquer fundamento, em puro delírio verbalista. O desrespeito sistemático pela cronologia e a ausência total de investigação, levam-no a conclusões inaceitáveis e ridículas» (96).

Sem subscrevermos a adjectivação atribuída por A. A. Gonçalves Rodrigues às conclusões referidas, tentemos localizar o problema, como Aquilino Ribeiro o viu, nas seguintes obras:

---

(95) Ataíde e Melo, *As portadas dos Lusíadas*, in-*Anais das Bibliotecas e Arquivos*, vol. IV, n.º 16, 1923 p. 249.

(96) A. A. Gonçalves Rodrigues, *Camões e sua vera efígie. A propósito de um retrato desconhecido*, Lisboa, 1968, p. 50.

1) — *A edição princeps dos Lusíadas,* in-*Camões, Camilo, Eça* e *e alguns mais, 2.ª edição,* Lisboa, Livraria Bertrand, s. d., pp. 89-108;
2) — *Luís de Camões. Fabuloso verdadeiro. Ensaio, 2.ª edição,* Lisboa, Livraria Bertrand, s. d., pp. 210-213, vol. II;
3) — *A edição «princeps» dos Lusíadas,* Lisboa, Livraria Bertrand, s. d., 24 pp.

Aquilino Ribeiro iniciou o seu primeiro estudo sobre a 1.ª edição de *Os Lusíadas,* no *«Boletim da Junta de Província da Estremadura»* e intitulou-o: «A edição princeps dos Lusíadas» que depois incluiu no volume «Camões, Camilo, Eça e alguns mais», tendo-o apresentado, igualmente, em separata.

Este escritor, à guisa de clareza, quanto ao problema da primeira edição de *Os Lusíadas,* uma vez que havia duas com a mesma data, tentou identificar, como *primeira,* cronologicamente, a que fosse a verdadeira edição princeps.

Ora, José Maria Rodrigues pretendera mostrar que esta é a que tem o pelicano a olhar para a esquerda (Ee/72-S) pois, Aquilino Ribeiro, ao contrário, considerou, como verdadeira, a tese contrária; a edição *princeps,* para ele, é a que tem o pelicano voltado à direita (E/72-D).

O Professor Hernâni Cidade, posteriormente, exprimiu também assim a posição de Aquilino Ribeiro:

«A solução dada por Aquilino é a do editor de Hamburgo, e assente sobre a mesma base: edição melhorada (E e/72-S) é, evidentemente, a segunda. Ora, a ed. *Ee* tem o texto mais cuidado do que a *E*. Assim, Mercúrio é naquela não filho de *Maria,* mas de de *Maia* (II,50); é a *Febe* (Lua) e não a *Febo* (Sol) que se atribui o crescimento dos mariscos (VI, 38); é o *Orionte* (constelação) e não o *Oriente* que se qualifica como *ensífero* (VI, 85)» (97).

Este ilustre camonista, concluiu: «Esta solução do problema, é de uma evidência demasiado simples, para que não provoque desconfiança».

Mas, eis algumas das motivações básicas para o raciocínio de Aquilino Ribeiro:

---

(97) Hernâni Cidade, idem, p. 213.

1) — composição tipográfica feita sobre qualquer cópia deficiente, obra de calígrafo desastrado e «infiel no traslado por ignorância ou relaxamento (98);

2) — má leitura por parte do tipógrafo compositor, devido a escrita difícil e «enredada de riscaduras e entrelinhas, contendo emendas sobre emendas» (idem);

3) — incompetência dos compositores e revisores;

4) — falta de revisão por parte do autor que teria sido substituído no trabalho, altamente complicado (a língua não estava ainda fixada, morfológica e sintaticamente, e os nomes próprios eram uma dificuldade ciclópica;

5) — no fundo, tudo se resume nisto: Camões seria um mau revisor.

Assim se compreende que as duas edições de 1572 tenham imensas maselas, como mostra Aquiino Ribeiro:

«O poema podia muito bem ter ido dar às mãos dum oficial mau cumpridor, pixote no offcio ou incompetente, percalços estes que acontecem, por via de regra, a humildes, pobres e sumidos, como é crível que fosse Luís de Camões naquela altura» (Idem p. 96).

Tal é a posição de Aquilino Ribeiro quanto ao problema das *duas* edições de 1572, um caso insofismavelmente complicado, para o qual as mais variadas explicações, obviamente, foram possíveis.

Entretanto, a fim de que as opiniões deste grande escritor, que não foi historiador, possam ser suficicientemente avaliadas, aqui deixamos algumas transcrições que julgámos úteis:

— I —

«A edição saiu afligida de erros cruciais, que, é natural, o censor fosse o primeiro a contar ao ler repousadamente a obra, e que ao golpe de vista que, *pro-forma*, seria obrigado a lançar ao exemplar impresso — simples conferência perfunctoria — teria escapado. A qualidade de autor, está averiguado, inibia-o de poder ser o revelador capaz da própria obra, não contando ainda com a sua inexperiência, que era fenomenal, como se vê.

(98) Arq. Ribeiro, *Camões, Camilo, Eça,* etc., Lisboa, p. 95.

No mesmo ano de 1572 se fez a segunda edição. Pois que o poema não sofrera nenhuma espécie de alteração textual, mas apenas a emenda dos erros, que não eram poucos, pode presumir-se que o próprio censor, sondado, teria aconselhado o processo, lançar a nova edição sem dar cavaco, fechando ele os olhos. Em verdade, embora não pareça estatuído, como veio a suceder com o regime da Mesa Censória, cada nova edição devia passar pelas formalidades processuais da primeira. Porque seriam morosas e caras — a burocracia nunca viveu do ar — teriam então adoptado aquele recurso. O mesmo António Gonçalves faria a edição o mais possível parecida com a primeira, para não despertar reparos; como de facto. As variantes, todas elas de ordem gráfica, podiam dar nas vistas de praticantes no ofício, mas de modo algum de leigos. A mais saliente era no frontispício. O pelicano que na primeira edição olha para a direita, passou, por inatenção do gravador, encarregado de talhar de novo a portada, a olhar para a esquerda. Quanto aos erros emendados logo no primeiro fólio, aquele verso

Entre gente remota edificaram,

corrigido para

E entre gente remota edificarão,

de forma que, pela introdução da copulativa, as duas oitavas, antes antinómicas, ficaram sintáxicamente ligadas, formando um período gramatical, com sentido lógico, era costume corrigirem-se até de fólio para fólio. Na mesma edição acontecia as páginas variarem muitas vezes deixando supor ao primeiro conspecto que se tratava de estampagens diferentes. Foi o que sucedeu na primeira edição dos *Lusíadas* e ainda na segunda, em que muitas folhas divergem de exemplar para exemplar.

A que intuitos obedeceu a segunda estampa e com que motivos foi feita — di-lo Manuel de Faria e Sousa na *Vida do Poeta* que antecede a edição das *Rimas:*

«El gasto desta impression fue de manera que el mismo año se hizo otra. Y porque esto ha de parecer nuevo, y no facil de creer, yo asseguro que lo he examinado bien en las mismas dos ediciones que yo tengo; por differencias de caracteres, de ortografia, de erratas que hay en la primera, y se ven emendadas en la segunda; y de algunas palabras con que mejoró lo dicho».

Para explicar esta segunda edição, sem novas licenças, parecida mas não igual à primeira, os hermeneutas, em vez de adoptarem a versão mais simples e imediata, esta, proporcionada por Faria de Sousa, inventaram a edição apócrifa e contrafeita. Para quê? Segundo uns, como meio de esbulhar Luís de Camões ou a mãe, sua herdeira, dos direitos de autor; segundo outros, como forma de rebater a imoralidade da edição dos jesuítas, mutilada em cortesanesca homenagem aos Felipes. Não raciocinam estes barras da bibliografia que a edição trazendo o nome de António Gonçalves tinha de responder a este dilema: era feita com o consentimento do impressor, isto é, compuseram-na os seus tipógrafos, estamparam-na os seus prelos, e implicitamente deixava de ser apócrifa; ou não era, e este chamaria aos tribunais o autor de tal fraude. Quanto ao apropriamento de direitos, só um néscio, sem experiência alguma de livraria, sustenta tal dislate. O livro sempre foi uma indústria precária em Portugal; àquela altura nem isso. Todas as edições subsequentes dos *Lusíadas* ou das *Rimas* se fizeram mercê do subsídio dum Mecenas.

Um dos argumentos dos luminares da bibliografia é que a segunda edição, a do pelicano que olha para a esquerda, se emendou alguns dos erros da primeira, a do pelicano que olha para a direita, também se acha bastante mareada de gralhas e até de erros. É certo, nunca porém, segundo José Rodrigues, de maneira a que pela quantidade desses erros e gralhas perdesse a sua superioridade manifesta sobre a outra. Diz André de Resende, a respeito das canseiras que teve quando estava a seu cargo a impressão do *Breviário do Arcebispado de Évora: «Isto com nunqua sair de casa do impressor, por soo meio dia que lá non vou, arruinam tudo»* (99).

— II —

«Todos os que têm alguma prática das lides editoriais sabem quanto é difícil corrigir uma prova tipográfica, deixando-a escorreita. A mobilidade do original, se o autor é trabalhado pela insatisfação, corresponde à flora sempre renovada das gralhas do compositor. Acontece frequentemente haver necessidade de mondar o texto três, quatro e cinco vezes até que fique depurado completamente. Ora Luís de Camões encontrava-se pela primeira vez diante de lavra própria em letra de forma, salvo a poesia que ilustra os *Colóquios das drogas e dos simples,* impressos em Goa; não teria portanto o seu lápis experiência alguma de tal múnus, devendo ainda levar-se em linha de conta que nenhum autor é o bom revisor do que escreve; de resto, repetimos, na fase por que então passava o idioma, com toda a instabilidade do seu evolutivo, sem dicionários, sem gramática, sem paradigmas, rever devia constituir um verdadeiro bico de obra. Metendo em linha de conta todos estes factores, partindo, bem entendido, de que o cérebro de Luís de Camões estava sujeito às contingências dos demais cérebros nestes assados; podendo ainda presumir-se a interferência do tal chefe ou dono de tipografia menos exacto — teremos tocado os elementos que informam o problema das duas estampagens viciadas, sem que seja preciso fazer intervir o maravilhoso ou o sobrenatural.

Como as duas saíram muito marcadas ou defeituosas, desde que uma corrigisse pronunciadamente a outra, ficar-se-ia ciente qual era a *princeps.* Não sucede assim de modo inequívoco, pelo menos ao rápido exame. Daí a disputa.

Consoante o senso comum, a ordem lógica das coisas e a experiência tipográfica, de duas edições duma obra, datadas do mesmo ano, deverá considerar-se segunda, salvo designação em contrário, aquela que emende a outra nos seus erros, sobretudo nos erros mais palmares e imediatos. Em contraposição, como diria o Assis, «a outra» terá de considerar-se a original» (100).

---

(99) Aquilino Ribeiro, *Luís de Camões,* Vol. II, Liv. Bertrand, Lisboa, pp. 210-214.

(100) Aquilino Ribeiro, *Camões Camilo, Eça e alguns mais,* Liv. Bertrand, Lisboa, 1949, 2.ª ed., pp. 97-98.

— III —

«Portanto, a nosso ver, à edição do pelicano que olha para a direita, de tiragem ínfima, sucedeu-se no mesmo ano, como está inscrito no frontispício, outra edição o mais possível parecida com a primeira em tipo, formato, papel, para fugir a formalidades processuais com licenças e alvarás, inúteis e morosas. Corrigida aqui e além, mormente nas passagens gralhadamente cruciais, foi revista com tanta imperícia como da primeira vez. No entanto o texto ganhou quase sempre sobre o da primeira edição e, onde não ganhou, o facto ora e sempre tem de atribuir-se ao revedor, Camões ou alguém por ele. Se foi o próprio Camões, os senhores camonianistas dêem licença que o génio dele, posto que privilegiado, o tenhamos por compatível com o desgraçado joio das gralhas.

Que a edição *E* fosse feita no intuito de fraudar dos direitos de autor quem de direito, poeta ou sua mãe pobríssima, é irrisória. Que direitos de autor havia a esperar duma obra em versos heróicos, escriptos numa linguagem rebarbativa — para o grande vulgo, imunizado aliás em relação à letra redonda por sua ignorância de analfabeto?! Os exemplares da 1.ª edição dos *Lusíadas* deviam ter sido impingidos às boas almas, porque seria gratuito dizer os bons espíritos, invocando a necessidade de ganharem o céu. Em Lisboa, ao tempo, com certeza que não existiam cem pesoas a interessar-se pela história rimada; cinquenta, capazes de distinguir o verso heróico da redondilha; não se contavam, incluindo a corte, duzentas que soubessem cortar letra redonda. Os frades e capelães de fidalgos eram alheios a curiosidades líricas e, quando compunham prosa em romance, era para ser digerida no estômago de avestruz dos conventos, as mais das vezes porém utilizavam-se do latim latão. Os fidalgos eram ignaros como seus cavalos de raça e disso faziam gala.

A pedra-ara de Portugal deve ser pois aquela edição, de que restam raríssims exemplares, cuja portada ostenta o pássaro mitológico a olhar para a direita do observador, tarjas a lembrarem as colunas dos velhos altares arruinados, e que a megalomania nacional pretendeu enjeitar por espúria, pervertida, contrafeita e até criminosa em sua desdita textual e gráfica» (101).

— IV —

«Na edição do pelicano que olha para a direita, o verso 7, estância I, canto I, aparece assim redigido:

Entre gente remota edificaram

para na edição do pelicano que olha a esquerda ficar do modo que se segue, constituindo daí em diante a lição única admitida:

E entre gente remota edificarão

(101) Aquilino Ribeiro, *Camões, Camilo, Eça e Alguns Mais*, Liv. Bertrand, Lisboa, 2.ª ed. 1949, pp. 107-108.

com o que, pela introdução da copulativa, as duas oitavas, antes autónomas, ficaram logicamente ligadas, formando um período gramatical. Sem a partícula desvaliada, alterava-se o sentido completamente, passando na primeira estância o predicado para o lugar de sujeito da oração. O desacerto era de tal ordem que devia ser o primeiro ponto a reclamar a corrigenda, como sucedeu. Só esta errata forneceria indículo suficiente de que se estava perante a segunda edição. Com efeito, o inverso seria absurdo. Repugna ao entendimento que uma segunda edição, clandestina ou não, com revisão do autor ou sem ela, criasse, suprimindo a copulativa, uma gralha onde ela não existia. Gralha tão grave que brigava com o discursivo do argumento epopaico e com a própria sintaxe. Contra-senso em toda a linha. Esta errata bastaria por si só, repetimos, antes de mais nada, para anunciar logo, clangorosa como a trombeta castelhana, qual a edição débil-nata, na melhor das hipóteses *princeps*.

Nessa mesma, a do pelicano que olha para a direita, deparam-se-nos outros erros de igual índole. Assim, estância 24 ,canto I, lêem-se os versos:

Se do grande valor da forte gente,
Do luso, não perdeis o pens:mento.

Luso, analisando a oração, é um adjectivo, do luso, continuado de gente, quando devia dar lugar ao complemento determinativo, na qualidade de substantivo, isto é, Lusitânia.. Mas para isso havia que substituir o *do* por *de*, e assim figura no texto da edição melhorada, segunda portanto, a do pelicano que olha para a esquerda.

Na estância 56 do canto II, edição do pelicano que olha para a direita, lê-se também:

Como isto disse, manda o consagrado
Filho de Maia à terra porque tenha...

corrigido na edição do pelicano que olha para a esquerda para

.....
Filho de Maria à terra, porque tenha...

Mais uma vez se assinala pela emenda qual seja a edição rectificada. O erro, com confundir Cristo com Mercúrio, filho da ninfa Maia, assume as proporções de sacrilégio. O ensamblamento do dogma teológico com o mito pagão estava reservado para o canto X, quando Tétis fala aos nautas. Por agora foi lapso da precipitada primeira estampagem. Repugna ao entendimento a argumentação inversa, à José Maria Rodrigues, isto é, que tivesse ocorrido a gralha na segunda, o que determinaria que onde estava certo surgisse erro, absurdo rematado.

Outro erro palmar da edição do pelicano para a direita, canto VI, estância 18, verso 6:

Camarões e caranguejos, e outros mais
Que recebem de Febo crescimento.

justamente emendado na edição do pelicano que olha para a esquerda:

Camarões e cangrejos, e outros mais
Que recebem de Febe crescimento.

Segundo o conceito mitológico não é Febo, o dispensador da luz, mas Febe, deusa marinha, quem dá crescimento a todo o género de marisco. O *erratum* era elementar por sua natureza.»

11) — *Eleutério Cerdeira* (1946).

Anos depois, o problema das portadas continuava ainda com grande actualidade; Eleutério Cerdeira encarou-o, tecnicamente, como tipógrafo que foi. Para ele não havia dúvida de que Andrés Lobato se serviu das gravuras xilográficas que constituem, globalmente, a portada de *Os Lusíadas*. Porém, de princípio, ele até nem soube servir-se delas, pois agrupou-as mal, pondo-as até de pernas para o ar (1585) nas *Obras de Gil Vicente*. Só nos últimos volumes da sua *Compilaçam* (1571) é que ele corrigiu este defeito técnico. Aliás, segundo Eleutério Cerdeira, este erro crasso não favorece a hipótese de ele ter conhcido a primeira edição de *Os Lusíadas*.

Acrescente-se que André Lobato exerceu a sua profissão de impressor, em Lisboa, entre 1584-1587.

As obras impressas por ele são tecnicamente inferiores. Dá a impressão de possuir pouco material. E como conseguiu as gravuras da portada? Eleutério Cerdeira conjectura que Manuel de Lira, por precaução se teria desfeito delas, para evitar complicações; receava o Santo Ofício?! E assim, elas teriam ido parar às mãos de Andrés Lobato que, tendo desaparecido de Lisboa... desapareceram também as famigeradas xilogravuras (Idem, p. 90).

Para Eleutério Cerdeira a edição E/72-D é uma *fraude* literário-clandestina. Discorda de Aquilino Ribeiro e pretende destruir a opinião de José Maria Rodrgues. Não tem dúvidas de que uma das edições foi uma fraude, um truque editorial «tão audacioso e estupendo, que bem o poderemos considerar único na História da Imprensa do século XVI e seguintes!», como peremptoriamente afirma no seu estudo intitulado *Duas grandes fraudes camonianas* (Barcelos, 1956, pp. 18-19). Para ele, pois, a edição E/72-D, como ficou dito, é uma contrafacção ou uma fraude.

No fundo, pretende explicar as muitas anomalias existentes nas duas edições de 1572 (E/72-D e Ee/72-S) pela insuficiência ou incapacidade

dos tipógrafos, fenómeno, aliás vulgar, ainda no nosso tempo. É que eles, ainda hoje, compõem um texto, quase mecanicamente, sem atenderem à compreensão do assunto que, não raro, os ultrapassa e não podem, de forma nenhuma, compreender. Na verdade, que conhecimentos têm eles sobre a maior parte dos assuntos que compoem? E claramente afirma: «Só quem não tem frequentado as oficinas tipográficas, desconhece o quanto há também de subconsciente na grande maioria dos compositores.

O mais hábil tipógrafo compõe, sem saber o que compõe, isto é, sem prestar atenção ao assunto de que trata o original; e, depois, ao emendar um erro apontado pelo revisor, ou ao fazer a substituição de uma letra ferida, quantas vezes não faz um inconcebível disparate!» (102).

E, para ilustrar a sua opinião, um facto irrefutável exemplifica que, para substituir o *i* de alegria pode ficar o absurdo de *alegira* como aconteceu numa edição de *Os Lusíadas* em 1940.

Pode ter acontecido assim também com *Os Lusíadas* em 1572:

«São duma abstracção invulgar e quase inacreditável os tipógrafos do nosso tempo. Os dos primeiros séculos da Imprensa deviam ter psicologia idêntica. Ao investigador e ao crítico convém, todavia, não perder de vista todos estes pormenores, especialmente os que podem ser não só da época como do artífice. A este propósito, o Prof. Dr. Gonçalves Guimarães, com superior observação, preceitua: «O estudo minucioso das grafias e das próprias gralhas tipográficas, pode esclarecer muito a crítica, porque uma boa parte dessas gralhas reflecte o modo habitual de escrever do compositor ou do revisor e deixa transparecer a escrita usual da época».

Na primeira edição d'*Os Lusíadas* encontram-se erróneos termos, como estes: *Camisio* por *Canusio, pradupedante* por *quadrupedante,* que, como outros mais, se reproduzem na contrafacção. Isto demonstra bem, da parte do primeiro compositor, uma possível incompatibilidade da ortografia do original e uma perfeita falta de conhecimentos literários. A troca de inflexões verbais, como: *bramando* por *bramavam, guarda-se* por *guardar-se,* etc., que também se preproduzem na edição apócrifa, são provas evidentes de descuido do compositor e o fruto duma revisão que não foi acompanhada por outra pessoa. No entanto, se António Gonçalves era pouco culto e descuidoso, o seu contrafactor excedeu-o na incultura, pois não só conservou respeitosamente estes disparates, como até lhe ampliou o número. Registemos alguns, a título de exemplo, antecedendo-os da redacção original, — embora todos eles sejam de sobejo conhecidos de críticos e camonianistas:

Quando as infidas gentes se chegarão
Quando as *fingidas* gentes se chegárão
(f. 19, 1, 7)

(102) Cf. *Duas grandes fraudes camonianas,* Barcelos, 1946, p. 52.

Filho da Maia aa terra, porque tenha
Filho de *Maria* aa terra, porque tenha
(f. 28, 3, 2)

Os animos alegres resoando,
Os animos alegres *resonando,*
(f. 35 v., 2, 2)

De quem foge o ensifero Orionte,
De quem foge o ensifero *Oriente,*
(f. 110 v., 2, 6)

Portugues Cipião chamar-se deue:
Portugues *Capitam* chamar-se deue:
(f. 133, 3, 3)

Responde lhe do ramo Philomela,
Responde lhe do ramo *Philomena,*
(f. 155, 2, 2), etc.

Que juizo fará o leitor do que era uma oficina de impressão do século XVI, num país pobre como o nosso, onde o número de letrados e das pessoas que sabiam ler era diminuto?» (108).

E a propósito confirma-se este ponto de vista com o pressentimento do que seria uma oficina gráfica no séc. XVI, o que é também esclarecedor, e por demais evidente.

Mas vejamos, que até vale a pena e pode não ser inútil, mais esta passagem:

«O meio em que se vivia não dava para o luxo dum revisor especial. Estas oficinas imprimiam um, dois ou três livros apenas por ano A revisão, a não ser que o autor a fizesse, estava a cargo do compositor-impressor proprietário da oficina, como pessoa muito mais sabedora do que o «mercador de livros», cuja profissão não obrigava a saber ler. «Não nos parece plausível — diz Tito de Noronha — que entre nós, e no século XVI, os autores fossem os revisores das suas obras, mas sim os impressores», — e a seguir — «lembra-nos até um édicto de Francisco I (31 de Agosto de 1539) no qual se determinava que, quando os impressores não fossem suficientemente letrados para rever os livros que imprimissem, mantivessem correctores para esse efeito. Ainda em tempo de Luís XIV (Agosto de 1686) se renovou essa determinação».

Isto passou-se em França. Anteriormente ou nas mesmas épocas e sem aquelas determinações governamentais, o que se passaria em Portugal?

(108) Eleutério Cerdeira, *Duas grandes fraudes camonianas,* Barcelos, 1946, pp. 53-54 v.

E a oficina? Essa, constituida apenas por um prelo de pau e meia dúzia de caixas de tipo, funcionaria em qualquer baiúca, onde a luz e o ar não seriam em demasia» (104).

A contrafacção ou edição apócrifa (E/72-D) não é obra de Andrés Lobato, um impressor espanhol com pouca categoria. Parece quase um impressor nómada, dispondo de pouco e mau material, isto é, «um impressor daqueles que naquela época se deslocavam, em busca de trabalho, transportando a quitanda da prensa e dos tipos numa traquitana ou num burrico lazarento. Que interesse teria este homem, que não era português, em fazer uma contrafacção d'Os Lusíadas?» Ou mais exactamente: «O compositor tipográfico da contrafacção foi, indubitavelmente, um Português que não se arreceou de prezumíveis perigos nem se moveu a interesses materiais» (105).

E mais adiante acrescenta:

«Camões não reviu o seu Poema, cremos podê-lo afirmar. Se o tivesse feito, teria com certeza corrigido versos falhos, por omissão tipográfica, como aquele

Da primeira co terreno seio,
(f. 148,2, 6)

limado asperezas de muitos outros e não deixaria passar o contra-senso anterior. Mas... estaria ele em condições de o rever. Completamente cego dum dos olhos, não teria o outro, nessa altura, míope, présbito ou esclorisado a ponto de não poder ler? Nenhum dos seus companheiros de letras nos descreve o enorme calvário da sua amargurada vida. A emulação e a injustiça dos seus coletâneos envolveram num criminoso silêncio todo o verdadeiro rastro do seu *curriculum vitae*. De certo, apenas sabemos que morreu pobre, em verdadeira miséria! E até o licenciado Manuel Correia, de quem o Prof. Augusto Epifânio disse — «eu não creio que morresse de amores pela verdade» — apesar de se dizer seu contemporâneo e amigo (?), parece não ter sido fadado por Deus para este género de comentos...» (106).

Como se disse, Eleutério Cerdeira, pôs em causa certos aspectos das

(104) Eleutério Cerdeira, *Duas grandes fraudes camonianas*, Barcelos, 1946, pp. 54-55.

(105) Eleutério Cerdeira, *Duas grandes fraudes camonianas*, Barcelos, 1946, pp. 85-86.

(106) Eleutério Cerdeira, *Duas grandes fraudes camonianas*, Barcelos, 1946, pp. 65-66.

opiniões de José Maria Rodrigues quanto ao problema das duas edições de 1572. Assim, a edição dos Piscos (1584) teria adoptado ou adoptou o texto da edição E/72-D, o que mostra que esta edição é anterior a 1584. E Cerdeira comenta: «infelizmente, em nota, este camonista acrescenta: «Mas não quer isto dizer que P seguisse sempre *E*, pois a partir do canto II começa a notar-se a influência de *Ee*. É assim que no f. 19, 1.7 traz *infidas* como esta e não *fingidas* como *E*.

E El. Cerdeira continua o seu comentário. Indo mais longe que José Maria Rodrigues, sugere que a edição *E* pudesse ser obra de Andrés Lobato ou Afonso Lopes, aí por 1584, o que ele considera uma hipótese pouco fundada:

«Motiva esta conjunctura o facto de que a portada de *E* aparece também na 2.ª edição das obras de Gil Vicente, completa, no princípio dos livros 2.º e 4.º, e fragmentada em várias páginas, como ornato. Desta maneira, *E* seria uma fraude comercial. Com o tipo que serviu para *Ee*, comprado aos herdeiros de A. Gonçalves, simular-se-ia uma segunda edição de 1572, fazendo, pela antiga, uma nova portada, que, propositadamente, ficasse às avessas para não haver dúvidas de que se tratava de outra edição, mudando muitas vezes, e com o mesmo fim, a desinência *ão* em *am*, e o *ce* em *ce*, melhorando, mas sem um plano seguido, a pontuação, os acentos, a ortografia, emendando alguns erros de imprensa (mas deixando escapar outros e introduzindo muitos de novo) e — o que é mais e pior — tocando no texto para fazer supôr que se tratava de uma edição revista e melhorada pelo próprio» (107).

Para Eleutério Cerdeira tudo isto não passa de uma conjectura sem qualquer base:

«Já acentuamos, no decorrer destas considerações, que as torturas cominadas pelos inquisidores ao Poema, deviam ter sido exercidas sobre um exemplar da edição *princeps*. Nem outro podia ser o original, visto tratar-se duma reedição. Aí se emendou e se traçou, eliminando, talvez a tinta rubra, a matéria condenada. Da mão destes transitou para a do requerente, para que a obra se imprimisse. A presunção duma edição anterior a 1584 cai pela base. Em vida do Poeta não se fizeram duas edições. Depois da sua morte, só em fins de 1582 é que o Poema podia ser legalmente reeditado. Querer admitir a possibilidade duma edição clandestina entre a data da morte de Camões e este ano é não reparar para a situação alvoroçada do País. A invasão castelhana, a derrota do Prior do Crato, o domínio estrangeiro, o terror, as perseguições políticas, proporcionariam oportunidade para tal? Poder-se-á, sem um grande arrepio, dar aceitação à hipótese do Dr. J. M. Rodrigues de que «simular-se-ia uma segunda edição de 1572, fazendo, pela antiga, uma nova portada, que propositadamente ficasse às avessas, etc., etc., para fazer supor que se tratava de uma edição revista e melhorada pelo próprio autor?».

(107) Cit. por E. Cerdeira, *Duas grandes fraudes camonianas*, Barcelos, 1946, pp. 73-74.

Mas demos de barato que assim fosse. Essa hipótese encerra em si o argumento que a destroi. Se se tivesse feito tal edição haveria necessidade ou oportunidade de, no ano de 1583, requerer a licença para a edição denominada *dos piscos?*» (108).

«Os pontos de contacto que a análise daquele professor encontrou nas duas edições, nesta e na apócrifa, provêm do facto de ambas elas terem sido feitas na mesma tipografia, a de Manuel de Lira, servindo-lhes de original o mesmo exemplar censurado. A fraude devia ter sido simultânea com a edição autorizada, embora lançada no mercado, sub-repticiamente, talvez sob a alegação de constituir um limitadíssimo número de exemplares aparecidos da primitiva edição. Todos os tipos nela empregados no texto do Poema, como já vimos, são semelhantes ao desta edição e precisamente os mesmos de uma outra edição d'*Os Lusíadas* que «à custa de Estêvão Lopes» foi feita, em 1597, na oficina do mesmo Manuel de Lira. Por sinal até com a mesma ou, antes, maior deficiência de maiúsculas de itálico, tendo, em sua substituição, letras de caixa alta de redondo, o que constitui uma repetição do mesmo que se observa na edição apócrifa. Idêntico caso se dá, quanto a tipos, com a edição dos *Piscos*. Alguns dos tipos nela empregados são também dos que serviram na edição clandestina: o título do frontispício corpo 20 e o redondo e itálico de corpo 11.

Aqueles pontos de contacto, que o compositor, inadvertidamente, reproduziu na edição falsa, vêm até certo ponto livrá-lo de inteira culpa que se lhe poderia assacar por golpes vibrados no bom-senso e na gramática. Foram indubitavelmente emendas feitas pelos censores ou, antes, por algum censor armado em *purista*, que se dispôs a corrigir o nosso Épico, até nos versos onde não perigava nem a moralidade nem a Fé. Talvez o mesmo que, tendo ajudado a suprimir as 23 estâncias condenadas, se lambeu todo a fazer uma espécie de parva tradução do verso:

No ar lascivos beijos se vão dando
(f. 148 v., 2, 6)

para

Alegres passatempos vão tomando
(IX-26, 4)

Para se ver a inutilidade das *correcções* referidas, citamos algumas, seguidas da redacção original:

A luz celeste às gentes *descobrindo:*
(II-1, 4)
A luz celeste aas gentes encobrindo:
(f. 19, 1, 4)

Já chegão *por* donde o vento teso,
(II-21, 5)
Já chegão perto donde o vento teso
(f. 22 v., 1, 5)

(108) Eleutério Cerdeira, *Duas grandes fraudes camonianas*, Barcelos, 1946, p. 79.

Leuando o *Idolatra* & o Mouro preso,
(II-54, 3)
Leuando o Idollatra, & o Mouro preso,
(f. 28, 1, 3)

Cõ nouo *spiritu* ao mestre seu mandaua
(II-54, 7)
Com nouo sprito ao Mestre seu mandaua,
(f. 29 v., 2, 7)

Que não *m'*empregue ẽ quẽ me não mereça
(VII-83, 6)
Que não no empregue em quem o não mereça
(f. 127, 1, 6)

Não causarão, que o vaso da *iniquicia,*
(XIII-65, 3)
Não causaram que o vaso da niquicia,
(f. 138 v., 3, 3)

Carmesi, cor que a gente tanto preza.
(II-37, 8)
Carmesi, cor, que a gente tanto preza.
(f. 35, 2, 8)

Tem o Galego cauto, & grãde *claro*
(III-19, 5)
Tem o Galego cauto, & grande & raro
(f. 41, 2, 5)

Antão vasquez de *Almeida* he Capitão,
(IV-25, 2)
Antão vasquez de Almada he Capitão,
(f. 66, 2, 2)

Tal resposta torna a mensageira:
(V-54, 4)
Tal resposta me torna a mensageira.
(f. 88 v., 1, 4)

O Rei que da noticia falsa & *digna*
(VIII-58, 5)
O Rei que da noticia falsa, & indina
(f. 137 v., 2, 5)

Vão da morte as *absequias* celebrando,
(IX-24, 2)
Vão da morte as exequias celebrando.
(f. 148 v., 2, 2)

De dões de Flora, & Zefiro *ornada.*
(IX-40, 8)
De dões de Flora, & Zefiro adornada.
(f. 151, 3, 8)

A effecto do que tem predestinado
(IX-5, 4)
Por onde vem a effeito o fim fadado,
(f. 145 v., 1, 4)

Foge da gente, & bella *gente* humana:
(IX, 26, 4)
Foge da gente, & bella forma humana:
(f. 149, 1, 4)

Mas neste tempo a Nimpha o som canoro
(X-22, 1)
Mas neste passo a Nimpha o som canoro
(f. 164, 3, 1)

De Dios os Rumes *fortes* afugenta,
(X-61, 2)
De Dio os Rumes feros afugenta,
(f. 171, 1, 2)

O tipógrafo, felizmente, não reproduziu nada disto na contrafacção; mas, por falta de atenção, ajudou, nesta edição *dos Piscos*, ao estropiamento. Alguns exemplos:

Tornar-se-lhe amarello enfiado,
(II-39, 2)
Tornar-se-lhe amarello de infiado:
(f. 27, 2, 2)

O tipógrafo comeu, como se vê, algumas sílabas e algumas palavras; porém, foi modestíssimo no que engoliu sem intenção criminosa, comparado com aqueles que devoraram versos inteiros e oitavas completas» (109).

(109) Eleutério Cerdeira, *Duas grandes fraudes camonianas,* Barcelos, 1946 pp. 79-83.

Além disso, discordando de Aquilino Ribeiro, cujo nome aliás nem sequer citou, Eleutério Cerdeira, em 1949, voltou ao mesmo assunto com o seu estudo intitulado «A edição *princeps* de Os Lusíadas», artigo publicado no n.º 138 da revista *Ocidente*. Nele acusa Aquilino Ribeiro nestes termos: «Tenta, não sabemos com que fim, denegrir o caracter do seu Autor, e, baralhando datas e criando confusões, chegar a finalidades opostas àquelas que o estudo sereno e honesto já há muito estabeleceu quanto à edição d'*Os Lusíadas*, considerada como princeps» (p. 1).

Efectivamente, Aquilino Ribeiro, no *Boletim da Junta de Província da Estremadura*, publicara um trabalho intitulado «A edição *princeps* dos Lusíadas» que, a seguir, inclue no volume «Camões, Camilo, Eça e alguns mais». Deste artigo, publicado no referido Boletim, fez uma separata que, logo no segundo dia, publicitariamente, anunciou como segunda edição. Fôra um sucesso!...

Por outro lado o mesmo Aquilino pretendeu destruir a tese de José Maria Rodrigues, na opinião de Eleutério Cerdeira, de maneira menos bem e com pouca competência. Eis a sua afirmação:

«Para se tomar uma atitude destas, é preciso estar muito senhor do assunto, e o ilustre novelista, embora fizesse o confronto das duas edições, datadas de 1572, não viu com olhos de ver; não leu toda a bibliografia que lhes diz respeito, e o que leu ou estudou sobre o caso, não foi além do que se disse até 1921, data em que a Biblioteca Nacional de Lisboa deu a lume a patriótica edição *facsimilada* de *Os Lusíadas*, levando-nos à conclusão de que, a partir dessa época, nenhumas outras publicações sobre o assunto o interessavam e de que, cansado de tanto estudo, adormeceu sobre o caso. Vinte e oito anos durara este sono!» (110).

Que os tipógrafos trabalham inconscientemente, di-lo E. Cerdeira:

«Da análise e confrontos que acabamos de vir desenvolvendo, ressalta à evidência a *contrafacção* com o fim intencional de a fazer passar pela autêntica. Só não se reproduziu bem a verdadeira nos pontos onde surgiu a insuficiência técnica ou o descuido — ou antes talvez a precipitação —, dada a provável intranquilidade em que teria sido realizado este trabalho clandestino» (111).

Quanto à edição dos Piscos (1584), Eleutério Cerdeira sugere que ela tivesse provocado uma enorme reacção que estaria na base da reimpressão

(110) Cf. Eleutério Cerdeira, *A edição princeps de Os Lusíadas*, in-*Ocidente*, n.º 138, p. 2.

(111) Eleutério Cerdeira, *Duas grandes fraudes camonianas*, Barcelos, 1946, p. 57.

clandestina, ou apócrifa, de *Os Lusíadas* (E/72-D). Teria sido feita por Manuel de Lira e não pelo impressor espanhol Andrés Lobato. Mais expressamente: «A edição apócrifa d'*Os Lusíadas* teve mais uma finalidade patriótica do que interesseira. A sua tiragem, naquele momento histórico, poderia representar, talvez, um verdadeiro sacrifício» (Idem, 1946, p. 85).

Por outras palavras, pretende E. Cerdeira: «esta fraude literária não teve, estamos certos disso, senão um intuito altamente patriótico — a perpectuação (sic) do Poema. Eis porque a sua reedição *clandestina,* sem possível mira de lucros e até sujeita a graves consequências, se fez no momento em que se tornava necessário reacender no espírito dos Portugueses o amor sagrado da pátria!» ([112]).

Mas transcrevamos a opinião de Eleutério Cerdeira que não é despicienda:

«As quatro peças xilografadas, constituindo o conjunto da portada que ornamentou o frontispício da edição *princeps,* pertenceram inicialmente ao impressor Germão Galharde, que teve oficina em Lisboa entre os anos de 1519 a 1560. As colunas da mesma, primitivamente, achavam-se ornamentadas com troféus compostos de machada, clava, tridente, alabarda e capacetes, tal como se vê no *Tratado de la vida loores y excelencias del glorioso apóstol y bienauenturado euangelista san Iuan* (1554), cuja gravura se encontra no já referido estudo de Tito de Noronha. No entanto, esta discutida portada fora, já muito anteriormente, dada, pelo mesmo impressor, pela primeira vez à estampa, em 1548, no rosto da *Regra e Statutos da Ordem de Santiago* (vide «*Autos portugueses de Gil Vicente y de la escuela Vicentina*» — D. Carolina Michaela de Vasconcelos, Madrid, 1922). Foi para aquela obra que ela fora especialmente gravada. Tinha então no seu embasamento, entre os dois ramos de presumíveis louros, a espada de Santiago, que na estampagem seguinte lhe foi suprimida, conforme se vê em «*Este liuro he do começo da historea de nossa redẽção*», cuja tiragem se concluiu a 12 de Abril de 1552. Em 1554, depois de impresso o *Tratado de la vida del glorioso apóstol,* foi também utilizada na *Primera parte de las Sentencias que... estão por diversos Autores escritas,* mas então tendo já eliminados das colunas os troféus, apenas subsistindo os capacetes, por estes se encontrarem gravados ao centro das colunas e não ser fácil a sua exclusão

Com a mesma chapa, mas sem data, aparecem ainda na *Doctrina d'prinçipios e fundamẽtos d'christãdade,* do bispo do Algarve D. João de Melo, que Tito de Noronha supõe ter sido impressa entre os anos de 1554 e 1556, o *Summario de Lisboa* de Cristóvão de Oliveira (1555?) e o *Breue sũmario d's historia de Deos* feito por Gil Vicente, representado em Almeirim em 1527, que D. Carolina Michaelis crê «provàvelmente do período que decorre de 1557 a 1580».

([112]) Eleutério Cerdeira, *Duas grandes fraudes camonianas,* Barcelos, 1946, p. 91.

Germão Galharde faleceu em 1560. Sua viuva continuou ainda com a oficina até 1563, data da última obra nela impressa.

António Gonçalves, impressor d'*Os Lusíadas,* apareceu em Lisboa, como já se disse, em 1568, cerca de cinco anos depois, devendo, conforme presume Noronha, ter adquirido o material que pertenceu a Galharde. D. Carolina Michaelis, referindo-se à edição do *Breue sũmario da historia de Deos,* diz: «Ela não tem data. A dos *Lusíadas* é de 1572. E saiu em Lisboa com privilégio real e licença da santa Inquisição da casa do impressor António Gonçalves que comprara os materiais de German Galhard, à viúva desse excelente impressor em 1567».

De facto, a gravura que enquadra o rosto da segunda edição do *Reportório dos Tẽpos,* de 1570 (não citado por Noronha) e a da primeira edição d'*Os Lusíadas,* ambas impressas por António Gonçalves, é a mesma que existiu na oficina daquele impressor. E acrescenta:

«De 1572 a 1576, data em que possivelmente, segundo Sousa Viterbo, António Gonçalves deixa de imprimir, nenhuma outra publicação se conhece em que a referida gravura tivesse tido aplicação. Apenas dez anos mais tarde, em 1586 e em Lisboa, o impressor António Ribeiro a utiliza, em arremedo de caixilho a duas desconexas gravuras, na última página da *Regra do glorioso patriarcha sam Bento.* E termina aqui, segundo parece, a odisseia desse enquadramento xilográfico que, embora pobre de engenho artístico, serviu de portada a nove publicações, entre elas a do mais gigantesco Poema épico do todos os tempos — *Os Lusíadas.* Resta esclarecer que, de facto, juntamente com ela, passara às mãos deste impressor, o material que pertencera a António Gonçalves. Como? Por compra? Por herança? Apenas se verifica que as gravuras da portada em discussão descansaram uma década. E já alguma coisa é, pois demonstrado fica que a hipótese do prof. Dr. J. M. Rodrigues de que o tipo fora comprado pelo impressor Lobato aos herdeiros de António Gonçalves, é insubsistente. O convencimento de tal hipótese só se poderia adquirir se a gravura da portada da primeira edição aparecesse em poder deste impressor. Tivesse-a conseguido o contrafactor, que, com certeza, a esta hora, todos nós acreditaríamos na hipótese das duas edições feitas em vida do Poeta.

Quanto à gravura que serviu no rosto da edição apócrifa (também conjunto de 4 peças xilogravadas), não resta dúvida de que é a mesma que nos aparece, desordenadamente empregada, nos livros da *Compilaçam de todalas obras de Gil Vicente,* apenas bem combinada nos dois últimos Livros dessa publicação, impressa também naquele ano de 1586 pelo impressor espanhol Andrés Lobato, que teve oficina em Lisboa entre os anos de 1583 a 1587. De aí a suposição de que fosse este o contrafactor, atribuindo-se a um Afonso Lopes, «moço da capela de el-rei», possível bibliópolo, para quem aquele imprimia, todas as alterações e variantes que encontramos nos exemplares da fraude. É curioso que, com o apelido Lopes, se encontra, entre os anos de 1587 a 1598 uma espécie de dinastia devotada à industria do livro. O referido Afonso Lopes, editor da citada *Compilaçam,* em 1586, e dos *Autos e Comédias* de António Prestes e de Luís de Camões, no ano imediato; João Lopes, mercador de livros em 1588; Simão Lopes, idem, de 1586 a 1593, passando a ter oficina de impressão deste ano até 1598; Estevão Lopes, que de 1595 a 1598, fora editor de várias

obras, entre elas as *Rhimas* de Luís de Camões, em casa de Manuel de Lira e, por fim, um outro Afonso Lopes, o impressor do *Livro Septimo do Amadis*, que Braancamp Freire e Venâncio Deslandes dizem que se não deve confundir com o «moço de capela» do mesmo nome. Haveria, entre estes Lopes, algum parentesco?» (113).

12) — *Hernâni Cidade* (1950).

Hernâni Cidade, calmamente, percorre o longo caminhar das opiniões que surgiram, sucessivamente, nas múltiplas tentativas de solução do problema das duas edições *princeps* que talvez seja praticamente insolúvel.

Este grande camonista, ao percorrer este caminho, até teve coragem de não impôr qualquer das soluções esfarrapadas ao longo dos sécs. XIX e XX.

Por tudo, com a boa vontade de procurar esclarecer pistas de solução, calmamente, talvez só para puro esclarecimento, sigamos, em espírito, Hernâni Cidade quanto às nuances de solução por ele propostas.

Começa com a data possível da chamada *segunda edição*. Pois, vejamos as razões que, segundo ele, a motivaram:

«Quanto ao motivo e à data da segunda edição, é muito difícil escrever a palavra decisiva. Há quem lhe atribua a data de 1572 (Faria e Sousa) ou a que marca o tempo da actividade do editor António Gonçalves — 1576, e seria feita com o objectivo do lucro, que não o de corrigir a primeira, visto que, qualquer que seja a que como segunda se considera, lhe não faltam erros, e graves.

Esta hipótese, defendida por Alexandre de Albuquerque (*As duas edições d'Os Lusíadas», de 1572*, Rio de Janeiro, 1921), também admite a venda rápida do Poema cuja publicação já de si mesma implicaria a celebridade do Poeta. Também parece mais de aceitar um intuito comercial, sem contrafacção fraudulenta, visto que esta, a ser tentada, bem se pode admitir se revestisse de maiores cautelas» (114).

E qual das duas edições, com a data de 1572 (E/72-D e Ee/72-S) será a mais antiga, cronologicamente falando?

Hernâni Cidade, em apropósito, acentua que Aquilino Ribeiro voltou à tese do editor de Hamburgo, segundo o qual a edição E/72-D é a mais antiga, visto que a edição Ee/72-S ostenta um texto mais cuidado, sendo portanto, uma edição melhorada, isto é, a segunda. E exemplifica:

---

(113) Eleutério Cerdeira, *Duas grandes fraudes camonianas*, Barcelos, 1946, pp. 74-79.

(114) Hernâni Cidade, *Luiz de Camões, II. Épico*, in-*Revista da Faculdade de Letras*, Tomo XVI, 1950, 2.ª série, n.º 1-2, p. 213.

Ee	*E*
Filho de Maria (I, 50)	Filho de Maia
Febe (VI, 38) = Lua	Febo = Sol
Orionte (VI, 85)	Oriente

Há casos em que a métrica de *Ee* é mais perfeita que a de *E*:

a) Respondeu o valeroso capitão (I, 61, 1)
Responde o valeroso capitão

b) Começaram a seguir sua longo rota (I, 29, 8)
Tornaram a seguir sua longa rota

A sintaxe não recebe tratos de polé em *Ee* que prejudiquem o pensamento: *O rei...*, em vez de *A rei não obedece...* (III, 93, 7).

Infelizmente, também há na edição *E* formas que corrigem *Ee*

Ee	*E*
mao	mão (V, 71, 2)
mais	mãis (IV, 26, 3)
do rio	dos rios (III, 84, 2)
das cintas	da cinta (I, 47, 4)

Não é tudo. É mais regular o emprego das maiúsculas na ed. *E*; a grafia etimológica dos nomes próprios é mais respeitada; há descuidos de acentuação que *E* corrige. Pois a explicação de Hernâni Cidade, sob este ponto de vista, é simplesmente esta:

«Se supusermos a revisão a cargo de um gramático sem cultura literária, teremos a decifração do enigma desta maior correcção ortográfica, em coincidência com maiores disparates na matéria e na mitologia. O gramático sem cultura substituiria facilmente o termo que desconhecesse pelo que entre os mais conhecidos se lhe parecia, como *Orionte* por Oriente, *Febe* por Febo, *Maia* por Maria.

Admitindo a revisão feita na primeira edição pelo próprio Autor, por grande que seja o natural descuido de quem revê texto próprio, compreende-se mais o impressionassem os erros da substância do que os da forma» (115).

(115) Hernâni Cidade, idem, p. 214.

Além disso, Hernâni Cidade chama a atenção para o facto de José Maria Rodrigues salientar, com razão, um caso muito curioso. É o seguinte: «no exemplar da edição *E*, pertencente à Academia das Ciências, ocorre o verso do canto II, 39:

Sem quanto merecesse...

A explicação mais plausível será a que ele dá: o tipógrifo não compunha sobre exemplar da ed. *E*, em que o verso aparece correcto:

Sem que to merecesse...

mas sobre o manuscrito em que viria a abreviatura q̃ *to*, que facilmente seria levado a desenvolver *em quanto*. Impressa a folha, reconheceu-se o erro, que se evitou nas seguintes, sem se inutilizar a errada» (116).

É esta uma explicação sem mais, se bem que com interesse, tanto mais que outros ângulos ópticos podem ser considerados e Hernâni Cidade não os despreza. Veja-se:

«O Doutor José Maria Rodrigues observa que existem lições comuns entre a edição dos *Piscos* (1584) e a ed. *E*, do que conclui ter sido aquela feita sobre esta. Entre as lições que aponta, há uma mais digna de ser considerada — *Começaram* por *Tornaram*, e tanto bastará, na verdade, para poder admitir a anterioridade de *E* relativamente àquela última data.

Entre essa data e 1582, que é a da terminação do privilégio, deveria ter sido publicada a discutida segunda edição — pensa o mesmo eminente camonista.

É nessa época que se estabelece em Lisboa, o impressor espanhol Andrés Lobato, em cuja tipografia o moço da Capela do Paço, Afonso Lopes, imprimiu, em 1586, a 2.ª ed. das obras de Gil Vicente, e em 1587, os autos de António Prestes e Luís de Camões — *enfatriões* e *filodemo*. Na edição dos autos vicentinos, figura a mesma portada de *E*. O editor teria consentido em diferenças propositadas que lhe permitissem afirmar que o Poeta a teria revisto — e assim as variantes se convertiam de objecção, no intuito de fraude, em prova de propósito de outra. Todavia, uma vez admitido este motivo de ganância, não parece inadmissível transferir a sua acção para 1572. Iludia os direitos de autor e não seria impossível responder às reclamações baseadas nas variantes.

Dir-se-ia, por exemplo, que estas eram resultantes de modificações que por deterioração de material, desmancho de chapa, se foram fazendo durante a impressão (117).

Mas outros caminhos podem ter sido percorridos, como é claramente intuitivo. Por isso mesmo, a chamada segunda edição, pode ser posterior

---

(116) Hernâni Cidade, idem, p. 214.

(117) Hernâni Cidade, *Luiz de Camões II. O Épico*, in-*Revista da Faculdade de Letras*, Tomo XVI, 1950, 2.ª série n.º 1-2, pp. 214-215.

à edição dos Piscos. De resto, outra opinião é expressa também por Hernâni Cidade:

«Há, finalmente, quem considere a segunda edição posterior à dos Piscos. Como esta mutilava o Poema, sentir-se-ia a necessidade de lhe restituir a integridade original, mas isto discretamente, em edição muito semelhante à *princeps*, para que, com ela confundida, se pudesse subtrair à censura (Tito de Noronha, Gonçalves Guimarães e Eleutério Cerdeira).

E a quem possa levantar a objecção das diferenças notadas, perante as quais o autor da fraude, por compreensível receio, seria mais sensível do que o público leitor, lembra Eleutério Cerdeira que o censor, Frei Bartolomeu Ferreira, tão benevolente para a primeira edição, prometeria vista grossa sobre o caso» (118).

Finalmente, Hernâni Cidade, indo um pouco mais longe, aceita também que o censor, Frei Bartolomeu Ferreira, fizesse vista grossa à publicação integral da dita segunda edição, mesmo após a edição dos Piscos (1584). Aliás, ele seguindo no encalce de outros, ousa ir mais longe quanto à apreciação da própria actuação da censura inquisitorial. Veja-se:

«E quem sabe — acrescentaremos nós — se toda a mesa censória discretamente se associou à fraude.

Fôra ela que impusera as mutilações da edição dos *Piscos*, mas deixá-la-ia passar sem cortes em 1595.

Porque não admitir que, na mesma ocasião em que mutilava a outra, assentasse em fechar os olhos a uma edição integral, que, para a pôr ao abrigo de suspeita de duplicidade, facilmente se confundisse com a *princeps*? Seria aquela destinada aos que mais conviesse preservar do paganismo das estrofes sacrificadas, deixando ao livreiro o cuidado de vender os exemplares da outra aos menos necessitados de recato virginal» (119).

Finalmente, uma opinião de Hernâni Cidade a reter também:

«Dos editores que lhe sucederam, somente Gomes de Amorim, partindo da hipótese de que o Poema fôra desfigurado pelo tipógrafo, levou as correcções a excessos que fizeram dele, em suas mãos, exercício de aluno medíocre, sobre o lápis de pedagogo rabujento» (120).

---

(118) Hernâni Cidade, idem, pp. 215-216.

(119) Hernâni Cidade, idem, p. 216.

(120) Cf. Hernâni Cidade *Luiz de Camões II. O Épico*, in-*Revista da Faculdade de Letras*, 2.ª série, 1950, Tomo XVI, p. 220.

13) — *Últimos esforços* (1930-1963).

A terminar, esta longa excursão, anotemos que mais alguns eruditos se ocuparam também do problema camoniano das duas edições de 1572.

Para além de *Roger Bismut,* Professor, em Paris e Bruxelas, de Estudos Portugueses, em 1930 Alfredo Pimenta publicou nos seus *Estudos Filosóficos e Críticos* (Coimbra, Imprensa da Universidade, 1930, XLI-600 pp.), um estudo intitulado «*Duas edições* d'Os Lusíadas».

Em 1956, o Professor F. Rebelo Gonçalves ocupou-se também do mesmo assunto no seu trabalho sobre *Erratas e Pseudo-erratas d'Os Lusíadas* (in- *Revista de Portugal. Série: Língua portuguesa,* 1956, pp. 189-192).

Mais recentemente, J. de Almeida Pavão, em 1963, publicou em *O Ocidente. Revista portuguesa mensal* (Vol. LXIV, 1963, pp. 133-154) um estudo intitulado «*Os Lusíadas*» *e a edição dos Piscos.*

Como se vê, foi longo o caminho percorrido pelos críticos a respeito do problema fundamental que é o da edição «princeps» de *Os Lusíadas* (1572). Quem terá razão? Abstemo-nos de responder, contentando-nos com a apresentação documental do problema.

Para já todos verificarão que ninguém solucionou um problema que não passa de um imbróglio de opiniões. Mas uma opinião, por definição, não é certeza. Por isso, esperemos calmamente, que a *Imprensa Nacional — Casa da Moeda,* a curto prazo, faculte ao público em geral o estudo do problema, cuja solução vai ser facilitada com a edição *duplex,* facsimilada, das duas ditas edições de *Os Lusíadas,* com a data de 1572, pela primeira vez apresentadas lado a lado, para confronto eficiente e imediato. Talvez uma opinião solucionante, finalmente, não seja impossível.

APÊNDICE DOCUMENTAL

Como se processou a Edição Monumental do Morgado de Mateus (1817)

Para esclarecimento de toda a problemática concomitante, a respeito da edição de *Os Lusíadas,* feita pelo Morgado de Mateus, aqui deixamos alguns documentos esclarecedores a complementar a exposição feita:

—I—

ADITAMENTO À «ADVERTÊNCIA» PUBLICADA NA EDIÇÃO DE 1817

«Explicarei com algumas miudezas as razões e fundamentos sobre que me estribei para adoptar o trabalho que segui, propondo-me dar huma edição dos Lusíadas.

As originaes eram raras e desconhecidas. A de Manoel de Faria era reputada a melhor de todas, ainda que não era a mais lida. Mas a sua affirmação cathedrática de se ter occupado 30 annos neste trabalho, os seus voluminosos commentos, tanto mais respeitados quanto menos lidos, tinham-lhe adquirido tal autoridade que, segundo diz o *Discurso critico,* tratando-se entre os doutos Padres das Necessidades de publicar huma edição nítida do poema, foi decidido unanimamente seguir o texto de Faria. O P.e Thomas, assistido dos mesmos Padres das Necessidades, assim o executou, e as suas duas edições, sobre as quaes se fez a da Universidade de 1800, e a de Paris de 1815, e a outra de Grenoble de 1818, eram as que andaram nas mãos de todos. Com tudo, era conhecido o § de Manoel de Faria, e portanto haverem-se feito duas edições de 1572. Mas, como ninguem, por mais de dous séculos, as tinha confrontado, ninguém as distinguira, corria outra opinião que só se fizera huma edição, e depois algumas folhas de correcção de que se haviam formado diversos exemplares. Desta opinião era o Sr. António Ribeiro, hum dos nossos antiquários mais distinctos, como se explica em carta sua que conservo. Em huma do relator Trigoso, de 24 de julho 1816, confessa este que existem as duas edições, mas que elle as não tinha confrontado, e mostra que tão superficialmente tinha lido os commentários de Manoel de Faria que sustenta elle conhecia as duas edições quando dera à luz o poema, o que hé notoriamente inexacto. O Macedo principiou a confrontação, mas por certo a não tinha acabada. Dos nossos litteratos de Lisboa era inútil esperar informações quando estavam nús de conhecimentos positivos.

Tendo, pois ajuntado todas as edições de que fallo na Advertencia, principiei a conferi-las, e achei-as tão diversas no texto, na orthographia e na pontuação, sem que nenhum editor explicasse os fundamentos e razões do seu trabalho e mudanças, de forma que logo conheci ser impossível tomar hum arbitrio entre elles e fixar o texto sem ter presentes as edições originaes.

Pude obter immediatamente dous exemplares, e depois o do Sr António Ribeiro, de 1572. Mas todos estes tres eram conformes. Como porem havia conferido com elles as outras edições, mandei pedir a Lisboa a copia de todos os lugares variáveis, tirada

do exemplar da Bibliotheca Real, e, como conhecesse differença entre aquelle e os meus, remetti o fac-simile do frontispício e primeiras folhas, e então obtive os conhecimentos distinctos das duas edições originaes e das suas variantes; e então hé que recebi aquelle ensayo de confrontação do Sr. Macedo. O meu cuidado tinha sido tão desvelado que depois, quando pude eu mesmo fazer a conferência das duas originaes, vi que cousa alguma esencial me tinha escapado

Munido destas noções, principiei o exame das variantes de todas as edições, e concluí por ellas que a edição de Lord Holland e os exemplares semelhantes eram os da primeira edição composta sobre o m.s. de Camões, a qual Faria, com rezão, chamava *el original*, e que as variantes da segunda, e mais adiante as das outras edições, tinham sido feitas á phantasia dos editores, ou por licença, ou por falta de intelligencia, pois nenhum allegara rezões, e as que o P.e Thomas dera para seguir as edições de 1609 e de Faria eram contraditórias e falsas. Quanto mais estudava o texto original de Camões, não somente via que era mui claro, mas o mais poético e conforme ao engenho e estylo delle, sendo evidentes os erros typográphicos e fáceis de emendar. Desde esse momento resolvi restituir o texto original. Porem o receio dos mordazes portugueses me fez ceder em alguns lugares, do que me consolo somente pelos ter conservados, de maneira que os doutos possam restitui-los. Hé para mim indubitável que a segunda edição foi feita por conveniencia do livreiro, e tal fraude, porque a orthographia mais adoptada nella hé muito superior à primeira, porque as variantes em geral mostram ser feitas por hum ignorante chapado Taes são as da oitava 1.ª do Canto 1.º, as da oit 52 do C. III e oit. 117 do mesmo, a da oit. 12 do C. V., as das oit. 34 e 90 do C. VIII, as das oit. 10, 40, 83, 97 e 156 do C. X., etc, mais notáveis, e as outras ridículas e insignificantes. estou certo que, se outros homens mais capazes do que o Sr. Trigoso, e de hum mais sério estudo e melhor gosto, estudarem a 1.ª edição, lhe darão sem dúvida preferencia sobre a segunda, porque sobre todas as outras ninguém duvidará, senão hum mestre Constancio, cuja ignorancia só hé igualada pela sua inepta vaidade. Fixei-me pois sobre o texto da primeira edição e segui-o invariavelmente à excepção dos erros evidentes typográphicos, e só a impudencia deste atrevido jornalista poude asseverar o contrário, a pesar de não ter nunca visto huma das edições de 1572.

Seguia-se a dificuldade de escolher huma orthographia e pontuação, difficuldade não pequena pela variedade de todas as edições antigas e modernas nestes dous pontos, e pela incerteza em que a Academia e todos os escriptores estavam. Tal era a estupidez nacional, que o P.e Thomas ousou mesclar ridiculamente todas as orthographias, e este tolo arbítrio não tinha sido estranhado e menos censurado. Foi este hum objecto de séria e longa meditação minha, consultando livros, sábios, e estudando cada verso de Camões antes de decidir a orthographia, e depois a pontuação. Hé quasi impossível deixar de rir com desprezo quando se lê na crítica do annalista Cándido que eu adoptei huma orthographia contrária ao génio da língua, em que mostra conhecer nem a nossa língua nem o seu génio, nem o que hé orthographia E o outro Mr. Constancio, que, usando huma ridícula orthographia, pretende, elle, dar-nos hum tratado della que fixe a nossa, isto hé para o uso dos escrivães de aldea. ha de dizer bocadinhos de ouro na segunda parte de sua critica! (Verificou superabundantemente a minha prophecia!)

Mas necessitava dar huma nova Vida de Camões com o juízo das suas obras, e

este trabalho, tal qual ele saíu, não me custou pouco estudo. Apesar disto, fui também censurado nessa parte pelo Conego de Lamego.

Excuso falar das fadigas occasionadas para conseguir a perfeição typográphica e a das gravuras desta edição, supportando mil dissabores, quaes só quem os experimentou poderá comprehender.

Tudo isto fiz e sofri por honra do Poeta e da Pátria, sem algum motivo de interesse, pois eu tinha declarado muitas vezes não querer mais servir nem pretender lugares e graças, e tinha tomado a resolução de não dedicar nem vender esta edição.

Bezerra e Palmella insistiram em que não podia dispensar-se de a dedicar a El-Rey, e o primeiro pedio a licença sem eu o ter autorisado para isso. Forçado a fazer esta dedicatória, ella falla por si, e ninguem dirá que a lisonja a dictou. Hé um facto que, mandando exemplares della a El-Rei e à Real Familia, nem recebi huma carta de agradecimento ou louvor; que, dando-os aos principais Soberanos da Europa, não recebi senão a *Flora Dánica* que o Rei de Dinamarca me mandou dar. E o miserável Constâncio póde dizer, contra a declaração de Didot, que eu fiz a edição em 8.° para a vender! Impudente mentiroso! Sem dúvida, eu não pretendia offerece-los aos principaes estrangeiros, a quem os dei quando os seus ministros mo pediram ou me escreveram que lhes seria agradável, declarando-lhes logo que não queria caixas, annéis ou presentes, e estes o podem affirmar.

A ajuda que tive neste trabalho, que pôz em perigo a minha vida, foi a perseguição que me suscitou hum Talleyrand, tão injusta quanto elle se mostrava ingrato para comigo, tendo-o acolhido na sua disgraça. Mas esta ingratidão foi commum a muitos outros emigrados que me pagaram com calúnias, accusando hum homem que nunca tinha dobrado a cerviz diante de Buonaparte no auge do seu poder e esplendor, que vivia retirado das sociedades e dos negócios, e se ocupava unicamente deste objecto de litteratura, sem outra diversão que a do theatro. Mas as nações estrangeiras me fizeram justiça.

Os nossos, à excepção dos religiosos e d'alguns litteratos, entre os quaes nomearei Monsenhor Gordo, o Bispo de Portalegre e Thomé Barbosa, pegaram na penna para menoscaber a minha obra e para me injuriarem.

> Et les hommes, morbleu, sont faits de cette sorte!
> C'est à ces actions que la gloire les porte!
> Voilà la bonne foi, le zèle vertueux,
> La justice et l'honneur que l'on trouve chez eux.
> Allons, c'est trop souffrir les chagrins qu'on nous forge
> Tirons nous de ce bois et de ce coupe-gorge!

O meu dissabor hé tal que, tendo a tenção de publicar outras obras úteis à Nação, renunciei a mais trabalhar por ella» (121).

(121) Anne Gallut, idem, pp. 292-394.

— II —

NOTÍCIA HISTÓRICA SOBRE A EDIÇÃO QUE DEI Á LUZ DOS LUSÍADAS, PARA MEU FILHO

«Nos meus primeiros annos, aos dez de idade, estando no Colégio dos Nobres, passei ao estudo da Rhetórica, que professava Jozé Caetano de Mesquita Não me lembra a razão porque este professor me favoreceo naquella tenra idade, emprestando-me successivamente todos os livros portugueses da sua rica e preciosa colecção, a não ser o gosto ardente que divisou em mim para este género de lição. O certo hé que devorei então naquelles annos seguintes a Monarchia Lusitana, as nossas Chrónicas, Castanheda, João de Barros, etc. etc., e que fui duas vezes castigado com palmatoadas por me esquecer a le-los, sahindo da classe. Esta pena aumentou o attractivo para este estudo, a tal ponto que me lembra ter assombrado diversas pessoas pelos conhecimentos que tinha da nossa história. Alli, muito cedo, embebi aquelle amor da independencia nacional e da Pátria, aquelle espirito cavalheiro e romanesco, aquella altivez de sentimentos livres e generosos que caracterisavam os antigos Portugueses, para os ter sempre como modelos. No mesmo tempo, li e gostei o Camões, mais como narrador dos nossos feitos que como cantor delles. Foi depois na Universidade, em que entrei aos 14 annos, que seguindo as Mathemáticas, fiz conhecimento de Jozé Anastácio da Cunha, Lente de Geometria, por beneficio da Providencia, pois confesso dever-lhe tudo que possa achar-se bom na minha vida Este homem, o mais próximo da perfeição moral que eu jamais vi, reunia a hum sublime engenho o mais puro coração e o carácter mais singelo e firme; este dignou-se ser o meu mentor, o meu amigo. Objecto de huma veneração e extrema amizade, era para mim igualmente segunda consciencia na moral, hum director nos meus estudos. Delle particularmente apprendi e com elle segui todo o curso das Mathemáticas, de maneira a ser approvado em todos os exames, *nemine discrepante,* até concluir a formatura. Com elle apprendi melhor o Italiano, Frances e Ingles, e lemos juntamente os Autores clássicos destas diversas litteraturas, ensinando-me elle a gostar as suas bellezas, e desenvolvendo o meu gosto. Apaixonadíssimo de Camões, não era possível que se esquecesse de m'o ler de novo, e sentir as suas innumeráveis belezas, e assim me fortificou na minha admiração pelo nosso Poeta nacional, e na minha aversão para os outros versejadores que abondam na nossa Nação, e dos quais poucos devem ser exceptuados.

Ficou-me desde então o hábito de o compulsar muitas vezes nos momentos de prosperidade como nos de adversidade: mas houve hum tempo em que, ferido da decadencia da Nação e da degeneração dos nossos costumes, apenas podia abrilo, pois as lágrimas me cobriam os olhos e me impediam continuar a sua leitura.

Em 1797 ou 98, vindo a Coppenhague aonde residia então como Enviado Jozé Bonifácio de Andrade, que viajava como mineralogista mas cultivava tambem as lettras, e sobretudo professava huma decisiva paixão pelo Tasso, tive alli diversas disputas com elle e por este motivo e ocasião, empreendi o paralelo dos dous Poetas para mostrar a superioridade do nosso. Foi nestas contendas que, indignado do esquecimento ingrato da nossa Nação para o immortal Poeta que a cantou e immortalisara, me ocorreo supprir á falta de monumento erigido ao nosso Camões por dar huma soberba edição dos seus Lusíadas. Sentia ao mesmo tempo a humilhação de sermos

os únicos que não possuimos huma boa edição delle, nem huma só de luxo, entre as Nações Europeas.

Mandado com huma commissão extraordinária à Hollanda em 1798, avistei-me alli com o famoso Araújo que, com a manha própria do seu carácter, me demorou, fazendo-me trabalhar em huma resposta que projectava contra os Viajantes estrangeiros de Portugal como Bourgoing, etc.: obra que não appareceo à luz porque, fazendo-a unicamente para servir de degrau à sua ambição, temeo por cobardia própria suprimi-la. Nas nossas conversções, fallei-lhe da idea que me occupava então de huma edição dos Lusíadas, elle com zelos quiz fazer a noticia biográphica de Camões (a qual hé a que leo à Academia e que hé fria quanto era o seu coração, incapaz de todo lance generoso), e protestou de participar à minha empresa. Mas logo que se fallou de dinheiro, esfriou e começou a adiantar que era necessário empregar nelle só artistas portugueses, e que elle se encarregava de empenhar Vieyra e Sequeira a fazerem os desenhos, etc., isto para adiar ao infinito a operação. Porem como a minha idea lhe ficou em memória, por isso em 1806, sendo Ministro de Estado, procurou executá-la à custa da Barba-Longa, isto hé adquirir honra para si fazendo as despesas por conta d'Elrey e o trabalho litterário por mãos de hum Lente da Universidade a quem o encarregou. Mas como succede em semelhantes cousas emprendidas só por vaidade, e quando a sua traição e ignorancia punham no precipício a Monarchia, ficou em projecto a obra, que duvido mesmo sem estas circumstancias jamais se realisasse, e por certo nunca com perfeição, pois o dinheiro e ordens não bastam para este effeito. Refiro isto porque conheço a maldade dos meus compatriotas, e sobretudo da facção Araújo, que hão hoje de querer sustentar que elle teve a primeira idea.

As ocupações domésticas em 1800, e as diversas commissões de que fui encarregado depois, não me deram lance de cuidar nesta patriótica empresa. Obrigado a deixar o serviço em 1806 pelas intrigas do dito Araújo, e a demorar-me fora do Reino para não pedir satisfação a hum homem que me responderia com algum despotismo ministerial, fiquei em Paris, no tempo em que elle machinava a ruina do Estado, entre sustos e sobressaltos de ver chegar aqui o Príncipe como vi os de Hespanha. A devastação do meu paiz, que succedeo em consequencia da invasão, a suspensão quasi total de remessas da minha Casa, quando não tinha huma só graça nem pensão da Corte, e que Araújo me tinha negado até a ajuda de custo continuada, sendo nomeado para a Russia e obrigado com muita despesa a partir para Berlim, foi causa que não pude occupar-me desta edição em tempos calamitosos que ameaçavam até a minha existencia se a Pátria se perdesse debaixo do jugo estrangeiro.

Mas assim mesmo, esta idea não me deixava de noite e de dia, antes o perigo da subversão da Pátria fazia mais vivos os meus desejos de acordar por este meio o ânimo dos Portugueses, ou de deixar à Posteridade este monumento da antiga glória. A consideração tambem de não morrer completamente, de procurar associar o meu pequeno nome ao do grande Camões, excitava no meu coração grandes desejos, tanto mais vehementes quanto me parecia faltarem-me os meios para os cumprir. Com effeito, como ousar fazer huma edição cuja despesa julgara montaria a cem mil francos, quando eu não esperava da minha Casa, repartida com meu filho, senão 20 mil francos, e não tinha cá, fora das minhas economias precedentes, senão outro tanto? A minha familia aqui pode dizer quantas vezes me ouvio exclamar: Oh, meu Deus, quanto seria feliz se pudesse dispor de cem mil francos! Adiantar este dinheiro do

meu cabedal, para repô-lo vendendo a edição, era destruir a melhor parte da acção e do monumento, e isto hé o que não entendem as almas mesquinhas que me arguem de o não ter feito deste modo para que ellas o conseguissem.

As tribulações que tinha soffrido aqui pela minha Pátria, como todos os meus conhecidos podem attestar, calmaram-se depois da retirada de Massena: as rendas da minha Casa começaram a vir-me com alguma regularidade, e assim mais socegado, pude consultar os meios que tinha e resolver-me à despesa da obra, propondo que, se me faltasse outro dinheiro, eu venderia as minhas joyas para suprir á falta.

Hum acaso em 1813, no principio, deo-me a gostosa noção de me ser possivel executar os meus longos desejos. Manoel Pedro de Mello tinha feito imprimir por Didot, em vellino e 4.°, a vida do Marechal Valeré, o que fundou as minhas esperanças de poder tambem eu imprimir os Lusíadas. Encarreguei-o pois, de informar-se de Didot quanto me custaria a impressão dos Lusíadas, in 4.° papel vellino, duzentos e cincoenta exemplares; e de perguntar-lhe qual seria o preço de 12 estampas. A sua resposta animou-me extremamente, pois segurou então que a impressão só me custaria 6 mil francos, e que as estampas poderiam custar-me dezoito mil, e que elle tomaria depois as chapas para outra pequena edição por seis mil francos. Remetteu-me porem a Mr. Girodet, seu amigo, para tratar com elle dos desenhos e das gravuras. E então tomei a resolução de executar a projectada empresa, e principiei o trabalho litterário sobre a vida de Camões e sobre os Lusíadas. Desde logo mais abaixo fallarei, para prosseguir melhor a minha narração sobre os ajustes dos Artistas.

Pela intervenção de Manoel Pedro avistei-me com Didot, e ajustamos que elle mandaria fazer expressamente papel a Annonay para esta edição, e fundir na sua Officina caracteres novos para ella, mas logo então disse que não fixava o preço, porque necessitava ver quaes seriam as suas despesas, mais que os duzentos e cincoenta Exemplares a cem folhas não iriam muito alem dos seis mil francos. Ficamos de acordo. Não tiveram o mesmo resultado as entrevistas com Mr. Girodet. Este começou por dizer-me que necessitava estudar a obra, e calcular o género de Desenhos e o tempo que estes demandavam antes de fixar o preço, e depois de infructuosas tentativas para obter delle hum specimen de Desenhos, disse-me que não poderia faze-los a menos de mil francos cada hum e de seiscentos pelo retrato, mas que se obrigava a fazer executar debaixo da sua inspecção as gravuras por outros mil francos. O preço exagerado dos Desenhos, e demasiado baixo das gravuras, a sua preguiça e o modo por que pouco correspendera ao meu enthusiasmo e à generosidade que procurara inculcar-lhe me animava nesta empresa, mostrou-me que elle, attendendo pouco a isto, só via nella huma especie de empreita, o que unio o desgosto ao susto que me fazia então ainda a despeza de 30 mil e mais francos. Rompi a negociação por fortuna minha e favor do Ceo, pois com elle nada teria conseguido em muitos annos, mormente tendo adoecido pouco depois de huma grave e longa molestia, e sabendo que elle contava com Laurent para fazer de empreita as gravuras, o que elle só fazia mui ordinariamente.

Ficou pois tudo suspenso, não sabendo eu nem divisando quem me ajudasse, nem querendo fallar nisto a muitos, porque o meu desejo era sahir à luz com a obra, sem que os meus Patrícios o soubessem. Mas Manoel Pedro, apesar das suas promessas, não poude deixar de dar à lingoa e de o dizer ao Brito, o que me impacientou muito; porem este, costumado a que as obras portuguesas todas são obras do Conde de Tarouca, não se imaginou a minha perseverança. Esta qualidade me deo

ánimo para persistir, esperando melhores circunstancias, em continuar o trabalho da vida de Camões, e a esse effeito, ler e estudar muito as suas biographias e obras poéticas, podendo assim no verão de 1813 acabar a parte histórica e o juizo do Poema, que eu tinha muito meditado.

Naquele tempo, reli de novo a Europa portuguesa de Faria, do Clede Neufville, e tudo quanto tinha à mão dos nossos authores, com o fim de fazer hum Epitome da História dos nossos primeiros tempos da Monarchia, mostrando as causas e instituições que produziram a Nação de herois que tantas virtudes mostraram. O meu trabalho estava principiado e coordenado, porem os successos de 1814 e 1815 e a intolerancia de espírito que me desenvolveo então contra tudo que eram ideas liberaes, me fez ver que os homens só estimam o que satisfaz as suas paixões e interesses, repugnam a todas as verdades, e vingam-se sobre o que lhas diz por meio da calúmnia. Que tempestade se levantaria contra mim se provasse por factos constantes que os homens jamais desenvolvem grandes talentos e superiores qualidades senão nas sociedades que hum raio de liberdade aquece e vivifica; que D. Affonso Henriques, eleito pelos seus soldados e pela Nação, foi obrigado a ganhar o seu amor e cooperação, para defender-se contra o Castelhano que o tratava de usurpador e rebelde, a ser hum grande soldado para sustentar-se contra Castelhanos e Mouros; que D. Affonso 3.°, chamado ao Trono, sendo delle lançado fora seu irmão Sancho, não somente teve de contentar a Nação, conservando-lhe os seus privilegios e isenções, mas de mostrar-se hum grande soberano; que D João 1.°, chamado ao Trono pelo Povo, em despeito de Castela e da Nobreza portuguesa naquellas Cortes em que foi estabelecido em princípio que o poder da Soberania tinha voltado ao Povo, e que por elle era conferido, elegendo-o, deveo favorecer isto e mostrar-se digno Chefe da Nação que o elegia. Alem disso, se eu dissesse que o Rei tinha a balança entre o Clero, a Nobreza e os Povos, conservando-lhe as suas imunidades, que a fundação de Vilas e Cidades com privilégios que as Honras e Behetrias gozavam de outros, que as leis e regulações municipaes e a frequente convocação das Cortes conservavam as liberdades das differentes classes, e obrigavam os Reis a desenvolver grandes qualidades: todas estas verdades escandalisariam os Corteãos e os Tolos que os imitam, para me caluniarem e apedrejarem. Parei por esta razão, assim como também por falta de muitos livros que era impossivel achar aqui, e sem os quaes não poderia corroborar estas verdades. Outro motivo me obrigou a abandonar este trabalho — e quasi a empresa desta edição, foi a preseguição atroz que me urdiram malévolos em 1815. Logo tratarei della, não querendo anticipar sobre o que precedeo.

Desenganado de obter o que eu desejava de Mr. Girodet, lembrou-me o doutor Fabre, que acompanhava Madame de Albany, e dirigi-me a esta, porem recebi só respostas equívocas. Finalmente instiguei o Barão de Humboldt, o viajante, muito familiar com Mr. Gérard, de lhe fallar, ainda que me tenha assegurado que elle não quereria occupar-se de desenhos, para que, ao menos, dirigisse a escolha dos artistas e superintendesse a obra delles. Encaregou-se pois de huma carta minha para Mr. Gérard, em que lhe expunha o projecto que tinha de elevar hum monumento a Camões e à minha Patria por meio de huma bella edição de luxo do seu Poema a qual não seria posta em venda. A sua resposta foi satisfatória, e ajustou-se dia em que fossemos fallar-lhe. Devo dizer que nesta entrevista mostrou-se logo Mr. Gérard como hum homem de espírito, pois concebeo perfeitamente quanto havia de amor patriótico e generosidade na minha empresa, e quanta honra sua, para elle e para a

França, de associar-se a ella. Poz por condição segurar-lhe que tinha rompido com Girodet, e declarou-me que não queria ouvir proposição alguma de recompensa: disse que, impossibilitado pela fraqueza dos seus olhos de fazer os desenhos, elle escolheria desenhadores capazes de substabelecer e de executar os *croquis* que elle lhe disser, reservando-se somente o retrato de Luís de Camões, que igualmente escolheria os gravadores mais capazes para abrirem as chapas; e que faria os preços à minha maior conveniencia. Não hé possivel mostrar mais espirito, grandeza d'alma e elevação do que este amável e grande artista patenteou nesta occasião. Conviemos em tudo, e segundo os seus rogos, dei-lhe a tradução do Poema por La Harpe afim de ter delle ideia, mas apontei e traduzi-lhe litteralmente tres passagens em cada Canto para que pudesse entre ellas dar a preferencia ao sujeito mais próprio a desenhar e estampar, subministrando-lhe algumas outras observações.

Nomeou logo Messieurs Fragonard e Desenne, desenhadores, e distribuiu a cada hum os sujeitos mais conformes ao génio do seu talento: e chamou Mr. Massard junior, hum dos primeiros abridores, para fixar o preço das chapas, encarregar-se de huma, e dar o exemplo aos outros abridores. A falta de obra que existia nesse tempo, i. e. no inverno de 1813 a 1814, e sobretudo o génio conciliador de Mr. Gérard, alcançou-me o preço mais favorável de 300 fr. por desenho (como lhe tinham sido pagos os do Racine), e de 1200 a 1500 fr. as chapas. Convencionados estes ajustes, pedio-me de ser eu mesmo o que pagasse, e deo se principio à obra no dito inverno.

Entretanto não estava ocioso pois, tendo colligido as edições de M. de Lyra de 1587, a de Manoel Correa de 1613, a de Franco Barreto de 1631, a de Manoel de Faria de 1639, a do P.e Thomas de 1779, a da Universidade de 1800, e a de Paris de 1759 de Didot, comecei a conferi-las, ajudado para isso do Sr. João António Monteiro, que, com verdadeira amizade, abandonara a sua mineralogia para vir, hum dia na semana, conferir comigo estas edições. Lia hum de nós o verso, e cada hum verificava a uniformidade ou notava as differenças na ametade das edições que tinha diante de si. Trabalho cansado e insano! Logo porem notamos tal diversidade no texto e na orthographia, que a cada passo cresciam as dúvidas e a minha perplexidade para distinguir o texto genuino, e para fixar huma orthographia entre tantas diversidades e anomalias. O Sr. Monteiro estava pasmado e eu não menos, mas o que era peior, em hum labyrinto de incertezas. Assim lemos todo o Poema sem que o estudo que eu fazia delle, depois de ter muito lido os Commentários de Manoel de Faria (julgado o editor mais sabio e intelligente de Camões), de Manoel Correa, e de Ignácio Garcez, pudesse desfazer as minhas dúvidas e as que occorriam ao meu collaborador. A opinião de Manoel de Faria tinha adquirido tal authoridade que me mettia medo, e tanto maior quanto interiormente me sentia revoltado das suas decisões ex cathedra, que me pareciam ter pouco ou nenhum fundamento. Bem me lembrava desejar huma edição original de 1572, mas como obter cousa tão rara?

Escrevi para Lisboa aos meus amigos de fazer esta diligencia, e encarreguei estes livreiros da mesma, não pondo limites ao Preço, mas tudo em vão. Entretanto, continuava o meu estudo e trabalho sobre o Poema — para o que compulsei Aristóteles e os outros Autores de Poéticas, li de novo Homero, Virgílio, o Tasso e Milton, afim de comparar com elles o meu author e de o julgar conforme as regras adoptadas pelos melhores críticos, e então hé que pude conhecer o grande engenho de Camões e a falta de gosto e crítica com que tinha sido mal julgado e avaliado pela turba que, como rebanho, seguira o P.e Rapin. Confiei o meu manuscrito somente a João Antó-

nio Monteiro, a quem pedi de o ler e de me apontar os reparos que fizesse, e quanto approvava a minha obra naquelle primeiro estado

Os desenhadores tinham principiado o seu trabalho, mas os sucessos extraordinários de 1814, a subversão do Governo Imperial, a restauração dos Bourbons e tudo quanto precedeo a entrada dos Aliados e dos Soberanos em Paris e tudo que seguio-se a este grande sucesso, causou aqui tal abalo e occupou de maneira os ânimos que me era difficilimo obter e tirar cousa alguma dos artistas que, alem disso, incorporados na Guarda Nacional, não trabalhavam com assiduidade alguma apesar das minhas instancias. Didot esqueceo e abandonou tudo o que tinhamos verbalmente convencionado.

A canseira que tive neste estado de cousas não pode comparar-se à tormenta que me sobreveio inesperadamentte depois, e que supposto originada de causas diversas daquellas em que foi envolto Manoel de Faria, não menos fortemente esteve a ponto de soçobrar-me, sendo suscitada por *voluntad de hombres luciferinos*. Isto requer huma explicação, a qual resumirei quanto me for possivel e somente para intelligencia da perseguição luciferina e injusta que padeci em os últimos 6 mezes de 1815. O quadro desta importante épocha era digno de ser tratado por pessoa imparcial e instruida de tudo como testemunha ocular, não só porque ainda ninguem o tratou bem (todos os livros que tem apparecido sendo cheios de absurdas mentiras), mas porque talvez ninguem poderia melhor e mais imparcialmente dar conta do succedido naquelle anno. Se os meus gratuitos inimigos me tivessem feito sahir de Paris, eu estava resoluto a escrevê-lo e dizer todas as verdades, ainda que haviam de ferir muitos e achar contradictores, porem os homens justos e a Posteridade me defenderiam se acaso a verdade fosse jamais estimada e bem recebida. Assim, salvo pela Providencia mais que por esforços humnos, não deixarei aos vindouros senão estas breves noções que, pela sua contradição com todas as narrações e raciocínios feitos atéqui, hé provavel que sejam rejeitados, pois à maior parte dos homens, como já o disse, não lhe importa a verdade, e menos a amam. O que quizer saber, sabe-la na sua» (122). .....

.....

— III —

OPINIÃO DA «ACADÉMIE DES BELLES LETTRES» DE PARIS SOBRE A OBRA DO MORGADO DE MATEUS (1817)

«Tendo o Illustrissimo *D. José Maria de Sousa Botelho*, Morgado de *Matheus*, residente ha annos em *Paris*, empregado os seus desvélos, e litteratura, e avultadas somas em elevar generosamente ao Grande *Luiz de Camões* hum patriotico monumento digno da immortal Epopéa com que enriqueceo a Litteratura *Portugueza* no decimo sexto seculo, sendo o Antesignano dos *Tassos* e dos *Miltons*, que depois delle trilhárão a estrada dos Poemas Epicos regulares nas linguas cultas modernas, offe-

(122) Anne Gallut, idem, pp. 342-347.

receo hum Exemplar da rica edição em quarta, que mandou fazer dos Luziadas do nosso Poeta, ao Instituto Real de *França*, o qual, apreciando devidamente a obsequiosa offerta, e á vista de huma edição em que os primores da Typografia, do Desenho, e da Gravura levão a palma a quanto neste genero goza de maior estima, nomeou uma Commissão escolhida de entre os Socios da Academia das Bellas Artes, que forma huma das partes do mesmo Instituto, a qual deo a sua informação ácerca desta primorosa edição nos termos seguintes, conforme a traducção que se nos remetteo:

Instituto Real de França — Academia das Bellas Artes.

«O Secretariado perpetuo da Academia attesta o que se segue, extrahido do processo verbal de Sabbado 25 de Outubro de 1817.

A Academia, sensivel á offerta que Mr. de Sousa fez ao Instituto da apopéa de *Camões* (os *Luziadas*), julgou não poder melhor testemunhar-lhe o seu reconhecimento do que nomeando huma Comissão, encarregada de lhe dar huma conta detalhada do merecimento desta edição.

A vossa Commissão, Senhores, procurou quanto antes corresponder aos desejos da Academia. — Examinou a obra com o cuidado, que pedia a sua importancia, e julgou dever considera-lla debaixo de tres pontos de vista: a typografia, os desenhos, as estampas, e o merecimento litterario.

A parte typografica foi dirigida, e executada por Mr. *Firmin Didot, demasiado* conhecido para precisar dos nossos elogios, mas comtudo não podemos deixar de dizer que este novo monumnto, sahido das (*suas*) imprensas, iguala, se he que não excede tudo quanto se tem publicado até agora. — Os caracteres forão fundidos de proposito, o papel foi escrupulosamente escolhido, tanto na sua força, como côr, e a tirada tão bem conduzida, que no emprego destes differentes elementos desde a primeira até á ultima pagina, não se acha a menor differença ou a mais leve alteração.

Os desenhos, compostos por habeis artistas, forão todos submettidos á direcção de Mr. *Gérard*. Graças a esta vantagem forão as principaes scenas deste Poema tão bem escolhidas, e tão felizmente executadas, que dahi resultou huma forma particular a toda a obra, e que o genio do Poeta nos pareceo ter inspirado o mais possivel o dos pintores: cada hum dos desenhos de hum quadro de historia.

Mr. *Gérard* fixou a escolha dos differentes artistas encarregados de gravarem estes desenhos, e fazendo-os copiar por talentos de habilidade reconhecida, teve só a felicitar-se de ter achado cooperadores, que tão superiormente ajudárão as suas intenções — Feliz vantagem devida á unidade da direcção em huma empreza desta qualidade e de que *Camões* nos parece appresentar hum modelo.

Temos só a felicitar Mr. *Sousa* de ter empregado em huma empreza tão desinteressada, tão nobre, tão patriótica, artistas tão distinctos, e julgamos ao mesmo tempo ser do dever da Academia o agradecer ao respeitavel editor a escolha que fez das artes *Francezas* para as associar ao *Homero Portuguez*.

Em quanto ao merecimento litterario, acha-se *Camões* nesta edição tal ele quiz nas duas edições que forão publicadas durante a sua vida em *Lisboa* no anno de 1572, isto he seis annos antes da sua morte; e de proposito nos abstemos de accres-

centar cousa alguma ao elogio, que fez do poema dos Luziadas o Author da *Jerusalem Libertada*.

A prefaciação, a vida do poeta, e as notas no fim da obra são de Mr. *Sousa*. — Acha-se neste trabalho huma critica sã, indagações preciosas, e muitas observações bem meditadas, cujo estilo nobre e puro he a expressão fiel do caracter e da alma do escritor.

Este trabalho que Mr. *Sousa* consagrou á honra do poeta, seu compatriota, e á vantagem da litteratura do seu paiz, he desde hoje pela communicação verdadeiramente liberal, que elle fez delle a todas as Nações do Mundo civilisado, hum monumento mais glorioso, mais util e de mais duração, do que aquelles mesmos que se podem levantar em marmore ou bronze.

Tal he, Senhores, a opinião unanime da vossa Comissão» (123).

— IV —

O MORGADO DE MATEUS E A UNIVVERSIDADE DE COIMBRA

1.º

Carta do Morgado de Mateus à Universidade de Coimbra (1817)

«Ill.mo Sñr = Tendo procurado com o maior disvelo dar à luz huma edição correcta e nitida do Poema nacional de Luiz de Camoens, e erigir assim huma especie de monumento a este grande Poeta, e à nossa Patria, julgo cumprir hum dever, como alumno da Universidade, pela qual conservo hum profundo respeito, e saudoza affeição, em offerecer-lhe hum exemplar desta edição (q̃ não será posta em venda) para a sua Bibliotheca publica. Ignorando se o emprego de Bibliothecario está vago, e como dirigir-me para fazer depôr este exemplar na dita Livraria, tomo a liberdade de escrever a V. S.ª como Deputado da Junta da Real Fazenda da Universidade, pedindo-lhe a mercê de executar este meo dezejo: D.ª G.ª a V. S.ª m.ª a.ª Paris 31 de Agosto de 1817 = Il.mo sñr José Joaquim de Faria Lente de Mathematica, Deputado da Junta da Real Fazenda = De V. S.ª m.to certo ven.or e fiel cr.º — D. José Maria de Souza» (124).

---

(123) Gazeta de Lisboa, num. 288, de 5 de Dezembro de 1817; M. Lopes de Almeida, *Livros, Livreiros, Impressores em documentos da Universidade de Coimbra*, Coimbra, 1966, pp. 67-69.

(124) A. U. C., *Ord. e Portar. da Junta para a Cidade de Coimbra*, fls. 195; M. Lopes de Almeida, *Livros e Livreiros impressores em documentos da Universidade de Coimbra*, Coimbra, 1966, p. 67.

2.º

Carta da Universidade de Coimbra ao Morgado de Mateus (1818)

«Ill.mo e Ex.mo Sr. = Foi recebido nesta Universidade com a maior estimação o Exemplar q̃ V. Ex.cia lhe dirigio da magnifica edição dos Lusiadas de Camões, dada á luz p.r V. Ex.cia com admiravel e feliz desvello em correcção e nitidez. Este monumento digno do nosso Poeta, attestará à posteridade, na Bibliotheca publica, em q̃ fica depozitado, na conformid.e da Carta de V. Ex.cia, o patriotismo e eminentes qualidades do illustre Editor Alumno da Universid.e q̃ se empenhou com a perfeição actual das Artes em erigir huma obra prima p.a gloria e credito da Nação Portugueza. D.s G.e a V. Ex.cia m.s a.s Coimbra 2 de Mar.co de 1818 = Ill.mo Sñr D. José Maria de Sousa — De V. Ex.cia = M.to Attento ven.or e fiel servo = José Joaq.m de Faria» (125).

— V —

O MORGADO DE MATEUS, EDITOR DE «OS LUSÍADAS», VISTO PELO VISCONDE DE JUROMENHA

«Persuadido o illustre editor de que não é só no bronze e na pedra que se talham os monumentos aos homens eminentes, mas que nenhum póde ser mais duradoiro do que a reproducção pelos prélos das suas obras, tratou de preencher este vacuo, com espirito verdadeiramente patriotico, dotando a sua pátria com a primorosa e nitida edição do *Poema Nacional,* tornando-se benemerito por este facto dos seus concidadãos e dos homens de letras.

A Academia Real das Sciencias, a quem foi apresentada, elogiou o editor, e em seguida nomeou uma comissão para lhe dar conta d'esta nova e nitida edição, da qual foram membros: Antonio Caetano do Amaral, Matheus Valente do Couto e Sebastião Francisco Mendo Trigoso, sendo o último o relator.

Repartiu a Commissão a sua analyse em duas partes, artistica e litteraria; emquanto à primeira damos aqui o seu juizo: «*O Poema dos Lusiadas,* impresso em Paris no anno proximo passado, na officina de Firmin Didot, é em quarto atlantico, e occupa com as notas quatrocentas e treze paginas, annel da dedicatoria a *Sua Magestade,* que não é numerada, e de uma advertencia, que juntamente com a *Vida do Poeta,* enchem cento e trinta paginas. O papel é o velino mais bello e mais igual; os typos, fundidos de proposito, são os mais nitidos e perfeitos que se podem ver, e mostram que n'este ponto e genero de impressão, tem a arte chegado ao maior auge a que podia aspirar; a tinta é de uma optima côr; a tiragem, tanto das folhas como das estampas, é a mais limpa possível: n'uma palavra esta edição é igual, n'estes differentes artigos, às que se tem feito de maior luxo, e ainda mesmo excede a maior parte d'ellas.

(125) A. U. C., *Ord. e Portar. da Junta para a Cidade de Coimbra,* fls. 195; M. Lopes de Almeida, *Livros, Livreiros, Impressores em documentos da Universidade de Coimbra,* Coimbra, 1966, p. 69.

As estampas que a acompanham, posto que não tenham todas o mesmo grau de perfeição, são executadas em geral sobre um desenho, e por um buril, que faz honra aos Mestres que as desempenharam, e ao grande pintor Mr. Gérard que as dirigiu. O busto de Camões, que se póde olhar como uma obra prima d'este celebre e illustre artista, é cheio de expressão e vida, e dá bem a conhecer a grande alma do Poeta; não é só no semblante que elle está vivo, é tambem no resto do corpo, e o seu braço direito sobretudo chega a illudir os sentidos e parece animado. Os ornatos d'esta estampa, de uma extraordinaria riqueza, e que contrastam com a nobre simplicidade das outras, são como um tributo pago ao gosto do seculo; ainda que variados, e optimamente desempenhados, não distrahem a attenção do objecto principal. A este retrato segue-se outro de vulto inteiro, em que o mesmo Camões apparece na gruta de Macau em um momento de extasi e de contemplação, animado pelo estro, e transbordando-lhe no semblante o divino fogo da poesia. As outras estampas, em numero de dez, correspondem aos dez cantos da *Epopéa,* e apresentam os passos mais notaveis de cada um d'elles: O conselho dos Deuses; a visita do Rei de Melinde ao Gama; o assassinio de D. Ignez de Castro; o sonho de El-Rei D. Manuel, em que lhe fallam os rios Indo e Ganges; a apparição do gigante Adamastor na passagem do Cabo da Boa-Esperança; a imagem de Venus e das Nereidas, quando no canto VI applacam os ventos; o desembarque do Gama em Calecut; a sua segunda entrevista com o Samorim; Thetis coroando o heroe na Ilha de Venus; e finalmente a audiencia que lhe dá o Monarcha portuguez na volta da sua expedição: taes são os assumptos que n'estas gravuras se representam, e nos quaes com sentimento, que deixamos o seu exame para chegarmos mais depressa ao artigo, que revela principalmente o merecimento litterario do sr. Morgado de Matheus, e que é talvez o mais proprio a grangear-lhe o reconhecimento da Academia e do publico illustrado».

Concordando perfeitamente com a Academia no merecido elogio que faz ao illustre editor, não posso deixar de expressar um pequeno sentimento, e este é, que não tivesse antes dado o retrato que vem na biographia de Manuel Severim de Faria, que se diz ser copiado de um tirado do original, e que possuia o amigo do Poeta Manuel Correia, devendo assim reputar-se o mais genuino; outrosim, seria para desejar que na edição se juntasse um retrato de Vasco da Gama. Lamberto Gil, descrevendo esta primorosa edição que havia saído ao mesmo tempo da sua tradução espanhola dos *Lusiadas,* e a cuja execução artistica faz o mais exaltado elogio, lhe nota dois descuidos: o primeiro, ter esquecido o representar o Poeta cego na gruta de Macau; e o segundo, as Nymphas que baixam ao mar por ordem de Venus, para applacar os ventos (canto VI, est. 87) não levarem as corôas na cabeça que Venus lhe mandou pôr, «e (diz o traductor hespanhol) «no debieron olvidar-se tan bellas guirlandas, a no ser que el pintor no se atreviese a copiar la delicada pintura que hace de ellas el Poeta». O mesmo auctor nos diz que o Instituto Real de França nomeára uma Commissão para examinar o merito d'esta edição. Quando em uma obra de magnitude d'esta se notam tão raras e pequenas imperfeições é prova de grande merecimento d'ella. Emquanto à parte litteraria, elogiando a Comissão a biographia do Poeta composta pelo editor, a qual se torna recommendavel pela sensibilidade com que é scripta, e a judiciosa apreciação que faz da *Epopéa,* é de parecer que deveria seguir a reputada segunda edição de 1572, pela julgar mais correcta, e deveria conservar a antiga orthographia.

A este relatorio respondeu o editor com uma apologia que se publicou com este titulo nas *Memorias* da Academia: — *Carta do sr. D. José Maria de Sousa à Academia Real das Sciencias de Lisboa.* Tomo V, Parte I, pag. CVIII. Por esta occasião appareceu tambem uma critica nos *Annaes das Sciencias, das Artes e das Letras,* escripta por Francisco Solano Constancio. Tomo IV, pag. 3, Parte I; e Tomo V, pag. 47, Parte I, á qual respondeu Bento Luiz Vianna com um opusculo intitulado: — *Breve resposta á critica da nova edição dos Lusiadas publicada em 8.° n'este anno por Firmino Didot, a qual critica appareceu no volume IV dos Annaes. Por Bento Luiz Vianna.* Paris, na officina de P. N. Rougeron 1819. 8.°.

Na casa dos srs. Condes de Villa Real existe um muito rico e único exemplar d'esta edição, impresso em pergaminho; ao obsequio e benevola franqueza do fallecido Conde, que teve a bondade de o franquear para o meu exame, devo a oportunidade de poder fazer conhecer ao público este precioso monumento typographico e artistico. O mesmo Conde teve a delicadeza e bondade de formular sobre os apontamentos de seu avô, a nota que em seguida junto, onde vae lançada a despeza que se fez com a edição, numero de exemplares que se tiraram, e pessoas a quem se distribuiram, prestando-se igualmente a confiar-me para meu exame duas pastas da correspondencia de seu avô com homens notaveis nas sciencias, quando trabalhava na sua edição, exame que não pude levar a cabo pela inesperada morte do mesmo Conde.

Consta o exemplar, impresso em bello pergaminho, de dois volumes ricamente encadernados em marroquim roxo com as armas do Conde de Villa Real D. José, no centro da capa, por quem foi mandada fazer a encadernação em Inglaterra. Titulo da lombada do livro: *Os Lusiadas de Luiz de Camões. Illustrados por D. José Maria de Sousa, com os desenhos originaes.* Vol. I e II. Antes do titulo vem o retrato de Camões; tanto esta como as outras estampas estão por esta ordem: Primeiro o desenho original, depois a primeira prova, e a final a gravura. Primeira estampa, Gérard Del.t ffig. L. Visconti Del.t Pluteum. F. Lignon Sculp.t. Por baixo d'estas subscripções, e ao meio da folha, Durand imprimiu as estampas. Depois do titulo ha uma folha em branco, e segue-se o retrato de D. José Maria de Sousa em uma elliptica que se acha como encaixilhada em um parallelogramo. Está retratado a meio corpo de capa, e tendo na mão uns papeis que representtam o seu manuscripto. Por cima do Retrato: — *Ob illustratos Lusiadas* —, e na parte inferior por baixo do retrato as armas da familia e o nome D. José Maria de Sousa Botelho, Morgado de Matheus. O desenho original, e depois a gravura com estas subscripções: *Gérard del. Lerux sc.*. Esta gravura foi mandada fazer pelo Conde de Villa Real.

Foi este exemplar vinculado em morgado, como consta d'esta verba do testamento olographo do Morgado de Matheus, feito em Paris aos 24 de Setembro de 1820: «Vinculo em morgado o exemplar da minha Edição dos *Lusiadas,* em pelle vellina, e as chapas em cobre das garvuras della para que andem sempre juntas ao Morgado de Matheus, sem que o futuro posuidor ou administrador possa largalos da sua mão, dar ou vender, porque fazendo-o, a Bibliotheca Publica de Lisboa os poderá reclamar e revendicar como propriedade sua, pois n'esse caso lhos lego ordenando, quanto ás chapas, que antes de um século não possam tirar-se mais estampas nem fazer-se uma reimpressão».

D. José Maria de Sousa Botelho Mourão e Vasconcellos, Moço Fidalgo, Segundo Senhor de Ovelha do Marão, Morgado de Matheus e administrador de outros vinculos, Alcaide-mór de Bragança, Commendador da Ordem de Christo, Conselheiro da

Fazenda, Enviado e Ministro Plenipotenciário a Stokolmo, Copenhague e Paris, nasceu a 7 de Maio de 1778, e morreu em Paris em 1 de Junho de 1825. Casou duas vezes: a primeira com D. Tereza de Noronha, filha de D. José de Noronha e D. Maria Izabel das Montanhas Ribeiro Soares e a segunda com Adelaide Maria Filleul de la Belharderie, viuva do Conde de Flahault, auctora de romances, conhecida por M.me de Sousa, que nasceu a 14 de Maio de 1761, e morreu a 16 de Abril de 1836. Alem da sua edição dos *Lusíadas* e trabalho bibliographico sobre o Poeta, deixou, conforme me asseverou seu neto, o Conde de Villa Real, algumas outras memorias manuscritas, as quaes me convidava, com toda a bondade, para juntamente as percorrermos, o que não teve effeito pela sua prematura morte (126).

— VI —

OUTROS COLABORADORES DO MORGADO DE MATEUS

Na preparação da sua edição de «Os Lusíadas», foi igualmente ajudado pelo seu quase filho-adoptivo, Charles de Flahault, como se vê pelas duas cartas a seguir transcritas::

1.ª

Ce 18 février 1816

(...) Venons-en au Camoens. J'ai trouvé ici dans la bibliothèque de Lord Holland un exemplaire de la Louisiade qui lui a été donné par M. Frère qui l'avait acheté à Séville au Couvent de Guadal-Casas. Il est de la première édition qui a été imprimée en 1572. Ce n'est pas une raison pour qu'il soit plus correct, mais ce qui le rend singulier, c'est une note à la main qui se trouve sur la première page et qui paraît être d'un «fray Josepe Indio» comme le certifie une autre note qui attribue à un même fray toutes les notes espagnoles qui se trouvent en marge de l'exemplaire. Voici cette note: «Que cosa màs lastimosa que ver un tan gran ingenio mal logrado, y le vi morir en un hospital en Lisboa sin tener una sabana con que cobrirse, despues de aver triunfado en la India oriental e de aver navegado 5500 leguas por mar. Y que aviso tan grande para los que de noche y de dia cançan estudiando sin provecho, como la araña en urdir telas para cazar moscas».

Il y a au-dessous du titre de la même écriture «*miseremini mei salten vos amici mei*».

Si tout cela n'est bon à rien vous le jetterez au feu, mais si cela vous paraissait digne de remarque Lord Holland vous offre de vous prêter cet exemplaire qu'il peut vous envoyer d'une manière sûre. Peut-être les notes espagnoles (il y en a beaucoup) vous seront-elles de quelqu'utilité. Je serais heureux d'avoir pu, moi indigne! contribuer à rendre plus parfait l'hommage que vous voulez rendre au grand homme de votre patrie. L'auteur des notes paraît avoir été témoin oculaire de la mort de Camoens. (...)

---

(126) Visconde de Juromenha, *Obras de Luiz de Camões*, Lisboa, 1860, vol. 1, pp. 373-377.

2.ª

[Londres] Ce 5 mars 1816

«J'ai été hier, cher Papa, dans la bibliothèque de la Reine. On m'a donné toute les facilités imaginables mais on n'y possède pas cet exemplaire de la seconde édition de 1572 dont vous me parlez. M. Barnard, le bibliothécaire, m'a promis de se donner toutes les peines imaginables pour le trouver s'il existe à Londres, mas il en doute. Il m'a semblé beaucoup admirer votre entreprise et désirer y contribuer si cela est en son pouvoir. Je n'ai rien trouvé en fait d'édition ancienne que celle de 1638 de Manuel Faria i Souza, que vous avez sûrement à Paris. Cependant dans le doute, j'ai copié les vers que vous m'avez demandé et tout ce qui dans la note toute entière pouvait servir à les expliquer. J'aurais, copié la note toute entière mais je voulais qu'il partit aujourd'hui et hier je ne pouvais retenir les employés de la bibliothèque plus longtemps. Je crois, en outre, que j'ai fait un travail inutile car il est impossible que vous n'ayez pas cette édition. On m'a parlé d'une édition que l'on dit bonne et rare faite à Rome en 1748. Elle n'est pas à Queen's House. Il m'avait semblé que dans le titre ou l'avant-propos de l'exemplaire de Lord Holland qui vous a été envoyé, il était dit que c'était une deuxième édition, que la première avait été faite en 1571. Je ne sais pas comment je hazarde cette observation, car il est à présumer que lorsque vous et moi avons regardé attentivement un livre, vous l'avez vu mieux que moi. Si je trouve une autre bonne édition, je vous enverrai encore les vers sur lesquels vous avez des doutes. (...) J'ai fait vos remerciements au Duc de Sussex pour son souvenir. Il m'a parlé de vous avec la plus profonde estime, il ne m'a pas parlé de même de votre cousin le Principal.

(...) Lima est ici dans une triste situation, ruiné, méprisé, enfin tout ce qu'un Portugais qui en 1805 etc. a été l'ami de Mr. de J. (x) doit être. Il y a à dire que peut-être il ne devrait pas être ruiné. Je lis l'anglais tant que je peux».

.....

(x) Junot, sans doute (127).

3.ª

OUTROS DOCUMENTOS

Charles de Flahault, que era filho ilegítimo de Madame de Sousa e do Bispo Principe de Talleyrand, foi alguém (General), sob o ponto de vista militar, e mesmo, sobretudo, sexualmente. Para o demonstrar aqui deixamos este apontamento ou transcrição:

Nos seus *Venenos*, agora divulgados, diz Sainte-Beuve: «...A Francesa, M.me d'Aubigny, em *Corina*, é M.me de Flahaut (M.me de Sousa) que assim tudo arranjava, intrigas, casamentos, etc. M.me de Flahaut esposaria talvez o Duque de Orleans

(127) Anne Gallut, idem, pp. 138-139.

(hoje rei Luís Filipe); durante a emigração na Suíssa, esteve êle por ela apaixonado, mas lhe fizeram ver uma intriga dúplice. Dizem que M. de Flahaut é de M. de Talleyrand; sua mãi o adora; êle é bem fátuo.

A mãe deu-lhe por divisa que o ofício dos homens é enganar; as mulheres que se defendam!». Êle teve um filho da rainha Hortênsia em 1814, quando ela gozava de mais iberdade: êste filho (M. de Morny) é adorado por M.me de Sousa e por todos: é como uma côrte. Nas memórias inéditas da rainha Hortênsia, M. de Flahaut representa de herói de romance, como M. de Guise nas da Palatina; perecem-se êles. Mas, nas memórias da Rainha não se diz palavra sôbre o filho. A rainha Hortênsia partiu grávida de Paris. Em Genebra ou Turim, creio, surpreendeu uma carta de M. de Flahaut a outra mulher e o romance acabou» (*Mes cahiers,* in-«Rev. des Deux Mondes», 15 Jan. 1926; págs. 308-9).

Dessas «intrigas» de Sainte-Beuve, retenhamos o juízo de M.me de Staël, que o crítico perfilha, sôbre M.me de Sousa, que, tal M.me d'Arbigny, de «*Corinna*», arranjava intrigas casamentos, etc.

Paulo de Rémusat, em nota às memórias de sua avó, M.me de Rémusat, que editou, lembrando tradição de sua família, diz de M.me de Sousa: era bonita, espirituosa, e um pouco intrigante. Filha de funcionário, casou primeiro com M. de La Bellarderie de Flahaut, depois com M. de Sousa, português distinto, respeitável e esclarecido, embaixador de seu país em França» (*apud* A. de Maricourt, *op. cit.,* pág. 229).

Aliás, o Morgado de Mateus, para a solução dos problemas que lhe surgiram, como camonianista, recorreu a todas as pessoas que lhe constava serem competentes. Por isso, a seu pedido, o seu sobrinho, Visconde da Lapa, D. Manuel de Vasconcelos, pediu informações por exemplo, a António Ribeiro dos Santos, como se vê nas cartas a seguir transcritas:

1.ª

Illmo. e Exmo. Snr.

Em resposta à carta de 22 do corrente, com que V. Ex. me quiz honrar, devo dizer a V. Ex. que eu não tenho visto mais do que quatro exemplares dos Lusíadas de Luiz de Camões da primeira Edição de Lisboa de 1572 por Antonio Gonçalves, hum meu, outro da Real Bibliotheca desta Corte, e mais dois, que vi em tempos passados em Coimbra, e que tive occasião opportuna de as poder cotejar particularmente entre si, para asseverar o que escreveo o P.e Thomaz de Aquino no principio da prefacção à Edição deste Poeta; em geral não achei em nenhum dos ditos exemplares coisa algũa, que me inculcasse deversidade de duas Edições naquelle anno, nem pelas variações do Texto, nem pelos sinaes e caracteres typograficos. Do que ouvi ao mesmo P.e nos primeiros tempos, em que servio comigo na Bibliotheca, fiquei entendendo que elle não tivera outra guia para aquella affirmativa, sendo a Authoridade respeitavel de Manoel Faria e Souza que ja trazia essa noticia em hũa das prefaçõ-s dos seus comentarios a Camões, de cujo lugar agora me não recordo por fraqueza de minha cançada memoria. Sem embargo destes dois testemunhos, que podem fazer pezo por quão sabios Indagadores elles forão de nossas coizas, receio que ambos tomassem por duas diversas e destintas ed. daquelle anno, o que foi realmente hũa só; e que toda

a differença que elles acharão se reduzia unicamente à mudança orthographica de algũas folhas das Provas de Impressão; de algumas das quaes depois se formarão e compozerão alguns dos seus jogos, com aquellas pequenas variações e discrepancia. Neste conceito me confirmou pessoa sabia e curioza destes estudos, de quem muito confio, a qual havia notado isto mesmo em hum exemplar desta Edição que já vira.

Isto hé o que só posso dizer a V. Ex. no estado em que me acho de hũa quase total cegueira de olhos em que já não posso nem ler, nem escrever por minha mão; para ao menos ter a honra de afirmar com ella a protestação dos sentimentos da Alta estima e respeito que tributo à Pessoa de V. Ex. Deus guarde a V. Ex. muitos annos. Lisboa 25 de Abril de 1816.

De V. Ex.
Attento Venerador e Criado
Antonio Ribeiro dos Santos.

2.ª

Illmo. e Exmo. Snr. Visconde da Lapa.

Mandei averiguar e ler o lugar de Faria de que disse a V. Ex. que eu não estava bem lembrado por minha actual debilidade de memoria, e quaze total cegueira de olhos, e achei que não hera de alguma das Prefassões dos seus Comentarios, mas sim da vida do mesmo Poeta, que elle poz adiante do Prologo na primeira parte dos Commentarios às Rimas § 27; a qual falta em alguns dos seus exemplares. Com effeito, nella afirma posetivamente que examinou bem as duas Edições dos Lusíadas de 1572, e que achou differença de caracteres, de orthographia, e de algumas palavras, e da emenda das erratas. O que tenho a honra de participar a V. Ex. para accrescentar ou reformar a minha nota,e fazer-se desta noticia o uzo critico que convier.

Faço a V. Ex. os meus devidos comprimentos, e protesto de novo a minha servidão. Deus guarde a V. Ex. muitos annos.

De V. Ex.
muito attento venerador e criado
António Ribeiro dos Santos.

3.ª

Lisboa 6 de Maio de 1816.

A seguir a esta carta encontra-se uma nota do visconde da Lapa:

Meo Tio, Padrinho, Amigo e Snr. do Coração.

O correio pashado escrevi a V. Ex. e agora o faço de novo, remettendo a V. Ex. esta que me dirigio muito obrigadamente A. R. dos Sºs. e que julgo V. Ex. estimará ver. Sou de V. Ex. Sobrinho muito obrigado e Amigo do Coração.

Manoel.

4.ª

António Ribeiro dos Santos agradeceu assim o exemplar de «Os Lusíadas» do Morgado (1818):

Illmo. e Exmo. Snr.

O sentimento da perda da minha vista nunca foi para mim tão dolorozo, como na occasião em que recebi o exemplar da primoroza edição do Poema de Camões, de

que V. Ex. me fez mercê por mão de seu Sobrinho, o Ex.mo Sr. Visconde da Lapa. Com igual reconhecimento agradeço a V. Ex. o prezente e a obsequioza maneira com que me foi feito; e se a privação da vista me inhabilita para admirar as singulares produções de Tipografia e Gravura, que pessoas entendidas, assim nacionaes como estrangeiras, confessão haver nesta edição, consola-me a certeza de não ter impedimento para ouvir ler as observações e notas, com que V. Ex. a enriqueceo, e que a farão igualmente célebre. Deus guarde a V. Ex. De V. Ex. muito obrigado venerador e criado

António Ribeiro dos Santos

Lisboa, 14 de janeiro, de 1818 (128).

— VII —

A EDIÇÃO DO MORGADO DE MATEUS VISTA DO ESTRANGEIRO

1.º

Vários elementos reunidos por Brito Aranha:

«Será mui difficil reunir hoje as apreciações que, no estrangeiro, fizeram ao trabalho do Morgado de Matheus. Parece-me, todavia, interssante para os leitores d'este *Diccionario*, e util para os que se têem dado aos estudos da grande obra de Camões, com o auxilio dos documentos que vou encorporando n'este processo, deixar aqui mais algumas peças. No fragmento de uma publicação feita em Genebra, cuja bibliotheca fôra enriquecida com um exemplar offerecido por D. José Maria de Sousa, depara-se-me extensa noticia da monumental edição. Este fragmento, *Mélanges*, foi guardado por Norton nas suas miscellaneas camoneanas, resumidas em numero, porém valiosissimas na qualidade. Ahi leio:

«Peut-être ne devrait-on dire qu'une nation existe, que lorsqu'elle est animée par un sentiment national, que lorsque tous ses membres s'associent dans un même amour, un même enthousiasme, de mêmes souvenirs; que lorsqu'un même nom, un même symbole, une même image font battre le cœur à tous les compatriotes. Les petites passions de la vie, les petits intérêts de l'égoisme travaillent sans cesse à détruire cet intérêt national; l'anéantissement des nations est arrivé, lorsque chaque individu ne voit plus que soi, ne s'émeut plus que pour soi, ne sacrifie plus qu'à soi.

Descartes a dit: *je pense, donc je suis*, et sur ce premier fait reconnu il a cherché à élever tout son système métaphysique. De même en polittique on peut dire, *nous sentons en commun, donc nous existons;* car toute nation qui reconnaît en elle ces sentimens sympathiques, peut regarder l'avenir avec confiance; elle n'est pas morte, elle n'a point brisé le bien de son association et ses citoyens ne sont point incapables de faire de grandes choses en sacrifiant leur intérêt personnel à celui de leur patrie. Beaucoup de nations entièrement dégénérées ne connaissent plus ce sentiment, beaucoup d'empires, formés par une association maladroite de provinces sans rapport les unes avec les autres, ne l'ont jamais éprouvé. Mais lorsqu'il existe quelque

(128) Anne Gallut, idem, pp. 336-337.

part, peu importe à quoi il se rattache, l'étincellé est toujours également précieux il faut également la préserver, puisque, c'est à elle que l'on pourra rallumer un jour le flambeau de la gloire.

Il y a quelque chose de singulièrement touchant dans ce sentiment national lorsqu'il a pour objet la poésie; après qu'une nation a perdu toute existence politique, il ne lui reste plus en quelque sorte en propriété commune que les chefs d'œuvre de ses grands hommes; aussi plus elle s'attache à leurs noms, plus elle grave leurs vers dans sa mémoire, et plus elle est digne de voir un jour leurs pareils renaître chez elle. Tel est le sentiment avec lequel les Portugais portent le Camoens dans leur cœur; il est sacré à leur yeux comme un poëte sublime, et plus encore comme un grand patriote; tous les titres de gloire des Portugais se trouvent réunis dans ses Lusiades; c'est à la mémoire de ses compatroites qu'il a consacré son génie, pour leur ériger le plus admirable monument; aussi l'enthousiasme des Portugais pour le Camoens réunit tout ce qui peut toucher les coeurs généreux, tout ce qui peut exciter une noble sympathie. Ce n'est pas seulement une haute admiration pour de grandes beautés poétiques, c'est encore une profonde reconnaissance de la nation envers celui dont la vie entière fut consacrée à sa gloire, c'est un souvenir religieux de ces jours de triomphes, dans lesquels le Camoens, non moins guerrier que poëte, avait combattu avant de chanter la victoire; c'est un douloureux regret pour une puissance, pour une grandeur qui ne sont plus; ce sont enfin tant de sentiments sacrés, que la critique redoute, presque comme une profanation, d'examiner celui qui en est l'objet.

L'édition du Camoens qui vient de paraître sous les presses de Mr. Firmin Didot, et par les soins de Dom Joseph Maria de Souza Botelho, est en même temps un éclatant témoignage de cet enthousiasme national, et un noble hommage rendu par un homem distingué aux sentiments de sa patrie.

L'art typographique depuis son invention n'avait probablement rien produit d'aussi parfait que cette magnifique édition des Lusiades. Mr. Firmin Didot, déjà si connu par les progrès qu'il a fait faire à son art, s'est surpassé lui-même dans ce superbe ouvrage: l'admirable beauté, la netteté, la pureté des caractères, le goût dans la distribution des lettres et des espaces, la magnificence du papier, l'égalité parfaite dans la teinte de l'encre, font de chaque page et surtout de chaque titre un beau dessin qui charme les yeux, avant qu'on songe à y chercher des pensées.

Un grand peintre, Mr. Gérard, a entrepris la direction des douze gravures qui ornent le frontispice, la vie et le commencement de chaque chant. Il les a fait exécuter sous ses yeux par les plus habiles artistes, et il a si heureusement choisi les sujets, il les a si bien enchaînés les uns aux autres, qu'ils présentent aux regards l'ensemble de cette Epopée. Jamais de si belles gravures n'avaient été attachées à un poëme, jamais tous les arts réunis n'avaient concouru à elever un si beau monument au poëte favori de tout un peuple.

L'édition des Lusiadas a été le résultat d'un grand dévouement patriotique. Elle ne sera point mise en vente; le noble éditeur la destine toute entière aux grandes bibliothèques de sa patrie soit en Europe soit dans les deux Indes, aux autres bibliothèques célèbres, et à quelques amis. Mais il n'a pas seulement consacré une somme très-considérable à élever ce monument au Camoens et à sa patrie, il a donné quatre ans de sa vie au travail le plus fastidieux, le plus fatigant, pour revoir les épreuves avec une attention inconcevable.

Le travail ordinaire de la correction ne peut donner qu'une très-faible idée de

celui qu'exige un livre imprimé dans une langue étrangère et que n'entendent, ni les compositeurs, ni le poète: Mr. de Souza devait suppléer à tout par sa patience, et seul il a pu y réussir...»

O artigo, que é assignado com as iniciaes S. S. I., (S. Sismonde de Sismondi) occupa dez páginas (1 a 10). A parte, que transcrevi acima, corre de pag. 1 a 4. As restantes 6 contêem um extracto da advertencia do Morgado de Matheus, e um trecho da vida de Camões traduzido do trabalho d'esse illustre editor.

Pela mesma epocha saia da officina typographica de Vincenzo Ferrario, de Milão, uma folha impressa em papel azulado, sob o titulo *Il conciliatore. Foglio scientifico-letterario*, datado de *Giovedi 3 settembre 1818. Num. 1.* O primeiro artigo é dedicado à edição do Morgado de Matheus: *Os Lusiadas. Poema epico de Luis de Camoens, nova edição, correcta e dada a luz por Dom Joze de Souza Botelho.*

Deste artigo copio os dois seguintes paragrafos:

«Un signore portoghese, distinto non meno per la vastità delle sue cognizioni e l'altezza del suo carattere, che per la nascita, dopo aver corso con onore l'aringo diplomatico e rappresentato il suo soverano presso le corti di Copenhagen, di Londra e di Parigi, ha ora consacrato parecchi anni d'occupazione a una parte ragguardevole delle sue ricchezze ad innalzare un monumento al poeta, à cui i suoi compatrioti riferiscono tutta la loro gloria nazionale. Dopo aver terminato, mediante assidue cure, un'edizione dell'epopea del Camoens la quale si puó considerare come la più magnifica opera che l'arte tipografica abbia mai prodotta, ei l'ha inviata in dono a tutte le pubbliche biblioteche d'Europa, a tutte quelle del Brasile e dell'America, e sino alle estremità delle Indie e della China. Il a voluto che in ciascuno di quegli empori delle arti e delle lettere, il poema conservato della gloria portoghese fosse riguardato quasi un tesoro che tanto più gelosamente si custodirebbe, non potendosi surrogargliene un simile; percio non ha consentito che pur un esemplare di questa edizione venisse posto in comercio. Si può ottenere dalla sua generosità, ma non si può comprare.

Il Camoens... nè con una pietra fu segnato, nel pubblico cimitero, il luogo della sua sepoltura; e il più grand'uomo che abbia prodotto il Portogallo non rivevette una testimonianza di gratitudine da quella patria che egli avea coperta di gloria. Il sig. di Souza volle riparare quella grande ingiustizia nazionale con un atto del più pio entusiasmo; in nome della sua patria, quntunque col suo danaro particolare, egli ha eretto un monumento al Camoens, e nulla ha risparmiato onde quell'esimio lavoro fosse degno e di essa e di lui.

.....

Dopo quei lavori preparatori, il sig. di Souza si rivolse a Firmin Didot, il più distinto de tipografi francesi; e questi come il nostro Bodoni ha saputo congiungere alla parte meccanica del suo lavoro tutto il gusto dell'artista e tutte le cognizioni del letterato. Ha fuso per Lusiadi un nuovo caractere, il più perfetto che sia uscito delle sue officine; la magnificenza della carta, l'aguaglianza dell'inchiostro, la nitidezza ammirabile della stampa, sono state proporzionate alla bellezza del soggetto, e l'opera è stata riveduta sulle prove con una dilligenza si scrupulosa che gonora non vi si è potuto scoprire un fallo.

Gérard, il primo pittore della scuola francese, ha assunto di dirigere le incisioni che in numero di dodici ornano quella edizione; sono degne per la loro bellezza del

nome celebre che portano. Staccate incisioni possono venir loro paragonate, ma niun libro ancora era stato adorno di quadri si egregi...»

O primeiro artigo, que saiu nos *Annaes das sciencias, das artes e das lettras*, publicados em Paris, sob a direcção de José Diogo de Mascarenhas Netto, foi publicado no tomo II (outubro de 1818), ao apparecer a edição monumental do Morgado de Mateus. Na parte segunda d'esse tomo, de pag. 84 a 86, sob o titulo *Noticia da litteratura portugueza em paizes estrangeiros*, lê-se:

«Em un seculo em que a razão e a philosophia tem feito tão grandes progressos, não podia a litteratura deixar de as acompanhar, e era quasi impossivel que os bons talentos que n'este seculo a cultivam deixassem de levantar novos padrões ao merecimento do nosso primeiro Epico.

O mais sublime de todos os que se lhe tem consagrado é por certo a rica e bella edição dos seus Lusiadas, que publicou o anno passado em Paris um portuguez distincto pelo amor das letras e da gloria nacional. Era devida a Camões uma edição que, pela belleza das estampas, e pela execução typographica fosse digna da magestade da acção do poema, e da riqueza do talento do auctor, e na qual o buril ligeiro do artista rivalisasse (se tanto é possivel) com o pincel rico e variado do poeta.

É para sentir que o philologo portuguez, que não se poupou generosamente n'este trabalho nem a fadigas, nem a despezas, não podesse conseguir ter presentes todas as edições interessantes, a fim de consagrar nos mais nitidos e bellos typos, o mais genuino texto d'aquelle poema.

N'uma obra de tal natureza a orthographia é uma parte essencial, a variedade e incerteza em que a nossa tem sempre fluctuado, é uma consequencia, e uma prova de que a nossa lingua ainda não está fixada. A orthographia que se adoptou n'aquella edição não nos parece conforme em alguns pontos com os principios mais analogos ao genio e origem da lingua, materia que nos propomos desenvolver em un dos seguintes tomos dos nossos Annaes; mas deixando ao benemerito editor a sua opinião, o que é mais para sentir é que, independentemente d'ella, ainda alguns erros typographicos escapassem ao seu desvelo. Infeliz consolação e triste desengano para todos os que são forçados a imprimir!

Sobre o texto d'esta bella edição está o celebre impressor Didot preparando outra: e alem da que se publicou em Paris de todas as obras de Camões em 1818, acaba de apparecer já este anno uma nova impressa em Avinhão; o que tudo prova a devida admiração e estima que os verdadeiros sabios continuam justamente a ter por este distincto poeta.

Depois do mais bello monumento erigido á gloria de Luiz de Camões por um digno nacional, devemos annunciar, como não menos gloriosos para elle, os que lhe consagram actualmente os estrangeiros...»

Segue-se effectivamente (de pag. 86 a 87) uma indicação das versões da obra de Camões, que tinham saido do prelo, ou estavam prestes a sair, em Londres e Paris. Este artigo finda com outras informações litterarias a pag. 89 com a assignatura C. X. (Candido Xavier)»(129).

(129) In Fr. da Silva-Brito Aranha, *Dic. Bibl.*, pp. 127-130, T. XIV.

2.º

Sismonde de Sismondi: uma opinão altamente categorizada

Jean Charles Léonard Sismonde de Sismondi publicou no jornal *Il conciliatore. Foglio scientifico-letterario* (3 de Setembro de 1818) uma recensão altamente elogiosa da edição do Morgado de Mateus que Giacinto Manuppella, ultimamente, relembrou nestes termos:

«E talvez não seja descabido lembrar que o artigo de Sismondi, abrindo no nome de Luís de Camões um jornal de batalha literária que se identificava com a luta ideológica pela unificação política e pela liberdade do povo italiano, incorreu logo nas iras dos dois periódicos «oficiosos» de Milão, porta-vozes dos dominadores austríacos: a BIBLIOTECA ITALIANA, *órgão dos classicistas, e a* GAZZETTA DI MILANO, *em cujo número de 20 de Setembro de 1818 um tal Francesco Pezzi, no meio de outras lérias, deixou escapar uma notícia mirabolante: serem* Os Lusíadas *um poema espanhol, o que deu aos redactores do* CONCILIATORE *o ensejo para a seguinte rectificação irónica que remata o n.º 7, de 24-IX-1818:*

NOVITA LETTERARIA.

L'Europa ha finora creduto che la famosa *Lusiade* del Camoens fosse scritta in portoghese; ma un *valente erudito,* rimproverandoci di aver parlato di un soggetto troppo *noto,* ha scoperto che quel poema è *spagnuolo.* La notizia è strana, ma bisogna pur crederla, giacché è stampata nella gazzetta che ha più corso nella felice Italia. Lo stesso *valente erudito* ci sconsiglia dal nominar mai il Tasso e l'Ariosto perché troppo *noti.* Noi ci aspettiamo di imparare un giorno da lui che que due poeti non appartengono, come s'è creduto per lo innanzi, alla nostra nazione, ma al Brasile. (Vedi *Gazzetta di Milano,* 20 sett. 1818, nella quale però il Numero successivo pretende che *spagnuolo* invece di *portoghese* sia un errore di stampa!!).

Os grifos não são nossos, mas estão no próprio original desta «Novidade literária» cujo autor parece ter sido nada menos que Silvio Pellico.

A seguir, reproduziremos na íntegra o artigo de Sismondi:

Num. I. *Giovedì 3 settembre 1818.*

OS LUSIADAS. *Poema epico de Luis de Camoens, nova edição, correcta e dada a luz por Dom Jozé Maria de Souza Botelho.* — Un volume in foglio, Parigi, dai tipi di Firmin Didot, 1817.

Un signore portoghese, distinto non meno per la vastità delle sue cognizioni e l'altezza del suo carattere, che per la nascita, dopo aver corso con onore l'aringo diplomatico e rappresentato il suo sovrano presso le corti di Copenhagen, di Londra e di Parigi, ha ora consacrato parecchi anni d'occupazione e una parte ragguardevole delle sue richeze ad innalzare un monumento al poeta, a cui i suoi compatrioti riferiscono tutta la gloria nazionale. Dopo aver terminato, mediantte assidue cure, un-edi-

zione dell'epopea del Camoens, la quale si può considerare come la più magnifica opera che l'arte tipografica abbia mai prodotta, ei l'ha inviata in dono a tutte le publiche biblioteche d'Europa, a tutte quelle del Brasile e dell'America, e sino alle estremità delle Indie e della China. Ha voluto che in ciascuno di quegli empori delle arti e delle lettere, il poema conservatore della gloria portoghese fosse riguardato quasi un tesoro che tanto più gelosamente si custodirebbe, non potendosi surrogargliene un simile; perció non ha consentito che pur un esemplare di questa edizione venisse posto in commercio. Si può ottenere dalla sua generosità, ma non si puó comprare.

Il Camoens, dopo aver languito nella miseria, morì in uno spedale; né con una pietra fu segnato, nel pubblico cimitero, il luogo della sua sepoltura; e il più grand'uomo che abbia prodotto il Portogallo non ricevette una testimonianza di gratitudine da quella patria che egli avea coperta di gloria. Il sig. di Souza volle riparare quella grande ingiustizia nazionale con un atto del più pio entusiasmo; in nome della sua patria, quantunque col suo danaro particolare egli ha eretto un monumento al Camoens, e nulla ha risparmiato onde quell'esimio lavoro fosse degno e di essa e di lui.

E dapprima egli consacró parecchi anni a studj filologici, sovra il testo del Camoens, con una pazienza che si trovava altre volte negli eruditi del secolo 15°, ma che più oggi non si conosce. Per ristabilirlo in tutta la sua purezza egli ha paragonato a verso a verso tutte le esistenti edizioni, ha riconosciuta cosi l'ortografia del poeta e ne ha segnate le anomalie, non avendo la lengua portoghese alcuna legislazione a questo riguardo, e, stante che nessuna accademia fissò regole generali, non essendo raro il veder lo stesso autore seguire usi diversi per la medesima parola.

Il sig. di Souza ha aggiunto alla sua nuova edizione una nuova vita del Camoens, nella quale egli ha rettificati i molti errori in cui erano caduti i suoi predecessori, ed ha appoggiato sovra autentiche prove il racconto interessantissimo delle strane avventure di quel guerriero poeta, di cui le disgrazie agguagliarono la gloria.

Dopo quei lavori preparatorj, il sig. di Souza si risolve a Firmin Didot, il più distinto de' tipografi francesi; e questo, come il nostro Bodoni, ha saputo congiungere alla parte meccanica del suo lavoro tutto il gusto dell'artista e tutte le cognizioni del letterato. Ha fuso per i LUSIADI un novo carattere, il più perfetto che sia uscito delle sue officine; la magnificenza della carta, l'eguaglianza dell'inchiostro, la nitidezza ammirabile della stampa, sono state proporzionate alla belezza del soggetto, e l'opera è stata riveduta sulle prove con una diligenza si scrupolose che finora non vi si è potuto scoprire un fallo.

Gérard, il primo pittore della scuola francese, ha assunto di dirigere le incisioni che in numero di dodici ornano quella edizione; sono degne per la loro bellezza del nome celebre che portano. Staccate incisioni possono venir loro paragonate, ma niun libro ancora era stato adorno di quadri si egregi.

Noi quindi ci crediamo assai meno in dovere di chiamare l'attenzione del pubblico sovra un poema da lungo tempo celebre, ed al quale il nostro Tasso non isdegnó d'andar debitore di molte bellezze che sovra un atto luminoso di generosità e di patriotismo. Questo atto ci desta riverenza non unicamente per colui che da se solo l'ha adempiuto, ma anche per una patria che ispira sentimenti si caldi, per una nazione in cui v'è ora chi s'accorge quanto ella rimanga onorata nell'onorare i suoi grandi uomini, per una nazione che non disgiunge le rimembranze della sua gloria poetica, della sua gloria militare e della sua libertà, e che piange intemerita ripetendo i canti

dell'autore dei LUSIADI, perché ella risente in essi il rimbombo delle sue vittorie passate e delle generose istituzioni che la posero in grado di conseguirle.

Per altro lato, lo confessiamo, un vivo sentimento di commiserazione è mosso in noi da quello svegliarsi di un popolo che si vede obbliato, e che si sforza di ricordare al mondo la gloria ch'egli aveva ottenuta, e che altri si disputano oggidì. Allorché udiamo i Portoghesi invocare la rimembranza dell'audacia dei loro navigatori che ci aprirono la via dell'India, dell'eroismo de'loro guerrieri che soggiogarono i suoi imperi, combattendo uno contro mille, del genio de'loro poeti, per mezzo dei quali la musa epica dà all'Europa moderna le sue prime lezioni, ci par d'udire sovra un campo di battaglia le grida di quei miseri che sono dimenticati fra i morti, e che al momento in cui i seppellittori si avvicinano per render loro gli ultimi doveri, si ridestano dal loro letargo e sclamano: *Noi viviamo ancora!*

Era perdonabile il pigliare sbaglio vedendo il Portogallo. I paesi che stanno ancora oggi sottomessi al suo dominio agguagliano in estensione l'Italia e la Spagna, la Francia, l'Inghilterra e la Germania riunite, ma la sua influenza politica è minore di quella d'un re di Baviera. In Africa due grandi reami, quelli di Congo e di Mozambique, l'uno sulla costa occidentale, sembrano fatti per chiamare un immenso commercio e potenti stabilimenti. Un conte di Souza, noi crediamo che sia il padre dell'editore del Camoens, volle legarli con regolari poste nell'interno di quelle terre, e stendere così l'incivilimento attraverso 600 leghe di paese sconosciuto che li disgiunge, ma il suo progetto fu abbandonato, e il Portogallo non trae vantaggio dai suoi possessi africani se non quello di permettervi il commercio degli schiavi interdetto in ogni altro luogo. «Gli altri, rispose il governo ai negoziatori inglesi che domandavano la soppressione di quell'infame commercio, gli altri non trafficano che sovra miseri stranieri, mentre sono i nostri proprj sudditi che vendiamo; e chi ardirebbe por limite all'autorità paterna e legittima del monarca, chi ardirebbe dire che un re non può vendere i suoi sudditi ai mercanti di schiavi, mentre, secondo il diritto romano, un padre ne aveva egli stesso la facoltà?».

Nelle Indie il dominio portoghese è distrutto; fra tutte le conquiste degli eroi del Camoens, più non restano fuorché due o tre grandi città, dove tuttora si riconosce il dominio europeo alla formidabile possanza dell'inquisizione. Ma in tutta l'India il portoghese è tuttora la lingua del commercio, e tutti i convertiti che si credono cristiani si dicono ancora portoghesi.

L'immenso impero del Brasile fu lungamente un corpo senza vita; lungamente i disordini della barbarie vi si trovarono congiunti agli abusi della vechia Europa. Mentre non vi si chiedevano che braccia e lavoro, vi fu introdotta la schiavitù che distrugge sempre la popolazione, e che disonora il libero lavoro; mentre gli uomini sparsi in vasti deserti non potevano mutuamentte aiutarsi, vi furono introdotti i maggioraschi che impediscono la divisione delle eredità.

Nondimeno lo crediamo pur noi, il Portogallo non è morto. Vi si trova ancora nel popolo e nella nobilità tutto lo stancio di un ardente patriotismo; i diplomatici ch'esso manda alle varie corti d'Europa si distinguono vantaggiosamente da quelli delle altre potenze, per le loro cognizioni, la loro spregiudicatezza, il loro zelo per tutto ciò che é bene; l'uomo poi che fu chiamato ultimamente alla testa del ministero, riunisce più di chiunque la cognizione di ciò ch'è utile alla brama di operarlo. Speriamo dunque che una nuova vita sarà data finalmente a una nazione che n'è degna, e che se la madre patria ha perduto il vantaggio d'essere la sede del suo governo, ella

ne sarà risarcita dalla creazione d'istituzioni veramente nazionali; speriamo che non si lascerá divenire un'appendice della sua propria colonia, ma che sarà governata da uomini, i quali rappresenteranno realmente i suoi sentimenti e le sue volontà.

Niuno stupisca se una edizione dei LUSIADI ci ha condotti a parlare della sorte di quella monarchia, la quale è stata la prima ad abbandonare l'Europa per farsi americana. Il Camoens, s'è possibile, è ancora più patriota, che poeta. Il solo sentimento che lo anima, il solo scopo di tutti i suoi pensieri è la gloria della sua nazione. Egli ha intitolato il poema, di cui ci occupiamo, *os Lusiadas*, i Lusiadi, e vi ha fatto entrare con un'arte inimitabile tutto ciò che poteva contribuire alla gloria de' suoi compatrioti, dal tempo che copre l'oscurità della favola sino all'epoca nella quale esso è vissuto. Egli è pure in quella gloria nazionale de' Portoghesi che fa d'uopo cercare l'unità del suo poema; è per via di essa che fa d'uopo difenderlo, e che il sig. di Souza medesimo in una prefazione molto ben ragionata e vivissimamente sentita lo ha difeso contra i critici che gli rimproverano o lunghezze o digressioni continue, o la mancanza di un interesse romanzesco. Il Camoens non aveva scelto un soggetto interessante per farne un poema, ma aveva scelto la forma di un poema per rendere interessante e popolare la storia della sua patria. Ha mostrato nell'Ines di Castro, nell'Adamastor, nell'isola di Venere, che la sensibilità, la grazia e la delicatezza erano gli attributi del suo ingegno non meno che il vigore epico, ogni volta che il suo soggetto lo concedeva.»

S. S.

Anne Gallut resume a actividade de Jean Charles Léonard de Sismonde de Sismondi nestes termos:

«Historien et économiste suisse (1773-1842). Il fut l'un des précurseurs des théories économiques modernes. Il écrivit une HISTOIRE DES REPUBLIQUES ITALIENNES (1807), un tableau DE LA LITTÉRATURE DU MIDI DE L'EUROPE (1813), une HISTOIRE DES FRANÇAIS (1821-1844) et des études sur l'économie politique (1837) qui couronnaient ses NOUVEAUX PRINCIPES D'ÉCONOMIE POLITIQUE, parus en 1819. Ses positions libérales, son cosmopolitisme, le caractère polémique de son oeuvre firent de Sismondi l'un des écrivains les plus lus de l'Europe d'alors» (180).

(180) Anne Gallut, idem, p. 161 nota n.º 22; Giacinto Manuppella, *Camoniana itálica. Subsídios bibliográficos*, Coimbra, Instituto de Estudos Italianos, 1972, pp. 90-94.

— VIII —

A DEFESA DA EDIÇÃO DO MORGADO DE MATEUS

Tendo sido muito contestada, em Lisboa a defesa do trabalho erudito desenvolvido pelo Morgado de Mateus, foi orientada pelo seu solícito colaborador e sobrinho, o Visconde da Lapa. É, precisamente, o que nos demonstram as cartas seguintes:

1°

Lisboa, 29 de maio de 1819.

Meo Tio, Padrinho, Amigo e Senhor.

Certo da amizade de V. Ex. e accostumado á recepção das suas cartas, confesso que experimento huma verdadeira falta quando as não recebo, receando que seja por algum incómodo de saude, que desejo sempre a V. Ex. muito perfeita.

Quarta feira fui à Academia, aonde indagando do estado de impressão da resposta de V. Ex. ao Relatório, soube que estava concluida, e as folhas a secarem-se. Por tanto, dentro em tres ou quatro dias conto que me sejão entregues os exemplares separados e únicos que mandei tirar para enviar a V. Ex., e farei por ter vias por onde os remetter, para ver quaes chegão primeiro, pois considero o desejo que V. Ex. terá de os receber. Digo únicas porque não se dão em separado as Memórias, senão hum certo número aos Authores, porque são inseridas no volume das Memórias, e humas facilitão as vendas das outras, pois que lettra redonda hé negócio que aqui não tem sahida, nem consessão dentro do paíz.

Fiz diligencia pelos livreiros para ter o 4.° volume dos *Annaes*, porem posso segurar a V. Ex. que atè o dia de hoje ainda não se vende, e se alguem o teve extraordinariamente, ignoro.

Em quanto à subscrição do Camoens, confesso que pela minha parte, estou desconfiado de tal gente, pois desde o último franco avizo que fiz a V. Ex., nunca mais aqui apparecerão, e de mais não obrarão segundo o que lhes disse, tendo approvado o méthodo que lhes indiquei devião seguir. Receio que fins tão somente particulares os fizessem entrar no projecto, e considero-os pouco aptos para desenvolverem a idea, ainda que muito adiantada, com huma assinatura tão respeitável e importante.

Se elles tivessem procedido como lhes indiquei tendo hum conhecimento do estado do nosso paíz, e das difficuldades que se havião de offerecer, por certo o negócio tinha tomado aquelle calor que eu me lizonjiei de lhe ter dado.

Ha dois correios, remetti a V. Ex. a conta do recebimento do 4° quartel dos ordenados de Conselheiro que no mesmo dia fiz entregar a Guillot. Recomendo-me a V. Ex. e à minha Tia, e aceite mil expressoens do seu Sobrinho e afilhado que o adora.

Monoel

2º

Lisboa, 1º de junho de 1819.

Meo Tio, Padrinho, Amigo e Senhor do Coração.

Neste instante acabo de receber da Academia alguns exemplares da resposta de V. Ex. ao Relatório, e não quero demorar hum momento em remetter hum pelo correio, muito a risco de se perder. Os outros vou a envia-los à Secertaria para partirem pela primeira ocasião de extraordinário.

Como não me mandàrão hoje o original, por isso o não pude cotejar. Erros de imprensa que conhecidamente se conhecem, que o são, não estranhe V. Ex. apparecerem, por que hé próprio nas nossas imprensas, não obstante as multiplicadas recomendaçoens; porem do coração dezejo a certeza de que V. Ex. ache o texto exacto, persuadindo-se de que sou, de V. Ex. Sobrinho e afilhado que o adora

Manoel (131)

Aliás, o próprio Morgado de Mateus, incansavelmente, programou a sua defesa, a qual, historicamente, legou a seu filho e redigiu também, para comunicar ao Visconde da Lapa, indiscutivelmente, o seu maior colaborador, em Portugal (vid. Apêndice, Doc. n.º II).

Mas veja-se a maneira como ele o fez:

— IX —

SEGUNDA CARTA A MEU SOBRINHO

Pariz, Julho de 1819

Meu Sobrinho do coração. Por comprazer-te continuarei o exame da crítica que os Annalistas prosseguiram no tomo Vº sobre a minha edição. A tarefa hé mui nojosa, mas devo fazer-te o gosto e terminá-la.

Estava certo de encontrar nesta 2ª parte do libello o tom dogmático, filho daquelle orgulho de própria satisfação, que caracterisa o Dr. Constancio: mas confesso que esperava achar conhecimentos positivos da lingua e de orthographia, visto que elle desde muito tempo anunciava a publicação de hum tratado desta e de hum Diccionário.

Quanta foi, pois, a minha sorpresa vendo que o Crítico não possue os princípios da othographia, nem conhece as suas variedades nos nossos antigos autores, o que não obstou para criticar e lacerar o meu trabalho? Princípios falsos, citações inexactas, affirmações sem verdade, custam pouco ao Sr. Constanci,o que do sólio da sua cadeira pensa aterrar pela arrogancia com que dicta as suas lições e confundir com a sua verbosidade discípulos ignorantes.

Seria demasiado e fastidioso segui-lo passo a passo nesta 2.ª parte, pois sendo a matéria mais conhecida, nenhum douto deixará de discernir facilmente os erros do Crítico.

(131) Anne Gallut, idem, pp. 386-391.

Todo o § 1°, pag. 48, que começa: «A orthographia etc.» e acaba: «em particular», hé uma algaravia própria de quem não meditou e senhoreou a matéria; mas hé inutil esmiuçá-lo. Sobre este ponto pode ler-se o que Dumarsais, Baurée e outros tem escripto. Bastará que a nossa lingua particularmente da latina, corrupta como ella o foi na Roman e nos países do meio-dia, de que os Bárbaros desapossaram os Romanos. A lingua Roman formou-se e aperfeiçou-se mais cedo que as outras, e para concluir, direi que os dialectos fallados em Galiza e nas Castellas, como em Portugal, se bem semelhantes, como era natural, entre povos visinhos, não se aperfeiçoaram e formaram em duas linguas próprias senão no XV° século, quando Portugal e Castella eram já reinos separados. A nossa lingua teve a primacia, o que hé confessado pelos Espanhoes e talvez ignorado pelo Critico, da forma que se explica no seguinte §, ibid. Hé inexacto igualmente no que diz da orthographia de Camões, porque não conhece as duas edições de 1572 e suas differenças, senão pelo que apprendeo da minha.

Continua pag. 49: «Parece pois, à primeira vista, natural e mui simples imprimir Camões com a sua orthographia, como tem feito todas as nações a respeito dos seus clássicos *antigos*. Em geral todos os editores se tem esmerado em conservar a orthographia dos autores,» etc...

Este período hé singular em tudo, e bem notável! As duas edições de 1572 variam muito na orthographia, e nenhuma hé constante na que mais adopta; assim não podia parecer *natural* nem mui *simples* reimprimi-lo como quer o Crítico, de primeira vista, por não ter visto as duas edições. A qual dellas se devia dar a preferência? A qual orthographia da mesma palavra, quando differentes? Deveria continuar-se a mesma mistura e anomalia? Conciliá-las era impossível. Esse parecer tão *natural* não se apresentou a nenhum dos subsequentes editores, porque cada hum adoptou huma orthographia differente das primeiras; nem por certo ocorreo ao Sr. Constancio, senão depois que vio a minha edição, e a quiz achar defeituosa. Nenhuma Nação assim o praticou, nem pratica com os seus clássicos; e ainda que por huma subtileza o Crítico ajunta *antigos* clássicos, a sua proposição não hé menos inexacta, porque Camões não hé para nós como Ronsard, Marot etc. (que não são clássicos) para os Franceses, mas como os seus Boileau, Racine, etc., que são verdadeiros clássicos. A última parte do § hé tal que só merece repeti-la sem dar-lhe resposta, para se conhecer o génio do Crítico. «Mudar a orthographia de hum poeta antigo hé transtornar-lhe a harmonia e rhytmo, e tanto monta, como se hum Galliciano imprimisse Lope de Vega com orthographia gallega.» E portanto este litterato que não conhece as edições que deo Camões, não pode julgar a versificação deste Poeta; pois as subsequentes mudaram a sua orthographia! E sobre a pontuação, que diria este Crítico?

Citando a pag. 31 e seg. hum § da minha primeira nota, que começa: «*Difficil seria comprehender, etc.*», devo observar que o termina com notoria ma fé, ommitindo o seguinte: «*A menção destes termos mostrou-me que os sectários da antiga orthographia não a conheciam e não tinham examinado as duas edições, nem as outras Poesias de Caminha, dadas à luz pela nossa Academia, pois nellas se acham orthographiadas estas palavras como na minha edição... Refiro-os tambem às judiciosas reflexões do Sr. J. de Foyos, pag. 525 da Lusitania. transformada*» Por esta ommissão se julgará com que espírito elle criticou a minha obra.

Era fácil comprehender o que eu entendia por orthographia *plebea*, i. e. a do vulgo que não sabe orthographar e escreve como pronuncia ou mal entende, e por ortho-

graphia *mezclada,* a que resulta de palavras differentemente escriptas no mesmo livro: mas para menoscabar o meu trabalho, conveio-lhe fazer hum longo aranzel sobre a explicação que podia dar-se a estes termos para pronunciar que eu pequei em todos, allegando mesmo falsamente que eu escrvi *contrairo* e *prantar,* o que nem huma só vez se acha em todo o texto. Passa depois a fazer-me hum crime de ter deixado *despois* e *barão,* supposto palavras do tempo de Camões usadas universalmente e constantemente nas edições de 1572. Deixarei o que segue e declama, pois a minha tarefa não hé a de criticar a crítica delle, mas defender-me. Da mesma maneira contentar-me-hei de contradizer as anomalias que cita na pag. 54, porque somente se acham nas rimas. Mas as suas citações são tão inexactas como a sua affirmação de que não existe hum só modo de escrever que seja exclusivamente próprio do tempo de Camões. Bem mostra quão pouco lhe são conhecidos os autores do 16° seculo!

Passa a desejar, pag. 54 e 55, que «A nossa Academia ou algum sábio faça huma reimpressão de Camões debaixo do systema com que, na Impressão Régia, se fez a edição de Barros, Castanheda, etc., e como o fez a Academia com as antigas Chrónicas e com as obras de Duarte Nunes de Leão». Aqui seja-me lícito o reparo de que o Crítico ou ignora ou esconde a verdade, porque nem a Impressão Régia seguio o systema igual que ele julga, nem a Academia, havendo grandíssima differença do que praticou no 1° tomo das Chrónicas inéditas e nos segundos. Confunde tambem tudo quanto diz se pratica em França; e aqui, maliciosamente, pois não pode ignorá-lo. Sem dúvida Amyot, Montaigne, Marot, continuam a reimprimir-se com a antiga sua orthographia, porque não são *autores clássicos:* mas os authores clássicos do século XIV, impressos de princípio com antiga orthographia, hoje o são com a moderna. Comparar o nosso Camões com Castanheda e Ruy de Pina, etc., hé hum desacato litterário que só pode commetter o Sr. Constancio. Não importa refutar todas as falsas affirmações que se atreve a sustentar com evidente inexactidão, tanto sobre a minha edição como sobre as de 1572 que nunca vio, pois quem as examinar reconhecerá quanto hé errado tudo que affirma. Sem conhecer os textos originais, ousa asseverar denodadamente: Paz. 57: «Versos encontro eu na edição do Sr. Souza que por esta substituição de orthographia ficam errados ou duros; e toda a pessoa que examinar com attenção as *antigas edições* de Camões e de outros poetas, verá que huma grande parte das incoherencias apparentes de orthographia que nellas se notam, são voluntárias (de quem?) e não mero effeito de negligencia ou da falta de huma orthographia fixa.» O que continua hé digno destes paradoxos, que julgo inútil refutar sendo sufficiente indicar aos curiosos a leitura do que diz o Sr. Foyos no lugar já citatdo, mas note-se o atrevimento de falar na confrontação de edições que não vio jamais.

Espero que julgues excusado mostrar a leveza do Crítico quando diz, pag. 58: «Por este princípio me parece poder explicar-se grande parte das correcções apparentes nas emendas orthográphicas da segunda edição de 1572, a qual examinarei logo que o Sr. Souza tiver restituido, etc.). Assim, sem a ter examinado, já decide e estabelece hum princípio, e o que hé mais, determina fácil o conhecer se as differenças são verdadeiras correcções ou não! Na verdade, duvido se ache outro crítico desta força! e de semelhante despejo. Perdoa-me de não te demorar em observar os distemperos «*da importancia de conservar em huma edição clássica de Camões a orthographia que lhe hé própria*»; como se fosse possível decidir qual lhe era propria nas duas edições differentes de 1572? e «*de deixar à mocidade por este modo a sciencia da*

orthographia antiga de pera, pero, alimal, reinha, ho, bôo, *etc.*» *para conhecerem a lingua que fallavam os antepassados na época aurea das Lettras em Portugal;*» hé impossível responder seriamente a taes desatinos, nem aos que ajunta sobre essa época e sobre a nossa lingua, até o fim da pag. 61.

Cançaria se devesse demorar-me em mostrar todas as incoherencias do arrescato diffuso por que conclue «deveram os clássicos *antigos*» (quaes são os modernos?) «e sobretudo Camões reimprimir-se com a sua própria orthographia.» E aonde, e como soube Constancio qual era a própria de Camões? Alli mesmo quiz dar-nos a prova da sua ignorancia nisto, pois confessa-se «persuadido que *Magno* se não pronunciava *Manho* no tempo de Camões, e que só para o fazer rimar com *estranho* lhe torceo a pronuncia.»

Que dizer a este Crítico quando, pag. 54, nomeia Camões o primeiro poeta da nação; poeta (pag. 55) cujas composições devem tanta parte da sua belleza à cadencia que resulta da arte com que as vozes são escolhidas e dispostas, do cuidado (pag. 57) com que modifica a orthographia nas rimas, accommodando sempre à da palavra menos susceptível de variar, as alterações que faz às outras. mas (pag. 62), parece-lhe tanto mais possível que Camões rima a miudo só para a vista, e sacrifica de tal modo a pronúncia que hoje nem o mais obscuro versista tomaria taes liberdades, pelo que acha (pag. 63) que são muito mais frequentes nos Lusíadas as rimas defeituosas que as boas; e isto provem de que o mecanismo da metrificação, se bem que notavelmente melhorado por Camões, estava ainda mui longe da perfeição a que o levaram Garção, Quita, Diniz, Torres, Bocage e outros poetas modernos. Parece incrível (pag. 101), não digo que Filinto mas que o mais triste poeta, querendo emprehender a emenda dos versos dos Lusíadas, fosse tão parco nas suas correcções e deixasse subsistir tantos maos e prosáicos versos que a cada passo se encontram em Camões. Em outro artigo, diz (pag. 97) que examinará o merecimento do nosso Épico e nelle o vindicará das injurais críticas que estrangeiros, até nacionaes, tem feito aos Lusíadas.

Se hé desta força o seu juízo sobre Camões, e hé patente a inconsideração com que este Doutor escreve, julga tu qual será o seu raciocínio sobre os outros pontos que trata nesta sua crítica, e se pode haver sufficiente paciencia para desfazer toda a embrulhada que allí se encontra. Desculpa-me pois, meu Sobrinho, de somente apontar alguns despropósitos, como se apresentam à primeira vista.

Pag. 63, accusa-me de ter usado menos accentos do que devera, sendo certo que delles se tem feito e faz, todos os dias grande abuso. Mas não hé menos certo que sem accentos hé absolutamente impossível escrever em portuguez; e ainda com auxílio delles, ha muitos sons que se não podem notar; outros, *posto que differentes, se escrevem com as mesmas lettras e accentos.*

Creio não hé necessário que te faça ver o que salta aos olhos; mas só te observarei que as edições de 1572 tem menos accentos que a minha, e comtudo foram lidas e entendidas no tempo, e o mesmo Crítico assentou ser essencial que as reimpressões fossem feitas com aquella orthographia!

Deixarei a falsa citação, pag. 64, e tudo quanto diz respeito às equivocações por falta de accentos entre os presentes e preteritos, e a sua impossibilidade de adivinhar: porque outros não experimentaram o mesmo com as antigas edições. Reparei que por não conhece-las, zomba de mim e do emprego que fiz do trema em *destruïdo*, quando com boa fé veria que o notei allí para melhor mostrar a necessidade deste signal nos termos *saüdade* e *traïção* em alguns versos dos Lusíadas, que julgaram errados por falta

desse accento. Não riria o Crítico se soubesse que nas edições antigas escreveram *destruydo* para notar a pronuncia. Na edição de Ferreira, da Impressão Régia, pag. 21 das Cartas, verso 7°, *influyo* rimando com *subio* e *cahio*. O que podera excitar o teu riso hé o seu arbitrio de usar o trema em *requisito, adquirir,* etc. Tal hé o nosso orthographo!

Passemos à sua prolixa dissertação sobre o til, que occupa 15 páginas de arengas com que escurece as verdades as mais simples, e com que enoja pelo tom dogmático que emprega, em resumir o que importa saber e o que hé constante (pag. 66 e seg.).

Pag. 67: «O *Til* tirou a sua primeira origem do sinal de abbreviatura com que nos m.s. antigos denotava supressão de lettra sem alteração do som. Hé evidente que deve pôr-se sobre a letra que precede as supprimidas. Deste uso, passou o *til* a outro mui diverso, posto que *intimamente ligado com a suppressão de letras*... Não só denotou que de ordinário faltava letra, porem servio de modificar o som da vogal sobre que foi posto, *mudando inteiramente a pronuncia della*,, e sem relação às letras supprimidas. Assim de *manus, mão,* de *occasiones, occasião,* etc., e muitas vogaes foram modificadas pelo *til* sem haver suppressão de letras, como *mãi.* Ibid., e pag. 69: Esta 2.ª propriedade do *til* consiste em dar à vogal o som nasal: esta vogal hé invariavelmente a primeira das duas, sem o que não haveria diphtongo, e em vez delle haveria duas syllabas... como coração, coraça-õ, ou coraçom, maĩ ou maim... Esta doutrina hé a dos melhores escriptores portuguezes», (inexacto, como se pode verificar).

Pag. 69: «Tão longe está o nosso *ão* de ser huma *crasis* que hé *pelo avesso*» (singular expressão!) «hum diphtongo próprio no qual soam duas vogas ou vogaes» (note-se o que acaba de dizer, pag. 68, e que assim tinhamos duas syllabas) «e nisto se differençam dos impróprios, como o *ae, oe* dos Latinos, e o *ai* dos Francezes... A crasis (mixtio) hé a união de duas ou mais vogaes que se confundem de tal modo que dellas resulta hum som diverso e simples, como *ao paço, o'paco,* e a *aquelle, áquelle.*» Estes são *crasis* do nosso Grammático. Que Orthographo!!

Ibid. «Nada disto acontece em *ão,* em que não ha conversão de dous sons em hum, antes dous bem distinctos, dos quaes o primeiro hé *ã* nasal, que corresponde ao *en* frances, ou à syllaba *an* e *am* em *António* e *ambos*. Por conseguinte, não ha crasis nem em *ão* nem em *mãi.*» Julgo se poderia perguntar aqui ao Orthographo como se explica o modo por que muitos dos nossos escreviam *cam, Joam,* etc... e aonde acha elle aqui os dous sons mui distinctos no *am* em lugar de *ão?*

Pag. 73: «Em quanto ao *o* final, esta hé huma desinencia, no qual não só se converteo a terminação *us* ou *um* latina, como em christão, mão, etc., mas que tambem se ajuntou por euphonia para evitar o som *an* e *am* final, soando como em espanhol ou como *en* francez, aos quais a pronuncia portugueza sempre teve repugnancia; por exemplo, de *panis* ou do hespanhol *pan,* se fez *pão,* de *canem* ou de *cam, cão,* de *Joannem* ou de *Juan, João,* etc.» (Hé admirável esta euphonia, e o seu esquecimento de que escrevia-se tambem *Joam* e *pam*!» «Estes diphtongos com a primeira vogal nasal são antiquíssimos na lingua portugueza, e nos m.s. e obras as mais antigas se acha escripto *hião, christão, occasiões, Allemães,* etc. Também se encontram em diversas épocas as desinencias *-oam, -om* e *-am,* em vez de *ão,* etc.» Eis aqui alguns exemplos tirados do 1.° tomo das Chrónicas inéditas, impressas como os m.s, que destruem algumas das suas asserções. Pag. 68, *boõs, christaaõs, huã, sam, invenção, galardam, viveram;* pag. 69, *taõ, incertidoẽs;* pag. 180, *irmaão;* pag. 185, *irmaãm;* pag. 208,

irmão; pag. 152, *huum;* pag. 218, *saã;* pag. 156, *huũ;* pag. 160, *co'os Mouros;* pag. 318 *gavyaẽs;* pag. 343, *Joham, baram;* pag 325, *irmaã,* etc.).

Pag. 76 e 77: «*Desapprovo* que se escreva *lãa, irmãa,* visto que hé orthographia inexacta, que pinta aos olhos dum diphtongo onde não existe mais que huma vogal nasal *an* ou *ã* e não *ã-a* ou *an-a.*» E *irmãõ,* julga-o differente? «E se alguem disser que hé conservar a etymologia, respondo que por hum e outro modo se falta a ella, ommitindo-se em hum systema a consonante *n* e no outro a última vogal *a.*»

Tudo quanto ajunta, pag. 74, hé escripto com igual leveza e autoridade, mas desejaria saber se me engano quando penso que hé impossivel amontoar maiores incoherencias do que se acham nestes extractos, tudo para escurecer à força de verbosidade a questão do *til.*

Principiarei por estabelecer as regras quaes no-las deram os melhores grammáticos. — «Os Gregos (diz a Grammática de Port-Royal) não necessitavam de accentos para bem pronunciar, e não os empregavam senão quando quiseram facilitar e fixar a pronúncia da lingua grega aos Romanos.» — Os Latinos igualmente puzeram só accentos escrevendo a sua língua para utilidade dos estrangeiros, e esta hé a opinião geral.

«A *crasis* hé huma figura de dicção que diz respeito às mudanças feitas nas lettras ou nas syllabas de huma palavra, relativamente ao estado ordinário da palavra que não tem a dita figura. Assim faz-se, quando duas vogaes se confundem juntas, de que resulta hum novo som, por exemplo em francés *Paon* e *Caen* de que se fez *Pan* e *Can.* Isto se chamou contracção (Du Marsais).» «*Syneresis* chamara-se assim quando as duas vozes eram conservadas das duas vogaes, e simplesmente fundidas em hum diphtongo, como no Latino *cui,* e portanto definiu-se *duarum vocum complexio.*»

Appliquemos estas regras à nossa lingua, dando alguns exemplos. *Pater,* de que fizemos *Padre,* depois *Pae* e *Pai,* hé sem dúvida hum synéresis formando hum diphtongo e a complexão de duas vogaes. *Pa-i,* como pretende o Crítico, seriam duas syllabas, e sem dúvida ninguem assim o pronuncia (em Paíz e Paízes se vê a differença de vozes e tom a *Pai* e *Pais*). De *mater,* derivou-se *madre,* e depois *mae* e *mai,* mas como esta palavra e esta syllaba de contracção muda do som (mai), portanto hé huma crasis, bem notado pelo *til.* De *Palus,* derivamos *Pao,* que faz huma só syllaba, e não *Pa-o* duas, e portanto hé synéresis, e de *Panis, Pam* ou *Pão* que hé verdadeira crasis.

Escuso multiplicar mais exemplos, e só observarei em resposta do triplicado erro do P.e Thomas de terminar os pretéritos em *am* e os futuros em *ão,* que o Crítico hé quem peca em escrever, por exemplo, *fizerão* e *parão, capitão* e *orphão,* da mesma maneira, porque estas últimas syllabas, não tendo o mesmo som e achando-se *com o mesmo acento,* hé impossivel que hum estrangeiro não confunda a pronuncia dellas, o que hé tão grave erro quando o accento serve de notar o som para estrangeiros. A fim de refutar outro seu argumento, obstinando se em dizer que ha duas vogaes distinctas nas terminações em *ão como capitã-o* que vem de *capitam-o* e *farão* que vem de *fa-ran-o,* sendo a vogal da penúltima syllaba nasal — direi embora, mas se deve pronunciar-se fazendo sentir o *o,* a contracção tem lugar e hé huma crasis, ainda que lhe chame *por avesso* hum diphtongo. Em summa, creio indubitável que usando a orthographia que adoptei para as terminações em *am* e *ão, ães* e *ões,* hum estrangeiro cahirá em menos enganos do que quando ler essa palavras com a orthographia do Sr. Constancio, obrigado a pôr accentos graves em diversas palavras para evitá-los.

Não me demorarei em outras suas críticas observações, porque seria não acabar se quizesse notar todas os distemperos que com nímio orgulho e maior irreflexão nos dictou em cada phrase, dissera melhor cada palavra, terminando-os em dizer que *a sua orthographia hé a mais geralmente seguida em Portugal como a mais conforme à etymologia e à indole da euphonia da língua* — (índole de euphonia!). Farei porem observar alguns mais notáveis. Nesta edição minha, cuja belleza typográphica não hé disputada, achou este Doutor, pag. 70, «que o *til* desfeia singularmente a impressão, parecendo signal que saltou fora do seu lugar e em *maï* até faz defeituosa a letra *i* à qual hé forçoso tirar o ponto.» Esqueceo-lhe que em *Fi* tambem se tira o ponto ao *i*! E nas últimas grandes edições de Didot, elle poz o accento sobre as duas vogaes. A orthographia inexacta que acha em *lãa* e *irmãe*, por pintar aos olhos hum diphtongo (pag. 76), hé a que se acha nas Crónicas inéditas, como disse atraz, mas que differença faz este Crítico entre *irmão* e *irmãa*, para aquella ser exacta e esta inexacta. Tambem me accusa (pag. 78 e 79) de «não ter attendido que em *põe* hé hum *n* e não hum *m* que se acha supprimido e que a palavra não era *pome*, mas pone, corrupção de *ponet:* e por estas razões *poem* hé péssima orthographia, porque a pronúncia hé *põ-e* ou *pon-e!* Seria longo escrever os despropositos que seguem: pois bastam estes. A pronuncia não hé *pon-e*, nem *pom-e*, hé *poem*, e assim se acham nas Chrónicas inéditas, na edição de Ferreira da Régia Officina, e nas duas de 1572 dos Lusíadas. Não ha quem faça de *poem* duas syllabas, como se fazem tres de *Alpoem* ou *Alpoim*, mas se esta palavra se orthographiar *põem*, então indica fazer duas syllabas e faria versos errados. Veja a Lusitania Transformada, pag. 253-258!

Isto ignorava o Sr. Constancio, mas nada acobarda o seu ánimo, pois com denodo affirma mesmo o que não hé verdade, e assim cita que na minha edição se acha *contrairo* e *prantar*, sendo falso. Huma prova da sua ignorancia hé a de accusar-me, pag. 82, que por inadvertencia puz *Hydalchum* e *Pam*, em vez de *Hydalcão* e *Pão*.

Esta hé forte, porque faz ver que não abrio jamais as edições de 1572, e as Décadas de Couto, e faz lembrar a fábula de Lafontaine, VII do T. IV:

> De telles gens il est beaucoup
> qui prendraient Vaugirard pour Rome;
> et qui caquetant au plus dru
> parlent de tout et n'ont rien vu.

Na pag. 83. o último § : Hé notável de ignorancia porque leo mal o que se acha na Grammaire de Mr. Raynouard, o qual mesmo se enganou por falta de conhecimentos das línguas d'Alemanha que corromperam a latina. Já disse duas palavras a este respeito para mostrar que não hé exacto dizer que «a lingua portuguesa, bem como a castelhana, a francesa, italiana, não são corrupções immediatas do latim successivamente alterado, antes derivam todas dos differentes dialectos da língua Roman, a qual tinha já no 9° seculo, grammática», etc. Pela primeira vez se formou e imprimio a Grammática da Lingua Roman o anno passado por Mr. Raynouard. No 9° seculo não havia grammáticas de nenhuma lingua! O resto da phrase hé inexacto.

Deixemo-lo admirar as edições da Academia e da Impressão Régia, as quaes não examinou evidentemente. Deixemo-lo desapprovar ter escripto *co'o*, supposto se acha em a edição de Manoel de Faria e nas Crónicas Inéditas, e gostar mais de *co;* mas por analogia deve gostar e approvar *ca* ou *c'a* por *co'a*, e julgar que este hé contrário

à pronúncia, à quantidade e ao uso do grande Poeta Torres. Deixemo-lo gostar mais *d'esse* e *d'este,* que julga melhor orthographia que *deste* e *desse,* ainda que lhe aconselho de abrir melhor os livros da Academia e da Impressão Régia.

Os seus olhos que não vem os erros typográphicos dos seus Annaes, são de lince para notar *70 erros* da minha edição, os quaes hé provável sejam taes como os que notou na Primeira Parte da sua crítica. Quanto à pontuação, em que acha igualmente defeitos, pode bem crer-se que elle ignora esta como as outras partes da orthographia, vistas as provas que disto nos déo nesta sua obra prima (132).

Hé natural a reflexão triste que suggere esta Crítica. Hum Portuguez, ignorando completamente as edições primitivas, a orthographia da lingua, a nossa metrificação e os princípios da língua e das regras da orthographia, lança-se atrevido e a torto e a direito, a censurar huma obra feita em honra do primeiro Poeta da Nação e da Pátria. A isto Lord Morley, como o dirão todos os estrangeiros, exclamou: «Só hum Portuguez hé capaz de semelhante acção!»

Basta! Mas toda esta Carta de excomunhão e de injúrias contra mim não me causou tanto disgosto como os seus louvores à vida que escrevi do Poeta: as suas injúrias não me ofendem os seus elogios não me desvanecem, pois de certo a sua desaprovação como approvação me são igualmente indifferentes.

Mostrarei por último quão grande foi a inconsideração do Crítico em nomear o P.e Francisco Manoel, cujo nome eu não pronunciei na minha nota sobre a fraude litterária annunciada no Investigador.

O m.s. de que alli se trata foi apresentado pelo dito Padre na Haya em 1791 a António de Araújo, a F.J.M. de Brito e a mim ,como cópia de hum que vira em Pariz na livraria da Duquesa de Bauvillers (*sic*). Todos nós reconhecemos ser outra fraude pouco jocosa como tinha querido impor-nos com a novella que depois imprimio; e todos lhe reprovamos metter-se em corrigir Camões e dar os seus versos pelos delle. Foi alli por todos reconhecido o dito m.s. suppositício — e pareceo-nos ter elle deixado por nosso respeito essa vil idea.

Quando appareceo aquelle annúncio, fui ter com o Brito, e pedi-lhe que persuadisse a Francisco Manoel de contradize-lo, porque o contrário lhe ficava muito mal e porque eu seria obrigado, se elle não o fizesse, a contradize-lo publicamente por muitas razões e sobretudo a de acabar de publicar os Lusíadas. Levado o Padre do lucro que lhe promettera Marrecos, não quiz consentir em contradizer a fraude, e persistio na impressão. Sobre isto o Sr. Brito pedio-me de não escrever, promettendo-me de contradizer elle mesmo o annúncio brevemente,

Como tardasse e o não fizesse, tornei a instar com elle para que obtivesse de

---

(132) Todo homem sisudo repara que o Crítico, tendo confessado desconhecer as edições de 1572, insiste que não hé possível conhecer a versificação de Camões e sentir a sua harmonia senão lendo as primeiras edições; e logo, esquecendo isto, decide que a orthographia daquelle tempo pouca differença faz da presente, que os versos de Camões são defeituosos, que as rimas são más, e só para a vista, e que eu fiz duros e prosáicos muitos versos de Camões. — Aonde e como apprendeo esta sciencia ,estes conhecimentos? Certo hé que todas as suas críticas são da mesma natureza — neste volume mete-se a fallar em mineralogia — cada palavra hé uma ignorancia ou hum distempero.

Francisco Manoel a simples contradicção do annúncio, a que se recusou, protestando porem que não imprimiria o dito m.s.

Estes factos são indubitaveis, e portanto só depois de esgotados todos os meios me vi na necessidade de publicar aquella nota, e impedir a fraude para o futuro.

Sem dúvida, nenhum homem de honra duvidaria que semelhante fraude hé a mais indignada e vil que possa commetter-se na Litteraura. E portanto aquelle que publica hum m.s em taes circunstâncias, hé obrigado, antes de o fazer, a produzir provas irrefragáveis da sua authenticidade, para não ser em tempo algum accusado de vil falsário. Assim elle e o Sr. Constancio, a não querer ser cumplice, devem estas provas ao Público.

Eu tenho as minhas, que darei para provar a falsidade, isto hé que o m.s. foi forjado, assim como as variantes, pelo Padre Francisco Manoel: outras provas do que a das variantes, se bem assento serem evidentemente ridiculas e indignas do grande Camões, como toda a pessoa de gosto reconhecerá.

Dizer que «deste delicto não tirou proveito» foi porque as desordens de Pernambuco levando Marrecos, este não poude fazer continuar a impressão já principiada, e foi pelas instáncias que fiz e ameaço de o desmascarar.

Não revolverei as cinzas de hum morto, mas elle mesmo deixou nos seus versos, entre outros, hum que não indica grande delicadeza, como:

Eu não amo ao louvor, amo ao dinheiro.

Acabo esta longa carta, cançado de tudo quanto fui obrigado a revolver neste monte de falsidades em princípios, em raciocínios e em allegações, aborrecido mais do tom insolente do que dos impropérios que me lança. Obedeço aos teus desejos, porque importa-me hoje pouco que esta crítica seja recebida com gosto e applaudida em Portugal, e que o Autor seja reputado, como o hé aqui entre muitos, por hum juízo fino, de grande sciencia e erudição. Estou certo que poucos, ou talvez nenhum, examine a questão, mas recebem voluntariamente os dictamens do novo Mestre. Boileau deixou hum verso que hé hoje proverbial: e Camões disse dos seus contemporáneos que a ventura (os fez):

Tão rudos e de engenho tão remisso
Que a muitos lhe dá pouco ou nada disso.

Reparo, lendo esta carta, que poderá notar-se nella certo tom de mao humor que se attribua ao amor próprio offendido pela crítica. Bem quizera corrigi-la, mas falta-me paciencia para vencer o nojo della: tu que me conheces não duvidarás que o meu enfadamento procede somente das cousas e não do que me hé pessoal; pois assaz satisfeito devo estar da benevolencia dos estrangeiros e nações as mais cultas.

Sim, meu Sobrinho, parece-me justo o enfadamento de ver a protecção e abundancia de subscrições que obtem estes Annalistas, cujos fracos conhecimentos mal merecem o incitamento que lhes dão: quando faltam subscriptores e se offerecem obstáculos para erigir hum monumento a Camões! Entretanto estes Annalistas, não contentes de reimprimir hum poema obsceno, sujo e cuja poesia nem sequer attinge a de Piron, do qual expediram milhares de exemplares que irão depravar a mocidade dos 3 reinos. Daqui partiram duas edições volumosas das obras do Filinto que tanto

já tem corrompido o gosto e propagado maos exemplos entre os nossos moços litteratos. Nellas huma versificação dura e prosáica, sem estro e sem côr, facilita a sua imitação à turba dos versejadores que julgam falsamente a pura linguagem consistir em antigualhas mal empregadas e em estylo escuro por inversões forçadas e phrases torcidas: nelles não se encontram pensamentos elevados, ideas grandes e novas, sentimentos nobres, mas somente lugares communs destas chamadas ideas liberaes que o autor tem cuidado de explicar em rasteiras, vulgares e grosseiras notas. Quanto inferior porem hé ao poeta Ferreira, que, se fazia versos *invicta Minerva*, ao menos a sua linguagem era sempre correcta, a moralidade pura, e as ideas próprias dos Clássicos Gregos e Latinos, que elle bem conhecia e imitava! Esta seita de Ferreiristas ,que tantos maos imitadores produzio, hé hoje eclipsada pelos sectários fanáticos de Francisco Manoel. Camões, o nosso primeiro e quasi único bom modelo, hé esquecido, pouco estudado e injuriado até por hum atrevido versejador que ousou desavergonhadamente fazer dous péssimos e ridiculos poemas sobre o mesmo assumpto dos Lusíadas — e a baixa e disgraçada nação não se *levanta em massa* para apurar e esbofetear este orelhudo Midas! Eis aqui o que me faz ferver o sangue, assim como sinto enojo e indignação, vendo a nossa tristíssima Academia publicar Discursos e Memórias aonde as phrases cheias de gallicismos, salpicados de palavras antiquadas, e tudo composto com tal mao gosto que se no Atheneo de Pariz algum Professor ousasse pronunciar semelhantses discursos, os apupos, pateada e risada fariam-no precipitar da cadeira e saltar à rua. Conheço pois que hé muito natural se faça em Portugal o melhor recebimento a esta indigna crítica, mas não me obrigará isso a responder-lhe. Se infelizmente o nosso País hé predestinado às escuras trevas, não me importa o juízo que farão de mim por ter-lhe dado o texto puro de Camões que desconheciam: mas se emfim as luzes lá chegarem, então estou certo de que avaliarão bem o serviço que lhes fiz e cobrirão, com o desprezo e esquecimento, estes zoilos cujos baixos sentimentos igualam a sua ignorancia.

Com infinita satisfação largo a penna, e encerro este papel que só poderá publicar-se quando eu cessar de existir. *Vale et me ama* (133).

S.

—X—

A OPINIÃO DE FRANCISCO JOSÉ MARIA DE BRITO (1819) CONTRA FR.co SOLANO CONSTÂNCIO

«Illmo. Sr. Jozé Diogo Mascarenhas Neto: Bem quizera hà muito tempo agradecer a V. S. a inserção da minha cópia da tradução dos livros *de Re rustica* de Columella por Fernão de Oliveira no 4º tomo dos Annaes, que preenche o primeiro anno de Obra tão benemerita para a Nação, mas minhas obrigações m'atalharão de cumprir até agora com os deveres de reconhecimento, pelo que lhe aprouve dizer em abono do Copista, tanto mais que não escapou à sagacidade do redactor daquelle artigo a falta de palavra, que trunca o sentido da phrase, o que facilmente se poderia verificar, consultando o Códice original, para o texto da versão sahir puro e completo.

(133) Anne Gallut, idem, pp. 371-380.

Não posso ainda satisfazer o desejo de mandar a V. S. o producto do meu vagar litterario neste paiz, que espero seja abundante pelo tempo adiante; assim pudesse ter mais vagar para o recolher e depositar nos Annaes! Entretanto mando a V. S. a excelente Estatística agrária do distrito d'Enghien, pelo botánico Parmentier, que estou certo agradará a V. S., não só pelo plano nella seguido, como pelas noções curiosas da cultura Belgica, que pela maior parte são ignoradas dos estrangeiros; ajunto a este Opúsculo huma memória apresentada aos Estados Geraes sobre a importancia da distillação ordinária de genebra, para augmentar a creação de gado, e conseguentemente a quantidade de estrume para o adôbo das terras. Havendo o Governo proposto hum accréscimo de direito sobre a distilação geral de genebra, os agricultores da Flandres reclamarão contra a sua applicação aos alambiques estabelecidos nas herdades dos quaes os proprietarios e rendeiros abandonando o licor que hé fraco aos seus criados, só approveitarão as fezes para engordar o gado, e augmentar o bom estrume; assim o conseguirão com grande proveito para a agricultura. Certamente o quinto volume dos Annaes nos dará conta dos processos novamente publicados pela Sociedade d'Agricultura de Lião para fazer estrumes artificiaes, porque a analogia d'aquelle clima com o de Portugal, assim como a pouquidade do gado e pastagens em ambos, terão despertado o zelo apaixonado de V. S. para não tardar a comunicá-los ao nosso público.

Com muita satisfação li na Gazeta de Lisboa hum artigo sobre a estima que ali merece a publicação dos Annaes, que continuando como atè agora, elles verificarão o ditado: *vires acquirit eundo*. Assim o desejo, e o espero pelo conhecido talento dos redactores, e pelo prumo dado por V. S. ao seu trabalho. Com tudo, não lhe dissimularei a impressão que me causou o artigo da Resenha Analytica sobre os Lusíadas de Camões publicados pelo Morgado de Matheus, quando o redactor esperançando-nos de *decencia* e *comedimento* para evitar o tom de censor *mordaz e dogmático*, desliza logo de tão bom propósito para alterar huma crítica judiciosa com sem razões pouco merecidas contra o editor, valendo-se contra elle do que exposera nas Notas da Advertencia publicada na segunda edição de Didot, e só por isso conhecidas do redactor. Este modo de retorquir, nem hé decente, nem comedido, antes ajunta á mordacidade o ser fallacioso no fundo e na forma. Hé desconhecer o trabalho improbo que se deu o editor em apurar o texto do Poema, a boa fé, e o afão com que recorreu a nacionaes e estrangeiros, não só para descobrir a edição que lhe faltava das duas publicadas em 1572, mas para recolher a sua opinião e conselho como demostrado hé pelo parecer de António Ribeiro e pelo exame de Joaquim da Costa Macedo; se este levasse avante o seu trabalho como era de esperar da sua diligência e do empenho com que se lhe pedira, livraria o editor dos transes que lhe vi passar pela demora e inexactidão de tal exame, porque certamente a havia, em não amiudar por cópia as differenças que notara, estribando-as pela maior parte só na orthographia. O maior empenho do editor foi em dar hum texto puro segundo a edição princeps do Poema, a sumptuosidade do prelo, a belleza das estampas forão na sua opinião sempre qualidades accesórias e comtudo quanto se lhe imputa, hé o menoscabro do seu desvelo crítico? Por que factos se estofou este, senão pela confissão ingénua desenvolvida nas notas da Advertencia? Antes de ellas apparecerem ninguém suspeitava existir já na Bibliotheca Regia de Pariz a edição que tanto desejara o Morgado de Matheus consultar; se elle o não declarasse duvido muito que outrem diligenciasse descobri-la,

não havendo assaz de curiosidade para desencantar nas Bibliothecas os livros antigos, talvez somente depois da segunda edição de Didot ocorresse o fazê-lo.

Não pode V. S. imaginar a minha magoa ao ler huma censura desregrada dos principios da boa hermeneutica, e da justiça para com hum patrício tão benemérito, qual sempre foi o Morgado de Matheus; se me sobejasse tempo, não custaria muito sustentar o meu dito, e mostrar a precaridade com que o redactor procedeu em fazer d'argueiros cavalheiros, esquecendo-se do preceito de Horácio: «*Non ego paucis offender maculis ubi plura enitescunt*». Ainda passaria pelo severissimo rigor da crítica diante do tribunal do público, a quem compete só decidir entre o editor e redactor, se este não levasse o acinte de desacreditar o Camões do Morgado de Matheus, promettendo no tomo seguinte dos Annaes o exame da orthographia do editor e dos erros da presente edição, de que prometeu a lista a Didot, que projecta imprimir terceira edição (stereotypada) dos Lusiadas conforme à que acaba de publicar. Mais de hum leitor vendo este acinte supporta ao redactor a preocupação da inveja, que Fillinto Elysio denominou *dragão d'atro veneno!* Mal se poderá explicar tamanha indignação pelo único zelo de defender a memória posthuma do P.e Thomaz de Aquino A edição in 4º que o redactor teve em vista para assignalar os erros de que promete exhibir grande copia, he huma *maculatura,* sobre a qual se deu a ultima mão antes de se imprimir os bellos exemplares, porque em hum destes não achei marcadas erradamente as paginas 394, 395, 344, 345, que o redactor desvairado por aquelle mao exemplar assignalou como trocadas.

Os erros que elle assaca, e as emendas que lhes substitue, comprometterão muito o seu critério com o público sensato. *O fiel Egas amo* longe de ser erro, hé a autoridade citada por Moraes, definindo, a palavra *amo;* como se appelidaria a emenda: *o fiel Egas, amo?* Não hé mais feliz a outra do Cant. 8, est 85: «co'a falsidade» em vez de «*co a falsidade*» segundo a emenda, o Gama faria huma invectiva, quando elle deriva mui habilmente da malicia, da nequicia, e falsidade humana a mà suspeita que o Rei delle concebêra. Enquanto ao erro do Cant. 9. est. 16 *temidos* por *timidos,* direi que a harmonia justifica a emenda, mas a razão está por esta variante da lição commum das precedentes edições: os nossos argonautas voltando a Lisboa, porque virião *timidos?* Como virão timidos e ledos, e porque a glória da façanha commetida, a alegria de rever a pátria até dobrar o Cabo da Boa Esperança? Se Camões escreveu *timodos,* hé huma das bastantes culpas veniaes que cometteu por descuido. No meu exemplar o verso 8 da Est. 13 do Cant. 10 acha-se assim escrito: *Que verà tanto obrar tão pouca gente.* Assim não entendo onde está o erro, para avaliar a emenda.

Tornando à ameaça de se publicar na edição stereotypa a lista dos erros desta edição, direi a V. S. que me horrorisou semelhante propósito, como o despejo com que hé feito, compromettendo desde já o carácter de Didot, em se deixar embahir pelo falso zelo de dar ao público o texto puro de Camões que ainda se julga incorrecto na Edição Matheus. Não creio que sem permissão do editor possa elle publicar o stereotypo, ou que se arroje com abuso da boa fé, inserir nelle furtivamente mais do que elle permittir.

Que differença de escrúpulo, de crítica, e de trabalho entre os editores dos Lusiadas e do Hyssope! Este não achou nos Litteratos a que recorreu, senão o conselho de alguns, menos desleixados, e somente depois da impressão do Poema recebeu hum manuscrito de cuja tardança se lastima; aquelle longe da pátria, como o outro, não procurou menos haver todas as edições precedentes, e differentes exemplares

delles, recorreu a nacionais e estrangeiros, de todos houve seguido conselho, e quando se persuadia não conseguir mais noções estranhas aprumou o seu juizo critico para publicar a sua edição. O trabalho improbo de tantas indagações, da confrontação de todas as edições, o dissabor de ver frustradas algumas dilligencias para constatar a primazia do texto que quiz publicar, o trabalho e assiduidade em adestrar typógraphos ignorantes da nossa lingua, a composição material dos Lusíadas, provão evidentemente que as faltas devem ser imputadas a descuido e presumpção. Se elle alcançasse a segunda edição de 1572, antes de haver publicado os Lusíadas, certamente não repararia na grande despeza de refundir a impressão, como nos affiançou a promptíssima boa fé com que deu ao prélo 13 estancias do Cant. 5 e o supplemento da Nota primeira da Advertencia (refundida na edição em 8°) distribuindo-a às pessoas que possuiam a edição in 4° e facilitando ao público na edição venal a mesma informação, embora ella, rectificando o conceito público, baixasse de alguma sorte o valor da primeira in 4°. Não creio que o redactor encontrará outro exemplo de boa fé tão manifesta entre os editores mais célebres, críticos de renome, e litteratos da primeira ordem, que por vezes nos deixarão, como o redactor, testemunhos da sua bile litterária. Mas o fado adverso que perseguio Camões, parece porfioso em amargurar o seu illustre editor, menoscabando, na opinião de alguns, o grande monumento que lhe erigio em huma edição magnifica, destinada a manter a glória nacional nas Bibliothecas célebres do Mundo e Gabinetes dos Soberanos, a quem só seria permitido invejar a munificencia de hum Portuguez idolatra da sua patria e do Poeta que a celebrou na sua imortal Epopea.

Hé condição mofina para mim ocorrer-me quanta analogia hà entre o Vate e o seu editor, e em este se aplicar os versos do primeiro, queixando-se da ingratidão dos contemporàneos:

A troco dos descansos que esperava,
Das capellas de louro que me honrassem,
Trabalhos nunca usados me inventaram,
Com que em tão duro estado me deitaram.

O desafogo que tomei em escrever esta longa carta a V. S. deriva do sentimento da injustiça praticada com o Morgado de Matheus, e da mágoa de ella se ter commetido nos Annaes, que V. S. redige, donde receio lhes venha desfavor na opinião pública, que muito desejara lhes fosse em tudo propícia; o conceito dos imparciaes será o de Camões:

Que posto que em Scientes muito cabe,
Mais em particular o experto sabe.

Desejo a V. S. a mais feliz saude, e offereço a minha boa vontade para quanto for do seu agrado. Bruxellas 21 de julho de 1819».

Francisco José Maria de Brito (184)

(184) Anne Gallut, idem, pp. 348-351.

—XI—

O MORGADO DE MATEUS SEGUNDO AFRÂNIO PEIXOTO

«Dom José Maria de Sousa Botelho Mourão e Vasconcelos nasceu no Pôrto, a 9 de Março de 1758, de nobilíssima família, donde lhe veio o ser moço fidalgo, segundo senhor de Ovelhas de Marão, morgado de Matheus e administrador de outros vínculos, Cumieira, Sabrosa, Arroios, Moroleiros, Fontelas, alcaide-mor de Bragança, comendador da Ordem de Cristo, etc., além de postos diplomáticos que seus talentos e serviços grangearam.

Fêz bons estudos na Universidade de Coimbra, entrando depois para o exército, onde serviu até 1791, sendo neste ano nomeado ministro plenipotenciário de Portugal na Suécia, e, em 1795, na Dinamarca. Volveu à Pátria em 1799, por morte do rei. Serviu em Espanha e na Inglaterra. Casou-se em 1783 com D. Maria Teresa de Noronha, nobilíssima filha de D. José de Noronha e D. Mariana Ribeiro Soares, da nobre casa dos Condes de Belmonte, que perdeu, quando dela houve um filho, em 1785, D. Luís de Vila-Real.

Depois dessas missões diplomáticas veio finalmente servir na legação de Paris, em 1802. Aí, casou-se, em segundas núpcias, com a condessa de Flahaut, que anos antes, ainda solteiro, conhecera em Hamburgo, entre nobres emigrados franceses fugidos da grande Revolução.

Por intrigas da Chancelaria inglesa, e secreta e justificada má vontade de Talleyrand, foi retirado de Paris e enviado ministro plenipotenciário em San-Petersburgo, em 1805: partiu de Paris, mas pediu, antes de chegar à Rússia, demissão, voltando à França. Foi daí que se deu às letras, empreendeu a monumental edição d'*Os Lusíadas* (1817), traduziu para o vernáculo e imprimiu, as Cartas de Mariana Alcoforado «*Lettres Portugaises*», Paris, Didot, 1824 e empreendia uma «*História de Portugal*», quando veio a falecer, em Paris.

Nos meios diplomáticos europeus, o morgado de Mateus, como é mais conhecido em Portugal ,adoptou o nome de Marquês de Sousa Botelho, e sua segunda mulher, o de Marquesa de Sousa, ou simplesmente Madame de Sousa, nome que viria a ilustrar com o seu talento, as suas publicações, e o encanto de grande dama do século XVIII, nos vários e perturbados regimes do começo do XIX século.

Adelaide Marie Emilie Filleul, nascida em Paris aos 14 de Maio de 1761, era da média burguesia, que a orfandade havia de confiar a um convento, para educar-se. Aí, aos dezoito anos, formosos e prendados, a colheria o Conde de Flahaut de la Billarderie, para desposar a sua nobreza e a sua posição, compensadoras de cinqüenta e sete anos bem passados. Era o marido intendente dos jardins e dos gabinetes do Rei e habitava o Louvre; a posição e as seduções da Côrte, não protegida pelo amor, levaram a espôsa a não resistir ao jovem Talleyrand, então abade de Périgord, de quem houve um filho, Charles de Flahaut, ao qual a fortuna galante iria também sorrir.

Por isso, a-pesar da moral fácil da época, em que tudo era lícito, guardadas apenas as belas aparências, que eram tôda a virtude, seu cunhado, d'Angiviller, irmão de Flahaut e intendente dos palácios reais, dissera dela, talvez considerando a infracção à honra conjugal: *C'est une méchante femme*... Seria exigente e injusto. «Ela tinha,

disse uma grande artista e dama de sociedade, capaz de a julgar, lindo porte, rosto encantador, os olhos mais espirituais do mundo, e tanta amabilidade que um dos meus maiores prazeres era passar o serão em sua companhia» (Madame Vigée-Lebrun, *Souvenirs*, t. I, p. 272). Chênedollé, o poeta lamartiniano *avant Lamartine*, viria a dizer dêsses olhos: «ela os faz de veludo quando quer, e faz com eles, patas de veludo...». Amável e agradável, assim, «como resistir às seduções fáceis da mocidade, num tempo ainda mais fácil, embora, ou por isso mesmo, um velho e honrado marido?».

Madame de Flahaut partiu para a Alemanha na companhia do filho menor, no começo da Revolução, que, pouco depois, lhe prendia o espôso. Conseguindo escapar-se da prisão, e já a salvo, sabe, porém, Flahaut que o seu advogado fôra prêso, por culpado da evasão, e, por isso, ia morrer: compareceu ao Tribunal revolucionário, para defender o inocente e, prêso de novo, foi guilhotinado, em 1793. Confiscados os seus bens, ficou na penúria a mulher, errante pelo strangeiro: para viver fêz-se autora, publicando romances, que lhe deram, além de alguns meios, a celebridade. «*Adèle de Sénanges*», Londres, 1794, depois «*Émilie et Alphonse ou le danger de se livrer a ses prmières impressions*», Paris, 1799, são dessa época.

Estava em Hamburgo, quando se avistou com Sousa Botelho, então ministro português na Dinamarca, e aí lhes nasceu a mútua simpatia que, aliada ao gôsto comum das letras, mais tarde, os devia unir. Contaram as más línguas da época que, estando adiantada a côrte, ocorreu a chegada de Talleyrand, que vinha da América. Madame Flahaut intercedera por que se não demorasse, temendo viesse a prejudicá-la: um mês inteiro o pouco escrupuloso Bispo d'Autun permanecera em Hamburgo, como êle próprio o confessa (Talleyrand, *Mémoires*, t. II, pág. 210), dando naturalmente pretextos à maledicência (Cf. J. Turquem, *Les femmes de l'émigration*, Paris, 1911, t. I, pág. 327).

Talvez por isso, só mais tarde, em 17 de Outubro de 1802, já ministro em Paris, Sousa Botelho e a célebre romancista, reintegrada na sociedade francesa e na amizade influente de Madame de Beauharnais, a omnipotente Josefina, e de Madame Tallien, a bela «Notre Dame de Thermidor», e outras grandes damas do novo e do velho regime, permitiu o mútuo gôsto juntarem-se, em casamento, agora sob a égide diplomática de Talleyrand, cuja estrêla começara o seu longo apogeu. Maricourt, o biógrafo de Madame de Sousa, diz que ela o amou. E êle ficou tocado dessa paixão que inspirava a-pesar dos seus quarenta e quatro anos (Baron André de Maricourt, *Madame de Souza et sa famille*, 5e ed., 1914, Paris, pág. 216).

Madame de Sousa continuou a publicar romances, da mesma fama dos primeiros, «*Charles et Marie*», Paris, 1802, «*Eugène de Rothelin*», Paris, 1808, «*Eugénie et Mathilde*», Paris, 1811... e foi, sob o seu novo nome, uma notoriedade compensadora para o do marido que lhe perdoara o passado, em troca do encanto e do agrado de sua pessoa e de suas maneiras. Diz muito bem o biógrafo: «O gôsto que êles tinham pelas letras levou-os a se unirem, e esta união foi das mais felizes». O próprio Sousa Botelho o confessa: «Melancólico por natureza, casei-me para que me alegrásseis, e vos sou grato por tê-lo conseguido» (Maricourt, *op. cit.*, pág. 218). E assim foi, de facto, alegria e felicidade. Quando Sousa Botelho veio a faltar, o filho do seu primeiro casamento, o Conde de Vila-Real, teve com a madrasta tôdas as atenções e tôdas as generosidades. E que as merecera.

Sainte-Beuve, que a retratou literàriamente nos seus magníficos *Portraits de*

femmes, disse dela e dos seus romances: «Aqueles que conheceram Madame de Sousa nela encontraram êsse supremo senso das conveniências que tão bem ela pintou nos seus livros, e jamais essas palavras inúteis que ao acaso se ensaiam, como tanto se faz hoje em dia; um modo de exprimir-se claro e definido, um arranjo de pensamento simples e engenhoso, agudo sem pretensão, expressões que, mau grado nosso, perduram, alguma coisa enfim do que distinguiu o século XVIII, de Fontenelle ao abade Morellet, com uma pontinha de sentimento peculiar às mulheres. Moralista dos meandros do coração, ela pouco acredita nos progressos de hoje, e poderia ser severa com as nossas ruidosas desordens, se sua indulgência amável acaso pudesse ser severa». *(Portraits de femmes,* 1845 ,pág. 59).

Esse aticismo, feito de educação e de reserva, se traduz em muitos dos seus juízos, por exemplo, para citar um, neste, caraterístico: «Os defeitos de que nos gabamos assemelham-se à fealdade enfeitada: exibem-se em tôda sua extensão». É bem século XVIII, sociedade fina, polida, correcta, que se poderia moralmente simbolizar no dito de um dos seus, aquele mesmo Talleyrand: «Isto é mais que um crime, é uma falta...» Antes louco ou criminoso, que impolido ou inconveniente.

Foi esta a espôsa, grande dama e dama de espírito, com que Sousa Botelho ornou a sua madureza e que lhe estendeu o nome a uma celebridade duradoura, de bom gôsto e de belo espírito.

Charles de Flahaut, o filho de Talleyrand, o enteado de Sousa Botelho, êsse teria fortuna nas armas, no Império, e bravo, e belo, e bem educado, seduziria a Hortênsia de Beauharnais, raínha de Holanda por seu marido Luís Bonaparte, dando-lhe um filho, que viria a ser o duque de Morny, famoso homem público — em todos os sentidos — homem político, homem de negócios, homem de amor — no Segundo Império, graças ao seu colaço Napoleão III, que lhe reconhecia o sangue e as aptidões. Filho adulterino, não o poude guardar a seduzir Hortênsia, e a avó, Madame de Sousa, foi a educadora do jóvem Morny, que cresceu no lar de Sousa Botelho, à rua Verte (hoje, de la Pépinière), depois à rua de L'Évêque, em Paris, chorando por êle, quando lhe faltou, em 1825.

Não deixa de ter interesse e curiosidade êste incidente, de Sousa Botelho esposado a uma grande dama do século XVIII, autora célebre e que havia de celebrizar o nome dêle na Europa e na literatura francesa, cujo filho, havido de Talleyrand, havia de ter, de uma raínha, enteada e cunhada de Napoleão, Hortênsia, a filha de Josefina e mãe de Napoleão III, um filho, dandy, donjuan, *brasseur d'affaires,* condutor de homens, que viria reger a festa do Segundo Império com elegância e habilidade, o Mora, da esplêndida caricatura de Alfonse Daudet, seu secretário, no *Nabab,* o autêntico duque de Morny...

Um dos recentes biógrafos de Morny, diz, de Sousa Botelho: «êste homem de bem, um tanto triste, foi o melhor marido; atencioso, polido e nada cioso de uma autoridade, que aliás lhe não contestavam, amava as letras, traduzia Camões em francês *(sic)*; e levava a delicadeza, talvez a virtude, até não se mostrar de modo algum zeloso dos sucessos literários de sua mulher. Seu próprio filho manteve até o fim os mais afectuosos sentimentos para com a madrasta: tanto vale para significar a que ponto reinava a inteligência — em todos os sentidos da palavra — nesse perfeito casal» (M. Boulanger, *Le Duc de Morny,* Paris, 1925, pág. 16)» (135).

(135) *Ensaios Camonianos,* Coimbra, Imprensa da Universidade, 1932, pp. 346-354.

— XII —

MAIS ALGUNS DEPOIMENTOS

1.º — *Opinião de Sainte-Beuve:*

«Puisqu'il s'agit du Camoens, que ce nom soit une occasion de signaler publiquement à la reconnaissance des Portugais et des poètes un nom qui s'est inséparablement associé à ce grand nom. Placé dans un rang élevé, M. de Souza n'a pas cru y déroger en enrichissant la littérature de sa patrie d'une édition du Camoens. Les soins, le temps, ni les dépenses ne furent épargnés à cet acte de dévouement.

On recueillit à grands frais dans toutes les bibliothèques de l'Europe les détails épars d'une vie qui fut à la fois si malheureuse et si obscure et après des années de recherches, à la tête des oeuvres du poète reproduites dans tout l'éclat du luxe typographique, l'illustre éditeur put enfin placer l'histoire complète de cette vie tant méditée, magnifique et pieux monument élevé à la mémoire du génie» (136).

Este artigo foi datado de 18 de Dezembro de 1824.

2.º — *Opinião do Marquês de Valori:*

«La plus belle édition qui existe en texte seulement, est sortie des Types de Firmin Didot; elle a été publiée sous les auspices d'un favori des muses et des arts, dont le nom se rattache à la célébrité de l'Homère portugais et seul est un éloge, M. le marquis de Souza-Botelho» (137).

3.º — *Carta do Morgado de Mateus aos conservadores da Biblioteca Real, Van-Praet e Capperonnics:*

Paris le 13 Septembre 1817

Messieurs,

Je viens de terminer une édition du Camões: c'est une espèce de / monument que j'ai voulu ériger à ma Patrie et au Poète qui l'a / tant illustré: les plus habiles artistes Français ont concouru à / rendre l'exécution de cette entreprise digne de sa destination. /

Cet ouvrage ne devant pas être vendu, je regarde comme un devoir d'en offrir un exemplaire à la Bibliothpque Royale / et je serais trés reconnaissant, Messieurs, que vous vouliez bien / l'insérer dans le catalogue de ce magnifique établissement./

(136) Saint-Beuve, *Premiers Lundis*, Paris, Lévy Frères, 1874, tomo I, pp. 15-16.

(137) Oeuvres poétiques du marquis de Valori, Paris, 1830, p. 245.

J'ai l'honneur d'être avec une considération distinguée / Messieurs.

A Messieurs Capperonics & Van-Praet / Conservateurs Administrateurs / de la Bibliothèque Royale. /

Votre très humble et obéissant / serviteur / D. Joseph Marie de Souza

4.° — Ode de Filinto Elysio (Francisco Manuel do Nascimento)

Ode
Ao Ill.mo e Ex.mo D. Joseph Maria de Souza.
Illum aget penna metuente solvi
Fama superstes.
Horat. Lib. 2, Od. 2.

Amador de Camões, de honrar a Pátria,
Que honrarão teus Avós, irás subindo
A par do Vate, a par do ínclito Gama,
Onde assento obtem raros.

Qual vai o som da Tuba do Poeta
Rebolando, na amplidão do ethéreo pólo,
Irá teu nome co'elles ladeado
Das mais nóbres Virtudes.

Irá o Dóte de teu vasto Ingenho
Allumiado com mil astros splêndidos
De altas Sciências de ingenhosas Artes,
Que Bom Gôsto assazoa;

Que a modestia realça, quando acânha
Da vaidade os impetos. — Oh Souza,
Vivirás, quando vivão os Lusíadas,
A Pátria aos Lusos Caro.

Nota: O elogio, que de Camões e da nova magnifica edição, publica o *Diário* de Paris, me fez rascunhar essa insipidez, indigna do insigne Poeta, e do eruditissimo Editor. Mas tudo se perdoa a uma Musa mais que octogenária (*Obras Completas de Filinto Elysio*, Paris, A. Bobée, tomo XI, 1819, pp. 51-52).

Uma leitura alegórica do *Auto dos Anfitriões* de Camões

Por ANTÓNIO CIRURGIÃO

Ipse enim Christus verus fuit Hercules, qui per vitam aerumnosam omnia monstra superavit et edomuit.

Guillaume Budé. *Opera* (Bâle, 1557), II, 308.

Que la plus-part des choses qu'on escrit
D'Hercule, est deüe au seul Jesuschrist.

Pierre de Ronsard. *Oeuvres*. STFM Paris, 1914 et suiv.

Par Alména peut on entendre la glorieuse vierge Marie, qui par coopération du Saint Esprit et sans semence d'omme, conceüt et enfenta le Filz de Dieu.

Bersuire, *apud Metamorphosis ovidiana moraliter a magistro* Thomas Walleys [...] explanata (Paris, 1509), f. 79 G.

(Hercules) devient un des champions dans le débat entre le christianisme et le paganisme, en prouvant l'utillité des fables, soit sur le plan moral, soit dans un contexte plus chrétien, et tant que préfiguration du Christ.

Marc-René Jung. *Hercule dans la littérature française du XVI^e^ siècle* (Genève, 1966), p. 116.

Num estudo magistral, que é a Introdução à *Imagem da Vida Cristã* (em tradução espanhola), o grande lusófilo Edward Glaser, falando do uso que Frei Heitor Pinto faz da Sagrada Escritura, diz o seguinte:

> De acordo com uma venerável tradição que data do século IV cada versículo da Bíblia admite quatro espécies de

> interpretação: o *sensus litteralis* ou *historicus* nada mais exige que uma aclaração literal do texto; o *sensus tropologicus* pressupõe que a exposição deverá procurar uma lição ou correctivo moral; o *sensus allegoricus* consiste em demonstrar que os factos compilados no Antigo Testamento prefiguram o plano divino da salvação que se revela nos Evangelhos; e, por último, o *sensus anagogicus* serve para provocar a elevação espiritual dos fiéis à contemplação das coisas divinas (tradução nossa) (1).

O que se fez para a Sagrada Escritura foi, de certo modo, aplicado às grandes obras da literatura universal, desde Homero a Virgílio, desde Dante a Petrarca. Sirva de exemplo a famosa IV Écloga de Virgílio e as leituras messiânicas de que tem sido objecto através dos tempos. Terá Camões escapado a esses diversos níveis de interpretação, mormente à interpretação alegórica? De forma alguma. A realização deste simpósio camoniano é uma das provas irrefutáveis desse facto. Veja-se, por exemplo, o caso de *Os Lusíadas*. A preocupação em dar um sentido alegórico ao poema impôs-se de tal maneira, desde a sua elaboração, que o primeiro a fazer essa espécie de leitura foi o próprio autor, no corpo do poema. Independentemente dos mil e um motivos (desde a crença pessoal do poeta à pressão das autoridades eclesiásticas) que poderão ter levado Camões a incluir no poema aquelas célebres oitavas do Canto X, em que as divindades do mundo pagão são reduzidas a meras figuras de retórica e a procuradoras de entidades sobrenaturais do mundo judaico-cristão, a verdade é que o autor do *Auto dos Anfitriões* foi o primeiro a colocar nos lábios do leitor e do crítico as palavras mágicas que poderão ajudá-los a desvendar o enigma da Esfinge. Eis as oitavas em que Camões, pela boca de Tétis, assume o papel de crítico da sua própria obra, fazendo uma leitura alegórica no ponto em que ela poderia provocar os raios fulminantes da «santa e geral inquisição»:

> Aqui os verdadeiros gloriosos
> Divos estão, porque eu, Saturno e Jano,
> Júpiter e Juno, somos fabulosos,
> Fingidos de mortal e cego engano:

(1) Edward Glaser, «Introducción» a Fray Héctor Pinto, *Imagen de la Vida Cristiana* (Barcelona, 1967), p. 34.

Só para fazer versos deleitosos
Servimos, e, se mais o trato humano
Nos pode dar, é só que o nome nosso
Nestas estrelas pôs o engenho vosso.

E também porque a santa providência,
Que em Júpiter aqui se representa,
Por espíritos mil, que tem prudência,
Governa o mundo todo, que sustenta:
Ensina-no-lo a profética ciência,
Em muitos dos exemplos, que apresenta,
Os que são bons, guiando favorecem,
Os maus, enquanto podem, nos empecem.

Quer logo aqui a pintura varia,
Agora deleitando, ora ensinando,
Dar-lhe nomes, que a antiga Poesia
A seus deuses já dera, fabulando:
Que os Anjos da celeste companhia
Deuses o sacro verso está chamando,
Nem nega que esse nome preminente,
Também aos maus se dá, mas falsamente.

Enfim que o sumo Deus, que por segundas
Causas obra no mundo, tudo manda: (2):

Para o nosso propósito, dois pontos essencialmente convém acentuar: primeiro, que o poeta se serve de Júpiter, deus supremo do mundo greco-romano, para representar «a santa providência», ou seja, o Deus do Cristianismo; segundo, «Que os Anjos da celeste companhia / Deuses o sacro verso está chamando», o que quer dizer que Camões tem conhecimento de que alguns poetas se servem de entidades sobrenaturais do mundo cristão para representar divindades do mundo pagão.

Para tranquilizar as consciências delicadas, numa época em que a vigilância da «santa e geral inquisição» queria, a todo o custo, preservar as almas das ocasiões do pecado, o censor de *Os Lusíadas*, Frei Bartolomeu

(2) Luís de Camões, *Os Lusíadas*, Porto, Lello & Irmão, (1949 — edição facsimilada), Canto X, 82-85.

Ferreira (3), também achou por bem dar uma interpretação alegórica às divindades pagãs que povoam as páginas do poema:

> Vi por mandado da santa e geral inquisição estes dez Cantos dos Lusíadas de Luís de Camões, dos valerosos feitos em armas que os Portugueses fizeram em Ásia e Europa, e não achei neles cousa alguma escandalosa, nem contrário à fé e bons costumes; somente me pareceu que era necessário advertir os Leitores que o Autor, pera encarecer a dificuldade da navegação e entrada dos Portugueses na Índia, usa de uma ficção dos Deuses dos Gentios. E ainda que santo Agostinho nas suas Retratações se retrate de ter chamado, nos livros que compôs de Ordine, às Musas Deusas, todavia, como isto é poesia e fingimento, e o Autor, como poeta, não pretenda mais que ornar o estilo Poético, não tivemos inconveniente ir esta fábula dos Deuses na obra, conhecendo-se por tal, e ficando sempre salva a verdade de nossa santa fé, que todos os Deuses dos Gentios são Demónios (4).

Desde que o leitor tenha sempre bem presente no espírito que «todos os Deuses dos Gentios são Demónios», pouco importa, segundo o censor, que o poeta deles se tenha servido para «ornar o estilo Poético». Tanto mais que o poeta português, Camões, estava em muito boa companhia: na do grande Santo Agostinho, o qual tinha chamado «às Musas Deusas».

Tendo demonstrado, com argumentos irrefutáveis (pois foi essa a

---

(3) Quanto às razões que poderão ter levado Frei Bartolomeu Ferreira a fazer essa generosa leitura de *Os Lusíadas*, veja-se, por exemplo, *Casa de Camões em Constança*, de Maria Clara Pereira da Costa (Lisboa, 1977). Munida de uma documentação abundante e sólida, a autora encontrou uma explicação plausível para essa atitude do censor. Segundo ela (*vide* pp. 92 e segs.), entre Camões e Frei Bartolomeu Ferreira poderia ter havido relações de amizade, uma vez que Camões frequentava muito o convento dos dominicanos.

Segundo Jorge de Sena, a atitude positiva de Frei Bartolomeu Ferreira quanto ao maravilhoso pagão do poema teria outra explicação: a ignorância do censor: «Ora isto, ao contrário de parecer revisto à ordem de Fr. Bartolomeu Ferreira, é coisa de tamanha gravidade teológica em matéria de ortodoxia que a sua existência no poema só se explica pelo facto de ele não ter felizmente entendido» (Jorge de Sena, *A estrutura de «Os Lusíadas» e outros estudos camonianos e de poesia peninsular* [Lisboa, 1970], p. 73).

(4) Luís de Camões, *Os Lusíadas* (Porto, Lello & Irmão, 1949), «Privilégio Real».

vontade expressa do autor, corroborada pela do censor), que *Os Lusíadas* admitem uma leitura alegórica, parece curial perguntar se o *Auto dos Anfitriões* não será também susceptível de leitura idêntica.

E se Júpiter, que em *Os Lusíadas* representa a «santa providência», representasse no *Auto dos Anfitriões* o divino Espírito Santo? E se Alcmena representasse a Virgem Maria? E se Mercúrio representasse o arcanjo S. Gabriel? E se Hércules representasse Jesus Cristo? E se Anfitrião representasse José, esposo de Maria? É a estas perguntas que se vai procurar responder no presente ensaio.

Repare-se, já de início, que, baseado no *Anfitrião* de Plauto, o *Auto dos Anfitriões* difere do modelo em vários aspectos (5), sendo o primeiro deles o título, um anfitrião na peça do autor latino e dois anfitriões na peça do autor portugus, por razões fáceis de compreender. As duas tragicomédias diferem no número e natureza das personagens: Mercúrio, Sósia, Júpiter, Alcmena, Anfitrião, Blefaro e Brómia, em Plauto; e Anfitrião, Alcmena, Brómia, Sósia, Belferrão, Júpiter, Mercúrio, Aurélio, Feliseu e Calisto, em Camões. Um outro aspecto fundamental em que as duas peças diferem é a não referência, em Camões, ao facto de Alcmena andar grávida de Anfitrião, quando Júpiter a conhece, biblicamente falando, nem ao facto de vir a ter outro filho, além de Hércules. A peça de Camões difere do modelo no facto de Mercúrio ser utilizado para anunciar a visita de Júpiter, o que não acontece em Plauto. Aspecto importante também é o retrato em Camões de um Júpiter cheio de propósitos sublimes e transcendentes, desprovido de quaisquer desejos carnais, ao contrário do que acontece em Plauto, em que Júpiter se apresenta como um fauno desbragado, desejoso de satisfazer os seus instintos sensuais.

Além do seu génio poético e do seu extraordinário poder criativo, teria Camões à sua disposição elementos que lhe permitissem fazer do *Auto dos Anfitriões* uma alegoria da Anunciação do Anjo e da Conceição Virginal de Maria e do mistério da Incarnação da Segunda Pessoa da Santíssima Trindade? Sim, tinha esses elementos e em grande abundância. Vejamos alguns deles, muito brevemente.

Uma das obras que Camões terá conhecido, segundo alguns dos seus

(5) Sobre outras diferenças entre o *Anfitrião* de Plauto e o *Auto dos Anfitriões* de Camões, veja-se, por exemplo, Hernâni Cidade, *Obras Completas* de Luís de Camões (Lisboa, 2.ª ed., 1956), vol. III, pp. XV-XVII. Hernâni Cidade, no «Prefácio», chama a atenção para essas diferenças, transcrevendo uma passagem de Bouterwek (pp. XV-XVI).

comentaristas, é *Diálogos de Amor* do português italianizado Leão Hebreu. Filon e Sofia, as personagens simbólicas dos *Diálogos de Amor*, estão a comentar o «Mito da Cosmogonia», e, indirectamente, o mito da genealogia dos deuses. Tendo Filon acabado de expor o paralelismo entre a criação da luz, no Génesis, e a «fábula do parto de Latona», mãe de Diana e de Apolo, a lua e o sol, respectivamente, Sofia faz esta breve observação e pede a Filon que lhe fale dos amores entre Júpiter e Alcmena:

> Sofia. Muito me apraz esta alegoria e a conformidade que tem com a criação narrada na Sagrada Escritura Mosaica, e a sucessão das obras dos seis dias, umas após as outras; e verdadeiramente é de admirar poder ocultar-se coisas assim tão grandes e sublimes sob o véu dos amores carnais de Júpiter. Dize-me também se nos amores de Alcmena há algum significado.
>
> Filon. Conta o mito que Júpiter se enamorou de Alcmena e a conheceu sob a forma de Anfitrião, seu marido, e dela nasceu Hércules. E tu sabes que Hércules, entre os gregos, quer dizer homem digníssimo e excelente em virtudes, e os homens assim nascem de mulheres bem proporcionadas, belas e boas, como aconteceu com Alcmena que foi honesta e amante formosa de seu marido; e de tais mulheres costuma enamorar-se Júpiter e comunicar-lhes as suas virtudes joviais, de forma a que concebam principalmente dele, Júpiter. E o marido dessas mulheres é como que o instrumento da concepção, o que quer dizer que Júpiter a conheceu sob a forma de Anfitrião, seu marido. Porém, o sémen de Anfitrião, se não fosse o poder e influência de Júpiter, não seria digno de gerar Hércules em Alcmena, o qual, pelas suas virtudes divinas, provenientes de Júpiter, foi verdadeiro filho de Júpiter, e, figurativamente, ou instrumentalmente, de Anfitrião: e assim se entende de todos os homens excelentes, que também se podem chamar Hércules, como o ilustríssimo filho de Alcmena (6).

(6) Leone Ebreo (Guida Abarbanel), *Dialoghi d'Amore* — a cura di Santino Caramella (Bari, 1929), pp. 127-128. A 1.ª edição é de 1535. A tradução é minha, uma vez que a que Reis Brasil lançou no mercado é péssima.

Repare-se que a preocupação fundamental de Leão Hebreu é demonstrar que Anfitrião, esposo de Alcmena, foi apenas um instrumento na geração de Hércules, tal como José, esposo de Maria, o foi na geração de Jesus. E note-se também que um dos propósitos de Leão Hebreu é harmonizar as fábulas do mundo pagão com os livros da Sagrada Escritura, o que ele tenta fazer por meio da interpretação alegórica dessas fábulas.

Mas Camões, além de Leão Hebreu, tinha à sua disposição muitas outras fontes e muitos outros exemplos que o autorizavam a tratar os mistérios do mundo judaico-cristão por meio de fábulas do mundo greco-romano. E, no caso particular das afinidades entre a lenda de Hércules e a vida de Cristo, dispunha Camões de uma velha e veneranda tradição, apoiada por abundante bibliografia. Na impossibilidade de fazer referência pormenorizada a tudo quanto existe sobre o assunto, vamos limitar-nos a chamar a atenção para uma obra relativamente recente que trata quase exaustivamente de Hércules na literatura francesa no século XVI e que contém abundante bibliografia sobre a cristianização de Hércules, através dos tempos. O capítulo quinto dessa obra abre com as seguintes palavras:

> A atitude do cristianismo para com a mitologia não foi sempre a mesma. Os padres da Igreja viam-se em face de deuses pagãos cujo culto existia ainda e que representavam, portanto, um perigo para a Igreja. Os deuses eram um inimigo; podiam influenciar os espíritos da mesma maneira que a religião cristã. Porém, após a vitória do cristianismo, estes mesmos deuses tinham perdido a sua força «religiosa», mas continuavam a viver na sua qualidade de nomes, fábulas, figuras morais. Estavam, por conseguinte, mortos na sua parte mais perigosa, mas continuavam vivos sob muitos outros aspectos. Uma vez que não se tinha conseguido eliminá-los completamente, procurava-se assimilá-los. Chegou-se assim a uma interpretação alegórica da mitologia, à «philosophia moralis», ou — pelo evemerismo — a uma reabilitação dos deuses, fazendo deles homens virtuosos e dignos de admiração e de reconhecimento, pelas mesmas razões por que assim eram consideradas as personagens do Antigo Testamento. Mas a ascenção cristã de Hércules não teria sido possível, se o herói não fosse mais de um homem virtuoso. A assimilação de Hércules a Cristo, cujo

exemplo mais perfeito é o *Hércules cristão* de Ronsard, deve-se a uma outra interpretação, ou seja a interpretação tipológica. Praticada pelos Padres da Igreja e pelos escolásticos quanto ao Velho Testamento, essa interpretação estende-se também à mitologia. As personagens transformam-se em tipos, prefigurando este ou aquele episódio da vida de Cristo.

Não é este o lugar de referir todas as afinidades entre a lenda de Hércules e a vida de Cristo, nem de mostrar que a teologia herculana e a cristologia se influenciam mutuamente. Encontra-se uma síntese excelente no estudo de M. Simon sobre *Hercule et le christianisme*. Porém, esta longa evolução, a nosso ver, não se aplica ao Renascimento, o qual não se distingue da Idade Média no domínio da interpretação da mitologia (tradução nossa) (7).

Nas páginas segguintes, o autor apresenta um resumo da utilização de Hércules, por parte dos teólogos, escritores, pintores e escultores, para representar figuras do Antigo Testamento, como Sansão e David, e, sobretudo, para prefigurar Cristo.

Entre os escritores que, no século XVI, em França, vêem Cristo em Hércules, refere Marc-René Jung um contemporâneo dt Camões, Pierre Ronsard (1524-1585), o qual, no seu *Hercule Chrétien*, estabeleceu 18 paralelos entre Hércules e Cristo. Ei-los, nas palavras do autor, Ronsard, e de Marc-René Jung:

1) As três «noites» de Júpiter junto de Alcmena são «un nombre d'ans» que devia passar antes do nascimento de Jesus.
2) As serpentes enviadas por Juno para matar Hércules recém-nascido são os emissários de Herodes.
3) Julgava tratar-se de filhos de homens, de José e de Anfitrião, quando, na realidade, os verdadeiros pais eram Deus e Júpiter.
4) Os monstros vencidos por Hércules são o vício e os pecados

Que Jesuschrist par le céleste effort
De sa grand Croix mis tout d'un coup à mort.

(7) Marc-René Jung, *Hercule dans la littérature française du XVI^e siècle — De l'Hercule courtois à l'Hercule baroque* (Genève, Librairie Droz, 1966), p. 105.

5) Hesíona e Prometeu libertados significam a natureza humana libertada dos laços do pecado e da lei antiga (= a águia de Prometeu).
6) A obediência a Euristeu é a obediência a Deus Pai.
7) A inveja de Juno é a inveja de Satã.
8) Hércules vencedor de Plutão e libertador de «Euryvie» é Jesus ressuscitando Lázaro e vencendo a morte.
9) Hércules repudiando Dejanira para se casar com Iola que outra coisa é

Sinon Jésus, qui l'ancienne Eglise
Des premiers Juifs pour femme refusa,
Et des Gentils l'Eglise il espousa?

10) Hércules toma a túnica de Néssus, «l'habit de son espouse»; Jesus Cristo

... vestit l'humain habillement
De son Eglise, et l'aima tellement
Qu'en sa faveur receut la mort cruelle
Estant vestu des habillements d'elle

11) Hércules e Atlas sustentando o céu são o Pai e o Filho sustentando o mundo.
12) Caribdes tragou um dos bois de Hércules; Satã arrebatou Judas «de la bande de Jesuschrist».
13) Perseguidor do mal e salvador: dois epítetos que se aplicam tanto a Hércules como a Cristo.
14) Os gigantes vencidos por Hércules por ocasião do seu ataque contra o céu são os ateus domados por Cristo.
15) O monte Oeta é o monte Calvário.
16) *Hercule ayant une masse de bois*
Vint aus Enfers: Jésus ayant sa Croix
Y vint aussi.

Hércules libertou Teseu e Pirítoo; Jesus, as almas dos justos.

17) *Hercule mort, vivant se présenta*
A Philoctète: et Jésus a la bande
Des douze siens...
18) No céu, Hércules desposou a Juventude, e Cristo, a Eternidade (tradução nossa) (8).

(8) *Op. cit.*, p. 113.

Tendo demonstrado que não faltavam a Camões exemplos da utilização de Hércules como prefiguração dt Cristo, podemos proceder à análise do *Auto dos Anfitriões.*

Diz a tradição cristã, abundantemente comprovada pelas obras dos exegetas e pelas artes plásticas, que Maria estava absorvida em profunda oração quando o arcanjo S. Gabriel apareceu para lhe anunciar o mistério da sua conceição virginal, por obra e graça do Espírito Santo. Logo na abertura do *Auto dos Anfitriões,* deparamos com Almena a fazer sacrifícios aos deuses, enquanto sua criada Brómia vai ver se consegue novas do seu marido Anfitrião:

> Alcmena: Dizei logo a Feliseu
> Que chegue muito apressado
> Ao cais e busque meio
> De saber (se) algum recado
> Do porto pérsico veio.
> E mais lhe haveis de dizer,
> (Isto vos dou por ofício)
> De alguma nova saber,
> *Enquanto eu vou fazer*
> *Aos deuses o sacrifício* (sublinhado nosso) (9).

Pecam Adão e Eva e são expulsos do Paraíso Terreal; mas o Criador compadece-se deles e da sua descendência e promete-lhes um Messias, um Salvador. E esse Messias, como se declara logo no III capítulo do Génesis, virá ao mundo, através da mulher. E, sendo assim, não é de estranhar que outra das tradições cristãs seja ver cada mulher de Israel a sonhar com o privilégio de vir a ser a escolhida de Deus para dar ao mundo o Redentor, pelo que a esterilidade, entre as mulhehres de Israel, era considerada uma maldição de Deus, uma vez que lhes tirava a possibilidade de virem a ser instrumentos no plano salvífico que Deus tinha decretado para a humanidade. Também dessa tradição se faz eco o *Auto dos Anfitriões.* Brómia, criada de Alcmena, faz o seguinte comentário quando vê a diligência com que a sua senhora se entrega ao serviço dos deuses:

---

(9) Luís de Camões. *Obras Completas* — com prefácio e notas do Prof. Hernâni Cidade (Lisboa, Sá da Costa, 1956), vol. III, p. 2. De aqui por diante, todas as citações desta obra serão indicadas no corpo do artigo, referindo apenas o número da página.

Brómia: Saudades de minha ama,
Chorinhos e devoções,
Sacrifícios e orações,
Me hão-de lançar na cama.
Certamente.
Nós, *mulheres de semente,*
Somos sendenho tão tosco!...
Com qualquer vento que vente,
Queremos forçadamente
Que os deuses vivam conosco (sublinhado nosso; p. 3).

Estas palavras premonitórias de Brómia, que vão encontrar plena realização na anunciação de Mercúrio e na aparição de Júpiter, são também como que uma réplica das muitas profecias messiânicas disseminadas através das páginas do Velho Testamento, como, por exemplo, em *Is* 7, 14, e 8,8.

Quero chamar a atenção para as palavras «mulheres de semente». Hernâni Cidade, na sua edição das *Obras Completas* de Camões, diz em nota que «mulheres de semente» significa mulheres «de boa geração» (10). E se «mulheres de semente» significasse também (e sobretudo) mulheres da casa de Abraão? Há na Sagrada Escritura várias referências à «semente de Abraão», no sentido de pertencente ao Povo Escolhido, uma vez que Abraão foi feito por Deus cabeça desse povo. Sirvam de exemplo *Gén.* 17, 10, e 18, e *Lc* 1, 65. A «semente de Abraão», neste caso, seria Alcmena, na sua qualidade de prefiguração de Maria, pois desta se diz expressamente que era da casa de David, ou seja, da casa de Abraão. E é o momento de dizer que não faltou, entre os escolares cristãos, quem associasse Alcmena a Maria. Vejam-se, por exemplo, as palavras seguintes de Bersuire: «Por Alcmena, pode-se entender a gloriosa Virgem Maria, a qual, com a colaboração do Espírito Santo e sem sémen de homem, concebeu e criou o Filho de Deus» (11). Voltando às palavras «mulheres de semente», deverá admitir-se que, a ser válida a conjectura proposta, teríamos aqui um dos argumentos mais fortes para provar que o *Auto dos Anfitriões* é susceptível de ser lido também como uma alegoria messiânica.

Diz-se na Sagrada Escritura que as delícias de Deus é viver entre os

(10) Luís de Camões, *Op. cit.*, p. 3.

(11) Bersuire, *apud Metamorphosis ovidiana moraliter a magistro Thomas Walleys* (...) *explanata* (Paris, 1509), f. 79 G.

filhos dos homens (*Prov.* 8, 31). Não será também este o sentido das seguintes palavras de Júpiter a Mercúrio?

> Júpiter: Oh! grande e alto destino!
> Oh! potência tão profana!
> Que a seta de um menino
> Faça que meu ser divino
> Se perca por cousa humana!
> Que me aproveitam os Céus
> Onde minha essência mora
> Com tanto poder, se agora,
> A quem me adora por Deus,
> Sirvo eu como senhora? (p. 12).

Desejoso, portanto, de viver no meio dos filhos dos homens, Júpiter tudo vai fazer para que esse sonho se converta em realidade. Mas haverá obstáculos a vencer. E o pior de entre eles é a virtude da mulher que ele tem predestinada para mãe de seu filho: «Tu não vês que esta mulher / Se preza de virtuosa» (p. 12)? E estas palavras de Júpiter são corroboradas pelas da própria Alcmena: «E pois mulher que cumprisse / Melhor que eu fidelidade, / Não na vi nem quem me visse / Que dos limites saísse / Um pouco de honestidade» (p. 53). Também aqui é palpável o paralelismo entre a virtude de Alcmena e a de Maria. Ao ouvir as palavras elogiosas do Anjo da Anunciação, Maria «perturbou-se e inquiria de si própria o que significava tal saudação» (*Lc* 1, 29) (12). Mas o anjo tranquilizou-a com estas palavras: «Não tenhas receio, Maria, pois achaste graça diante de Deus» (*Lc* 1, 30).

A fim de realizar os seus planos salvíficos, que são fazer nascer um Deus-Homem do seio de uma mulher, serve-se Deus de um mensageiro, de nome Gabriel:

> Ao sexto dia, o anjo Gabriel foi enviado por Deus a uma cidade da Galileia chamada Nazaré, a uma virgem desposada com um homem chamado José, da casa de David, e o nome da Virgem era Maria. Ao entrar em casa dela o anjo disse-lhe: «Salvé, ó

(12) *Bíblia Sagrada* — versão dos textos originais — 4.ª edição — 1971 (Difusão Bíblica — Missionários Capuchinhos — Lisboa). Todas as passagens da Bíblia transcritas no trabalho se referem a esta edição.

> cheia de graça, o Senhor está contigo.» (...) «Hás-de conceber no teu seio e dar à luz um filho, ao qual porás o nome de Jesus. Será grande e chamar-se-á Filho do Altíssimo. O Senhor Deus dar-lhe-á o trono de seu pai David, reinará eternamente sobre a casa de Jacob e o seu reinado não terá fim» (*Lc* 1, 26-33).

A fim de realizar os seus planos, que são fazer nascer um deus-homem do seio de uma mulher, serve-se Júpiter de um mensageiro, de nome Mercúrio:

> Júpiter: Mas tu, que dos sabedores
> Tanto avante sempre estás,
> Se Deus és dos mercadores,
> Sê-lo-ás dos amadores,
> Pois tal remédio me dás (p. 13).

Quando Júpiter, já transformado em Anfitrião, se prepara para entrar em casa de Alcmena, pede a Mercúrio que bata à porta, «Como homem de casa». Brómia, criada de Alcmena, julgando tratar-se de Sósia, cuja forma Mercúrio revestira, apressa-se a abrir a porta, permitindo assim que Júpiter penetre em casa de Alcmena. Note-se que, para que não haja dúvidas sobre o paralelismo entre Mercúrio e o arcanjo S. Gabriel, nem sequer faltam ao Mercúrio de Camões as asas (p. 34). É como se o dramaturgo, pensando na obtusidade e na miopia de muitos leitores, lhes fosse dando chaves para penetrar no templo das suas palavras, mesmo sob pena de ferir a coerência, o que de facto acontece, ao emprestar asas a um duplo de Sósia.

Segundo o Evangelho de S. Mateus, diante de Maria grávida de outrem, sem que ele a tivesse conhecido, «José, seu marido, que era um homem justo e não queria difamá-la, resolveu deixá-la secretamente. Andando ele a pensar nisto, eis que um anjo do Senhor lhe apareceu em sonhos, e lhe disse: «José, filho de David, não temas receber Maria, tua esposa, pois o que ela concebeu é obra do Espírito Santo. Ela dará à luz um filho e pôr-lhe-ás o nome de Jesus; porque Ele salvará o povo dos seus pecados» (*Mt* 1, 19-21). Segundo o *Auto dos Anfitriões,* diante de Alcmena grávida de outrem, Anfitrião desespera, enlouquecido pela dor:

Anfitrião: Se ver desonra tão crara
Me não tivera o sentido
Totalmente enlouquecido,
Que gravemente chorara
Ver tão grande amor perdido! (p. 73).

Mas terá Anfitrião razão para desesperar?! Tal como acontece no Evangelho de S. Mateus, em que aparece um anjo a consolar e tranquilizar José, explicando-lhe o mistério da conceição de Maria, assim também no *Auto dos Anfitriões* aparece Júpiter a consolar e tranquilizar Anfitrião, explicando-lht o mistério da conceição de Alcmena:

Anfitrião, que em teus dias
Vês tamanhas estranhesas,
Não te espantem fantesias,
Que às vezes grandes tristezas
Parem grandes alegrias.

Júpiter sam manifesto
Nas obras de admiração,
Que por mi causadas são;
Quis-me vestir em teu gesto,
Por honrar tua geração.

Tua mulher parirá
Um filho de mim gerado,
Que Hércules se chamará,
O mais valente e esforçado,
Que no mundo se achará.

Com este teus sucessores
Se honrarão de ser teus;
E dar-lhe-ão os escritores
Por doze trabalhos seus,
Doze milhões de louvores.

E dessa ilustre fadiga
Colherás mui rico fruito.
Enfim, a rezão me obriga
Que tão pouco dele diga,
Porque o tempo dirá muito (pp. 75-76).

Reduzido às suas meras dimensões humanas, José, perante factos tão transcendentes, vê-se impossibilitado de compreendê-los, no seu contexto universal e salvífico, pelo que Deus se vê obrigado a enviar-lhe um anjo que lhe explique o mistério da conceição de Maria e da Incarnação. Fenómeno idêntico se dá com Anfitrião, pelo que é o próprio Júpiter que lhe explica o mistério da conceição de Alcmena e da incarnação.

«Que às vezes grandes tristezas / Parem grandes alegrias» — diz Júpiter a Anfitrião. Que «grandes tristezas» serão essas? Essencialmente, serão as mesmas que José experimentará, ao ver-se traído pela esposa. E que «grandes alegrias» serão essas? Como expressamente diz Leão Hebreu de Anfitrião, na passagem transcrita, serão as mesmas que José virá a experimentar, ao ver-se escolhido por Deus para instrumento de um plano redentor para a humanidade, vítima do pecado original. Nessas mesmas palavras, além de uma alusão, sem ambiguidades, àquelas dores do parto que Deus prometeu a todas as mulheres, como castigo do pecado, temos também uma alusão clara à alegria que a mulher experimenta quando dá à luz um novo ser, traduzida, no caso do nascimento de Jesus, pelo coro dos anjos nos céus e pelos presentes dos reis magos e dos pastores.

A Bíblia está cheia de referências à manifestação da glória e da grandeza de Deus, através das suas criaturas. Sirva de exemplo aquele salmo em que toda a natureza é convidada a cantar os louvores ao Criador (*Sl.* 148) e aquela frase em que São Paulo declara que subimos até Deus por meio da contemplação das coisas que Ele criou. Em perfeito paralelismo com essas e outras passagens da Sagrada Escritura, temos estas palavras de Júpiter: «Júpiter sam e manifesto / Nas obras de admiração / Que por mim causadas são» (p. 76). Sem quaisquer ambiguidades, Júpiter apresenta-se aqui como criador do universo, em geral, e como realizador de milagres, em particular, pois é esse o sentido etimológico do sintagma «obras de admiração». E não será o mistério da Incarnação a obra de admiração por excelência?!

O Evangelho de S. João e as Epístolas de S. Paulo, de uma maneira particular, abundam em referências à união hipostática da Segunda Pessoa

da Santíssima Trindade. Tão grande é o amor de Deus pelo homem, que revestiu a sua própria carne para o salvar. No dizer de Camões em *Os Lusíadas,* é aquele Deus «Que padeceu desonra, e vitupério, / Sofrendo morte injusta e insofríbil: / E que do céu à terra enfim desceu, / Por subir os mortais da terra ao Céu» (*Os Lus.,* I, 65). Vejamos novamente algumas das palavras que o anjo S. Gabriel diz a José, esposo de Maria: «Ela dará à luz um filho e pôr-lhe-ás o nome de Jesus; porque Ele salvará o povo dos seus pecados» (*Mt* 1, 21). Reparemos agora nas palavras de Júpiter a Anfitrião: «Tua mulher parirá / Um filho de mim gerado. / Que Hércules se chamará. / O mais valente e esforçado, / Que no mundo se achará» (p. 76). Perante as passagens acabadas de transcrever, que diferença poderá haver entre Hércules e Jesus? Em ambos se realizará a união hipóstica, por conterem em si a humanidade e a divindade: a humanidade da mãe e a divindade do pai. Ambos serão, portanto, deus e homem verdadeiros. Ambos terão um pai putativo: Anfitrião e José, respectivamente; ambos terão uma mãe virtuosa: Alcmena e Maria, respectivamente; ambos terão uma missão redentora a cumprir no mundo: Cristo, na realidade, e Hércules, como sua prefiguração.

«Com este, teus sucessores / Se honrarão de ser teus» — diz ainda Júpiter a Anfitrião. A Sagrada Escritura, e, especialmente, as Epístolas de S. Paulo, referem-se com frequência ao homem novo, ao novo Adão, ao homem regenerado em Cristo. A José, como esposo de Maria e pai putativo de Jesus, caberá grande mérito, como grande mérito caberá a Anfitrião, nas glórias de Hércules, por ser seu pai putativo e esposo de Alcmena.

«E dar-lhe-ão os escritores, / Por doze trabalhos seus, / Doze milhões de louvores» — continua Júpiter, profetizando a Anfitrião os prodígios que seu filho putativo Hércules virá a realizar. Idêntica profecia faz o arcanjo S. Gabriel a José. E o paralelo não termina aí. São João conclui o seu Evangelho com estas palavras: «Há ainda muitas outras coisas que Jesus fez. Se elas se escrevessem, uma por uma, penso que nem o mundo inteiro poderia conter os livros que se tinham que escrever» (*Jo.* 19, 25). Tanto o discípulo amado de Jesus, João, como Camões, pela boca de Júpiter (pois o dramaturgo sabe muito bem que a profecia não é apanágio dos homens comuns), falam hiperbolicamente, o que se explica por um e outro estarem a profetizar, não as obras de simples mortais, mas as obras de deuses.. Dizer da universalidade e da quantidade dos milagres de Cristo e das proezas de Hércules é desnecessário. Umas e outros são do domínio comum. Consagrados e imortalizados em todas as formas de

arte, desde a pintura e a escultura à literatura, tanto os milagres de Cristo como as proezas de Hércules estão patentes a todos os que deles quiserem tomar conhecimento (13).

Conta-se no Evangelho de S. Lucas (*Lc* 1, 39-56) que Maria, informada pelo Anjo da Anunciação de que Ela vai ser a mãe do Redentor, resolve ir visitar sua prima Isabel. Esta, em presença da mulher que traz no seio o filho de Deus, fica como que maravilhada e observa dentro de si algo de extraordinário: o seu futuro filho, João Baptista, dá sinal de vida. Diante de tamanho prodígio, começa a tecer louvores a Maria: «Bendita és tu entre as mulheres e bendito é o fruto de teu ventre».

Para testemunharem, respectivamente, a favor de Anfitrião e de Alcmena, vêm a casa deles Belferrão e Aurélio. Em face de fenómenos tão extraordinários, como os que lhes é dado observar, Aurélio resume assim os sentimentos de ambos:

Maravilhas tão estranhas,
Que me treme o coração!
Porque aquele homem, que assi
Tantos enganos teceu,
Como era cousa do Céu,
Tanto que apareci,
Logo desapareceu.

E em desaparecendo
Com ruído grande e horrendo,
Toda a casa alumiou;

(13) Dentro deste contexto, vem a propósito chamar a atenção para uma faceta das peças de teatro de Camões. Uma delas — *Auto de Filodemo* —, tratando de assuntos não consagrados pela mitologia, pela lenda ou pela história, tem no princípio um resumo da acção, a que o autor chama «argumento». Como o *Auto Del-Rei Seleuco* teatraliza um episódio narrado por Plutarco, e o *Auto dos Anfitriões* teatraliza um assunto mitológico, de domínio universal, consagrado na lenda, na arte e na dramaturgia, desde o *Anfitrião* de Plauto ao do espanhol Fillalobos e ao italiano Ludovico Dace, dispensa-se o autor de apresentar o «argumento» no princípio, uma vez que esse argumento é do domínio público. Daí poder-se facilmente concluir que, mais que a acção (o *quid*), o que mais interessa ao autor é a maneira como (o *quomodo*) essa acção se desenrola.

E de arte nos inflamou,
Que nos vimos acolhendo
Do raio que nos cegou.
Estes acontecimentos
Não são de humana pessoa (p. 75).

Em presença da divindade, os mortais ficam sempre deslumbrados e cegos por um raio de luz sobrenatural. Foi assim que aconteceu a Moisés junto da Sarça Ardente, aos apóstolos no Monte Tabor, diante da cena da Transfiguração, e a Saulo de Tarso no caminho de Damasco.

O maior expositor da doutrina cristológica, São Paulo, ensina-nos que, com o advento de Cristo, se inaugura o mundo da lei nova ou da lei da graça. Partindo do princípio que, com a conceição de Alcmena, por obra e graça de Júpiter, e com o nascimento de Hércules, quis Camões prefigurar a inauguração desse mundo, não parece difícil concluir que os outros amores tratados no *Auto dos Anfitriões,* ou seja os de Feliseu e Brómia, poderão ser como que uma réplica do mundo da lei da natureza, contraposto ao mundo da lei da graça, a que se refere também S. Paulo, sobretudo na *Epístola aos Romanos.* A dramatização de uma acção que represente o mundo sob a lei da natureza, ou seja o mundo que não conhecia a religião revelada (com que Deus privilegiara o povo eleito) e que se entregava a todos aqueles pecados feios que o Apóstolo das Gentes enumera na mesma *Epístola,* contribui extraordinariamente para pôr em relevo o mundo sob a lei da graça, isto é, o mundo restaurado em Cristo.

Vejamos brevemente como Camões alegoriza esse mundo sob a lei da natureza (*Rom.* 1, 18-32). Feliseu, chamado por Brómia para que vá ao cais saber novas de Anfitrião, começa a fazer a corte a Brómia. Mas, ainda antes que ele chegue, já ela no-lo apresenta como alguém que tem mais de animal do que de homem:

Quero Feliseu chamar,
E dizer-lhe aonde há-de ir,
Mas ele, como me vir,
Logo há-de querer rinchar,
De travesso (p. 3).

Diante da mulher, Feliseu comporta-se como um cavalo possuído do cio: nada mais vê senão a fêmea. E, um pouco mais adiante, Brómia passa

a ver em Feliseu um touro, que é preciso enganar, para não vir a ser vítima das suas arremetidas faunescas:

Brómia: Há os homens de trazer
Nos amores assim mornos,
Só pera ter que fazer;
E despois, ao remeter,
Lançar-lhe a capa nos cornos (p. 4) (14).

Apresentado assim aos expectadores, entra Feliseu em cena, «como um gamo». Convertido em cavalo, touro e veado, Feliseu simboliza o homem regido pela lei da natureza, entregue aos seus instintos animais. É o homem transformado em fauno, que outra coisa não busca que não seja a satisfação dos seus desejos carnais. E é assim que se comporta Feliseu. Uma vez dentro de cena, tal como Brómia previra, arremete para ela como um cavalo no cio, como um touro atiçado por uma capa vermelha, e como um veado espicaçado pela sede. E, por se comportar assim, Feliseu, que já tinha perdido, no conceito de Brómia, a sua qualidade de homem, acaba por perder também a sua qualidade de animal, passando a ser o diabo que é preciso evitar a todo o custo: «Sabei que desse perigo / Não fujo como de imigo, / Fujo como do diabo» (p. 5) — diz Brómia. E, diante dos protestos insistentes de Feliseu, ela reforça o seu ponto de vista, chamando-lhe mais uma vez demónio: «Do p'rigo fogem os pés, / Do diabo o coração» (p. 5) (15).

Coteje-se o comportamento de Feliseu com a passagem da *Epístola aos Romanos,* em que S. Paulo descreve, na sua mais crua realidade, o mundo sob a lei da natureza, e verificar-se-á que não é preciso forçar o texto para ver em Feliseu o símbolo desse mundo.

Que abismo separa os amores entre Feliseu e Brómia e entre Júpiter e Alcmena! Ao contrário do que acontece com Feliseu (repare-se no significado do nome: feliz eu, traduzindo assim um egoísmo total) e com o Júpiter de Plauto, o Júpiter de Camões nem sequer uma vez insinua o

(14) Vem a propósito lembrar ao leitor que Júpiter se transforma em touro para raptar Europa e fazê-la gerar Minos, Rodamanto e Sarpedão. Teríamos aqui Feliseu a representar Júpiter vivendo sob a lei da natureza.

(15) *O Auto de Filodemo* presta-se admiravelmente para um estudo de vários níveis de amor: amor platónico o de Venadoro por Florimena; amor petrarquista, primeiro, e amor-paixão, depois, o de Filodemo por Dionisa; e amor carnal o de Duriano por Salisa.

mínimo desejo carnal. O seu amor por Alcmena é um amor puramente espiritual, como convinha ao amor de um deus por uma mulher «virtuosa», prefiguração de Maria de Nazaré, a nova Eva.

Pagão vate, pagãos versos faço — poderia dizer Plauto, parafraseando Garrett; cristão vate, cristãos versos faço — poderia dizer Camões. O meu *Anfitrião* é a reprodução do mundo sob a lei da natureza — poderia dizer o escritor latino; o meu *Auto dos Anfitriões* é a prefiguração do mundo sob a lei da graça — poderia dizer o escritor português.

Para tornar mais compreensíveis os divinos mistérios da religião cristã, tais como o dogma da Incarnação, serviram-se alguns teólogos e escritores sagrados de mil e uma alegorias,. Em Portugal, merece especial menção Gil Vicente, o qual trata desses mistérios nalguns dos seus autos, em forma alegórica. Mas, ao passo que Gil Vicente tem essencialmente por objectivo fazer catequese e a apologia dos dogmas do cristianismo, ao mesmo tempo que faz arte, Camões poderá ter tido outras intenções menos piedosas e edificantes. À medida que os anos vão passando e os estudos sobre o Renascimento na Europa e em Portugal se vão multiplicando e a obra de Camões vai sendo melhor conhecida à luz desses estudos, mais plausível se torna a hipótese de Camões ter pertencido a essa pléiade numerosa de cristãos novos, direcção para que apontam, por exemplo, recentes estudos do saudoso Mestre Jorge de Sena e de Fiama Hasse Paes Brandão. Como uma das facetas dos cristãos novos era pôr em dúvida alguns dos dogmas do cristianismo, talvez fosse lícito perguntar se Camões não teria querido pôr em dúvida o dogma da Incarnação, com a tragicomédia que estamos a analisar. Naturalmente que não seria o último nem o primeiro dos seus contemporâneos a fazer isso. Nesse caso, o *Auto dos Anfitriões,* sendo, na aparência, uma alegoria para ilustrar o dogma da Incarnação e da conceição virginal de Maria, acabaria por ser na realidade uma alegoria para satirizá-lo. E também para isso não faltavam modelos a Camões, desde a *Celestina* de Fernando de Rojas, obra a que ele se refere expressamente no *Auto do Filodemo,* por exemplo, até ao *Lazarillo de Tormes,* em que certos críticos vêem uma sátira a alguns sacramentos da Igreja Católica (16).

Para quem, como Camões, proclama que os deuses do Olimpo são seres «fingidos de mortal e cego humano» que apenas servem «para fazer versos deleitosas» (*Os Lus.,* X, 82), poderia alguma vez os amores entre

(16) Veja-se, por exemplo, Anson Piper, «The 'Breadly Paradise' of Lazarillo.

Júpiter e Alcmena prefigurar o mistério da Incarnação? Poderia um poeta que faz rasgadamente essa profissão de fé na mitologia greco-romana aproximar Cristo de Hércules? E se as intenções de Camões — como possível judaizante ou cristão novo — fossem pôr a conceição virginal de Maria e o nascimento de Cristo ao mesmo nível da conceição de Alcmena e do nascimento de Hércules?! Mas, nesse caso, o Espírito Santo, Maria e Cristo não passariam de seres «fabulosos: / Fingidos de mortal e cego engano», tais como Júpiter, Alcmena e Hércules.

Não faltará quem se pergunte se será lícito fazer uma leitura alegórica do *Auto dos Anfitriões*. Tendo em consideração o uso e abuso da alegoria no século XVI (para não se falar noutras épocas), por parte de muitos escritores e também por parte de Camões, como se pode verificar noutras obras suas, inclinamo-nos a crer que sim, que é lícito fazer tal leitura, sem ter medo de a levar a consequências que porventura possam ferir as consciências delicadas de leitores inocentes.

Independentemente de ver no *Auto dos Anfitriões* uma alegoria para ilustrar o dogma da Incarnação ou para satirizá-lo, poderá alguém acusar-nos de estarmos a fazer desta peça de Camões uma leitura que o texto não comporta, na medida em que algo do que se disse de Hércules e da pessoa da Santíssima Trindade por ele prefigurada, Cristo, começa onde o texto termina. O método de análise preconizado por I. A. Richards, o célebre *close reading*, jamais toleraria uma leitura desta natureza. Mas tal método não parece seja de aplicar rigidamente ao *Auto dos Anfitriões*, pois, se há uma obra que caiba dentro do conceito de *obra aberta* de que fala Umberto Eco, essa obra é o *Auto dos Anfitriões*. Repare-se, mais uma vez, nas últimas palavras da tragicomédia e verificar-se-á que se trata de uma *obra aberta*, permitindo, portanto, uma leitura extratextual (note-se a forma profética e os verbos no futuro):

Júpiter: Tua mulher parirá
Um filho por mim gerado,
Que Hércules se chamará,
O mais valente e esforçado,
Que no mundo se achará.
Com este, teus sucessores
Se honrarão de ser teus;
E dar-lhe-ão os escritores,

Por doze trabalhos seus,
Doze milhões de louvores.
E dessa ilustre fadiga
Colherás mui rico fruito.
Enfim, a rezão me obriga
Que tão pouco dele diga,
Porque o tempo dirá muito (p. 76).

Quer optemos por uma leitura cristãmente ortodoxa, quer por uma leitura cristãmente heterodoxa da alegoria, a verdade é que esse tempo, a que Júpiter-profeta se refere, começou há quase dois mil anos, com o nascimento de Cristo, e ainda não acabou.

«Fui tão afeiçoado à minha patria, que não me contentei de morrer nela mas com ela.»

Como Camões, también Cervantes tuvo una vida de apuros económicos y fue recaudador de contribuciones, muriendo pobre. Coinciden ambos en haber sido mutilados en lucha: Camões perdió en Ceuta el ojo derecho, y Cervantes en la gloriosa batalla de Lepanto (1571) recibió dos balazos en el pecho quedando inútil de la mano izquierda. Bien podemos calificar tanto al uno como al otro de *mutilados,* llamando EL TUERTO al portugués y EL MANCO al español, ambos con el artículo definido que los diferencie de todos los tuertos y de todos los mancos. Pues el primero, con el ojo que le quedó pudo ver más que todos sus contemporáneos, y el segundo alargó su manquedad hasta el presente, y los dos continuarán prolongándose en todos los futuros para dar luz y valor a todos los invidentes.

LAS BIBLIAS DE DOS POLIGIAFOS

El Quijote en España, y *Os Lusiadas* en Portugal, si los denomináse-mos en griego ningún nombre mejor les convendría que el de JO BIBLOS, es decir EL LIBRO (O LIVRO). Les llamaríamos por el nombre de *Biblia* que damos los cristianos a nuestros *Libros Sagrados* o los musulmanes con el de AL KORAN, al que es el de ellos. A este propósito escribe Fidelino de Figueiredo hablando de *Os Lusiadas:*

«Todo el movimiento poético, novelesco e historiográfico que venimos describiendo [se refiere a la época anterior al siglo XVI] puede considerarse como una preparación para la aparición de Camões, el alma más poderosamente asimiladora y creadora del renacimiento portugués y más sensible para identificarse con el carácter nacional, con las glorias y con los dolores de la Patria.» (3).

Podemos añadir que no sólo la época anterior puede considerarse como precedente camoensiano, sino que Camões sirvió de fuente a cuantos le siguieron. En este aspecto es un océano en el cual se funden los rios y los mares, sin fronteras en el espacio, y sin límites en el tiempo.

El JO BIBLOS de Cervantes, como el de Camões, se levanta en un momento providencial. En el escenario áureo en el cual gesticulan los grandes genios españoles: Lope y Calderón, con sus grandes escuelas

(3) Fidelino de Figueiredo, *Historia de la Literatura Portuguesa.* Traducción del Sr. *Marqués de Lozoya,* pág. 77.

dramáticas, su poesía y su narrativa, Góngora y Quevedo se enfrentan personal y literariamente, tanto en el pensamiento como en el lenguaje. Entre el Conceptismo y el Culteranismo de tantos antagonismos se alza Cervantes para situarse en el justo medio, donde se dice que reside la VIRTUS.

En cuanto al lenguaje no basta poner en boca cervantina aquel: «escribo como hablo». En el lenguage del Quijote están las hablas, decires y refranes del pueblo, con su senequismo, sus esperanzas y sus alegrías. Diccionario que recoje lo popular cuando parlotea Sancho, los venteros, cabreros y las mozas a lo Maritornes. En su vocabulario bisbisean doncellas de alta alcurnia y pontifican clérigos, letrados y bachilleres a lo Carrasco...

Por lo demás, en el Quijote está compendiada España con su geografía, sus psicologías, hechos históricos, costumbres y vida entera... Espejo del Mundo, de realismo e idealismo en el cual pueden verse todos los aristotélicos y platónicos.

A Camões para escribir su JO BIBLOS no le bastó el portugués de las escuelas de Coimbra, ni tampoco la delicadeza de los salones de la Corte de Don Juan III, o lo rudo del hablar de los rufianes... En los descubrimientos geográficos, se enfrentó con animales, plantas y seres desconocidos, con costumbres y religiones insólitas que no tenían «nombre» en su lengua materna. Un Mundo Nuevo precisaba un lenguaje nuevo, adaptado a su idioma lusitano. Camões creó ese Diccionario exótico y lo soldó al Portugués, haciéndolo más rico, más variado y hasta más diferencial del gallego y del resto de las lenguas hispánicas.

Pudiera decirse, en verdad, que Camões y Cervantes se mueven en cuanto al lenguaje en planos muy distintos y diversos: El Quijote recoje las variantes de las hablas de España, las adoba y poetiza, se recrea lo mismo en lo popular que en lo culto y purifica — cuando se lo propone — las inexactitudes del lenguaje hasta corigiendo a Sancho Panza, con verdadera dulzura.

Camões es una Enciclopedia de conocimientos históricos, geográficos, astronómicos, de ciencias físico-naturales y de otros saberes humanos. Con todos estos materiales, el polígrafo portugués consigue dar nombres a la fauna y la flora, así como a cuanto vio con su ojo para enriquecer el Dicionario de su Patria.

Ambos escritores, apesar de sus diferencias tan señaladas, crearon tantas criaturas reales e idealizadas, que, a su manera, descubrieron un

Mundo Nuevo objetivo y subjetivo como aureola de todos los saberes y de las Tierras que se descubrieron.

Al hablar de Camões, pensamos instintivamente en el gran *épico,* sin parar mientes en lo difícil que sería valorar si no será, tal vez, tan grande como *lírico.* Y aunque en inferior grado, no debiéramos olvidarlo y mucho menos despreciarlo como autor dramático y cultivador de otros géneros menores.

Lo mismo sucede con Cervantes, pues el *Quijote* oscureció sus maravillosas *Novelas* ejemplares y otras de sus producciones narrativas. Pocas veces nos paramos en su condición de poeta, ni tampoco en que fue el mejor de nuestros prelopistas en otro género.

A Camões y a Cervantes sus dos grandes obras épicas bajaron telón, para dejar encortinada, o en planos injustamente poco aireados el resto de sus ingentes producciones.

En la imposibilidad de hacer un largo comentario, destaquemos algumas facetas, comenzando por referirnos a la MUJER en ambos.

LAS MUJERES

La valoración de la mujer al través de la historia constituye uno de los grandes problemas que todavía preocupa a la Humanidad, Pilades Mazzei ve en el Renacimiento Italiano tres actitudes ante la mujer, encarnadas en otras tres grandes figuras: *Dante, Petrarca* y *Boccaccio* (4).

Para Dante, Beatrice es la *mujer ángel,* y pudiéramos añadir que es la Teología personificada. Está en el lado del amor platónico y de algunos románticos; por ejemplo: Lina, para Pastor Díaz.

Petrarca ve en su Laura viva, solamente a una mujer amada, pero una vez muerta la espiritualiza. En el *Canzoniere* la amada es *mitad ángel* y *mitad mujer.* «La amada — escribe Karl Vossler — desciende de las alturas filosóficas de la abstracción y vuelve a ser una mujer de carne y hueso, hermosa y noble pero todavía inaccesible e imposible» (5). Mucho de platonismo observamos en esta línea, a la manera de Fernando de Herrera ante su amor por la Condesa de Gelves.

Para el tercer renacentista, Boccaccio, Fiammeta es la *mujer-mujer,* como son las damas de su Decamerón. Postura similar a la de Chaucer, o a la del Arcipreste de Hita.

(4) *Estudo Histórico Crítico de la Literatura Italiana.* (Versión española).

(5) Karl Vossler, *Historia de la Literatura Italiana.* Versión española por Manuel de Montoliú.

Volvamos ahora a nuestros protagonistas: Camões y Cervantes tuvieron sus amores en mujeres de carne y hueso, apegadas a sus cuerpos. Entre los dos hay bastantes diferencias respecto a sus amadas más o menos terrenales, poetizadas o espiritualizadas. Cervantes parece menos enamoradizo y pasional que Camões. Al menos así parece deducirse de las muchas inspiradoras que tuvo este, desde la «menina dos olhos verdes» y de la «mulher fatal» hasta las que le siguieron en la rosa de todos los vientos: Athayde (1531-1556), Francisca de Aragão, Dinamede, Nise... y quien sabe; cuántas más!

Cervantes, valeroso como el gran épico portugués, era menos pendenciero, y en lo tocante al amorio, apesar de tener a Isabel como hija natural, su vida la llena su mujer y esposa doña Catalina Palacios de Salazar, con la cual casó en 1548.

También el Manco, a pesar de haber sido excomulgado, parece tener más afición a lo eclesiástico que Camões, lo cual se confirmó al entrar en la Congregación de indignos esclavos del Santisimo Sacramento, y haber profesado en la Venerable Orden Tercera de San Francisco.

Pero no es este el aspecto que nos interesa. La mujer en las obras literarias de ambos es la hipotenusa de dos catetos. Para Cervantes la poesía es una *doncella casta, hermosa, honesta* y *discreta*. En el *Viaje al Parnaso* dice por boca de Mercurio:

Esta es la Poesía verdadera,
la grave, la discreta, la elegante
..... (6).

Y para Cervantes, *Poesia = a Doncella,* y como en las Matemáticas, también en Literatura, el orden de los factores no altera el producto: *Doncella = Poesía.*

Amigo y lector de Timoneda, al cual sigue en los peldaños tradicionales del octosílabo y arte menor, la poesía es Dulcinea, como lo son la Gitanilla, la Galatea y las doncellas cervantinas. Todas ellas definidas como: la grave, la discreta, la elegante, la alta, la sincera, siempre con vestidura rozagante.

---

(6) *Viaje al Parnaso,* véase el Cáp. IV.

Camões ve en la mujer tanta poesía como el Manco. Ambos fueron poetas, pero este no puede compararse con el gran lírico portugués (7). Salvadas las diferencias, los dos coinciden en ver en la mujer un ser espiritual que anida en el amor platónico y en la escuela del «dolce stil nuovo». San Francisco y sus seguidores no tendrían ascos en santificar estos amores a lo Dante, tan dignos de cantar como los rayos luminosos del *fratello Sole*.

Camões en sus poesías líricas, sobretodo en sus sonetos, se inspira en el Petrarca pero con muchas novedades y personalidad tan propia, que es preciso llegar hasta Anthero de Quental para encontrar quien pueda igualarle. Recuérdese el bellísimo soneto: «*Sete anos de pastor Jacob servia...*» o aquel otro de «*Busque o Amor novas artes, novo enganho...*», y saltando a la ternura y suspirar de Inés de Castro, tendremos que convenir con Fidelino de Figueiredo:

« —Como lírico, Camões tomó aquella cíclica materia poética que venía del Petrarca y del Neoplatonismo: el amor puramente espiritual, la belleza casta, idealista, las contradicciones del corazón; y la trató con profundidad insuperable, juntando la vibración fuerte de sinceras emociones con la forma plástica más inspirada» (8).

Diríase que los dos genios ibéricos están en el polo opuesto de Boccaccio, el gran lector de Ovidio, y se abrazan con Dante tan devoto de Virgilio. Las doncellas de Camões y de Cervantes, como se deduce de lo expuesto, son mujeres de belleza insuperable e infinita; mujeres cubiertas con el manto de la naturaleza; criaturas ideales de una esfera ultramundana, que tan sólo pueden inspirar amores castos y pensamientos puros.

---

(7) Cervantes es mediano versificador, aunque magnífico poeta. El mismo lo reconoce y se lamenta de ello en su *Viaje al Parnaso*. Recuérdense aquellos versos que comienzan:

Yo que siempre trabajo y me desvelo
Por parecer que tengo de poeta
La gracia que no quiso darme el cielo.
.....

(8) *Ob. cit.*, pág. 78.

CAMÕES Y CERVANTES ANTE LOS HOMBRES Y LAS TIERRAS IBÉRICAS

Es curioso que a estos dos *himalayos* de nuestra Península hayan encontrado los genealogistas algo de sangre gallega (9). Pero veamos otra clase de anillado:

Camões, como Sá de Miranda, como otros lusitanos y entre ellos Gil Vicente son escritores bilingües y poetizan en portugués y en castellano. Pero no sólo por la lengua sino por la amistad más entrañable, estuvieron unidos entre sí, hasta la muerte sin reparar en la nación que los vió nacer. Buena muestra de esta fraternidad la constituye el cariño que se profesaron Sá de Miranda y Garcilaso de la Vega, apesar de pretender ambos a una misma dama. No menos significativa es la forma que tiene de definirse Juan de Grajales en *El Bastardo de Ceuta:*

— Soy portugués español!

No podemos dudar que Camões se relacionó amigablemente con españoles, principalmente a través de la Corte y de aquel esplendoroso Portugal donde tanto predicamento tenían todas las tierras hispánicas.

Relaciones e influencias literarias y de toda índole existían en las dos patrias, apesar de la «muralha chinesa» de que habla Fidelino de Figueiredo. Muralla que, por lo menos, no puede contar en lo tocante a Galicia, la cual, por decirlo en portugués es geográficamente *prolongação lusitana, atlántica e minhota.* Por ello Inés de Castro es luso-galaica, como son los Cancioneiros, el Miño y las tierras de ambas orillas.

Os Lusíadas son el JO BIBLOS, una Enciclopedia de Geografía, de Historia, de Psicología, de Ciencias Naturales... de bien decir y de sano pensar. No sólo inmortalizaron a toda Iberia sino que extendieron su gloria a todo el Universo por lo cual los llamó Humbold: «La Epopeya del Mar».

España está presente a lo largo de sus páginas. Recuérdese aquel

---

(9) Para Camões véase entre otros, Mário Saa, *Memórias Astrológicas de Camões,* Lisboa, 1940, pág. 320. *Introdução aos Poemas Heróicos de Simón Vaz de Camões.* Lisboa, 1921. Eduardo de Castro, *Testamento de Simão Vaz de Camões. Almotacé de Coimbra,* in Biblos, vol. VIII, pág. 296-303. José Filgueira Valverde, *ob. cit.,* págs. 31 y sig.

famoso Canto III, que desde el verso 17 al 19 hace aquella luminosa y encendida descripción que comienza:

Eis aquí se descobre a nobre Espanha
Como cabeça alí de Europa tôda,
Em cujo senhorio e gloria estranha
Muitas voltas tem dado a fatal roda;
Mas nunca poderá, com fôrça ou manha,
A Fortuna inquieta pôr-lhe noda,
Que lha não tire o esforço e ousadia
Dos belicosos peitos que em sí cría.
.....

Y el incomprendido y de alta generosidad, olvidando ofensas, sigue elogiando a todas las regiones hispánicas con amor y sostenido entusiasmo. En el verso 23, al hablar de Galicia dice escuetamente: «*Tem o galego cauto*... Repárese en el calificativo, que tanto se roza con la *discreción* tan usada, sobre todo en el Prólogo del Quijote. Con más delicadeza nos trata el portugués que gran número de libros castellanos de la época, donde se decía: «antes moro que gallego», y hasta se prefería a los «putos» a nosotros, los nacidos en esta Galicia, prolongación atlántica y miñota de las tierras lusitanas.

Os Lusiadas en abrazo peninsular, jamás dan de lado las glorias hispánicas en lucha tan contínua de cristianos y sarracenos. Cervantes era un alma excepcional y admiraba a Camões, que al ser traducido en malos versos al castellano por el portugués Benito Caldeira, le elogía en la Galatea con estos versos:

Tu que de Luso el singular tesoro
trujiste en nueva forma a la ribera
del fértil rio a quien el lecho de oro
tan famoso le hace a donde quiera:
con el debido aplauso y el decoro
debido a tí, Benito de Caldera,
y a tu ingenio sin par, prometo honrarte
y de lauro y de yedra coronarte.

Filgueira Valverde, mi gran amigo y compañero de Cátedra y de Academias, ha escrito un meritísimo libro en el cual cita los precedentes

versos del *Canto de Calíope* y dedica unas páginas a Camões en España. En ellas se ocupa largamente de las muchas traducciones que del «Cantor del pecho ilustre lusitano», se han hecho en Hispania. También con criterio imparcial estudia las grandes influencias que la obra camoensiana ha tenido en los ingenios españoles de la Edad o Siglos de Oro. Entre todos destaca a Góngora y a Lope de Vega, y afirma del Manco «que hizo del autor de *Os Lusiadas* perfectas y reconocidas imitaciones». Aun cuando este aspecto se roza no poco con nuestro tema, preferimos no repetir aquí el magnífico estudio del amigo Filgueira, al cual puede recurrir el investigador (10).

Pasma observar cuanto fueron imitadas y traducidas algunas de sus composiciones, sobre todo aquel bellísimo soneto que comienza: *Sete anos de pastor Jacob servía...* Refiriéndose a esta composición comenta Filgueira: «Ya Faria y Sousa reconoció que ningún otro [soneto] había alcanzado mayor fama en Castilla, donde fue utilizado integro, o en parte, por Alarcón, Gracián y el Príncipe de Esquilache, y adaptado o traducído por Lope, Quevedo, Trillo de Figueiroa, Gallardo, Barrios y Ribera. Incluso llega a suponerse que lo glosó Felipe II» (11).

Cervantes está tan unido a los portugueses que tratar este aspecto, supondría llenar un grueso volumen. Recordemos tan sólo algunas de sus simpatías y cariños por los hombres de Lusitania:

---

(10) Véase en la obra citada, págs. 449 a 458.

(11) *Ob. cit.*, pág. 199. A nosotros nos encantó en tal manera, que apesar de ser un soneto tan aireado, lo tradujimos al castellano en nuestro libro *Farrapos e farangullas*, de la siguiente forma:

Siete años a Labán Jacob servía
por amor a Raquel, serrana bella,
mas no servía al padre, sino a ella
y sólo a ella por premio pretendía.

Los dias, esperando un solo día,
pasaba contentándose con verla,
por eso el padre, usando de cautela,
en lugar de Raquel le daba Lía.

Viendo el triste pastor que con engaños
perdiera la pastora que sirviera,
como si no la tuviese merecida,
comenzó a servirle otros siete años,
diciendo. — «Más, sirviera si no fuera
para tan grande amor, tan corta vida.»

En Argel fue compañero de Frey Luís de Sousa (Manuel de Sousa Coutinho), el cual hecho prisionero por piratas moros, sufrió cautiverio en las mismas prisiones que el autor del Quijote, heróico el libro y heróico su autor.

Cervantes viajó a Portugal cuyo recuerdo retoñó en sus obras. En el Persiles dice haber visto en una iglesia de Lisboa un epitafio que rezaba:

«Aquí yace viva la memoria del ya muerto Manuel de Sousa Cuytiño, Caballero portugués, que a no ser portugués, aun fuera vivo. No murió a manos de ningún castellano, sino a las del amor que todo lo puede. Procura saber su vida y envidiarás su muerte» (12). *Respetamos el texto original.*

Muy bien va en el encasillado cervantino, esta nota amorosa y renacentista, tan florida en las tierras luso-galáicas. Nuestro Manco refiriéndose a Portugal, insiste en *El Persiles:*

« — Aquí el amor y la honestidad se dan las manos y se pasean juntos; la cortesía no deja que se le llegue la arrogancia, y la braveza no consiente que le llegue la cobardía; todos sus moradores son agradables, son corteses, son liberales y son enamorados porque son discretos».

De los lienzos y mercancías escribe en *La Guardia Cuidadosa:*

« — Compran trenzaderas, randas de Flandes, Holanda, Cambray, hilo portugués». Si Os Lusiadas están rebosantes de Iberia y tuvo tanta influencia en la literatura de ambas naciones (luso-españolas), no sucedió menos con el Quijote. En Portugal fue tan resonante el éxito que Cervantes vióse obligado a prestar auxilio al librero D. Francisco de Robles, al cual había vendido el privilegio, para reprimir las impresiones fraudulentas de los libreros portugueses.

También se ha querido ver un antecesor del Quijote en una anécdota que refiere Francisco de Portugal en su *Arte de Galantería,* la cual tiene en su apoyo la autoridad de Menéndez Pelayo.

Cervantes, ante los libros portugueses, trata de ser justo como su héroe. En el escrutinio que hace el cura en la librería del hidalgo manchego, salen a lomos de los improperios, varios libros de caballerías lusitanos.

Por último, en los siglos XVII-XX, el tema quijotil invade las páginas literarias de Portugal: En 1733, escribió el infeliz Antonio José de Silva la *Vida do grande D. Quixote de la Mancha e do gordo Sancho Pança.* Imagina en un lenguaje bastante libre y en las escenas VII y IX, de la Primera Parte, un asalto al Parnaso y lleva al héroe manchego, no a

(12) *Persiles.* Cap. II.

desfacer entuertos, sino a embestir con los poetas culteranos a la manera de Moratin y de otros escritores neoclásicos.

Dada la índole de la magnífica BRACARA AUGUSTA, no debemos extendernos, acaparando páginas. No obstante, queremos consignar que nunca faltan chanzonetas en los escritores castellanos, tanto para los gallegos, como para nuestros portugueses. Sin salirnos de Cervantes, recojemos esta broma que ya hemos comentado en otras publicaciones [13]: Dice que el *Licencido Vidriera* «con los que se teñían las barbas tenía particular enemistad, y riñendo una vez delante dél [sic] dos hombres que el uno era portugués, éste dijo al castellano, asiéndose de las barbas, que tenía muy teñidas:

— Por istas barbas que teño no rostro...
A lo cual acudió Vidriera:
— Olhay, home, non digáis TEÑO sinón TIÑO.»
(Respetamos la ortografía cervantina)

Teñida de melancolía, señardá y saudade, va también mi alma, mi queridísimo Don Francisco Pereira de Bacelar Ferreira. Al terminar este trabajo que compongo a petición del amigo para tan querida revista miñota, pienso en unos versos que compuse a Cervantes, pero que — en muchos aspectos — pudieran aplicarse lo mismo al grau Camões. He aquí en lengua gallega, unos fragmentos del final, que pueden servir de colofón:

.....
No séu pobo morréu, e déu ao vento
as folhas dun vivir, de exempro fundo
etérno Libro da España para o Mundo
que Cervantes colléu en testamento.

E o nome do Quixote voóu tanto,
que o Mundo deprendéu leizón dun tolo,
e a fama se espallóu de polo a polo
o mesmo que a do Toco de Lepanto.

Manco e Tolo son auga dun muiño
pois o Louco foi Mestre e Cabaleiro
e Cervantes, sin brazo é home enteiro,
de Manqueira alongada no camiño [14].

(13) Enrique Chao Espina. *Barbas, barbudos y barbudas.*
(14) Id. — *Farrapos e farangullas.*

Camões e Antero

Por RUY GALVÃO DE CARVALHO

Comemorando-se, este ano, a data da morte de Luís de Camões, data oficialmente admitida, em homenagem à sua altíssima memória, um problema nos acode ao pensamento: é o da possível influência do poeta épico de «Os Lusíadas» em o poeta-filósofo de «Os Sonetos Completos», Antero de Quental.

Se não vejamos: em carta a D. Carolina M. de Vasconcelos, de 7 de Agosto de 1885 (?) afirma o Maior Açoriano à eminente Romanista alemã que, «da literatura propriamente poética», ter sido ela, «relativamente pouca, e esse pouco fragmentariamente, ao acaso, ou apenas ao sabor da disposição de momento, e nunca, para tudo confessar, como quem estuda». Mais abaixo, na mesma epístola, confidencia ainda: «Há mais de 20 anos que faço Sonetos, e todavia nunca *escolhi esse género* nem nos mestres os segredos especiais daquela forma; levou-me para ali uma predilecção impensada e singular (pois, quando comecei, ninguém entre nós os fazia já, sepultados como estavam, com todas as outras formas clássicas, debaixo da reprovação dos românticos) e talvez a influência dos nossos poetas do século XVI, que foram dos primeiros que conheci».

Ora, de entre os poetas dessa época renascentista, Antero evidencia Luís de Camões, em os seus sonetos, especialmente, a ponto de se tornarem para ele «como um Evangelho do sentimento», (in-*Cartas,* págs. 325 da edição de 1921).

Demais, já antes, no estudo a respeito de João de Deus, e que antecede a primeira colectânea dos seus Sonetos (Edição Sténio, 1861), Antero dera a primazia ao soneto camoniano estabelecendo a propósito um paralelo entre tal «forma superior do lirismo, do lirismo do coração» e o célebre Poema épico.

Ouçámo-lo: «Os Lusíadas são a epopeia do povo: mas a epopeia do Poeta é aquele livrinho apenas lembrado dos Sonetos». Seguidamente:

«Um é o sentimento da nação: outro o do homem: os Lusíadas escreveu-os o Soldado: mas foi o poeta quem chorou os Sonetos», (in-*Prosas,* págs. 135 do 1.º Volume).

Daqui se conclui que, embora o Poeta açoriano nos diga que o cultivou impensadamente, que nele se encontrou involuntariamente, foi lendo sobretudo os Sonetos de Camões que o levou a escolher, desde muito novo, essa forma poética, considerando-a «a forma completa do lirismo *puro*», «a forma lírica por excelência», pois nela encontrava «uma unidade perfeita»; e explicando: «desenha-se cada ideia parcial de per si, mas não tão independente das outras que não haja entre elas relação, até que afinal, juntando tudo num só, se apresenta por todos os lados simultaneamente, como em resumo, o fecho — *chave d'ouro*».

A esta unidade, Antero juntava, formalmente, a simplicidade, que devia ser «toda», e esclarecia: «3 as partes conservam estreito laço entre si: é só um sentimento, só uma ideia; não são várias, mas vários lados: a unidade funde-os num todo». Resumindo insistiria: «É *simples*. Ainda a estreiteza dela não permite abraçar mais do que o preciso: tudo o que for estranho, rejeita-o porque o não pode conter». (Volume cit. págs. 133-134).

Comparando, propriamente, a estrutura dos sonetos de ambos os Poetas, notamos que é de raiz petrarquiana. Apenas diferem em relação á época e aos ideais que possuíram Camões e Antero de Quental. Nada mais. Além de que os versos dos dois poetas raramente divergem tanto na métrica como na distribuição das rimas (tercetos).

Evidentemente, pondo de parte a evolução ideológica e cultural, inevitável.

Ouçamos o Prof. Fidelino de Figueiredo: «O soneto de Camões continua o culto petrarquiano da expressão do amor, seus refinamentos contraditórios, seus paradoxos agri-doces, a abstracção idealista mais pura, a polarização de todo o ser para essa afinidade misteriosa, que faz às almas o que a luz faz às águas...»

Seguem esta orientação, no século XVII, Rodrigues Lobo e João Xavier de Matos, mas «chegando a Bocage, século XVIII, a tradição enriquece-se com um novo elemento: a incompreendida sensibilidade pré-romântica, feita de exuberâncias indisciplinadas, de indeciso satanismo, e vagabundagens descontentadiças».

O ciclo evolutivo, segundo o Historiador da Literatura Portuguesa, encerra-se com Antero. Escreve ele: «O soneto anteriano — com o seu tipo clássico, só variável no esquema rítmico dos tercetos — é uma inte-

lectualização nova da dor do homem civilizado, do homem enriquecido por mais três séculos de experiência e saber, e dolorido pelo pressentimento de que se fecha o mundo daquela ovante alvorada da Renascença, da qual o liberalismo político e o positivismo filosófico candidamente creram o intransponível ponto de chegada». (in *Antero* págs. 83 e 85).

Outrotanto, o ensaísta António Salgado Júnior, reconheceu essa filiação camoniana nos sonetos do Altíssimo poeta micaelense asseverando que ela lhe havia sido transmitida: «foi-lhe *comunicada*»; «...essa *comunicação* lhe veio de Camões, e nos permite ligar duma forma tão íntima, tão profunda o maior poeta de Oitocentos ao maior poeta de Quinhentos», (in-*Correio dos Açores,* n.º comemorativo do 1.º centenário do nascimento de Antero de Quental, e ler *Prefácio,* in-*Raios de extinta luz e outras Poesias,* págs. XXIV e segs.).

Posto isto, e dentro desta mesma ordem de ideias, uma pergunta se formula: Haverá, acaso, reminiscências da leitura dos Sonetos de Camões nos de Antero de Quental? Influências reais?

Quanto à estrutura da forma, existem de facto, embora, repetimos, com ligeiras alterações, nas rimas dos tercetos.

E quanto ao conteúdo conceptual, haverá por ventura?

Somos de crer, admitimos igualmente, sobretudo no emprego de palavras e imagens, como amor, morte, noite, tormento, pensamento, fortuna, desengano, fado, pesar, males, mágoas, sonho, etc., etc.

Daqui, o de nos parecer, que ele leu e sentiu intensamente os Sonetos camonianos.

Exemplificando comparativamente, supomos existir equivalência de sentimentos e desencantos, «correspondências», em este soneto do poeta ilhéu:

★

DESESPERANÇA

Vai-te na asa negra da desgraça,
Pensamento de amor, sombra duma hora,
Que abracei com delírio, vai-te embora,
Como núvem que o vento impele... e passa.

Que arrojemos de nós quem mais se abraça,
Com mais ânsia, à nossa alma! e quem devora

Dessa alma o sangue, com que mais vigora,
Como amigo comungue à mesma taça!

Que seja sonho apenas a esperança,
Enquanto a dor eternamente assiste,
E só engano nunca a desventura!

Se em silêncio sofrer fora vingança!...
Envolve-te em ti mesma, ó alma triste,
Talvez sem esperança haja ventura!

Vejamos agora este outro de Camões:

★

Suspiros inflamados, que cantais
A tristeza com que eu vivi tão ledo:
Eu morro e não vos levo, porque hei medo
Que ao passar do Leteio vos percais.

Escritos para sempre já ficais
Onde vos mostrarão todos co'o dedo,
Como exemplos de Males, e eu concedo
Que para aviso de outros estejais.

Em quem, pois, virdes largas esperanças
De Amor e da Fortuna, cujos danos
Alguns terão por bem-aventuranças,

Dizei-lhe que os servistes muitos anos
E que em Fortuna tudo são mudanças
E que em Amor não há senão enganos.

Também nos *Raios da extinta luz* e nas *Primaveras Românticas* topam-se, em um e outro verso, mesmo em estrofe, fugidias vivências poéticas camonianas.

Claro, isto testemunha que Antero não pôde furtar-se à influência incantatória e sugestiva da Lírica do poeta máximo do Génio lusíada!

Assinalaremos, por último, e por singular coincidência, ambos os

Poetas viveram numa época de crise agónica; e até, como há um século, nota-se flagrante semelhança!

No tempo de Camões, a Pátria encontrava-se:

«..... metida
No gosto da cobiça e da rudeza
Duma austera, apagada e vil tristeza».

★

No tempo de Antero de Quental, o fenómeno histórico apresentava quase os mesmos sintomas: «imprevidência e relaxamento dos costumes políticos», «intriga, vaidade, gozo material».

Camões, pela boca do Velho da Praia do Restelo, proclamava então:

«Ó glória de mandar, ó vã cobiça
Desta vaidade, a quem chamamos Fama!
Ó fraudulento gosto, que se atiça
Cũa aura popular, que honra se chama!
Que castigo tamanho e que justiça
Fazes no peito vão que muito te ama!
Que mortes, que perigos, que tormentos,
Que crueldades neles exprimentas!»

(*Lusíadas*, Canto IV Est. 95)

★

Antero, por sua vez, num grito de desespero angustiante: «Portugal ou se reformará política, intelectual e moralmente, ou deixará de existir», (*Prosas*, Vol. III, pág. 144).

Finalmente, Camões falecia, e o País entrava para a esfera política da Espanha; em 1890 éramos sacudidos pelo brutal Ultimato Inglês...

Coincidências, — dirão os camonistas e os críticos.

Seja: contudo é bom não esquecer que na História não há solução de continuidade; os factos históricos não se repetem, mas recapitulam-se ciclicamente, tão-só se interligam entre si, se interpenetram e se explicam uns pelos outros.

Camões e Antero foram dois génios proféticos situados na fronteira de dois mundos em transformação e nos limites de dois ciclos históricos!

Ilha de Antero, 7 de Fevereiro do Ano da Graça de 1980.

ÍNDICE

do Volume XXXIV (I Tomo)

Sumário do Fascículo 77 (90)

ANO DE 1980 (JANEIRO-JUNHO)

Teófilo Braga biógrafo de Camões	Académico A. Álvaro Dória . .	9
Ainda sobre o nome e a ascendencia de Camões	Doutor Xosé Filgueira Valverde .	105
A edição «princeps» de «Os Lusíadas» . .	P.e Dr. B. Xavier Coutinho . .	129
Uma leitura alegórica do Auto dos Anfitriões de Camões	Prof. Doutor António Cirurgião .	375
Miscelanea de advocaciones en torno a Camões y Cervantes	Prof. Doutor Enrique Chao Espina	397
Camões e Antero	Dr. Ruy Galvão de Carvalho . .	409

A REVISTA «BRACARA AUGUSTA»

A Câmara Municipal de Braga, desde 1935, vem editando, como seu órgão cultural, uma publicação de carácter arquivístico e erudito que com o presente fasciculo alcança já 90 números, repartidos em 34 volumes.

A primeira série, de 1935 a 1945 (fasciculos 1 a 11) publicou-se sob a direcção de J. Constantino Ribeiro Coelho, com o título de **Boletim do Arquivo Municipal.**

A segunda série, 1949 (fasciculos 12 e 13), já na presidência de António Maria Santos da Cunha, e enquadrada num vasto programa de política cultural, sob a direcção do Dr. Sérgio da Silva Pinto e de J. Constantino Ribeiro Coelho, apareceu com a denominação de **Braga — Boletim do Arquivo Municipal.**

Estas duas séries formam o 1.º volume do órgão cultural camarário.

A terceira série é constituída pela Revista Cultural **Bracara Augusta,** hoje sob a direcção de Carlos Pereira Alves, Francisco Pereira de Bacelar Ferreira e Dr. Egídio A. Xavier de Sousa Guimarães.

Os coleccionadores que porventura só puderem obter os volumes do órgão cultural camarário, a partir do II volume, devem considerar a sua colecção completa em relação à Revista **Bracara Augusta.**

——— /// ———

CAPAS PARA «BRACARA AUGUSTA»

Para encadernar a Revista «Bracara Augusta» há capas próprias, de percalina, ou de carneira, que podem ser pedidas à *Livraria Cruz, Rua D. Diogo de Sousa, Braga.*

A fim de não diminuir o valor bibliográfico da Colecção, recomendamos aos possuidores da «Bracara Augusta» que, sempre que a façam encadernar, dêem instruções aos artífices para conservarem as capas originais, reunindo-as por ordem, no final do volume, ou de outro modo que prefiram. A falta deste elemento cerceia o valor bibliográfico das colecções.

PEDE-SE PERMUTA

——— /// ———

REVISTAS DE CULTURA PUBLICADAS EM BRAGA:

Alma — Revista de Espiritualidade Franciscana.
Bracara Augusta — Revista de História e Regionalismo.
Cenáculo — Revista dos Alunos do Seminário Conciliar.
O Distrito de Braga — Boletim Cultural de Etnografia e História da Junta Distrital.
Itinerarium — Revista de Cultura.
Revista Portuguesa de Filosofia — Revista da Faculdade de Filosofia de Braga.
Scientia Ivridica — Revista Portuguesa e Brasileira, órgão da Associação Jurídica de Braga.
Theologica — Revista de Estudos Eclesiásticos.